

Extraído do original:

*arte, ciência e técnica*  
nas

**MAPAS**

da

América Portuguesa

do P.<sup>e</sup> Codeo.

Legoas Portugz̃  18 por grão

Legoas Espanhas  17 por grão

Legoas Francesas  20 por grão

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em História

**EXTRAÍDO DO ORIGINAL:**

**Arte, ciência e técnica nos mapas da  
América portuguesa do Padre Cocleo**

Valquiria Ferreira da Silva

**Belo Horizonte  
Abril de 2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**EXTRAÍDO DO ORIGINAL:**  
**Arte, ciência e técnica nos mapas da**  
**América portuguesa do Padre Cocleo**

Valquiria Ferreira da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação,  
em História da Universidade Federal de Minas  
Gerais como requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutor em História na Ciência e Cultura na  
História do Departamento de História da Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Dra. Júnia Ferreira Furtado

**Belo Horizonte**  
**Abril de 2021**

907.2  
S586e  
2021

Silva, Valquiria Ferreira da.

Extraído do original [manuscrito] : arte, ciência e técnica nos mapas da América portuguesa do Padre Cócleo / Valquiria Ferreira da Silva. - 2021

400 f. : il.

Orientadora: Junia Ferreira Furtado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

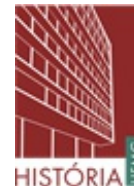
1.História – Teses. 2. Jesuitas – Teses. 3.Cartografia - Teses. 4.Cócleo, Jacobo. I. Furtado, Junia Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

"Extraído do Original: Arte, Ciência e Técnica Nos Mapas da América Portuguesa do Padre Cocleo"

**Valquiria Ferreira da Silva**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado - Orientadora  
UFMG

Profa. Dra. Iris Kantor  
USP

Prof. Dr. Thomas Haddad  
USP

Prof. Dr. Marcio Roberto Alves dos Santos  
Assembleia Legislativa de MG

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz  
UFPA

Belo Horizonte, 29 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Júnia Ferreira Furtado, Professora do Magistério Superior**, em 03/05/2021, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thomás Augusto Santoro Haddad, Usuário Externo**, em 03/05/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karl Heinz Arenz, Usuário Externo**, em 03/05/2021, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Roberto Alves dos Santos, Usuário Externo**, em 10/05/2021, às 06:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do



Documento assinado eletronicamente por **Iris Kantor, Usuário Externo**, em 10/06/2021, às 01:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0592119** e o código CRC **8B856F17**.

---

A todos que estão resistindo desde 2016.

## AGRADECIMENTOS

À Junia, pela orientação e amizade (e paciência).

A Capes, por todo suporte financeiro.

Ao PPGHIS-UFMG, por todo o suporte.

Aos professores Betânia Figueiredo e Thomas Haddad,  
pela leitura cuidadosa e sugestões durante o exame de qualificação.

Ao professor Nuno Gonçalo e ao ICS da Universidade de Lisboa,  
pelas sugestões e acolhida durante a estadia em Lisboa.

Aos professores Frederic Enger, Flávio Santos e Karl Heinz, pela  
generosidade como que compartilharam comigo seus estudos, fontes e traduções.

Às professoras Andrea Doré e Iris Kantor, por toda a generosidade.

Ao Rafael Domingues pelas transcrições e traduções.

Às professoras Adriana Romeiro e Verona Segantine  
pelas amizades e interlocuções.

Aos amigos e familiares: mãe, Arthur, meus irmãos, Ângela, Cláudio,  
Cirlene, Denise, Gerson, Karine, Leiza, Zé Maria, Rafael,  
Rafael, Regis, Sindy, Vilma, Wesley, pela paciência.

À Presidenta Dilma e ao Presidente Lula que sonharam e  
acreditaram que um dia a senzala iria poder ler e escrever.



## RESUMO

O jesuíta francês Padre Jacob Cocleo (Galo-Bélgica 1628 – Bahia 1710), por encomenda do Governador-geral dom João Lencastre, produziu no final do século XVII um mapa geográfico intitulado *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para a comunicação do Maranhão*, hoje desaparecido. *Extraído do Original* tem como propósito examinar a produção desse mapa, investigando a formação científica e o conhecimento geográfico que esse jesuíta dispunha, além dos usos e apropriações posteriores desse conhecimento. O arco temporal compreende cerca de um século, inicia-se em 1649 com a entrada do Padre no noviciado de Tournay e segue até meados do século XVIII, data das últimas atualizações registradas na cópia remanescente do mapa desaparecido, intitulada *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil*. *Extraído do original do padre Cocleo*, hoje sob a guarda do Arquivo do Exército Brasileiro. Fundamentada em cartas anuais, pesquisadas no *Archivum Romanum Societatis Iesu* em Roma, na documentação administrativa e cartográfica reunida no Arquivo Histórico Ultramarino e na cópia setecentista do mapa desaparecido, analisamos de modo específico quatro aspectos: a importância das ciências para os jesuítas e vice-versa; a vida do Padre Cocleo — sua formação e atuação missionária —; seus trabalhos cartográficos; por fim, o consumo destes ao longo do século XVIII, especialmente o processo de produção da cópia que hoje se encontra no arquivo carioca. Tais escolhas permitiram, de um lado, a análise da atuação desse jesuíta, e dos jesuítas em geral na sociedade colonial, dos conflitos e das negociações que se estabeleceram entre os padres, os nativos e os colonos portugueses; de outro, a compreensão de como a representação espacial desse jesuíta esteve em consonância tanto com os interesses da Ordem, como com os da Coroa portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Companhia de Jesus, cartografia, Padre Cocleo.

## ABSTRACT

At the end of the seventeenth century, the French Jesuit Fr. Jacob Cocleo (Galo-Belgium 1628 – Bahia 1710) was commissioned by Governor-General Dom João Lencastre to produce a geographical map entitled *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para a comunicação do Maranhão* (*Map of the greatest part of Brazil with the newly found road for communication with Maranhão*). This map has now disappeared. The intention of this thesis is to examine the production of this map, investigating Fr. Cocleo's scientific education and geographic knowledge, as well as the later uses and appropriations of this knowledge. The temporal arc covers around a century, beginning in 1649, when Cocleo became a novice in Tournay, and continuing to the middle of the eighteenth century, date of the last additions registered on the remaining copy of the disappeared map, entitled *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil. Extraído do original do padre Cocleo* (*Map of the Greatest Part of the Coast and the Sertão of Brazil. Extracted from Fr. Cocleo's original*) it is now kept in the Brazilian Army Archive. Based on annual letters, researched in *Archivum Romanum Societatis Iesu* in Rome, administrative and cartographic documentation held in the Arquivo Histórico Ultramarino, and the seventeenth century copy of the missing map, we analyze in a specific manner four aspects: the importance of science to the Jesuits and vice-versa; the life of Fr. Cocleo — notably his education and missionary activity —; his cartographic work; finally, the consumption of this work during the eighteenth century, especially the process of the production of the copy now in the archive in Rio de Janeiro. These choices permit, on the one hand, the analysis of the activities of Fr. Cocleo, and the Jesuits in general in colonial society, the conflicts and negotiations established among priests, natives, and Portuguese colonists; on the other hand, the comprehension of how much the spatial representation portrayed by Fr. Cocleo was in consonance both with the interests of the Jesuit Order and those of the Portuguese Crown.

KEYWORDS: Society of Jesus, cartography, Fr. Cocleo.

## LISTA DE FIGURAS

### Capítulo 2

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                               |     |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | Detalhe do <i>Neemen van de Suykerprijzen in de Bay Tode los Santos</i> , anno 1627. [O saque do Açúcar na Baía de Todos os Santos, ano de 1627.] .....                                                                                                                       | 81  |
| 2 | Detalhe do mapa <i>A Terra que nesta carta se contem que é do rio Grande até o rio Pereia que fica ao Maranhão. Descobriu o Capitão mor Pero Coelho de Sousa desde o ano, 1603 até o de 1608</i> .....                                                                        | 92  |
| 3 | Detalhe do <i>Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará</i> de João Teixeira Albernaz ca. 1629 que descreve o rio Jaguaribe “donde começa o Estado do Maranhão” e “deste rio ao Rio Grande que fica a leste há 120 léguas” .....                                                  | 92  |
| 4 | Detalhe do <i>Kaart van de Capitania Siara/ Carta da Capitania do Siará</i> de 1649 que descreve o rio Jaguaribe “donde começa o Estado do Maranhão” e “deste rio ao Rio Grande que fica a leste há 120 léguas” além de alguns dos lugares por onde passou o Padre Cocleo. 94 |     |
| 5 | Fragmento da <i>Descrição fácil, e concludente do direito, que tem a Coroa de Portugal ao Domínio das Terras, sobre que se fez o Tratado Provisional em 1681, aos quais foram cedidas na aliança de 1701 e restituídas pela paz de 1715.</i> ....                             | 123 |
| 6 | Detalhe do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece a Vila Rica .....                                                                                                                                                                          | 153 |

### Capítulo 3

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7  | Detalhe do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece o Bispado de São Paulo .....                                                                                                                                                           | 153 |
| 8  | Detalhe do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece o encontro do Rio Grande com Mucuri na Capitania do Espírito Santo .....                                                                                                               | 153 |
| 9  | Detalhe do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparecem o Forte e aldeia de São Iago no Ceará .....                                                                                                                                           | 153 |
| 10 | Linha do tempo referente às principais citações do <i>Mapa da Maior parte do Brasil</i> do Padre Cocleo (1695-1705) .....                                                                                                                                                 | 158 |
| 11 | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> com destaque para a região onde os Exploradores do caminho entre os Estados Maranhão e do Brasil circularam entre 1695-1696 .....                                                                    | 165 |
| 12 | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece representada a região norte, aproximadamente, entre as longitudes 334 e 337, de Gurupa ao Rio das Preguiças .....                                                                     | 171 |
| 13 | Detalhes do <i>Mapa de toda a terra que se compreende entre os dois Rios Parnaíba e Tocantins e dos Rios Miarim e Pindaré e Guaju e do Estado do Maranhão c.a de 1750</i> em que está representada as localizações velha e nova da Vila de São Jacó ou Vila de Icatu .... | 173 |
| 14 | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece representada a região Sul, aproximadamente, entre as Latitudes 24 e 28, da Cidade de São Paulo ao Rio São Francisco Xavier .....                                                      | 177 |
| 15 | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparecem representadas as Minas de Luís Lopes, entre as Latitudes 24 e 25, da Cidade de São Paulo                                                                                             | 182 |
| 16 | <i>Carte de la Partie Meridionale du Brésil: avec les Possessions Espagnoles voisines qui en sont a L’Quest</i> par M. Bonne, Ingénieur - Hydrographe de la Marine .....                                                                                                  | 186 |

|         |                                                                                                                                                                                                          |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 17      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece representado o extremo Sul a partir do Rio São Francisco Xavier, aproximadamente entre as Latitudes 29 e 30 .....    | 188 |
| 18      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece parte do curso do Rio Grande entre a nascente do Rio São Francisco e a Serra da Mantiqueira ...                      | 190 |
| 19      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que está representada a parte da região Norte e Nordeste atuais do Brasil .....                                                  | 193 |
| 20      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que está representada região Piauí.....                                                                                          | 207 |
| 21 e 22 | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se encontram destacados a freguesia Nossa Senhora da Vitória e o lagoa Parnaguá .....                                        | 217 |
| 23      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> onde se observa as aldeias de Rodelas e das Jacobinas no sertão baiano .....                                                        | 220 |
| 24      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que aparece a maior parte do Sertão das Jacobinas. ....                                                                          | 222 |
| 25      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se observa as aldeias do Rio São Francisco .....                                                                             | 226 |
| 26      | Detalhes de aldeias que foram representadas em diversas regiões do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> .....                                                                        | 230 |
| 27      | Formas de representação das populações nativas listadas por Dainville .....                                                                                                                              | 233 |
| 28      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se observa a nação dos Pataxós na Ilha do rio Parnaíba do Sul entre o Rio de Janeiro e a Serra da Mantiqueira.....           | 238 |
| 29      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se observa um acontecimento histórico nas nascentes do rio Paracatu .....                                                    | 239 |
| 30      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se observa o ataque de índios aos moradores às margens do rio Munin próximo ao curso do rio Itapecuru-mirim maranhense ..... | 239 |
| 31      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se observa um ataque indígena nas nascentes do rio Pederneira próximo ao curso médio do rio Itapecuru-mirim .....            | 239 |
| 32      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se encontra representada a região entre o rio São Francisco em Alagoas e o rio Ceará-mirim no Rio Grande do Norte. ....      | 244 |
| 33      | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que se encontra representada a Capitania do Espírito Santo.....                                                                  | 251 |
| 34      | Detalhes da nascente do rio das Mortes onde se observa parte do traçado do Caminho Velho e do Caminho Novo para as Minas no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....              | 255 |
| 35      | Detalhes de várias serras místicas/fabulosas existentes no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                               | 257 |

#### Capítulo 4

|    |                                                                                                                                 |     |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 36 | <i>Mappa da maior parte da costa, e sertão, do Brazil</i> . Extraído do original do padre Cocleo. Jacobo Cocleo [c. 1700]. .... | 264 |
| 37 | Detalhes com a representação de montanhas, brejos e árvores no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> .....   | 274 |

|             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |     |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 38          | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> em que está representada a região entre o Rio Ceará Mirim e o Vaza-Barris. ....                                                                                                                                                                                                           | 281 |
| 39          | Detalhes do extremo do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> entre as latitudes 24° 30' e 30' . ....                                                                                                                                                                                                                                        | 283 |
| 40          | Rosa-dos-ventos do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                                                                             | 386 |
| 41          | Legenda do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 288 |
| 42          | Exemplos da caligrafia presentes no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                                                            | 296 |
| 43          | Exemplos de grafia da letra <b>M</b> e do dígrafo <b>rr</b> presentes no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                       | 297 |
| 44          | Exemplos de grafia da letra <b>I</b> e do dígrafo <b>lh</b> presentes no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                       | 297 |
| 45          | Exemplos de grafia das letras <b>V, P, S</b> e <b>e</b> presentes no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                           | 298 |
| 46          | Exemplos de grafia das letras <b>f, g</b> e <b>p</b> presentes no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                              | 299 |
| 47, 48 e 49 | Detalhes das regiões de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                                | 300 |
| 50          | Detalhe do sertão da Bahia no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                                                                  | 302 |
| 51          | Detalhes da Serra de Itaberaba entre as nascentes dos rios Jequitinhonha e Prado, e da Serra de Itaberaba situada em Alagoas no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                | 307 |
| 52          | Detalhes das regiões do Ceará, Vila Rica em Minas Gerais, Vila de Taubaté em São Paulo e Vila de Penedo em Alagoas no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                          | 310 |
| 53          | Fragmento da carta que o Padre Cocleo enviou de Lisboa para o Padre Hubert Willheim na Província Galo Bélgica em maio de 1660. ....                                                                                                                                                                                                                            | 313 |
| 54          | Fragmento da carta que o Padre Jacob Cocleo enviou junto ao mapa a Roque Monteiro Paim em julho de 1697. ....                                                                                                                                                                                                                                                  | 314 |
| 55          | Detalhe do sertão do Espírito Santo próximo a foz do rio Mucuri no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                             | 315 |
| 56          | Detalhe do Catálogo produzido por Antonil no ano de 1707. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 315 |
| 57          | Detalhes do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> onde aparecem a Paróquia de São Sebastião no Rio de Janeiro e a palavra Costa presente na legenda. ....                                                                                                                                                                                   | 316 |
| 58          | Detalhe das regiões de Minas Gerais e da Capitania do Espírito Santo no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                                        | 319 |
| 59          | Detalhe esquemático das regiões de Minas Gerais e da Capitania do Espírito Santo conforme o <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . . ....                                                                                                                                                                                                  | 323 |
| 60          | Detalhe das regiões do Recôncavo baiano com a representação das principais vilas no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil</i> . ....                                                                                                                                                                                                            | 331 |
| 61          | <i>Planta da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe</i> feita no ano de 1705 por ordem do senhor dom Rodrigo da Costa governador e capitão General do Estado do Brasil. ....                                                                                                                                                                              | 334 |
| 62          | <i>Planta geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte das de Ilhéus, e Jacobina com a direção da costa que vai da [barra] do Rio de S. Francisco até os Rio das Contas, muito conforme o que havia feito da Costa do Brasil o padre Cocleo, Religioso da Companhia além de curiosos posteriores a ele.</i> .... | 342 |

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |     |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 63 | <i>Planta geográfica do continente, que corre da Bahia de Todos os Santos até a Capitania do Espírito Santo, e da Costa do Mar até o Rio Francisco, em que se contém o que há mais espectável (sic.) e descoberto nas Comarcas pertencentes as Capitânicas da Bahia e Minas Gerais, nela compreendidas, para melhor inteligência das Cartas em que delas se trata.</i> ..... | 343 |
| 64 | Detalhe da <i>Planta geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte das de Ilhéus, e Jacobina (...)</i> entre as latitudes 12° e 14° 30'. .....                                                                                                                                                                                  | 346 |
| 64 | Detalhe da <i>Planta geográfica do continente, que corre da Bahia de Todos os Santos até a Capitania do Espírito Santo, e da Costa do Mar até o Rio Francisco</i> , entre as latitudes 12° e 14° 30'. .....                                                                                                                                                                  | 347 |
| 66 | Detalhe da capitania da Bahia entre as latitudes entre as latitudes 12° e 14° 30' no <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão.</i> .....                                                                                                                                                                                                                                    | 347 |
| 67 | <i>Carta Geografica de Projeção Espherica da Nova Lusitania ou América Portuguesa e Estado do Brazil</i> , de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 1797.....                                                                                                                                                                                                                  | 351 |
| 68 | Detalhe da <i>Carta Geografica de Projeção Espherica Ortogonal da Nova Lusitania ou América Portuguesa e Estado do Brazil</i> , de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 1798.....                                                                                                                                                                                             | 351 |

#### LISTA DE TABELAS

|   |                                                                                                                                  |     |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | Parâmetros estatísticos em longitudes para diferentes trechos do <i>Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil.</i> ..... | 278 |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ABN – Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro  
AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro  
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa  
ARSI – Archivum Romanum Societas Iesu, Roma  
BA – Biblioteca da Ajuda, Lisboa  
Bras. – Brasília  
BRB – Bibliothèque Royale de Belgique. Bruxelas  
BnF – Bibliothèque nationale de France, Paris  
BNL – Biblioteca Nacional, Lisboa  
Cx. – Caixa  
Doc. – Documentos  
DH – Documentos históricos  
FBN – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.  
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro  
Ms – Manuscritos  
RIC – Revista do Instituto do Ceará  
RIGSP – Revista do Instituto Geográfico de São Paulo

# SUMÁRIO

## Introdução

### Parte 1 – A Ciência

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| 1.1 Os jesuítas e a Ciência Moderna.....                 | 19 |
| 1.2 Adaptar e expandir: o crescimento da ordem .....     | 20 |
| 1.3 Produção de conhecimento e experiências locais ..... | 24 |
| 1.4 O papel da Matemática para os Jesuítas .....         | 31 |
| 1.5 A Matemática em Portugal .....                       | 37 |
| 1.6 A cartografia jesuítica .....                        | 40 |

### Parte 2 – O Padre

|                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.1 Origem e Formação .....                                           | 44  |
| 2.1.1 Católicos x Protestantes .....                                  | 48  |
| 2.1.2 <i>Scientia, Prudentia</i> e <i>Fides</i> .....                 | 55  |
| 2.1.3 O Savan.....                                                    | 62  |
| 2.1.4 Matemática no Terreiro de Jesus .....                           | 70  |
| 2.2 Missionação .....                                                 | 78  |
| 2.2.1 O caso da expansão jesuítica.....                               | 78  |
| 2.2.2 O Ceará e a Genebra de todos os sertões .....                   | 85  |
| 2.2.3 Tempos horríveis .....                                          | 95  |
| 2.2.4 A estrutura da conjuntura .....                                 | 108 |
| 2.3 Nos Colégios da Companhia .....                                   | 119 |
| 2.3.1 O Colégio do Rio de Janeiro.....                                | 119 |
| 2.3.2 Um olho no céu, outro no céu e dois na salvação das almas ..... | 130 |
| 2.3.3 Um exemplo de perfeita virtude .....                            | 139 |

### Parte 3 – O mapa

|                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1 O Mapa da maior parte do Brasil .....                                        | 148 |
| 3.2 O mapa e suas regras .....                                                   | 154 |
| 3.3 Os lugares do Norte e as vilas do Sul .....                                  | 167 |
| 3.4 A representação do primeiro ciclo de mineração.....                          | 175 |
| 3.5 Além de Tordesilhas .....                                                    | 183 |
| 3.6 Questão máxima de Estado .....                                               | 191 |
| 3.7 A ocupação Norte-Sul do Piauí e o rio Praguiaçu .....                        | 203 |
| 3.8 A ocupação Sul-Norte do Piauí e a Freguesia de nossa Senhora da Vitória..... | 212 |



|                                                  |     |
|--------------------------------------------------|-----|
| 3.9 O Sertão da Bahia: Jacobinas e Rodelas ..... | 219 |
| 3.10 Os indígenas mais guerreiros .....          | 228 |
| 3.11 O Espinho da Escravidão .....               | 240 |
| 3.12 As minas antes das minas .....              | 248 |

#### **Parte 4 – Os usos**

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1 O Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil.....                          | 260 |
| 4.2 Continuidades e novidades .....                                                 | 265 |
| 4.3 A forma .....                                                                   | 273 |
| 4.4 O conteúdo .....                                                                | 285 |
| 4.5 A escrita .....                                                                 | 293 |
| 4.6 Os casos das Minas, de Ituiutaba, das Serras Brancas e das Vilas do Ceará ..... | 299 |
| 4.7 Cocleo e Antonil .....                                                          | 312 |
| 4.8 Falta de limites nas jurisdições internas religiosas .....                      | 325 |
| 4.9 Falta de limites nas jurisdições das novas vilas baianas .....                  | 330 |
| 4.10 O Recôncavo baiano de Vilhena .....                                            | 336 |
| 4.11 A Nova Lusitânia e a Planta Geral da Bahia de Silva Pontes .....               | 348 |

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| <b>Considerações finais</b> ..... | 358 |
|-----------------------------------|-----|

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| <b>Fontes e Bibliografia</b> ..... | 264 |
|------------------------------------|-----|

#### **Anexos**

## Introdução

Quando o assunto é cartografia do Brasil colonial, mais especificamente a produzida pelos jesuítas, os primeiros estudos costumam se debruçar sobre os chamados Padres Matemáticos, o português Diogo Soares e o italiano Domingos Capassi, e o padre alemão Samuel Fritz.<sup>1</sup> Os dois primeiros foram encarregados de realizar um amplo levantamento cartográfico do Brasil,<sup>2</sup> cartografaram a região mineradora e o sul da colônia durante a primeira metade do século XVIII, enquanto o último atuou na região norte (Rio Amazonas e Solimões) no final do século XVII, produzindo um famoso mapa do rio Amazonas. A simples razão para essa seletividade diz respeito tanto a questões de ordem prática, como a disponibilidade de fontes, quanto a questões de ordem teórica.<sup>3</sup> O

---

<sup>1</sup> Ver: CINTRA, Jorge Pimentel & FURTADO, Junia Ferreira. “A Carte de l’Amérique Méridionale de Bourguignon D’Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 273-316, dez. 2011; RABELO, Lucas Montalvão. “A representação do rio ‘das’ Amazonas na cartografia quinhentista: entre tradição e experiência”. Manaus, UFAM, 2015. (História Social, Dissertação de Mestrado). SILVA, Úrsula Andrea de Araújo. “Corpo e Fronteira: o diário de Samuel Fritz e a conquista do espaço amazônico. Natal, UFRN, 2007. (História, Dissertação de Mestrado).

<sup>2</sup> A princípio, outro jesuíta italiano, o padre Carbone, seria o acompanhante do Padre Domingos Capassi em sua missão no Brasil. Sobre os Padres Matemáticos ver: ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1991; ALMEIDA, André Ferrand de. “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”. *Oceanos*, n. 40, p. 79-92, 1999. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores Instituto Rio Branco, v. 2, 1965-1971, p. 210; RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros, dos militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro Frio (1714-1771)*. Belo Horizonte, UFMG, 2014. (História, Dissertação de Mestrado).

<sup>3</sup> Os mapas produzidos a partir do século XVIII, conforme analisou Junia Ferreira Furtado, “relativos à América se configuram como um momento de inflexão da arte cartográfica tanto portuguesa quanto europeia. Por um lado revelam esse contínuo desvelar da geografia do interior do Brasil a partir de uma apreensão empírica da mesma, por outro, refletem as transformações técnicas e conceituais pelas quais a arte da cartografia passava nesse período”. FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 26. Ver também: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia ao Império. In: COSTA,

saldo do que ficou do projeto *Novo Atlas da América Portuguesa*, encomendado por dom João V a Soares e Capassi, são pelo menos 20 mapas que abrangem várias capitanias da costa do Brasil, desde Cabo Frio até Laguna, plantas de fortificações do Rio de Janeiro e Santa Catarina e representações da Colônia do Sacramento como também do território das Minas.<sup>4</sup> Além disso, o fato de esses jesuítas, matemáticos de profissão, terem tido “suas observações transmitidas de Portugal às principais academias do mundo”<sup>5</sup> deu início ao que Jaime Cortesão nomeou de cartografia científica e de Estado.<sup>6</sup> Algo semelhante ocorreu com a exatidão das observações astronômicas e das notações da hidrografia, de povoações e de tribos indígenas realizadas por Fritz no famoso *El Gran Rio Marañon o Amazonas com la Mission de la Compañia de IESVS geograficamente delineado*, impresso em Quito, em 1707, e depois amplamente reproduzido na Europa.<sup>7</sup>

Esta tese, no entanto, estuda outro jesuíta, também de mérito virtuoso e muito talentoso nos campos da matemática e da cartografia,<sup>8</sup> que viveu cinquenta dos seus oitenta e dois anos na América portuguesa, mas que ainda hoje é pouco conhecido, o Padre Jacob Cocleo, e o seu desaparecido *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para a comunicação do Maranhão* produzido no final do século XVII.

A história da Companhia de Jesus no Brasil se confunde com a própria história da colonização portuguesa na América. Até a expulsão oficial da Ordem de Portugal e de

---

Gilberto Antônio (Org.). *Roteiro prático de cartografia da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 29-49.

<sup>4</sup> GUERREIRO, Inácio. “Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”. *Oceanos*, n. 40, p. 25-26, 1999; RODRIGUES, Carmem Marques. “Um mapa exato desses descobrimento’: mapas oficiais do distrito diamantino”. In: *Os mapas das pedras brilhantes*, p. 99-146.

<sup>5</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, v. 4, 1938, p. 287.

<sup>6</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos mapas*, v. 2, p. 201.

<sup>7</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 4, p. 283-284.

<sup>8</sup> NANTES, Martinho. *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Brasileira. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1706]1979, p. 77.

suas colônias, na segunda metade do século XVIII, os jesuítas estiveram presentes de maneira contumaz em, praticamente, todos aspectos da vida na sociedade colonial: educação, religião, administração, economia e ciências. A própria história de vida do Padre Cocleo se confunde com a interiorização da colonização portuguesa. Quando ele aportou na região nordeste do Brasil, em 1660, a Coroa lusitana e seus representantes — fossem eles governantes, colonos ou religiosos — implementavam ações de integralização territorial em todas as direções; a conquista dos sertões aos índios e negros fugidos, a diversificação econômica e a delimitação das fronteiras no norte, sul e leste são alguns exemplos. Atuando em regiões estratégicas como Ceará, Rio de Janeiro e Bahia, Cocleo foi peça-chave nesse sentido, tanto para a Ordem como para Coroa. Na primeira, ocupou diversos cargos importantes, como o de missionário, visitador, professor e reitor. Na segunda, prestou auxílio científico e técnico a, pelo menos, três governadores: conde de Óbidos, dom João Lencastre e dom Rodrigo da Costa.

As balizas cronológicas deste estudo abarcam os anos de 1649 a 1755. O primeiro, foi o ano que o Padre iniciou seus estudos na Companhia de Jesus; o segundo se refere à data de fundação oficial do Colégio de Paranaguá, o único Colégio jesuíta acrescentado a cópia contemporânea remanescente. Foi dada uma atenção especial aos últimos anos do século XVIII, quando o trabalho do Padre recebeu as últimas menções diretas conhecidas. Estas, provindas da pena do memorialista Luiz dos Santos Vilhena, mais especificamente nas suas *Notícias soteporitanas e brasílicas*<sup>9</sup> e do engenheiro militar Antônio Pires da

---

<sup>9</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Noticias soteporitanas e brasílicas contidas em XX cartas, que da Cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos escreve um a outro Amigo em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, notificando-o do estado daquela cidade, sua Capitania e algumas outras do Brasil: feita e ordenada para servir na parte que convier de elementos da história brasílica. Dividida em três tomos que ao soberano augustíssimo príncipe regente. Dom João dedica e oferece.* T. 3. Bahia: Imprensa oficial do Estado, 1921 [1802].

Silva Pontes Leme, em seu mapa *Nova Lusitânia*, produzido em 1798.<sup>10</sup> Este último, de acordo com Joaquim Romero Magalhães, “fecha o século com a definição cartográfica do Brasil”.<sup>11</sup>

Um mapa jesuítico, por si só, não pode ser analisado sem que se leve em conta dois fatores importantes: em primeiro lugar, de maneira mais ampla, a atuação dessa Ordem, na construção do conhecimento científico acerca dos lugares onde atuava; em segundo lugar, de modo geral, o próprio estado da arte da produção cartográfica, especialmente aquela produzida por seus membros. No que diz respeito ao Padre Cocleo, os historiadores da cartografia jesuítica e não jesuítica, no Brasil, até hoje, tendem a centralizar suas análises, no trecho do mapa que representa a ocupação do Rio São Francisco e na região onde as minas de ouro foram encontradas. Por esse motivo e com o intuito de analisar a produção do Padre em um contexto mais dilatado, este estudo não se restringe apenas à América portuguesa, mas leva também em consideração lugares como Portugal, França, Itália e Países Baixos, que durante o século XVIII foram centros de referência e irradiadores da arte e da ciência no que toca ao conhecimento cartográfico, em geral, e à atuação da Companhia de Jesus, em particular, alguns desses locais percorridos pelo padre.

No livro *Mapas e história: construindo imagens do passado*, Jeremy Black chama a atenção para as possibilidades de interpretação da História existentes nos estudos dos mapas. Para o autor, todas as marcas, vestígios e registros deixados por uma determinada sociedade ou grupo servem como fonte para o ofício do historiador, pois também estão

---

<sup>10</sup> ADONIAS, Isa. *Mapas e planos manuscritos relativos aos Brasil Colonial (1500 – 1822)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v. 2, 1960, p. 46.

<sup>11</sup> De acordo com Joaquim Romero, após a confecção da *Nova Lusitânia* Portugal “pouco ou nada” teve de participação na produção cartografia terrestre do Brasil. MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. sér, v. 17, n. 1, p. 69-94, jan-jun de 2009, p. 87.

imbuídas da realidade que as constituíram. Assim como outras fontes, portanto, os mapas são frutos de uma dada realidade histórica, e carregam traços significativos do momento e dos valores da época em que foram produzidos.<sup>12</sup> Com isso em vista, apesar do desaparecimento do original produzido pelo Padre, esta tese faz uso de uma cópia contemporânea intitulada *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo*, que hoje faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Exército.<sup>13</sup> Também são utilizados documentos coevos que fizeram referências ao trabalho desse jesuíta e à região por ele representada, como correspondências oficiais, consultas do Conselho Ultramarino, memórias, relatórios, mapas e plantas geográficas, entre outros.

A presente tese está estruturada em quatro grandes núcleos: a ciência, o padre, o mapa e seus usos. O primeiro é composto por um único capítulo, *Os Jesuítas e a ciência moderna*. Neste, procura-se refletir sobre o papel dos membros e da própria Companhia de Jesus no processo de produção do conhecimento efetivado entre os séculos XV e XVII — em especial a Matemática, a Geografia e a Cartografia — na Europa e no próprio reino.

No segundo núcleo, diante da ausência de estudos sobre o próprio Padre Cocleo, são analisados aspectos relativos à trajetória desse jesuíta, tanto na Europa, quanto na América. Esse núcleo é subdividido em três partes, grosso modo ordenadas cronologicamente: na primeira, são discutidos os aspectos relacionados à formação do Padre Cocleo, ocorrida a partir de seu ingresso na Companhia de Jesus; a segunda é

---

<sup>12</sup> BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005, p. 11.

<sup>13</sup> Reprodução dessa cópia também pode ser vista em COSTA, Gilberto Antônio (org.); FURTADO, Junia Ferreira; RENGER, Friedrich Ewald & SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das conquistas das Minas Gerais do território das Minas*. Lisboa/ Belo Horizonte: Kappa/ UFMG, 2004, p. 140-141.

centrada no seu trabalho missionário, período em que esteve em contato direto com os indígenas no Ceará e no sertão da Bahia; a terceira e última, centra-se no trabalho de Cocleo desempenhado nas instituições dos jesuítas situadas em áreas urbanas da colônia, quando ocupou cargos nos colégios do Rio de Janeiro e da Bahia. A principal preocupação desse segundo núcleo é reconstruir e compreender a trajetória do personagem com o intuito de entender melhor sua formação e atuação intelectual. As fontes utilizadas foram majoritariamente as *Annue Litteras* (Cartas Anuas), as crônicas dos Jesuítas e o necrológico do Padre, escrito no ano de 1710, por um jesuíta anônimo no Colégio da Bahia.

Mathew Edney argumenta que, muito frequentemente, e ao contrário do que se poderia esperar, os mapas são capazes nos informar bem mais sobre o universo cultural do seu autor e de seu público consumidor do que sobre a área que representam. Seguindo essa sugestão, distribuimos o restante do trabalho em núcleos que se debruçam sobre a análise do mapa, propriamente dito, e seus usos. O primeiro deles, intitulado *Mapa da maior parte do Brasil*, analisa o contexto de produção do original, com o intuito de conhecer um pouco mais sobre a carta geográfica desaparecida;<sup>14</sup> já o segundo, *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do BRAZIL*, busca compreender como e por que as concepções geográficas presentes no mapa cópia, produzido a partir dos últimos anos do século XVII, foram realizadas e acionadas por outros autores, ao longo do século XVIII.

---

<sup>14</sup> EDNEY, Matthew H. “A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 31-52, jan-jun., 2007.

Parte 1:  
A CIÊNCIA

Capítulo 1.1: *Os jesuítas e a Ciência Moderna*

Fundada com a finalidade de promover o “aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristã, e para a propagação da fé”,<sup>15</sup> a Companhia de Jesus surgiu como uma das ações implementadas pela Igreja Católica para fazer frente ao movimento da Reforma Protestante. Apesar de se constituir uma de suas iniciativas, a expansão e a consolidação da Ordem não dependeram exclusivamente da instituição romana. Até 1759, quando diversos jesuítas ou inicianos distribuídos por várias partes do globo começaram a ser presos ou obrigados a seguirem para Roma com a Ordem sendo expulsa de vários países e suas conquistas coloniais,<sup>16</sup> fatores internos e externos à própria Ordem intercalaram-se imprimindo-lhe diferentes níveis de desenvolvimento: as divisões e (re)divisões das Províncias, a criação e a diversificação das unidades de ensino, as missões catequizadoras, o envolvimento dos jesuítas com o conhecimento científico e até mesmo as negociações de interesses da própria Companhia ou de seus membros juntos aos chefes de Estados foram alguns desses fatores.

Este capítulo buscou compreender como as transformações nos campos da Astronomia, da Matemática e da Geografia, encetadas a partir do que foi chamado de

---

<sup>15</sup> LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 21.

<sup>16</sup> Em 3 de setembro desse ano, dom José I decretou a proscrição e expulsão da Companhia de Jesus dos seus reinos e domínios ultramarinos. O decreto francês foi assinado em 1764. Em 27 de fevereiro de 1767 foi a vez do monarca espanhol Carlos III assinar o decreto que expulsou os jesuítas de todo o seu Império. Contudo, a supressão definitiva da Ordem ocorreu no ano 1773.



“Revolução Científica”, que repercutiram tanto na Europa quanto na América portuguesa, foram expressas pelo Padre Cocleo e se refletiram na produção de sua carta geográfica. Para tanto, parte-se da análise de como estas ciências se desenvolveram no interior da Companhia de Jesus, ordem a qual ele era afiliado e onde recebeu sua formação.

## 1.2 *Adaptar e expandir*

Enquanto instituição hierárquica, a Igreja Católica mais parecida com a que conhecemos hoje, surgiu no ano de 325, fruto do Concílio de Nicéia, reunido pelo Imperador Romano Constantino. Paulatinamente à sua estruturação, as diferentes seitas cristãs ainda existentes no mundo antigo foram sendo anexadas à Igreja de Roma que, aos poucos, deixou de ser a sede do império para a se tornar a sede da cristandade europeia. O ápice desse processo ocorreu na Idade Média, quando a Cúria reuniu os poderes políticos e econômicos, alcançando um predomínio quase que absoluto sobre a maior parte da população europeia. Essa hegemonia só foi abalada de fato, dozes séculos depois, em 1517 a partir da publicação, na Alemanha, das 95 teses do teólogo agostiniano Martinho Lutero. A essas inquietações surgidas no seio da Igreja Católica<sup>17</sup> juntaram-se perturbações de cunhos político e econômico. O primeiro foi decorrência da formação e do fortalecimento dos Estados Nacionais, com seus reis-governantes ansiando restringir o poderio da Igreja sob seus domínios. O segundo foi o advento e o fortalecimento da burguesia, fator de tensão em sociedades marcadas pelos valores nobiliárquicos

---

<sup>17</sup> As três principais contestações ou movimentos reformistas religiosos do período foram: a luterana; a Calvinista liderada pelo teólogo cristão o francês João Calvino; e a Anglicana motivada pela questão do divórcio do Rei e que na prática significou um rompimento da dinastia Tudor com a Igreja Católica.

tradicionais. O fim da sua supremacia europeia, ocorreu em 1648, com o término da Guerra dos Trinta anos e a assinatura do Tratado de paz de Westifália. A guerra começara em 1618, contra o domínio da dinastia dos Habsburgos (católica e herdeira da Coroa do Sacro Império Germânico), na região da Boêmia, onde a maioria da população convertera-se ao protestantismo. Mais tarde, os católicos Bourbonns, que governavam a França, por interesses geopolíticos, entraram na disputa, de forma a diminuir o poder dos Habsburgos, na Europa. O tratado instituiu legalmente a prática do luteranismo e do calvinismo ao lado do catolicismo no espaço do Sacro Império, colocando “fim a uma série de conturbações religiosas e consequentemente políticas que assolavam a região”.<sup>18</sup>

A expansão marítima portuguesa, o surgimento e o crescimento da atuação da Companhia de Jesus, assim como as transformações científicas renascentistas despontaram, nesse cenário, como componentes correlatos. A Ordem se instalou em Portugal no mesmo ano do seu reconhecimento pelo Papa Paulo III, quando da assinatura da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*. No grupo dos seis estudantes oriundas da Universidade de Paris, liderados pelo basco Inácio de Loyola, encontravam-se Francisco Xavier, originário da mesma região, e o português Simão Rodrigues. O segundo “ficou a organizar a Ordem em solo lusitano, enquanto o [primeiro] embarcava para o Oriente, onde veio a fazer jus à santidade”.<sup>19</sup> Menos de uma década depois, em 1549, depois de dois meses de viagem, os primeiros jesuítas chegariam às terras portuguesas na América para dar início à sua obra de catequese, erguendo um colégio em Salvador da Bahia e

---

<sup>18</sup> MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII: a Ciência, a Religião e o Padre Valentim Estancel S. J.* Praga: Tese Centro de Estudos Ibero-americanos, Univerzita Karlova V Praze, 2015, p. 83. (História, Tese de Doutorado).

<sup>19</sup> FIOLHAIS, Carlos & FRANCO, José Eduardo. “Os Jesuítas em Portugal e a ciência: continuidades e rupturas (séculos XVI e XVIII)”. *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, Córdoba, Universidad Nacional de Cordoba (UNC), v. 5, n. 1, p. 165, enero-junio 2017.

fundando a Província brasileira da Companhia de Jesus.<sup>20</sup>

A metáfora de um raio em constante dilatação é ilustrativa do processo de propagação da Companhia de Jesus pelo mundo, desde a sua criação até o alvorecer dos setecentos. “Dali para frente, apesar de alguns avanços importantes em termos de áreas alcançadas pela evangelização jesuítica, os anos seriam de disputas amargas, reveses e, finalmente, a expulsão dos territórios portugueses (1759) e espanhóis (1767) até a supressão de 1773”.<sup>21</sup> Qualquer que fosse a atividade, o idioma, o tipo de solo, a vegetação ou a adversidade climática, se houvesse uma alma necessitando ser acolhida na fé católica, era bem provável que, nas proximidades, havia um dos Soldados de Deus, comprometido com a evangelização e com o mistério apostólico. “A Companhia de Jesus tornou-se num verdadeiro exército em defesa da manutenção dos princípios católicos e da evangelização na Europa, na Ásia, na África e na América. Os jesuítas atuaram em missões internas pela Europa e em missões pelas terras conquistadas”.<sup>22</sup> Todavia, apesar da validade da metáfora do raio, essa mundialização constante não avançou enquanto um bloco homogêneo em todas as direções, nem no tempo e nem no espaço.

Nesse sentido, a História da Companhia de Jesus e de seus membros também pode ser percebida como uma história de adaptações.<sup>23</sup> De adequações aos diferentes contextos onde a Companhia se instalou para que a doutrina católica pudesse ser difundida. Na Península Ibérica, por exemplo, os jesuítas tiveram que se harmonizar com

---

<sup>20</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, v. 1, 1943, p. 20-25.

<sup>21</sup> BARCELOS, Artur H. Franco. “Unos non sufficit orbis: os Jesuítas e o mapeamento do mundo e as cartografias periféricas”. *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, Córdoba, Universidad Nacional de Cordoba (UNC), v. 5, n. 1, p. 71, enero-junio 2017.

<sup>22</sup> MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*, p. 80.

<sup>23</sup> O historiador Frederico Monturil chama a atenção para a adaptação cotidiana que os membros da Companhia tiveram que desenvolver para serem aceitos, por exemplo, entre as tribos indígenas na América portuguesa. Ver: *A Companhia de Jesus e a Educação*. In: MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*, p. 96-99.

o sistema do Patriarcado, vigente em Portugal e na Espanha; enquanto que, na França, na Rússia e em outros países, sua ação se fez sob os auspícios do mecenato régio.<sup>24</sup> Mas foi nas áreas de expansão missionária que profundas adaptações tiveram que ser realizadas para que fossem aceitos e incorporados às populações autóctones. Em alguns casos, essas beiraram a heresia e provocaram profundos debates no interior da Ordem.<sup>25</sup>

O estabelecimento do Quarto Voto, logo no início da formação da Companhia, pode ser considerado a primeira adaptação. “Além dos tradicionais votos de pobreza, castidade e obediência, os jesuítas acrescentavam um voto de obediência direta ao Papa”.<sup>26</sup> José Eisenberg, ao analisar a influência dos primeiros jesuítas da América portuguesa nas mudanças conceituais pelas quais passou o pensamento político moderno, lembra que essa inovação foi responsável pelo alto grau de autonomia dos jesuítas em relação aos poderes temporais dos reis.

Por deverem obediência apenas ao Papa e aos superiores da hierarquia da ordem, os jesuítas colocavam-se fora da jurisdição das autoridades religiosas locais. Esse voto especial de obediência ao Papa era a principal diferença entre as concepções jesuítica e dominicana de obediência. Os dominicanos eram forçados a obedecer ao clero secular, inclusive às autoridades eclesiásticas locais. Aos se colocarem sob a tutela papal, sem intermediações, os jesuítas considerava-se livres de obrigações para com essas autoridades.<sup>27</sup>

Contudo, o autor evidencia que colocar em prática esse conceito de obediência,

---

<sup>24</sup> Na França foram protegidos pelo Cardeal Richelieu, na Espanha, dos conselhos dos reis Felipe III e IV. Em Portugal além de auxiliarem na coroação D. João IV, o jesuíta padre Antônio Vieira gozou de uma importante posição no reinado de D. João IV e na regência da Rainha D. Luiza de Gusmão. MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*, p. 89-90.

<sup>25</sup> MONTERO, Paula (Org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006; AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens: A negociação da fé no encontro catequético e ritual americano - séculos XVI-XVII*. São Paulo: Humanitas/ FAPESP, 2007; AGNOLIN, Adone. *O Amplexo Político dos Costumes de um Jesuíta Brâmane na Índia: a Acomodação de Roberto de' Nobili em Madurai e a polêmica do Malabar (séc. XVII): ortopráticas rituais às margens dos impérios políticos, entre religião ou política, cultos idôlâtricos ou ritos civis*. São Paulo: USP, 2017. (Tese de Livre Docência).

<sup>26</sup> EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 36.

<sup>27</sup> EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 37.

principalmente obediência cega ao Papa, não se configurou tarefa fácil para Ordem. “Não havia meios materiais de controle da atividade missionária dispersa por rincões tão distantes, era necessário que os irmãos aceitassem aquelas ordens como se fossem produtos de sua própria deliberação consciente”.<sup>28</sup> Os meios para estabelecer algum tipo de controle vieram, em 1558, com publicação das *Constituições da Companhia de Jesus*.<sup>29</sup> Muitas de suas normas foram produzidas localmente pelos próprios missionários, a partir de sua prática vivenciada no Oriente, na América e mesmo pela Europa, de onde periodicamente enviavam cartas justificando as ações tomadas.<sup>30</sup> Dois conceitos em particular, traçados por Inácio de Loyola, auxiliaram a Ordem colocar em prática a obediência – adaptação de normas e tolerância das violações que não fossem extremamente ofensivas – tornando-se o núcleo da casuística jesuítica que se desenvolveu nas décadas seguintes.<sup>31</sup>

### 1.3 Produção de conhecimentos e experiências locais

Steven J. Harris percorre um caminho semelhante ao de Eisenberg, ainda que

<sup>28</sup> EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 37.

<sup>29</sup> Antes da promulgação das *Constituições da Companhia de Jesus* as normas que regulavam a Ordem estavam presentes exclusivamente no documento que Inácio de Loyola apresentou à Igreja, quando da sua fundação em 1540 conhecido como a *Fórmula do Instituto*.

<sup>30</sup> De acordo com o professor Eisenberg existiam fundamentalmente dois tipos de epístolas. O primeiro, o mais conhecido são as Cartas Edificantes que eram escritas pelo membros da Ordem de forma similar aos relatos de viagem visando com isso atingir um público mais amplo de religiosos e leigos. Estas, funcionavam ainda como instrumento de publicidade e de promoção da Companhia dentro da igreja e das cortes europeias. O outro tipo de carta eram as *hijueta*. Nestas cartas os jesuítas relacionavam suas demandas e reclamações de forma clara e direta, em outras palavras travam dos assuntos internos à Ordem de maneira sistematizada. EISENBERG, José. Ver especialmente “A instituição epistolar jesuítica”. In: *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 46-58.

<sup>31</sup> EISENBERG, José. Ver “Noster modus procedendi”. In: *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 27-46.

utilize termos diversos, para avaliar o conhecimento geográfico produzido pelos inacianos. Em *Mapping Jesuit Science*, ele explica que o elevado volume de obras publicadas pelos membros Companhia relacionadas à Geografia e à História Natural, cerca de 800 ou 1/7 das seis mil publicadas entre 1600 e 1777, “como tantas outras coisas na Companhia”, não podem ser reduzidas ou explicadas somente a partir de uma “semente inaciana”, ou seja, somente pela obediência às *Constituições*.<sup>32</sup> “Pelo contrário, o desenvolvimento de uma tradição robusta nas ciências naturais ocorreu nos contextos diários e locais em que os jesuítas se encontravam”.<sup>33</sup>

Harris chama atenção para o fato de que o conhecimento do mundo natural dos jesuítas esteve profundamente ligado às suas práticas missionárias. “Assim, nem sua prática, nem suas contribuições, nem suas publicações de geografia e de história natural podem ser separadas de suas viagens como agentes da Companhia”.<sup>34</sup> Todavia, o conhecimento construído a partir dessa experiência local surge como um conhecimento incompleto, uma vez que para o autor é em Roma que se concentra a produção do conhecimento científico da Companhia. Para ele, a sua organização “fortemente matemati[zada]” em assistências, províncias e cidades, centralmente governadas a partir de Roma, na qual o Quarto Voto possuía um papel decisivo, permitiu um crescimento orgânico da Ordem, à medida que ela ampliava seu conhecimento geográfico.<sup>35</sup> Ao

---

<sup>32</sup> HARRIS, Steven J. *Mapping Jesuit Science: “The Role of Travel in Geographical Knowledge”*. In: O’MALLEY, John W., SI; BAILEY, Galvin Alexander; HARRIS, Steven J; and KENNDY, T. Frank, SI. *The Jesuit: culture, science and the arts, 1550-1773*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 1999, p. 213.

<sup>33</sup> “Rather, the development of a robust tradition in the natural sciences took place in the daily and local contexts in which Jesuits found themselves”. HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 213-214.

<sup>34</sup> “Thus neither their practice of, nor their contributions to, nor their publications in geography and natural history can be separated from their travels as agents of the Society”. HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 214.

<sup>35</sup> HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 223-324.

destacar fisicamente as maiores universidades e faculdades jesuíticas das capitais provinciais da Itália e assistências francesas e alemãs como os “centros de concentração” do conhecimento de toda a Companhia fica em evidência quais são os seus aportes epistemológicos.

Ou seja, esses cerca de três dúzias de centros de concentração [de conhecimento] podem ser pensados como inseridos na rede de longa distância da Companhia, que permitia a troca de pessoal, de textos e de objetos naturais necessários à produção do conhecimento natural vista como uma espécie de circulação entre sítios locais e práticas dispersas.<sup>36</sup>

Com relação àqueles missionários que desenvolveram “trabalhos em geografia, matemática, astronomia e meteorologia”, fora desses centros, Harris, é categórico em afirmar que isso só foi possível porque esses homens, ao darem “coerência às suas viagens e observações”, estavam alinhados aos centros, uma vez que mantinham constante contato por meio dos textos e dos tratados publicados pela Companhia.<sup>37</sup>

Para ele, nem os jesuítas-cientistas, nem o conhecimento que produziam podiam se configurar de forma autônoma à Companhia, sendo pela mesma e por sua ação missionária determinados e conformados. Ou seja, ele não enxerga espaço de autonomia ou de criatividade intelectual entre os inicianos atuando em campo. Nem que sua ação científica pudesse ter fim em si mesmo. Há, no entanto, inúmeros exemplos de inicianos produzindo ciência independente de sua ação missionária. Como único exemplo, entre tantos outros, “o padre Cristóbal de Acuña, jesuíta do Colégio de Cuenca, foi encarregado [pela Coroa espanhola] de acompanhar a expedição de Pedro Teixeira, descendo o rio

---

<sup>36</sup> “That is, these three dozen or so centres of concentration can be thought of as nodes embedded in the Society’s long-distance network, with the exchange of personnel, texts, and natural objects necessary for the production of natural knowledge viewed as a sort of circulation between local sites and distributed practices”. HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 226.

<sup>37</sup> HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 227.

Amazonas” e, posteriormente, redigiu seu famoso relato, intitulado *Relación del descubrimiento del río de las Amazonas*, publicado em 1641.<sup>38</sup>

Harris acrescenta, de forma equivocada, que “nenhum de nossos exploradores e autores jesuítas era naturalista ou geógrafo por formação ou profissão, nenhum viajou ou trabalhou como naturalista ou geógrafo em si, e mesmo no século XVIII ninguém viajou a mando de qualquer uma das principais academias científicas”.<sup>39</sup> Ora, o epíteto de naturalista não pode ser esperado dos inicianos antes da segunda metade do século XVIII porque, até então, esse tipo especialista simplesmente não existia.<sup>40</sup> Mas desde sempre, a educação jesuítica incorporou ensinamentos na área da História Natural e da Geografia, incorporando novos autores com suas concepções mais recentes à medida que essas iam surgindo.<sup>41</sup> Inclusive, em vários colégios da Companhia, “o curso de filosofia da natureza ou *matemática naturalis* ocupava um lugar importante no ensino da Filosofia”.<sup>42</sup> Já sobre a relação entre os jesuítas e as academias de ciências no século XVIII, não só muitos eram filiados ou correspondentes das mesmas, como era o caso da *Académie Royale des Sciences* de Paris, como a atuaram a serviço dos monarcas. Em Portugal, os jesuítas João Batista Carbone e Domenico Capacci, que chegaram em Lisboa, em 1722, além do português, Diogo Soares, atuaram sob o signo da Biblioteca Real e da Academia da História Portuguesa, que durante o reinado de Dom João V, abrigaram as áreas e as

<sup>38</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 262.

<sup>39</sup> “(...) none of our Jesuit explorers and authors were naturalists or geographers by training or profession, none travelled or worked as naturalists or geographers per se, and even in the eighteenth century none travelled at the behest of any of the major scientific academies”. HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 213-214.

<sup>40</sup> Os primeiros cursos universitários de Ciências Naturais surgiram em Portugal, com a Reforma dos Estudos da Universidade de Coimbra em 1772. Os formados nesse curso eram chamados naturalistas.

<sup>41</sup> A esse respeito, especialmente no campo da Geografia, ver DAINVILLE, François de (S.J.). *L'éducation des jésuites (XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1978.

<sup>42</sup> “El curso de filosofía de la naturaleza o *philosophia naturalis* ocupaba un lugar importante en la enseñanza de la filosofía”. ASÚA, Miguel de. *La ciencia de Maio: la cultura científica en el Río de la Plata, 1800-1820*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 15.



tarefas concernentes à ciências, “dispondo os artefatos culturais mais modernos e reunindo os inteligentes do reino para a produção do conhecimento científico segundo o novo gosto, embasado num racionalismo triunfante”.<sup>43</sup>

Por fim, Harris argumenta que, “com poucas exceções, eles [os jesuítas] trabalharam como missionários e/ou serviram, de uma forma ou de outra, como educadores – embora não necessariamente como professores – dentro da Companhia”.<sup>44</sup> Sem ser possível compreender muito bem qual a distinção que ele estabelece entre educadores e professores, a Companhia de Jesus encarregou, desde muito cedo, seus membros das tarefas de ensino nos locais em que atuaram, voltadas tanto para a educação de reis e nobres, quanto da burguesia ascendente e das populações nativas onde missionaram.

Harris escreveu seu trabalho seguramente influenciado pelas noções de “centro de cálculos”, de Bruno Latour.<sup>45</sup> Para esse último, independentemente da prática acadêmica envolvida, a produção do conhecimento baseia-se na circulação de pessoas, organismos, ideias, recursos simbólicos e materiais para e entre os diferentes centros de cálculo. Nesses últimos, o conhecimento geográfico acerca dos demais locais envolvidos é construído e inserido numa rede. Assim como Latour, Harris, também crê que ocorre uma simples transferência entre agentes locais que produzem trabalhos (mapas mentais, desenhos em areias, borrões) sobre os locais onde atuam para os exploradores (os jesuítas), produtores do novo conhecimento geográfico e desses últimos para os eruditos estabelecidos na Europa. Em suma, para Harris a mesma confiança que os Superiores, em

---

<sup>43</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 312.

<sup>44</sup> “(...) with few exceptions, they worked as missionaries and/or served, in one capacity or another, as educators - though not necessarily as professors - within the Society”. HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 213-214

<sup>45</sup> LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Milton Keynes: Open University, 1987.

Roma, tinham em relação à correspondência administrativa escrita por seus membros, situados em remotas localizações, os jesuítas eruditos possuíam em relação aos relatos de seus companheiros longínquos, que lhes enviavam mapas, observações de eclipses ou registros da direção das correntes oceânicas coletados em alto mar, por exemplo. “Confiança e confiabilidade, em outras palavras, não foram menos importantes na comunicação da informação científica do que na comunicação da inteligência administrativa”.<sup>46</sup>

Michael T. Bravo em seu artigo *Ethographic Navigation and the Geographical Gift*,<sup>47</sup> publicado no mesmo ano do *Mapping Jesuit Science*, de Harris, defende uma visão de ciência diferente da fundada por Latour e reforçada por Harris. Para entender como se constituíram os conhecimentos geográficos produzidos pelo navegador francês Lapérouse, nas suas viagens realizadas no Pacífico, em meados do século XVIII, Bravo, assumidamente influenciado por Marcel Mauss, elabora os conceitos de “os dons geográficos” e a “navegação etnográfica”. O primeiro baseia-se em observações etnográficas detalhadas pois, de acordo com o autor, o conhecimento geográfico consolidado na Ilustração surge de uma série de encontros complexos e, muitas vezes, confusos, entre os habitantes locais e os agentes estrangeiros (navegadores, desenhistas, exploradores e/ou jesuítas). O conceito das “navegações etnográficas”, por sua vez, nasce das descrições da aparência física das pessoas, sua linguagem, suas maneiras, seus hábitos e suas ideias religiosas, bem como das comparações entre grupos étnicos diferentemente rotulados. Em suma, o que Bravos avaliza é que, com a renomeação dos

---

<sup>46</sup> “Trust and reliability, in other words, were no less important in the communication of scientific information than in the communication of administrative intelligence”. HARRIS, Steven J. “Mapping Jesuit Science”, p. 231.

<sup>47</sup> BRAVO, Michael T. “Ethographic Navigation and the Geographical Gift”. In: LIVINGSTONE, David N. & WITHERS, Charles W. J. (Ed.). *Geography and Enlightenment*. Chicago/ London: University of Chicago Press, 1999, p. 199-235.

lugares, a imposições de rótulos étnicos a seus informantes e a substituição dos esboços dos nativos por pesquisas baseadas em instrumentos astronômicos precisos, os europeus estariam, de fato, é contribuindo para a marginalização dos agentes locais e de seus conhecimentos.

Eis um caso concreto de diferentes níveis de intercâmbio entre a ciência e as outras esferas<sup>48</sup> que, se analisados isoladamente, e às vezes mesmo quando confrontados ainda deixam lacunas para o entendimento da produção científica e/ou geográfica produzida nas colônias. O problema dessas interpretações, como indicou o historiador das ciências Kapil Raj, é que elas divulgam a lógica de que a produção científica realizada nas colônias surgiu como uma imposição racional das potências europeias.<sup>49</sup> A esse respeito Raj adverte que

exportar produtos científicos para além de seu local de produção frequentemente implica a replicação de instrumentos e de habilidades materiais e intelectuais, mas mais importante ainda requer que os gestos, os protocolos, as regras sociais, as convenções e os regimes de civilidade associados à especialidade científica em questão sejam negociados com o respeito devido com os da comunidade anfitriã, moldando sua reconfiguração de forma a se adequar ao novo ambiente. Além disso, esses processos de negociação e de acomodação, longe de serem unidirecionais, também podem afetar, em seu lugar de origem, a natureza do produto científico por meio de processos de circulação e de *feedback*.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> ÁVILA, Gabriel da Costa. *Epistemologia em conflito: uma contribuição à história das Guerras da Ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, p. 16, 2013. [Coleção Scientia]

<sup>49</sup> RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia século XVII-XIX”. *Cultura*, Paris, v. 24, p. 24, 2007.

<sup>50</sup> “(...) exporting scientific produce beyond its site of production often entails the replication of instruments and material and intellectual skills, but it requires even more importantly that gestures, protocols, social rules, conventions, and regimes of civility associated with the scientific speciality in question be negotiated with respect to those of the host community, entailing their reconfiguration to fit the new environment. Moreover, these processes of negotiation and accommodation, far from being unidirectional, can also affect the nature of the scientific produce at its place of origin through processes of circulation and feedback”. RAJ, Kapil: *Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. New York: Palgrave Macmillan, p. 62, 2007.

Mais uma vez, as vivências locais dos jesuítas dispersos pelo globo colocam em cheque as ideias de um centro de produção de conhecimento fixado na Europa. Entre 1663 e 1705, período em que foi missionário na Bahia e Pernambuco, o matemático e astrólogo jesuíta, Valentim Estancel (1621-1705), contemporâneo ao padre Cocleo, observou diversos cometas e enviou seus textos com as observações realizadas a vários homens de ciência na Europa. A importância da ação de Estancel está além da simples coleta de informações/observações, tanto é assim que a sua observação, realizada em 1668, lhe rendeu, na década, seguinte a publicação em três importantes revistas científicas da época, nas cidades de Paris, Roma e Londres, respectivamente. Em 1687, Isaac Newton fez uso destes últimos cálculos e observações para escrever o Livro III do *Principia Matemática (Philosophiae naturalis principia mathematica)*.<sup>51</sup>

#### 1.4 O papel da Matemática para os jesuítas

Para mapear o conhecimento matemático na Modernidade, e conseqüentemente o astronômico, umbilicalmente ligado ao primeiro, é necessário ter em mente que nenhum campo do saber se transforma de forma retilínea, linear e progressiva. Junia Furtado afirma que “ao contrário do que comumente afirmavam os estudiosos tradicionais da ciência, não houve um desenvolvimento linear ou progressivo da ciência e princípios, aparentemente antagônicos, podiam se superpor ou mesmo se completar”.<sup>52</sup> Como

---

<sup>51</sup> MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*. Ver preferencialmente o capítulo 7, “As cartas científicas do Padre Valentim Estancel”, p. 187-234.

<sup>52</sup> FURTADO, Junia Ferreira. “As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro”. *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v. 4, p. 155-212, 2003.

exemplo desses aparentes, e somente aparentes, paradoxos, a autora, analisa o mapa mental que o médico português José Rodrigues Abreu construiu da região mineradora, no início do século XVIII, que reflete percepções da região ancoradas na Alquimia, o que para os historiadores tradicionais da ciência seria anacrônico.<sup>53</sup> Da mesma maneira, como o descrito em relação ao conhecimento geográfico, não é a intenção desta tese realizar uma História da Matemática.<sup>54</sup> A ideia é apenas lançar luz sobre alguns aspectos do seu desenvolvimento que contribuam para o entendimento da produção desse saber por membros da Companhia de Jesus.

O Colégio de Messina, na Sicília, criado em 1548, foi o primeiro na Companhia a possuir professores exclusivamente jesuítas, programa de curso estabelecido em três ciclos - Teologia, Humanidades e Filosofia – e a aceitar de estudantes leigos. Essas características, logo em seguida, viriam a predominar na rede educacional jesuítica até a supressão da Ordem no século XVIII:

O curso de filosofia da natureza ou *philosophia naturalis* ocupava um lugar importante no ensino da filosofia que conduzia ao grau de Artes (título universitário obtido ao concluir os primeiros três anos de universidade para os que seguiam as carreiras como Direito e Teologia). Este curso, em geral de um ano de duração, consistia na explicação da estrutura física do mundo segundo a cosmologia aristotélica (basicamente exposta na *Physica*, ou no *De Caelo*). A dita exposição se efetuava sob molde escolástico, ou seja, por meio de silogismos e sem o uso das matemáticas.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> FURTADO, Junia Ferreira. “O Peregrino Instruído: José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária das minas brasileiras”. In: GODOY, Scarlett O’Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmen. (ed.) *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Lima: Instituto Riva-Agüero-PUCP/Instituto Francês de Estudios Andinos, 2005, p. 757-787,

<sup>54</sup> Em linhas gerais, desde a *Constituições da Companhia de Jesus*, o ensino de Matemática é autorizado, mas na prática os membros da Ordem seguiam a Filosofia aristotélica. Vários autores antigos, não só Aristóteles, como Sirianus, Aristippus, Cicero, Epicurus negavam o uso das matemáticas, para eles todo conhecimento matemático era falso. Grosso modo, Euclides com os “*Elementos*” foi quem deu aos princípios da Geometria um tratamento intimamente aparentado à teoria aristotélica dos princípios da ciência. Para uma discursão mais aprofundada ver: WOLFF, Francis. *A Ciência Aristotélica e a Matemática Euclidiana*. *Analytica*, v. 1, n. 8, p. 13-88, 2004.

<sup>55</sup> “El curso de filosofía de la naturaleza o *philosophia naturalis* ocupaba un lugar importante en la enseñanza de la filosofía que conducía al grado de Artes (título universitário obtenido ao concluir los primeros tres años de la universidad, a los que seguían carreras como Derecho o Teología). Este curso, en

Ainda que de forma irregular, o ensino da Matemática, da Geometria, da Aritmética, da Álgebra e das disciplinas correlatas, como Astronomia, Ótica e Música, foram, pouco a pouco, sendo adicionadas aos cursos de Filosofia ministrados nos colégios da Companhia.<sup>56</sup> Em Medina, como foi citado, a Matemática e a Astronomia estiveram presentes desde o início. Em Roma isso só aconteceu três anos depois da fundação do Colégio Romano,<sup>57</sup> quando, em 1553, o jesuíta Spaniard Baltasar Torres elaborou o primeiro programa de Filosofia, que contemplava a Matemática, a Geometria e a Astronomia.<sup>58</sup> Em Portugal, o ensino de Matemática pelos jesuítas começou a ser praticado, regularmente, a partir de 1590.<sup>59</sup>

Os esforços sistemáticos para que a Matemática fosse incluída no currículo escolar da Ordem só ocorreram, de fato, em finais do século XVI. A atuação do “Euclides do século XVI”, o ex-aluno do Colégio de Coimbra (1555-1560) e um dos autores da Reforma do Calendário Gregoriano, de 1582, o jesuíta alemão Cristóvão Clávios (1538-

---

geral de un año de duración, consistía en la explicación de la estructura física del mundo según la cosmología aristotélica (basicamente, la expuesta en la *Physica* y el *De caelo*). Dicha exposición se efectuaba more scholastico, es decir, por medio de silogismo y sin uso de las matemáticas”. ASÚA, Miguel de. *La ciencia de Maio*, p. 15.

<sup>56</sup> UDÍAS, Agustín: *Jesuit Contribution to Sciency: A History*. Switzerland: Springer, 2015, p. 3-6.

<sup>57</sup> Em 1551 a Companhia fundou um modesto colégio em Roma. Em 1556 este passou a ofertar as disciplinas de Filosofia e Teologia e, por isso, recebeu do Papa Paulo IV o status de Universidade. Em 1576, além de ter recebido a confirmação desse status, pelo papa Gregório III, foi transferido para acomodações maiores e passou a ser conhecido como Colégio Romano. Duzentos anos depois, em 1876, foi renomeado para *Università Gregoriana*. UDÍAS, Agustín: *Jesuit Contribution to Sciency*, p. 2.

<sup>58</sup> De acordo com Torres, os alunos medianos estudariam por três ou quatro meses cada disciplina, enquanto aos alunos mais interessados eram providenciadas lições privadas e mais avançadas. Todas as disciplinas estavam divididas nos dois primeiros anos do curso de Filosofia. No primeiro ano, eram ensinadas os seis primeiros livros de Euclides, Aritmética, Astronomia e Geografia, e no segundo, Astrolábios, Teoria dos planetas, Geometria e assuntos relacionados ao sol e ao calendário eclesiástico. UDÍAS, Agustín: *Jesuit Contribution to Sciency*, p. 9.

<sup>59</sup> BALDINI, Ugo. “The teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal, from 1640 to Pombal”. In: SARAIVA, Luís & LEITÃO, Henrique (eds.). *The Practice of Mathematics in Portugal: Papers from the International Meeting organized by the Portuguese Mathematical Society, Óbidos, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis*, 293-465, 16-18 de November de 2000; MOTA, Bernardo Machado. “The status of Mathematics in Portugal in the 16<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> centuries”. *Journal of History of Science and Tecnology (HOST)*, Lisboa, v. 1, p. 183-194, Summer 2007.

1612), foi vital nesse sentido. Reconhecido “como o mais importante astrônomo do mundo entre Copérnico e Galileu, e fundador de uma escola matemática com um raio de ação global”,<sup>60</sup> Clávios publicou, entre 1570 até o ano da sua morte, 23 livros de Aritmética, Geometria, Álgebra e comentários sobre os trabalhos dos matemáticos Euclides e Teodósio e do astrônomo Sacrobosco, que influenciariam os membros da Companhia durante muito tempo. No mesmo ano em que finalizou a reforma do calendário, publicou importante documento intitulado *Modem quo disciplinae mathematicae in Scholis Societates possent promoveri*, no qual pode-se observar a importância estratégica do conhecimento matemático para a campanha religiosa da Ordem:

A matemática também trará um grande ornamento para a Companhia, pois os nobres entenderiam que nossos jesuítas não são ignorantes em matemática, pois esse assunto é discutido com muita frequência nas suas conversas e reuniões. Por essa razão, nossos jesuítas incorreriam em grande vergonha e desgraça se permanecessem em silêncio em reuniões desse tipo, como tem sido relatado com grande frequência por aqueles que ficaram constrangidos.<sup>61</sup>

Essas iniciativas certamente contribuíram para que ele atuasse de forma ativa na produção do estatuto que viria a regulamentar o ensino em todos os colégios da Ordem, a *Ratio atque Institutiorum Societatis Iesu*. Conhecido por *Ratio studiorum*, este documento foi objeto de longas discussões entre os jesuítas o que acabou por resultar em três versões 1586, 1591 e 1599. Com relação ao ensino de Matemática, desde a primeira

---

<sup>60</sup> FIOLEAIS, Carlos & FRANCO José Eduardo. “Os Jesuítas em Portugal e a ciência”, p. 165.

<sup>61</sup> “Mathematics will also bring great ornament to the Society where noblemen would understand that our Jesuits are not ignorant of mathematics, for this subject is discussed very frequently in their conversations and meetings. For this reason, our Jesuits, would incur great shame and disgrace if they were to remain silent in gatherings of this kind, as has been related most frequently by those who were thus embarrassed”. Archivum Romanum Societatis Iesu [Dorvavanti: ARSI], *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, VII, 115-117. In: DE LUCCA, Denis. *The dissemination of Jesuit military mathematics from the Collegio Romano to the Emilia-Romagna region of Italy, 1600-1750*. Università Malta: International Institute for Baroque Studies/ Journal of Baroque studies, v. 1, p. 77-99, 2013-2016.

versão ficou estipulado que *Os elementos de Euclides*, e os conteúdos de Geografia e de Astronomia deveriam ser ministrados durante o segundo ano do curso de Filosofia. Nessa mesma época, Clávios, sugeriu a criação da *Accademia di Matematica* ou *Accademia rerum mathematicarum*,<sup>62</sup> pois era evidente a falta de jesuítas professores para ministrar a disciplina na Ordem. Na primeira versão da *Ratio studiorum*, a estratégia elaborada para minorar essa falta consistiu em ministrar um treinamento intensivo de um ano para todos os jesuítas que mostrassem talento para desempenhar a função. Em 1591, esse período foi reduzido para a metade, até que desapareceu de vez na redação definitiva da *Ratio studiorum*.

De modo geral, a falta de professores especializados em Matemática se estendeu por todo o primeiro período de existência da Companhia. No princípio do século dezoito, para se ter uma ideia, dos 620 colégios europeus que a Companhia possuía, somente 15%, ou seja 95, possuíam a cadeira de Matemática. Destes, a maior parte estava centralizada na França, na Itália e na Europa central.<sup>63</sup> Espanha e Portugal são exemplares a esse respeito. Na primeira, dos quase 130 colégios, somente o Colégio Imperial de Madrid conseguiu manter a disciplina ativa por algum tempo. Enquanto no último, segundo Henrique Leitão, durante boa parte do século XVII, mesmo no Colégio de Santo Antão, que teve uma maior continuidade de oferta da disciplina, “o ensino de matemática ficou aquém do que era habitual entre os jesuítas da Europa, e a situação foi

---

<sup>62</sup> De acordo com Baldini a Academia de Matemática existiu forma irregular entre 1553 e 1560, formando um número reduzido de alunos, no período em Baltasar Torres era o professor de Matemática do Colégio Romano. Não existem registros de nenhuma atividade entre 1561-1563, quando as aulas foram ministradas pelo boêmio A. Bauker. Ela reaparece, em 1563, com Clávios e suas classes sobre o Tratado da Esfera, de Sacrobosco. BALDINI, Ugo. “The Academy of Mathematics of the Collegio Romano from 1553 to 1612”. In: FEINGOLD, Mordechai (Org). *Jesuit Science and the Republic of letters*, p. 51.

<sup>63</sup> UDÍAS, Agustín: *Jesuit Contribution to Sciency*, p. 11.



ainda mais crítica em Coimbra e Évora”.<sup>64</sup> Bernardo Machado Mota entende que essa condição portuguesa ocorreu devido ao fato de que, nesse período, os jesuítas filósofos portugueses, mais estruturados institucionalmente, principalmente os de Coimbra, se fizeram de surdos aos discurso dos jesuítas matemáticos, que já entendiam os problemas de adequação da Ciência aristotélica como um todo e não somente em relação à Matemática.<sup>65</sup> O historiador Carlos Ziller Camenietzki analisa esse processo, porém, a partir de um ponto de vista diverso, inclusive abordando um período mais dilatado. Ele concluiu que, como um todo, inclusive na Península Ibérica,

nos colégios jesuítas o estudo das matemáticas era muito valorizado desde finais do século XVI. Além disto, nas primeiras décadas do século XVII, os esforços do padre Christophorus Clavius em constituir grupos de investigação astronômica e matemática nas escolas já havia dado seus primeiros frutos: a geração de matemáticos da Companhia de Jesus que lhe sucedeu imediatamente (Christophorus Scheiner, Athanasius Kircher, Giovanni Battista Riccioli, François Aguillon entre outros) já demonstrara a solidez dos conhecimentos matemáticos dos jesuítas.<sup>66</sup>

Na verdade, ainda que as aulas de Matemática não fossem ministradas na totalidade dos Colégios da Companhia, durante todo o tempo, as que existiam foram importantes para formar as seguidas gerações nesse campo. Assim é que, praticamente todo matemático proeminente, entre os XVII e XVIII, “estava de alguma forma ligado aos jesuítas; como alunos, como professores, como parentes, como colegas, como

---

<sup>64</sup> LEITÃO, Henrique. *A ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão – 1590-1759*. Comissão Geral das Comemorações do V Centenário do nascimento de São Francisco Xavier. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 75.

<sup>65</sup> MOTA, Bernardo Machado. “A cultura matemática no contexto Jesuíta anterior ao século XVIII”. *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*, Lisboa, v. LXXVII, p. 27-43, janeiro 2010.

<sup>66</sup> CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia”. *Ideação: Feira de Santana*, n. 3, p. 162, jan./jun., 1999.

amigos, como adversários”.<sup>67</sup> Por exemplo, o astrônomo Gian Domenico Cassini, um dos mais importantes do século XVII e XVIII, e o naturalista e matemático francês, Georges-Louis Leclerc Buffon, por exemplo, descobriram a Matemática enquanto alunos de Colégios jesuítas. Este, do Colégio de Dijon e aquele, do de Genova.<sup>68</sup> E mais, Joseph Macdonnell destaca que “os jesuítas eram conhecidos por sua independência e suas audaciosas inovações”.<sup>69</sup>

### 1.5 A Matemática em Portugal

O *status* do que constituiria o “verdadeiro conhecimento” foi o pano de fundo de todos os debates científicos e religiosos, que, durante a época Moderna, buscaram as explicações para os fenômenos naturais. Durante o século XVI, a Filosofia Natural seguida pelos escolásticos, instituiu que o conhecimento adequado seria aquele adquirido através dos sentidos. A Matemática, a Astronomia, a Ótica, assim como a Mecânica são conhecimentos que só podiam ser obtidos a partir da imaginação. Por essa razão, no quadro dos saberes ocupavam um lugar inferior em relação à Filosofia.

A célebre controvérsia encetada na Inglaterra, entre os anos de 1640 e 1650, por Robert Boyle e Thomas Hobbes, analisada por Steve Shapin e Simon Schaffer, também tinha esse questionamento como pano de fundo. Apesar de Boyle ter comprovado publicamente a existência do vácuo e a possibilidade de replicação de seu experimento,

<sup>67</sup> “(...) was in some way connected with the Jesuits; as students, as teachers, as relatives, as colleagues, as friends, as adversaries”. MACDONNELL, Joseph, S.J. “Jesuit Mathematicians Before the Suppression”. *Archivum Societatis Iesu (ARSI)*, Roma, v.XLV, p. 139

<sup>68</sup> FEINGOLD, Mordechai. “Jesuits: Savants”, p. 33.

<sup>69</sup> “The Jesuit mathematicians were known for their independence and bold innovations”. MACDONNELL, Joseph, S.J. “Jesuit Mathematicians Before the Suppression”, p. 139

Hobbes contestou suas alegações enfatizando a artificialidade dos seus resultados. Para ele, esses fenômenos haviam sido criados, não existiam na natureza por si só. Por essa razão, o autor do *Leviatã* asseverava que os experimentos e, conseqüentemente, a ciência que Boyle defendia não poderiam ser legítimos, uma vez que distorciam a natureza.

Esses questionamentos também estiveram presentes entre os seguidores de Loyola e originaram a querela que ficou conhecida como *Quaestio de Certitudine Mathematicarum*, que dividiu filósofos e matemáticos em torno da polêmica sobre o estatuto epistemológico da Matemática.<sup>70</sup> Os jesuítas filósofos insurgiram-se contra o ensino de Matemática, pois, para eles, a disciplina era tida como uma prática inferior ou auxiliar, ou seja, uma ciência de *status* mediano (*scientiae mediae*). Em 1591, ano da segunda versão do *Ratio studiorum*, o proeminente professor de Filosofia e Teologia, o jesuíta espanhol Benito Pereira (1535-1610) publicou um livro intitulado *Adversus Fallaces et Superstitiosas Artes*, contra a consideração da Matemática enquanto uma ciência verdadeira. Pereira estabeleceu uma clara distinção entre a magia natural e a magia diabólica. Para ele, a Matemática e a Física estariam associadas ao primeiro tipo. Dessa forma, ele aproximou o ensino da Matemática aos os perigos das falácias da Astrologia prática ou divinatória.<sup>71</sup>

A resistência interna contra a institucionalização da disciplina fornece uma ideia introdutória da importância que a Matemática estava adquirindo e que viria a possuir na Companhia de Jesus. Não deixa de ser importante lembrar, que a Matemática e a

---

<sup>70</sup> MOTA, Bernardo Machado. “A cultura matemática no contexto Jesuíta anterior ao século XVIII”; CAROLINO, Luís Miguel. “João Delgado SJ e a «Quaestio de Certitudine Mathematicarum» em inícios do século XVII”. *Revista Brasileira de História da Matemática (RBHM)*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 17-49, abril-setembro de 2006.

<sup>71</sup> DE LUCCA, Denis. The dissemination of Jesuit military mathematics from the Collegio Romano to the Emilia-Romagna region of Italy, 1600-1750, p. 80. Ver também UDÍAS, Agustín: *Jesuit Contribution to Sciency*, p. 12-13. MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*, p. 35-59.

Astronomia eram essenciais à arte da navegação e, por isso mesmo, encontraram amplo desenvolvimento em Portugal e na Espanha, em outros espaços institucionais que não apenas os Colégios da Companhia. Por exemplo, o que ficou conhecido como “Escola de Sagres” reunia diversos especialistas, sob o mecenato régio, com vistas a desenvolver e a aprimorar os conhecimentos teóricos e técnicos necessários ao empreendimento marítimo luso.

Assim, grande parte do ensino de Matemática se desenvolveu, em Portugal, fora das universidades que, como no restante da Europa, continuavam mais voltadas para o ensino religioso de Cânones e das Artes Liberais, com destaque para o Trivium – Gramática, Retórica e Dialética.<sup>72</sup> Daí a criação, na metade do século, do cargo de Cosmógrafo-mor e das Aulas de Esferas para os homens do mar, pois estes deveriam reunir os conhecimentos matemáticos necessários para compreender e produzir as observações astronômicas, as cartas marítimas, os portulanos e os instrumentos astronômicos e marítimos, genericamente chamados de matemáticos.<sup>73</sup> Nesse sentido, não foi por acaso que, nessas aulas, substituiu-se, entre 1615 e 1630, antes que em qualquer outro colégio ou universidade europeu, o modelo planetário ptolomaico pelo de Brahe.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> LEITÃO, Henrique. *A ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão – 1590-1759*, p. 27.

<sup>73</sup> Sobre a criação do cargo e atribuições do Cosmógrafo-mor ver: FURTADO, Junia Ferreira. “Espelho do mundo”. In: *Oráculos da geografia iluminista*, 2012, p. 147-210.

<sup>74</sup> BALDINI, Ugo. “The teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal, from 1640 to Pombal”, p. 295.

### 1.6 A cartográfica Jesuítica

O primeiro estudo alusivo à cartografia produzida pelos membros da Ordem surgiu, em 1991, com o artigo “O mapa como missão: a cartografia jesuíta como a arte da persuasão”, de John Brian Harley. Nesse texto, o autor sintetiza a vasta produção relativa aos inicianos – sobretudo aquela que seguia anexa às cartas e relações que seus membros enviavam à Europa – como uma extensão das artes de persuasão visual típicas do Renascimento.<sup>75</sup> Diferentemente de Harley, que ao se posicionar contra a tradicional história positivista ou científica da cartografia jesuítica a descreve como uma estratégia centralizadora de representação, Robert Batchelor, investiga as condições sob as quais essa cartografia se desenvolveu. Com a atenção voltada para as qualidades epistêmicas, como a linguagem e a localidade, Batchelor ressalta a importância do processo interativo conduzido, em muitos casos, pela periferia no mapeamento jesuíta. Ele afirma que,

na verdade, o mapeamento jesuíta parece ter tido seus efeitos mais duradouros na criação de imaginários cartográficos abertos a partir de tais relações. Os exemplos incluem ex-colônias espanholas, onde mapas jesuítas moldaram concepções históricas nacionalistas; lugares como Índia, Rússia e Europa Oriental, onde os esforços dos jesuítas foram discretamente incorporados a projetos imperiais; Países do Leste Asiático, como Coreia e Japão, onde a presença real de jesuítas era limitada e, ainda assim, seus mapas ajudaram a moldar a compreensão da política estrangeira; e a própria Europa, onde os aspectos integrativos da educação cartográfica jesuíta e as abordagens globalistas tiveram efeitos importantes em regiões politicamente e linguisticamente fragmentadas.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> HARLEY, John Brian. “The Map as Mission: Jesuit Cartography as an Art of Persuasion.” In: GOLDSMITH, Jane ten Brink et al., *Jesuit Art in North American Collections*. Milwaukee: Haggerty Museum of Art, 1991, p. 28–30. *Apud*: BATCHELOR, Robert. “Historiography of Jesuit Cartography”. *Jesuit Historiography Online*. Publicado em fevereiro de 2019. Disponível em <[http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723\\_jho\\_COM\\_212546](http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_212546)>. Acesso em: 17 de outubro de 2020.

<sup>76</sup> “Indeed, Jesuit mapping seems to have had its most lasting effects in creating open-ended cartographic imaginaries out of such relations. Examples include former Spanish colonies where Jesuit maps shaped nationalist historical conceptions; places like India, Russia, and Eastern Europe where Jesuit efforts were quietly folded into imperial projects; East Asian countries like Korea and Japan, where the actual presence of Jesuits was limited, and yet their maps helped shape understandings of foreign polities;

Na mesma linha de Batchelor,<sup>77</sup> Junia Furtado enfatiza a importância dos jesuítas, durante os séculos XVII e XVIII, como agentes na aquisição e na disseminação do conhecimento geográfico de regiões até então praticamente desconhecidas pelos europeus. Em suas próprias palavras,

as contribuições produzidas pelos membros da Companhia de Jesus para a cartografia constituem um importante legado científico, com seu uso regular de longitudes e latitudes observadas, escala e orientação de bússola e a inclusão de informações fornecidas pelos povos nativos tanto na forma do nome dos territórios e dos próprios grupos indígenas, quanto dos espaços ocupados. O impacto intelectual da obra da Companhia de Jesus estava profundamente enraizado nas abordagens, tanto na análise textual quanto na descrição dos métodos utilizados, como encontradas nas memórias cartográficas e na ênfase na observação e na medição diretas.<sup>78</sup>

Para Mirela Altic, os mapas jesuíticos realizaram uma dupla missão, pois representavam tanto o poder da Ordem, quanto o do Estado imperial. Ao analisar a produção cartográfica desses religiosos após a expulsão dos espaços coloniais, Altic observa que a produção e venda de mapas tornaram-se um negócio lucrativo para os jesuítas. “Como os mapas produzidos antes da supressão, os mapas jesuítas pós-expulsão

---

and Europe itself, where integrative aspects of Jesuit cartographic education and globalist approaches had important effects in otherwise politically and linguistically fragmented regions”. BATCHELOR, Robert. “Historiography of Jesuit Cartography”. Ver também FURTADO, Junia Ferreira. “The Jesuit Society”. In: PEDLEY, Mary & EDNEY, Matthew (Org.) *History of Cartography*. Cartography in the European Enlightenment. Chicago: Chicago University Press, v. 4, part 2, 2020, p. 1311-1319.

<sup>77</sup> Robert Batchelor é autor de um projeto de um banco de dados em desenvolvimento. De acordo com ele até o momento foram identificados 150 jesuítas cartógrafos em atividade antes de 1800. BATCHELOR, Robert. “Introduction: Jesuit Cartography”. *Journal of Jesuit Studies*, v. 6, issue 1, march 2019. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p1\\_1.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p1_1.xml?language=en). Acesso em: 17 de outubro de 2020.

<sup>78</sup> “(...) the contributions made by members of the Society of Jesus to cartography constitute an important scientific legacy, with its regular use of observed longitudes and latitudes, scale, and compass orientation and the inclusion of information provide by indigenous people both in the form of place-names, group names, and the rendering of space. The intellectual impact of the work of the Society of Jesus was deeply ingrained in approaches to the textual analyses and description of method as found in the cartographic memoir and the emphasis on personal observation and measurement”. FURTADO, Junia Ferreira. “The Jesuit Society”, p. 1318.

apresentavam suas (já antigas) áreas de missão e eram baseados em conhecimentos adquiridos, em primeira mão, durante seu trabalho missionário no campo”. Contudo, como ela mesma destaca, os mapas dessa fase apresentavam características distintas das da anterior. Tornaram-se cada vez mais racionalizados, de acordo com os ditames Iluminismo, passaram a ser apresentados de forma mais simples, desprovidos de iconografia e “permaneceram dentro da narrativa, dobrados nas páginas e bem escondidos pela capa do livro”, em vez de separados em folhas encadernadas.<sup>79</sup>

Outra característica marcante, sublinhada pela autora, diz respeito à forma como esses homens passaram a legitimar os seus trabalhos. O fato de terem retornado para a Europa ocasionou uma estagnação do conhecimento geográfico desses religiosos, especialmente se comparado aos mapas “de caráter militar ou os resultantes de expedições recentes”. Cientes da obsolescência e insuficiência de seus dados, os cartógrafos jesuítas, invocando seu conhecimento empírico, passaram a criticar abertamente as edições da cartografia europeia. Esse movimento é denominado por Altic de “contradiscurso”:

Os mapas jesuítas pós-expulsão se baseavam na crítica aos mapas existentes produzidos por não jesuítas e passam a ser concebidos como um contradiscurso explícito ao existente. Cientes do fato de que apenas os mapas criados com base no conhecimento de primeira mão e no testemunho pessoal podiam ter um verdadeiro fundamento científico, eles tentaram assegurar seu estatuto de autoridade sobre o cada vez mais numeroso número de mapas da pena de viajantes e de exploradores europeus.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> “Just as the maps produced before the suppression, the post-expulsion Jesuit maps presented their (now already former) mission areas and were based on first-hand knowledge gathered during their missionary work in the field”. ALTIC, Mirela. “Changing the Discourse: Post-Expulsion Jesuit Cartography of Spain America.” *Journal of Jesuit Studies*, v. 6, issue 1, march 2019, p. 102-103. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p99\\_99.xml](https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p99_99.xml) . Acesso em: 17 de outubro de 2020.

<sup>80</sup> “Therefore, the post-suppression Jesuit maps were based on criticism of the existing maps produced by non-Jesuits and conceived as an explicit counter-discourse to the existing one. Pointing to the fact that only the maps created based on first-hand knowledge and personal testimony can have a true scientific foundation, they tried to secure authority over the ever more numerous maps of European

Essa contra-narrativa pode ser uma das razões pelas quais, o trabalho dos jesuítas, e, principalmente, o do próprio Padre Cocleo, que mesmo com distorções e carente de informações relativas ao interior, foi constantemente visitado até o início do século XXI.



Parte 2:  
O PADRE

Capítulo 2.1: *Origem e formação*

Padre Jacob Cocleo, ou Jacques Cocle,<sup>81</sup> um dos “doze padres ou irmãos coadjutores de Flandres” jesuítas aguardados em 1658 “com grandes alvoroços” pelo Padre Antônio Vieira para seguirem para Missão do Maranhão,<sup>82</sup> encontrava-se em Lisboa em maio de 1660. Segundo o próprio Cocleo, ele estava apenas ultimando os preparativos finais dos navios que “no próximo mês” o levaria “– com a ajuda de Deus – à outra região do Globo”.<sup>83</sup> Cinco meses depois, a 20 de outubro, aportou na Província portuguesa na América,<sup>84</sup> onde permaneceria até 10 de abril 1710, data de sua morte.<sup>85</sup> Era uma “Quinta-feira Santa, em que Cristo Senhor, partindo deste mundo, instituiu o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, para o qual mistério o Pe. Jacobus era levado com singular afeto, na hora de meio-dia”.<sup>86</sup> A única certeza irrefutável a respeito da trajetória desse jesuíta é que o pouco que se tem dito a respeito de sua vida antes deste período

<sup>81</sup> Outras corrupetas que aparecem nas fontes e bibliografia são: Iacobi Coclei; Iacobus Cocleus; Jacobo Coelho; Jacques Cockle; Jacobo Cocleo; Jacques Cocle; Jaques Cocleo; João Cocleio, Coclaeus, Codeo, Cocheo.

<sup>82</sup> VIEIRA, Antônio. “Carta ao P. Geral, Gosvínio Nickel. Maranhão, 10 de Setembro de 1658”. In: LEITE S. J., Serafim. *Novas Cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 194, 1940, p. 269-267.

<sup>83</sup> BRUXELAS. Bibliothèque Royale de Belgique. MS. A VAN DEN GHEYN, cod. 6828-29. CARTA ao Padre Hubert Willheim. Lisboa 27 de Maio de 1660, f. 395. [Doravante: BRB.]

<sup>84</sup> ROMA. Arquívum Romanum Societatis Iesu. Brasilia (Bras) 5 (I). CATALOGUS Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1660, f. 231 e 242. [Doravante: ARSI. Bras.]

<sup>85</sup> FEJER S. J., Josephus. *Defuncti Secundi Saeculi Societatis Jesu, 1641-1740: volume I (A-C)*. Roma: Institutum Historicum S. J./Curia Generalitia S. J., 1985, p. 275.

<sup>86</sup> “Quinta Maioris Hebdomadae, qua Christus Dominus ex hoc mundo abiturus, sanctissimum Eucharistiae sacramentum instituit, erga quod Mysterium P. Jacobus singulari affectu ferebatur, dimidia post meridiem hora”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74. As fontes utilizadas pelo Barão de Studart dão conta que o Padre Cocleo morreu no Rio Grande do Norte. STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e fatos do Ceará*. Fortaleza: Typ. Comercial, 1924, p. 26.

baseia-se na meia página que o jesuíta Serafim Leite lhe dedicou na sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*.<sup>87</sup> As informações a respeito dos cinquenta anos em que viveu entre os luso-brasileiros também são escassas e se encontram pulverizadas em diversos arquivos situados no Brasil, em Portugal, na Itália e na Bélgica, sendo grande parte dos documentos escritos em latim. Tais informações também assinaladas de forma pontual em passagens dispersas nos outros volumes da obra de Serafim Leite.<sup>88</sup>

Ainda jovem, Cocleo ficou conhecido por seu temperamento *cholericus* e, com o “aumento da carga de idade”, passou a ser descrito como um homem fleumático.<sup>89</sup> “Inspiravam-lhe amor os dotes mais insignes do espírito, especialmente um temperamento manso, e um coração sincero, cândido e sempre pacato e imperturbável”.<sup>90</sup> Foi um servo “zelosíssimo”<sup>91</sup> que, “apesar de às vezes cometer erros”, destacou-se por seus *judicio, prudentia, et experientia bona*.<sup>92</sup> “Costumava dizer que a chave do coração não se deve dar a ninguém e que principalmente se deve negá-la à ira, igualmente inimiga da virtude e do vigor, visto que facilmente entra e domina sem lei”.<sup>93</sup> O fato é que, tanto na Europa quanto na América, atuou como um típico jesuíta. Contemporâneo de jesuítas

<sup>87</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 8, p. 159.

<sup>88</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 2, p. 639; v. 3, p. 462; v. 4, p. 419; v. 5, p. 609; v. 6, p. 614; v. 7, 463; v. 8, p. 101, 160-162, 171 e 386; v. 9, p. 104, 346.

<sup>89</sup> ARSI. Bras. 5 (I). CATALOGUS sociorum in Provinciae Brasiliae, 1660, f. 242; BRAS. 5 (II). CATALOGUS Secundus Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1663, f. 22r; SECUNDUS Extribus Catalogis Triennialibus ex Provincia Brasilica, 2ª via, 1694, f. 124.

<sup>90</sup> “Conciliabant etiam illi amorem praeclarae animi dotes, mite potissimum ingenium, sincerum, candidum, semperque pacatum cor, et imperturbabile”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 73v.

<sup>91</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Rolando ao Padre Geral Oliva. Bahia, 28 de Julho de 1679, f. 145 *apud* POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*. Bauru/ São Paulo: Edusc, 2003, p. 276.

<sup>92</sup> ARSI. Bras. 6 (I). CATALOGUS Secundus ex Triennialibus Provinciae Brasiliae, 1707, f. 43.

<sup>93</sup> “Solebatque frequenter dicere cordis clavem nemini dandam, et praesertim irae negandam, quae aequè inimica est virtutis, ac valetudinis, cum facillè ingreditur, et sine lege dominatur”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 73v.

famosos, como os padres Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão, Simão de Vasconcelos, Jacob Rolando, o já citado Valentin Estancel, Antonil, Aloísio Conrad Pfeil, João Felipe Bettendorff, Jorge Benci, entre outros, também se envolveu nas principais questões discutidas pelos membros de sua Ordem, quais sejam: a propagação da fé cristã, a administração (religiosa e secular) dos índios e a dos assuntos científicos.

O principal objetivo da Parte 2, que se desdobra em 3 capítulos, é reconstruir a trajetória desse religioso. Todavia, interessa não apenas refazer seu perfil biográfico, mas inseri-lo em categorias analíticas, para, com isso, redimensionar sua participação enquanto agente social produtor de mapas. Em outras palavras, como recomenda Lucien Febvre, este capítulo preocupa-se com um “problema essencial da história”, qual seja, o das relações estabelecidas entre o Padre Cocleo e a coletividade em que viveu, entre a sua iniciativa pessoal e o seu meio social.<sup>94</sup>

As observações do historiador da cartografia John Brian Harley são essenciais para a reflexão a respeito do trabalho cartográfico produzido por esse jesuíta. De acordo com Harley, a cartografia tem sido abordada, pelo menos desde a Ilustração, “como uma ciência concreta”, destacando que um dos níveis para que se possa analisar mapas históricos é o do “contexto do cartógrafo”, tanto no seu plano individual, quanto na sua relação com os demais produtores de mapas de seu tempo. Logo, compreender a carta geográfica do Brasil, produzida por Cocleo, objetivo maior dessa tese, implica lançar luz sobre os aspectos relativos à sua trajetória de vida, sua interação com a Ordem jesuítica, com os nativos que buscou converter ao catolicismo, bem como com os diferentes agentes coloniais com os quais se relacionou.

---

<sup>94</sup> FEBVRE, Lucien. *Lutero*. São Paulo: Três Estrelas, 2012 [1928], p. 11.

Nesse percurso, foi necessário abordar as diferentes conjunturas político-sociais e econômicas dos espaços que percorreu – Bélgica, Portugal e Brasil. Também, foi necessário trazer à tona, de um lado, as concepções científicas vigentes à época da produção do seu mapa e, de outro, o entendimento de como essas concepções impactaram na sua produção cartográfica sobre o Brasil,<sup>95</sup> o que Harley denomina “contexto dos outros mapas e contexto da sociedade”.<sup>96</sup> Com esse objetivo, essa parte, intitulada “O Padre”, se divide em três capítulos. O primeiro aborda sua origem e o período de sua formação que ocorre no interior da Ordem inaciana e que se desenrola entre a Bélgica, Portugal e o Brasil. O segundo analisa sua atuação como missionário, com destaque para a região do Ceará. Esse período foi fundamental para a percepção do alcance, dos conflitos e dos limites da atuação das missões jesuíticas no Brasil e também o obrigaram a percorrer grande parte dos territórios onde atuou, fundamentais para a produção do seu mapa. O terceiro abarca o período passado nos colégios da Companhia no Rio de Janeiro e na Bahia onde desfrutou de ambiente científico ímpar e se pôs a par das grandes questões que os inacianos se defrontavam no Brasil, aspectos que exercerão impacto em sua produção cartográfica.

---

<sup>95</sup> Mathew Edney referenda essa assertiva e argumenta que, muito frequentemente, ao contrário do que se poderia esperar, mapas podem nos informar muito mais sobre o universo cultural do seu autor e de seu público consumidor do que sobre a área representada. EDNEY, Matthew H. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 31-52, janeiro/junho, 2007.

<sup>96</sup> HARLEY, J. B. “Text and context in the interpretation of early maps”. In: *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001, p. 33-49.

### 2.1.1 Católicos X Protestantes

Artesia (*Artois*) é hoje uma região localizada no norte da França, próxima à fronteira com a Bélgica, na atual região da Alta França (*Hauts-de-France*). Durante a Idade Média ficou conhecida por sua abundância na produção de trigo e, inicialmente, pertenceu à província denominada *Belgica Antica*,<sup>97</sup> que logo em seguida tornou-se condado de Flandres. Em 1214, quando da derrota flamenga na Batalha de Bouvines, passou a ser propriedade do rei da França, permanecendo Departamento francês até a assinatura do Tratado de Madrid de 1525, que forçou o rei Francisco I a renunciar a todas as suas razões sobre a região em favor de Filipe II, rei de Espanha. A sua restituição aos espanhóis foi um processo longo e complexo, sendo várias de suas praças reanexas em 1640, e o restante só em 1659 e 1678, quando da assinatura dos Tratados de Piriconeus e Nimega, respectivamente.<sup>98</sup>

Como seria de se esperar, esses conflitos não se restringiram ao âmbito político-administrativo.<sup>99</sup> As guerras que assolaram os Países Baixos, entre 1555 e 1590, por exemplo, também tiveram um intenso caráter religioso. A região banhada pelo Mar do Norte, principalmente em função do constante incremento das religiões protestantes, foi um dos lugares onde a Igreja Católica desde sempre procurou estar presente e a instalação

---

<sup>97</sup> CRABB, George. “Artois”. In: *Universal Historical Dictionary or, Explanation of the Names of persons and places in the department of Biblical, Political, and Ecclesiastical history, mythology, herald, Biography, Bibliography, Geography and Numismatics*. London: Baldiwin, Cradok, and Joy, Paternoster-row, 1885, v. 1, p. 233.

<sup>98</sup> CORONELI, Vincenzo. *Biblioteca universale sacro-profana, antico-moderna: in cui si spiega con ordine alfabetico ogni voce, anco straniera, che può avere significato nel nostro idioma italiano, appartenente a'qualunque material*, tomo 4 (Ap-Az). Venezia: A'Spese di Antonio Tivani, 1703. p. 999-1000.

<sup>99</sup> Outro exemplo significativo desse contexto belicoso na região foi o conjunto de batalhas travadas entre as Províncias Protestantes dos Países Baixos e a Coroa espanhola conhecido como a Guerra dos Oitenta anos (1568-1648) no qual ambos os lados buscaram a hegemonia religiosa em Flandres. Ver: CRUZ, Miguel Dantas das. “From Flandres to Pernambuco: Battleground perceptions in the Portuguese Early Modern Atlantic world”. *War in History*, England, v. 26, issue 3, 2018.

da Companhia de Jesus foi a principal estratégia adotada. “O ensino tornou-se rapidamente o trabalho que ocupou a maior parte do pessoal da Sociedade na Europa. Os Colégios tornaram-se o centro da residência e atividade dos Jesuítas”.<sup>100</sup> A fundação e a consolidação dos dois principais Colégios inacianos – Louvain e Douai –, na região, é sintomática a esse respeito. O primeiro instituído e o segundo consolidado no período da administração do General Claudio Acquaviva (1581-1615) destacaram-se devido ao seu intenso envolvimento nas atividades científicas de seu tempo.

No final do século XVI, a Inglaterra era um dos lugares mais perigosos do mundo para os missionários católicos.<sup>101</sup> Dali, muitos Jesuítas fugiram para o continente, pois eram presos e mortos na ilha: Até o ano de 1585, 42 já haviam sido martirizados. Um grupo de jesuítas perseguidos buscou refúgio no continente e, em 1606, abriu um noviciado em Louvain, ou Louvaina, posteriormente, em 1614, transferido para Liège.<sup>102</sup> Com o tempo, nesse novo sítio, o noviciado acabou se transformando em um Colégio, que rapidamente ficou famoso pelo seu “notável sucesso, pela qualidade de seus cursos, sobretudo de matemática e astronomia”.<sup>103</sup> A Universidade da cidade de Douai, na região

---

<sup>100</sup> “Teaching rapidly became the work that occupied most of Society’s personal in Europe. It was the colleges became the center for Jesuits residence and activity”. HÖPFL, Harro. “The character of the Society of Jesus”. In: *Jesuit Political Thought: The Society of Jesus and the State*, c. 1540–1630. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 11.

<sup>101</sup> A maioria dos exilados católicos da Inglaterra que deixaram a sua terra natal sob os reinados de Eduardo VI e Isabel I seguiu para os Países Baixos, especialmente para Lovaina e Antuérpia, ou para a França, sobretudo Rouen e Douai. Ver: BURKE, Peter. “Exílios da era moderna”. In: *Perdas e ganhos exilados expatriados do conhecimento na Europa e nas Américas*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 61-112.

<sup>102</sup> Cf. VANDEN BOSCH, Gerrit. “Jesuits in the Low Countries (1542–1773): A Historiographical Essay”. *Jesuit Historiography Online*, Brill Online Reference Works, December 2016. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723\\_jho\\_COM\\_192551](http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_192551). Acesso em: 2 ago. 2019.

<sup>103</sup> O’NEILL, Charles E. & DOMÍNGUEZ, José M. (Eds.). *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús* (DHCJ). Roma/ Madrid: Institutum Historicum S. J./ Universidad Pontificia Comillas, v. 1, 2001, p. 396.

de Flandres,<sup>104</sup> ficou reconhecida como *English College of Douai* devido ao grande número de exilados ingleses,<sup>105</sup> sendo fundada em 1559 e inaugurada, em 1562, pelo rei Felipe II, para servir de bastão da fé católica na região. Nela, os jesuítas ocuparam, “através de suas florescentes faculdades d’Anchin e, desde 1616, de Marchiennes, uma importante posição na faculdade de artes”.<sup>106</sup>

A administração de Acquaviva foi marcada por uma profunda preocupação com a espiritualidade da Companhia e por sua dedicação ao sistema educacional. “Não havia campo do apostolado que absorvesse tanto as energias dos jesuítas como o funcionamento das escolas”. No final do século XVI, a Ordem administrava “duzentos e quarenta e cinco escolas e, quando Acquaviva morreu, o número havia crescido para trezentos e setenta e dois”.<sup>107</sup> Reflexo desse crescimento da Companhia de Jesus, na região, foi a divisão da Província Bélgica em Flandro-Bélgica e Galo-Bélgica, realizada pelo General, em 1612. O Colégio de Luxemburgo, como todas as casas de língua francesa, passou a responder à última. É importante notar ainda que, na passagem do século XVI para XVII, “ambas as províncias jesuítas nos Países Baixos estavam entre as mais prósperas da Companhia, construindo seu sucesso em uma densa rede de Colégios, em realizações apostólicas impressionantes e numa alta taxa de recrutamento” de noviços.<sup>108</sup>

---

<sup>104</sup> A universidade estava situada na extremidade da região que viria pertencer à nova Província jesuítica de Galo-Bélgica, hoje, *l’Unisiverté d’Artois*, no norte da França.

<sup>105</sup> BOUTE, Bruno. *Academic interests and Catholic confessionlisation: the Louvain privileges of nomination ecclesiastical benefices*. Education and Society in the Middle Ages and Renaissance, v. 35. Leidan/Boston: Brill, 2010, p. 510.

<sup>106</sup> BOUTE, Bruno. *Academic interests and Catholic confessionlisation*, p. 454. Cf. DENEFF, d’Alain; DUSAUTOIT, Xavier; EVERS, Christophe; PILETTE S.J, Maurice & ROUSSEAU, Xavier (Dir.). *Les jésuites belges 1542-1992*. 450 ans de Compagnie de Jésus dans les Provinces belgiques. Bruxelles: AESM Éditions, 1992.

<sup>107</sup> BANGERT, William V. S.I. *Storia della Compagnia di Gesù*. Genova: Marietti, 1990, p. 121.

<sup>108</sup> “(...) both Jesuit provinces in the Low Countries were among the most prosperous in the Society, building their success on a dense network of colleges, impressive apostolic achievements, and a high

A história desses acontecimentos, das guerras e da instalação da Ordem na região foi contada pelo jesuíta italiano Famiano Strada (1572-1649). Professor de Latim e de Retórica do Colégio Romano, Strada, com o auxílio de Alexandre Farnese, o duque de Parma (1545-1592), escreveu o livro *Famiani Strada Romani e Societate Iesu de bello Belgico*. Apesar de ter sido acusado de possuir uma visão favorável à Espanha, de onde a região procurava se autonomizar, “o relato de Strada sobre a guerra tornou-se um dos livros mais populares desse conflito”. Entre as ilustrações das batalhas, uma edição in-fólio da obra traz, graças ao editor Francesco Coberlletti, como frontispício, uma versão do famoso mapa *Leo Belgicus*.<sup>109</sup> Foi publicado em dois volumes, *decas prima et decas secunda* e, devido ao sucesso que alcançou, teve várias edições em formatos diferentes, além de outras falsas. O primeiro volume do *Bello Belgico*, como ficou conhecido, saiu pela primeira vez em 1632, em latim, e o segundo só foi publicado em 1647, sendo que essa versão original só foi republicada uma vez, em 1648. Durante a década de 1640, cópias foram publicadas em Leiden, Amsterdã e Antuérpia por editores, como Jacob Marcus, Johannes Jonsonnius, Joan Blaeu e Johannes Van Metelen.<sup>110</sup> A publicação da *Bello Belgico* também é interessante, primeiro, porque, como afirmou Paulo Cesar da Costa Gomes, ela fazia parte da “popularização de imagens da Terra”, segundo a visão universalista dos Países Baixos, cujos principais divulgadores foram os geógrafos Abraham Ortelius (1527-1598) e Mercator (1512-1594), ativos no século XVI, e as

---

recruitment rate”. VANDEN BOSCH, Guerrit. “Jesuit in the Low Countries (1542-1773): A historiographical essay”.

<sup>109</sup> “(...) nevertheless, despite fierce criticism Strada's account of the war became one of the most popular books of this conflict”. MCLEAN, Matthew & BAKER, Sara K. (Ed.). *International Exchange in the Early Modern Book World*. Leiden/ Boston: Brill, v. 51, 2016, p. 126-128.

<sup>110</sup> MCLEAN, Matthew & BAKER, Sara K. (Ed.). *International Exchange in the Early Modern Book World*, p. 130-132.



famílias Blaeu, Hondius e Janson, cujos gigantescos Atlas tiveram incontáveis edições.<sup>111</sup> E, segundo, porque ela é um indício de que os membros da Companhia de Jesus não produziam conhecimento de maneira isolada.

No contexto da *network* jesuítica, a circulação dos livros desempenhou função estratégica. Cada texto poderia, simultaneamente, informar, instruir e angariar novos membros. Obras como a *Bello Belgico* revelam a tendência globalizante da Companhia, tendo circulado por longo tempo em seus Colégios.<sup>112</sup> Quando da expulsão dos jesuítas do Brasil, após 1759, por exemplo, o Padre Manuel Luís listou dois volumes de propriedade do Colégio Madre de Deus, no Pará. O catálogo dos livros desse acervo não traz muitas informações, apenas o nome do autor, da obra e o número de volumes, sem que se saiba qual é a edição. Apesar disso, algumas considerações são inevitáveis, afinal de contas, entre 1648 e 1759, passara-se mais de um século e, mesmo assim, a Livraria da Casa da Vigia, perdida na “selvas coloniais do Brasil”, como chamou a atenção Serafim Leite, possuía a obra completa. As chances que esses volumes tenham pertencido ao mais conhecido jesuíta da província de Galo-Bélgica que atuou na Província brasileira, o Padre Cocleo, são ínfimas,<sup>113</sup> mas não impossíveis. Em contrapartida, a possibilidade de que ele tenha tido contato com os dois volumes de Strada, provavelmente na primeira versão latina da obra, e que esta fez parte de suas leituras são enormes. Não se pode esquecer que, um ano antes dele entrar para a Companhia, em 1648, foram assinados os Tratados de Westfália, que puseram fim às guerras religiosas que assolavam a Europa. Nesse ano, cinco edições do *Bello Belgico* foram impressos. Obras de caráter publicitários como

---

<sup>111</sup> GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017, p. 87.

<sup>112</sup> ARSI. Bras. 28. CATÁLOGO da livraria da Casa da Vigia, f. 8f-23r. Transcrito e publicado por LEITE S. J., Serafim. “Apêndice”. In: LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 4, p. 399-409.

<sup>113</sup> A fundação do Colégio da Madre de Deus no Pará data do ano de 1731.

essa, que ilustram um importante capítulo das guerras religiosas enfrentadas na Bélgica entre católicos e protestantes, eram normalmente enviadas a todos os Colégios da Companhia para compor suas bibliotecas.

Nesse mesmo ano, fora do circuito jesuítico também foram publicadas, em Amsterdã, duas obras que obtiveram um estrondoso sucesso. A *Naturalis Brasiliae*, de George Marcgrav e Willem Piso, considerada “o verdadeiro monumento” científico da época. Nela, os autores realizam vasta descrição da fauna, da flora, da geografia e do clima da dilatada região americana por onde passaram. A segunda, *Medicina Brasiliensi*, de Piso somente, ocupa-se tanto dos fatores geográficos e atmosféricos como da Matéria Médica (doenças endêmicas, plantas medicinais, venenos e seus antídotos). De uma terceira obra, contendo observações astronômicas e meteorológicas do hemisfério Sul realizadas por Marcgrav, a *Progymnastica mathematica americana*, foram encontradas apenas as anotações. O astrônomo francês Jerome Lalande (1732-1807) contou que tinha encontrado, entre os papéis do seu orientador, o “astrônomo Joseph-Nicolas Delisle (1688-1768), anotações inéditas das observações de Marcgrav feitas no Brasil, sendo que os originais teriam ido parar nas mãos de Antônio de Ulloa, do Observatório de Cádiz”. Lalande assegurou ainda que o primeiro astrônomo real de Londres, John Flamsteed (1646-1719), também fez usos das observações de Marcgrave.<sup>114</sup>

Foi nesse encadeamento de mudanças na Europa, motivadas tanto pelo processo da expansão ultramarina e comercial, como pelo crescente questionamento do monopólio da Igreja Católica, que o funcionário da comuna de Merville (*Greffier de Merville*),

---

<sup>114</sup> MATSUURA, Oscar T. “Um observatório de ponta no Novo Mundo”. In: *História da Astronomia no Brasil*. Pernambuco: CEPE, 2013. v. 1, p. 163. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Difusão, 5ª ed., v.1, t. 1, 1976, p. 168-169.

Jacques Cocle, e sua esposa Anne Lebvre tiveram seus cinco filhos: Marie, Jan, Jeane, Jacques e Catherine.<sup>115</sup> Jacques Cocle, ou como os luso-brasileiros o chamavam, Padre Jacobo Cocleo, o segundo filho da prole, nasceu em 23 de novembro de 1628, dois anos antes do pai morrer. Foi batizado no mês seguinte, a 29 de dezembro em Melville.<sup>116</sup> As fontes e os textos não coincidem sobre local exato de seu nascimento: A Cidade de Saint Paul,<sup>117</sup> Moronvillers, perto de Reims,<sup>118</sup> e Filippevilles, hoje uma cidade e um município no sul da Bélgica,<sup>119</sup> são os locais possíveis. Apesar dessa discrepância, não resta dúvida de que o jovem Cocleo nasceu, cresceu e se instruiu em um ambiente belicoso, onde os choques contra os hereges europeus dissidentes, os protestantes, foram uma constante. Ou seja, estava imerso numa sociedade carregada do espírito da Contrarreforma. Quase meio século depois, seja por causa da idade avançada, ou da doença que sofreu no cérebro, essa atmosfera ainda dominava a mente do Padre, que se consumia “de tanto ardor pela conversão dos ingleses, que se dizia preparado para enfrentar de novo o oceano entre o Brasil e a Europa se quisessem servir-se dele como Missionário”.<sup>120</sup>

<sup>115</sup> Na segunda metade do século XVI, muitos noviços e jesuítas eram oriundos de “famílias urbanas de categorias sociais que estimulavam (e precisavam) de habilidades literárias e dotes intelectuais” como as classes comerciantes e profissionais – doutores advogados e tabeliões. “Os profissionais geralmente tinham alta estima na área do conhecimento, e os comerciantes pertenciam ao comércio mais prestigiosos. Alguns poucos jesuítas vieram da nobreza, mas eram uma minoria em relação aos que procediam de origens bem modestas”. Do mesmo modo, pouquíssimos provinham de famílias de trabalhadores diaristas, estivadores e assemelhados. O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo/São Paulo: Unisinos/Edusc, 2002, p. 97-100.

<sup>116</sup> FAMILY tree of Jacques Cocle. *Genealet*. Disponível em: <https://gw.geneanet.org/calessam?lang=en&pz=emma&nz=calesse&p=jacques&n=cocle&oc=1>. Acesso em: 8 set. 2019.

<sup>117</sup> ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciã Gallobelgicã in Brasiliã Missionarii, 1710, f. 72.

<sup>118</sup> LEITE S. J, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 8, p. 159.

<sup>119</sup> STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e fatos para a história do Ceará*, p. 26.

<sup>120</sup> “Tantoque ob Anglorum reductionem ardore flagrabat, ut ad superandum iterum: ex Brasilia in Europam oceanum se paratum diceret, si eo Missionario, licet jam sene, uti vellent”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciã Gallobelgicã in Brasiliã Missionarii, 1710, f. 73r.

### 2.1.2 *Scientia, Prudentia e Fides*

Para a admissão de novos membros, a Ordem realizava austera seleção. O recebimento de dotes, apesar dos custos para se manter um aluno, não era garantia de admissão. Os jesuítas recusavam candidatos por várias razões: por os considerarem ignorantes demais ou sem talento para aprender; por não possuírem maturidade emocional e parecerem “instáveis”; por já terem sido seduzidos por garotas, entre outros motivos.<sup>121</sup> Anos mais tarde, Cocleo confessaria que estava indeciso em relação a sua entrada na Companhia, a despeito de já possuir um parente na Instituição e de estar um pouco atraído por ela. “No início resistira a Deus que o chamava à Companhia, (...) contudo, ouvindo um dia uma voz interior, foi obrigado a obedecê-la”.<sup>122</sup> Mesmo sem fornecer detalhes, as fontes indicam que, antes da admissão, o futuro jesuíta já havia estudado seis anos de *Humaniores Litterae* e três de Filosofia.<sup>123</sup> Todavia, é presumível que tanto essa incerteza do segundo filho varão dos Cocleos como a conjuntura de organização e reorganização da região tenham contribuído para a sua entrada tardia na Ordem, aos vinte anos de idade, quando a média de idade de um noviço era de dezesseis anos e meio.<sup>124</sup>

Os noviços (*novitii*) viviam no *collegia (domus, casae) probationis* por dois anos, terminando com a realização dos primeiros votos, após os quais se tornavam estudantes de *scholastici* e por isso entravam na norma, colégios “públicos” Jesuítas, uma vez que fora

<sup>121</sup> O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*, p. 92.

<sup>122</sup> “Fatebatur autem initio vocanti in Societatem Deo restitisse, quamvis in ea consaguineum haberet, cum huiusmodi Institutum sibi minimè arrideret: interiori tamen voci quadam die perceptae, parere coactum”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72.

<sup>123</sup> ARSI. Bras. 5 (II). CATALOGUS Primus Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1663, f. 12v.

<sup>124</sup> Os Padre Alexandre de Gusmão e Antonil entraram na Companhia com dezessete anos, o primeiro em 27 de outubro de 1646 e o outro em 17 de maio de 1667, o Padre Francisco de Matos com dezesseis em 8 de março de 1652. ARSI. Bras. 6 (I). CATALOGUS Primus ex Trienalibus Provinciae Brasiliae, 1707, f. 33-33v; Cf. O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*, p. 93.

destes colégios os Jesuítas proporcionavam apenas exercícios espirituais e doutrina Cristã, nenhum ensino formal. A educação formal de noviços nos colégios era constituída por três anos de Filosofia e quatro anos de Teologia, após os quais voltavam às casas de tirocínio para um terceiro ano de noviciado (*Tertium annum probationis*). A primeira admissão ao noviciado acontecia, por isso, depois das classes mais baixas de artes liberais, aos 16-18 anos de idade, e uma vez que era então esperado que todos os novos Jesuítas ensinassem durante três anos aproximadamente antes de se tornarem padres de “corpo e alma”, todo o noviciado envolvia treze anos de treino depois dos anos necessários de Gramática, Estudos Clássicos, e Retórica, isto é, 10 anos mais três de ensino.<sup>125</sup>

De acordo com as *Constituições*, todos aqueles que quisessem ser admitidos pela Companhia deveriam ser aprovados no “exame primeiro e geral”. Essa era condição *sine qua non* para analisar a idoneidade dos candidatos, aferir as qualidades físicas, intelectuais e religiosas ou identificar os impedimentos que pudessem prejudicar a sua vocação religiosa.<sup>126</sup> Cocleo não passou por esses exames, pois ele mesmo declarou a outro membro que “contrário ao costume, mal aproximou-se da Companhia, sem repetidos experimentos, foi imediatamente admitido a ela”, buscando atestar sua aptidão apesar da entrada tardia.<sup>127</sup> Sua entrada no tradicional noviciado de Tournay (hoje

---

<sup>125</sup> “The novices (*novitii*) lived in *Collegia (domus, casae) probationis* for two years, ending with the taking of the first vows, after which they became students or *scholastici* and therefore entered the regular, “public” Jesuit college, since outside these colleges the Jesuits provided only spiritual exercises and Christian doctrine, no formal schooling. The novices’ formal education in the colleges entailed three years of Philosophy and four years of Theology, after which they returned to the houses of probation for a third year of noviciate (*Tertium annum probationis*). First admission to the noviciate occurred, therefore, after the lower classes of liberal arts, at 16-18 years of age, and since every new Jesuit was then expected to teach for approximately three years before becoming a full-fledged father, the whole noviciate involved 13 years of training after the necessary years of Grammar, Humanities, and Rhetoric, that is, 10 years plus three of teaching”. SCAGLIONE, Aldo D. *The Liberal Arts and the College Jesuit System*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1986, p. 59-60.

<sup>126</sup> Primero examen y general que se ha [A] de proponer a todos los que pidieren ser admitidos en la Compañia de Jesús. *Constituições de La Companhia de Jesus*. Disponível em: [http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/14911556\\_Ignatius\\_Loyola\\_Constituciones\\_de\\_la\\_Compania\\_de\\_Jesus\\_ES.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/14911556_Ignatius_Loyola_Constituciones_de_la_Compania_de_Jesus_ES.pdf). Acesso em: 1 mar. 2019.

<sup>127</sup> “et praeter inerem, vix petita Societate, aliisque iteratis experimentis, in eam statim admissum”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72.

Bélgica)<sup>128</sup> ocorreu a 5 de março de 1649,<sup>129</sup> sendo que a região, nesse momento, estava sob domínio da Coroa francesa. Nos dois anos seguintes à admissão, conviveu sob a autoridade de um Padre Mestre com o qual aprendeu as essências de uma vida comum junto à Ordem: Praticou o exercício da oração individual e em comunidade; desenvolveu o “auto conhecimento através do olhar de oração na vida cotidiana”; exercitou “a leitura espiritual, o conhecimento dos elementos da tradição religiosa no geral, e mais particularmente do Instituto da Companhia”.<sup>130</sup> Ainda no noviciado, foi chamado para o sacerdócio e proclamou os três votos religiosos: obediência, pobreza e castidade, se distinguindo dessa forma dos irmãos leigos, aqueles destinados aos ofícios domésticos e temporais.<sup>131</sup>

A formação do futuro jesuíta era acima de tudo rigorosa. Apenas como um exemplo inicial desse rigor, as Constituições previam, na sua quinta parte – *Incorporação na Companhia daqueles que assim foram formados* – que para o estudante se tornar professo e entrar de vez para a ordem, deveria ser examinado com muito rigor em lógica, filosofia e teologia escolástica perante uma banca de quatro examinadores. O futuro padre tinha que mostrar domínio do conteúdo de toda uma vida de estudante, desde os estudos básicos em artes, até os relativos às faculdades Menor e Maior, ou seja, faculdades de filosofia e teologia.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> O noviciado foi fundado em Walloon região de Flandres na parte dos Países Baixos espanhóis em 1555.

<sup>129</sup> ARSI. Bras.10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72; ARSI. Bras. 6 (I). CATALOGUS Primus ex Triennialibus Provinciae Brasiliae, 1ª via, 1701, f. 5. Em alguns catálogos a data de entrada do Padre Cocleo na Ordem aparece como sendo 30 de setembro de 1649. ARSI. Bras. 5 (I). CATÁLOGO dos Religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil, 1685, f. 231.

<sup>130</sup> “Le noviciat est d’abord un temps consacre a l’apprendissage de l’avie commune sous l’autorité du Père Maitre, selen les exigences propes a la vie religieuse, celles que la tradition transmet de génération en génération: exercices de la prière personnelle, mais aussi communautaire, développement d’une meilleure connaissance de soi grâce a un regard priant sur la vie quotidienne, pratique de la lecture spirituelle, connaissance des éléments de la tradition religieuse en general, et plus particulière de l’institut de la Compagnie. COMPAGNE DE JESUS. L’expérience d’un noviciat jésite. In: *Études*: revue fondée en 1856 par des Pères de la Companhia de Jésus. Paris, 1983, p. 684.

<sup>131</sup> O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*, p. 531.

<sup>132</sup> COSTA, Célio Juvenal. “A formação do padre jesuíta no século XVI”. *Série Estudos Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB Campo Grande* – MS, n. 20, p. 80, jul/dez. 2005.

Desde a criação da Companhia, o treinamento acadêmico foi considerado um pré-requisito para os mistérios mais delicados e difíceis, especialmente a pregação.<sup>133</sup> Uma vez aprovado para um dos Colégios da Ordem, o estatuto que regulamentava o ensino, a *Ratio studiorum*,<sup>134</sup> estabelecia que o curso de Humanas, dividido em Gramática, Humanidades, ou Estudos Clássicos, e Retórica, era a próxima etapa dos escolásticos. O objetivo desse curso era, acima de tudo, fornecer condições para seguir os outros cursos. Nele, os professores deveriam preparar seus alunos, sobretudo os noviços da Companhia, para a teologia e, principalmente, deveriam os estimular para o “conhecimento do Criador”.<sup>135</sup> Concluída essa etapa, os estudantes seguiriam para o curso de Filosofia, onde seriam providos de toda a base lógica da teologia jesuítica dos princípios das ciências físico-naturais – Matemática, Biologia e Física. “O curso de Teologia era o ápice de toda a formação escolástica do futuro jesuíta, devendo dominar perfeitamente os conteúdos, principalmente no seu aspecto mais prático, de como na condição de Padre, doutrinar as pessoas por meio das pregações e confissões”.<sup>136</sup> Depois de consagrados os estudos, os jovens mestres poderiam ainda, “durante um biênio, especializar-se na disciplina que constituiria o objeto do seu ensino universitário”.<sup>137</sup>

Cocleo prosseguiu os seus estudos no Colégio de Douai,<sup>138</sup> que nessa época ocupava o status de segunda maior universidade da França.<sup>139</sup> Nessa instituição, estudou

---

<sup>133</sup> O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*, p. 529.

<sup>134</sup> DI PIERO, Iria Aparecida Storer. “Aspectos históricos e gerais da Ratio Studiorum”, p. 58-70. In: *Ratio Studiorum, educação e ciências no século XVI e XVII: matemática nos colégios e na vida*. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, 2008, p. 66. (Educação, Dissertação de Mestrado).

<sup>135</sup> FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas: o Ratio Studiorum*. Campinas: Kírion, 2019, p. 123.

<sup>136</sup> COSTA, Célio Juvenal. “A formação do padre jesuíta no século XVI”, p. 88.

<sup>137</sup> FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*, p. 83.

<sup>138</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, v. 15, 2018, p. 168.

ainda mais quatro anos de Filosofia. Depois de ser examinado pelo “Prefeito de estudos e pelos professores de teologia e filosofia na presença do Reitor e seus consultadores” por duas vezes, a primeira antes da Quaresma e a outra após a conclusão do curso de Lógica,<sup>140</sup> recebeu a sua *Magistri Laurea donatus*, diploma de Mestre em Dupla Filosofia. “No mesmo lugar, dedicou-se à Matemática e à Teologia com louvável proveito”, exercitando-se sobretudo nas polêmicas controvérsias de como trazer “os hereges à religião católica”.<sup>141</sup> Seu comprometimento de estudante gerou frutos na América, onde conseguiu converter centenas de protestantes,

a saber, dos luteranos e calvinistas que chegaram ao Brasil; da lista que continha os nomes dos que conduzira a professar a fé Católica e a renunciar os danados erros, constam mais de setecentos ingleses, holandeses, dinamarqueses, para os quais preparava antes patronos, e dos mais ricos obtinha esmolas, para que com tais artes atraísse mais facilmente à verdade e amor de Cristo.<sup>142</sup>

Além disso, tinha propensão para o estudo de idiomas, tornou-se especialista no conhecimento das línguas latinas europeias, dominando, “de fato, o flamengo, o francês, o latim, o grego, o castelhano, o português, (...) e suficientemente o inglês”. Mais tarde,

---

<sup>139</sup> “Academics at Douai can serve as a control-group in this respect: despite lacking nomination privileges, the Flemish university was a big university, and France’s second biggest in the second half of the 17th century.” BOUTE, Bruno, *Academic interests and Catholic confessionlisation*, p. 217.

<sup>140</sup> O Duplo exame de Filosofia era aplicado somente aos alunos da Companhia e poderia ocorrer também nas férias de Páscoa, e às vezes, se possível até com a presença do Provincial. FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*, p. 94.

<sup>141</sup> “Post absolutum Tyrocinium, cum jam Duali Philosophiae operam dedisset, Magistri Laurea donatus; ibidem Mathematicae, ac Theologiae cum Laudabili profectu studuit, et praesertim in polemycis controversiis se exercuit; ut Haeticos ad Catholicam Religionem adduceret”. ARSI. Bras.10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72.

<sup>142</sup> Precipuum tamen illius studium fuit in procuranda haeticorum conversione, Luteranorum scilicet, et Calvinistarum, qui ad Brasiliae partes accederant: ex syllabo enim, in quo eorum nomina describebat, quos ad Catholicam fidem profitendam, et ad ejurandos damnatos errores adduxerat, constat supra septingentos numerari, Anglos, Holandos, Danos quibus Patronos antea diligenter parabat, et a ditioribus eleemosynas conquirebat, ut his artibus facilius ad veritatem, et Christi amorem attraheret. ARSI. Bras.10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 73.



viria também a ser descrito como perito nas línguas gerais brasílicas:<sup>143</sup> o Nheengatú - o Tupi-, na dos Tapuias, e o Kiriri (ou Quiriri, Cariri, Cairiri),<sup>144</sup> língua do tronco Kariri.<sup>145</sup> A primeira começou a aprender durante sua breve estada na MetrÓpole, a partir do estudo da *Arte da língua brasílica*, do Padre Figueira, “uma ferramenta estratégica para as missões jesuíticas no Estado do Maranhão”.<sup>146</sup> Nesse mesmo ano, seu condiscípulo, o Padre João Felipe Bettendorff, que também aguardava o embarque, fez uma tradução resumida dessa obra para o latim com o intuito de facilitar o aprendizado de jesuítas de outras nações europeias que também seguiriam para a Missão.<sup>147</sup> A outra, uma língua não Tupi falada pelos índios da região do nordeste do Brasil, aprendeu *in loco*, possivelmente depois que os planos da Missão do Maranhão se alteraram.

Voltemos a sua formação, antes de seguir para Portugal. Após se formar, Cocleo serviu-se da “companhia dos escolásticos, muito preocupado em ampliar o culto da Mãe

<sup>143</sup> Ao longo dos séculos XVII e XVIII, duas línguas de base indígenas foram amplamente utilizadas no território brasileiro e receberam o nome de língua geral. Uma foi a língua geral paulista, falada ao sul do país no processo de expansão bandeirante, a outra foi a língua geral amazônica usada no processo de ocupação amazônica.

<sup>144</sup> “Salutis animarum zelum, malearum linguarem notitia; callebat enim Belgicam, Gallicanam, Latinum, Graecam, Castellanam, Lusitanam, Brasílicam, et Kiriristam, sufficienter quoque Anglicanam”. ARSI, Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciã Gallobelgicã in Brasiliã Missionarii, 1710, f. 73r. Ver também “P. Jacobus Cocleus prater Gallicam, Hispanam, Hollandicam et Arglicanam, Generalii Indorum et Tapuyanum línguas peritus”. ARSI, Bras. 9, ANNUAE LITTERAE, Bahia, 14 de julho de 1697. (Alexandre de Gusmão). Tapuia, como destacou Cristina Pompa, não era propriamente um termo etnônimo, mas uma construção ideológica colonial. “A noção de *tapuia* constrói-se assim colada à noção de *sertão*, espaço do imaginário em que se desloca, cada vez mais longe, a alteridade bárbara que a conquista e a colonização vão incorporando aos poucos, em posição subalterna, ao mundo colonial”. POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 229.

<sup>145</sup> Referentes ao Brasil, os jesuítas publicaram três gramáticas de línguas indígenas durante os séculos XVI e XVII: uma circulou de forma manuscrita a qual não há notícias até o momento; A outra foi *A arte da língua falada no Brasil* de José de Anchieta, que apesar de circular na forma manuscrita desde 1556, foi publicada pela Universidade de Coimbra em 1595; E a terceira foi *A arte da língua brasílica* do Padre Luís Figueira que em 1620 foi aprovada por Manuel Cardoso, que a examinara por ordem do Reitor do Colégio de Pernambuco. Essa teve entre o séculos XVII e XIX oito edições. MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. “A Palavra e o império: a arte da língua basílica e a conquista do Maranhão”. *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 377-379, jul./dez. 2011.

<sup>146</sup> MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. “A palavra e o império”, p. 389. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 8, p. 101.

<sup>147</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 177.

de Deus”, além de atuar por seis anos como professor *Humaniores Litterae*.<sup>148</sup> Sabe-se que se tornar professor dos Colégios jesuíticos era mais difícil do que entrar para o Colégio. *Scientia*, ou o conhecimento preciso da matéria, *Prudentia*, o método e a astúcia para aplicar a disciplina, e *Fides*, a lealdade ao conjunto de dotes morais da Companhia, eram condições imprescindíveis a um professor jesuíta.<sup>149</sup> Em geral, um indivíduo só conseguia atingir o pleno exercício do magistério – intelectual, técnico e didático – por volta dos trinta anos de idade. Para ministrar *Humaniores Litterae* (Letras, ou Cursos Inferiores), por exemplo, o candidato deveria, depois de concluir os estudos, fazer um estágio de dois anos para seu aperfeiçoamento moral e, depois disso, mais dois anos para os estudos das línguas clássicas: latim, grego e hebreu. Próximo ao fim dos estudos, os futuros mestres, para se tornarem bons professores, eram preparados na parte prática três vezes por semana, por um período de uma hora, pelo próprio Reitor em parceria com outro professor especializado na disciplina.

Era também no curso de Letras que os espíritos dos jovens começavam a ser moldados para as missões. Sob a terminologia “Conhecimentos úteis e agradáveis”, o professor experimentado e erudito dessa disciplina deveria ser capaz de combinar um amplo espectro de assuntos sem sair da unidade do plano – estudos das línguas, clássicos, retórica e lógica – aos estudos de Matemática, Geografia, Filosofia e Ciências Naturais. Nessa disciplina se “entrava muito à larga cronologia, a história, a geografia, os usos e costumes da gente, a notícia biográfica e literária dos autores, noções de vária literatura,

---

<sup>148</sup> “Per sexennium Humaniores Litteras docuit, et scholasticorum sodalitia [ilegível], amplificandi erga Deiparam cultus valdè studiosus”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72. ARSI. Bras. 6 (I). CATALOGUS Primus ex Trienalibus Provinciae Brasilicae, 1707, f. 42.

<sup>149</sup> RODRIGUES, Francisco. *A formação intelectual do jesuíta: leis e fatos*. Porto: Magalhães e Muniz, 191, p. 91.

mitologia, tecnologia que pudesse concorrer para formar o espírito ilustrado”.<sup>150</sup> Ou seja, “esses estudos que aguçavam a imaginação dos estudantes jesuítas, já os preparava para atribuir importância a esses temas quando missionários”.<sup>151</sup>

### 2.1.3 O *savant*

Antes de analisar o desempenho do Padre Cocleo no campo das ciências, faz-se necessária uma breve discussão acerca do papel desempenhado pelos jesuítas nessa área do conhecimento. É sabido que a guinada da Igreja Católica em relação à Ciência moderna se situa somente em 1757, quando o Papa Bento XIV retirou do Index os livros que defendiam o sistema heliocêntrico.<sup>152</sup> Antes disso, as *Constituições da Companhia* e a *Ratio Studiorum* seguiam a mesma tendência da Igreja e eram taxativos em advertir aos membros da Companhia de Jesus que, nos seus trabalhos filosóficos e teológicos, se ativessem aos ensinamentos de Aristóteles e de São Tomás de Aquino e evitassem todas as novidades.<sup>153</sup> Essa ação institucional “tardia” da Igreja Católica, seguida de perto pelos inicianos, foi, em grande medida, responsável pelos trabalhos que creditam aos jesuítas um obscurantismo científico.<sup>154</sup>

Nessa direção estão as críticas dos primeiros historiadores da ciência que se dedicaram ao estudo da Companhia de Jesus. Em geral, esses trabalhos destacaram que,

<sup>150</sup> RODRIGUES, Francisco. *A formação intelectual do jesuíta*, p. 45-46.

<sup>151</sup> COSTA, Célio Juvenal. “A formação do padre jesuíta no século XVI”, p. 92.

<sup>152</sup> UDÍAS, Augustín. *Jesuit Contribution to Science*, p. 40.

<sup>153</sup> Ver FEINGOLD, Mordechai. “Jesuits: Savants”. In: FEINGOLD, Mordechai (Org.). *Jesuit Science and the Republic of letters*. Cambridge/London: MIT Press, 2003, p. 18. *RATIO Studiorum*. Regras comuns a todos os professores das faculdades Superiores. In: FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*, p. 91.

<sup>154</sup> Sobre a temática ver: FEINGOLD, Mordechai, “Jesuits: Savants”. Ver também MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*, p. 61-62. LEITÃO, Henrique & ROMEIRAS, Francisco Malta. The Role of Science in the History of Portuguese Anti-Jesuitism. *Brill/ Journal of Jesuit Studies*, Boston, v. 2, p. 78, 2015.

ao longo do que foi denominado “primeiro período de sua existência”, que se estende entre 1536 e 1773, a Ordem constituiu-se como uma barreira para o desenvolvimento da ciência moderna. Para esses autores, o método pedagógico adotado pelos inicianos era conservador e contrário ao pensamento criativo, sendo que suas análises em muito foram influenciadas pelas críticas vorazes como as proferidas por Galileu, Descartes e seus discípulos, que acusaram os jesuítas de serem contra a nova ciência.<sup>155</sup> No caso português, a imagem negativa da Companhia foi reforçada pela eficiente propaganda antijesuítica pombalina, que retratou os inicianos como pecaminosos, decadentes, ambiciosos, enganadores, reacionários e medíocres.<sup>156</sup> Os reformadores do sistema educacional português, de 1772, culpavam a Ordem e seus integrantes de serem os principais responsáveis pelo deplorável período de escuridão e de declínio que a educação havia alcançado no país desde meados do século XVI.<sup>157</sup>

A mudança dessa visão começou somente em meados do século XX. Para tanto, houve um deslocamento do olhar para outros espaços de atuação dos membros da Igreja e da Ordem Jesuítica, surgindo assim um novo entendimento da relação desses homens com a ciência praticada à época. O volume cada vez maior de trabalhos que se debruçam sobre essa tópica passou a se constituir lugar comum:

se é certo que a matriz pedagógica dos Jesuítas sempre foi o aristotelismo, pedra angular da escolástica medieval, não é menos certo que os Jesuítas não ficaram de modo nenhum imunes aos ventos de mudança trazidos pela Revolução Científica, não sendo inteiramente justa a fama de conservadorismo científico e filosófico que a forte

---

<sup>155</sup> FEINGOLD, Mordechai. “Jesuits: Savants”. Ver também MONTURIL, Frederico Guilherme Rego, *A História da Ciência no Século XVII*, p. 61-62.

<sup>156</sup> LEITÃO, Henrique & ROMEIRAS, Francisco Malta. “The Role of Science in the History of Portuguese Anti-Jesuitism”, p. 78.

<sup>157</sup> LEITÃO, Henrique. “The practice of Mathematics in Portugal: Problemas and methods”. In: SARAIVA, Luís & LEITÃO, Henrique (Eds.). *The Practice of Mathematics in Portugal: Papers from the International Meeting organized by the Portuguese Mathematical Society*, Óbidos, 16-18 November 2000. Coimbra: *Acta Universitatis Conimbrigensis*, 2004, p. 19-20.

propaganda pombalina fez abater sobre eles. Muitos Jesuítas foram porta-vozes, em Portugal e no mundo, da modernidade científica, protagonizando a quebra da tradição.<sup>158</sup>

Portanto, percebe-se que a Companhia de Jesus e seus membros não estiveram alheios às mudanças que as formas de conhecer e investigar os céus, o mundo e a natureza a seu redor sofreram. Por esse motivo, tanto a Ordem quanto os jesuítas são abordados neste trabalho enquanto produtores e difusores de ciência moderna. Esses religiosos uniram sua obrigação originária, a expansão da fé católica, aos interesses e às realidades locais dos lugares onde se instalaram. Dedicaram-se à conversão das almas e à expansão do catolicismo ao mesmo tempo em que exercitaram a Botânica, a Física experimental, a História natural, a Astronomia, a Cartografia, a Geografia, a Matemática, entre outros tantos campos de saberes e práticas científicas da época.

Todavia, é preciso ressaltar que, se por um lado, a atuação secular e religiosa desses homens ocorreu sob a anuência da Ordem, por outro, ela também gerou constantes preocupações por parte dos Superiores em relação à formação e ao zelo ideológico-identitário dos seus missionários. Os inicianos “entenderam a importância da educação avançada para a condução de assuntos práticos e mundanos”<sup>159</sup> e, nesse sentido, o sistema de educação jesuíta<sup>160</sup> também deve ser compreendido como um elo de conexão entre a Ordem, a Igreja e as autoridades políticas locais. “No mundo católico, muitos de seus membros se tornaram distintos intelectuais – inclusive como tutores, confesores e conselheiros de príncipes e reis – e ocuparam-se do ensino em diversos níveis, ministrado

---

<sup>158</sup> FIOLEAIS, Carlos & FRANCO, José Eduardo. “Os Jesuítas em Portugal e a ciência”, p. 166.

<sup>159</sup> HARRIS, Steven J. “Transposing the Merton Thesis: Apostolic Spirituality and the Establishment of the Jesuit Scientific Tradition”. *Science in Context*, Cambridge, v. 3, issue 1, p. 50, March 1989.

<sup>160</sup> Com a supressão da Ordem, os jesuítas perderam, somente na Europa, o controle de mais de 600 universidades e escolas. De acordo com historiador Augustín Udías, mesmo depois da sua restauração, em 1814, quando a Companhia de Jesus passou a se dedicar mais ao ensino no nível secundário, seus membros não se esqueceram da sua tradição científica. UDÍAS, Augustín, *Jesuit Contribution to Science*, p. 134.

tanto nas Universidades quanto nos seminários, missões e colégios pertencentes à Companhia”.<sup>161</sup>

Para se ter uma ideia de como os jesuítas atuaram como protagonistas na quebra das tradições científicas, pode-se examinar, ainda que de forma superficial, a vasta produção bibliográfica exarada pelos membros da Ordem entre os séculos XVI e XVIII. Antes, é necessário salientar seu papel no que diz respeito à produção e divulgação do conhecimento nos e dos amplos espaços em que atuaram, seja para auxiliá-los na tarefa de conversão religiosa das populações autóctones, seja para municiá-los de informações sobre esses territórios de forma a possibilitar sua ação missionária. Portanto, não é mera coincidência o fato dos seguidores de Inácio de Loyola serem reconhecidos como os principais responsáveis pela introdução da Matemática e da Astronomia europeias na China e na Índia; pela confecção dos primeiros mapas da América, da Ásia e da África; e pela recolha, análise e divulgação, na Europa, de informações primárias a respeito da geografia, dos animais e das plantas nas terras recém descobertas.<sup>162</sup>

Steven Harris, ao estudar a produção bibliográfica da Companhia, observa que de 1600 a 1777 os jesuítas produziram cerca de seis mil obras entre manuscritos, artigos e livros publicados. O autor as agrupou em seis áreas de interesses, a saber: Medicina; Engenharia; História Natural; Matemática; Física (Filosofia experimental); Filosofia Aristotélica e Astronomia, sendo que as quatro últimas representaram 80% de toda a sua produção. Dessa forma, fica em evidência “o comprometimento intelectual, institucional

---

<sup>161</sup> “Within the Catholic world, many Jesuits were noted intellectuals – becoming tutors, confessors, and counselors to princes and kings. They established an educational presences at every level, including universities, seminaries, missions, and secondary schools affiliated with the Society”. FURTADO, Junia Ferreira. “The Jesuit Society”, p. 1312.

<sup>162</sup> UDÍAS, Agustín. *Jesuit Contribution to Science*, p. v.

e material da Sociedade com a atividade científica”.<sup>163</sup> Baseando-se em outros trabalhos que estimam a produção literária das demais ordens religiosas católicas,<sup>164</sup> Harris é categórico em afirmar “que os jesuítas produziram mais escritos científicos que todas as ordens combinadas”.<sup>165</sup>

É necessário, no entanto, matizar as conclusões de Harris, pois estas podem apresentar distorções devido inclusive às escolhas feitas por esse autor ao analisar a produção científica inaciana. Ele não deixa claro, por exemplo, que tipo de conhecimento científico efetivamente estariam produzindo os jesuítas. Ele não fornece resposta para essa questão, ao contrário, a impressão que se tem, a partir de seu texto, é que todas as mudanças na forma de pensar o mundo teriam sido acolhidas pela Ordem de maneira gradual, em uma espécie de determinismo histórico.

Algumas respostas para essa questão foram evidenciadas, em 2003, no artigo “Jesuits: Savants”, do israelense Mordechai Feingold. Embora seu artigo seja polêmico, seu objetivo foi exatamente o de “superar a imagem estereotipada que marcou a Companhia de Jesus durante os 200 primeiros anos de sua existência e avaliar a dimensão científica da sua contribuição intelectual, independente das suas missões religiosas”.<sup>166</sup> Fundamentando-se em parte da produção bibliográfica aludida por Harris, Feingold confirma que muitos jesuítas não se distinguiram dos *savants* que lhes eram contemporâneos. Os religiosos que se engajaram ativamente com as novidades científicas

---

<sup>163</sup> “(...) the Society's intellectual, institutional, and material commitment to scientific activity”. HARRIS, Steven J. “Transposing the Merton Thesis”, p. 41.

<sup>164</sup> Cf. MERTON, Robert K. “Science, Technology and Society in Seventeenth Century England”. In: SARTON, George (Ed.). *Osiris: Studies on History and Philosophy of Science, and on the History of Learning and Culture*. Bruges: St. Catherine Press, v. 4, 1938, p. 360-632.

<sup>165</sup> “The Jesuits produced more scientific writing than all the orders combined”. HARRIS, Steven J. “Transposing the Merton Thesis”, p. 40.

<sup>166</sup> “(...) is to get past the stereotypes that surrounded the Society of Jesus during the first 200 years of its existence and evaluate the scientific dimension of its intellectual contribution, independent of its mission”. FEINGOLD, Mordechai. “Jesuits: Savants”, p. 2.

foram por ele nomeados de *practitioners*. Esses, apesar de raramente confirmarem a influência da ciência “sobre sua vocação” religiosa, “ainda mais raramente, exprimiram seus sentimentos em papel, mas a despeito disso deram testemunhos suficientes do fervor com que seguiam seus estudos seculares”.<sup>167</sup>

Lawrence Fouraker é outro historiador que segue essa mesma direção. Para ele, apesar do missionário italiano Matteo Ricci ser fortemente reconhecido por seu trabalho de evangelização na China e não ter negligenciado o ensino do Cristianismo, escrevendo em 1603 o famoso catecismo *Tianzhu shiyi* (O verdadeiro significado do Senhor do Céu), nem ele, nem seus seguidores tinham a religiosidade como principal foco de atividades.<sup>168</sup>

Feingold descreve uma série de condutas que revelam as tensões produzidas no interior da Companhia em razão do envolvimento de muitos de seus membros com as novidades científicas. Para ele, as ações dos jesuítas *savants* e dos jesuítas censores, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, assemelham-se às de dois oponentes em um jogo de estratégias em permanente disputa, onde o passo seguinte só era dado em conformidade com a ação anterior do adversário. Segundo esse autor, diversos jesuítas foram expulsos da Ordem, e até da cidade de Roma, por discutirem publicamente tópicos que iam de encontro à Filosofia atomista e vários outros foram proibidos de discutir semelhantes tópicos em salas de aula, sendo que os que insistiam eram transferidos para disciplinas diferentes ou obrigados a reconsiderarem suas posições. No que diz respeito à

---

<sup>167</sup> “(...) on their vocation and even more rarely committing their sentiments to paper, nonetheless left sufficient testimony of the fervor with which they pursued their secular studies”. FEINGOLD, Mordechai. “Jesuits: Savants”, p. 9.

<sup>168</sup> FOURAKER, Lawrence. “Historical Legacy of Jesuits in China”. *Verbum*, v. 6, issue. 1, Article 18, December 2008. Disponível em: <http://fisherpub.sjfc.edu/verbum/vol6/iss1/18>. Acesso em: 10 de jan. 2017. Cf. UDÍAS, Augustin. “Jesuit Astronomer in China and India”. In: *Jesuit Contribution to Science*; e MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. “A Companhia de Jesus, o Oriente Jesuítico e a Ciência”. In: *A História da Ciência no Século XVII*, p. 91-125.



publicação livresca, a ação dos jesuítas para escapar da censura imposta pela Ordem foi sintomática desse jogo. De acordo com Feingold, principalmente até 1700, a produção científica dos inicianos possuía majoritariamente o formato de “livros escolares, compêndios e obras de referência”, em oposição aos tratados especializados. “A predileção das autoridades pelo formato [livro escolar] foi consequência da atitude cada vez mais rígida [dos censores] em relação às novidades, o que resultou na condenação da maioria das tentativas dos jesuítas de produzir tratados inovadores e especializados”.<sup>169</sup>

Como o Padre Valentin Estancel, seu contemporâneo e do qual conhecemos livros científicos manuscritos e publicados,<sup>170</sup> sobre Padre Cocleo há informes na documentação, ainda que esparsos, que nos permitem associa-lo ao grupo dos jesuítas *practitioners* – aqueles que desempenharam atividades científicas durante a prática missionária. Testemunhos dão conta de que ele teria produzido pelo menos uma carta geográfica, um livro com a “Descrição das Capitanias do Estado do Brasil”; instruções impressas sobre a *Laus Perene*, que de acordo com Serafim Leite foram distribuídas a milhares de pessoas,<sup>171</sup> e outras atividades esparsas que serão abordadas a seguir. Sabemos que seu envolvimento com a Filosofia foi anterior ao ingresso na Ordem e que ela foi aproveitada na sua admissão; enquanto os candidatos ordinários deveriam provar suas qualidades em uma série de exames, ele ingressou sem ao menos prestar o exame primeiro e geral. Teria sido esse um dos motivos da sua hesitação? Ou seria o oposto? Pois, uma vez aluno da Companhia, ele poderia aprofundar seus estudos? É claro que isso

---

<sup>169</sup> “Proliferation of textbooks during the seventeenth century – and the reason for the authorities’ predilection for the format was the increasingly rigid attitude towards novelties that doomed most attempts by Jesuits to produce innovative, specialized treatises”. FEINGOLD, Mordechai. “Jesuits: Savants”, p. 16.

<sup>170</sup> MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*. Ver preferencialmente o capítulo 7, “As cartas científicas do Padre Valentin Estancel”, p. 187-234.

<sup>171</sup> LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 8, p. 160-162.

pode muito bem ter sido consequência da influência da sua família e do seu parente na Ordem.

Como se verá no próximo tópico, mesmo tendo apenas iniciado seus estudos em Matemática, a fama de sua maestria nesse campo chegara até o Superior de Lisboa. Além disso, é bem possível que esse empenho em relação ao saber científico tenha se desdobrado na América. No ano de 1664, estando missionando há dois no sertão do Ceará, o conde de Óbidos, então Vice-rei, não hesitou em pedir-lhe que enviasse “alguns garfos presos”<sup>172</sup> e a semente de cacau para tentar a cultura da planta na Bahia.<sup>173</sup> Esse acontecimento por si só já é interessante, pois dá a entender que na região se praticava o cultivo da “erva chamada cacau”. Serafim Leite supõe “que os jesuítas não eram alheios a essa experiência nas suas fazendas do Pará” e alega que essas seriam “a fonte” de irradiação dessa cultura “para longe”.<sup>174</sup> Todavia, é necessário ressaltar que, se o cultivo da planta na Missão do Ceará chegou ao ponto de ser reconhecida pela maior autoridade do Estado, é indício de que nesse local se plantava cacau com êxito, pelo menos nesse período, quase uma década antes da difusão do seu cultivo executada pelo Padre Bettendorff no Colégio do Pará.<sup>175</sup> Contudo, esse episódio sugere que algumas iniciativas podem e devem ter dependido muito mais da ação direta de determinados indivíduos do que necessariamente da própria Ordem.

<sup>172</sup> Garfos ou enxertos são mudas retiradas de determinada parte da planta, normalmente da parte a que vai produzir o fruto. SENAR. *Cacau, produção, manejo e colheita*. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, n. 215, p. 56, 2018.

<sup>173</sup> CARTA do Vice-Rei, Conde de Óbidos, para Padre Jacobo Cocleo. Bahia, 12 de Dezembro de 1664, p. 211. *Documentos Históricos. Correspondência do Vice-Rei, dos Governadores-Gerais e Junta Trina (1663-1685)*, Rio de Janeiro, v. IX da série VII, 1929. [Doravante: DH]

<sup>174</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 160-161.

<sup>175</sup> “Faz agora três anos que plantei duas vezes mil mudas de cacauzeiros que deram mil e mais árvores. Estas não produziram somente flores, mas também frutos que se chamam cacau do qual se faz chocolate [chocolati]”. CARTA de Bettendorff a Oliva. Pará, 20 de Setembro de 1677. ARSI, Bras 26, f. 43r. In: ARENZ, Karl Heinz. “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698)”. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. V, n. 1, p. 72, 2010. [Traduzido do latim pelo autor].

### 2.1.4 A Matemática no Terreiro de Jesus

Da entrada na Ordem, em março de 1649, à primeira notícia da sua estada em Lisboa, em 1660, transcorreram-se aproximadamente dez anos. O cotejamento das fontes com o relato do Padre Vieira corroboram com a narrativa do Padre Bettendorff em relação à data de chegada do Padre Cocleo à Lisboa. Segundo o último, ele e Cocleo, desembarcaram em Belém no último dia do mês de dezembro de 1659. No templo da Casa, confessaram-se com o Reverendo local, rezaram a missa, jantaram e, “à tardinha”, seguiram por terra para Lisboa. Durante essa estada na capital, abrigados no Colégio, ambos acompanharam os procuradores em seus afazeres e aproveitaram para ir “ao hospital às vezes converter hereges”.<sup>176</sup>

Dos jesuítas reunidos em Lisboa, no primeiro semestre de 1660, nem todos completaram as diretrizes iniciais de seguirem para a Missão do Maranhão.<sup>177</sup> Os missionários luxemburgueses, padres Bettendorff e Gaspar Mish, deixaram Lisboa a 24 de novembro e desembarcaram no Maranhão no dia 20 de janeiro de 1661,<sup>178</sup> mesmo ano em que o Irmão Coadjutor, o flamengo Baltazar Campos, deixaria a metrópole para trilhar o mesmo destino.<sup>179</sup> O Padre Cocleo, por sua vez, teve trajetória distinta.<sup>180</sup> Daqueles, foi o primeiro a deixar a capital lusa, antes mesmo dos luxemburgueses. Seu nome já aparece arrolado a 30 de outubro desse mesmo ano entre os jesuítas presentes no

<sup>176</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 171.

<sup>177</sup> ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72.

<sup>178</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 172-173.

<sup>179</sup> LEITE S. J., Serafim. “Expedições missionárias para o Maranhão no século XVII”. *Archivum Historicum S. J. Extractum*, Romae, v. 10, p. 299, 1941; BETTERNDORFF, João Felipe, *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 172-173.

<sup>180</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 172.

Colégio da Bahia.<sup>181</sup> Antes de deixar Portugal, escreveu ao Provincial de sua terra natal, Hubert Wiltheim, contando-lhe que o Padre Provincial de Lisboa, percebendo a sua propensão para as missões americanas, chamou-lhe e rogou-lhe para “que aceitasse que fosse destinado por alguns anos a esta província, onde, realizando os estudos, paulatinamente me imbuísse também da matemática (pois alguém fizera notar que eu fora iniciado nos rudimentos dessa ciência) e depois ensinasse em público”.<sup>182</sup> A esse respeito, Cocleo externou que o seu maior medo era que “a duração dos estudos fosse mais longa sob um professor baiano” e que isso atrasasse o seu chamado para a Missão do Maranhão, “embora assaz cedo, se assaz oportuno ao aceno de Deus, que não carece das obras de ninguém”.<sup>183</sup> É possível que o temido atraso tenha de fato ocorrido, pois seu nome aparece pela primeira vez relacionado às atividades missionárias junto aos indígenas somente dois anos após a sua chegada.<sup>184</sup> Essa afirmativa ainda revela que Cocleo não terminara seus estudos de Matemática no Reino e que podia completa-lo no Colégio da Bahia, ainda que julgasse que o ensino ali não ocorria com a mesma excelência que em Portugal.

Essa passagem da vida do Padre Cocleo expõe alguns aspectos estruturais da Companhia de Jesus. Primeiro, reforça a importância que os Colégios e seus professores possuíam como elementos de atração de membros. Na Província Galo-Bélgica, Cocleo

---

<sup>181</sup> ARSI. Bras. 5 (I). CATALOGUS Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1660, f. 231.

<sup>182</sup> “P. Prouincialis ad se accersitum me rogauerit num acceptum foret aliquot annis in hac prouincia destinari me, ubi studia peragendo mathesi quoque paulatim imbuerer (nam initiatum me illius rudimentis non nemo indicarat) postquam eandem publico profiterer”. CARTA do Padre Cocleo ao Padre Hubert Willheim. Lisboa 27 de maio de 1660, f. 395. BRB. MS. A VAN DEN GHEYN, cod. 6828-29. Ver também CARTA do Padre Felipe Bettendorff ao Padre Hubert Willheim. Lisboa 27 de maio de 1660, f. 397. BRB. MS. A VAN DEN GHEYN, cod. 6829-29.

<sup>183</sup> “Vereor ne sit longior studiorum mora, sub professore Bahiensi tardiusque ad Maragnonem appellam, quamquam sat cito, si sat opportuno ad Dei nutum, qui nullius opera indiget”. CARTA do Padre Cocleo ao Padre Hubert Willheim. Lisboa 27 de maio de 1660, f. 395. BRB. MS. A VAN DEN GHEYN, cod. 6828-29.

<sup>184</sup> ARSI. Bras. 5 (II). CATALOGUS Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1662, f. 3r.

iniciara seus estudos no mais respeitável noviciado e os prosseguiu na segunda mais importante instituição da região. Em Lisboa, passou brevemente pelo Colégio de Santo Antão, já famoso à época por suas Aulas de Esfera, e, antes de chegar a Salvador, possuía uma opinião sobre o ensino no Colégio baiano. O curioso é que, por essa mesma época, Padre Antônio Viera expressou sentimento semelhante. Em 1661, queixou-se junto ao Geral, endossando que a criação de uma instituição de ensino no Maranhão era condição vital para o aumento e continuidade dos trabalhos na região. De acordo com ele, “não convinha de nenhum modo que os [Padres] que tivessem vindo à Missão fossem estudar ao Brasil, ou a Portugal, porque é certo que havia de ficar lá a maior parte deles, porque os estudos naturalmente esfriam a vocação”.<sup>185</sup> Por Brasil, entenda-se o Estado do Brasil, província que, por essa época, era autônoma à do Maranhão, Vieira referindo-se mais particularmente ao Colégio da Bahia.

Apesar de não ter seguido para o Maranhão e a despeito do exagero retórico de Vieira em relação à vocação dos futuros missionários, esse, como se verá, não parece ter sido o caso do Padre Cocleo, que mostrou-se para os índios como “pai e mestre, não menos nos exemplos que por palavras”.<sup>186</sup> Desde Lisboa, em uma mistura de desejo, obediência e humildade, mostrara-se ansioso em servir ao Senhor. Rogava a Deus para que chegasse apto e saudável ao Brasil “para os trabalhos pela causa das almas, pois

---

<sup>185</sup> VIEIRA, Antônio. “Carta ao P. Geral, Gosvínio Nickel. Rio Amazonas, 21 de Março de 1695”. In: LEITE S. J., Serafim. *Novas Cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*, p. 290.

<sup>186</sup> “Erga illos se Patrem, et Magistrum ex hiberis, non minus exemplis, quam verbis”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72.

nesse lugar, enquanto estudar”, esperava “também percorrer as reduções, porque a messe ali é grande”.<sup>187</sup>

Outro aspecto significativo exposto na passagem diz respeito à importância que as ciências possuíam, nesse caso específico, a Matemática, no interior da Companhia e do próprio Colégio baiano nesse período. Diferentemente do jesuíta candidato a missionário, o Provincial lusitano parecia não possuir uma visão negativa dos trabalhos desenvolvidos no Colégio do Terreiro de Jesus. É o próprio Provincial lusitano quem pede a Cocleo, que já possuía um conhecimento elementar em Matemática, que se introduzisse paulatinamente na disciplina, completasse seus estudos e depois lecionasse.

Sabe-se que nos colégios jesuítas o estudo das matemáticas era muito valorizado desde os finais do século XVI. Além disso, nas primeiras décadas do século XVII, os esforços do padre Christophorus Clavius em constituir grupos de investigação astronômica e matemática nas escolas já havia dado seus primeiros frutos: a geração de matemáticos da Companhia de Jesus que lhe sucedeu imediatamente (Christophorus Scheiner, Athanasius Kircher, Giovanni Battista Riccioli, François Aguilhon entre outros) já demonstrara a solidez dos conhecimentos matemáticos dos jesuítas.<sup>188</sup>

A intenção do Provincial também poderia ser a de fortalecer a disciplina no Colégio baiano. Contudo, nunca é demais lembrar que, até a expulsão da Ordem, importantes matemáticos inicianos passaram por seus Colégios na Província brasileira na América, principalmente, pelo da Bahia. Alguns desses se dedicaram ao ensino de Matemática propriamente dito, outros não. Por exemplo, o autor dos livros didáticos *Elementos Matemáticos e Teoremas Matemáticos*, utilizados nos Colégios, o proeminente jesuíta professor de Cosmografia no Colégio de Santo Antônio, Padre Inácio de Stafford,

<sup>187</sup> “Ad labores animarum causa idoneum, nam et istic dum studebo, (...) ad reductiones quoque excursurum spero, messis enim et istic multa”. BRB. MS. A VAN DEN GHEYN, cod. 6828-29. CARTA ao Padre Hubert Willheim. Lisboa 27 de maio de 1660, f. 395.

<sup>188</sup> CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia”. *Ideação*, Feira de Santana, n. 3, p. 162, jan./jun. 1999.

esteve na capital baiana entre 1640 e 1641.<sup>189</sup> O discípulo e aluno de Athanasius Kircher, o tcheco matemático e astrônomo, o já citado contemporâneo de Padre Cocleo, Padre Valentin Estancel, depois de lecionar Matemática no Colégio de Évora e no Colégio de Santo Antão em Lisboa, permaneceu no Brasil da sua chegada, em 1663, até a sua morte, em 1705, profundamente envolvido em atividades matemáticas, científicas e com a docência nos Colégios de Pernambuco e da Bahia, sendo que, nesse último, foi professor de Teologia e Lente de Matemática.<sup>190</sup>

O ciclo completo dos estudos da Companhia – o ensino secundário, *Humaniores Litterae* e os cursos superiores de Teologia e Artes – era oferecido aos estudantes do Colégio da Bahia desde 1572. Os primeiros graus de Mestre em Artes foram concedidos em 1576 e em 1581 foram concedidos “os primeiros graus de doutor a seus alunos do curso de Teologia”.<sup>191</sup> Os Padres eram ali “empregados em uma lição de Theologia, outra de casos, um curso d’artes, duas classes de humanidades” e na escola de ler e escrever.<sup>192</sup> Esse foi o primeiro Colégio no Brasil a oferecer o curso de Artes, também conhecido como Ciências Naturais, ou simplesmente de Filosofia, e, como de costume na Ordem, procurou ministrar tudo o que de mais avançado havia na época. “Os jesuítas acompanharam constantemente o ritmo progressivo das ciências modernas e muitas vezes

---

<sup>189</sup> STEPANEK, Pavel. “Valentin Stansel: um observador tcheco do céu brasileiro”. *Ibero-Americana Pragensia*, Madri, ano XLI, n. XXXX, p. 191, 2007; MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*, p. 19.

<sup>190</sup> MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII*. Ver preferencialmente o Capítulo 7, “As cartas científicas do Padre Valentin Estancel”, p. 187-234.

<sup>191</sup> MIRANDA, Evaristo Eduardo. *O descobrimento da Biodiversidade: a ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI*. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 149.

<sup>192</sup> CARDIM, Fernão. “Narrativa epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica”. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980, p. 114-145.

contribuíram para acelerá-lo”.<sup>193</sup> Nele, eram ensinadas Física, Lógica, Ética, Metafísica e Matemática, cursos que tinham a duração de três a quatro anos.<sup>194</sup>

Todas as disciplinas estavam divididas nos dois primeiros anos do curso de Filosofia. No primeiro ano, eram ensinados os seis primeiros livros de Euclides, Aritmética, Astronomia e Geografia e, no segundo, Astrolábios, Teoria dos planetas, Geometria e assuntos relacionados ao sol e ao calendário eclesiástico. Na dinâmica do ensino de Matemática, os professores deveriam, desde as primeiras aulas, acrescentar “alguma coisa de geografia, de esfera e outros assuntos que os alunos gostam de ouvir, e isso simultaneamente com Euclides, no mesmo dia ou em dias alternados”.<sup>195</sup> No terceiro ano, toda a diligência dos professores centrava-se na opinião de Aristóteles, ou seja, o aluno deveria conseguir interpretar bem o texto do filósofo.<sup>196</sup> Os alunos medianos estudariam por três ou quatro meses cada disciplina, enquanto aos alunos mais interessados eram providenciadas lições privadas e mais avançadas.<sup>197</sup> As fontes também relacionam o Padre Cocleo como Mestre em Matemática.<sup>198</sup> Tendo em vista que a sua fama de bom estudante já corria desde os anos iniciais de estudos da disciplina e que permanecera por dois anos no Colégio da Bahia, é bem possível que tenha sido um desses alunos interessados. Ou, como o *Ratio Studiorum* define, um aluno com “mais inclinação e capacidade para semelhantes estudos”.<sup>199</sup>

Um dos livros básicos adotado no Colégio da Bahia para o ensino dessa disciplina foi o famoso “*Comentário à Obra de Aristóteles*, obra coletiva dos padres jesuítas do

<sup>193</sup> FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*, p. 52.

<sup>194</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 1, p. 29-30.

<sup>195</sup> FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*, p. 127.

<sup>196</sup> FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*, p. 125.

<sup>197</sup> UDÍAS, Augustín. *Jesuit Contribution to Sciency*, p. 9.

<sup>198</sup> ARSI. Bras.10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasilâ Missionarii, 1710, f. 72-75.

<sup>199</sup> FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*, p. 97.



Colégio das Artes de Coimbra”, que teve forte influência em Descartes ao produzir *Discours de la méthode*.<sup>200</sup> Apesar da excelência do ensino ali praticado e apesar dos jesuítas considerarem o Colégio baiano semelhante a uma Universidade, em relação ao ensino de Matemática, o mesmo não possuía a aprovação oficial de Portugal.<sup>201</sup> A fundação da Faculdade de Matemática só ocorreria mais tardiamente, no século XVIII.<sup>202</sup> É crível que Cocleo, como o estabelecido na *Ratio Studiorum*, tenha, na realidade, realizado algum tipo de especialização no Colégio Baiano, o que é reforçado pelo fato de ter gozado em vida e entre seus pares do status de Mestre, o que também pode ter significado que realmente defendeu uma tese, o que salienta, mais uma vez, a centralidade que esta disciplina possuía ou estava em vias de possuir tanto na Sociedade, quanto no Colégio e na própria vida do Padre.

Fosse como fosse, certo é que, depois desses dois anos, ele só voltaria a se dedicar ao ensino escolástico duas décadas mais tarde. Primeiro, na década de 1680, quando, durante os oito anos em que esteve no Rio de Janeiro, por seis deles, atuou como Reitor e Vice-reitor do Colégio Fluminense, e, depois, nas duas últimas décadas de vida quando, por causa da “sua habilidade experiência no ensino *Humaniores Litterae*”<sup>203</sup> e, como descreveu o Padre Antonil, por parecer “estar quebrado” devido ao “aumento da carga de

---

<sup>200</sup> NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação Social Jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Topbooks: Rio de Janeiro, 1997, p. 281.

<sup>201</sup> Situação semelhante ocorreu no Colégio de Luxemburgo, criado pela Ordem no ducado de Luxemburgo no ano 1596. Apesar de ensinar Matemática desde 1599, o *status* de Universidade só lhe foi atribuído em 1686, graças a uma concessão de Luís XIV que oficializou os cursos de Filosofia e de Teologia, disciplinas até então reservadas às Universidades de Louvain e Treveris. UDÍAS, Agustín. *Jesuit Contribution to Sciency*, p. 23; e DOMINGUEZ, Joaquín & O’NEIL, Charles. *Diccionario Historico de la Compañia de Jesús*, v. 3, 2001, p. 2444.

<sup>202</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 69.

<sup>203</sup> ARSI. Bras. 6 (I). CATALOGUS Primus ex Triennialibus Provinciae Brasilicae, 1ª via, 1701, f. 11.

idade”, foi Mestre dos noviços e Diretor Escolástico no Colégio da Bahia.<sup>204</sup> Nessa última função, ficaria encarregado dos jovens recém-saídos do noviciado que iriam viver em celas individuais. Mas, logo em seguida, acabou exercendo “a mesma prefeitura sobre todos os sócios do Colégio acuradamente e com louvor; persuadindo muito mais pelo exemplo daquilo que se esforçava em persuadir pela palavra nas conversações domésticas ou ao ouvir os Casos de Consciência ou nas exortações públicas”.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> ARSI. Bras. 6 (I). CATALOGUS Primus ex Trienalibus Provinciae Brasiliae, 1707, f. 42. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72r.

<sup>205</sup> “Et deinde eandem Praefecturam erga omnes collegii socios accuratè, et cum laude egit; exemplo potissimum suaderis, quod sermone in domesticis colloquiis, aut in accipienda conscientiae ratione, aut in publicis adhortationibus suadere conabatur”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 72r.

## Capítulo 2.2: *Missionação*

### 2.2.1 *O caso da expansão jesuítica*

Durante o tempo em que residiu na América, Cocleo presenciou mudanças estruturais no Estado, na Igreja e dentro da própria Companhia de Jesus. Em algumas teve participação ativa, em outras apenas as testemunhou. Entender algumas dessas mudanças é condição ímpar para perceber o espaço social ocupado por ele naquela sociedade.

Administrativamente,<sup>206</sup> quando Cocleo chegou à Colônia portuguesa na América, ele a conheceu dividida em duas unidades governamentais com jurisdições autônomas: O Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará.<sup>207</sup> Grosso modo, a primeira abrangia parte da Capitania do Ceará até as Capitanias do Sul. Era governada pelo governador-general/geral ou Vice-rei a partir da Cidade da Bahia, a “Cabeça do Estado”. O território da segunda jurisdição abarcava uma área que ia da outra parte da Capitania

---

<sup>206</sup> Entre 1658 e 1662, o Estado do Brasil possuía uma subdivisão. Francisco Barreto permaneceu em Salvador com o título de Governador-geral do Estado do Brasil e Salvador Correia de Sá e Benavides, governador da do Rio de Janeiro, foi nomeado pela Regente Dona Luísa de Gusmão, em setembro de 1658, Governador da Repartição Sul. Apesar da extinção desse expediente em 1663 pelo Vice-Rei, o Conde de Óbidos, o Rio de Janeiro jamais perderia a sua proeminência, principalmente em função da expansão geográfica no centro-sul do território a partir daí. Nos limites temporais desta tese, a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 representa o ponto ápice. RIBEIRO, Mônica da Silva. *Divisão Governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul*. *Anpuh RJ. Usos do Passado. XII Encontro Regional de História*, Rio de Janeiro 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Monica%20da%20Silva%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019. GUARACY, Thales. *A Criação do Brasil 1600-1700: como uma geração de desbravadores desafiou Coroas, Religiões e Fronteiras, dando ao país 5 dos seus 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e limitando ambições de grandeza*. Planeta: São Paulo, 2018.

<sup>207</sup> O Estado do Maranhão foi criado por Carta Régia de 13 de junho de 1621 e, depois da Restauração Pernambucana (1630-1654), foi renomeado de Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1654. STUART FILHO, Carlos. *O Antigo Estado do Maranhão e suas capitanias feudais*. Ceará: Imprensa Universitária do Ceará, 1960. TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A escrita jesuítica da História das Missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Lisboa: IICT/ CHAM FCSH/UNL/ Universidade Ações, 2009.

do Ceará até o extremo norte da região amazônica, nas “raias do Domínio da Espanha”. Era administrada por um governador ou por um capitão-geral, subordinado diretamente a Lisboa, e “apesar de ter como capital São Luís do Maranhão, no final do século XVII era mais comum encontrar os governadores passando a maior parte do tempo em Belém do Pará que se tornara um importante centro comercial”.<sup>208</sup>

As razões para essa organização foram de natureza física e humana, combinadas às condições técnicas de navegação do período. A comunicação por terra entre os dois Estados era quase inexistente. Para além da dureza e dos perigos da jornada, eram “quinhentas léguas, e trezentas delas totalmente desertas, em que necessariamente se há-de levar o mantimento às costas, com passagens de muitos e mui perigosos rios”.<sup>209</sup> Acrescido a isso, os colonos ainda sofriam com a resistência imposta pelos antigos naturais da terra, denominados nos documentos como bárbaros, insolentes e atrevidos, e pelos ditos “negros fugidos” que se levantavam, os roubavam e matavam.<sup>210</sup> Por outro lado, a comunicação pelo mar dependia da navegação à vela e essa, por sua vez, estava condicionada ao aproveitamento das monções. Os ventos sopravam nas duas partes do ano em direções opostas, limitando muito a comunicação entre as duas unidades. Quando sopravam na direção Sul, “era praticamente impossível usar a navegação à vela de Pernambuco” para chegar a São Luís e, quando sopravam para o Norte, impediam a

---

<sup>208</sup> TAVARES, Célia Cristina da Silva. A escrita jesuítica da História das Missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII), p. 4. Cf. VARNHAGEN, Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1948. t. 2, p. 172.

<sup>209</sup> VIEIRA, Antônio. “Carta ao P. Geral, Gosvínio Nickel. Rio Amazonas, 21 de Março de 1695”. In: LEITE S. J., Serafim. *Novas Cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*, p. 290.

<sup>210</sup> ORDEM que se enviou a Francisco Dias para prender, ou matar uma tropa de negros levantados. Bahia, 19 de Setembro de 1661, p. 70-71. *Documentos Históricos. Portaria dos Governadores (1660-1670)*, Rio de Janeiro, v. VII da série V, 1929.

navegação dessa para Pernambuco.<sup>211</sup> Para se ter uma ideia do grau de dificuldade, em meia década, das oito embarcações com missionários que saíram da Bahia em direção à Missão do Maranhão, “só uma chegou ao Pernambuco; todas as mais arribaram depois de muitos meses de grandes trabalhos e despesas, e algumas houve que foi derrotada a Índias de Castela”.<sup>212</sup>

Por motivos geográficos evidentes, o litoral Maranhão-Pará era chamado muitas vezes, costa “leste-oeste”, em contraste com a faixa de terra que ia do Cabo de São Roque ao Rio de la Plata, à qual se dava o nome de costa “norte-sul”. Devido às diferenças dos ventos e correntes predominantes daquelas duas regiões costeiras, a comunicação marítima entre elas fazia-se extremamente difícil para os navios que saíam da primeira para a segunda daquelas regiões.<sup>213</sup>

Quando Cocleo chegou ao Brasil, a região se reorganizava com o fim da presença dos holandeses. O detalhe da figura 1 faz parte da coleção de mapas e gravuras topográficas relacionadas à presença holandesa na América Latina (1624-1654), existente na Universidade de Leiden. Nela está representada a segunda tentativa, também mal sucedida, do almirante Pieter Pitersz de tomar Salvador, a capital do Estado do Brasil.<sup>214</sup> Investidas estrangeiras como essa à costa brasileira aumentaram consideravelmente nos anos que se seguiram à Restauração Portuguesa (1640) e suscitaram ainda mais a necessidade dos portugueses de dominarem melhor a região, já conhecida pelos

<sup>211</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 1, p. 216. Cf. BROMMER, Bea. “A cartografia neerlandesa sobre o Brasil”. In: AMORIM, J. Terto de. *O Siará na Rota dos Neerlandeses*. Utrecht: Bookess, 2012. p. 51. Cf. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, 1965-1971, v. 1, p. 12-13.

<sup>212</sup> VIEIRA, Antônio. “Carta ao P. Geral, Gosvínio Nickel. Rio Amazonas, 21 de Março de 1695”. In: LEITE S. J., Serafim. *Novas Cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*, p. 289.

<sup>213</sup> BOXER, Charles. *A idade do ouro: Dores do Descobrimento de uma sociedade Colonial*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 291.

<sup>214</sup> BUVE, Raymond. “Mapas neerlandeses do Brasil 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden”. *I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica*, Parati, 10 a 15 de maio de 2011.

batavos.<sup>215</sup> O boato da paz celebrada entre ingleses e holandeses, em 1654, por exemplo, obrigou que o governador do Estado do Brasil agisse, às pressas, reunindo preventivamente aos Armazéns de Sua Majestade oito mil sírios “para qualquer ocasião de guerra que há da união daquelas duas nações pode resultar”.<sup>216</sup> A esse respeito, Miguel Dantas da Cruz destaca que o clima de insegurança dos portugueses durou até o início da centúria seguinte. Segundo esse historiador, “as ameaças colocadas pelas potências europeias continuavam a ocupar um lugar muito especial na hierarquia dos interesses imperiais portugueses”.<sup>217</sup>

**Figura 1:** Detalhe do *Neemen van de Suykerprijsen in de Bay Tode los Santos*, anno 1627. [O saque do Açúcar na Baía de Todos os Santos, ano de 1627.]



**Fonte:** Fundação Biblioteca Nacional [Doravante FBN]. O original pertence à Coleção Bodel Nijenhuis, Biblioteca da Universidade de Leiden. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart550199/cart550199.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart550199/cart550199.jpg). Acesso em: 4 jun. 2019.

<sup>215</sup> Ver: MELO, Evaldo Cabral de (Org.). *O Brasil holandês, 1624-1654*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

<sup>216</sup> CARTA que o Governador Conde da Autogúia enviou para os oficiais da Câmara da vila do Cairú acerca das Farinhas. Bahia, 24 de novembro de 1654, p. 244-245. *DH. Correspondência dos Governadores Gerais (1648-1661)*, Rio de Janeiro, v. III da série I, 1928.

<sup>217</sup> CRUZ, Miguel Dantas das. “O Conselho Ultramarino entre levantes e a resistência indígena”. In: *Um império de conflitos: o Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2015, p. 105.

A ineficiente comunicação entre os dois Estados tornava a situação ainda mais dramática quando o assunto era a região mais ao Norte da colônia. Essas circunstâncias, associadas ao desejo europeu de descobrir riquezas minerais, fizeram com que o interior da região, hoje conhecida como Nordeste, fosse ocupada de fato, tanto por frentes de colonos dedicados às atividades pastoris, quanto pelas missões religiosas, somente após a vitória sobre os holandeses, cuja presença se estendeu entre 1630 e 1654.<sup>218</sup> No interior do Ceará, até sua expulsão, os portugueses haviam realizado “apenas investidas sem permanência. O sertão continuou fechado. Toda a vida social, todo o ciclo pecuário, abre inicial movimento na segunda metade do século XVII”.<sup>219</sup> No caso de Pernambuco, conforme analisou Cristina Pompa, “houve uma reordenação da economia e da política de aliança que resultaram num incentivo à evangelização no sertão que acompanhou a expansão pecuária”.<sup>220</sup> É óbvio que, da mesma forma como destacou Márcio Roberto dos Santos em relação ao sertão baiano, essas investidas não significaram um processo de colonização contínuo e regular do território. Na realidade, elas se deram “de forma multidirecional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões”,<sup>221</sup> resultando numa “série de tumultos trágicos ou burlescos”, para utilizar expressão de Capistrano de Abreu.<sup>222</sup>

Um desses tumultos está relacionado à administração de André Vidal Negreiro, o primeiro governador-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1655-1657). Quando

---

<sup>218</sup> MAIA, Légio de Oliveira. “Aldeias e missões nas capitâneas do Ceará e Rio Grande: catequese, violência e rivalidades”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 7-22, 2013.

<sup>219</sup> CASCUDO, Luís Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 258.

<sup>220</sup> POMPA, Cristina, *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*, p. 214.

<sup>221</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 30-31.

<sup>222</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5ª ed. Brasília: Editora UNB, 1963, p. 137.

deixou Portugal para tomar posse do recém-criado Estado, trouxe consigo o Regimento de 9 de abril de 1655, promulgado por iniciativa do Padre Antônio Vieira.<sup>223</sup> Essa nova legislação, ao substituir a anterior, de 1647, restringiu consideravelmente o acesso dos colonos à mão-de-obra indígena. A partir dela os índios só poderiam ser escravizados em quatro casos específicos: 1) se se envolvessem em guerras defensivas ou ofensivas encetadas pelos moradores; 2) se impedissem a pregação do sagrado Evangelho; 3) se estivessem presos à corda à espera de serem mortos e comidos por seus inimigos; 4) se fossem tomados ou comprados, isto é “resgatados”, já se encontrando na condição de escravos dos índios após uma guerra justa que uns tivessem travado com os outros.<sup>224</sup> O 44º artigo estabeleceu ainda que os índios de todas as aldeias fossem “administrados por religiosos de uma só religião” e “pelas particulares razões, que a isso obrigam, e que sejam a da Companhia de Jesus pela muita experiência que tem de seu zelo, e muita aplicação e indústria para a conservação das almas e pelo muito que estão aceitos dos índios desse Estado, nas missões para a propagação da fé”.<sup>225</sup> A nova legislação, na prática, instaurou a “dupla administração” (espiritual e temporal) dos índios aldeados e os “do sertão” do Maranhão a favor dos jesuítas, em detrimento dos colonos, uma vez que impedia “qualquer interferência dos poderes locais, militares ou civis, em assuntos concernentes aos indígenas”.<sup>226</sup>

Ao analisar os efeitos dessa nova legislação, Maria Beatriz Nizza da Silva sugere que à medida que o desejo do Padre Antônio Vieira de alcançar para a Companhia de

---

<sup>223</sup> EISENBERG, José de. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*.

<sup>224</sup> BOSI, Alfredo. “Antônio Vieira o profeta e missionário: um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 249, 2009.

<sup>225</sup> FBN, MS 12, 2, 5, n. 10 apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Viera e o conflito com os colonos do Pará e Maranhão”. *Luzo-Brasílian Review (LBR)*, University of Wisconsin Press, v. 40, n. 1, p. 82, Summer 2003.

<sup>226</sup> ARENZ, Karl Heinz. “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698)”. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. V, n. 1, p. 35, 2010.



Jesus “o mesmo poder absoluto sobre a população indígena de que tinham gozado os jesuítas espanhóis nas reduções do Paraguai”<sup>227</sup> se concretizava, o descontentamento entre os moradores aumentava, pois o acesso dos mesmos à mão-de-obra nativa diminuía. Os momentos decisivos dessa discórdia foram as insurreições dos colonos. A primeira ocorreu durante os festejos do Espírito Santo, a 15 de maio de 1661, quando “amotinou-se o povo de São Luiz do Maranhão contra os Jesuítas, e arrancando-os dos seus Colégios, fizeram-nos sair da cidade”. Dois meses depois, ocorreu a segunda insurreição quando, “amotinando-se da mesma forma o povo de Belém do Grão Pará”, prenderam ao Padre Antônio Vieira e os padres que o acompanhavam e os remeteram ao povo do Maranhão. Em seguida, todos “foram metidos a bordo de um patacho, e mandados para Lisboa, onde chegaram com feliz viagem”.<sup>228</sup>

Essa revolta afastou os jesuítas da administração temporal dos aldeamentos até 1680, contudo, esses acontecimentos significaram para a Companhia mais do que a diminuição da sua influência na região. De certa maneira, houve uma estagnação da política de expansão da fundação sistemática de aldeamentos,<sup>229</sup> iniciando-se com isso a fase de consolidação da Missão jesuítica já existentes no norte da América portuguesa.<sup>230</sup> Ou seja, os anos que se seguiram ao levante de 1661 e ao banimento do Padre Antônio Vieira serviram sobretudo para a reorganização da Ordem em toda a Assistência

---

<sup>227</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Viera e o conflito com os colonos do Pará e Maranhão”, p. 79.

<sup>228</sup> LIMA, José Inácio de Abreu. *Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil*. Pernambuco: Typografia M. F. de Faria, 1845, p. 124-125.

<sup>229</sup> Nesse período Vieira fundou mais de 53 cinquenta aldeamentos que juntos somavam sobre seus cuidados duzentas mil almas. ARENZ, Karl Heinz. “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698)”, p. 33; e ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540–1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996, p. 224.

<sup>230</sup> Convencionou-se classificar a História da Missão jesuítica na Amazônia em três fases: fundação, expansão e consolidação e cada uma delas teve como referência a atuação dos seguintes Padres, respectivamente: Luiz Filgueira, Antônio Vieira e João Felipe Bettendorff. MAYER, Sidney Luiz. *Jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará: convergências e divergências entre Antônio Vieira e João Filipe Bettendorff na aplicação da liberdade dos índios*. São Leopoldo, Unisinos, 2010, p. 10. (História, Dissertação de Mestrado).

portuguesa na América. Na Missão do Maranhão, os trabalhos ficaram a cargo do missionário já mencionado, o luxemburguês Bettendorff, enquanto seu condiscípulo, o Padre Jacob Cocleo, ficou encarregado da Missão do Ceará. Nesse papel, nosso personagem desempenhará importante papel.

### 2.2.2 O Ceará e a Genebra de todos os sertões

Na segunda metade do século XVII, a Missão da China ainda se destacava como o polo de maior atração no imaginário jesuítico. Uma espécie de Meca, principalmente para os jesuítas mais envolvidos com as questões científicas, como Astronomia, Matemática, Geografia, Física, entre outros campos a que se dedicavam.<sup>231</sup> Frederico Guilherme Monturil Rêgo credita essa preferência ao fato de que, “desde a partida do Padre Francisco Xavier para a Ásia, em abril de 1541, a missionação dos povos deste continente figurou como referencial incontestável para a plena aplicabilidade dos objetivos e métodos da Companhia de Jesus”.<sup>232</sup> Dois jesuítas contemporâneos ao Padre Cocleo, Estancel<sup>233</sup> e o próprio Bettendorff,<sup>234</sup> que também passaram pelo Colégio de Luxemburgo e que também estiveram em Lisboa mais ou menos na mesma data que ele,

<sup>231</sup> FOURAKER, Lawrence. Historical Legacy of Jesuits in China”. *Verbum*, v. 6, issue 1, Article 18, December 2008. Disponível em: <http://fisherpub.sjfc.edu/verbum/vol6/iss1/18>. Acesso: 01 jun. 2018. Cf. UDÍAS, Augustin. “Jesuit Astronomer in China and India”. In: *Jesuit Contribution to Science*; e MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. “A Companhia de Jesus, o Oriente Jesuítico e a Ciência”. In: *A História da Ciência no Século XVII*, p. 91-125; FEINGOLD, Mordechai (Org.). *Jesuit Science and the Republic of letters*; e ARENZ, Karl Heinz & SILVA, Diogo Costa. “Oriente vs. Ocidente”: a Missão d Maranhão e a expansão da Companhia de Jesus no século XVII”. *Anais do IV Encontro Internacional Colonial. Jesuítas, expansão planetária e a forma de cultura*. Belém: Editora Açai, v.4, 2014.

<sup>232</sup> MONTURIL, Frederico Guilherme Rego, *A História da Ciência no Século XVII*, p. 130. Cf. ARENZ, Karl Heinz. “‘Não Saulos, mas Paulos’: uma carta do padre João Felipe Bettendorff da missão do Maranhão (1671)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 275, jan./jun. 2013.

<sup>233</sup> MONTURIL, Frederico Guilherme Rego, *A História da Ciência no Século XVII*, p. 169.

<sup>234</sup> ARENZ, Karl Heinz. “‘Não Saulos, mas Paulos’”.

entre 1659 e 1660, pediram que fossem para o Oriente. Até o momento, nenhuma fonte categórica foi localizada e o único indicativo de que Cocleo pudesse compartilhar do mesmo desejo são seu interesse pelas ciências, em especial a Matemática, a Astronomia e a Cartografia. Se resultante de um desejo expresso ou não, certo é que o destino dos três-foi mesmo a Missão do Maranhão.

Os administradores da Ordem inaciana levavam em conta as circunstâncias geográficas, linguísticas e a capacidade que cada Província deveria ter para prover “recursos suficientes para subsistir, por si mesma, no que toca a sustentação e o recrutamento”. Quando uma Província tornava-se numerosa, com muitas casas distantes entre si, ela era dividida e, se o recrutamento não estivesse plenamente assegurado, daria origem a uma Vice-Província.<sup>235</sup> No início da década de 1660, enquanto o número de jesuítas destinados à Província da Índia diminuía gradativamente, o oposto se observava em relação aos jesuítas da Província do Brasil. Em 1701, o número de missionários nessa última quase dobrou em relação ao que possuía um século antes, passando de 167 a 317 residentes. “Uma consequência do aumento no número de Jesuítas disponíveis durante a última metade do século foi a fundação de cinco novos Colégios e um célebre chamado seminário”,<sup>236</sup> quais sejam, os Colégios de São Miguel criado no ano de 1653, em Santos,<sup>237</sup> o de São Tiago, no Espírito Santo, em 1654; os de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão e o Colégio Santo Alexandre, no Belém do Pará, receberam o

---

<sup>235</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 1, p. 12.

<sup>236</sup> “One consequence of the increasing number of Jesuits available in Brazil during the later half of century was the founding of five new colleges and a celebrated so-called seminary”. ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise*, p. 220-221.

<sup>237</sup> O Colégio de Nossa Senhora da Luz foi fundado pelo Padre Luís Figueira, entre 1626 e 1627, porém teve um funcionamento irregular. A sua reconstrução e a retomada das suas atividades de forma regular aconteceu somente a partir de 1653 com as investidas do Padre Antônio Vieira. SILVA, Regiane Aparecida Caire & SOUZA, Marília Marta França. *A Companhia de Jesus em São Luis do Maranhão: considerações sobre a pintura e talha da Sé. IHS Antiguos jesuitas en Ibero América*, v. 4, n. 1, p. 36, enero/junio 2016.

estatus de colégio em 1670; a primeiro Casa e depois Colégio de Olinda, no ano de 1678; e o famoso Seminário de Belém da Cachoeira, na Bahia, fundado pelo Padre Alexandre de Gusmão, em 1686. A despeito de tudo isso, até o início do segundo quartel do século XVIII, todas as missões jesuíticas na Assistência portuguesa da América estavam localizadas na Província do Brasil.<sup>238</sup> Data de 15 de fevereiro de 1727, a elevação da Missão do Maranhão e Grão-Pará à categoria de Vice-Província, pelo Padre General Miguel Ângelo Tamburini.<sup>239</sup> Essa, “na orla atlântica do Norte do Brasil, ocupou territórios vastíssimos, que se repartem hoje pelos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, penetrando por este rio imenso até as fronteiras do Peru”.<sup>240</sup>

Antes disso, em meados do século XVII, a condição do que depois irá se configurar como a capitania do Ceará era bastante complexa. Parte do seu território ficava sob a administração do Estado do Brasil e a outra sob a do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Assim, por exemplo, a Serra do Ibiapaba, que hoje faz parte do estado do Ceará, estava sob administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará.<sup>241</sup> Dessa forma, a primeira fundação da Missão de São Francisco Xavier na Serra de Ibiapaba, com os padres Pedro de Pedrosa, Antônio Ribeiro e Gonçalo Veras (1656-1662), sob o superiorato do Padre Antônio Vieira, se inseria no discutido contexto de expansão da Missão do Maranhão.<sup>242</sup> Dessa forma, os trabalhos acabaram interrompidos com a

---

<sup>238</sup> A primeira tentativa de separação ocorreu com o Padre Luiz Figueira que, de acordo com Padre Antônio Vieira, “a queria desunir, pelos impedimentos das guerras de Pernambuco, a Província acudiu a isso a Roma e não consentiu; e suposto que o Maranhão é tão parte da Província como S. Paulo, Espírito Santo, Ilheus, Pernambuco, Rio de Janeiro e como a mesma Bahia”. VIEIRA, Antônio. “Carta ao Provincial do Brasil. Maranhão, 1 de Julho de 1656”. In: LEITE S. J., Serafim, *Novas Cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*, p. 257.

<sup>239</sup> LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 4, p. 220-221.

<sup>240</sup> LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 2, p. 293

<sup>241</sup> LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 30.

<sup>242</sup> Serafim Leite classificou seis períodos de atuação dos jesuítas na Capitania do Ceará: O primeiro (1607-1608) é o período precursor de exploração e catequese que se distingue pela atuação dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, finalizada com o sacrifício do primeiro e o retorno do segundo para

expulsão dos Jesuítas da região, em 1661, foram retomados somente no princípio da década de 1690.<sup>243</sup> Depois da retirada dos padres de Ibiapaba, as tentativas de reestabelecer a missão na região foram encetadas a partir do Estado do Brasil.<sup>244</sup>

Movimento semelhante ocorreu com a administração do governo civil e político na região. Em decorrência de sua posição geográfica, o Ceará, na prática, configurou-se “como espaço neutro e indeciso se pertenceria ao Estado do Maranhão, se ao Estado do Brasil”.<sup>245</sup> Essa dificuldade pode ser vista na carta que D. Vasco Mascarenhas, o conde de Óbidos, o das mudas de cacau, então Vice-rei do Estado do Brasil (1663-1667), enviou ao Capitão-mor do Ceará, em 1665. Segundo ele, apesar dos jesuítas do Ceará “professarem dar cumprimento às ordens do Provincial deste Estado [do Brasil], e do Superior do Maranhão, é razão diversíssima que não dá direito ao Governador do Maranhão, para imitando o seu exemplo pretender ser ouvido no Ceará”.<sup>246</sup> Apesar de não ter encontrado nenhuma fonte que corrobore, Serafim Leite atesta que além de Cocleo, por essa época, para sustentar uma estreita ligação com os missionários do

---

Pernambuco. O segundo (1656-1662) corresponde à fundação da Missão de Ibiapaba. O terceiro (1662-1671) é o período intermédio, com os aldeamentos nos confins da Fortaleza, com o Padre Jabobo Cocleo e outros. O quarto (1691-1759) corresponde à retomada da Missão de Ibiapaba e à fundação da Aldeia Nossa Senhora da Assunção, com os Padres Ascenso Gago e Manoel Pedroso. O quinto (1723-1759), fundação do Real Hospício do Ceará com o Padre João Guedes. O sexto (1741-1759) se refere à administração das Aldeias de Parangaba, Paupina, Paiacus e Caucaía. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 3.

<sup>243</sup> MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à Vila de Índios: Vassalagem e identidade no Ceará Colonial – Século XVIII*. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 150. (História, Tese de Doutorado).

<sup>244</sup> Essa questão começou a ser resolvida com a Ordem Régia de 17 de março de 1721 que, reforçando a Carta Régia de 1697, autorizou a criação de um Hospício na Serra de Ibiapaba. Esse, para facilitar a obra da missão dos índios e moradores da Capitania do Ceará e Piauí, tinha como um de seus objetivos “agregar ao Ceará definitivamente a Aldeia de Ibiapaba”. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 30-31. Sobre o assunto, ver também: MARTINS, Vicente (Padre). “O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba (continuação)”. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XLIII/XLIV, 1929. [Doravante RIC]

<sup>245</sup> Câmara Cascudo sugere que, no período imediatamente anterior a esse, no tempo do Brasil holandês, era a região de Sergipe, um *no man's land*. CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*.

<sup>246</sup> CARTA do Vice-Rei, Conde de Óbidos, para o Capitão-mor do Ceará, João de Mello de Gusmão (sic.). Bahia, 24 de abril de 1665, p. 228-229. *DH*, Rio de Janeiro, v. IX da série VII, 1929.

Maranhão e Pará, “o próprio Capitão-mor do Pará, Paulo Martins Garro, era irmão” e benfeitor da Companhia.<sup>247</sup> Ao fim e ao cabo, a precária capacidade do Estado do Maranhão de prover segurança “pessoal dos missionários, quando as perturbações e instabilidade dos índios exigiam”, devido às dificuldades causadas pelas monções e “pelo quase inexistente do caminho terrestre” que dificultavam a comunicação, a região passou gradualmente, não sem muitas controvérsias, a pertencer ao Estado do Brasil.<sup>248</sup> Contudo, seguiu anexada à Capitania de Pernambuco até 1799, o que fez com que a maior parte dos lucros advindos da atividade pecuária migrassem diretamente para o litoral açucareiro.<sup>249</sup>

De volta à década de 1660, foi nesse turbilhão de adversidades para os jesuítas na América portuguesa – transferência da Missão Ibiapaba e da própria Capitania do Ceará para o Estado do Brasil; consolidação ou interferências nas jurisdições administrativas e inicianas; reestruturação da organização da Ordem; constante clima de tensão e desconfiança entre os jesuítas, colonos e os indígenas; medo de (re)invasão por parte das potências estrangeiras – que o Padre Cocleo iniciou os seus trabalhos catequéticos. Os mapas 2, 3 e 4, a seguir, ilustram o processo de colonização de parte dessa região e os embates com os nativos, ocorrido durante os primeiros anos que Cocleo atuou como missionário. Os dois primeiros foram produzidos pelo cartógrafo-mor do reino João Teixeira Albernaz I, durante o período em que Portugal esteve sob o domínio espanhol (1580-1640), enquanto o terceiro representa a Capitania do Ceará no período em que os

---

<sup>247</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 161.

<sup>248</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 30. Cf. SOUSA, Mônica Hellen Mesquita de. *Missão na Ibiapaba: estratégias e práticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003, p. 40-41. (História, Dissertação de Mestrado).

<sup>249</sup> JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *Primórdios da urbanização do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/ Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012. p. 39.

holandeses retornaram à região (1649-1659), ou seja, no período imediatamente anterior à chegada de Cocleo à região.

A figura 2 faz parte do *Livro em que se mostra a descrição de toda a costa do Brasil e seus portos barras ensoadas delas*, um manuscrito concluído em 1627. Nele, Albernaz representa parte da costa “leste-oeste” do Brasil, situada entre o Rio Grande (1) e o rio Pereira (2), no Maranhão. Os traçoceiros Tremembés (3) aparecem assinalados próximos ao conjunto de serras de Ibiapaba (4). A indefinição dessas serras revela o precário conhecimento que os portugueses ainda tinham da geografia dessa região, nesse período. Vale lembrar que foi, por essa época, mais precisamente a 11 de janeiro de 1608, que a primeira experiência missionária jesuítica nessas serras teve seu trágico fim, com a violenta morte do Padre Francisco Pinto, assassinado pelos índios Tarairiú, que lhe deram repetidos golpes de “ibiraçangas, que são uns paus duros largos e compridos, na cabeça até que amassaram toda”.<sup>250</sup> As três intervenções portuguesas realizadas por Pero Coelho na região, após a fracassada expedição para atingir o Maranhão, também foram situadas no mapa: O Forte de São Lourenço (5), localizado na confluência do rio de mesmo nome com o rio Jaguaribe, os assentamentos da Nova Lisboa, e o Forte de São Tiaguó (6). Esse último teve existência efêmera. Construído entre 1603 e 1604, foi abandonado já no ano seguinte, devido a uma grande seca. Apesar de não estar assinalado nominalmente, Albernaz o desenha na margem esquerda do rio Ceará.<sup>251</sup>

A figura 3 é um extrato da primeira prancha do *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará*, concluído por Albernaz, aproximadamente em 1629. Nele, a Serra de

---

<sup>250</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 45. MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De Aldeia à Vila de Índios*, p. 21.

<sup>251</sup> BROMMER, Bea. “A cartografia neerlandesa sobre o Brasil”, p. 53.

Ibiapaba (1) aparece com contornos mais definidos e os Tremembés (2) surgem assinalados com um povo bélico, sendo a região referida como a “Província dos Taramembéz de Guerra”. Às margens do rio Ceará, em substituição às ruínas do Forte ou Fortim de São Tiago,<sup>252</sup> aparece representado o Forte São Sebastião, ou simplesmente Forte do Ceará (3), como ficou conhecido. Esse, junto com “uma pequena igreja de Taipa de pilão consagrada a Nossa Senhora do Amparo”, foi construído por Martim Soares Moreno, em 1612, e existiu até o início da década de 1640.<sup>253</sup> Uma novidade significativa em relação ao seu mapa anterior é a presença de duas “Aldeias dos índios”, o que denota um gradativo aumento da ação colonizadora entre a feitura dos dois mapas. Uma está localizada próxima à nascente do rio Ceará (4), nas adjacências do Forte, e a outra junto à nascente do rio da Cruz ou Coureau (6), lugar onde mais tarde surgiria a Aldeia de Camocim.<sup>254</sup>

---

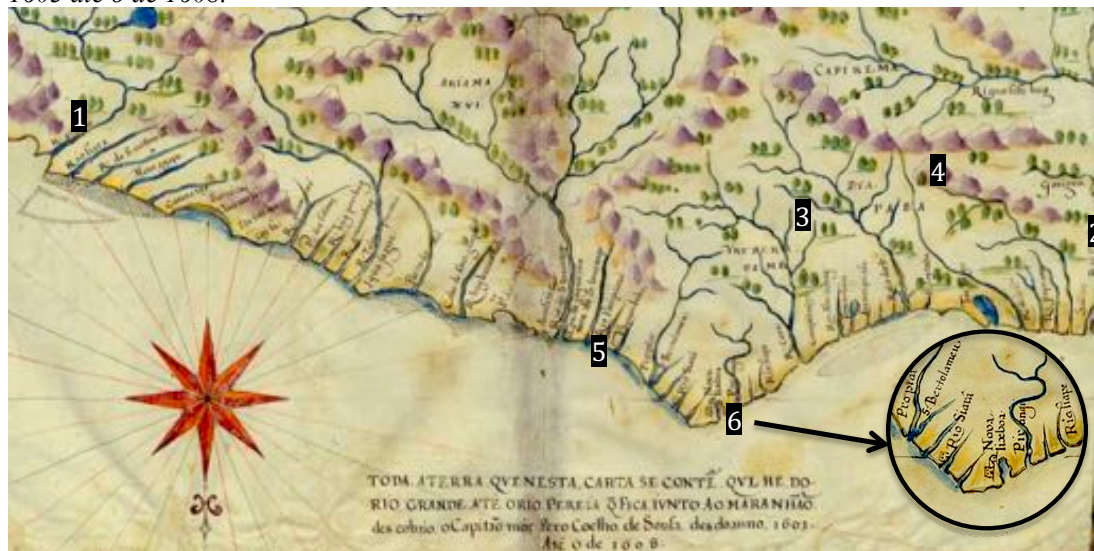
<sup>252</sup> Nesse período existiu também outro Forte São Tiago, o das Cinco Pontas em Recife, que em 1684 foi reduzido para quatro pontas.

<sup>253</sup> GOMES, José Eudes. *As milícias d’El Rei: tropas militares no Ceará setecentistas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 22.

<sup>254</sup> Essa seria a região aproximada do local onde a Aldeia iria surgir. De acordo com a descrição do capuchino francês Yves D’Evreux, que esteve no norte mais ou menos na mesma época de Albernaz, a nação Tremembés morava além da montanha de Camuci [Ibiapaba e Camuci]. D’EVREUX, Ivo. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613-1614 pelo padre Ivo d’Evreux religioso capuchinho*. Editado por Ferdinando Diniz: Maranhão, 1874, p. 177-180. Cf. MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2001.



**Figura 2 :** Detalhe do mapa *A Terra que nesta carta se contem que é do rio Grande até o rio Pereia que fica ao Maranhão*. Descobriu o Capitão mor Pero Coelho de Sousa desde o ano, 1603 até o de 1608.



**Fonte:** Paris. Bibliothèque nationale de France / Gallica. Département des Manuscrits. MSS Portugais 6, folios 43v-44r. [Doravante: Bnf/Gallica]. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002487b/f70.item.zoom>. Acesso em: 4 ago. 2019.

**Figura 3:** Detalhe do *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará* de João Teixeira Albemaz ca. 1629 que descreve o rio Jaguaribe “donde começa o Estado do Maranhão” e “deste rio ao Rio Grande que fica a leste há 120 léguas”.



**Fonte:** FBN. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart555828/cart555828.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.pdf). Acesso em: 4 jun. 2019.

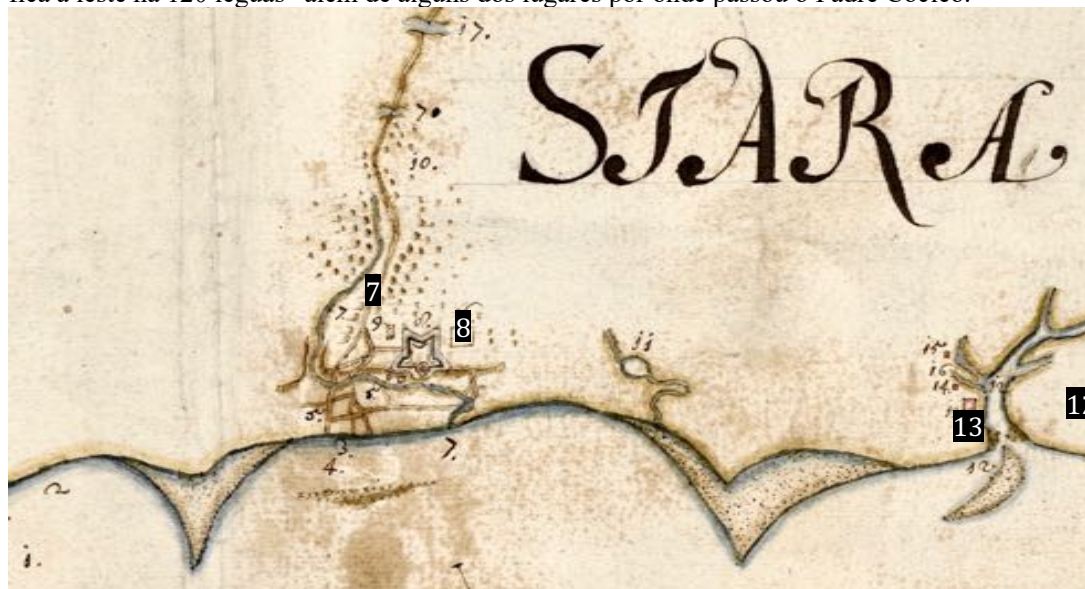
O último período de sistemática investida por parte dos neerlandeses na região nordeste ocorreu entre 1649 e 1654 e foi menos glamoroso do que a conhecida Era de Ouro do Holandeses, ocorrida sob o governo de Maurício de Nassau (1630-1644). Essa nova ação foi uma espécie de tudo ou nada. A situação financeira da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) deteriorara-se muito com as lutas que tentavam promover sua expulsão, que resultaram em sua derrota, na década de 1640. A figura 4 representa a Capitania do Ceará e faz parte do *Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649*, ilustrando esse movimento de tentativa de reconquista. Beck era um comerciante neerlandês que, a serviço da WIC, partiu para a chamada Nova Holanda, com três iates, dois barcos e 298 homens, com o intuito de tentar a sorte, sendo sua principal missão encontrar as mitológicas minas de prata do Ceará. Um trecho desse mapa representa, de forma aproximada, a região que Cocleo encontrou, quando ali chegou em 1662. Situado em uma elevação, localizada a duas léguas da margem do rio Ceará (12), encontra-se assinalado as ruínas do velho Forte de São Sebastião (13),<sup>255</sup> estando junto a ele “uma peça de ferro e um pequeno pedreiro”.<sup>256</sup> Quando chegaram, Beck e o engenheiro Ricardo Carr, depois de exaustiva pesquisa na costa cearense, concluíram que, “sobre um outeiro chamado Marujaitiba, ao sopé ao qual corre um belo rio d’água doce”, ficava o sítio apropriado para a nova fortificação, o Forte Schoonenborch (8). Esse, foi construído com os materiais do antigo forte português, aparecendo, no mapa, na margem esquerda do rio Marujaitiba ou Pajeú (7).

---

<sup>255</sup> O n. 3 do mapa anterior, Forte Ceará.

<sup>256</sup> BECK, Mathias. “Diário de Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649”. Tradução do holandês por Alfredo de Carvalho. *Tricentenário do Ceará*, Fortaleza, p. 348-351, 1903.

**Figura 4:** Detalhe do *Kaart van de Capitania Siara/ Carta da Capitania do Siará* de 1649 que descreve o rio Jaguaribe “donde começa o Estado do Maranhão” e “deste rio ao Rio Grande que fica a leste há 120 léguas” além de alguns dos lugares por onde passou o Padre Cocleo.



**Fonte:** Nationaal Archief Den Haag, Verzameling Buitenlandse Kaarten Leupe, nummer toegang 4.VEL, inventarisnummer 2156, NL-HaNA, Kaarten Leupe, 4.VEL, inv.nr. 2156. Disponível em: <https://www.nationaalarchief.nl/en/research/archive/4.VEL/inventory?inventarisnr=2156&activeTab=gahetnascans#tab-heading>. Acesso em: 4 ago. 2019.

Fato é que, durante todo o século XVII, essa área por onde o Padre missionou oscilou muito no imaginário europeu. Por um lado, ela era o eldorado, lugar onde as minas de ouro e prata estariam depositadas,<sup>257</sup> por outro, era o lugar da barbárie, devido a seus habitantes nativos.<sup>258</sup> Essa última imagem foi reforçada depois da saída dos holandeses, pois os indígenas, por terem sido seus antigos aliados, “mantiveram a fama de rebeldes irredutíveis, também por incorporarem as técnicas militares dos adversários”.<sup>259</sup> A Serra de Ibiapaba, ficou conhecida como a verdadeira “Genebra de

<sup>257</sup> Câmara Cascudo descreve várias tentativas holandesas na busca dos metais preciosos nas serras, a mais famosa foi a de Matias Beck em 1649. In CÂMARA, Cascudo, *Geografia do Brasil Holandês*, p. 268; Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>258</sup> FREIRE, Francisco Brito. *Nova Lusitania história da Guerra Brasílica À puríssima alma e saudosa memória do Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio, Príncipe de Portugal e Príncipe do Brasil*. Lisboa: Oficina de João Glarão, 1675.

<sup>259</sup> Pompa, que possui uma importante pesquisa a respeito da atuação dos missionários os Tupi e os Tapuia no período Colonial, credits a esse esses últimos o protagonismo da chamada “Guerra dos

todos os sertões do Brasil, porque muitos índios nascidos e criados entre os Holandeses, sem outro exemplo, nem conhecimento da verdadeira religião” mantinham-se como hereges.<sup>260</sup> Serafim Leite afirma que, “se no Brasil houve gente instável e acessível a perpétuas flutuações foi a desta Serra”.<sup>261</sup> Acrescido a isso, faz-se necessário lembrar que o fato da área ser uma região limítrofe, ou seja, um caminho natural de comunicação entre os Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, acabou conformando-se também como espaço “da evasão, para onde corriam e se escondiam os que não se adequavam às normas metropolitanas”.<sup>262</sup> Não foi por acaso que os empreendimentos catequéticos que ali se instalaram receberam significativo apoio das autoridades colonialistas.<sup>263</sup>

### 2.2.3 *Tempos horríveis*

A experiência de catequese do Padre Cocleo pode ser dividida em três momentos: O primeiro ocorreu, entre 1662 e finais de 1669, nos sertões de fora (grosso modo, atuais Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), região onde ele obrou como Padre sócio e, depois, como Superior, nas Aldeias de Parangaba, Ibiapaba, Camocim e como Capelão da Fortaleza. Os segundo e terceiro momentos ocorreram no sertão de dentro (Bahia, Vale do São Francisco) e estão relacionados, principalmente, à sua atuação nas aldeias de Santa Tereza do Quiriri. Sua primeira passagem por essa última região, atuando como

---

Bárbaros”. Entre eles ela destaca a atuação dos Potiguara, os Janduís e os Kariri pois, na maioria das vezes, foram os aliados dos flamengos na luta contra os lusitanos. Ver especialmente POMPA, Cristina. “O sertão: a ocupação do espaço”. In: *Religião como tradução*, p. 199-219.

<sup>260</sup> VIEIRA, Pe. Antônio. Dano que recebe Pernambuco, e sua dilatada companhia da confederação dos índios com os holandeses. Estragos espirituais dos índios da Serra de Ibiapaba com a companhia dos que para lá se retiraram. In: *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Educ/Loyola/Giordano, 1992, p. 131.

<sup>261</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 23.

<sup>262</sup> JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *Primórdios da urbanização do Ceará*, p. 111.

<sup>263</sup> MAIA, Légio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De Aldeia à Vila de Índios*, p. 19.

Superior, aconteceu na década de 1670. A segunda ocorreu vinte anos depois, nos primeiros anos da década de 1690, quando, por causa da sua experiência “como antigo co-fundador dessas missões e perito em línguas”, foi escolhido pelo Visitador-geral, o Padre Antônio Vieira, para ali atuar como Visitador.<sup>264</sup>

A conversão de hereges, ou seja, a missão de salvar as almas era o início, o meio e o fim da ação de todo jesuíta. Nesse sentido, de acordo com Cristina Pompa, professar o voto de obediência ao Santo Padre, o Quarto Voto, se configurava como a tradução mais completa desse ministério.<sup>265</sup> Como o demonstrado no primeiro capítulo, José de Eisenberg, por sua vez, coloca em xeque a funcionalidade prática da ideia de obediência.<sup>266</sup> Por seu turno, John O'Malley veicula que essa confusão acerca do significado do Quarto Voto, mesmo entre os jesuítas, se deve à negligência ao óbvio. Segundo ele,

antes de tudo, não era um voto “ao papa”, como é dito algumas vezes elipticamente, mas, como todos os votos religiosos, um voto a Deus. Segundo, o voto não era nem sobre o papa, mas sobre “missões” – *circa nissiones*. “Missões” significam aqui claramente ministério itinerante ou ministério “através do mundo” para a “maior ajuda das almas”. O voto era “nosso início”, porque os companheiros haviam pronunciado seu equivalente em Paris em 1534 como uma alternativa de renúncia à viagem para Jerusalém. Era a “principal fundação” da Companhia, porque dizia respeito ao que era totalmente central ao chamado jesuíta – o ministério.<sup>267</sup>

O Padre Cocleo realizou a sua profissão do Quarto Voto somente meia década depois de já pertencer à Assistência portuguesa, a 2 de fevereiro de 1665, na presença de duas mil almas e quando já ocupava o cargo de Superior na Aldeia de Parangaba.<sup>268</sup> Da

<sup>264</sup> ARSI. Bras. 3 (II). Carta do Padre Antônio Vieira ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 27 de Julho de 1689, f. 267.

<sup>265</sup> POMPA, Cristina, *Religião como tradução*, p. 66.

<sup>266</sup> EISENBERG, José de. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 37.

<sup>267</sup> O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*, p. 461.

<sup>268</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 86.

mesma forma como ocorria com os três primeiros votos, esse último só deveria ser professado por candidatos que tivessem passado por um período de experiência. Os quase três anos na aldeia, no caso de Cocleo, foram o seu último treino para receber os votos finais, que comprovaram definitivamente a sua aptidão para exercer os ministérios da Companhia.<sup>269</sup>

Internamente, entre os Jesuítas, o predomínio de Coadjuutores espirituais<sup>270</sup> e Padres ainda não professores dos quatro votos entre os missionários era visto “como ausência de um clima intelectual e, por conseguinte, sinônimo de ignorância nas próprias fileiras”.<sup>271</sup> A ideia que vigorava uma deficiência na produção de saber interna à Ordem, conseqüentemente, engrossou o desinteresse de novos voluntários para servir nas missões, haja vista o mesmo panorama já descrito para os Colégios e seus cursos. No caso da Missão do Maranhão, insurgindo-se contra essa visão negativa, como indicam Karl Heinz Arenz e Diogo Costa Silva, em 1671, do mesmo modo como fizera décadas antes o Padre Vieira, o Padre Bettendorff, então Reitor do Colégio do Pará, dissertou veementemente sobre o assunto. Para esse Padre luxemburguês, a ideia de carência de padres professores, além de não possuir fundamento algum, tinha como objetivo

---

<sup>269</sup> Padre João Vilar, de Trancos, em Portugal, entrou para a Companhia em 1662, seguiu para o Maranhão em 1688 e fez sua profissão solene no Pará, em 1700. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 150. O Padre João de Barros, conhecido como Apóstolo dos Quiriris, era natural de Lisboa, chegou à Bahia em 1654 e fez sua profissão de fé em 1675, em Canabrava, na presença do Padre Cocleo. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 295-296.

<sup>270</sup> Coadjuutores eram membros da Companhia que não possuíam estudos, pelo menos o humanístico. “Coadjuutores espirituais” eram padres não professores no Quarto Voto. Ambos eram privados de se tornarem Superiores, além disso, o parágrafo 117 das Constituições os impediam de adquirir tal formação. O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*, p. 100. ARENZ, Karl Heinz. “Sem educação não há missão”: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (século XVII). *Outros tempos*, Maranhão, v. 13, n. 21, p. 1-20, 2016.

<sup>271</sup> ARENZ, Karl Heinz, “Não Saulos, mas Paulos”, p. 279.

instrumentalizar uma usual fixação estereotipada sobre a superioridade das missões asiáticas.<sup>272</sup>

Nessa época, levando-se em conta o treinamento intelectual exaustivo que esses homens recebiam nos Colégios da Ordem, é pouco provável que, em relação à produção de conhecimento, as Missões do Oriente estivessem em patamar superior às do Ocidente. Tratava-se, pois, como salienta Bettendorff, de um preconceito que a historiografia posterior tratou de perpetuar. Cocleo logo percebeu, na prática, que o dia-a-dia nas aldeias era diferente das histórias divulgadas nas cartas de edificação e nos livros da disciplina *Humaniores Litterae*, partes da literatura obrigatória dos que aderiam à Ordem. Ainda mais se se leva em conta o catastrófico final dessa missão específica, evento que foi registrado pelo Padre Manuel Pinheiro, em Roma, no ano de 1732:<sup>273</sup>

De acordo com as memórias que encontrei, todas as populações (exceto a dos Tapuyos) se uniram em uma [aldeia], que se chama Parangaba, governada por um de nossos religiosos, o Padre Jacobo Cocleo, da nação Flamengo. (...) Uma companhia de soldados veio de Pernambuco (...): sendo então apoiados pelos Principais Capitães, começaram a fazer mil ribas, tirando as índias casadas (...), meninos e meninas, mesmo em idade infantil. Vendo o Missionário todas essas perplexidades, sem contudo ser capaz de remite-las, de fato se tornando esses os piores rebeldes com as repressões que foram feitas pelo Missionário, o aprisionaram pelo comando do Capitão-mor, que não me lembro dele. Portanto, tendo colocado o Padre na Fortaleza, veio uma tempestade tórrida e vinte ventos que rasgaram e cortaram a grande porta da Fortaleza, que, vendo o Padre Jacobo Cocleo aberto, saiu, deixando o Ceará, partindo para o Apodi, onde Pe. Felippo Bourel estava em outra Missão, cuja Missão pertencia à Capitania del Rio Grande, onde este Padre, que é o Padre Cocleo, acabou vivendo com sinais muito óbvios de sua predestinação.<sup>274</sup>

<sup>272</sup> ARENZ, Karl Heinz & SILVA, Diogo Costa . “Oriente vs. Ocidente”.

<sup>273</sup> O Padre Pinheiro escreveu a suas memórias do tempo em que auxiliara o Padre João Guedes no Hospício de Aquiraz entre 1725 e 1732. STUDART, Barão de. “Duas memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro”. *Revista Academia de Cearense de Letras*, Fortaleza, ano XLVI, p. 183, 1932. Disponível em: [http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1904/ACL\\_1904\\_09\\_Duas\\_memorias\\_do\\_Jesuita\\_Manuel\\_Pinheiro\\_Pelo\\_Barao\\_de\\_Studart.pdf](http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1904/ACL_1904_09_Duas_memorias_do_Jesuita_Manuel_Pinheiro_Pelo_Barao_de_Studart.pdf). Acesso em: 05 out. 2019.

<sup>274</sup> “Egli è vero che secondo le memorie che io trovai, tutte le popolazioni (eccettuandone quella dos Tapuyos) stavano unite insieme in una che era quella detta Parangaba governata dar un nostro Religioso P. Jacopo Cocleo di nazione Flamengo (...) Veniva da Pernambuco a vicenda una compagnia di soldati (...): essendo poi questi spalleggiati dai Capitani Maggiori incominciarono a fare mille e ribalderie, portando via

Não há outro indício que comprove que o Padre Cocleo tenha, de fato, estado na Missão do Apodi a não ser essa *Notícia* do Padre Pinheiro. Esse detalhe, assim como a fuga quase heroica e providencial do jesuíta da injusta prisão de que foi acometido, exige que se relativize esse registro como um todo. Em um contexto mais específico, tudo indica que Pinheiro e suas fontes estavam mais interessados em justificar a instalação do Hospício na região<sup>275</sup> do que necessariamente em serem fiéis à veracidade dos acontecimentos vividos pelo Padre Cocleo, como também reforçar uma dada memória sobre sua atuação na América, como sendo fruto da providência divina (predestinação), como bem caberia à propaganda edificante da Ordem a respeito da atuação de seus missionários no Novo Mundo. Esse discurso também reforça as narrativas jesuíticas escritas desde o início da colonização da região cearense, que acentuam as dificuldades enfrentadas por seus missionários na região, inclusive as vividas pelo próprio Cocleo. Afinal, um pouco de mortificação e sacrifício eram inerentes à sua atuação em prol da conversão dos infieis ao catolicismo. Tal retórica servia não somente para edificação da

---

le donne Indiane si maritate (...), ragazzi, e ragazze anche di fanciullesca età. Veggendo il Missionario tutti questi sconcerti senza però poterle remediare, anzi diventando codesti ribaldi peggiori colle repressioni, che loro venivan fatte dal Missionario lo carcerarono per comandamento del Capitano Maggiore che non me ricordo che fosse. Messo dunque il Padre nella Fortezza, ne sopravvenne una sì torrida tempesta piogge e venti che strappò e fece pezzi la gran porta de la Fortezza, la quale veggendo aperta il Padre Jacopo Cocleo se ne uscì fuori, e lasciando la Siará, partisene per l'Apodi, dove stava in un'altra Missione il P. Felippo Bourel, la quale Missione apparteneva alla Capitania del Rio Grande, dove questo Padre cioè il Padre Cocleo finì di vivere con segni troppo evidenti di sua predestinazione". ARSI. Bras. 10 (II). Notizie delle fatiche sofferte dai nostri Padri nel prendere il Possesso delle Popolazioni del Siará, f. 330r-331. STUDART, Barão de. "Duas memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro", p. 207-208.

<sup>275</sup> O famoso Hospício dos Jesuítas, ou Real Hospício do Ceará, era um posto de hospedagem onde os padres missionários vinham recuperar suas forças para depois prosseguirem com sua missão de catequizar às Aldeias e ao sertão e funcionou de 1723 a 1759. Ver LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 73-85; MARTINS, Vicente (Padre). "O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba". *RIC*, t. XLII, p. 95-144, 1928. Disponível em <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1930/1929-1930-OHospiciodosJesuitasdeIbiapaba.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.



sua obra missionária, mas também do leitor a quem esses textos se destinavam, fossem seus próprios missionários, os estudantes dos seus colégios, ou os fiéis em geral.<sup>276</sup>

Depois de seis anos de missionação, três ocorridos em seguida a sua solene profissão, Cocleo já havia escrito “mais de uma vez ao Provincial”, pedindo para livrá-lo do “peso desta missão”, pois ele “gostaria que [a mesma] estivesse sobre ombros mais firmes”, ou que lhe fosse trocado pelo menos o papel de Superior pelo de sócio, uma vez que corria vários perigos, “inclusive de vida”, “especialmente nestes tempos horríveis”. Para reforçar o seu descontentamento, apontou ainda o fracasso da missão em relação aos batizados, que “chegou a 612, exíguo certamente por causa dos inúmeros habitantes destas selvas, alguns dos quais, além da aparência, quase não apresentam nada de humano, nem sequer conhecem o nome de Deus em seu idioma”.<sup>277</sup> A questão de fundo que se coloca a partir da leitura dessa passagem é o que o teria feito mudar de ideia pouco tempo depois de confirmar sua vocação? Que tempos horríveis seriam esses? A despeito de toda a dramaticidade da cultura barroca característica das epístolas desses religiosos,<sup>278</sup> novamente, são os detalhes presentes nesse texto que, lidos a partir do contexto em que tal correspondência foi escrita, permitem conjecturar algumas repostas. Para tanto, vejamos como se deu sua atuação na região:

Na mesma época que foram expulsos do Maranhão, na Capitania do Ceará e nas aldeias circunvizinhas, os jesuítas lidavam com as mesmas dificuldades oriundas de

<sup>276</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “Return as a Religious Mission: The voyage to Dahomey made by the Brazilian mulatto Catholic priests Cipriano Pires Sardinha and Vicente Ferreira Pires (1796-1798)”. In: KIRK, Stephanie & RIVETT, Sarah. (eds.) *Religious Transformations in the Early Modern Americas*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014, p. 180-204.

<sup>277</sup> “Accedit ad 612, exiguus sane pro innumeris harum siluarum incolis, quorum aliqui praeter speciem vix humanum aliquid spirant, nec Deus suo idiomate nomine tenus agnoscunt.” ARSI. Bras. 3 (II). Carta de Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 01 de Agosto de 1668, f. 65.

<sup>278</sup> Ver: PÉCORA, Alcir. “A arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”. In: *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 17-69; O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*, p. 381-394.

conflitos ocorridos entre os colonos e os índios bárbaros, além da oposição desses últimos aos seus trabalhos de missionação (o próprio Cocleo dissera que alguns desses s  possuíam, de humanos, a aparência). Na tentativa de acalmar a região, a 17 de abril de 1662, o governador-geral do Brasil, Francisco de Barreto Meneses (1657-1663),   exemplo da nova Lei de 1655, assinou uma Provisão na qual confiou a evangeliza o de toda a costa do Ceará aos padres da Companhia.<sup>279</sup> “Porque estando os ditos religiosos missionários tão vizinhos é dita fortaleza do Ceará se escusa nela capelão particular pelo zelo com que geralmente administram os sacramentos a todos, e [por] ser justo assistir-lhe a Fazenda Real com alguma ordinária, hei por serviço de sua Majestade que o Capitão-mor daquela fortaleza e praça lhe d , aqui em diante, por esmola, aquilo que costumava vencer e gozar o Capelão”.<sup>280</sup> Tal ajuda de custo, de acordo com Cocleo, seria “suficiente para sustentar 3 ou 4 religiosos”.<sup>281</sup>

Quatorze dias após a assinatura dessa Provisão, a 1 de maio, os padres Jacob Cocleo e Pedro Francisco Cassali<sup>282</sup> deram início aos trabalhos na Aldeia de Parangaba, tendo chegado   Missão do Ceará no mesmo barco em que o Padre Pedro Pedrosa seguiu para a Missão de São Francisco Xavier, em Ibiapaba. Sua saída se dera em decorrência do levante do Principal Simão, o chefe dos Taguaibuna,<sup>283</sup> quando, a despeito da presença

<sup>279</sup> PROVISÃO de Francisco Barreto de Meneses, governador do Estado do Brasil. Bahia, 17 de abril de 1662. In: NOBRE, Geraldo Silva. *História Eclesiástica do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 118-121; LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 54.

<sup>280</sup> STUART FILHO, Carlos. “Dados para uma história eclesiástica do Ceará (1603-1750)”. *RIC*, Fortaleza, t. 71, p. 38, 1957.

<sup>281</sup> ARSI. Bras. 3 (II). Carta do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva, Ceará. 01 de Agosto de 1668, f. 64.

<sup>282</sup> Em 1667, Francisco Cassali é enviado para a Missão do Maranhão. Até 1669, quando segue para o Maranhão,   companheiro de Cocleo o Padre Pero Francisco. Nesta data é substituído pelo Padre Luiz Machado, que ficou até a sua morte em 1670. Depois disso, Cocleo teve ainda como companheiro o Irmão coadjutor Frei Manuel Carneiro.

<sup>283</sup> Segundo Bluteau, Principal “  o título que dá no Brasil ao Gentio mais estimado da aldeia e que a governa como Capitão dela”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v. 6, p. 743.

dos missionários a situação se deteriorou. Em setembro do mesmo ano, os padres Pedrosa e Gonçalo Veras, o Principal André Coroati e mais 400 almas foram, dessa feita, obrigados a se retirarem de Ibiapaba em direção ao Maranhão.<sup>284</sup> Somente os recém chegados, Cocleo e Cassali permaneceram no Ceará incumbidos de apaziguar a região, tarefa a qual Cocleo se empenhou pessoalmente.

Para obter a liberdade dos índios que foram presos por causa do tumulto, Cocleo enviou cartas tanto para o Provincial, quanto para o Vice-rei. Desse último conseguiu a liberdade do Principal e dos demais índios presos: “E Vossa Paternidade o gosto de ver esses índios livres, e o Principal reduzido a obediência da Igreja, e o serviço de Del-Rei meu Senhor em que Vossa Paternidade se mostra tão igualmente Zeloso”.<sup>285</sup> Todos seguiram para Ibiapaba, “a cento e seis léguas” longe do Ceará, e lá se estabeleceram por “alguns meses” até conseguirem restabelecer as pazes com os indígenas. Assim Cocleo descreve essa jornada:

Após caminhada de doze dias, que pus no novo e escolhido lugar as relíquias dos índios a nós favoráveis e que lá me encontraram os rebeldes do monte Ibiapaba com o principal Dom Simão para tratar do acordo de paz, obtida com as condições de readmitirem nossos padres como curadores de suas almas, que se aplicassem a semear cereais continuamente no novo sítio, com o qual pacto eu obteria de Vosso Rei perdão para os culpados, e do Padre Provincial algum sócio que os assistisse.<sup>286</sup>

<sup>284</sup> ARSI. Bras. 9. Ordem do Reverendo Padre Luís Superior da Missão para o Reverendo Padre Estevão Gandolfi Vice Reitor do Colégio do Maranhão escrita por Padre Pedro Pedrosa. Maranhão 25 de agosto de 1682, f. 321r; BETTERNDORFF, João Felipe, *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 224-227.

<sup>285</sup> CARTA do Vice-Rei, Conde de Óbidos, para Padre Reverendo Jacobo Cocleo, missionário no Ceará. Bahia, 28 de Fevereiro de 1664, p. 151-152. *DH*, Rio de Janeiro, v. IX da série VII, 1929.

<sup>286</sup> “Postque 12 dierum iter in nouo atque electo situ reliquias indorum nobis fauentium posuisse illucque de conducto rebelles e monte igbiapaba cum principali Dom Simone pacis ineundae causa mihi occurrisset, remque iis conditionibus compositam, nempe ut P.P. nostros readmitterent animarum suarum curatores, ut continuo serendis frugibus in nouo situ operam darent, quo pacto obtinerem ego a V Rege errorum veniam, et a P. Prouinciali socium aliquem qui iis assisteret.” ARSI. Bras. 26. CARTA do Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, de 12 de setembro de 1665, f. 4.

Contudo, apesar dos “aplausos” pela paz obtida, de acordo ele, tudo foi praticamente inútil. Primeiro por causa das difíceis condições que a própria Serra oferecia aos missionários. Segundo, porque, “embora os índios às vezes permanecem no lugar” escolhido, aos poucos foram todos escapando para o antigo sítio, situação “para nós muitíssimo incômoda”. Aliado a essas questões, o Padre reclamou também da ingerência da guarnição militar sobre o trabalho dos jesuítas, o que dificultava “reger os índios segundo o antigo costume da Sociedade [...], pela resistência dos prefeitos portugueses – quero dizer, ação, e temo que não mais eficaz”.<sup>287</sup>

Se não fosse “a carência das coisas necessárias à vida”, que dispersava os índios, “especialmente as crianças”, uma aldeia podia chegar até “mais de dois mil índios”. Além de Parangaba, Ibiapaba, Camocim e da administração dos sacramentos na fortaleza, os padres eram também responsáveis pelas tribos vizinhas. Por essa razão, algumas vezes realizavam viagens, que podiam se estender por alguns anos, sempre pagas “pelos ministros de pernambucanos, por ordem do Vice-rei, com esmola de mais de 700 florins”.<sup>288</sup> A respeito do pagamento, Cocleo novamente tratou de explicar que o valor pago serviria “para o padre sócio e para a missão cearense”. Algumas vezes eram os próprios índios que os procuravam em busca de salvação, como Cocleo descreve:

Há poucas semanas, misturaram-se com os nossos índios mais de 300 bárbaros com muitas mulheres e crianças. Vieram levados pelo medo dos seus inimigos, [corrompido] conosco. Fui ter com eles por quatro anos, e erigi no povoado que começaram uma grande cruz, com alguma esperança de frutificação. Mas, como são instáveis, não conseguimos nada de duradouro, a esperança porém é um pouco maior. [...] Dentre aqueles índios, como se vissem destituídos de pastor, vieram aqui algumas famílias, como que mais amantes de sua salvação que os

---

<sup>287</sup> “Quod scilicet antiquo societatis more indos regere ob prefectorum Lusitanorum hactenus resistentiam, non possimus, actum intelligo, et vereor ne efficaciter”. ARSI. Bras. 26. CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, de 12 de setembro de 1665, f. 4.

<sup>288</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 01 de Agosto de 1668, f. 65.

demais: embora pense que mais de 300 outros devam vir se forem entregues à administração dos padres, sempre dizem, e com razão, não quererem ser vexados ou obrigados a trabalhar pelos europeus.<sup>289</sup>

Ao retornar de uma destas viagens, Cocleo conta que foi recebido “com inexplicável alegria pelos índios, mas não igualmente pela tropa”. Segundo ele, a partir desse momento “as coisas pareciam tomar outra forma”. Embora estivesse agindo mais eficazmente para a proteção dos índios, tinha conseguido avanços com os meninos, “três vezes mais que o costumeiro”; retirado “muitas concubinas de soldados e índios”; diminuído “quase que completamente as danças [rituais] noturnas e as bárbaras ululações” e aumentado o número das confissões em “quarenta e três vezes mais que antes”, entre outras coisas que preferiu omitir, pois conta que “fremiam no ínterim os asseclas do demônio” e “os escravos da carne efeminada”; os soldados abusavam das índias casadas para satisfazer os seus desejos e caluniavam contra os padres, utilizando indevidamente dos índios. Segundo ele,

salvo melhor juízo, forçam os índios contra sua vontade ao trabalho, e sem nenhum salário sequer necessário para a vida, o que nem a escravos acontece, nem no Maranhão creio acontecer. (...) A isso poderia acrescentar os monopólios e os hábitos iníquos com os quais obrigam os pescadores índios ao que não pode lhes aproveitar, e alonga-se para eles, sem aumentar o pagamento, o tempo da pesca.<sup>290</sup>

---

<sup>289</sup> “A paucis hebdomadis cum indis nostris comiscuere sese plusquam 300 barbari cum mulieribus et paruulis plurimis. Venere hostium suorum metu acti, [corrompido] nobiscum. Ad illos 4 ab hinc annis me contuleram, erexeramque in oppidulo quod incoarant, crucem magnam, cum aliqua spe fructificandi. Sed ut instabiles sunt, nihil diuturnum effecimus, spes modo aliquanto maior est. [...] Ex illis indis cum se videant pastore destitutos, huc venere aliquot familiae utpote salutis suae quam coeteri, amantiores; quamquam plusquam 300 alios venturos fuisse putem si patrum administrationi relinquerentur, vexari se aut ad labores ab Europeis adigi nolle dictitant, et mérito”. ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva, Ceará, 01 de Agosto de 1668, f. 65.

<sup>290</sup> “saluo meliori iudicio, inuitos indos ad labores adigant, et subinde nullo omnino salario ne ad vitam necessario, quod ne mancipiis quidem contigit, nec in maranhone ita fieri puto” (...). “Ad haec addere possem monopolia, consuetudinesque iniquas quibus obligant piscatores indos ad ea quae prestare non possunt, protrahiturque illis, non aucta mercede piscationis tempus”. ARSI. Bras. 26. CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 01 de Agosto de 1668, f. 64r-65.

Como bom jesuíta, Cocleo insurgiu-se contra o trabalho forçado dos índios, que provocava resistência ao seu trabalho missionário, e queixou-se que até o Capitão-mor “quis que fossem levadas doze índias para trabalhar em sua casa”. Surgiram tantos escândalos que o missionário ameaçou “ir embora” e proibir o Capitão-mor de confessar, no que não obteve sucesso, pois esse lhe ameaçou dizendo que mandaria cercar a casa dos religiosos com seus soldados, quando “seria facilmente absolvido das censuras”. O momento mais crítico e desanimador para Cocleo ocorreu entre os anos 1667 e 1668, quando da presença do Visitador, o Padre Manuel Juzarte. Esperançoso que ele fosse agir em prol dos jesuítas, pois era o responsável por apaziguar os ânimos e buscar uma solução para os conflitos entre os missionários e as autoridades locais, agindo em favor dos primeiros, ao contrário, “quis que nós nos abstivéssemos da contenda sobre a administração dos índios” e, com isso, o “Capitão-mor obteve a coisa, com máxima dor dos nossos índios e o máximo perigo desta missão”.<sup>291</sup>

Com o passar do tempo, percebe-se, a partir de suas cartas, que a situação foi se tornando cada vez mais insustentável. Ele e os outros jesuítas tentaram abandonar da Missão, mas foram “proibidos pelos que presidiam a fortaleza”. Possivelmente, esse deve ser o episódio que foi transformado pela memória coletiva na prisão de Cocleo, fato que foi registrado pelo Padre Pinheiro, em seus apontamentos, anos mais tarde. Fato é, que os Padres não conseguiram deixar o local, tornando-se uma espécie de prisioneiros do Capitão. Primeiro porque, “aterrorizados por ameaça de morte da parte do prefeito dos soldados”, os “índios se recusaram totalmente a levar” as fazendas dos religiosos até à

---

<sup>291</sup> “primus, is pro remedii presentis inopia cedendum ratus, a contentione super indorum administratiōne, [...] abstinere nos voluit, remque obtinet Capitaneus major cum maximo indorum nostrorum dolore, et missionis huius periculo maximo. ARSI. Bras. 26. CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 01 de Agosto de 1668, f. 64r.

praia. Também foram proibidos pelo Provincial de seguirem para o Maranhão ou para a Serra de Ibiapaba por causa dos “mil bárbaros” que infestavam os caminhos. Além disso, os índios reconciliados da serra estavam “envolvidos em uma difícil guerra com outros bárbaros”.<sup>292</sup>

Para piorar a situação, a confirmação do Vice-rei chegou tarde demais, ficando “sem efeito”. As “cartas importantíssimas, com as quais a administração dos índios, como é costume”, ficaria ao encargo do jesuítas “e uma esmola bastante generosa para o sustento de quatro religiosos, por tanto tempo quanto, faltando um capelão a estes soldados da guarnição”, só chegaram em abril de 1669.<sup>293</sup> Nesse mesmo período houve ainda a posse do novo Capitão-mor da Fortaleza, João Tavares de Almeida que, “instruído pelo Governador de Pernambuco”, tinha ignorado as ordens do Vice-rei e incitava os soldados dizendo “que fossem outros tempos, outros costumes”.<sup>294</sup> Dois dias depois de escrever ao Superior, segundo Cocleo, “por medo de censura, certamente à Vossa Reverendíssima,”

veio-nos o Prefeito da Fortaleza, retratando publicamente com lágrimas o seu mandato de injúrias contra nossa liberdade, rogando por tudo que é sagrado para que por poucos meses, até que outro sacerdote venha de Pernambuco, algum dos nossos fique no Ceará, a que eu respondi que nós de nenhum modo nos dividiremos, e que também o Provincial, não vindo outro sacerdote e tirada de nós a capacidade de deliberar, nos convocou a todos.<sup>295</sup>

<sup>292</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 21 de Setembro de 1669, f. 95.

<sup>293</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 21 de Setembro de 1669, f. 95.

<sup>294</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 01 de Agosto de 1668, f. 65.

<sup>295</sup> “his nudiustertius ita scriptis, adest nobis munitionis Praefectus, vel obortis lachrymis mandatum suum libertati nostrae iniuriorum publice retractans, oransque per omnia sacra vt paucis mensibus donec alter sacerdos Pernambuco accersatur, alter e nobis in Siara subsistat cui ego nequaquam diuidendos nos respondi, et Prouincialem etiam non aduentante alio sacerdote, sublata nobis deliberandi ansa, omnes nos euocare”. ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 21 de Setembro de 1669, f. 95.

Depois de muitas discussões acerca da posição legal da Missão do Ceará, das condições de vida, do revezamento e do isolamento dos missionários e das “eternas complicações morais dos soldados com as índias, mil dificuldades inerentes a uma missão precária”,<sup>296</sup> chegou a ordem para que Cocleo e o Padre Luiz Machado deixassem a Missão, apesar das lágrimas dos neófitos. Em 1671, já se encontrava em Pernambuco,<sup>297</sup> com destino à Bahia e de lá seguiu para as aldeias do Vale do São Francisco, onde permaneceu por dez anos.<sup>298</sup>

Pois bem, quando os Padres chegaram ao Ceará, a promessa era de que, “como é de costume”, seriam administradores dos governos temporal e espiritual dos índios. Todavia, “os novos tempos” despontaram logo no início e as desavenças entre administradores e inacianos continuou. É preciso lembrar que, em setembro do ano seguinte, o rei dom Alfonso VI publicaria um Alvará que, além de proibir o retorno do Padre Vieira ao Maranhão, retirou dos Jesuítas a tutela exclusiva sobre os indígenas, separando também a jurisdição secular e religiosa sobre eles em duas esferas. Segundo o texto dessa lei, o rei determinou

por bem declarar que assim os ditos Religiosos da Companhia como os de outra qualquer Religião não tenham jurisdição alguma temporal sobre o governo dos Índios e que o espiritual a tenham também os mais Religiosos que assistem e residem naquele Estado por ser justo que todos sejam obreiros da vinha do Senhor. [...] Ei outro sim por bem que se guarde a última Lei do Ano de 1655.<sup>299</sup>

Apesar da lacuna das fontes, tudo indica que esses últimos acontecimentos encerraram por hora o ciclo de atuação religiosa dos missionários no Ceará. Vistos numa

<sup>296</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 3, p. 87.

<sup>297</sup> ARSI. Bras. 3. (II). CARTA do Padre Cocleo ao Provincial. Pernambuco, 30 de Maio de 1671.

<sup>298</sup> ARSI. Bras. 9. CARTA Anua da Província do Brasil do ano de 1670 até o ano de 1679. Felipe Coelho, Bahia 15 de julho de 1679, f. 240r.

<sup>299</sup> PROVISÃO em forma de Lei sobre a Liberdade dos Índios do Maranhão e forma em que devem ser administrados no espiritual pelos Religiosos da Companhia e os das mais Religiões de aquele Estado. Lisboa, 12 de Setembro de 1663. *Anais da Biblioteca Nacional*, ano 1948, v. 66, p. 29-31.



perspectiva mais dilatada, esses eventos são indícios do recrudescimento entre os colonos e administradores, de um lado, e os povos indígenas, de outro, movimento que a historiografia convencionou situar a partir do levante em Pernambuco e suas capitanias anexas, ocorrido no ano de 1687. Esses conflitos, de características heterogêneas, foram denominados pelos historiadores de a Guerra dos Bárbaros, o Levante dos Tapuias ou a Confederação dos Kariris.<sup>300</sup> A esse respeito, Cristina Pompa ressalta que os missionários tiveram participação essencial e foram peças-chave na execução do plano do governo: construíram uma “barreira” de aldeias de índios “mansos” e controlaram os Tapuias pacificados por meio dos descimentos e aldeamentos.<sup>301</sup>

#### 2.2.4 A estrutura da conjuntura

O conceito de “estrutura da conjuntura”, desenvolvido por Marshall Sahlins, aplicado ao contato estabelecido entre os índios e missionários, possibilita levantar considerações que ultrapassam os binarismos colonizador/colonizado e assimilações/perda cultural existentes tanto nos pressupostos da antropologia do colonialismo como nos estudos de caráter etimológicos das abordagens cosmológicas. Para Sahlins, os acontecimentos históricos são significados a partir de esquemas culturais (estruturas), sendo que as formas culturais envolvem os acontecimentos e esses

---

<sup>300</sup> A Guerra dos Bárbaros é geralmente reduzida a uma série de conflitos ocorridos contra os Tapuias do Açu, no Rio Grande do Norte, também chamada de a Guerra do Açu (1687-1704). Contudo, Pedro Puntoni insere a conquista do sertão baiano nesse ciclo de guerras e propõe uma nova cronologia, que é a mesma aqui adotada. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

<sup>301</sup> POMPA, Cristina. “História de um desaparecimento anunciado as aldeias missionárias do São Francisco, século XVIII-XIX”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 269.

reproduzem a cultura. Contudo, isso não quer dizer que esse processo, ou “estrutura da conjuntura”, se concretize a partir de estruturas invariáveis ou circunscritas a uma ideia de “tradução”. Os “esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática”.<sup>302</sup>

Duas décadas depois do trabalho do antropólogo americano, Pompa retoma a temática do contato entre os missionários e os índios na América portuguesa. Em *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil*, realiza minuciosa pesquisa a partir de um vasto repertório de relatos produzidos por missionários jesuítas e capuchinhos, entre os séculos XVI e XVII, aos quais define como sendo “um complexo e articulado trabalho de tradução recíproca e de organização dos símbolos frequentemente isolados e fragmentados pelo impacto cultural, numa nova ordem significativa”.<sup>303</sup> Esse texto ajuda a entender a forma como o padre Cocleo compreendeu os costumes dos indígenas com os quais entrou em contato e como reagiu a eles à luz do papel missionário de que estava embuído.

Segundo o Padre Cocleo, os índios Kariri, com os quais entrou em contato na aldeia de Santa Tereza de Canabrava, defendiam a existência de um “Deus único, que fica no ar”; acreditavam que o “*Crumnimni*, pai de todos os brancos” nascera a partir da virgem *Eba*, depois de ser tocada pelo marido *Meneruru* apenas com um varinha; realizavam práticas rituais ou jogos, como *Varikidzan* ou *pofitgen*, o primeiro regado a bebida, o outro centrado em uma espécie de teatro indígenas; e também possuíam um horror à morte ao passo que fortificavam “suas casas espalhando cinzas do lado de fora,

---

<sup>302</sup> SAHINS, Marshall. *Ilhas de Histórias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1985], p. 7.

<sup>303</sup> POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 369.

como se fosse um muro”. Tais costumes indígenas foram analisados por Pompa,<sup>304</sup> que conclui que as simbologias cristãs, como o batismo de indígenas velhos, as confissões, a utilização da água benta de cinzas, entre outros artificios, foram amplamente empregadas e adaptadas pelos jesuítas com o intuito de ampliar sua ação catequética. Também revela que, em alguns casos, os próprios indígenas acabaram se apropriando desses mesmos artificios. No caso do Padre Cocleo, Pompa descreve que percebeu que a prática da catequese se distanciava em boa medida das instruções exaradas pela Ordem e se aproximava da linguagem dos interlocutores com que os missionários interagiam, sem contudo compreender o alcance de tal discrepância.<sup>305</sup> A autora analisou a atuação dos missionários na região do sertão de dentro, sendo importante ressaltar que as missivas escritas pelo Padre Cocleo durante a sua primeira experiência missionária, no sertão de fora, corroboram suas teses. Em 1665, escreve que, apesar das dificuldades, os índios do Ceará “ao menos têm em conta o batismo e o aparato fúnebre segundo o costume dos cristãos. Alguns habitantes mais frequentes da aldeia vão-se habituando aos poucos aos ritos cristãos, com grande prazer nosso”.<sup>306</sup>

Márcio Santos, que analisa a dinâmica de ocupação do sertão, mais especificamente a região do sertão baiano, afirma que, além da existência de padrões, fatores como “condições mesológicas, perfis socioculturais das populações contatadas, capacidade bélica luso-brasileiros e índios e objetivos econômicos” variaram de caso a caso e influenciaram diretamente nas estratégias indígenas de resistências. A partir dessa ponderação, explica porque os confrontos entre os luso-brasileiros e índios ocorreram em

---

<sup>304</sup> ARSI. Bras. 6. CARTA do Padre Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, de 20 de novembro de 1673 *apud* POMPA, Cristina. *Religião como tradução*.

<sup>305</sup> POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 404.

<sup>306</sup> “Baptismus duntaxat in pretio illis est et ad mortem Christianorum more apparatus. alii frequentiores pagi incolae X<sup>n</sup>is ritibus paulatim cum voluptate nostra velissime assuescunt”. ARSI. Bras. 26. CARTA do Padre Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, de 12 de setembro de 1665, f. 4.

uma escala extraordinariamente menor, quando comparados com aqueles que aconteceram na faixa litorânea. Para ele, a resposta para tal disparidade pode ser encontrada no fato de que os ameríndios que ocupavam a região mais interiorana eram majoritariamente formados por povos não sedentários, que realizavam migrações sazonais, apresentando uma diversidade linguística e uma baixa densidade populacional, fatores opostos em relação aos dos que habitavam a faixa costeira. “A escala da guerra movida pelo invasor era determinada pela escala demográfica do próprio inimigo. Resulta dessa razão trivial o fato de que as maiores guerras entre luso-brasileiros e tapuias tenham envolvido grupos indígenas da ordem de centenas de pessoas, e não mais”.<sup>307</sup>

Ao analisar os enfrentamentos colonos vs indígenas, Pedro Puntoni, em *A guerra dos bárbaros*, sublinha de modo categórico o caráter belicista adotado pelo Conselho Ultramarino entre o início da segunda metade do século XVII até 1720, ao colocar em marcha o projeto de “desbaratar e extinguir de todo” os indígenas por via da criação do chamado Terço de Paulistas, composto por sertanistas oriundos dessa região, tradicionalmente acostumados aos embates violentos com os nativos.<sup>308</sup> Miguel Dantas, em chave de interpretação distinta, questiona essa “adesão incondicional” do órgão, observando que a ação discricionária do Conselho foi, na verdade, bastante influenciada pela ação *in loco* dos administradores coloniais. O relativo silêncio do Conselho, que não prestou contas ao Reino da operação de contratação dos homens do Planalto realizada pelo governador-geral, Francisco Barreto de Meneses (1657-1663), é um dos exemplos utilizado pelo historiador. “O sigilo [do Conselho Ultramarino] seria assim uma forma de escapar às indesejadas delongas burocráticas da submissão à consideração superior ou

---

<sup>307</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 123.

<sup>308</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 171.

mesmo à destruição de um projeto”.<sup>309</sup> Nesse ponto, é importante lembrar que, apesar da estigma dos paulistas de serem bárbaros e indignos da confiança régia, o governador repetirá a experiência de contratação dos paulistas durante todo o processo de interiorização da ação colonizadora nos sertões do nordeste.<sup>310</sup>

No sertão de dentro, na porção que abrangia o interior da cidade da Bahia, a Guerra do Orobó (1657-1659),<sup>311</sup> a Guerra do Aporá (1669-1673) e as guerras no São Francisco (1674-1679) são identificadas pela literatura como os conflitos mais expressivos ocorridos na região. Todas essas “expedições contaram com a ajuda, forçada ou não, dos ‘índios aliados’ das aldeias jesuíticas”.<sup>312</sup> As duas últimas peijas interessam diretamente, pois são constituintes da “estrutura da conjuntura” experimentada pelo Padre Cocleo. A primeira buscou “atender à necessidade de proteção dos moradores contra os sucessivos ataques dos Tapuia” e a segunda, “travada no médio São Francisco e Piauí, mostra-se mais claramente ligada à necessidade de expansão das terras pecuárias”,<sup>313</sup> e os seus efeitos são condição ímpar para se entender as escolhas que Cocleo realiza em sua carta geográfica. Por essa razão, ambas serão analisadas no próximo capítulo. Todavia, da mesma forma como na questão dos encontros e embates estabelecidos entre Tapuias e missionários, não se pretende analisar de forma particularizada esses

---

<sup>309</sup> CRUZ, Miguel Dantas das. “O Conselho Ultramarino entre levantes e a resistência indígena”, p. 143.

<sup>310</sup> Sobre o processo de arregimentação dos paulistas na região das Minas, ver: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

<sup>311</sup> A Serras do Orobó, ou Arabó [Serra Urubu], significavam para os moradores da cidade da Bahia o mesmo lugar de barbárie que as Serras de Ibiapaba representavam para o Ceará. Elas estavam situadas entre os rios Paraguaçu e Jacuípe, contudo, a localização exata variou. Cf. POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 272; PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 98 e SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 161.

<sup>312</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p.116.

<sup>313</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 67.

acontecimentos, que já foram devidamente estudados pela Historiografia,<sup>314</sup> mas sim sublinhar seus aspectos que impactaram do mapa de Cocleo.

Quando esses conflitos se iniciaram, o Padre se encontrava em Pernambuco,<sup>315</sup> onde conhecera o capuchino Martinho de Nantes.<sup>316</sup> Durante sua estada nessa capitania, ocorreu o derradeiro episódio que deu início à guerra que se inicia na região dos Campos do Aporá, no vale do Rio Paraguaçu: O ataque indígena na Vila de Cairu. A novidade foi tanta que até o dia 24 de Fevereiro de 1670, dia da festa de São Matias, “os moradores não imaginavam que os índios chegariam a invadir uma vila”.<sup>317</sup> Devido à grande comoção ocorrida, a reação por parte do governador-geral, Alexandre de Souza Freire (1667-1771), foi imediata. Para deter os insultos dos indígenas causados à população do Recôncavo Baiano, foram contratados os experientes paulistas Brás Rodrigues Arzão e Estevão Ribeiro Parente. Depois de massacrarem os bárbaros falantes do tupi,<sup>318</sup> com a ajuda dos Paiaias das Aldeias de Itaporocas, das terras de João Peixoto Veiga, entre outros, esses paulistas seguiram para acalmar a região do Rio Piranhas.<sup>319</sup>

Enquanto se desenrolavam esses conflitos, Cocleo chegava à aldeia de Santa Tereza dos Kiriri, em Canabrava, um núcleo indígena jesuíta fundado pelos Padres João

---

<sup>314</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*; POMPA, Cristina. *Religião como tradução*; SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*.

<sup>315</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Cocleo ao Provincial. Pernambuco 30 de Maio de 1671.

<sup>316</sup> Vindo da Capitania de Pernambuco em 1672, o Frei Martinho Nantes fixou-se no Rio São Francisco, na Ilha de Uracapa, hoje Aracapé, onde permaneceu até 1682. NANTES, Martinho. *Relação de uma missão no Rio São Francisco*, p. 77.

<sup>317</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 107.

<sup>318</sup> Segundo Márcio Santos, essa operação bélica se desdobrou em outros episódios. Ela incluiu, além “do Aporá e do Orobó, terras do rio Utinga – atual município de Utinga-BA, o rio das Contas e o rio São Francisco. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 73.

<sup>319</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 113.

de Barros e Jacob Rolando, em 1667. Composta por autóctones kiriri,<sup>320</sup> a aldeia se situava na margem esquerda do Rio Itapicuru, cinco léguas distante desse, e era conhecida na época como pouso dos viajantes que se dirigiam para o rio São Francisco (atualmente faz parte do município de Ribeira do Pombal).<sup>321</sup> Em 1672, a expedição voltou novamente para a região do Paraguaçu, dessa feita para combater os índios Maracas e os Tupis remanescentes que haviam se confederado. Um ano após a chegada de Cocleo, os impactos dessa guerra o atingiram, pois, no dia 15 de fevereiro de 1673, o governador-geral, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (1671-1675), ordenou que os índios aliados das aldeias Canabrava, Camamu e de todas as outras da região deveriam se apresentar no porto da Vila da Cachoeira para seguirem “com os Paulistas à entrada que ora mando fazer à Nação dos Maracases”.

Apesar de domesticados, empregá-los na guerra não se configurou uma tarefa simples, sendo necessários negociar com os índios aldeados algumas garantias e privilégios.<sup>322</sup> Dessa forma, o próprio governador garantiu-lhes que, na volta, teriam o “resgate para suas mulheres e filhos” e, para que fossem “com a melhor gente que tiverem bem armada e com boa vontade”, o Padre foi aconselhado a persuadi-los. Para tanto, a estratégia deveria ser apresentar o exemplo recente dos “Paiaias das Aldeias que estão nos currais de João Peixoto Viegas”, que “voltaram contentes” depois de

---

<sup>320</sup> Os Kiriri ou Cariris são “índios que formavam importante grupo linguístico cultural do Nordeste brasileiro, cujo habitat se estendia desde o Paraguassu e o rio de São Francisco até o Itapirucu, afastado da linha da costa, domínio dos povos de língua Tupi”. Maria Celestino de Almeida também faz referência ao grupo, descrevendo-o como sendo “do tronco linguístico macro-jê e habitantes do Sertão do São Francisco”. Segundo ela, “os Kariris (sic) tiveram seus costumes descritos por jesuítas e capuchinhos”. ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 32.

<sup>321</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 289.

<sup>322</sup> Em 1676, os indígenas Cariris das Aldeias controladas pelos capuchinhos só concordaram em participar da campanha com a presença do Frei, “que acabou testemunhando a ferocidade dos combates”. NANTES, Martinho, *Relação de uma missão no Rio São Francisco*, p. 51-54. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 119-118.

participarem, ao lado dos luso-brasileiros, de tais embates.<sup>323</sup> Em poucos meses, com a participação efetiva desses índios aldeados, o Recôncavo foi considerado “livre de gentio” bravo. Os capturados tinham suas terras repartidas entre os membros das expedições, como foi o caso de Baião Parente, que conquistou nas três aldeias de Maracás, ao Sul do Recôncavo, mais de mil almas, que foi incumbido de fundar a vila de Santo Antônio da Conquista dos Maracases.<sup>324</sup>

Os indígenas continuaram a ser arregimentados tanto para as expedições organizadas pela Coroa, quanto pelos próprios colonos, muitas vezes com a oposição dos missionários, que pouco podiam se opor às demandas dos administradores coloniais. Em 1675, o Padre Cocleo relata, em um tom pessimista, as dificuldades que o Padre Antônio de Oliveira enfrentava para manter a aldeia de Paiaíás, por ele fundada no Sertão das Jacobinas. A ideia era transferi-la para um lugar mais próximo do mar, a aldeia de Camamu. Contudo, o mesmo Peixoto Viegas, aliado a “Antônio Guedes e outros poderosos da região”, não apenas se opôs, como propôs ao governador a utilização dos índios na defesa de “suas propriedades, diante das irrupções dos bárbaros rebeldes”. E, segundo o religioso, “ao que parece ele [o governador] concederá, o que fará com que os missionários mal possam viver entre os índios”.<sup>325</sup> Foi o que de fato ocorreu. A Junta Governativa<sup>326</sup> autorizou que “230 do aldeamento [fossem] removidos para comporem a defesa das terras” do requerente. A aldeia, no final, acabou tendo uma existência curta, de

---

<sup>323</sup> CARTA de Afonso Furtado para o Padre Jacobo Cocleo. Bahia, 28 de Fevereiro, 1673, p. 352-355. *DH. Portaria e Cartas dos Governadores-Gerais (1670-1678)*, Rio de Janeiro, v. VIII da série VI, 1929.

<sup>324</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 74.

<sup>325</sup> ARSI. Bras. 26. CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Olivia. Bahia, 16 Janeiro de 1675, p. 34-34v.

<sup>326</sup> O Governador Afonso Furtado de Castro morreu de melancolia em 1675 por não ter conseguido descobrir as minas de prata e por essa razão foi composta uma Junta Governativa para governar até a chegada do sucessor. CAMPO BELO, Henrique (Conde de). *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agencia Geral das Colônias, 1935, p. 98-99.



cerca de três anos apenas.<sup>327</sup> Nesse sentido, observa-se que, ainda que não fosse objetivo da Ordem jesuítica, essa acaba colaborando para a destruição e a submissão das populações nativas à ordem colonial.

A previsão do Padre se concretizou e a situação na região se deteriorou a ponto dos jesuítas, dos capuchinhos e até do próprio governador-geral, Roque da Costa Barreto (1678-1682), compartilharem da opinião de que os levantes indígenas não eram levantes propriamente ditos, mas sim reações às provocações e aos ataques injustificados dos moradores.<sup>328</sup> Nessa mesma data, o capuchinho francês Frei Martinho de Nantes, amigo de Cocleo, relatou um caso interessante, que ilustra bem o clima de tensão vivido na região. Em uma de suas viagens à Bahia, Martinho de Nantes, depois de recuperar suas forças na aldeia Canabrava, continuou seu percurso. Meia légua depois, encontrou-se com um português, de nome Francisco Pereira, seu vizinho em Uracapa, “que seguia apressadamente, à Bahia para levar notícia, a Francisco Dias Ávila e a João Fontes”, de que seus cavalos tinham morrido por terem sido levados pelos índios para fora da ilha. Desconfiado dessa versão, Nantes e Cocleo o interrogaram e o fizeram cair em contradição. Envergonhado, Francisco Pereira seguiu sua viagem garantindo que “nada diria” ao coronel contra eles e “nem contra os índios” e ainda, sob chantagem, “jurou que entregaria” a carta escrita pelo Frei Martinho de Nantes. Contudo, não chegou a seu destino final, pois, mais a frente, acabou “perdendo todos os seus bens”, caindo em

---

<sup>327</sup> REGO, André de Almeida. “Os aldeamentos indígenas fundados na Bahia e Capitânicas vizinhas durante o período colonial”. *Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, Paulo Afonso, v. 4, n. 5, p. 85, jan./jun. 2016.

<sup>328</sup> POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 275.

desgraça, “ficando odiados de todos”, sendo obrigado a refugiar-se na aldeia de Uracapa, onde o chamavam de o “Excomungado”.<sup>329</sup>

No início de 1679, os jesuítas também enfrentavam os problemas relacionados ao cotidiano dos indígenas nas aldeias. Em abril desse mesmo ano, o Governador, depois de receber uma denúncia de Cocleo de que a venda de aguardente aos índios aldeados estava acarretando “entre eles mortes, e outros males de não menos consideração,” mandou por bem “que nenhuma pessoa possa vender aguardente na referida aldeia aos ditos Índios [sob] pena de a perder, e ser castigado na cadeia desta cidade”.<sup>330</sup> Sem que se possa fazer uma ligação direta, ao mesmo tempo, eclodiu uma guerra contra os Kiriris de Canabrava.<sup>331</sup> Segundo o Frei capuchino, essa ocorreu “por um motivo sem importância e muito pouco justo da parte dos portugueses”. Como consequência, muitos dos seus índios foram levados, como cativos, para a Cidade da Bahia e o Padre Cocleo interveio ativamente no sentido de buscar esses prisioneiros de volta, como informa Nantes:<sup>332</sup>

No ano passado aconteceu aos índios kariri um acidente funesto, por uma justa vingança, mataram um Europeu, então estourou sobre eles uma tempestade tamanha, que por ordem pública foi movida contra eles uma guerra, em que foram todos em parte mortos, em parte levados prisioneiros à Bahia. Esta invasão totalmente injusta feriu não a mim, como o padre Cockle, homem considerado por todos zelosíssimo, tanto que, enquanto eu procurava reduzir os índios dispersos por aquela guerra, ele foi atrás daqueles que tinham sido levados à Bahia, para tratar com o novo Governador que, com a ajuda de Deus, tinha acabado de chegar de Portugal, para pressioná-lo. Até que enfim foi convocada uma reunião de Religiosos e Administradores, em que se declarou a guerra injusta e se mandou soltar os índios, que foram mandados de volta, escoltados no caminho por capitães à sua pátria, no sertão.<sup>333</sup>

<sup>329</sup> NANTES, Martinho. *Relação de uma missão no Rio São Francisco*, p. 78-79. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 122.

<sup>330</sup> PORTARIA que se passou ao Padre Jacobo Cocleo, Religiosos da Companhia de Jesus. Bahia, 25 de Abril de 1679, p. 126. *Provisões, Patentes, Alvarás, Mandatos (1651-1693)*, Rio de Janeiro, v. XXXII, 1929.

<sup>331</sup> NANTES, Martinho. *Relação de uma missão no Rio São Francisco*, p. 54-55.

<sup>332</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 289-290.

<sup>333</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Roland ao Padre Geral Oliveira. Bahia, 28 de Julho de 1679, f. 145 *apud* POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 276.

Essas são as últimas notícias sobre a atuação de Cocleo nessa região. É crível que com o recrudescimento da política portuguesa em prol dos moradores, ratificada pelo rei, a política de extermínio dos bárbaros tenha dificultado ou pelo menos contribuído para a sua ida para o Rio de Janeiro.<sup>334</sup>

As Guerras no São Francisco tiveram como consequência a conquista do Piauí.<sup>335</sup> A ocupação desse território, como será analisada no próximo, foi uma das razões pela qual, já em meados da década de 1680, os governadores do Maranhão se empenharam em descobrir o caminho por terra para o Estado do Brasil. Foi nesse contexto que o padre Cocleo produziu seu mapa do Estado do Brasil aqui analisado. Como destacou Márcio Santos, acompanhando de perto as trilhas abertas por Capistrano de Abreu, esse foi o momento de uma “inflexão histórica e decisiva na formação territorial brasileira”, constituindo “uma das mais importantes ações de conquista do sertão nordeste, e representa o processo por meio do qual a ocupação luso-brasileira deixou as zonas estritas do interior da capitania da Bahia e ganhou as áreas que viriam a se tornar o Piauí”.<sup>336</sup> Da foz do Rio Salitre, no médio São Francisco, os conflitos se desdobraram em direção ao Norte, atingindo o Rio Gurgeias, Canindé e Rio Grande (Parnaíba) e, conseqüentemente, permitiram sua ocupação pelos principais potentados reinóis da época. É nesse processo que se insere o mapa do Padre Cocleo, o que justifica aborda-lo a seguir.

---

<sup>334</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 122.

<sup>335</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 75.

<sup>336</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 76-77; ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*.

### Capítulo 2.3: *Nos Colégios da Companhia*

#### 2.3.1 *O Colégio do Rio de Janeiro*

Com o fim da União Ibérica (1580-1640), dois campos de interesses estabeleceram-se em relação à região Meridional da Colônia portuguesa na América. De um lado, estavam os partidários de que a relação comercial estabelecida entre os portugueses e espanhóis deveria continuar. Entre esses, destaca-se Salvador Correia de Sá e Benevides, um grande conhecedor da região que, além de nutrir um desejo de construir uma fortaleza no rio da Prata, possuía interesses e patrimoniais no lado espanhol (casara-se em Tucumán).<sup>337</sup> Do outro lado, que era majoritário, estavam aqueles que pregavam que a ruptura na Europa deveria se entender a todas as áreas imperiais das Coroas ibéricas. Nesse contexto, ganhou importância a região extremo sul do Brasil, que também se tornou área de atuação da Companhia de Jesus, a partir do Colégio do Rio de Janeiro, tendo o Padre Cocleo também se envolvido nessa questão, impactando a produção de seu mapa, o que se examinará a seguir.

Em 1676, a bula *Romani Potificis Pastoralis Sollicitudo* transformou a prelazia do Rio de Janeiro em Bispado e atribuiu-lhe como território diocesano toda a costa e o sertão desde a Capitania do Espírito Santo até o rio da Prata.<sup>338</sup> Dois anos depois, foi a vez da

---

<sup>337</sup> Salvador Correia de Sá e o irmão receberam trinta léguas de território na costa a partir do Rio da Prata para o Norte, em 1676, com a obrigação de dentro de seis anos criarem duas vilas “perfeitas no estado político”. CRUZ, Miguel Dantas das. *Um império de conflitos*, p. 47-48. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 1, p. 322-364; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da separação e independência de Portugal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1951. t. 3, p. 134-135.

<sup>338</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 1, p. 327.

Cidade do Rio de Janeiro ter sua jurisdição administrativa ampliada até o rio da Prata. Nessa mesma data, o governador recém-nomeado, Dom Manuel Lobo, recebeu a incumbência de fundar na margem Setentrional do Prata, ou em alguma paragem que fosse mais adequada, a Colônia do Santíssimo Sacramento. Munido de plantas geográficas do território,<sup>339</sup> em janeiro de 1680, com cerca de 500 pessoas, entre elas dois padres da Companhia, o paulista Manuel Pedroso e o algarvio Manuel Álvares, ambos pertencentes ao Colégio do Rio de Janeiro,<sup>340</sup> “além da marinhagem”, divididas em quatro frotas, sendo três compostas de vários mestiços recrutados no Brasil, Lobo deu início ao empreendimento. Oito meses depois, a povoação contava com quase quarenta pequenos edifícios, entre os quais a casa do governador, as duas igrejas, a casa dos Padres da Companhia, os quartéis e os depósitos militares. Contudo, sem receber reforços, a guarnição, que passava por uma situação difícil, “diminuída, com o moral bastante abalado pelas doenças, as deserções, falta de abastecimento, não resistiu ao ataque do exército hispano-guarani e nesse mesmo mês a Colônia foi tomada e destruída”.<sup>341</sup>

Em 1681, o Tratado Provisional, ou Tratado de Lisboa, assinado entre as duas Coroas Ibéricas, determinou que a Colônia, juntamente “com os prisioneiros, armas e apetrechos de que os vencedores se tinham apoderado”,<sup>342</sup> retornassem à Coroa Portuguesa. O tratado estabeleceu que os portugueses habitariam a região até a “determinação da causa”, ou seja, até a demarcação definitiva das fronteiras. Caso as duas partes não chegassem a um acordo comum, haveria a possibilidade de arbitragem do

---

<sup>339</sup> REGISTRO do Regimento de Sua Alteza que levou D. Manuel Lobo para povoação nova das terras de Portugal em Buenos Aires. Bahia, 26 de Agosto de 1680 p. 348. *DH. Provisões, Patentes, Alvarás e Mandatos (1651-1693)*, Rio de Janeiro, v. XXXII, 1936.

<sup>340</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6, p. 546.

<sup>341</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão Espanhola*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p. 160.

<sup>342</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira: Administração, economia, sociedade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973. t. 1, v. 2, p. 37.

Papa. Por essa razão, os portugueses só poderiam fazer reparos como cobrir a artilharia e as moradias danificadas. Em hipótese alguma seria permitido a construção de qualquer outro gênero de fortificação. Também estavam proibidos o estabelecimento de casas de pedras, de taipa e edifícios de duração permanente.<sup>343</sup>

O novo governador, Duarte Teixeira Chaves, com 362 homens, quase todos militares, deu início à reconstrução dos quartéis em 1683. Os portugueses, como analisou Junia Ferreira Furtado, não só não cumpriram o estabelecido no Tratado como ainda traçaram fundamentos para as próximas negociações. “A colonização da área, que na primeira ocupação se restringia à fortaleza, na década de 1690, começou a se expandir para fora do presídio construindo um cinturão agrícola para sustentar os moradores”.<sup>344</sup> Esse avanço territorial dos portugueses não passou despercebido aos espanhóis. Os “incidentes foram constantes, de tal modo que em Lisboa e em Madrid chegaram por vezes a ocorrer boatos de nova ruptura e de luta armada como a de 1680”.<sup>345</sup>

A segunda invasão e expulsão dos portugueses da Colônia, em 1704, veio como consequência do alinhamento destes com os ingleses na Guerra de Sucessão Espanhola. À essa causa, oriunda da política externa, Sérgio Buarque de Holanda chama a atenção para a conjuntura interna da própria Conquista. Segundo o autor, apesar de já existir gado em abundância na região, faltavam “recursos ou estímulos para a nova empresa de colonização; a metrópole achava-se obsidiada pela minas”.<sup>346</sup> O governador-geral do Brasil advertia o governador da Nova Colônia que tomasse cuidado, pois tinha “notícias das pouca gente com que se acha, não só o Rio de Janeiro como também todas as

---

<sup>343</sup> *TRATADO Provisional sobre a Colônia do Sacramento*, 7 de maio de 1681.

<sup>344</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 264.

<sup>345</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão Espanhola*, p. 160.

<sup>346</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. t. 1, v. 2, p. 37.

Capitanias do Sul (quase desertas de seus habitantes, por andarem todos nas Minas de São Paulo)”, o que tornaria muito difícil prover ajuda em “caso de algum incidente de guerra que se ofereça”.<sup>347</sup> Nessa mesma direção, basta lembrar que, por essa mesma época, dom Rodrigo de Castelo Branco encontrava-se envolvido com os preparativos para deslocar-se às minas de Sarababuçu.<sup>348</sup>

A figura 5 é um extrato da *Descrição fácil, e concludente do direito, que tem a Coroa de Portugal ao Domínio das Terras, sobre que se fez o Tratado Provisional em 1681, aos quais foram cedidas na aliança de 1701 e restituídas pela paz de 1715*, que foi produzido em algum momento das assinaturas dos Tratados de Utrech, de 1715, e o de Madrid, de 1750.<sup>349</sup> A Colônia de Sacramento (1) e, conseqüentemente, a área de litígio entre as duas Coroas (4), “Terras sobre as quais se fez o tratado provisional no ano de 1681”, estão representadas entre as demarcações das Coroas Portuguesa e Espanhola. Na linha pontilhada no canto esquerdo do mapa, próximo à Colônia e ao rio da Prata, encontra-se a “linha demarcação que determinaram os comissários de Portugal” (2); do lado oposto, próximo à Lagoa dos Patos, está a “linha demarcação que determinaram os comissários de Castela” (3), revelando as diferenças de interpretação entre as duas nações de por onde se estendia a linha de demarcação, questão que se estendeu por quase todo o século XVIII, exigindo sucessivas negociações.

---

<sup>347</sup> CARTA de dom Rodrigo da Costa sobre os protestos que o Governador de Buenos Aires inquietava o da Nova Colônia do Sacramento. Bahia, 20 de junho de 1703, p. 247-248. *DH. Provisões, patentes, alvarás e cartas 1692-1712*, Rio de Janeiro, v. XXXIV, 1936.

<sup>348</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 1, p. 330.

<sup>349</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013, p. 327.

**Figura 5:** Fragmento da *Descrição fácil, e concludente do direito, que tem a Coroa de Portugal ao Domínio das Terras, sobre que se fez o Tratado Provisional em 1681, aos quais foram cedidas na aliança de 1701 e restituídas pela paz de 1715.*



Fonte: AHU. Rio Grande do Sul. Cartografia, doc. 1248.

Dessa sequência de acontecimentos, o que mais interessa para este estudo é atentar para o fato de que, desde a fundação da Colônia, o Padre Cocleo tinha



conhecimento do território pretendido pelos portugueses (4). Das quatro primeiras instalações que foram construídas no novo assentamento, uma era da Companhia. Além disso, os dois jesuítas que chegaram com o governador-fundador também estiveram presos com ele em Buenos Aires por dois anos e meio.<sup>350</sup> Desde a primeira reintegração da Colônia até o início da sua expansão, o Padre Cocleo encontrava-se no Colégio do Rio de Janeiro, onde atuou como Reitor (1682-1685) e Vice-reitor (1685-1689), os dois cargos mais importantes da Ordem em toda a região. Um dos poucos documentos sobre sua passagem pela cidade comprova o seu envolvimento nesse litígio. No ano seguinte à assinatura do Tratado Provisional, o Rei solicitou-lhe que guardasse segredo sobre a ida do novo governador do Rio de Janeiro para a Colônia até que tudo estivesse pronto. Além disso, como ele mesmo informa, o Monarca

também me manda Vossa Alteza que havendo o Governador Duarte Teixeira Chaves de passar a Buenos Aires, [lhe] dê religiosos nossos para o acompanhar e assistirem na Colônia do Sacramento, tudo profundamente hei de fazer quando não vou eu em pessoa a que me ofereci para voltarmos com o dito Governador ficando lá outros, pelo desejo que não tendo de gerir aos bons interesses de Vossa Alteza que Deus Guarde muito largo e felizes anos.<sup>351</sup>

Até o início do século XVIII, a “Residência Rio de La Plata”, ou “Nova Colônia dos Portugueses”, sob administração do Colégio do Rio de Janeiro, contou em média com dois religiosos. Daqueles jesuítas presos com o governador, somente o Padre Manuel Álvares permaneceu na Colônia, tornando-se seu Superior. O Padre Domingos Dias foi o

---

<sup>350</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão Espanhola*, p. 77.

<sup>351</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro. Cx. 05, doc. 30. Carta de Jacob [Cocleu] ao Príncipe Regente [D. Pedro II] sobre as ordens recebidas a cerca da sucessão no governo do Rio de Janeiro, e para alguns dos seus religiosos acompanhem e assistam o Governador, Duarte Teixeira Chaves, que parte para a colônia dos Sacramento, Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 1682. [Doravante AHU]

escolhido por Cocleo para substituir o Padre Manuel Pedroso, que retornou ao Brasil depois de sua soltura.<sup>352</sup>

O Colégio do Rio de Janeiro era considerado o segundo mais importante da Ordem no Estado do Brasil. No início do século XVII, abrigava regularmente cerca de cinquenta jesuítas, “se incluirmos aqueles religiosos que estão de passagem pela residência”.<sup>353</sup> Com relação ao ensino, o Colégio lecionava o curso de Humanidades (latim, ler, escrever e contar) e Teologia Moral (os casos de consciência). Durante o período de reforma da Catedral de Salvador, de 1657 a 1672,<sup>354</sup> o curso de Filosofia ou Arte, que antes era exclusividade do Colégio da Bahia, passou a ser ministrado na Instituição carioca. Serafim Leite cita que, no ano de 1692, o curso ainda era oferecido no Rio de Janeiro. Portanto, em algum momento entre 1657 e 1692 o Colégio do Rio concentrou o curso de Filosofia para todo o Brasil.<sup>355</sup> Esse dado por si só já é interessante porque aproxima o Padre Cocleo da produção científica jesuítica, mesmo não ministrando essa disciplina em específico, haja vista, as atribuições que os Reitores dos Colégios exerciam.

A importância da ciência desenvolvida e ministrada no colégio carioca pode ser medida pelos livros que professores e alunos tinham acesso em sua biblioteca, ainda que os registros que restaram de seu acervo sejam lacunares e fragmentados, vários deles são necessários aqueles que se dedicam à produção de mapas, caso Cocleo. No geral, a partir da fundação dos Colégios, suas bibliotecas eram formadas das mais variadas formas, seja pela doação de espólios particulares, seja pela compra direta. No caso da biblioteca do

---

<sup>352</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. v. 6, p. 540-544.

<sup>353</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, p. 327.

<sup>354</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 521-131.

<sup>355</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6, p. 4.

Colégio carioca, “enfileiravam-se nas suas estantes livros recentes, alguns impressos na própria casa”, outros, “trazidos a cada ano dos livreiros de Lisboa e da Europa”. A maior parte concentrava-se nas áreas de Humanidade, Matemática, Filosofia e Teologia, disciplinas lecionadas na Instituição. Em 1775, quinze anos após a expulsão dos Padres e a despeito de terem ficado abandonados em uma das casas do Colégio, entre os livros de ciências que restaram do antigo acervo da instituição ainda figuravam três exemplares de *Os mapas do Mundo*; um tomo do *Novo Atlas*; cinco tomos da *Matemática*, de Clávio; quatorze exemplares da *Matemática*, de Kircher; sete tomos dos *Elementos de Matemática*, de Boscovich e de Newton; além de 227 tomos do *Mémoires pour servir à l’histoire des Sciences des Beaux Arts*, coleção produzida pelos Padres jesuítas franceses, também conhecida como *Mémoires* ou *Journal des Trevoux*, criada em 1701, que chegou a publicar 878 volumes.<sup>356</sup> Observa-se por esses títulos que a Matemática e a Cartografia eram temas caros à instituição, áreas que também eram de particular interesse de Cocleo.

Por essa época, a ciência experimentava uma renovação cartográfica executada principalmente a partir da França.<sup>357</sup> Mirando um novo mapeamento do país, o Estado tutelou uma ampla gama de trabalhos matemáticos e geográficos que resultou na fabricação de “instrumentos astronômicos cada vez mais precisos, estimulados pela necessidade de medições rigorosas”.<sup>358</sup> Foi nesse contexto que o diretor do Observatório Real e ex-aluno dos jesuítas do Colégio de Gênova Jean-Dominique Cassini, ou Cassini I, deu um grande avanço em direção à determinação com maior precisão matemática das

<sup>356</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 6, p. 26-27.

<sup>357</sup> PELLETIER, Monique. “Le monde vu de France: évolution du 16<sup>e</sup>. au 18<sup>e</sup>. siècle”. *La Cartografia Francesa*. 5<sup>e</sup> curs, Cicle de conferències sobre Historia de la Cartografia. Catalunya: Institut Cartogràfic de Catalunya, 1992. p. 49-8. PELLETIER, Monique & OZANE, Henriette. *Portraits de la France: les cartes, témoins de l’histoire*. Paris: Hachette/BNF, 1995. PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au siècle des lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.

<sup>358</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p. 65-90.

longitudes, ao desenvolver um método que se baseava na observação do movimento dos satélites de Júpiter. Seu famoso *Mapa Mundi*, desenhado no piso do Observatório, contou com medições produzidas em diversas missões e em observações realizadas por outros correspondentes da Real Academia de Ciências de Paris. Graças à *Connaissance des Temps*, efemérides publicadas regularmente desde 1679 por membros dessa Academia, contendo quadros com cálculos relativos à posição do sol, da lua e de outros corpos celestes, incluindo tabelas de eclipses, outras observações celestes e comentários de matemáticos e astrônomos,<sup>359</sup> “tornou-se possível determinar longitude com uma precisão até então nunca alcançada”.<sup>360</sup> Ou seja, produzir mapas que fossem considerados precisos pela comunidade *savant* a partir de fins do século XVI exigia precisão Matemática e Geométrica, o que garantia estarem afinados com as novas técnicas de medição de longitude que então se desenvolviam. Essas são questões que Cocleo teve que enfrentar para produzir seu mapa de forma a mais precisa possível, o que exigia o domínio dessas novidades.

Da fundação da diocese no Rio de Janeiro (1676) até o retorno de Cocleo para Bahia (1689) foram nomeados dois Bispos para o cargo, Cocleo conviveu apenas com o segundo. O primeiro foi Frei Manoel Pereira, que ficou apenas quatro anos e renunciou alegando problemas de saúde, em 1680. O seu substituto, o Padre José de Barros Alarcão, fez entrada solene no mesmo ano que o Padre Cocleo chegou para administrar o Colégio, em 1682, e, curiosamente, deixou a cidade no mesmo ano que o jesuíta partiu. Porém, inversamente ao ocorrido com o Padre, cujo próprio General da Companhia queria que

---

<sup>359</sup> WITHERS, Charles W. *Zero Degrees: Geographies of Primer Meridian*. Harvard University Press, 2017, p. 40.

<sup>360</sup> RENGER, Friedrich E. “Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735)”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 103-126. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Paris 1720-1740. In: *Oráculos da geografia iluminista*, p. 301-351.

permanecesse no cargo de Vice-reitor do Colégio do Rio,<sup>361</sup> o Bispo enfrentou sérios problemas com a população local:<sup>362</sup>

Em 1685 ele instalou o Cabido da Sé na Igreja de São Sebastião, sede também da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Nesse momento começaram as perseguições aos pretos da irmandade pelos membros dos Cabidos, formados de padres brancos avessos à ideia de conviver, na Sé Catedral com pretos, mesmo que estes professassem a fé católica.<sup>363</sup>

Os negros que quase extinguiram sua organização associativa leiga no interior da Sé tiveram que a mudar de lugar, mas só foram liberados de pagar a propina ao Cabido no ano de 1700. O Prelado “fundou novas paróquias, mostrou-se rigoroso na admissão de candidatos às ordens religiosas e visitou todas as capitanias”. Com um temperamento forte, queixou-se veementemente do “tratamento recebido – pois morava em casa alugada e tinha problemas relacionados ao pagamento de sua cômputa – passou três anos em São Paulo, onde se dedicou à fundação do Recolhimento de Santa Teresa”.<sup>364</sup>

Mesmo estando em outra cidade, a relação do Bispo com Cocleo não se rompeu, pois ele se imiscuia nas questões dos colégios jesuíticos, especialmente com relação às despesas comuns do Colégio com a Província. Na correspondência com o General Tirso Gonzalez, o jesuíta, ainda que sem dar muitos detalhes “sobre aquilo que” escrevera na carta anterior, “especialmente da ofensa do Ilustríssimo Senhor Bispo”, afirmou que a época do seu reitorado os problemas ocorreram porque o Colégio Fluminense

---

<sup>361</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzalez. Bahia, 03 de Junho de 1689, f. 369.

<sup>362</sup> Em 1689, ele foi chamado à Corte para se defender. Contudo, só conseguiu regular a sua situação e obter a permissão para retornar à sua diocese dez anos depois, o que fez com que chegasse à cidade somente em março de 1700, falecendo no mês seguinte. NERI, Frederico Morato. “Os Primeiros Bispados do Rio de Janeiro: de D. José de Barros Alarcão a D. Frei Antônio Desterro Malheiros”, p. 297.

<sup>363</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa à chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 211.

<sup>364</sup> NERI, Frederico Morato. “Os Primeiros Bispados do Rio de Janeiro: de D. José de Barros Alarcão a D. Frei Antônio Desterro Malheiros”. *Coletânea*, Rio de Janeiro, ano 28, p. 297, jul./dez. 2015.

encontrava-se oprimido e não por causa da “administração inoportuna das coisas temporais”.<sup>365</sup>

A partir de 1685, o Padre Mateus de Moura tornou-se reitor do Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro, enquanto Cocleo assumiu a Vice-reitoria. Do mesmo modo o novo Reitor também o acusou de mau gestor. A desconfiança que seu sucessor nutria sobre o trabalho que desempenhara no Colégio carioca foram refeitas em 1689, no que Cocleo achava injusta pois, havia ficado

evidente ao Pe. Provincial, que visitava as instalações, ser imerecida, visto o aumento de muitos milhares do rebanho: porque, se o engenho de açúcar sofreu dano, foi por causa da secura do ar, mal comum a todos. Mas ele aplicou uma nova dívida de vinte mil ducados, das quais seis mil devem ser pagas pelo Colégio Baiano pelo subsídio anual e despesas do navio da Província; dezenove mil a certos herdeiros de um espanhol chamado Aristondo, aos quais pagariam em Lisboa os procuradores da Província, abundantemente ter sido submetido daqui, mostrei ao Pe. Antônio de Oliveira, que, ouvidos os consultores, me reescrevera para enviar qualquer coisa a mais para lá.<sup>366</sup>

Segundo Serafim Leite, apesar do Brasil ainda estar cheio de indígenas necessitando de catequeses, desenvolvia-se a ideia entre esses religiosos “de que o Brasil do século XVII já não era país de Missões”. O autor defende que essa situação fez com que “dada a existência efetiva das Aldeias, que o peso da catequese recaísse quase todo sobre os Portugueses (filhos do Brasil e de Portugal)”. Em outras palavras, “começaram a coexistir duas categorias de Jesuítas do Brasil, os dos Colégios e os das Aldeias; e nas

---

<sup>365</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzalez. Bahia, 03 de Junho de 1689, f. 369.

<sup>366</sup> “quam immerito P. Provinciali praedia visitanti patuit, visa accretione multorum millium armentorum: quod si officina saccari damnum passa est, prouenit ex aeris siccitate, communi omnibus malo. At ille noua secum debita affert 20000 ducatorum, quorum sex millia soluenda Coll.º Bahyensi, pro subsidio annuo, et expensis nauigii Provinciae; nouemdecim vero millia quibusdam haeredibus hispani nomine Aristondi, quibusve soluerent Ulissipone Provinciae procuratores, abunde submissum fuisse hinc, ostendi P. Ant.º de Oliuera, qui auditis consultoribus, recipserat mihi me quidquam amplius illuc mitterem”. ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzalez. Bahia, 03 de Junho de 1689, f. 369.

disputas sobre a liberdade dos Índios notava-se que a não favoreciam tanto com os outros Padres, os que nunca tinham visto Índios, nem aprendido a sua língua”.<sup>367</sup>

### 2.3.2 *Um olho no céu, outro na terra e os dois na salvação das almas*

Depois de deixar o Rio de Janeiro, o Padre Cocleo voltou para a Bahia e por lá continuou até a sua morte. Logo que chegou a Salvador, revelou que aspirava “novamente às missões” e suspeitava que seria “enviado para visitar algumas, sobre as quais, sendo eu um pouco mais expansivo, ordena o Pe. Visitador Antônio Vieira, que também já percorreu comigo o sertão cearense”.<sup>368</sup> Essa passagem revela tanto uma harmonia entre esses dois religiosos, bem como o vigor de Vieira, que a despeito da idade avançada, oitenta anos, fora nomeado Visitador-geral do Brasil e do Maranhão, em 1688. No entanto, bastante idoso e já com a saúde frágil o que o dificultava cumprir todas as funções inerentes ao seu cargo de Visitador-geral, Vieira nomeava Visitadores para regiões específicas, especialmente as missões situadas no sertão, que exigiam deslocamentos por distâncias maiores e tempos mais dilatados para sua realização, difíceis de serem vencidos devido a sua idade avançada. É nesse contexto que decide nomear Cocleo para uma dessas visitas a ser realizada no interior da Bahia.

Preocupado com a conversão dos índios, Vieira deixara claro que a maior atenção “deveria ser o aprendizado das línguas das diferentes tribos, então preterido pelos seminaristas do Colégio da Bahia”, tendo chegado até mesmo a exortar os estudantes a se

<sup>367</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 101.

<sup>368</sup> “Ad missiones igitur iterum aspiro, et obiter quidem mittendus videor ad visitandas nonnullas, de quibus vt sic sim paulo fusior, iubet P. Visitator Ant.º Vieira, qui etiam de deserta olim Siarensi permultis mecum egit”. ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 3 de Junho de 1689, f. 269.

dedicarem mais ao estudo da língua nativa, em detrimento de outras disciplinas, “sem a qual não poderiam tentar a salvação de tantas almas”.<sup>369</sup> Desse modo, não é puro acaso que, no ano seguinte à sua nomeação, se mostrasse ansioso com a chegada do jesuíta francês, cuja aptidão para os idiomas era já notória:

Aumenta em mim a esperança com a chegada do Rio de Janeiro do religiosíssimo padre Jacques Cockle [sic], antigo co-fundador destas missões e peritíssimo em muitas línguas (...) eu o estou mandando como Visitador em todas estas missões para que observe e, onde for necessário, devolva a observância religiosa e o modo de viver dos nossos religiosos e prescreva a forma certa de instruir os índios, pelo que possa sua longa experiência. Será uma ótima ocasião, há muito desejada, de consultar e concordar diversas versões de língua, que os nossos usam aí para levar a fé e ensinar as orações, para que todos falemos e saibamos a mesma e para evitar confusão entre os próprios índios.<sup>370</sup>

Apesar da existência de lacuna documental nas fontes consultadas, é bastante crível que Cocleo tenha desempenhado essa nova função de Visitador das missões no sertão do São Francisco até pelo menos 1691, mesmo ano que terminava o triênio do Padre Vieira como Visitador-geral. É importante destacar que o conhecimento geográfico que Cocleo adquiriu dessa região aparece claramente estampado no seu mapa. Também é presumível que a relação entre os dois não tenha sido tão harmônica como os mesmos a descreveram ao Padre General Tirso Gonzales, em 1689.

A esse respeito, cabe uma observação. Da mesma forma que Cristina Pompa, faço uso de duas missivas escritas por cada um desses religiosos, mas diferentemente da autora, atento-me às diferenças existentes entre elas. As cartas, de 1689, se referem à situação em que se encontravam as “aldeias dos Kariri”, no final da década de 80, sendo a

---

<sup>369</sup> BOSI, Alfredo (Org.). *Essencial Padre Vieira*. São Paulo: Companhia das Letras/ Penguin, 2011, p. 102.

<sup>370</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Antônio Vieira ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 27 de Julho de 1689, f. 267. In: POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 323.



primeira escrita por Vieira. Entre outros temas, ele aponta o problema da falta de conhecimento da língua dos “bárbaros” e da confusão que isso podia engendrar entre os próprios índios durante o processo de catequese, questão também abordada por Cocleo. A semelhança entre os assuntos abordados pelos dois sugere que Cocleo tinha conhecimento da carta de Vieira.<sup>371</sup>

Quando escreveram suas epístolas, os dois religiosos se encontravam na Cidade da Bahia sendo Vieira, Visitador-geral, e Cocleo, recém-designado por ele Visitador das Missões, mas ainda não partira para desempenhar tal encargo. Então, Cocleo se encontrava residindo no Colégio e Vieira nas Quintas do Tanque, onde permaneceria por dezessete anos, até ser transferido para o Colégio, já nonagenário, em 1696, em virtude de uma queda que sofreu, necessitando maiores cuidados.<sup>372</sup> As cartas são escritas com uma diferença de apenas três semanas, o primeiro o faz no dia 07 de junho e o outro a 27 do mesmo mês, do que se pode inferir que a Visitação não começaria antes de julho, mês da provável partida de Cocleo de Salvador em direção ao interior. Ambos estavam preocupados com os problemas enfrentados na catequese dos “índios no sertão baiano”, mais especificamente, na aldeia de Santa Tereza de Canabrava, situada a sessenta léguas “dentro das fronteiras” da capitania. Nesse momento, segundo Cocleo, ela era composta por indígenas de “nome Kiriri, de idioma diversíssimo do vulgar, com os quais também passei uma década, e hoje são educados pelos nossos divididos em quatro vilas (com até dois mil, não mais)”,<sup>373</sup> sendo administradas pelos padres Luís Mamiani e João Mateus

---

<sup>371</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Antônio Vieira ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 27 de Julho de 1689, f. 267. In: POMPA, Cristina. *Religião como tradução*, p. 323.

<sup>372</sup> LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 161-162. Cf. BOSI, Alfredo (Org.). *Essencial Padre Vieira*, p. 99.

<sup>373</sup> “Sunt et indi alii in hoc Bahyensi agro, nomine Kirirenses, idiomatis a vulgari quoque diversissimi, apud hos decennio quoque degi, et hodie quatuor oppidis diuisi ad duo millia haud amplius

Falleto, ambos italianos, Antônio de Barros, português, e José Coelho, pernambucano.<sup>374</sup>

Sobre todos, Vieira afirmou que só o último era “experto da língua”.<sup>375</sup>

Para piorar a situação de fragilidade em que se encontrava a missão, uma grave doença atingiu o Padre Barros, um “ministro do Evangelho que suporta o peso e o calor infatigavelmente”, o que acabou provocando sua morte e diminuindo o número de missionários ali atuando. Esse fato contribuiu para que Vieira se decidisse em enviar uma Visitação, função que recaiu na pessoa de Cocleo, pois, preocupado, sabia serem essas missões “árduas e longínquas” e por isso seria difícil repor os missionários nelas empregados. Na mesma linha, Cocleo acreditava que, se esses homens não fossem repostos, as missões não iriam “durar por muito tempo”. Questionava:

Mas de onde serão trazidos? Os estrangeiros serão muito bem aceitos ao Padre Visitador-geral. Aqui é difícil de encontrar bem nutridos que liderem a instrução dos índios domesticados, sendo mais difícil encontrar quem cuide dos bárbaros, onde, pela distância, faltam as coisas necessárias à vida. Poucos aqui aprendem direito o idioma vulgar e as gramáticas, mesmo com o auxílio do catecismo, quanto menos os idiomas bárbaros, que são difficilimos para eles por causa da pronúncia. Disse que os estrangeiros são quase os mais aceitos como idôneos ao Padre Visitador[-geral], porque não é igual o cuidado e o desejo para todos os missionários.<sup>376</sup>

---

excoluntur a nostris”. ARSI. Bras. 3 (II). Carta do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 3 de Junho de 1689, f. 269.

<sup>374</sup> Há uma pequena diferença entre os dois relatos em relação à descrição desses padres. Em linhas gerais, o Padre Antônio Vieira diz que, na quarta missão, estava o “Padre Nicolau Siqueira, que não conhece a língua, mas tem um sócio que ensina os mistérios da fé e funciona como intérprete. Tentou-se mudar essa aldeia de lugar, principalmente devido à falta de água, que era tirada de um lago, suja e salgada, com grande perigo para a saúde. Mas os Bárbaros foram contra, e também o Arcebispo, de acordo com o governador, conforme parecer do Conselho das Missões. Conta-se que, pela divina bondade do Agricultor foi encontrada uma fonte cristalina, nunca antes encontrada, de boa água e manancial, e o medo cessou”. POMPA, Cristina, *Religião como tradução*, p. 323.

<sup>375</sup> ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Antônio Vieira ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 27 de Julho de 1689, f. 267.

<sup>376</sup> “Sed unde accersentur? extranei Patri quidem Visitatori acceptissimi erunt. Hic enutritos difficile inuenire est, qui domesticis indis erudiendis praesint ex animo, quanto difficilium, qui barbaris adsint, vbi ob distantiam, vitae necessaria desunt. pauci hic vulgare idioma, etsi grammaticas et catechismi adminiculo, perdiscunt, quanto minus barbara illa, quae vel ipsa pronunciatione sunt ipsis difficillima. dixi extraneos ad missiones idoneos Patri quidem Visitatori fere acceptissimos, quia non aequalis est omnibus missionariorum cura ac desiderium”. ARSI. Bras. 3 (II). CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 3 de Junho de 1689, f. 269.

Nesse ponto ele se distancia significativamente das posições do Padre Antônio Vieira para quem os estrangeiros não eram os mais aptos para as missões, porém, percebe-se, na missiva de Cocleo, que não se dispendo no Brasil de candidatos suficientes, acabaria o Visitador-geral (Vieira) aceitando os estrangeiros. Na direção oposta à de Vieira, seus comentários revelam também o preconceito que, por sua vez, direcionava aos missionários nascidos no Brasil. Para ele, era muito mais fácil um estrangeiro aprender a língua do indígena do que um religioso nascido na Província. No entanto, os fatos contradizem os dois remetentes, pois foi a ação articulada de nacionais e estrangeiros que promoveu o avanço do conhecimento das línguas nativas dos índios brasileiros por parte dos inacianos. Menos de uma década depois dessas missivas, o próprio Padre Coelho (um português), após ficar quase duas décadas entre os Quiriris/Kiriris, a 8 de junho de 1697, baseando-se no conhecimento linguístico adquirido nesse convívio, foi quem aprovou a *Arte da Gramática da língua Brazilica da Nação Kiriri*, do Padre Mamiani (um italiano),<sup>377</sup> escrita para o melhor conhecimento dessa língua indígena.<sup>378</sup>

Numa perspectiva mais ampla, a opinião divergente dos dois inacianos se insere na distinção existente entre esses jesuítas que assistiam na Província brasileira que, segundo Serafim Leite, estaria dividida entre Vieiristas e Alexandristas, cujo ponto central da discórdia foi a conversão dos índios, ou seja, se seria feita *in loco*, ou nas cidades.<sup>379</sup> O que fica subentendido da contribuição do Padre Cocleo nessa disputa, é que, tendo ele experimentado os dois projetos (missionário - na Aldeia de Parangaba – e – na

---

<sup>377</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 5, p. 290.

<sup>378</sup> Sobre a Gramática do Padre Mamiani, ver: SANTOS, Ana Luíse Silva Mecnas. “*Trato da Tormenta Perpétua*”: a conversão no sertão de dentro e os escritos de Luigi Vicenzo Mamiani dela Rovere sobre os Quiriris. (1666-1699). São Leopoldo, Unisinos, 2017. (História, Tese de Doutorado).

<sup>379</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6, p. 353.

cidade – no Colégio do Rio de Janeiro), e apesar de ser estrangeiro, era favorável às missões no interior do sertão, sendo, segundo Serafim Leite, um dos poucos “estrangeiros, que aceitaram de coração alegre a vida anônima das Aldeias”.<sup>380</sup> Essa discussão envolveu vários jesuítas na América e na Europa e teve vários ápices, sendo um deles a morte do Padre Antônio Vieira, em 1697, e outro, a nomeação do Padre Antonil para Provincial, no ano de 1705. Contudo, não há fontes que indiquem claramente a participação de Cocleo nessa querela.<sup>381</sup>

Entretanto, as situações que o Padre se defrontou enquanto viveu na Bahia não se resumiram a essas divergências ocorridas no interior da Ordem. Desde meados da década de 1680, toda a região do atual Nordeste, principalmente a Capitania de Pernambuco e a Cabeça do Estado – a Bahia -, foi assolada pelo “pestilento contágio, a que chamam Bicha (pela semelhança sem dúvida que tinha com este venenoso animal, que fere, e mata em brevíssimo tempo) sem que a arte da mais experta Medicina pudesse atalhar, nem aplicar remédio conveniente a tanto mal”.<sup>382</sup> Diversas autoridades foram vitimadas pela doença, entre elas os Arcebispos dom João Madre de Deus (1686) e dom Manuel da Ressureição (1691), o governador-geral Matias da Cunha (1688) e até mesmo o Provincial Manuel Correia (1693).<sup>383</sup> O baiano, morador nas margens do Paraguaçu, senhor de engenho e cronista, Sebastião Rocha Pita (1660-1738), que foi testemunha ocular desse infortúnio, deixou registros do que ocorreu. Diz ele, abalizado pelo conhecimento do célebre astrólogo da Companhia de Jesus, o Padre Valentin Estancel

---

<sup>380</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 101.

<sup>381</sup> Sobre esse assunto ver ainda: FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. *Alexandre de Gusmão: da literatura jesuítica de Intervenção Social*. Porto, Universidade do Porto, 2011. (Literatura e Culturas Românicas, Tese de Doutorado). Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>382</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da, *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, p. 40.

<sup>383</sup> LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 7, p. 115-116.

(1621-1705), que dois dos eclipses ocorridos no ano de 1685 foram presságios desses distúrbios. A saber, um “longo e tremendo eclipse da Lua”, ocorrido em dezembro de 1685, e outro do Sol, ocorrido alguns meses antes, “em que este príncipe dos planetas” ficou envolto em uma névoa. Fez Estancel dos

dois eclipses juízo matemático, em um prognóstico em que insinuou muitas enfermidades ao Brasil, e que haviam de continuar por muito tempo. É certo que os eclipses são naturais, formando-os a Terra, que se entrepõe ao curso destes dois planetas maiores; porém de tais acidentes pode receber sordície ou qualidade contagiosa o ar por razões manifestas ou causas ocultas, e da sua corrupção resultarem doenças, senão em todo mundo, em algumas partes dele, como se tem experimentado em contágios e desgraça de que há muitos exemplos antigos e modernos, vivos nas tradições e nos escritos ainda frescos nas memórias.<sup>384</sup>

Escritor de livros e inventor de instrumentos científicos, Estancel é tido com difusor do conhecimento produzido na colônia. No que diz respeito a suas contribuições astronômicas, Carlos Ziller Camenietzki tem relativizado um pouco a originalidade desse jesuíta morávio. Contudo, deixa claro que a intenção do jesuíta, na realidade, era discutir o estado da arte da astronomia e dessa forma participar ativamente das discussões e polêmicas científicas próprias da época, e não propriamente criar uma teoria.<sup>385</sup> Seja como for, o fato é que entre seus pares, os intelectuais e governantes, Estancel desfrutou à época de lugar de destaque. Em que pesem dúvidas a respeito da concretização ou não de um “novo astrolábio”, mais aprimorado com o qual se poderia tirar a altura do sol mesmo

---

<sup>384</sup> ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1976, p. 196.

<sup>385</sup> “Stansel’s astronomy contains no novelties. He did not compose his work with an eye to developing new theories of contemporary astronomy. Nor was his aim to rearrange previously formulated theory or known empirical observations. His goal was simply to discuss the state of current astronomy, to comment on the theses of the main authorities, and to take part – one way or another – in contemporary controversies”. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “The celestial pilgrimages of Valentin Stansel (1621-1705), jesuit astronomer and missionary in Brazil”. In: FEINGOLD, Mordechai (Org.). *Archimedes. The New Science and Jesuit Science: seventeenth century perspectives*. Dordrecht: Kluwer, v.6, 2003, p. 258.

em dias com nuvens, o jesuíta aparece “confiando ao Governador dom João Lencastre para que mostrasse [o artefato] ao el-rei em Lisboa”.<sup>386</sup>

Dom João Lencastre governou o Estado do Brasil de 1694 a 1702. Entre os eventos mais significativos do seu governo destacam-se a criação da Casa da Moeda, o aumento nos números de estaleiros e outras construções navais, a fundação de diversas vilas, o povoamento sistemático da região de Rodelas, a destruição de Palmares, a descoberta das minas de ouro e salitre,<sup>387</sup> além, é claro, no que toca diretamente a este trabalho, da encomenda de um mapa que fez ao Padre Jacob Cocleo para apresentar ao rei a ligação que existia por terra entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil.<sup>388</sup>

Apesar dos Padres Cocleo e Estancel aparecem nos catálogos de 1692 e 1694, como estando presentes, ao mesmo tempo, no Colégio do Terreiro de Jesus atuando como *operatius*, ou seja, não estavam desempenhando atividades didáticas,<sup>389</sup> nenhuma das fontes encontradas e dos estudos já realizados indicaram alguma relação de parceria entre os dois. No final de outubro de 1695, muito provavelmente já trabalhando na encomenda do governador, uma hora antes do sol nascer no dia 27, o Padre Cocleo também descobriu e registrou um cometa que hoje leva seu nome. Essa descoberta rendeu um sermão do Padre Antônio Vieira intitulado “A voz de Deus ao mundo, a Portugal e à

---

<sup>386</sup> ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*, p. 207.

<sup>387</sup> CAMPO BELO, Henrique (Conde de). *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*, p. 115.

<sup>388</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

<sup>389</sup> No catálogo do Colégio do ano de 1692, o Padre Antônio Vieira aparece como Consultor Provincial e Impressor de livros, enquanto Estancel e Cocleo aparecem como *operatius* (operários). No catálogo de 1694, as informações se repetem para os dois primeiros e para o último são acrescentadas duas outras informações: a de que ele havia sido Consultor Provincial e Professor Espiritual dos nossos noviços. ARSI, Bras. 5 (II). CATALOGUS Brevis Provinciae Brasilicae anni 1692, f. 83-83r. PRIMUS Ex Tribus Catalogis Triennialibus 2<sup>a</sup> via Romam, anno 1694, f. 91-92.

Bahia”. Como o orador mesmo registrou, esse cometa “foi visível à vista desarmada desde o dia da sua descoberta até 1 de Novembro do mesmo ano”.<sup>390</sup>

Aqui cabe um parênteses. O cotejamento e a historicização de algumas fontes indicam que os trabalhos científicos que o Padre Cocleo realizou para dom João Lencastre estavam em harmonia com sua obrigação espiritual, ainda que nunca a tenham superado. De seu zelo com a função religiosa são testemunhas o próprio governador, o Arcebispo Sebastião Monteiro da Vide, o rei dom Pedro II e até o Papa Inocêncio XII. Por exemplo, em meio à “universal aflição” ocasionada pela epidemia do Mal da Bicha, fiando-se na memória do Arcebispo, pode-se presumir que 1693 tenha sido o ano em que o jesuíta mais se dedicou à criação da Confraria *Laus Perenne*. Esta consistia na exposição contínua da Eucaristia, na qual os associados deveriam circular pelas igrejas da região por longo espaço de tempo. De acordo com Monteiro da Vide, por causa da Confraria houve uma visível redução da doença na região, o que rendeu ao jesuíta o reconhecimento do Papa em dois Breves: “um dos quais concedeu um Altar privilegiado, que é o do Santo Cristo na Igreja do Colégio, e em outro várias indulgências aos confederados para esta adoração devota, e tão eficaz para o Deus Nosso Senhor”.<sup>391</sup>

Em que se considere os juízos de valor que permeiam os testemunhos e suas leituras posteriores<sup>392</sup> que narram que a doença atacava “exclusivamente a raça branca e

---

<sup>390</sup> MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “A contribuição do Padre Vieira à história da astronomia”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 403, p. 307, abr./jun., 1999.

<sup>391</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, p. 41. JABOATAM, Antonio de Sta. Maria (Frei). *Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, v. III, 1862, p. 701.

<sup>392</sup> ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*, p. 196-200; CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 873.

entre essa particularmente os marítimos; eram pela maior parte europeus”,<sup>393</sup> Cocleo nunca deixou de visitar os enfermos que chegavam à Cidade, mesmo “quando ouvia alguma palavra proferida contra si, ou experimentava alguma injúria”.<sup>394</sup> Entre os homens do mar com quem tratou nos portos do Brasil, havia alguns naturais de Hamburgo, Dinamarca e Holanda. Aproveitando-se da ascendência sobre eles devido às mazelas que sofriam, só no ano de 1697, reconciliou “não poucos” luteranos com a Igreja Católica.<sup>395</sup> Dom Pedro II, em carta de 29 de Dezembro de 1698 a dom João de Lencastre, diz que: “da minha parte agradeçais muito especialmente ao P. Jacobo Cocleo a grande e maior parte que teve nesse sucesso, conseguindo tirar 12 almas da cegueira em que viviam, e pondo-as no caminho da sua salvação”.<sup>396</sup>

### 2.3.3 *Um exemplo de perfeita virtude*

A trajetória e a morte da Madre sóror Vitória da Encarnação (1661-1715) são bastantes conhecidas, principalmente em função dos seus biógrafos. Sua procissão de fé, realizada no dia das Onze Mil Virgens no Convento de Santa Clara do Desterro na Bahia, em 1687, serviu de inspiração para os sermões que o carmelita Frei Eusébio de Matos publicou em 1694. Já a sua biografia foi publicada, em Roma, cinco anos após a sua morte pelo Arcebispo da cidade da Bahia, dom Sebastião Monteiro da Vide. As

<sup>393</sup> SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, v. 2, 1981, p. 335.

<sup>394</sup> “cumque verbum aliquod in se prolatum audiebat, aut injuriam in infirmario experiebat, etiam cum maximè ejus opera indigebat, aut modestè nil respondendo silebat, aut ingenuè, et non simulanter ridens colloquium prosequabatur”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 73v.

<sup>395</sup> ARSI. Bras. 9. ANNUAE Litterae. Bahia, 8 de julho de 1695, f. 412r-v. (Alexandre de Gusmão)

<sup>396</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 266.



narrativas, criadas em torno da imagem da freira, principalmente a do Arcebispo, tinham como intenção a sua beatificação. William de Souza Martins evidencia como as hagiografias das santas Catarina de Siena e Rosa de Lima influenciaram a obra de Vide. “O arcebispo da Bahia procurou selecionar para o relato que compôs aqueles episódios, *exempla* e devoções que mais se aproximavam do modelo dominante de santidade feminina, legitimado pela Igreja”.<sup>397</sup> Ainda de acordo com o autor, as obras sobre a vida de varões e virgens virtuosas, apesar de impulsionadas pela Reforma Católica, tiveram o seu auge no século XVII.

Particularmente difundido “pelos membros das ordens missionárias, como os jesuítas, franciscanos, oratorianos e carmelitas descalços, o ideal do ascetismo transformou o catolicismo pós-tridentino em uma ‘religião da cruz’, marcada pela exaltação e pela imitação do sacrifício de Cristo no Calvário”.<sup>398</sup> No caso dos jesuítas, Serafim Leite lembra que a *devoção à Cruz de Cristo* sempre foi a mais difundida ou a mais comum de todas.<sup>399</sup> A devoção que a Madre Vitória nutria pelo Santíssimo Sacramento, “prática devocional irradiada pelo jesuítas”,<sup>400</sup> é um dos argumentos trazidos por Martins para destacar a influência dos inicianos sobre ela. O modo como tomava anualmente “os exercícios espirituais, que o glorioso Patriarca Santo Inácio instituiu”, era outro.<sup>401</sup>

<sup>397</sup> MARTINS, William de Souza. “Um espelho possível de santidade na Bahia Colonial: madre Vitória da Encarnação (1661-1715)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 66, p. 222, 2013.

<sup>398</sup> MARTINS, William de Souza. “Um espelho possível de santidade na Bahia Colonial”, p. 213.

<sup>399</sup> LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 4, p. 239

<sup>400</sup> MARTINS, William de Souza. “Um espelho possível de santidade na Bahia Colonial”, p. 214.

<sup>401</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, escrevia o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide: As Reverendas Madres Abbadeça, e religiosas do mesmo convento. Roma: Estamparia de João Francisco Chracas, 1720, p. 39.

Um olhar mais atento sobre alguns aspectos da vida dessa religiosa revelam a sua semelhança com a do seu Confessor ordinário, morto cinco anos antes dela, o Padre Cocleo.<sup>402</sup> Práticas comuns entre os dois apontam que sua convivência não se restringiu exclusivamente à confissão. Antes de entrar para a Sociedade, Cocleo havia se dedicado em voto à Virgem Mãe de Deus. Depois de seu ingresso, tornou-se propagador do culto à Maria.<sup>403</sup> O Arcebispo informa que, por sua vez, além do Santíssimo, a Madre não só venerava à Maria como foi justamente o seu Confessor quem lhe havia ensinado um método infalível para alcançar a salvação. Com relação a esse método propriamente dito, o metropolitano queixou-se que ambos, Padre e Freira, por terem uma vida regulada, não o revelaram em vida.<sup>404</sup>

Madre Vitória também se dedicou à prática do “continuo louvor de Deus com Salmos e Orações” em algumas igrejas, “entoando a coros (sem descansarem de dia, nem de noite)” a *Laus Perenne*.<sup>405</sup> Além de fundador, o Padre Cocleo foi também um incansável divulgador dessa Confraria.<sup>406</sup> Distribuiu horas de orações a “milhares de homens e mulheres em todo o Brasil” e dirigiu e ensinou “a cada um com uma instrução impressa o que devia fazer em sua hora, noturna ou diurna”.<sup>407</sup> A freira “tinha cinquenta

---

<sup>402</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, p. 56.

<sup>403</sup> ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710.

<sup>404</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, p. 56-57.

<sup>405</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*, v. 5, p. 58-59.

<sup>406</sup> ARSI. Bras. 9. CARTA Anua de 1695. Bahia, 8 de julho de 1695, f. 412r. Com a *Laus-Perene* coexistiu a devoção das *Quarenta Horas*, que irradiou das cidades para as Aldeias. LEITE S. J., Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 4, p. 240.

<sup>407</sup> ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74.

horas repartidas por vários dias, ou para melhor dizer por várias noites por ano, porque as mais delas eram noturnas as quais parece pediu de profundo ao Padre”.<sup>408</sup>

Não é exagero especular que a introdução do culto ao Senhor dos Passos no Convento de Santa Clara pela Madre tenha sido também outra prática que a aproximava do jesuíta. Essa devoção, segundo Martins, significou um “desdobramento da vida espiritual” de Madre Vitória. A religiosa foi diretamente responsável pela construção de um claustro pra abrigar a imagem e pela organização de via-sacra, que procuravam reproduzir o sacrifício de Cristo.<sup>409</sup> O Arcebispo acreditava que tal devoção teve origem a partir de um sonho ou de uma visão da religiosa.<sup>410</sup> Martins, por sua vez, deixa de lado as motivações da narrativa hagiográfica e acrescenta que a inspiração da Freira se devia aos “exemplos disponíveis na própria cidade da Bahia, onde, desde o início do século XVII, era realizada pelos carmelitas calçados a procissão do Senhor dos Passos”.<sup>411</sup>

Uma das imagens registradas e repetidas pelo jesuíta anônimo no necrológio do Padre Cocleo está relacionada ao sofrimento físico desse religioso, que mesmo sem conseguir circular por outras igrejas, foi um exemplo de missionário dedicado. Seus companheiros revelaram que, mesmo moribundo e com dificuldades para caminhar, “costumava levantar-se do leito imediatamente ao primeiro som do sino, batido de manhã pelo responsável, a não ser que o fizesse antes, para louvar a Deus, ainda que depois de velho perdesse as forças”.<sup>412</sup> Igualmente, “quase até a sua morte, sem interrupção”, nunca

---

<sup>408</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, p. 40.

<sup>409</sup> MARTINS, William de Souza. “Um espelho possível de santidade na Bahia Colonial”, p. 218.

<sup>410</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, p. 43. JABOATAM, Antonio de Sta. Maria, (Frei). *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, p. 701-702.

<sup>411</sup> MARTINS, William de Souza. “Um espelho possível de santidade na Bahia Colonial”, p. 217.

<sup>412</sup> “ad primum tintinnabuli sonum, a matutino excitatore pulsati, e lecto statim surgere consuevisse, nisi hoc antea, Dei collaudandi gratia, fecisset, etiam postquam senis, et incommoda valetudine premebatur;

deixava de realizar as celebrações da Igreja e, “mesmo convalescente e com os pés feridos, nos quais não conseguia se sustentar sem dor, celebrava a missa, e, visto que, maior de oitenta anos, começara a cometer erros ocasionais”.<sup>413</sup> E ainda,

nem na última velhice, embora mal rastejasse, aceitou deixar as confissões; além disso, deitado à beira da morte, com a mente às vezes alienada pela força da doença, ordenava a todos que chegavam ao seu quarto dobrar logo os joelhos, e perguntava-lhes se pediam a Deus vênica pelos seus pecados, ou se padeciam d’alma, ou se prometiam emenda da vida, e proferia a sentença de absolvição, erguida sobre eles a mão direita.<sup>414</sup>

Teria a Madre encontrado alguma inspiração no sofrimento do seu velho confessor? Certamente que sim. Contudo, como já assinalado por William Martins, para além de Cocleo, diversos exemplos como o dele estavam disponíveis na Bahia geral, principalmente no universo social desses religiosos e dos seus biógrafos. Nesse sentido, resta sublinhar duas últimas coincidências pontuais e *post mortem* desses dois religiosos. A morte da Madre Vitória é perpetuada pelos seus testemunhos e biógrafos como uma morte sofrida, cingida por uma resignação milagrosa, em outras palavras, santa e com reconhecimento instantâneo de sua santidade. No caso do jesuíta, tanto a sua morte como o seu sepultamento foram enfatizados pelo o anônimo como “duas coisas dignas de memórias”.

Cocleo, como já afirmado, não teve um biógrafo contemporâneo, pelo menos não do cacife dos da Freira. As informações da *Breve narração de vida e morte do Padre*

---

quem morem usque ad mortem servavit”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74.

<sup>413</sup> “in quibus non sine dolore insistebat, sacrum faciens et quoniam octogenario maior, interdum errare ceperat”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74.

<sup>414</sup> “nec in ultima etiam senectute, licet malè repens, ab audiendis confessionibus se abstrahi passus est: quin etiam jam jam moriturus decumbens, et mente interdum ob morbi vim alienata, omnes qui ad ejus cubile accedebant, flectere statim genus jubebat, sciscitabaturque ab eis, an a Deo peccatorum veniam peterent? an ex anima dolerent? an vitae emendationem promitterent? et absolutionis sententiam, elata super eos dextera, proferebat”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 73.

*Cocleo Missionário da Província Galo-Bélgica na Brasileira*, sem autoria, local e data, são certamente um apanhado de dados coletados nos catálogos anuais da Ordem, acrescidos dos últimos acontecimentos, cujo autor poderia ou não ter estado presente a eles. A descrição do seu falecimento seguiu às regras básicas da boa morte, na qual era de *praxe* ser longa, agonizante e causada por uma doença que permitisse ao moribundo pelo menos assistir a sua cerimônia de morte.<sup>415</sup> De acordo com as informações do jesuíta anônimo, o Padre teve um tumor na parte posterior da cabeça que cresceu até que ficou de

difícil cura, insanável segundo o juízo dos cirurgiões e médicos. Pois, quando a pele, e a carne sob a pele, por causa de antigas impetigens ali nascidas, endureceu demais, e a corrupção aumentasse na parte profunda, nem permitia ser aberta sem grande dor, nem sem uma ainda maior ser exprimida; na qual dor foi grande a tolerância do paciente, que sucumbia sem voz nem gemido, significando o perigo da morte próxima, à qual atingira vivendo pia e santamente; pareceu refazer-se com o alimento celeste com tanta vontade quanta experimentou São Simeão no abraço do Senhor ao morrer. E, como em todas as noites, deitado no leito, costumava percorrer os sentidos de todo o corpo, e pedir vênias a Deus, imitando a extrema unção, para se munir contra o inimigo comum, foi-lhe fácil receber a verdadeira unção segundo o rito da Igreja, fechar suavemente o fim da vida e placidamente adormecer no Senhor.<sup>416</sup>

<sup>415</sup> Segundo Humberto José, que estudou mais detidamente esse tema, “a boa morte significava que o fim não chegaria surpresa, para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam. Daí porque a morte acidental, prematura, longe de casa, nos sertões, sem os ritos devidos era vista como grande desventura, que fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava”. FONSÊCA, Humberto José. *Vida e morte na Bahia Colonial: sociabilidades festivas e rituais fúnebres (1640-1760)*. Belo Horizonte, UFMG, 2006, p. 265. (História, Tese de Doutorado).

<sup>416</sup> “difficilisque curationis fuit, chirurgorum et Medicorum judicio insanabilis. Nam cum cutis, caroque sub cute, propter antiquas impetigines ibi exortas, valdè obdurisset, et corruptio in profunda parte subscreceret, nec aperiri sine magno cruciatu paterat; nec sine maiori exprimi, ut re ipsa perspectum est; quo in dolore mira fuit patientis tolerantia, absque voce, gemituque succumbentis. significato deinde vicinae mortis periculo, ad quam se piè, sanctèque vivendo pervenerat; caelesti cibo refici tanta cum voluntate visus est, quantum sanctus expertus est Simeon in amplexu Domini, moriturus. Et quoniam per singulas, noctes in Lecto jacens, solebat omnis corporis sensus percurrere, veniamque a Deo petere, et extremam unctionem imitando, se contra communem hostem munire, facile illi fuit veram unctionem juxta Ecclesiae ritum suscipere; finemque suaviter vitae claudere, et placidè in Domino obdormire. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74-74r.

Nessa época, “o cadáver, vestido, era transportado num caixão aberto, com a face descoberta e maquiada, iluminado pelo clarão das velas. A procissão de luzes avançava para a igreja ao som dos cantos”.<sup>417</sup> O comum era o corpo ser sepultado amortalhado, prática que Cocleo desaprovava veementemente, pois julgava “impróprio para os cadáveres de religiosos e principalmente de sacerdotes. Abominava tanto esse modo de sepultamento, que a alguém que lhe dizia que também ele devia ser assim enterrado, e na terra, quebrada a cabeça, aberto – ‘De forma alguma’, respondeu, ‘serei enterrado desse modo’”.<sup>418</sup> O que de fato não ocorreu com ele. Sua morte se deu ao meio dia da Quinta-feira Santa, mas ele só pôde ser enterrado no dia seguinte, porque a entrada e a saída de pessoas na celebração do “Divino Ofício” impediu a escavação do sepulcro

e como o calor do tempo estivo não permitia adiar o enterro do corpo por mais tempo: assim, posto no caixão, e coberto de cal, feitas as preces por ele na sacristia, às três da tarde da Sexta-feira da Paixão foi guardado e colocado então em um sepulcro aberto, com o mesmo caixão. Permitted Deus desse modo que seu corpo não fosse enterrado segundo o costume brasílico, isto é, coberto com solo escavado, comprimido por vários golpes, pelas mãos de escravos que usam estacas de pau para esse serviço, não sem quebra de ossos.<sup>419</sup>

<sup>417</sup> FONSÊCA, Humberto José. *Vida e morte na Bahia Colonial*, p. 270.

<sup>418</sup> “indecorumque Religiosorum et praecipue sacerdotum cadaveribus judicabat. Tumque ab hoc tumultandi modo abhorrebat, ut dicenti sibi cuidam, ipsum quoque sic sepeliendum, terraque, confracto capite, aperiendum: nequaquam. respondit: haud ego sic tumulabor”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74-74r.

<sup>418</sup> ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74r.

<sup>419</sup> “nec aestivi temporis calor differri ulterius corporis sepulturam patiebatur: in capsâ repositum, et calce obrutum, persolutis ei in sacristia precibus, ita ad horam tertiam post meridiem sextae feriae ejusdam maioris Hebdomadae servatum est, et in aperto tunc supulchro, cum eadem capsâ locatum. Permisitque hac ratione Deus, ne juxta Brasilicum morem, ejus corpus tumularetur, effossa videlicet humo copertum, et tunsione plurima pressum, per servorum manus ligneis pilis ad hoc ministerium utentium non sine ossium confractio”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74-74r.

Apesar da providência e das várias passagens que atestaram a santidade do Padre, o autor termina o necrológio registrando seu pesar causado pela falta do espetáculo esperado, característica *sine qua non* dos ritos locais nesse período:<sup>420</sup>

A opinião e a fama de insigne virtude, que fruía merecidamente entre todos moveu os nossos e os estranhos, após sua morte, a avidamente adquirir coisas que fossem de seu uso, como se soubessem de certo que ele já estivesse entre os beatos. E, se não tivesse obstado o dia, impedido pelo solene funeral de Cristo, a que seu corpo fosse publicamente exposto no templo, e tivessem podido realizar as formalidades públicas, com o triste dobre do sino de bronze; sem sombra de dúvida que uma multidão de homens e mulheres de todo gênero acorreriam, nem teria sido necessária a significação da dor comum e da veneração, devida a homens que viveram santamente e que morreram no Senhor: a qual cada um testemunhava, lembrados os exemplos das várias virtudes que viram nele quando vivia. Mas a humildade que tinha, pode-se crer que ele mesmo pediu-a a Deus e a obteve, reputando ter sido afetado por Deus para seu benefício; pois foi entregue à sepultura às escondidas, no mesmo dia em que Seu Santíssimo Filho fora enterrado outrora nas horas vespertinas, deixando para nós exemplos de perfeita virtude, tanto mais rico dos bens celestes quanto mais pobre dos terrenos.<sup>421</sup>

Cocleo viveu e morreu como muitos inicianos de seu tempo. Sua vida transcorreu entre o Velho e o Novo Mundo. No primeiro, nasceu e cresceu, recebendo sua formação na Ordem de Jesus, onde ingressou em tenra idade. Ali poderia exercer com amplitude o chamado missionário ao qual acreditava ser destinado. Da região da atual Bélgica nativa mudou-se para Portugal, para dali passar ao Brasil. No seio da Companhia, recebeu a

<sup>420</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo Companhia das Letras, 1991. FONSÊCA, Humberto José. *Vida e morte na Bahia Colonial*; e DUARTE, Denise Aparecida Sousa. *E professo viver e morrer em Santa Fé Católica: atitudes diante da morte em uma freguesia de vila rica na primeira metade do século xviii*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

<sup>421</sup> “Opinio autem, famaue insignis virtutis, qua apud omnes merito fruebatur, Nostros, Externosque postque mortem movit ad avidè res aliquas conquirendas, quae illi usui fuissent, ac si certo scirent, eum jam in Beatorum sede locatum. Et si die non impedita solemnè Christi funere obiisset, palamque in templo ejus corpus exponi, et justa illi publicè persolvi tunc temporis potuissent, cum tristi campani aeris tinnitu; magno procul dubio virorum, foeminarumque ex omni genere affluentium turba adfuisset, nec desiderata significatio fuisset cummnis doloris, venerationisque, viris sanctè viventibus, et in Domino morientibus debita: quam quisque deinde passim testabatur, commemoratis variarum virtutum exemplis, quae in vivente conspexerant. Sed quae illius humilitas erat, credi potest, hoc ipsum a Deo petivisse, et obtinuisse, satisque se beneficio affectum a Deo reputasse; quod eadem die clam fuerit sepulturae traditus, qua sanctissimus ejus Filius vespertinis horis olim fuerat tumulatus; sua nobis perfectae virtutis exempla reliquens, tanto caelestium bonorum ditior, quanto Terrenorum pauperior”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74r-75.

formação intelectual e científica necessárias ao bom desempenho da sua missão religiosa. Uma vez no Brasil, circulou por diversas Províncias do Estado do Maranhão e do Brasil, desempenhando funções de catequese, tanto junto aos nativos nas missões do sertão, quanto nos colégios da Bahia e Rio de Janeiro, onde ministrou cursos e ocupou postos-chaves. Por seus deslocamentos pelo sertão interior, foi capaz de angariar um bom conhecimento do território brasileiro ainda pouco conhecido, que mais tarde vai se revelar muito útil quando da produção de seu mapa. Também de importância para essa empreitada foi o ambiente intelectual e científico que desfrutou entre os inicianos, principalmente nos colégios da Companhia, onde completou seus estudos, desempenhou atividades didáticas e administrativas. Todas essas experiências reunidas se expressam em sua cartografia, inclusive as questões religiosas que a própria Ordem se defrontava no espaço brasileiro. É o que se verá a seguir.



Parte 3:  
O MAPA

Capítulo 3.1: *O Mapa Da Maior Parte Do Brasil*

Nenhum cartógrafo – salvo os que podemos imaginar encarregados de figurar num espaço virgem – está trabalhando em espaços totalmente desconhecidos e vai a criar alguma coisa também totalmente nova. O bom cartógrafo é um bom copista. Limita-se a copiar o já averiguado e a acrescentar o que de novo foi observado. E os que vierem depois farão o mesmo. Pelo que se reconstituem verdadeiras genealogias que indicam as etapas de uma caminhada do saber geográfico. Assim é a disciplina.

Joaquim Romero Magalhães, 2009.

Quando nos debruçamos sobre um mapa antigo, em particular aqueles que nos apresentam regiões com as quais temos alguma familiaridade, nos tornamos um pouco quinhentistas, seiscentistas ou setecentistas. Incansavelmente, o vasculhamos em busca de alguma referência compreensível, mesmo sabendo que essa ação não nos autorize a traçar uma relação direta entre o que está na carta e o nosso conhecimento atual do território. Isso ocorre porque “geralmente tendemos a pensar a partir da premissa de que os cartógrafos se engajaram em uma forma inquestionavelmente ‘científica’ ou ‘objetiva’ de criação de conhecimento”.<sup>422</sup>

A afirmativa do professor Joaquim Romero de Magalhães, que abre esta parte do texto, concentra as linhas, as formas, as cores e os tons deste e do próximo capítulo. Além de produto técnico ou artefato cultural, mapas são, acima de tudo, um meio de comunicação compartilhado – seja em uma mesma geração, seja entre gerações diferentes

---

<sup>422</sup> “In particular, we often tend to work from the premise that mappers engaged in an unquestionably ‘scientific’ or ‘objective’ form of knowledge creation”. HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 151.

de cartógrafos,<sup>423</sup> pois “os que vierem depois farão o mesmo”. Por que não, então, incluir também gerações de geógrafos, historiadores e até curiosos? Em outras palavras, a “representação do espaço terrestre ou do espaço dos homens é, dessa forma, uma produção cultural determinada”,<sup>424</sup> um conhecimento historicamente inserido no tempo e no espaço, e é exatamente por isso que essas “imagens do mundo nos transmitem um saber”.<sup>425</sup>

Como alerta o historiador Christian Jacob, “não se pode mais, hoje em dia, imaginar uma História da Cartografia sem uma dimensão antropológica atenta às especificidades dos contextos culturais e teóricos, refletindo a natureza própria do objeto, bem como de seus poderes intelectuais e imaginários”.<sup>426</sup> Daí a necessidade de entender quem foi o Padre Jacob Cocleo; onde viveu, com quem dialogou, quais foram suas fontes, que trabalhos cartográficos foram averiguados, o que ele copiou ou acrescentou a seus trabalhos, o que ele viu e ouviu. Parte dessa necessidade foi cumprida no capítulo anterior. Nele, discutiu-se o perfil intelectual do Padre, o seu interesse pelas ciências, em especial a Matemática, a sua habilidade com as línguas, o que facilitou suas interpretações das fontes (escritas e orais) utilizadas para produzir a carta. Também foram apresentados alguns dos lugares por onde circulou, algumas informações geográficas sobre essas regiões e, também, alguns dos seus interlocutores. Agora, o objetivo é expandir a análise para os elementos materiais que estruturavam o conhecimento do território brasileiro na última década do século XVII e, em especial, aqueles que conformaram a produção

---

<sup>423</sup> Cf. FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*.

<sup>424</sup> BORD, Jean-Paul & BADUEL, Pierre Robert. *La carte et la construction des savoir en Géographie*. Paris/Tours: Karthala/Urbama, 2004. p. 17.

<sup>425</sup> BORD, Jean-Paul & BADUEL, Pierre Robert. *La carte et la construction des savoir en Géographie*, p. 17.

<sup>426</sup> JACOB, Christian. *L'empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1992, p. 21.

cartográfica desse jesuíta, focando no mapa do Padre Cocleo. A questão de fundo que sustenta este capítulo é: como, quando e por que ele produziu a sua carta geográfica? O primeiro objetivo é reconstruir o contexto de produção do *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para a comunicação do Maranhão* (de agora em diante somente *Mapa da maior parte do Brasil*), o original em questão, hoje perdido. Para tanto, nesse capítulo, pretende-se inquirir documentação da época e elementos da cópia que chegou a nossos dias, o *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil. Extraído do original do padre Cocleo*,<sup>427</sup> doravante (*Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil*), que possam servir de pistas para reconfigurar como se conformava o original, já que reconstruir, grosso modo, seu traçado é o segundo objetivo.

Nesse sentido, faz-se necessário sublinhar que os trabalhos cartográficos neste estudo são entendidos como fontes históricas.<sup>428</sup> O mapa produzido por Cocleo, *Mapa da maior parte do Brasil*, e a cópia dele, o *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil*, não são compreendidos aqui enquanto um espelho da América portuguesa ou como se fossem apenas a representação gráfica do mundo real. Como toda imagem, eles não são neutros, sem valor ou dotados de plena cientificidade.<sup>429</sup> O primeiro é datado de 1697 e o segundo com informações adicionadas de eventos ocorridos em meados do século XVII. O Padre Cocleo não era apenas um artista, um artesão ou um técnico, mas um somatório de cada um. Ele miniaturizou o Estado do Brasil e imprimiu-lhe uma dimensão gráfica a mando do governador-geral dom João Lencastre. Suas habilidades

---

<sup>427</sup> *Mappa da maior parte da costa, e sertão, do Brazil*. Extraído do original do padre Cocleo. Jacobo Cocleo [c. 1700]. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, n. 23-24. 2798; CEH 1530. [Doravante: AHEx.]

<sup>428</sup> FURTADO, Junia F. “Do mapa do metrô de Londres ao mapa do São Francisco: as várias grafias do saber”. In MOTTA, Márcia Menendes & MARTINS, Mônica de Souza Nunes. (Org.) *História & Parcerias*. Rio de Janeiro: Edur, 2018, p. 94-116.

<sup>429</sup> HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 35-37.

persoais de elaboração estavam circunscritas não apenas ao conjunto de instruções científicas da época, mas também aos interesses metropolitanos.<sup>430</sup> Por essa razão, sua produção foi lida, aqui, enquanto um documento opaco, capaz de encetar múltiplas leituras, sociais, políticas, econômicas, tecnologias e ideológicas. Neste capítulo, algumas delas serão analisadas.

Nessa configuração, o método que conforma a História da Cartografia<sup>431</sup> desponta “como um campo fulcral, pois é capaz de articular diversos temas. Ainda que seja um campo relativamente novo”,<sup>432</sup> a História da Cartografia se apresenta como uma ciência naturalmente interdisciplinar,<sup>433</sup> uma vez que os mapas articulam várias ciências, saberes, técnicas e conceitos.<sup>434</sup> Da mesma forma, parte-se igualmente da ideia de que não existe uma linguagem cartográfica única, universal e imutável, por isso a História é ferramenta indispensável para o seu entendimento. Por outro lado, desvendar a linguagem cartográfica é uma tarefa complexa, pois, muitas vezes, sua “aparência enganadora de naturalidade e transparência [...] mascara um mecanismo de representação opaco, deformado, arbitrário”.<sup>435</sup>

Tendo em consideração que o original não foi localizado até o momento, o ponto de partida é a cópia extraída do original do Padre Cocleo, o *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil*, que revela seu envolvimento na tarefa de representação

<sup>430</sup> HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 40.

<sup>431</sup> Especialmente: BLAKEMORE, Michael J. & HARLEY, John Brian. “Concepts in the history of cartography: a review and perspective”. *Cartographica* 17, Monograph 26, p. 1-120, 1980; WOODWARD, David. “The study of history of Cartography: a suggested framework”. *American Cartographer*, v. 1, p. 101-115, 1974; ROBINSON, Arthur H. & PETCHENICK, Barbara Bartz. (Ed.) *The nature of maps: essays toward understanding maps and Mapping*. Chicago: Chicago University Press, 1976.

<sup>432</sup> KONVITZ, Josef. *Cartography in France, 1660-1848: science, engineering and statecraft*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1987, p. XVII.

<sup>433</sup> JACOB, Christian. *L’empire des cartes*, p. 20.

<sup>434</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 21.

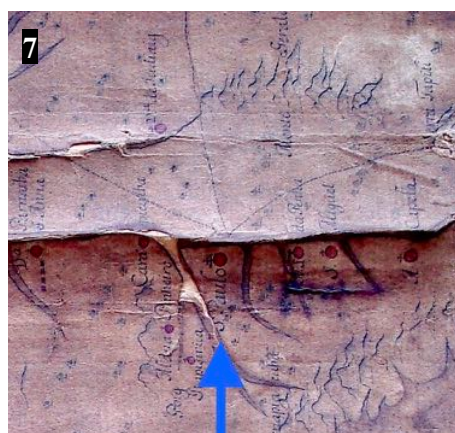
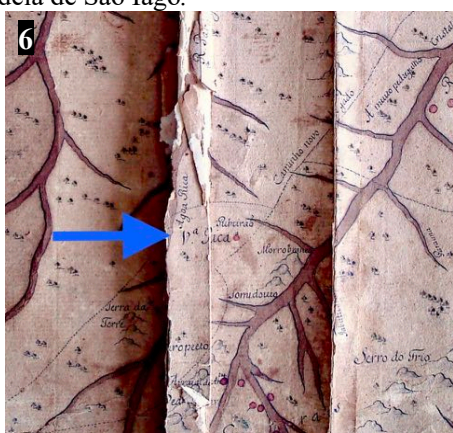
<sup>435</sup> *Apud*: BORD, Jean-Paul. “La carte et la construction des savoir en Géographie et dans les Sciences Sociales”. In: BORD, Jean-Paul & BADUEL, Pierre Robert. *Les cartes de la connaissance*, p. 27.

cartográfica da Colônia portuguesa na América. Como já dito, esse jesuíta viveu na América de 1660 até a sua morte, em 1710, e nessas cinco décadas vilas foram fundadas, igrejas foram levantadas e destruídas, caminhos foram abertos, jazidas de ouro e salitre foram descobertas, rios foram derrotados, regiões foram “conquistadas” — ou, melhor, tomadas de seus habitantes originários —, bispados foram erigidos, etc., o que significa que original e cópia não eram necessariamente iguais, visto que a segunda, produzida, como se verá, um pouco mais tarde, incorporou informações mais tardias da ocupação humana do mesmo território. Interessa, então, tentar reconstruir a configuração do original, o *Mapa da maior parte do Brasil* e perceber o que foi “averiguado” e acrescentado “de novo” no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil*, sua cópia posterior.

A primeira estratégia adotada foi uma abordagem cronológica do processo de produção a partir do que pode ser levantado na documentação coeva e de informes geográficos contidos na cópia. No mapa original só poderiam constar referências a eventos ocorridos, no máximo, até a data de morte do Padre. Portanto, registros de topônimos como Vila Rica, erigida como vila em 1711 (figura 6), ou o Bispado de São Paulo (representado como um círculo encimado por uma cruz dupla), criado apenas em 1745 (figura 7), entre outras referências, só foram adicionados à cópia, o que parece ter ocorrido em vários momentos ao longo do século XVIII, posteriores àquela quinta-feira Santa, 17 de Abril de 1710, quando ele morre. Conclui-se, então, que vários elementos estiveram presentes apenas na cópia, sendo corrigidos ou acrescentados em relação ao original. Não se pode descartar que supressões também possam ter ocorrido. No entanto, algumas permanências podem ser observadas, como por exemplo, a representação das

trajetórias de alguns rios como circulares, caso da união do rio Grande do Sul com o rio Mocori (Mucuri) (figura 8), já então em desuso na cartografia portuguesa do segundo quartel do século XVIII; ou na costa cearense, do Forte de São Tiago (figura 9) — que, como descrito no capítulo anterior, havia sido extinto antes mesmo da presença dos holandeses na região.<sup>436</sup>

**Figuras 6, 7, 8, 9:**<sup>437</sup> Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que aparecem a Vila Rica; o Bispado de São Paulo; o encontro do rio Grande com Mucuri e o Forte e aldeia de São Iago.



**Fonte:** AHEX. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

<sup>436</sup> Ver Capítulo 2.2, tópico 2.2.2. O Ceará e a Genebra de todos os sertões. Genebra é utilizada como sinônimo de “baluarte do calvinismo”.

<sup>437</sup> Essas e todas as outras imagens parciais, que possibilitam a observação de detalhes, são de autoria de Márcio Roberto Alves dos Santos e foram gentilmente cedidas para serem utilizadas neste trabalho.

### 3.2: *O mapa e suas regras*

O Padre Cocleo passou suas duas últimas décadas de vida (1690-1710) na Bahia, fundamentalmente, no Terreiro de Jesus, onde ficava situado o Colégio dos Jesuítas. Nesses anos, até que as implicações da velhice e da doença o impedissem, ele se manteve bastante envolvido em assuntos religiosos e científicos, sobretudo os cartográficos. Os primeiros já foram explorados no capítulo anterior, por essa razão, só voltarão neste de forma pontual. Contudo, antes de prosseguir, faz-se necessário definir quais seriam esses trabalhos cartográficos, uma vez que os testemunhos sobre eles não são muito claros. Da correspondência com dom João Lencastre, de 4 de Julho de 1697, apreende-se que, por essa época, o religioso acabara de produzir um mapa para ilustrar o trabalho do paulista Manuel Gonçalves Ferreira, que escrevera um o livro sobre um caminho que ele mesmo descobrira.

Com esta carta [envio] o livro que ordenei ao Capitão Manuel Gonçalves Ferreira (principal explorador dos que mandei, e agora passa nesta frota a essa Corte) fizesse de tudo o que conviesse obrar, a fazer para encurtar a distância da ida e vinda por novo rumo, como facilitar com a estrada que abrisse, e montes, ou rios, que servisse de balizas às jornadas, aos passageiros que fossem ou viessem de um para o outro Estado, como já vão frequentando. Também acompanho o mesmo livro com um Mapa, que a minha curiosidade fez imprimir por um religioso da Companhia de Jesus, a que chamam Jacobo Cocleo.<sup>438</sup>

Por essa missiva, pode-se apreender que o mapa fora produzido por ordem do governador e servia para ilustrar o caminho que o Capitão abria entre o Estado do Brasil e o do Maranhão. Interessante observar que ele emprega a termo “imprimir”. Segundo Bluteau, imprimir era “deixar a figura de uma coisa, representada em outra, capaz de a

---

<sup>438</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

receber”.<sup>439</sup> Lencastre queria dizer que o Padre imprimira a feição do território na folha de papel, ou que, de fato, fizera uma versão impressa do mapa?

Das informações enviadas pelo próprio jesuíta ao Secretário do Conselho Ultramarino, Roque Monteiro Paim, compreende-se que, além de ter produzido esse mapa, foi ele quem atestou e acrescentou a parte do Grão-Pará “até Caiena ocupado dos franceses com seus quinze ou mais Engenhos, e desses até defronte do nosso Cabo do Norte”, ao “Roteiro do experiente Capitão”. Também é interessante notar que, nesta mesma missiva, o Padre menciona claramente o envio de outro mapa produzido pelo “sobredito Governador”.

Se o Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para comunicação com o Maranhão e com outro que por seu grande zelo fez o sobredito Governador indo a se certificar das minas do salitre nas Jacobinas, etc. do mais conteúdo no papel, poderá dar a Vossa Majestade informação larga o Capitão Gonçalves Ferreira que vai na Frota e ser mais visto nestes sertões leva o roteiro que ele mesmo fez indo e vindo do dito Maranhão a esta Bahia de Todos os Santos [ajuntei] uma parte do Grão-Pará até Caiena ocupado dos franceses com seus quinze ou mais Engenhos, e desses até defronte do nosso Cabo do Norte, para que quando se sirva Sua Majestade, que Deus Guarde, de ter o dito papel lhe fique tudo a vista para indagar do que mais [constituem] o seu Real serviço.<sup>440</sup>

Por esse trecho pode-se concluir que o mapa se intitulava *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para comunicação com o Maranhão*, confirmando a informação do governador do seu objetivo de ilustrar esse caminho. Quanto ao outro documento, referia-se à região percorrida pela expedição comandada por Pedro Barbosa Leal que fora às minas de salitre da Jacobina juntamente com João de Lencastre.<sup>441</sup> Relação “é uma narração de alguma coisa que sucedeu”,<sup>442</sup> tratando-se de

<sup>439</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*, v. 2, p. 78.

<sup>440</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA do Padre Jacob Cocleo a Roque Monteiro Paim. Bahia, 20 de Julho de 1697.

<sup>441</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 139.



um texto escrito que podia ou não ser acompanhado de um mapa. Nesse caso, parecem se tratar de dois documentos, uma relação – “do mais conteúdo no papel” – e um mapa - “outro que por seu grande zelo fez o sobredito Governador”.

O Conselho Ultramarino acusou o recebimento da carta do governador dom João Lencastre, “com os papéis a elas juntos que tratam do Novo Caminho que da Bahia se descobriu pelo Sertão para o Maranhão”.<sup>443</sup> No mês seguinte, o próprio Secretário atestou que “este mapa e livro me entregou o Capitão Fernando de Barros alguns dias depois da sua chegada, e os detive”.<sup>444</sup>

O que se pode concluir desses testemunhos é que, possivelmente, cinco documentos distintos teriam chegado em Lisboa no segundo semestre de 1697. Uma relação das minas de salitre (1); um mapa propriamente dito da região, produzido pelo governador ou a seu mando (2); o roteiro do caminho até o Maranhão, atestado e completado pelo Padre e utilizado por ele como fonte para produzir seu mapa (3); esse mapa propriamente dito, intitulado *Mapa da maior parte do Brasil* (4), que ia “acompanhando com as regras”, sendo estas últimas, muito provavelmente, um livro explicativo do mapa (5).<sup>445</sup> De forma genérica, esses trabalhos foram mencionados, anos mais tarde, pelo Rei para solucionar um problema de jurisdição. Em 1704, o monarca sugeriu ao então governador do Brasil, dom Rodrigo da Costa, que se valesse “também

---

<sup>442</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*, v. 3, p. 214.

<sup>443</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. ANOTAÇÃO do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 6 de Novembro de 1697.

<sup>444</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. ANOTAÇÃO de Roque Monteiro Paim”. Lisboa, 10 de Dezembro de 1697.

<sup>445</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA do Padre Jacob Cocleo a Roque Monteiro Paim. Bahia, 20 de Julho de 1697.

do Padre Jacobo Cocleo da Companhia de Jesus, que em algum tempo fez com grande estudo e trabalho de descrição de todas as capitanias desse Estado”.<sup>446</sup>

Durante o período em que o Padre se encontrava vivo foram localizados três registros que comprovam a sua autoridade na questão da configuração territorial do Brasil. Em Junho de 1696, no contexto de disputa por terras entre os inacianos e os herdeiros da Casa da Torre, o autor da *Notícia certa da extensão da Ilha de São Francisco e qualidade das terras* sugeriu que o mapa geográfico do Padre fosse utilizado para legitimar o trabalho desses religiosos sobre as três aldeias de Achará, Rodelas e Zarabadê.<sup>447</sup> Em julho de 1704, o governador-geral dom Rodrigo da Costa, depois de consultar a Provedoria do Estado, alegou ao rei dificuldades para solucionar o problema de jurisdição nas cabeceiras do Rio das Velhas entre o Arcebispado da Bahia e o Bispado do Rio de Janeiro, pois o “Mapa desta Capitania, e maior parte do mesmo Estado feito pelo dito Padre” encontrava-se com seu antecessor, dom João Lencastre.<sup>448</sup> Por fim, em 1705, o Engenheiro Antônio Rodrigues Ribeiro registrou ter utilizado a divisão geográfica “feita pelo Reverendo Padre Jacobo Cocleo” na sua Planta da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe.<sup>449</sup>

---

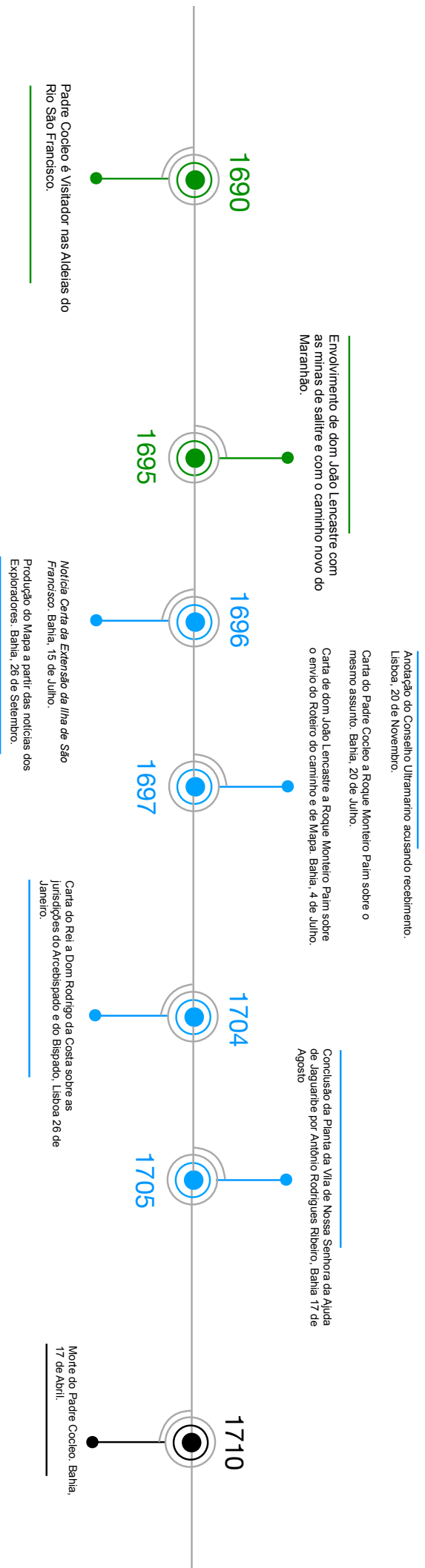
<sup>446</sup> RESPOSTA de dom Rodrigo da Costa a El-Rei sobre quais são as Capitanias sujeitas à jurisdição e Demarcação deste Governo Geral, e as que pertencem ao do Rio de Janeiro. Bahia, 29 de Julho de 1704. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXXIV, p. 256-257, 1936.

<sup>447</sup> AHU. Bahia. Luiza Fonseca. Cx. 32, doc. 4095. NOTÍCIA certa da extensão da ilha do Rio de S. Francisco e qualidade das terras que se sinalaram na ordem do governador a cada uma das três aldeias de Achará, Rodela e Zarabadê, enviada pelo Padre Agostinho Correia, que lá assiste por missionário da Companhia de Jesus, ao Padre Provincial Alexandre de Gusmão, e confirmada pelo Padre Antônio Barbosa, que lá esteve dois anos e reconhecida pelo Padre Jacobo Cocleo, no seu mapa geográfico, por informações seguras que teve, contra o que afirmaram os procuradores das donas da terra, queixando-se com Sua Majestade, Bahia 16 de Junho de 1696.

<sup>448</sup> RESPOSTA de dom Rodrigo da Costa a El-Rei sobre quais são as Capitanias sujeitas à jurisdição e Demarcação deste Governo Geral, e as que pertencem ao do Rio de Janeiro. Bahia, 29 de Julho de 1704. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXXIV, p. 256-257, 1936.

<sup>449</sup> AHU. Bahia. Cartografia, doc. 959. PLANTA da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe, por Antônio Rodrigues Ribeiro, 1705.

Figura 10. Linha do tempo com as principais citações do Mapa da maior parte do Brasil do Padre Cocleio (1696-1705)



Fonte: AHU, DH, ARSI

Quando se analisa esses registros em uma linha cronológica (figura 10) é possível uma obter melhor compreensão dos acontecimentos, ao mesmo tempo que contribui para a formulação de algumas linhas de investigação. A primeira é que o Padre Cocleo, nesse período, produziu uma carta e uma cópia da mesma, que não é a que chegou a nossos dias. Uma dessas duas seguiu para Lisboa e começou a transitar pela burocracia do Conselho Ultramarino, a 23 de Janeiro de 1698.<sup>450</sup> A segunda ficou no Brasil e teria sido depositada na Provedoria do Estado do Brasil – sendo, provavelmente, a que o governador-geral desejou consultar, em 1704, e que na ocasião estava na posse do ex-governador dom João Lencastre, sendo consultada pelo Engenheiro, em 1705.<sup>451</sup> Nesse contexto em que os riscos de naufrágios eram reais, era de praxe produzir cópias dos documentos enviados para a Metrópole. (Não se pode descartar totalmente, mas é preciso ter cuidados em relação a essa hipótese, a partir do termo imprimir utilizado na carta do governador, que o mapa que seguiu para o reino era uma cópia impressa do manuscrito que ficou no Brasil?). A segunda, é a de que o próprio Padre, da conclusão do trabalho solicitado por dom João Lencastre até as complicações da doença, teria, ele próprio, participado da produção de uma segunda cópia, alterando e acrescentando detalhes em relação ao original e à sua cópia coeva, à medida que o tempo passava, e é essa que chegou até os dias de hoje, o que será examinado no próximo capítulo. Observa-se, então, a existência de três artefatos cartográficos semelhantes mas distintos entre si: O original, intitulado *Mapa da maior parte do Brasil*, sua cópia coeva impressa ou manuscrita, produzida concomitantemente pelo padre, e uma segunda cópia, iniciada pelo padre Cocleo, mas

---

<sup>450</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CONSULTA do conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o novo caminho que se descobriu para o Maranhão e cartas do Governador-geral do Brasil e do padre Cocleo.

<sup>451</sup> RESPOSTA de dom Rodrigo da Costa a El-Rei sobre quais são as Capitânicas sujeitas à jurisdição e Demarcação deste Governo Geral, e as que pertencem ao do Rio de Janeiro. Bahia, 29 de Julho de 1704. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXXIV, p. 256-257, 1936. AHU. Bahia. Cartografia, doc. 959.

que recebeu acrescentamentos após a sua morte, sobrevivendo até os dias de hoje, intitulado *Mappa da maior parte da costa, e sertão, do Brazil*. Extraído do original do padre Cocleo.

Esse resumo dos acontecimentos (figura 10) também sugere que, apesar de não ser a missão principal do Padre, a primeira cópia, por ele confeccionada inicialmente junto com o original, continuou a ser atualizada ainda durante a vida do Padre, incorporando informações geográficas no que diz respeito à ocupação territorial que seguia em curso. O ano de 1696 constitui a peça-chave para a compreensão dessa questão. À primeira vista, a conclusão que se tira é que, em junho desse ano, a carta geográfica original já estava pronta ou em vias de ser finalizada, como assinala o historiador Márcio Santos.<sup>452</sup> Contudo, o que se percebe a partir de outros documentos é que essa assertiva é uma meia verdade. O trabalho do jesuíta, de fato, foi utilizado nesse ano para a verificação de uma região específica, a ilha do rio São Francisco, que se encontrava em disputa entre os inicianos e os herdeiros da Casa da Torre. Mas essa passagem não indica estar o mapa terminado, pois, se estivesse de fato ou em vias de ser concluído, certamente teria seguido, imediatamente, para Lisboa, na frota que partia de Pernambuco nessa ocasião, como tanto desejava dom João Lencastre, que só conseguiu enviar “o livro e o mapa,” produzido em folha de flandres, em Julho do ano seguinte, ou seja em 1697.<sup>453</sup>

Quem explica esse lapso e acaba fornecendo dicas sobre o processo de produção do *Mapa da maior parte do Brasil* é o próprio governador. O Capitão-mor, Manuel Gonçalves Ferreira, como dom João Lencastre afirmara, foi o principal explorador do novo caminho e o encarregado de fornecer ao Padre todas “as notícias mais necessárias

---

<sup>452</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 378.

<sup>453</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

daqueles sertões, e para a certeza infalível dos rumos”. Em abril de 1696, o governador “esperou por horas aos Exploradores” para enviar as notícias ao Rei no “Comboio da frota de Pernambuco”, entretanto, esses homens só retornaram à Bahia em setembro.<sup>454</sup> Foi exatamente durante essa espera que o conflito às margens do rio São Francisco entre os jesuítas e os herdeiros da Casa da Torre se acirrou. Assim, observa-se que o mapa já apresentava uma configuração na parte da Bahia, que permitiu que fosse utilizado, em junho, para dirimir as disputas de jurisdição nessa capitania. Mas ainda era falho, no que se refere à área percorrida pela expedição que foi abrir o caminho para o Maranhão, aguardando o Padre sua volta, para finaliza-lo, o que só ocorreu depois de setembro do mesmo ano.

Por essa cronologia, pode-se inferir, portanto, que o Padre produziu o original do seu mapa por longo espaço de tempo, cerca de dois anos, no qual as tarefas executadas podem ser agrupadas em, pelo menos, dois momentos distintos. No primeiro, entre maio de 1695 e agosto de 1696, decorridos 15 meses, cortou ou emendou as folhas de flandres para fixá-las de acordo com o tamanho desejado, e aproveitou para abalizar as latitudes e as longitudes. Seguiu-se o estabelecimento dos limites do mapa, o traçado do litoral ao Norte e a Leste e o do sertão a Oeste, este limitado pela moldura (duas linhas entre as quais estão a graduação dos paralelos). Nesse mesmo momento, deve ter sido inserida a rosa-dos-ventos, na porção que representa o oceano Atlântico, sob clara influência das cartas portulanas e/ou do *Geografia*, de Ptolomeu. Assentado os marcos externos do território, então, assinalou os maiores e já conhecidos rios, montanhas e lugares, principalmente da parte Sul do Estado do Brasil, correspondendo à parte situada abaixo

---

<sup>454</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

do rio São Francisco, e nomeou as localidades e os acidentes geográficos ao longo de toda a costa.<sup>455</sup> No segundo momento, que se inicia em setembro de 1696 e termina em 4 de julho de 1697, decorridos cerca de 10 meses, de posse das informações do caminho de ligação do Estado do Maranhão com o Estado do Brasil, trazidos pelos exploradores, o Padre completou o trecho Norte e o interior, finalizando a sua carta geográfica. Nesse último intervalo, alternou seu trabalho no original com o da produção da cópia que permaneceu na Provedoria.

Grosso modo, tomando como parâmetro a carta que chegou aos dias hoje, que em alguma medida espelha esse original, o *Mapa da maior parte do Brasil* representaria o Brasil, limitado ao Estado do Brasil. Em relação a sua dimensão é provável que não se tratava de um mapa mural, a exemplo da cópia remanescente, e, se a mesma chegou a ser impressa no Colégio, certamente seria de tamanho menor.

A hipótese de existência de dois momentos distintos na confecção do original mapa é reforçada à luz da questão dos limites do Brasil no Extremo Norte, que se estendia até o Cabo do Norte. Concomitantemente ao processo de expansão para o Sul, a Coroa portuguesa buscou proteger as terras que considerava suas de direito, nessa região que estava em disputa com os franceses. A principal questão entre as duas Coroas era a exata localização do Rio de Vicente Pizón, que serviria de baliza natural para o terreno. Para os portugueses, ele correspondia ao Araguari, mais ao Norte, e para os franceses ao Oiapoque, mais ao Sul.<sup>456</sup> A área também era de interesse das Ordens religiosas para a expansão de seus projetos missionários. Em 1686, os Jesuítas passaram a doutrinar os

---

<sup>455</sup> RAISZ, Erwin Josephus. *Cartografia Geral*. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969, p. 138.

<sup>456</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, “O Maranhão”, p. 253-263.

indígenas do Cabo do Norte,<sup>457</sup> antes exclusividade dos Franciscanos e de religiosos de Santo Antônio. Nesse mesmo ano, o religioso da Companhia Padre Aloisio Conrad Pfeil, insigne matemático e versado em pintura, foi encarregado de acompanhar o Capitão-mor do Maranhão, Antônio de Albuquerque, encarregado de demarcar a fronteira, para desenhar as novas fortalezas ali levantadas pelos portugueses para a defesa do Cabo do Norte de invasões estrangeiras.<sup>458</sup> Ele fez “um grande mapa, novo e belo, do grande rio das Amazonas”, com as todas as terras e rios que existiam do “Pará até ao marco do cabo do Norte, pela costa, situada aquém do rio de Vicente Pinson, e pelo rio das Amazonas acima até onde chega o distrito destas conquistas do Estado do Maranhão”, que o Padre Bettendorf, quando esteve em Lisboa, entre 1686 e 1688, atestou ter visto no camarote do Rei, sobre um bofete.<sup>459</sup> O mais interessante, porém, é que afirmou que o Padre Superior, certamente antes do mapa seguir para Lisboa, também tomou “notícias das paragens aptas para se porem residências”. O auge da tensão, decorrente das disputas entre portugueses e franceses por essa região, ocorreu em 1697, quando o Marquês e governador dos colonos franceses de Caiena, Senhor Pierre de Ferroles, passa às terras portuguesas, “arrasa dois fortes e ocupa o de Macapá”.<sup>460</sup>

Desde 1686-1687, Cocleo já estava de posse das informações geográficas sobre o

---

<sup>457</sup> “O Cabo do Norte é um Padrão que está junto do Rio Vivente Pison perto de Caiena por onde se fez a demarcação do que pertencia ao Portugueses e aos Castelhanos, e do dito Padrão até o Pará tudo é chamado Cabo do Norte; compreende toda a boca do Rio Amazonas, que se estende por perto de oitenta léguas de largura, porém com muitas ilhas, e algumas grandes”. AHU. Maranhão. Cx. 06, doc. 727. CARTA do Governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, para o Conselho Ultramarino, sobre os meios mais convenientes para preservar a posse dos sertões portugueses e impedir a entrada às nações estrangeiras. São Luís, 15 de outubro de 1685.

<sup>458</sup> TEIXEIRA, Domingos. *Vida de Gomes Freyre de Andrada, general da Artelharia do Reyno do Algarve governador, e Capitão general do Maranhão, Pará, e Rio das Amazonas no Estado do Brasil*. Editado por Lucas da Sylva de Aguiar, vol. 2. Lisboa, na Officina de Antonio Pedrozo Galram, Anno 1727, p. 423-424.

<sup>459</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 454.

<sup>460</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 2, 1960, p. 21.



Cabo do Norte existentes no mapa de Pfeil, que representava a fronteira conforme era o entendimento dos portugueses. Porém, não utilizou esses informes no mapa que desenhava visto que a área representada se restringia ao Estado do Brasil. Tudo indica, no entanto, que quando os exploradores chegaram à Bahia, de volta da demarcação do caminho do Maranhão, ele percebeu que essas informações estratégicas eram importantes, acrescentando-as ao Roteiro do Capitão.<sup>461</sup> O fato de não incorporá-las ao mapa, mas somente ao Roteiro reforça a ideia de que, nessa ocasião, o traçado geral da área cartografada já estava pronto, conforme a cronologia de produção da carta sugerida. Mesmo considerando vital, não era mais possível incluir essa região no mapa, servindo então o Roteiro de lugar para transmitir essas informações.

Outra questão diz respeito à diferença no volume de informações incluídas no mapa no primeiro e no segundo intervalo. É impossível ter certeza quais informações geográficas o Padre já dispunha e utilizou na primeira etapa e quais preferiu aguardar o retorno dos explorados para cotejá-las com as novas, que eles traziam. Mas é possível fazer algumas inferências. Na região Nordeste, pode-se inferir que o curso do rio São Francisco, bem como da maior parte de seus afluentes já estavam traçados, da mesma forma que os rios, montanhas e localidades situados na costa leste e no sertão até atingir as margens desse Rio. E, que essa região foi traçada, com mais calma, nos 15 meses que antecedem a chegada da expedição. Isso permitiu que o volume de informes geográficos fosse considerável, apesar da grande dimensão geográfica desse território.

---

<sup>461</sup> “A Capitania do Cabo do Norte, doada a Bento Maciel Parente, foi limitada à beira-mar pelo rio Vicente Pinzon, cuja denominação indígena é Oiapoque. Apenas se fixaram em Caiena, os franceses lançaram seus olhos cobiçosos sobre o Amazonas. Para afirmar seus direitos, em 1697 tomaram os fortes portugueses de Araguari, Toeré e Macapá, logo retomados”. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 205.

Quanto ao Norte (cujo limite representado na carta é a capitania do Maranhão) – hoje correspondente a parte dos atuais Estados do Maranhão, Piauí e Pernambuco –, área que foi percorrida pela expedição (grosso modo a destacada na figura 11), ele aguardou os informes desses explorados para representa-la. Isso significou um volume mais reduzido e mais pobre de informações, cuja representação foi feita depois de Setembro de 1696.

**Figuras 11:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* com destaque para a região onde os Exploradores do caminho entre os Estados Maranhão e do Brasil circularam entre 1695-1696.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Quando comparadas a enorme extensão de território no entorno do Rio São Francisco e na costa do Nordeste, cujo volume de informações é significativo, com a

pequena dimensão da área Norte, conforme aparecem representadas na cópia remanescente, fica evidente que a primeira demandou maior esforço e tempo, o que reforça a cronologia de produção sugerida. Pesa ainda o fato de que, entre as duas partes, a primeira tinha uma colonização um pouco mais antiga e consolidada em relação à região que o Padre aguardava as notícias, portanto, era mais conhecida, explorada e dispunha de mais descrições geográficas do que a região do caminho recém-aberto.

A cronologia informada na documentação reforça essa hipótese. Os exploradores saíram da Bahia para abrir o caminho no final de junho de 1695<sup>462</sup> e, em outubro, o Padre descobriu o cometa que leva o seu nome, podendo-se inferir que sua contratação, por dom João Lencastre, deve ter ocorrido um pouco depois do início da expedição. Nesse período, tratou adiantar o que podia do mapa, pois era tarefa que consumia largo espaço de tempo. Também é importante lembrar que, segundo o próprio governador, depois de “um ano, dois meses e 27 dias”, em 22 setembro de 1696, o caminho estava “descoberto” com o retorno dos agentes à capital. É quando ele inicia a segunda etapa de produção do mapa, finalizada antes de 20 de julho de 1697, data em que afirmou ao Secretário do Conselho Ultramarino já ter passado para o governador o mapa e o livro.<sup>463</sup> Portanto, foram dispendidos cerca de dez meses para incorporar os novos informes geográficos e concluir a carta – quase cinco a menos que o primeiro intervalo. Um período razoavelmente aceitável, principalmente devido ao fato de que, no último intervalo o Padre teve que completar o mapa, escrever suas regras, que seguiram para Lisboa, concluir a cópia que ficou no Brasil, sendo depositado na Provedoria, e ainda aprovar e

---

<sup>462</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

<sup>463</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

acrescentar ao Roteiro do Capitão a parte do Cabo do Norte, ou em suas próprias palavras, do Grão-Pará até Caiena.

### 3.3 *Os lugares do Norte e as vilas do Sul*

À diferença de volume de informações entre a parte Sul e a parte Norte, tomando o São Francisco como o divisor, se soma a qualidade das informações dispostas em cada uma. Os principais estudos que se debruçaram sobre a cópia setecentista do mapa do Padre Cocleo afirmam que a mesma foi confeccionada “prioritariamente para a utilização da administração eclesiástica, já que a legenda do mapa indica somente catedrais, igreja e fazendas”.<sup>464</sup> Aqui se discute se foi este o objetivo principal da feitura da carta e argumenta-se que não foi esta necessariamente a função principal do original e sim a da cópia depositada na Provedoria, visto que esta instituição registrava o volume de impostos coletados com os dízimos e administrava sua coleta, interessando-lhe o conhecimento do território de abrangência de cada Bispado. Lembre-se que foi esta que foi consultada em 1704 com esse objetivo.

A documentação de dom João Lencastre, quem encomenda o mapa original, sugere que seu objetivo era outro, representar o Estado do Brasil, tendo como foco a região percorrida pela expedição que ele acabara de enviar, pois ali havia uma disputa de jurisdição acirrada com o Estado do Grão-Pará e Maranhão (como se verá no item 5, “A questão máxima de Estado”), encabeçada, do outro lado, por Antônio de Albuquerque,

---

<sup>464</sup> COSTA, Gilberto Antônio; FURTADO, Júnia Ferreira; RINGER, Friedrich Ewald & SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista das Minas Gera do território das Minas*, p. 141.

então nomeado seu governador. Essa é a razão do Padre aguardar o retorno da expedição; de dom João Lencastre sublinhar, na sua correspondência com o Conselho Ultramarino, que seu mapa se destinava a representar a área percorrida por ela; e seu título dar destaque à mesma: *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para comunicação com o Maranhão* [grifo meu]. A natureza das informações geográficas contidas no Estado do Brasil não são apenas de caráter religioso, mas também de natureza administrativa e econômica. Ou seja, não é possível restringir o objetivo do mapa às disputas de jurisdição entre Bispos, cujas fronteiras nem estão representadas no mapa, e sim à disputa de jurisdição entre o Estado do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão e à bem administração do território do primeiro. Há também muitos informes sobre aldeias indígenas, campo de ação da missão jesuítica, ordem à qual Cocleo pertencia, cujos interesses também penetram no mapa.

Até o final do século XVII, a doação de sesmarias, a instalação de missões e o estabelecimento de fortalezas foram, em linhas gerais, os principais mecanismos que levaram à fundação da maioria das povoações. Muitas vezes, a criação de uma freguesia (paróquia ou capela) surgia como o primeiro indicativo de prosperidade de uma localidade.<sup>465</sup> Os territórios de uma freguesia eram submetidos à jurisdição espiritual de um cura, que também servia “à administração civil e em particular ao fisco – a paróquia sendo a unidade territorial adotada para diversos atos de natureza administrativa, como o recenseamento e a cobrança de impostos (como dízimos)”.<sup>466</sup> Nesse contexto, os Bispos tinham uma centralidade ímpar, a eles “caberia a provisão, a colação e a instituição dos

---

<sup>465</sup> CF: KANTOR, Iris. *Pacto Festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, USP, 1996, p. 34. (História Social, Dissertação de Mestrado).

<sup>466</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el Rei: espaço poder nas minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 85.

santuários, a serem confirmados posteriormente pelo rei”.<sup>467</sup> Em outras palavras, “a solicitação de elevação ao estatuto de capela e freguesia era feita pela população junto ao Bispado, que, por ocasião das Visitações do Bispo às capitanias, também podia elevar, a seu bel-prazer, esse ou aquele a tais categorias”.<sup>468</sup>

O Padre Cocleo, estando na sede administrativa do Estado e da Igreja no Brasil, desempenhando uma missão oficial, tinha o acesso facilitado às informações que reproduziam as normas e os valores da tradição civil e religiosa regidas pelas duas instituições.<sup>469</sup> Harley defende que a característica universal do conhecimento cartográfico é a interação das regras vigentes, disfarçadas sob um espaço instrumental abstrato. Para ele, tais regras podem ser tão convincentes, que se reforçam mutuamente na mesma imagem:

Grande parte do poder do mapa, como apresentação da geografia social, é que ele opera por trás de uma máscara de uma ciência aparentemente neutra, esconde e nega suas dimensões sociais ao mesmo tempo em que legitima. Seja como for que olhamos para ele, as regras da sociedade aparecerão.<sup>470</sup>

Ao escolher como sinais marcadores do território as catedrais, as igrejas e as fazendas, o Padre vai além dos propósitos declarados pela administração eclesiástica; está, na realidade, projetando e reificando a própria organização administrativa do Estado.<sup>471</sup>

---

<sup>467</sup> A certidão de nascimento, a de casamento com o matrimônio e o atestado de óbito eram funções dos padres que se concretizavam a partir dos sacramentos. FRIDMAN, Fania. “Freguesias Fluminenses ao final dos setecentos”. *Revista IEB*, n. 49, p. 95, mar./set. 2009.

<sup>468</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. Sér. v. 27, n. 2, p. 253, jan./jun. 2009.

<sup>469</sup> ROLIM, Leonardo Cândido. *A rosa dos ventos dos sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial (c. 1660-1810)*. São Paulo, USP, 2019, p. 136. (História, Tese de Mestrado).

<sup>470</sup> “Much of the power of the map, as a presentation of social geography, is that it operates behind a mask of a seemingly neutral science. It hides and denies its social dimensions at the same time as it legitimates. Yet whichever way we look at it the rules of society will surface”. HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 158.

<sup>471</sup> HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 156-157.

Desde a instituição do Padroado, a Coroa portuguesa aproveitou-se da organização eclesiástica em seu favor, os poderes religiosos, de Estado e da sociedade se tornaram permanentemente imbricados.

Cabe aqui, então, ampliar a reflexão para além dos elementos da legenda, que se restringem a simbolizar as fazendas, igrejas e catedrais, representados respectivamente por um círculo, um círculo encimado por uma cruz, e um círculo encimado por uma cruz dupla. Ainda que não conste da legenda, quadrados indicam aldeias indígenas. Quanto à organização administrativa, acima das freguesias, hierarquizavam-se os arraiais, as vilas e as cidades. A legenda parece indicar que a função do mapa é puramente religiosa, porém nos topônimos de várias localidades, principalmente das vilas, a organização administrativa aparece. “A instituição de vilas com vastos *termos* (territórios municipais) era o meio utilizado pela Coroa para fazer com que o braço da justiça e do fisco chegasse até os arraiais mais longínquos, fundados nos confins das terras conhecidas e colonizadas”.<sup>472</sup> No que se refere à topônimos das localidades, apenas o arraial das Antas, situado às margens do rio das Velhas, aparece o vocábulo arraial a indicar sua posição na organização administrativa. Já o topônimo vila é associado a inúmeras localidades. Por vezes, evidencia-se que Vila foi escrito posteriormente, aparecendo depois do nome da localidade. Isso pode ser um indicativo da contínua atualização da cópia remanescente, que é corrigida ou acrescentada sempre que a estrutura administrativa era alterada.

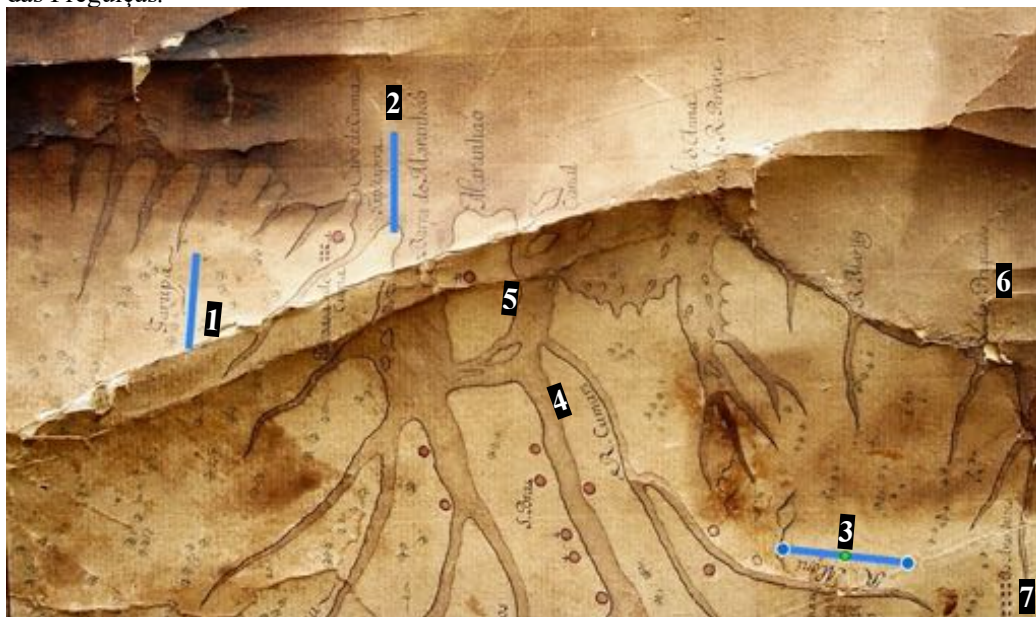
A figura 12 é um detalhe da representação do extremo Norte da cópia existente, entre Gurupa (1) e o rio das Preguiça (6), este a Oeste da foz do rio Parnaíba e das Serras de Ibiapaba e aquela a Leste da foz do rio Amazonas. Nesse trecho, percebe-se que uma

---

<sup>472</sup> DAMASCENO, Cláudia. “*Urbes e Civitas*: a formação do espaço e territórios urbanos nas minas setecentistas”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. Sér. v. 20, n. 1, p. 81, jan./jun. 2012.

vasta região está coberta por campos, além da presença de vários rios, de alguns montes, igrejas e fazendas, muitos não identificados com seus topônimos. Tal padrão, em grande medida, se repete em toda a carta, mas é acentuado na parte para a qual o Padre ficou aguardando as informações. O volume maior dos topônimos, como era de se esperar, se concentra na linha da costa, onde o povoamento era mais antigo e consolidado e onde, desde o século XVI, os portugueses impunham sua toponímia,<sup>473</sup> por isso merece um pouco mais de atenção.

**Mapa 12:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que aparece representada a região norte, aproximadamente, entre as longitudes 334 e 337, de Gurupa ao rio das Preguiças.



**Fonte:** AHEX. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

No ano de 1639, depois da vitória portuguesa sobre os holandeses, a freguesia de Santo Antônio do Gurupá foi elevada à categoria de vila e permaneceu nessa condição até

<sup>473</sup> CF. Os Atlas de João Teixeira Albernaz revelam que, entre o século XVI e princípios do XVII, a costa era a área efetivamente ocupada. A exceção no interior era a Vila de São Paulo de Piratininga, fundada pelos Jesuítas, na região do planalto central, nas proximidades do Rio Tiete.



o ano de 1885, quando tornou-se cidade.<sup>474</sup> No mapa, aparece apenas a indicação do lugar Gurupa (1), sem a inserção do símbolo correspondente. Procedimento análogo ocorreu com a representação da vila de Santo Antônio de Alcântara, “comumente chamada Tapuitapera”,<sup>475</sup> sendo esse último topônimo o registrado na carta (2). Depois que os franceses foram expulsos do Maranhão, em 1622, a então aldeia de Tapuitapera, composta de índios Tupinambás, passou a fazer parte da freguesia de São Matias de Tapuitapera. Vinte anos depois, foi elevada à condição de vila.<sup>476</sup> Em 1687, o governador Gomes Freire de Andrada expressava as suas preocupações em relação à vila, que se achava “sem nenhum gênero de defesa”. Segundo ele, ela estava situada em um lugar estratégico para a proteção da região, por estar a meio caminho do Maranhão, da Bahia e dos sertões.<sup>477</sup> Santo Antônio de Alcântara foi capital de Cumã até 1808, quando foi reanexada à Capitania do Maranhão.<sup>478</sup> Apesar desse papel estratégico apenas seu nome é registrado, sem que sua localização precisa, ou sua condição de vila sejam indicadas.

Nessa região também existiram duas vilas de São Jacó, que sequer tiveram sua freguesia, seu arraial e sua aldeia assinaladas no mapa (figura 12). A primeira foi sede da Capitania de Itapicuru e encontrava-se em ruínas no início da década de 1690.<sup>479</sup> Sua

<sup>474</sup> RENDEIRO, Manoel. “Gurupá”. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Gurup%C3%A1>. Data de acesso: 17/11/2019.

<sup>475</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 691.

<sup>476</sup> MALULY, Vinicius. “Santo Antônio de Alcântara”. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Santo\\_Ant%C3%B4nio\\_de\\_Alc%C3%A2ntara](http://lhs.unb.br/atlas/Santo_Ant%C3%B4nio_de_Alc%C3%A2ntara). Data de acesso: 12/11/2019.

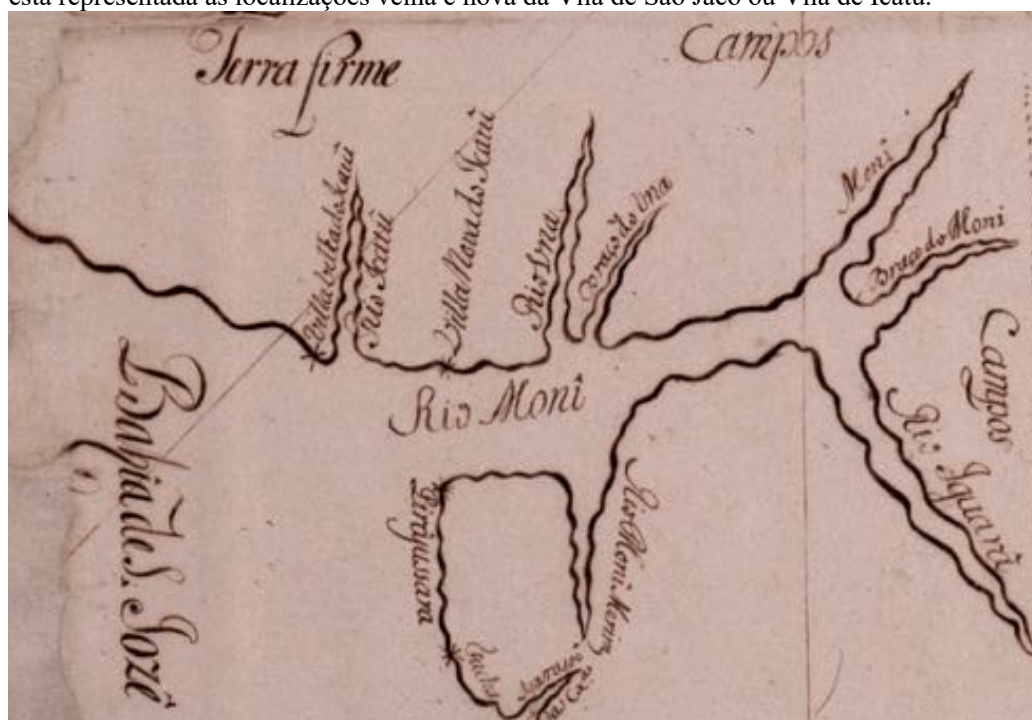
<sup>477</sup> “Uma interessante carta de Gomes Freire de Andrada a seu sucessor Arthur de Sá Menezes”. Belém, 8 de Julho de 1687. *RIC*, XXXVI, p. 150, 1922.

<sup>478</sup> MALULY, Vinicius. “Santo Antônio de Alcântara”.

<sup>479</sup> “A Capitania do Itapicuru, ou Itapicuru, e seus limites se circunscrevia pelo rio Peri-Açu seguindo pelo rio Mearim até a ponta de Tapuitapera. RENDEIRO, Manoel. “Capitania de Itapicuru”. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Capitania\\_de\\_Itapicuru](http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_Itapicuru). Data de acesso: 17/11/2019.

homônima, segundo Serafim Leite, ficava na margem direita do rio Munim e era conhecida também como vila de Icatu, porque teve como primeiro sítio a baía de São José, situada nas margens do rio Icatu, conforme se vê no *Mapa de toda a terra que se compreende entre os dois rios Parnaíba e Tocantins e dos rios Miarim e Pindaré e Guaju e do Estado do Maranhão*, mais tardio, de 1750 (figura 13).

**Figura 13:** Detalhes do *Mapa de toda a terra que se compreende entre os dois rios Parnaíba e Tocantins e dos rios Miarim e Pindaré e Guaju e do Estado do Maranhão* c.a de 1750 em que está representada as localizações velha e nova da Vila de São Jacó ou Vila de Icatu.



Fonte: AHU. Maranhão. Cartografia. doc. 837.

É curioso que, apesar de a sede da vila ter sido transferida em 1698, os jesuítas continuaram se ocupando dos indígenas na antiga sede, também chamada de São Jacó e situada na mesma baía, mas em outro local.<sup>480</sup> Apesar do interesse dos jesuítas na área, na cópia setecentista, nenhuma dessas localidades foi representada. O mesmo ocorre com

<sup>480</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 3, p. 157-158. CF: MELO, Vanice Siqueira de Melo. *Cruentas guerras: índio e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí* (primeira metade do século XVIII). Curitiba: Prisma, 2017, p. 43-46.

as vilas de Igarassu,<sup>481</sup> ou de São Cosme e Damião, a primeira de Pernambuco (hoje situada no Estado da Bahia), fundada em 1535; de São Cristóvão, pertencente à Capitania de Sergipe, erguida no ano de 1591, além de outras.<sup>482</sup>

A ausência de inúmeras vilas, ou da indicação de sua elevação à vila no topônimo correspondente, entre as situadas no Norte e nordeste, se torna mais evidente quando comparadas com outras partes do mapa, cuja tendência é, de modo geral, oposta. Na porção meridional, apesar de não ter sido representada a totalidade das vilas erguidas antes de 1710, a maioria o é.<sup>483</sup> A figura 14 compreende a região que se estende da cidade de São Paulo de Piratininga (4) até o rio Francisco Xavier, hoje rio São Francisco do Sul (5) e as Minas de Curitiba (6). Os números 1, 2, 12, 13, 14, 15 e 16 correspondem às vilas de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, Nossa Senhora da Graça do rio São Francisco, São João Batista de Cananeia, Nossa Senhora das Neves de Iguapé, Nossa Senhora da Candelária de Itu e de Santana da Parnaíba, respectivamente.<sup>484</sup>

<sup>481</sup> Igarassu, com a imponente igreja de São Cosme e Damião, foi representada numa das telas de Frans Post. <https://artsandculture.google.com/asset/church-of-saints-cosmas-and-damian-igarassu-frans-post/bQHAnnD59X2ZYw?hl=pt-br>. Data de acesso: 17/11/2019.

<sup>482</sup> Vila de Natal no Rio Grande do Norte fundada em 1599; Vila Formosa em Pernambuco de 1627; Vilas Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul e Bom Sucesso do Porto Calvo, ambas em Alagoas em 1637; Vilas de São Antônio de Itabaiana em 1665 e Santo Amaro de Brotas em 1697, ambas em Sergipe; Caxias das Aldeias Altas, fundada em 1697 são algumas das vilas em que foi possível perceber a ausência da indicação do status de vila. BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa; AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e cidades do Brasil Colonial: (ensaio de Geografia urbana retrospectiva)”. *Terra Livre*, São Paulo, p. 23-78, n. 10, janeiro-junho, 1992.

<sup>483</sup> A Vila de São Sebastião, fundada em 1636 e subordinada à Capitania de São Vicente, não aparece assinalada e o mesmo ocorre com a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá fundada em 1648, cabeça da comarca São Paulo em 1723. Apesar de se localizar abaixo dessa parte do mapa, não foi possível devido às condições físicas da fonte verificar se a Vila de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, criada em 1662, foi assinalada. Ver: BiblioAtlas — Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa.

<sup>484</sup> No mapa as grafias aparecem da seguinte forma: 1) V<sup>a</sup>. da Curitiba N. S. da Lus; 2) [Ilégível] N. Sr<sup>a</sup>. da Ponte de Sorosaba; 12) V<sup>a</sup>. N. Sr<sup>a</sup>. da Grasa; 13) V<sup>a</sup>. da Cananeia; 14) V<sup>a</sup>. da Ribeira de Iguape; 15) V<sup>a</sup>. Candalaria Outû; 16) V<sup>a</sup>. Parnaiba S. Anna.

Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, que já era importante, não aparece graficamente representada como vila e, em Sorocaba, o documento está corrompido. Em compensação, o arraial de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, que teve a implantação do seu pelourinho em 1668, por Gabriel de Lara, içado oficialmente à condição de vila dois anos antes do início dos trabalhos cartográficos do Padre Cocleo, em 1693, sustenta nitidamente o status de vila (1).<sup>485</sup>

O tempo disponível para a produção, o volume e a qualidade das informações à disposição em cada um dos dois momentos de produção do original refletiram diretamente na forma de representação das duas porções do mapa, sendo em maior número os topônimos representados na parte Sul, em toda a costa e no sertão junto ao Rio São Francisco.

### 3.4 A representação do primeiro ciclo de mineração

Por fatores estratégicos, como locomoção, proteção e sobrevivência, as primeiras ocupações luso-brasileiras no interior do território foram estabelecidas nas proximidades dos cursos dos rios, e depois nos arredores dos caminhos.<sup>486</sup> As poucas fazendas, não nomeadas, assinaladas na linha da costa da região Sul do Brasil (10) e na margem do rio Iguapé, mais para o interior, (11) na figura 14, à primeira vista, sugerem um estágio incipiente de ocupação ou, no limite, um baixo nível de conhecimento da região, mas ambas as hipóteses podem ser descartadas.<sup>487</sup> Nestor Goulart Reis, que há algum tempo

---

<sup>485</sup> REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013, p. 211.

<sup>486</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 160.

<sup>487</sup> Com relação a São Paulo, Beatriz Bueno sugere que o frio, aliado à dificuldade de acesso ao litoral, inviabilizou o plantio da cana-de-açúcar, limitando as fazendas na costa. De acordo com ela, a situação só se alterou em meados do século XVIII, quando essa atividade passou a adquirir maior importância.

tem se dedicado a compreender o processo de formação e urbanização das Capitânicas do Sul do Brasil, afirma que, em 1700, essa era a única região mais afastada do litoral extensamente povoada, ainda que com baixa densidade. Segundo o autor, essa era uma área mineradora, mas com uma característica importante em seu processo de ocupação pois, diferentemente das outras regiões mineradoras, os núcleos urbanos dessa porção não se formaram à beira das minas.<sup>488</sup> Isso pode ser percebido nas distâncias existentes entre as Vilas de Curitiba (1) e da Ribeira de Iguape (14) e suas minas, respectivamente números 6 e 8.

Com a finalidade de reduzir a fragmentação e os regionalismos, “que caracterizaram boa parte da história produzida nos séculos XIX e XX”, Nestor Reis analisa a “extensa faixa no planalto e no litoral, de São Paulo a Curitiba, de Iguape a São Francisco do Sul” e classifica o processo de ocupação dessa região como o primeiro ciclo da mineração no Brasil.<sup>489</sup> O segundo ciclo, de acordo com ele, teve início com o sistemático descobrimento das Minas de Taubaté, seguidas das de Cataguases, depois conhecidas como Gerais, e, por fim, a exploração das minas em Mato Grosso e Goiás.<sup>490</sup> Com relação ao primeiro ciclo, o do Paraná, ele se estabeleceu entre o final do século XVI e 1711, tendo seu apogeu se iniciado em 1697.

---

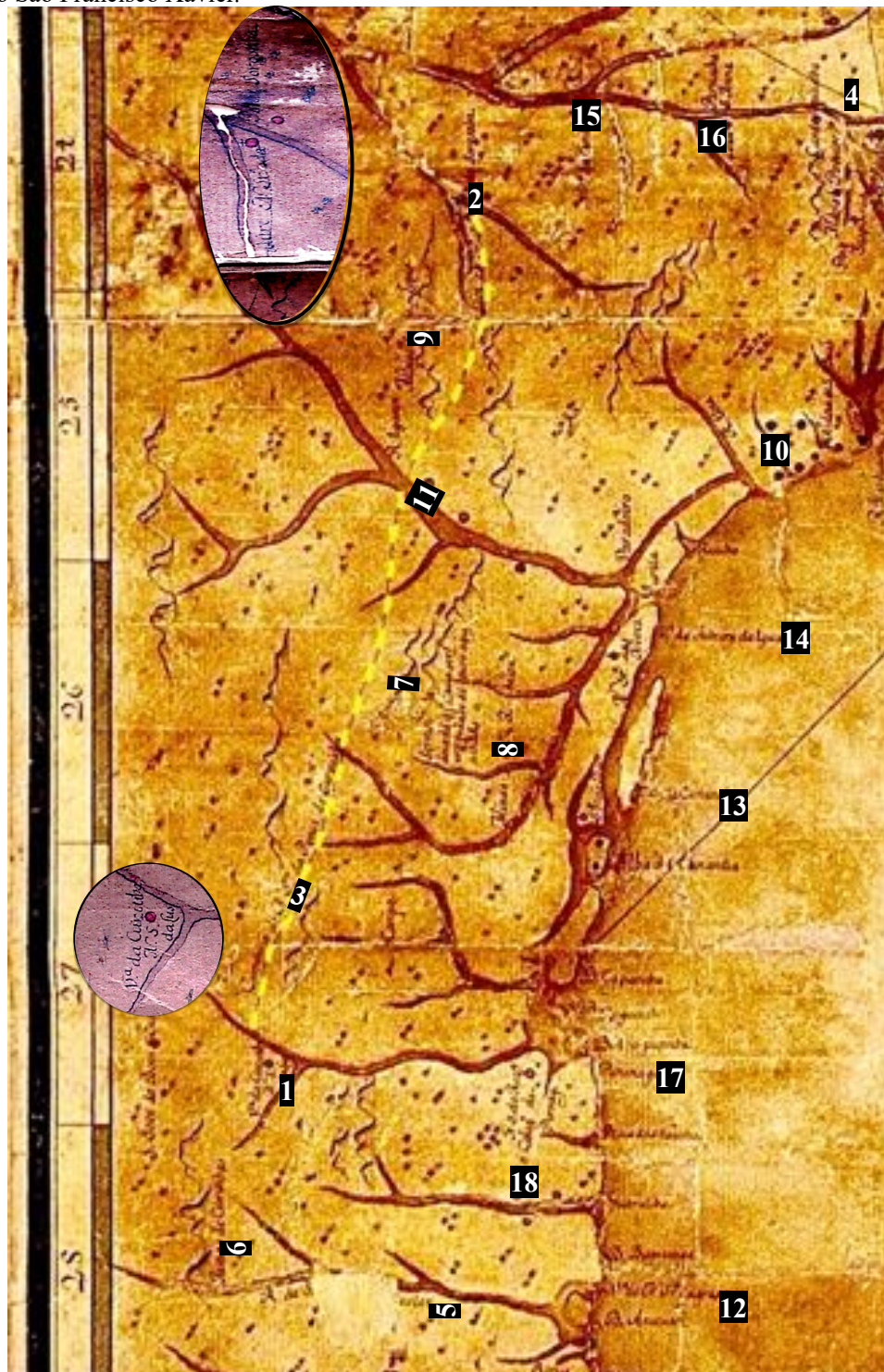
BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”, p. 260-261.

<sup>488</sup> REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*.

<sup>489</sup> REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*, p. 51.

<sup>490</sup> REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*, p. 29-30.

**Figura 14:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que aparece representada a região Sul, aproximadamente, entre as Latitudes 24 e 28, da Cidade de São Paulo ao rio São Francisco Xavier.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Assim, é bastante plausível que o mapa que chegou à Lisboa apresentasse, nessa área, detalhes geográficos bem próximos aos que se observa, em pormenor, na cópia (figura 14). Elas estavam relativamente bem atualizadas, no que diz respeito às particularidades geográficas e administrativas da região, mas ainda refletia o estágio inicial da principal atividade econômica ali desenvolvida, leia-se da exploração das minas, que então se encontrava em seu auge. É interessante ressaltar que, embora praticada pelos jesuítas, a mineração não se conformou como uma das suas principais atividades econômicas, principalmente no que diz respeito a essa região. Tal proposição é confirmada pelo conjunto de elementos que o cartógrafo deixou registrado nesse espaço.

O *Caminho até a Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba* (3), ligando as vilas de Curitiba e Sorocaba, existia antes mesmo da criação de tais vilas e, apesar de sua importância, não era o único caminho existente nessa porção. Ele foi a consolidação melhorada de uma das várias trilhas indígenas que compunham a complexa rede que interligava toda a região. Mais tarde, a partir da década de 1720, quando se iniciou o sistema de tropas e muares, foi expandido até a região do atual rio Grande do Sul.<sup>491</sup>

As chamadas Minas de Curitiba (6) foram exploradas inicialmente por Gabriel de Lara, a partir de 1646, mesma época em que ele foi encarregado de povoar a baía de Paranaguá (13), onde estabeleceu um povoado de mesmo nome.<sup>492</sup> Esse logo se desenvolveu, sendo, em 1648, elevado à condição de Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e, no ano seguinte, recebeu o Pelourinho e a casa de Fundação.<sup>493</sup> Pouco tempo

---

<sup>491</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”, p. 271-272. REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*, p. 233. Cf. TRINDADE, Jaelson Britan. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações, 1992.

<sup>492</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: Câmara Brasileira de Livros, 1989, p. 206.

<sup>493</sup> REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*, p. 198-206.

depois, em 1653, essa vila, várias de suas minas e o caminho para Curitiba foram registrados na *Planta da Baía de Paranaguá com suas ilhas e circunvinhanças*, ca 1653 (anexo1),<sup>494</sup> cuja autoria é creditada a João Teixeira Albernaz, que pode ter sido consultado como fonte para Cocleo representar essa parte.

Sérgio Buarque de Holanda afirma que houve um certo ofuscamento dessas minas de ouro em função da fama que a descoberta das de prata na mesma região alcançou, já que ocorreram no “momento preciso em que se patenteava a diminuição do direito do quinto”. Explica, contudo, que apesar de ter ganhado rápida importância, tanto na Corte como em outras partes da Colônia, essa nova quimera teve vida curta: apenas seis ou sete anos. Afinal, em 1679, ao inspecionar a região, dom Rodrigo Castelo Branco, enviado pela Coroa para avaliar o potencial mineral da Colônia, deu como veredicto derradeiro a inexistência de minas de prata, tanto em Paranaguá como em Curitiba.<sup>495</sup> Tais acontecimentos fornecem algumas pistas a respeito das limitadas e até equivocadas informações que circulavam a respeito dessa região, e que por vezes chegavam aos cartógrafos. No ano 1681, quando Cocleo já se encontrava no Colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro, o descobridor das tais minas de prata, Manuel de Lemos Conde, havia sido destituído do cargo de Provedor e punido com o confisco de seus bens, acabando por se suicidar na cadeia.<sup>496</sup> Seu mapa, portanto, não representa essas míticas minas.

Mesmo com toda a desilusão causada pela falta de prata e pelas dúvidas e confusões que envolveram do ouro, sabe-se que, até os primeiros anos do século XIX, a Vila de Paranaguá se configurou como uma das mais importantes do litoral Sul. Diante

---

<sup>494</sup> FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, p. 298. ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 286.

<sup>495</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 2, p. 257.

<sup>496</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, p. 121-122. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. III, 1959, p. 767-774.



das incertezas dos achados minerais nessa região, salta aos olhos o que parecem ser duas escolhas deliberadas do Padre, onde deixou registrada a dúvida em relação à descoberta do ouro na *Serra do Cadeado [onde] que parecia ser um pedaço de ouro aqui achado* (7), e assinalou Paranaguá apenas como um povoado, sem indicar sua situação de Vila.

O caso das Minas de Ferro de Luís Lopes é outro exemplo do processo de seleção e descarte de informações pelo cartógrafo. Logo após assumir as suas funções de Capitão-mor da Capitania Itanhaém,<sup>497</sup> em fins de 1677, o fidalgo Luís Lopez de Carvalho, de posse de “alguns Roteiros que insinuavam partes e serras onde em algum tempo se achavam sinais evidentes de minas de prata e esmeraldas”,<sup>498</sup> deu início à pesquisa mineral na região. As primeiras notícias, nada satisfatórias, surgiram em 1684. O Frei Pedro de Souza, na presença do Bispo da Capitania, realizou nessa data experiências que indicaram que, em uma arroba de pedra, na profundidade de mais cento e cinco palmos, existia “a presença de alguma prata”.<sup>499</sup> A situação se alterou quando, em maio de 1692, Luís Lopes afirmou ter chegado às “Serras de Birassuiava”,<sup>500</sup> onde estavam “minas de ferro de qualidade”, que excediam todas as que se poderia ter descoberto. A viabilidade do projeto de construção de uma Fábrica de Ferro, na localidade, com cinco engenhos, era tão certa que, para conseguir o dinheiro, Lopes propôs ao Rei a penhora das propriedades que possuía na vila de Vimieiro, em Portugal,

---

<sup>497</sup> A Capitania de Itanhaém foi criada em 1624 a partir da junção das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro.

<sup>498</sup> CARTA Régia pedindo informações sobre as minas de ferro descobertas em Biraçoyaba por Luís Lopes de Carvalho e a fundição que este pretendia ali estabelecer (acompanhada dos respectivos documentos). Lisboa, 23 de Outubro, 1692. *Revista do Instituto Geográfico de São Paulo*, v. XVIII, São Paulo, p. 272, 1913. [Doravante RIGSP]

<sup>499</sup> CARTA régia mandando dar índios para as diligencias das minas de prata e ferro de Sorocaba, realizada por Luís Lopes de Carvalho e Frei Pedro de Souza. Lisboa, 08 de Fevereiro de 1687, *RIGSP*, v. XVIII, São Paulo, p. 265, 1913.

<sup>500</sup> Ibirasoyaba, Sirasoyaba, Birassoyaba, Arassoioava, Guarassoioava, atualmente Araçoiava.

de onde era natural.<sup>501</sup> De acordo com Francisco de Assis Carvalho Franco, mesmo de posse da licença, em 1698, “ele ainda tratava das medidas necessárias para a efetivação” da fundição, que, como outras tentativas anteriores e posteriores, fracassou. Parece que terminou seus dias no fim da primeira década do XVIII, na cidade do Rio de Janeiro, “baldo de recursos exercendo o cargo de escrivão da fazenda”.<sup>502</sup> Empreendimento semelhante para exploração do ferro nessas serras só ocorreu quase um século depois, em 1763, levado a cabo por Domingues Pereira Ferreira.

O período em que o padre Cocleo esteve no Rio de Janeiro coincidiu com o de maior atuação do fidalgo Luís Lopes de Carvalho nas Capitanias do Sul. Este, enquanto governava a Capitania de Itanhaém, exercia a função de administrador das minas por ele descobertas, as de Cananeia e as da Ribeira de Iguapé (8).<sup>503</sup> Das duas, apenas a segunda aparece registrada de forma genérica, situada entre os afluentes do rio Iguape. A vila de Iguapé, a segunda mais importante da região, por possuir Casa de Fundição, desde a primeira metade do século XVII, também aparece aí representada (14). Já os anos em que o *Mapa da maior parte do Brasil* estava sendo produzido, coincidiram com os que o fidalgo lidava com a implementação da sua Fábrica de Ferro nas *Minas de Luís Lopes* (9), cujas jazidas aparecem desenhadas. Em 1692, Luís Lopes descreveu, ao Rei, as Serras de Araçoiaba<sup>504</sup> onde se encontrava abundância de ferro. Segundo ele, ela tinha

---

<sup>501</sup> CARTA Régia pedindo informações sobre as minas de ferro descobertas em Biraçoyaba por Luís Lopes de Carvalho e a fundição que este pretendia ali estabelecer (acompanhada dos respectivos documentos. Lisboa, 23 de Outubro, 1692. *RIGS*, v. XVIII, São Paulo, p. 272, 1913.

<sup>502</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, p. 111.

<sup>503</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”, p. 262-263.

<sup>504</sup> As Serras de Araçoiaba, compostas de rochas alcalinas contendo concentrações de magnetita e apatita, estão situadas ao norte da Cidade de Araçoiaba, no centro-leste do Estado de São Paulo. Têm uma altitude média de 570 metros, estendendo-se em direção NW-SE por 8 km, chegando a atingir 6 km de largura. Os principais rios são os afluentes do Frio Sorocaba: Ipanema, Iperó e Ribeirão do Ferro. A Fábrica de Ferro de São João do Ipanema foi criada no início do século XIX. DAVINO, André. “Geologia

de circunferência sete léguas, segundo afirmam várias pessoas que a tem investido, toda coberta de denso alvoreado, em que se acham paus Reais, e madeiras de lei que será lastima reduzi-los a carvão, porém como distam trinta léguas do mar, não tem outra serventia, e nela se acham vários Rios capazes de em qualquer deles se fabricarem muitos engenhos de agua.

No meio desta serrania esta uma vargem que tem três léguas de cumprido e meia de largo, e pelo meio dela corre um Rio capaz de se fazerem nele as fábricas; toda esta vargem, e águas de miada área, até pedras de arrobos, e muitas e mui dilatas betas profundas, largas e cumpridas, como poderão dizer o Coronel de Itu Manuel de Moura Gavião, Manuel Gonçalves Fonseca, e Manuel Fernandez mestre ferreiro, porque estiveram muitos dias em minha companhia.<sup>505</sup>

A figura 15 é um detalhe mais ampliado dessa área, em que é possível perceber as *Minas de Luís Lopes*, “distante oito dias da vila de Sorocaba e doze da de São Paulo, a jornadas moderadas”,<sup>506</sup> circundada por vegetação arbórea. A cadeia de serras não está disposta em forma de circunferência, e sim em duas linhas de montanhas separadas pelo rio.

**Figura 15:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que aparecem representadas as Minas de Luís Lopes, entre as Latitudes 24 e 25, da Cidade de São Paulo.



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

da Serra de Araçoiaba, Estado de São Paulo”. *Boletim IG*, São Paulo: Instituto de Geociências, USP, v. 6, p. 129-144, 1975. MARCOLIN, Neldson. “Siderurgia na Colônia”. *Boletim de Pesquisa da Fapesp*. Edição 209, Julho 2013. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2013/07/12/siderurgia-na-colonia>. Data de acesso: 15/01/2020.

<sup>505</sup> CARTA Régia pedindo informações sobre as minas de ferro descobertas em Biraçoyaba por Luiz Lopes de Carvalho e a fundição que este pretendia ali estabelecer (acompanhada dos respectivos documentos). Lisboa, 23 de Outubro, 1692. *RIGS*, v. XVIII, São Paulo, p. 273, 1913.

<sup>506</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 226-227.

A atualização das informações da parte Sul ou a maior permanência de dados desatualizados nessa região, quando comparado com a parte Norte, reforçam a ideia de que os mapas – o que chegou a Lisboa e o que permaneceu na Provedoria – estavam representados de forma muito próxima, e a cópia setecentista que permaneceu no Brasil presta-se bem ao estudo do original.

### 3.5 *Além de Tordesilhas*

Uma simples olhada na cópia remanescente do mapa de Cocleo chama a atenção para a ausência, na carta, dos extremos Norte e Sul, e do Centro-oeste do Brasil, sendo que as duas primeiras regiões foram vigorosamente defendidas pela Coroa portuguesa, nos três séculos anteriores, tanto por atos militares, quanto por negociações diplomáticas. O território limita-se ao que estava situado a Leste do que seria o Meridiano de Tordesilhas e, mesmo esse, estaria posicionado de forma bastante desfavorável aos portugueses, já que não inclui, no Sul, nem a futura capitania do Rio Grande, nem a boca do Rio da Prata, nem a do Rio Amazonas, no Norte.<sup>507</sup>

O título do original - *Mapa da Maior Parte do Brasil* – indica que esse apresentava configuração bastante semelhante do território, limitando-se à mesma área representava na cópia. Dessa forma, excluía duas regiões, a Amazônia e o Leste do Paraguai, onde os jesuítas tinham intensa atividade missionária e nas quais, em fins do século XVII, exatamente quando o Padre produzia seu mapa, a administração portuguesa buscava garantir seu domínio. Uma década antes, em 1686, enviara Antônio de

---

<sup>507</sup> Para ter uma noção da área representada por Cocleo ver o anexo 6.

Albuquerque ao Cabo do Norte, e, em 1680, uma expedição militar, enviada pelo governador do Rio de Janeiro fundara a Colônia do Sacramento, na margem setentrional do rio da Prata, que também não aparece representado na carta, apesar de ser considerado o ponto extremo Sul até onde se estendia o território brasileiro – mas por que teria preferido silenciar sobre essas regiões?

Uma explicação parcial para a ausência desses pontos extremos do território que a Coroa Portuguesa reivindicava na América é que o mapa não tinha fins diplomáticos. E, de fato, ainda que tenha sido usado como fonte para o *Mapa das Cortes*, que foi empregado nas negociações de 1750, ele não foi mostrado aos espanhóis.<sup>508</sup> O acidente geográfico mais ao Sul representado foi o rio Laguna, hoje no Estado de Santa Catarina, com um erro de apenas cerca de 1 grau em relação a sua posição de 28° 50' paralelo Sul.<sup>509</sup> Em uma explicação de Cocleo ao governador dom Rodrigo a respeito das jurisdições das capitanias o Padre informa que as capitanias “dos Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente, em que se incluem as Vilas de São Paulo, Santos, e as mais anexas a ela”<sup>510</sup> são pertencentes a administração do Governo do Estado do Brasil. Essa descrição coincide com a que está representada na carta setecentista, onde a última que ele representa é São Vicente, o que também indica que elas deveriam estar presentes nos mapas desaparecidos.

A fundação da Colônia do Sacramento tinha claros propósitos expansionistas na região. Como diz Sérgio Buarque, “foi apenas a iniciativa maior, plenamente oficial

---

<sup>508</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “Uma guerra de imagens”. In: *Oráculos da geografia iluminista*, p. 505-527.

<sup>509</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo”.

<sup>510</sup> RESPOSTA do governador dom Rodrigo da Costa ao Rei. Bahia, 29 de Janeiro de 1704. *DH*, Rio de Janeiro, p. 257, n. XXXIV, 1936.

naquela direção”.<sup>511</sup> Sua criação, segundo Luís Ferrand de Almeida, endossando Caio Prado Junior,<sup>512</sup> permitiu, aos representantes da Coroa portuguesa, “ocupar com mais folga o território que lhes fica para trás, mais para o Norte” como a Ilha de Santa Catarina, Laguna, Rio Grande etc.<sup>513</sup> Este último, ocupado de maneira mais sistemática somente a partir da década de 1730, quando o Brigadeiro o Capitão-general, sobrinho e homônimo do governador Maranhão, Gomes Freire de Andrada, assumiu o governo do Rio de Janeiro e deu início à política imigratória dos casais açorianos para a região.<sup>514</sup> A estratégia portuguesa ainda embrionária de avanço do domínio português no extremo Sul, apontada por Ferrand de Almeida e Prado Jr., a que Sérgio Buarque chama de “meio triunfo”,<sup>515</sup> acrescida do caráter provisório de posse da Colônia, ainda que assegurada pelas cláusulas do Tratado assinado em Lisboa, no ano de 1681, pode, de alguma forma, estar por trás da decisão do Padre de não representar a região em questão.<sup>516</sup>

A questão relevante é a de não desmembrar das Províncias Jesuíticas do Paraguai, cujas raias eram indefinidas e podiam englobar todo o território a Leste desse Rio, as missões portuguesas. Nesse sentido, o senso de pertencer à Ordem se sobrepõe aos interesses da Coroa portuguesa na região. Revela os sentidos paradoxais da relação entre a Ordem e o Estado português, ora de complementaridade, ora de oposição, cada um defendendo seus interesses.

---

<sup>511</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 2, p. 37. Cf.: FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*, p. 38-39.

<sup>512</sup> PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 96.

<sup>513</sup> ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973, p.147-186.

<sup>514</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 1, p. 358-359.

<sup>515</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 1, p. 333.

<sup>516</sup> A ocupação da parte Sul do Brasil atual se deu de modo gradativo e violento, que se estendeu do último quartel do século XVII até 1777, ano de assinatura do Tratado Santo Idelfonso, no qual Portugal teve que entregar em definitivo a Colônia do Sacramento e os Sete Povos. A primeira havia sido conquistada via Tratado de Madri em 1750, e a última foi usurpada na chacina dos povos indígenas na chamada Guerra Guaranítica.

O período entre 1650 e 1707 foi de expansão da atividade missionária dos jesuítas na região, sendo fundadas 9 missões.<sup>517</sup> O mapa do Paraguai, publicado por Joan Blaeu num de seus Atlas, cuja primeira edição é da década de 60, foi produzido a partir de informações de missionários inacianos e franciscanos e dedicado ao superior dos Jesuítas entre 1645 e 1649, Vincenzo Caraffa. As cores servem para dividir as diferentes provín-

**Figura 16:** *Detalhe da Carte de la Partie Meridionale du Brésil: avec les Possessions Espagnoles voisines qui en sont a L'Quest* par M. Bonne, Ingénieur - Hydrographe de la Marine, [1780].



**Fonte:** FBN. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart484884/cart484884.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart484884/cart484884.html). Acesso: 3 de dezembro de 2020

cias e, como era comum, o Paraguai, em verde, aparece como uma entidade autônoma tanto em relação ao Brasil, quanto em relação às demais províncias espanholas. Essa configuração e a dedicatória do mapa revelam a postura que os inacianos experimentavam sobre a região, na qual procuravam gerir de forma autônoma. Não é

<sup>517</sup> Santa Maria de Fé (1647), Jesus del Tavarangue (1685), San Nicolás (1687), San Luis Gonzaga (1687), San Lorenzo Mártir (1690), San Juan Bautista (1697), Santa Rosa de Lima (1698), Trinidad del Paraná (1706), Santo Ángel Custodio (1707).

mero acaso, que no mapa de Cocleo, como no de Blaeu, o Brasil se alongue até pouco ao Sul da ilha de Santa Catarina. (Figura 16)

Na extremidade da carta (figura 17), a paisagem representada passa a ser predominantemente rural, com a presença de Campo de Retiro (3), Currais (4) e Vargem (5). A última localidade é Santo Antônio dos Anjos, futura Laguna. Antes da criação dessa povoação, os jesuítas “tiveram uma Aldeia com residência fixa”, e depois de ereta, eles passaram a ir em missões a partir dela.<sup>518</sup> O arraial Santo Antônio (1) foi fundado pelo Capitão Domingos de Brito Peixoto e seus filhos, em 1688, com planos de “povoar a costa para assegurar as fronteiras”. Afonso E’d Taunay assegura que “em 1696 já existiam rudimentos de Vila na Laguna” no local do arraial,<sup>519</sup> e o professor Osvaldo Rodrigues Cabral atesta que a construção da Igreja iniciou nessa data.<sup>520</sup> Já Aujor Ávila Luz garante que teria sido um pouco mais tarde. Segundo ele, apesar de o povoamento ter sido elevado à vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna em 1720, ela já funcionava nesses moldes desde 1714.<sup>521</sup> Seja como for, importante mesmo para este trabalho é perceber que o povoado não passou despercebido pelo Padre, porém permaneceu sem alterações na cópia setecentista.

Durante o século XVIII, toda essa região foi de disputa entre as duas coroas ibéricas. Em 1713, no contexto do Tratado de Utrecht, um dos filhos do fundador do arraial, Francisco de Brito, foi encarregado de abrir um caminho, por terra, da Laguna ao rio Grande e para as campanhas de Buenos Aires. Contudo, o povoamento do “canal que

---

<sup>518</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 6, p. 467-468.

<sup>519</sup> TAUNAY, Afonso E’d. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, t.1 , 1950, p. 201.

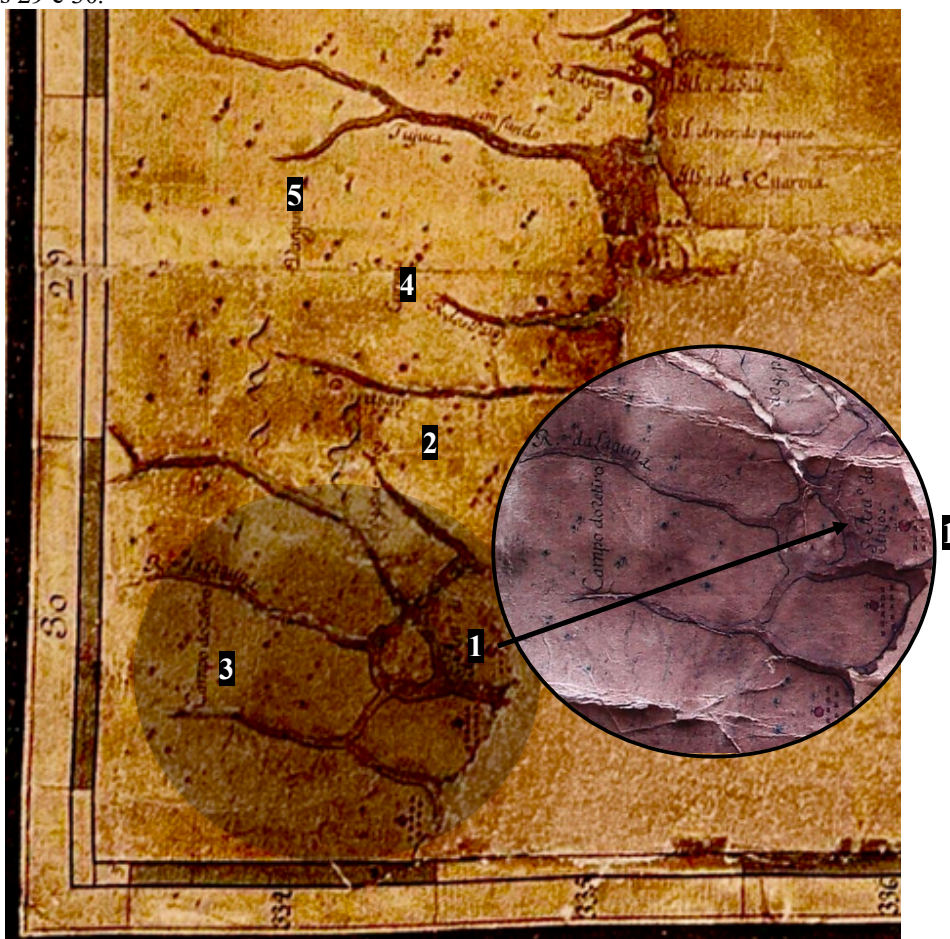
<sup>520</sup> CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Laguna e outros ensaios*. Florianópolis: [s.ed.], 1934, p. 37.

<sup>521</sup> LUZ, Aujor Ávila da. *Santa catarina, quatro séculos de história: XVI ao XIX*. Florianópolis: Insular, 2000.



sangra a Lagoa dos Patos e que daria nome a província” (2) só aconteceria na década seguinte.<sup>522</sup>

**Figura 17:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que aparece representado o extremo Sul a partir do rio São Francisco Xavier, aproximadamente entre as Latitudes 29 e 30.



Fonte: Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército.

Há ainda mais um elemento que reforça a hipótese de que essa porção do mapa já estava concluída quando os exploradores do caminho Maranhão-Brasil chegaram à Bahia, em 1696. A busca de índios e de metais preciosos, ocorrida na primeira metade do século XVII, é tida pela historiografia como “o período de desenvolvimento e apogeu do bandeirantismo”. Data desse período, por exemplo, os primeiros assaltos às reduções

<sup>522</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 2, p. 37.

jesuíticas na Província de Guairá e Tape.<sup>523</sup> Um dos maiores sertanistas de São Paulo, Preto Manuel – que na adolescência havia feito parte na entrada de Nicolau Barreto ao Guairá–, já Mestre de Campo, em 1619, assaltou as reduções jesuíticas de Jesus Maria, Santo Inácio e Nossa Senhora de Loreto, as duas primeiras na margem direita (Oeste) do rio Paraná (atual Paraguai) e a última na esquerda (Leste) do rio Paranapanema (atual Paraná). Aproximadamente três anos depois, realizou uma nova entrada na Província jesuítica, destruindo reduções e levando para São Paulo uma numerosa quantidade de escravaria indígena. Em 1628, em parceria com Antônio Raposo Tavares, ainda encabeçou uma grande bandeira, que “atacou e arrasou” a maioria das reduções jesuíticas do Guairá e do Iguazu, o que lhe redeu, no ano seguinte, a patente de governador das Ilhas de Santa Ana e Santa Catarina.<sup>524</sup> Na década posterior, foi a vez dos povos do Tape. Esses “que se estendiam em direção a oeste, já quase próximo à margem oriental do Uruguai, foram atacados e aniquilados pelas bandeiras paulistas, predadoras de índios”.<sup>525</sup>

É nesse contexto que se deve compreender a inscrição *Rio Grande vai dar no Paraná juntamente com Buenos Aires* escrita numa das margens do primeiro rio (mapa 18). Rotas e possibilidades de expansão, navegando os rios que desaguavam no Paraguai, eram abertas por povoadores e religiosos, haja vista as expedições sertanistas citadas e várias outras. “Em 1553, o Padre Manoel da Nóbrega navegou o rio Anhembi (Tietê), chegando próximo ao Paraguai.”<sup>526</sup> O trajeto pelos rios Tietê, Paraná, até o Prata

---

<sup>523</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, v. 3, p. 127-128.

<sup>524</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*.

<sup>525</sup> TRINDADE, Jaelson Britan. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações, 1992, p. 19.

<sup>526</sup> Com base no alto volume de prata deixado em testamentos pelos paulistas, tendo em vista a pobreza do Planalto paulista nos séculos XVI e XVII, Alfredo Ellis Jr. aventa a possibilidade de esses

(Assunção) e vice-versa era habitual”.<sup>527</sup> A inscrição revela que o Padre estava a par da geografia da região, onde a confluência desses grandes rios era o principal mecanismo de entrada e circulação. Por outro lado, essa região está marcada pela total ausência de símbolos que indiquem a atividade humana. Nesse caso, a ausência de fazendas e paróquias era indício de que a região estava em estágio inicial de colonização. O fato é que, tanto a falta de informações, quanto a inexistência da presença humana nesse território corroboram com a proposição de que a representação dessa parte deve ter sido *ipsis litteris* “do original do Padre Cocleo”, e indicam que as minas de Cuiabá ainda não ocupavam, no imaginário dos paulistas, o lugar de lendárias riquezas.<sup>528</sup>

**Figura 18:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que aparece parte do curso do rio Grande entre a nascente do rio São Francisco e a Serra da Mantiqueira.



**Fonte:** Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército.

---

homens terem chegado às minas de prata de Potossi, uma vez que atingiram as reduções próximas a elas, e trocado mão de obra indígena pelo metal. ELLIS JR., Alfredo. *A economia paulista no século XVIII*.

<sup>527</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”, p. 264.

<sup>528</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*, v. 1, p. 310.

### 3.6 A questão máxima do Estado

Depois de definida as características da maior parte da linha e dos territórios contíguos à costa e do Sul do Estado do Brasil – que, de certo modo, coincidem com as áreas de ocupação mais antigas ou, pelo menos, cujas informações circulavam há mais tempo, mesmo que de maneira restrita, – cabe agora examinar as regiões que o Padre Cocleo obteve informações mais recentes, ou seja, as três principais porções interioranas do *Mapa da maior parte do Brasil*, a do caminho para o Maranhão, a da Ilha do rio São Francisco e a região das minas.

A ligação entre os dois Estados – do Brasil e do Grão Pará e Maranhão – estava no horizonte da Coroa Portuguesa, contudo, foi somente nas últimas décadas do século XVII que se tornou uma “questão máxima do Estado”, para utilizar uma expressão de Capistrano de Abreu,<sup>529</sup> muito em função da consolidação da dinastia bragantina.<sup>530</sup> Uma série de motivos contribuíram para isso, entre eles a dificuldade infligida à produção e o comércio do açúcar provocada pela expulsão dos holandeses. A partir desse momento, era necessário expandir os meios de arrecadação e melhorar o comércio entre os dois Estados, e para isso a união de toda a Colônia despontava como condição *sine qua non*.

Uma década antes de o mapa do Padre Cocleo chegar a Lisboa, o governador do Maranhão entre 1685 e 1687, Gomes Freire de Andrada, logo após por fim à Revolta de Manuel Beckman, voltou a sua atenção para “achar comunicações com o Brasil,

---

<sup>529</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 142.

<sup>530</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. “Índios, engenhos e currais na fronteira oriental Maranhão e Pará (Século XVII)”. In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente & MACHADO, Maria (Org.). *Em terras Lusãs: conflitos fronteiras no Império Português*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 338.

independente do capricho das monções”.<sup>531</sup> Mandou buscar os Principais das aldeias indígenas habitantes no rio Itapecuru, que lhes deram notícias da existência de três “Povoações de Brancos” naqueles sertões e se queixavam sobre a perseguição que tais brancos lhes faziam. A partir do que ouviu, Gomes Freire entendeu que a povoação mais distante era de paulistas e, “por estas notícias como por outras bem fundadas conjecturas e pelo juízo de alguns cosmógrafos”, concluiu que as outras duas eram “da Bahia ou de Pernambuco suposto se navegaram para elas por dois rios que [julgo] serem o de São Francisco e o Rio Grande”. Então, aconselhado pelos “melhores práticos” e por “pessoas de melhor nota desta cidade”, decidiu que era conveniente “que se descobrissem aqueles sertões, porque por [eles] levavam os estrangeiros todos os anos quantidade de excelentes madeiras e a do Brasil”. Também obteve notícias de que aquelas Serras “estavam cheias de minas assim de metais como de pedras preciosas que ultimamente tiram os moradores desta ilha terra”.<sup>532</sup>

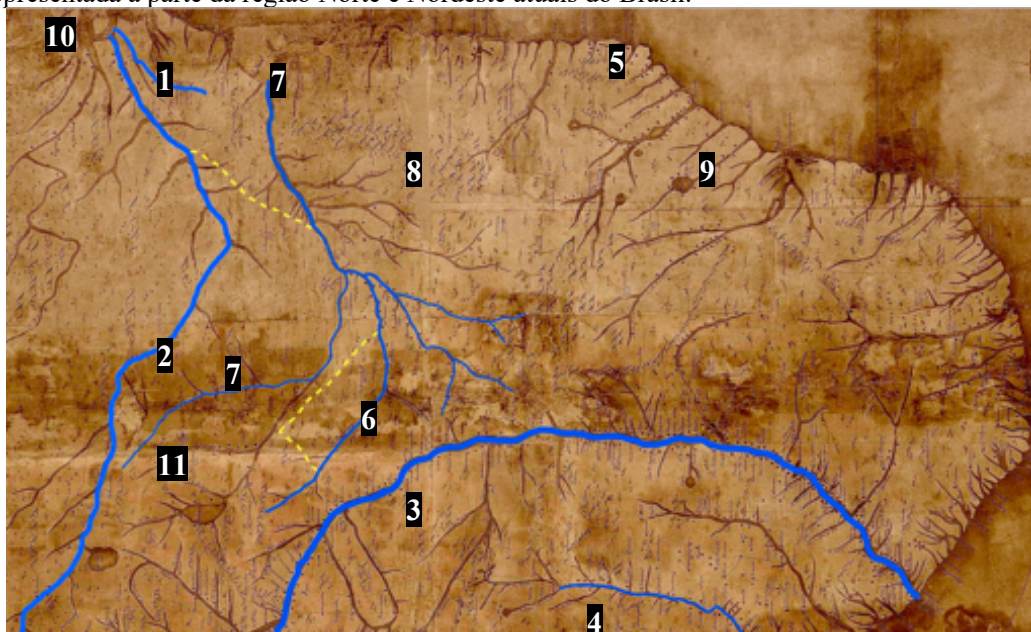
No extrato do *Mapa da maior parte costa, e sertão do Brasil* (figura 19), está representada a região que Gomes Freire mandou averiguar. Para uma melhor visualização dessa enorme área, foram destacados alguns elementos apontados por fontes coevas da expedição enviada por Gomes Freire: o rio Munim (1), parte do Itapecuru (2), parte do traçado rio São Francisco (3), rio Paraguaçu (4), Ceará (5), rio Praguuiasu (6), foz e leito do Parnaíba (7), as Serras de Ibiapaba (8), Lagoa Podi (9) e Maranhão (10).

---

<sup>531</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 142. SILVA, Mairton Celestino da. *Um Caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Pernambuco, UFPE, 2016, p. 95-96. (História, Tese de Mestrado).

<sup>532</sup> AHU. Maranhão. Cx. 009, doc. 906. CARTA de Gomes Freire de Andrada ao Rei. São Luís, 15 de Agosto de 1685. In: Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei dom Pedro II, sobre o Caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia. Lisboa, 10 de Janeiro de 1696.

**Figura 19:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que está representada a parte da região Norte e Nordeste atuais do Brasil.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

João Velho do Vale, morador do Maranhão, foi o encarregado pelo governador de abrir a estrada até a cidade da Bahia. Para essa empreitada, o experiente sertanista realizou duas viagens. Uma em direção ao Ceará (5), passando pela Serras de Ibiapaba (8) onde “deixou descoberta três estradas diferentes”, mas que por causa das dificuldades impostas pelos “Garaús, nação igualmente cruel, e populosa que não [aceitou]” a paz, resolveu dar conta ao governador.<sup>533</sup> Essa ida de Vale, “em companhia de Francisco dos Santos”, fôra requisitada por outro paulista, João Raposo Tavares, que sofria com os ataques do “gentio Tabajara”. Ele, que dizia ter encontrado as tais “minas de prata” que os holandeses tinham aberto em Pernambuco e um “Serro de Pedras azuis e verdes claras transparentes”, solicitou socorro para combater o gentio que infestava a região.<sup>534</sup> Por causa desse episódio, Capistrano de Abreu conjecturou que a viagem de Vale havia

<sup>533</sup> TEIXEIRA, Domingos. *Vida de Gomes Freyre de Andrada*, p. 425-426.

<sup>534</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CÓPIA da carta de João Raposo Bocarro a dom João Lencastre de 24 de Julho de 1694. In: Anexos.

partido da “mesma serra” e atingido a Bahia por um “traçado bastante oriental”, “talvez pelas ribeiras do Podi” (9).<sup>535</sup>

A outra viagem de Vale se deu em companhia de alguns indígenas Caicais, que indicariam a localização das povoações, e teve início no dia de Santo André, 30 de novembro de 1685, a partir da fazenda do Capitão-mor Baltasar de Seixas Coutinho, no rio Munim. Segundo o sertanista, desse sítio ao rio Paraguaçu eram dezoito léguas, que poderiam ser feitas entre doze ou treze dias a uma marcha mais devagar.<sup>536</sup> Em junho do ano seguinte, 1686, Gomes Freire deu notícia do empreendimento. Informou que o prático se encontrava “trabalhando com cuidado incansável no descobrimento dos Sertões dos Rios Mony, Itapecuru e Paraguaçu” – respectivamente, 1, 2, 6 na figura 19 –, ocasião na qual pacificou algumas nações do caminho, com o intuito de persuadi-las “a mudarem suas habitações para a vizinhança da Ilha do Maranhão” (10).<sup>537</sup> Segundo sua descrição,

pele Rio Mony e Itapecuru, sertões que ainda não se tinha penetrado se podia fazer caminhos em poucos dias para o Ceará, e que também por aquela parte se entendia haver quantidade de minas, cravos e outras drogas ajuntando-se a estas esperanças as de dilatar a Pregação do Evangelho pela quantidade de Genticos que vive pelo interior daquelas matas não sendo também pequenas consequências averiguar as notícias que dava uma nação de Tapuias ao Capitão Baltasar de Seixas Coutinho, com que se comunicava, de que há muito poucas jornadas desta capitania viviam outros Brancos que não eram do Ceará, o que tudo pareceu conveniente que se examinasse. (...) Tem-se entendido que os Brancos de que dá notícias estão situados no Rio São Francisco; e é sem dúvida que podendo por aquela parte entrar-se a cavalo até o Rio Mony que não ficará dificuldade que o possa ser a tudo quanto se intentar na matéria dos descobrimentos e sujeição do Genticos.<sup>538</sup>

<sup>535</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 142.

<sup>536</sup> AHU. Maranhão. Cx. 07, doc. 957. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei dom Pedro II, sobre o Governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, dar conta do descobrimento, por João Velho do Vale dos rios Munim e Itapecuru. Lisboa 11 de Dezembro de 1687.

<sup>537</sup> TEIXEIRA, Domingos. *Vida de Gomes Freyre de Andrada*, p. 338.

<sup>538</sup> CARTA de Gomes Freire de Andrade a El-Rel sobre novos descobrimentos e entradas. Belém, 23 de Agosto de 1686, p. 135-136. *RIC*, n. XXXVI, 1922.

Essa parte da jornada, “por ser em utilidade do Estado, glória do Governador e honra de João Velho”, foi registrada pelo Frei Agostiniano Domingos Teixeira na biografia que fez de Gomes Freire de Andrade. De acordo com os apontamentos desse biógrafo, Vale saiu do Maranhão, atravessou o sertão e passou o rio Paraguaçu (6). Nesse sítio, o governador ordenou que ele continuasse até que “chegasse à povoação de brancos, deixasse ao cabo Roteiro de sua jornada; e temendo perigo da volta” Vale deveria seguir à Bahia, “ou aonde se entende que segue aquele rio que parece ser o de São Francisco” (3).<sup>539</sup> Ele deveria escrever dois Roteiros do caminho. Um a ser entregue ao seu sucessor no governo do Estado do Maranhão Arthur de Sá e Meneses, e o outro, que hoje se acha extraviado ou perdido,<sup>540</sup> foi entregue ao governador na Corte.<sup>541</sup> Apesar de todo o esforço, todavia, a ligação Maranhão-Bahia só se concretizou em meados da década seguinte.

Desde os primeiros anos como governador do Maranhão (1690-1702), Antônio de Albuquerque já demonstrava sinais das qualidades do bom negociador que viria a se confirmar anos mais tarde, no desfecho do conflito nas minas.<sup>542</sup> Em 1692 ele teve notícias de que o Capitão-mor Francisco Dias Siqueira, que há muito tempo seguira para região “do sertão Rio São Francisco com nas cabeceiras do Maranhão, e Rio Paranaguá” “para reduzir à amizade e fazer as pazes com os Principais das nações Guacupê e Ananaz”,<sup>543</sup> andava levantando os indígenas das aldeias de Ibiapaba (8), “há muito tempo

---

<sup>539</sup> TEIXEIRA, Domingos. *Vida de Gomes Freyre de Andrada*, p. 338-139.

<sup>540</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 142.

<sup>541</sup> TEIXEIRA, Domingos. *Vida de Gomes Freyre de Andrada*, p. 426.

<sup>542</sup> Ver: ROMEIRO, Adriana. “Um Governador disfarçado”. In: *Paulistas e Emboabas no coração das minas*, p. 292-302.

<sup>543</sup> PATENTE de Capitão-mor provido em Francisco Dias Siqueira. Bahia, 01 de Fevereiro de 1677. *DH. Patentes e Provisões 1668-1677*, Rio de Janeiro, v. XII, p. 428-429, 1929. É provável que esse rio Paranaguá onde o sertanista chegou ficasse próximo a Lagoa de Parnaguá (11), hoje, no Piauí.



domesticados pelos Padres da Companhia”. Nessa ocasião, o governador conseguiu reverter, por conta própria, a situação e fez com que o paulista se empregasse na extinção dos índios de corso, que eram “os mais danosos aos moradores”. O Rei, além de parabenizá-lo pela atuação, pediu que “continueis na resolução que tomastes de se conservarem com os Índios naquele lugar em que estão situados, ensinando aos Paulistas quando convém ao meu serviço, e bem dessa conquista”.<sup>544</sup>

Interessado em criar fontes de rendas para o seu Estado, em 1695, Antônio de Albuquerque quis saber como proceder para distribuir as terras na região onde os Estados do Maranhão e do Brasil não tinham a jurisdição definidas. Para isso, enviou duas cartas, uma para o Rei e a outra para o governador do Brasil. Ao primeiro, dava conta de ter descoberto a estrada que ligava os dois Estados, confirmando estar certo de que havia “chegado a umas povoações de criadores de gados da jurisdição da Bahia citas nas Cabeceiras do Rio para o asugue (sic) das águas na costa entre o Siará e o Maranhão donde vos havia escrito um morador administrador daquelas fazendas por nome de Antônio da Cunha Souto-Maior”, que lhe havia solicitado “seis léguas de terra para apascentar gados”.<sup>545</sup> Começa aí a disputa de jurisdição com o Estado do Brasil, cuja defesa do domínio sobre essa região será tomada a cabo por Lencastre.

Albuquerque, enviou a outra carta, tratando do mesmo assunto, por terra levada pelo experiente Sargento-mor Francisco dos Santos, ex-companheiro de Vale, ao governador-geral do Estado do Brasil. Dom João Lencastre. Cauteloso, “sobre as terras,

---

<sup>544</sup> CARTA para Governador do Maranhão, sobre a notícia que se teve de andarem os Paulistas com as suas tropas vizinhas a Capitania do Pará eficaz remédio para a extinção dos Tapuias, se diz ao Governador continue na resolução de conservar os Índios naquele lugar onde estão situados. Lisboa, 3 de Dezembro de 1692, p. 134-135. *Anais da Biblioteca Nacional – Livro Grosso do Maranhão*, 1ª parte, n. 66, Rio de Janeiro, 1948. [Doravante: *ABN*]

<sup>545</sup> CARTA para Governador do Maranhão. Sobre o descobrimento da estrada do Estado do Maranhão para o Brasil. Lisboa, 25 de Janeiro de 1696, p. 158-159. *ABN – Livro Grosso do Maranhão*, 1ª parte, n. 66, Rio de Janeiro, 1948.

que se lhe pediram por parte dos moradores, que tocam ao Brasil; porque enquanto se não demarcam os sertões de um, e outro Estado”, preferiu não opinar sobre o assunto naquele momento,<sup>546</sup> mas comemorou entusiasticamente a iniciativa da jornada que Lencastre organizara. “Até então a comunicação por terra entre os dois estados revelara-se praticamente impossível, principalmente em razão dos povos indígenas que habitavam as regiões intermediárias, mas também as dificuldades naturais numa rota de centenas de léguas”.<sup>547</sup>

De acordo com o governador-geral do Brasil, dom João Lencastre, com o propósito de tornar o caminho “mais bem reconhecido das Aldeias de Bárbaros”, no mesmo ano de 1695, organizou duas expedições que deveriam ir ao Maranhão e voltar. Em uma delas, mesmo sem encontrar um “piloto inteligente para se graduar o Sertão, e se dividirem com certeza as terras que tocam a cada Estado, e se evitar o embaraço das jurisdições que sempre há de haver enquanto se não distinguirem os seus confins”,<sup>548</sup> tenha despachou o Sargento-mor Francisco dos Santos, já restabelecido da jornada, desta feita em parceria com o Capitão André Lopes Maciel.<sup>549</sup> Observa-se por esse comentário, que o propósito não era apenas abrir o caminho, mas também demarcar os limites de cada Estado, principalmente quando se levava em conta que Albuquerque buscava reivindicar para seu governo várias terras nessas região. Com diferença de dez dias, cujo desfecho já foi contado no início deste capítulo, o Capitão-mor Manuel Gonçalves Ferreira, “descrito

---

<sup>546</sup> CARTA escrita ao Governador do Maranhão Antônio Coelho de Carvalho. Bahia 22 de Abril de 1695. *DH. Mandados, alvarás, provisões e sesmarias (1549-1555)/ Cartas dos Governadores Gerais (1692-1698)*, Rio de Janeiro, v. XXVIII, p. 353, 1937.

<sup>547</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 164.

<sup>548</sup> CARTA para Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho Governador, e Capitão Geral do Estado do Maranhão. Bahia, 16 de julho de 1695. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXXVIII, p. 342-344, 1937.

<sup>549</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 164-165.

como homem hábil em guiar-se pelo sol”,<sup>550</sup> isso é sabia tomar as latitudes, fundamental para estabelecer limites de jurisdição precisos, foi enviado para “descobrir, e graduar por novo rumo, outro caminho mais breve, e mais fácil”.<sup>551</sup>

A despeito da diferença entre as datas das duas partidas, os comboios com oitenta homens de cada uma das duas tropas se encontraram nas últimas povoações de gados que os baianos tinham, situadas nos confins do Maranhão, e, de lá, terminaram a jornada juntos, no dia 17 de Novembro de 1695, quando chegaram à cidade de São Luís.

Pouco depois, no início de 1696, a 25 de janeiro, para desgosto de Lencastre, a resposta positiva do Rei a Antônio de Albuquerque foi expedida:

Atendendo a estas terras de que se trata ficarem mais vizinhas a esse Estado e que do seu rendimento se poderá ajudar para as consideráveis despesas de gente que as garante para a segurança das mesmas terras e por outros justos respeitos. Fui servido ordenar que pertençam ao Governador desse Estado a data das terras para que as reparta por aquelas pessoas que tratem da sua cultura, e por este meio dos frutos que produzem se paguem dízimos para se acudir aos encargos que crescem na fábrica das novas fortalezas, e sustento de sua guarnição de que vos aviso para terdes entendido a resolução que fui servido tomar nesta matéria, e poderdes usar da jurisdição que por ela vos concedo como Governador desse Estado.<sup>552</sup>

Antes dos exploradores iniciarem o percurso de volta à Bahia, no dia 27 de Março de 1696, Antônio de Albuquerque, que por essa data talvez já tivesse até recebido a resposta do Rei sobre sua jurisdição sobre a doação das sesmarias na área percorrida pela expedição, escreveu a dom João Lencastre expondo toda a sua desconfiança sobre esses homens. Inicialmente, queixou-se da falta de respeito e da insubordinação praticada por

<sup>550</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 166.

<sup>551</sup> CARTA para Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho Governador, e Capitão Geral do Estado do Maranhão. Bahia, 23 de julho de 1695. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXVIII, p. 344-345, 1937. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 143.

<sup>552</sup> CARTA do Rei para o Governador Geral do Maranhão sobre o descobrimento da estrada do Estado do Maranhão para o Brasil. Lisboa, 25 de Janeiro de 1696, p. 158-159. *ABN – Livro Grosso do Maranhão*, 1ª parte, n. 66, Rio de Janeiro, 1948.

Manuel Gonçalves. Esse, além de não lhe apresentar os documentos necessários, não cumpriu com a palavra que tinha dado de ir buscar uns cavalos que serviriam para Francisco dos Santos refazer a viagem – e, pior, “não só faltou a isto, mas o tratou com desprezo e inobediências”. Provavelmente, esse ocultamento era estratégia ordenada por Lencastre. Concluiu seu argumento dizendo que o paulista mal podia “abrir a estrada, graduar caminho, e chegar primeiro que Francisco dos Santos, como Vossa Senhoria me significa, não trazendo guarda, nem sendo sertanejo, e menos piloto, como o que ainda parte do Caminho seguiu o de Francisco dos Santos”.<sup>553</sup>

Apesar da desconfiança de Antônio de Albuquerque, no ano seguinte, tanto dom João Lencastre, como o próprio Padre Cocleo, que depositavam sua confiança no Capitão Manoel Gomes Ferreira, paulista e autor do Roteiro, recomendaram à Corte que ele recebesse alguma mercês em troca dos serviços prestados na expedição. Segundo o último, Gomes Ferreira e os exploradores que o acompanhavam trabalharam

em romper a aspereza dos matos que lhes dificultavam, demarcando as balizas naturais de montes, rios e serros com que vieram aumentando as certezas da rota, que traziam para a [observação] dos que depois a seguissem; e fazendo um roteiro que encarreguei a Manoel Gonçalves Ferreira me trouxe fiel, para por ele se poder apresentar sem erro o novo caminho, que deixassem aberto, e que procurassem investigar sempre o mais breve, o mais plano, e o mais direto, como fizeram. Desta maneira está descoberto e feito o mais capaz de ser seguido e frequentado.

No percurso havia muitos campos,

bosques formosíssimos, várias ribeiras, e fontes nativas de excelentes águas, (...) rios não caudalosos, mas tão abundantes de peixe, como as matas de toda a diversidade de caça de ar, e da terra, furta e mel silvestre; e perto do Maranhão [dez] léguas de mata com gentis madeiras, mas menos caça. (...) Dizem mais, que aberta de toda a estrada por este Caminho, que ultimamente agora deixaram descoberto e feito. Haverá desta cidade a de São Luís, pouco menos de 300 léguas, as quais em três meses e meio até quatro se poderá andar de ida e de

---

<sup>553</sup> CARTA do Governador do Maranhão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. São Luís do Maranhão, 15 de Março de 1696. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXXVIII, p. 403-407, 1937.

volta. Que não encontram gentio algum; mas supõem-se que os que poderá haver por aqueles distritos vizinhos, ao no caminho, serão de curso.<sup>554</sup>

De um lado, as expressões “demarcando as balizas naturais de montes, rios e serros”, “certeza da rota”, “me trouxe um roteiro fiel”, “um caminho novo sem erro”, “capaz de se seguido ou frequentado”, entre outras selecionadas por dom João Lencastre, refletem o embate que ele e Antônio de Albuquerque estavam travando no Conselho Ultramarino a respeito da descoberta do caminho<sup>555</sup> e da disputa de jurisdição entre os dois Estados, do que, propriamente, das notícias do trajeto percorrido por Manuel Gonçalves na abertura do mesmo. Demarcar os limites pelas balizas naturais do terreno, servindo-se de montes, rios e serros era estratégia usual nas disputas de jurisdição.<sup>556</sup> Por outro, as várias referências às águas, à proveitosa vegetação e até à suposta ausência indígena, apesar de serem expressões genéricas, são voltadas para justificar a serventia da empresa e as possibilidades de terras devolutas a serem colonizadas.

Cabe lembrar que, por esses anos, a região dos atuais Estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande passava por várias dificuldades impostas pela atuação dos gentios e dos negros dos mocambos, e até pela epidemia de bexigas.<sup>557</sup> Portanto, não foi gratuito o

<sup>554</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. Anexo: COPIA da carta de dom João Lencastre ao Rei. Bahia, 27 de Setembro de 1697.

<sup>555</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 906. CARTA do Governador Antônio de Albuquerque para o Rei sobre o descobrimento do caminho. Belém 2 de Junho de 1695, f. 4. In: Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei dom Pedro II, sobre o Caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia, Lisboa 10 de Janeiro de 1696; CARTA para o Governador-geral do Maranhão, sobre lhe agradecer o cuidado no descobrimento da estrada daquele Estado para o Brasil. Lisboa, 9 de Janeiro de 1697. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, série I, p. 164-165, 1937. O dicionarista César Augusto Marques aponta João Velho Vale como o responsável pela abertura do caminho. Já o Padre Bettendorff em suas memórias diz que foi graças a Antônio de Albuquerque. MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2018, p. 294. BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 356.

<sup>556</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 438.

<sup>557</sup> Documento n. 82: CONSULTA do Conselho Ultramarino de 25 de Agosto de 1695, em que o Governador, e Capitão Geral de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, dá conta a Sua Majestade de se continuarem as doenças no Recife, e pede se lhe apliquem os meios que parecem mais convenientes para se evitarem e vão os papéis que se acusam. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares (subsídio para a*

administrador terminar a sua missiva enfatizando a salubridade e a segurança do caminho aberto. De acordo com ele, o caminho estava “tão frequentado que por ele veio agora daquele Estado o Doutor Manuel Nunes Colares que ali serviu de Ouvidor-geral e antes e depois vieram outras pessoas e os oitenta homens que mandei explorar este caminho foram e vieram sem adoecer, nem morrer alguém”.<sup>558</sup> Recém-provido no posto de desembargador, Colares acompanhou a expedição saindo do Pará, à cavalo, pelo caminho recém-aberto, para tomar posse das suas novas atribuições na Relação da Bahia.<sup>559</sup> No meio do caminho, em janeiro de 1697, a expedição topou “com os tapuias bravos chamados Aroatizes, e Goanazes com os quais ajustaram as pazes”.<sup>560</sup>

Vários caminhos estão assinalados em todo o *Mapa da maior parte costa, e sertão do Brasil*, a cópia remanescente. Alguns deles frequentados e reconhecidos no início do século XVII, como aquele que ligava Curitiba a Sorocaba; outros, oficialmente abertos na centúria seguinte, como é o caso do Caminho Novo de Garcia Rodrigues, a partir de 1704, que não constava com certeza do original do Padre Cocleo, podendo ser considerado um acréscimo posterior existente apenas na cópia. Mas voltemos à região percorrida pela expedição, nessa área está traçado um outro caminho que se divide em dois trechos, destacado em amarelo na figura 19. O primeiro sai do rio Itapecuru (2) e segue até o Parnaíba (7), quando passa a ser fluvial. O segundo trecho surge no Praguaçu

---

*sua história*): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo/Rio de Janeiro/ Porto Alegre: Editora Companhia Nacional: 1987, v. 1, p. 152-154. CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (Primeira Metade do século XVIII)”. *Revista de História*, São Paulo, p. 167-200, n. 168, jan./jun. 2013. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*.

<sup>558</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. ANOTAÇÃO de Roque Monteiro Paim. Lisboa, 10 de Dezembro de 1697. BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 691.

<sup>559</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 691.

<sup>560</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 356.

(Paraguaçu?) (6) e segue por terra, cortando duas fazendas não nomeadas, a última situada às margens do rio Guarugues (Gurgueia) (11), de onde retorna para rio Paraguaçu.

As informações deixadas pelos três governadores Gomes Freire, Antônio de Albuquerque e dom João de Lencastre, que trabalharam nessa ligação não permitem concluir que este teria sido o trajeto percorrido nem por Domingos Velho Vale, nem por Francisco dos Santos e Manuel Gonçalves Ferreira, entre 1687 e 1696. Principalmente se se leva em conta o que sugere Márcio Santos. Ao compará-lo com o caminho entre Cachoeira e a Serra de Orobó, aberto mais ou menos na mesma época, o caminho Maranhão-Brasil, além de ser mais extenso não constituiu “uma via com trajeto definido e balizado”, e sim “uma rota possível de comunicação entre os dois Estados”.<sup>561</sup> Em 1702, o experiente sertanista Domingos Afonso Sertão, por exemplo, ao informar a dom João Lencastre sobre os caminhos, as povoações e as distâncias em léguas existentes entre a cidade da Bahia e o Maranhão, também não tinha muita certeza sobre a localização desse caminho. Segundo ele,

das novas povoações a que chamam Canindé, Piauí e Parnaíba, que será da entrada do dito Rio São Francisco aos primeiros currais de gado da dita povoação 40 léguas, e correndo pela povoação dentro até a última povoação para a parte do Maranhão, que são 30 léguas, e desta última povoação à cidade do Maranhão, serão 70 léguas suposto que há caminho, que é o que Vossa Senhoria mandou abrir, hoje por ele se comunicam da dita povoação com os moradores do Maranhão.<sup>562</sup>

Mas este era expediente comum em mapas: traçar como certos caminhos que se ramificavam em inúmeras trilhas, de forma a imprimir a noção de posse sobre um vasto território. No caso do Brasil, garantia em nome da Coroa portuguesa a posse de uma

<sup>561</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 167.

<sup>562</sup> Documento XXXIV: CARTA de Domingos Sertão a dom João Lencastre. Bahia, 15 de Janeiro de 1702. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 439-440.

região de sertão inculto, palmilhada de índios bravios. É o que se observa na *Amérique Méridionale*, do geógrafo francês, Jean Baptiste Bourguignon D’Anville, em relação ao Caminho da Bahia em direção às Minas. “O Caminho da Bahia era na realidade um conjunto de estradas e picadas que, com variações, ligavam Salvador, na Bahia, a Sabará e Vila Rica, nas Minas Gerais”. Apesar de utilizar o Roteiro dos Irmãos Nunes, e, “diferentemente do que está escrito no roteiro dos três irmãos, quem se debruça sobre o mapa feito por D’Anville percorre apenas um dentre os vários caminhos que, a partir de Salvador, podiam ser tomados para atingir as Minas Gerais”, servindo “para demonstrar a expansão da fronteira civilizatória da cultura e da sociedade portuguesa na América” sobre esse espaço interior.<sup>563</sup>

A imagem, no mapa de Cocleo, do caminho aberto pelos expedicionários como preciso e certo e a informação na carta de Lencastre ao Rei, em 1697, que esta região estava a 300 léguas de São Luís, gastando-se no mínimo 3 meses e meio de jornada até lá, eram modos sutis de evidenciar que melhor seria deixar a jurisdição dessa área para o Estado do Brasil, sem confrontar diretamente a decisão régia. Mas para bom entendedor, meia palavra bastava.

### 3.7 A ocupação Norte-Sul do Piauí e o rio Praguaçu Piaguiuasú

Fosse como fosse, para refletir sobre as possibilidades de representação dessa parte do território que poderiam estar presentes no *Mapa da maior parte do Brasil* foi necessário o cotejamento com outras fontes contemporâneas. A figura 20 é uma parte

---

<sup>563</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*, p. 203-204, 207.



ampliada da figura 19, mas, diferentemente desse, tem por finalidade visualizar os detalhes de tal parte deste território.

A movimentação de luso-brasileiros por toda essa região foi anterior à segunda metade do século XVII.<sup>564</sup> Os jesuítas percorreram todo o espaço até a expulsão da Ordem no Maranhão, em 1759. Em 1653, por exemplo, mesmo sem um astrolábio, o Padre Vieira, “se orientando pelo sol”, e com os seus “conhecimentos dos ventos”, traçou os primeiros rumos do rio Tocantins.<sup>565</sup> Equipados com o mesmo artefato, os Padres Francisco Veloso, que fugiu para Gurupá, e Manuel Nunes, que foi preso na rebelião de Beckman, realizaram expedições ao rio Parnaíba, em 1655 e 1658, respectivamente.<sup>566</sup> Outras incursões foram realizadas e “uma vez na posse de instrumentos indispensáveis, os Roteiros fluviais jesuíticos multiplicaram-se em sucessivas entradas durante o século”.<sup>567</sup>

Apesar disso, a movimentação nesses sertões se intensificou, de fato, a partir da década de 1670.<sup>568</sup> Basílio de Magalhães interpreta que isso ocorreu não “somente para a montaria aos selvícolas, mas, particularmente, com o fito de descobrir riquezas minerais, consoante com o expresso desejo do soberano”, à época, Afonso VI.<sup>569</sup> Márcio Santos, por sua vez, em sintonia com a historiografia mais recente da região, amplia a discussão. Segundo ele, tais homens gradativamente passaram a ocupar, fixar e valorizar

---

<sup>564</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. “Índios, engenhos e currais na fronteira oriental Maranhão e Pará (Século XVII)”.

<sup>565</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 3, p. 327.

<sup>566</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 130-132. CF. SILVA, Mairton Celestino da. *Um Caminho para o Estado do Brasil*, p. 82.

<sup>567</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 4, p. 282.

<sup>568</sup> Sobre o assunto ver também: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, p. 119-156, n. 8, abril de 1997.

<sup>569</sup> MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil Colonial*. São Paulo, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 95.

economicamente os “sertões centrais e setentrionais”, dando início ao processo que ele nomeou de “territorização dos sertões”. “Por razões distintas, antigos caçadores de índios, combatentes mercenários de tribos tapuias e aventureiros exploradores de riquezas minerais deixam, em alguns casos, o ritmo itinerante dessas atividades e se assentam em núcleos pioneiros de ocupação do interior”.<sup>570</sup> Em suma, como concluem Rafael Chambouleyron e Vanice Siqueira de Melo, para entender a expansão portuguesa a leste do Estado do Maranhão e Grão-Pará é fundamental entender o sentido da ocupação luso-brasileira e a “relação dos conflitos entre índios e portugueses com a apropriação econômica da região”.<sup>571</sup>

Para se ter uma noção desse processo, basta aludir às expedições do paulista Sebastião Paes de Barros, em 1672, apontado como o responsável pela abertura de um caminho que ligava a região a São Paulo;<sup>572</sup> os descobrimentos minerais do Padre Antônio Raposo, em 1674; as atividades do já mencionado Francisco Dias Siqueira, entre 1677 e 1710; e as campanhas de Vital Maciel Parente, que identificaram a direção meridional do curso do rio Parnaíba, em 1679; entre outras. No que diz respeito a esse último sertanista, é interessante ressaltar que os jesuítas Padre Gonçalo de Veras e o Irmão pintor João de Almeida o acompanharam em uma das expedições. Ao fim de um mês e meio, “calculando com a razão que ainda ficaram longe das nascentes do Parnaíba, estes decidiram voltar. Tomando a altura do sol, pelo astrolábio que levaram consigo, acharam a altura de 6 graus da parte sul”. Além da matança impetrada sobre os Tremembés, a expedição forçou a mudança de sítios dos Caribuços, Caicaças,

---

<sup>570</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 62.

<sup>571</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. “Índios, engenhos e currais na fronteira oriental Maranhão e Pará (Século XVII)”, p. 242.

<sup>572</sup> Na figura 20, entre os dois trechos assinalados do caminho agora estudado, é possível ver parte do trajeto de um caminho denominado “Caminho novo do Gado”, que será discutido no capítulo seguinte.

Aindoduções, Guaçiduções, Critições e Anapurus que estavam estabelecidos no trecho percorrido.<sup>573</sup>

Existe no Arquivo Histórico Ultramarino uma carta intitulada *Mapa da costa e rio Parnaíba entre o Maranhão e as serras de Ibiapaba* (Anexo 2),<sup>574</sup> sem autoria, mas que, em razão da inscrição presente em seu verso, *Donde chegou Vital Maciel quando foi castigar os Tramanbaz*, foi datada por Maria Dulce de Faria como sendo desse período. Um dos pontos que merece destaque nesse registro é que ele destaca o curso do rio Parnaíba da sua foz até a altura de cinco graus e vinte minutos.<sup>575</sup> Como Carmem Marques Rodrigues demonstrou com relação à região do Distrito Diamantino, “estes homens não viviam isolados e, na medida em que continuavam em busca de novas descobertas ou buscavam legitimar as ações de seus antepassados, as trocas de informações, roteiros e mapas, se intensificaram”.<sup>576</sup> Dessa forma, apesar de um universo infinitamente reduzido de fontes oriundas de derrotas de rios, abertura de caminhos, entre outras ações nos sertões, ter sobrevivido até os dias de hoje, percebe-se que as mesmas foram cruciais para a fixação, a expansão e o conhecimento do território.<sup>577</sup>

A linha branca, acrescentada à figura 20, está situada à altura de cinco graus e trinta minutos, mais ou menos na região onde Vital chegou, em 1679. Levando em

---

<sup>573</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 3, p. 163-164.

<sup>574</sup> AHU. Maranhão. Cartografia, doc. 1048.

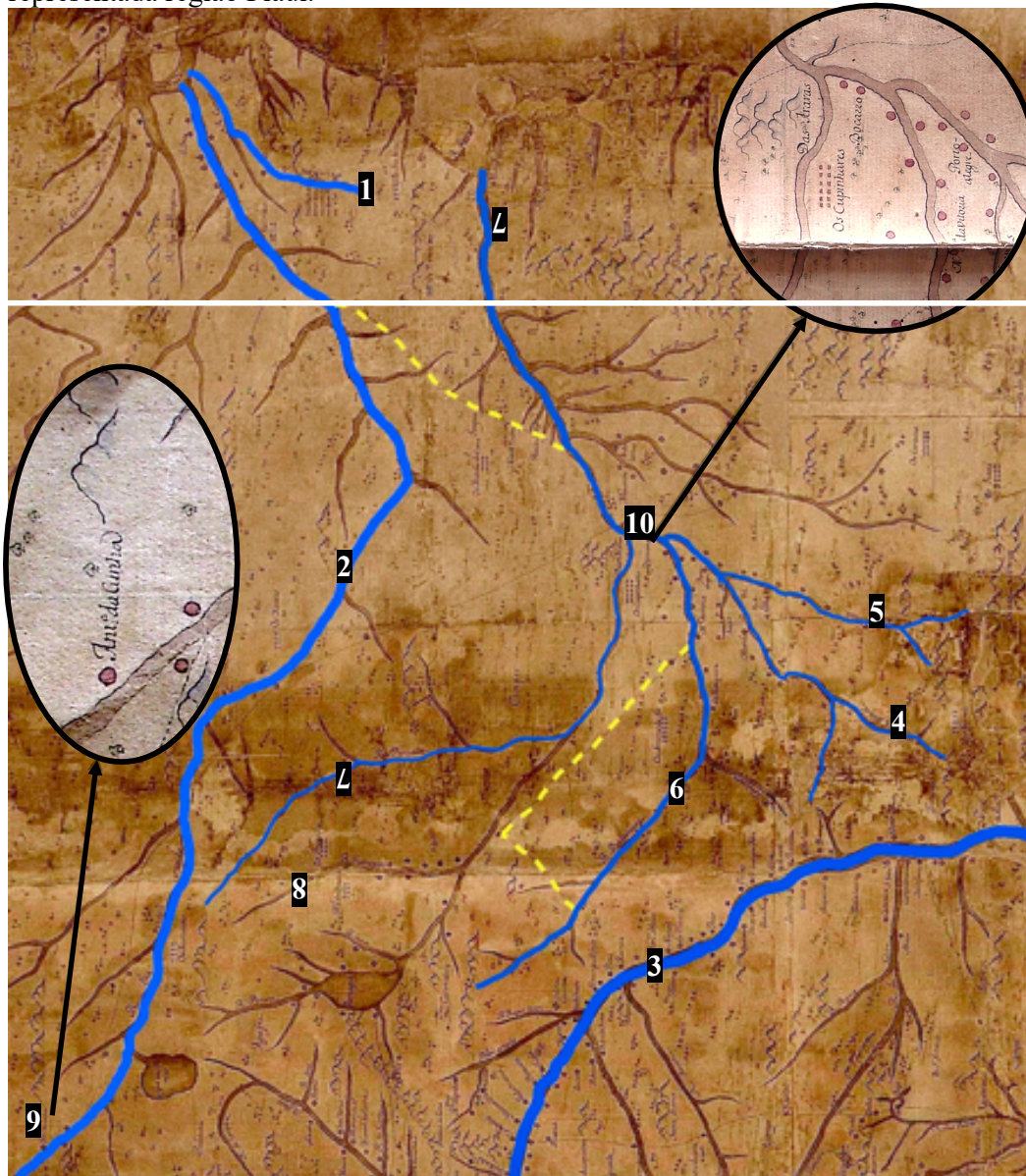
<sup>575</sup> FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 89.

<sup>576</sup> RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes*, p. 19.

<sup>577</sup> Ainda sobre a produção e circulação de mapas no Brasil durante o período colonial, ver FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*. FURTADO, Junia Ferreira. “As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro”. *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v. 4, p. 155-212, 2003; SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 878-385. TOLEDO, Adriano. *Uma tradição paulista nas minas: descobridores e conquistadores nos sertões dourados*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

consideração que, provavelmente, da costa até essa baliza incidia uma região relativamente conhecida e cartografada desde o início do século, chama a atenção a inter-

**Figura 20:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que está representada região Piauí.



Fonte: AHEx. N. 23-24. 2798; CEH 1530.

cessão formada entre a linha plotada, o primeiro trecho do caminho traçado e o Rio Itapecuru. Os relatos indicam que o território ao sul dessa linha, apesar de já povoado,

configurava-se, nesses anos, como uma região ainda pouco conhecida — pelo menos, no que diz respeito aos administradores régios do Estado do Maranhão. Daí a necessidade do governador Gomes Freire de apurar as notícias da existência de “Branços que não eram do Ceará”, situados no rio São Francisco, de onde se poderia chegar ao rio Munim (1) a cavalo;<sup>578</sup> e do experiente João Velho Vale acreditar que, saindo a pé, em marcha lenta, desse mesmo rio, levaria doze ou treze dias para alcançar o rio São Francisco (3).

Em tal espaço, excetuando as fazendas nomeadas à margem do rio São Francisco e de seus afluentes, uma das poucas que aparecem assinaladas na carta setecentista (figura 20), ao que tudo indica, é exatamente a de Antônio da Cunha Souto-Maior (9), o morador e administrador das fazendas da “Cabeceiras do Rio para o asugue<sup>579</sup> (sic) das águas na costa entre o Siará e o Maranhão”, que pedira essa sesmaria a Antônio de Albuquerque. No ano seguinte a esse pedido, 1696, quando foi ao Pará para ouvir missa, o Padre Bettendorff disse ao governador que ficara sabendo “dos homens do Brasil, que tinham vindo pedir datas de pastos para seus currais de gado, pelas campinas que há do Ceará até Tapicuru”.<sup>580</sup> Nenhuma fonte que confirme a doação foi localizada, contudo, sabe-se que o mesmo Antônio da Cunha, em 1697, vivia com “quatro negros” em uma Fazenda de gados que possuía, denominada Craíbas,<sup>581</sup> localizada em uma região conhecida pelo mesmo nome (10), “ao longo do rio Canindé (4), perto da confluência deste rio no Parnaíba (7).” Os principais acidentes geográficos que cortam a região estão

<sup>578</sup> CARTA de Gomes Freire de Andrade a El-Rel sobre novos descobrimentos e entradas. Belém, 23 de Agosto de 1686, p. 135-136. *RIC*, n. XXXVI, 1922.

<sup>579</sup> Provavelmente açude.

<sup>580</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 691.

<sup>581</sup> Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, pelo Padre Miguel de Carvalho e Almeida. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*, p. 374; O nome Miguel Couto foi grafado equivocadamente por Ernesto Ennes. CF ROLIM, Leonardo Cândido. “O estabelecimento da igreja nos sertões (c.1670-1710). In: *A rosa dos ventos dos sertões do Norte*, p.132-138.

representados no mapa, bem como a fazenda de Cunha, a única cujo nome do proprietário foi informado ao lado do círculo, símbolo empregado para indicar as fazendas.<sup>582</sup>

Uma especificidade do território destacado diz respeito aos topônimos de vários locais pois muitos prevaleceram na corografia da região.<sup>583</sup> O topônimo Parnaíba, em língua geral, significava grandes rios com “trechos impraticáveis, onde a navegação se torna impossível”.<sup>584</sup> Para Varnhagen, essas toponímias originaram-se da relação que os indígenas estabeleciam com os rios, sendo uma combinação entre as “designações que lhes indicavam sentido” com os “predicados puramente subjetivos”. No caso dos rios Paraíba, Paranaíba e Paranaíba, os indígenas os utilizavam como sinônimo de Rio-Mau.<sup>585</sup> O rio Parnaíba, em particular, também era chamado de rio Grande dos Tapuias, Punaré, Pará ou Paraguaçu, e só começou a se firmar como Parnaíba após a década de 1680, com o aumento das doações de sesmarias nessa porção da colônia.

Estabeleceu-se “nos mapas a luta entre o nome novo e os outros, que a tradição ainda mantém algum tempo na cartografia, até que se faz a substituição, já em meados do século XVIII”.<sup>586</sup> É importante sublinhar que o processo de representação espacial não ocorria de forma aleatória, “os mapas eram discutidos e transmitidos oralmente, sendo moldados pelas constantes comunicações entre os coloniais”.<sup>587</sup> O esforço de quase três décadas (1675-1725) de Pedro Barbosa Leal para encontrar as minas de prata que

---

<sup>582</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, p. 407.

<sup>583</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1646, p. 22.

<sup>584</sup> TEODORO, Sampaio. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo/ Brasília: Editora Nacional/ INL, 5ª ed., 1987, p. 135.

<sup>585</sup> VARNHAGEN, Adolfo. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, t. 1, 1948, p. 452.

<sup>586</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*, p. 23.

<sup>587</sup> TOLEDO, Adriano. *Uma tradição paulista nas minas*, p. 46. FURTADO, Junia Ferreira. *Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)*. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 369-401, Maio/ Agosto, 2016.

Belchior Dias Moreia dizia ter encontrado é modelar nesse sentido. Seguindo ordens dos governadores, o sertanista baiano palmilhou toda a proximidade da Jacobina. Mobilizou ex-funcionários, práticos, parentes de Moreia e indígenas de várias nações, averiguou os sinais e os confrontou com as tradições orais que recolheu e com os roteiros que lhes chegaram às mãos, além de fazer outros mais.<sup>588</sup>

A representação do Paraguaçu como ligado ao rio São Francisco era recorrente no imaginário dos jesuítas. O governador Pedro César de Meneses, quando administrou o Maranhão (1671-1678), enviou uma expedição para o “descobrimento do rio Paruaçu, entre o Maranhão e o Ceará”, que contou como missionários o Padre Superior Pero Luís e o Irmão Antônio Ribeiro. Relatou o Superior que o único proveito da expedição foi mesmo “o descobrimento do rio e suas terras com aquelas que vão a confinar”. Depois de analisar o que os indígenas disseram, “que o Paruaçu ia dar pelas cabeceiras em um despenhadeiro de águas, e de lá em umas campinas de belos pastos, aonde os brancos iam sobre uns cavalos”, o Padre afirmou, “sem dúvida”, que eram as campinas e pastos vizinhos ao Ceará, pois ia “correndo aquela corda para baixo até o rio Paruaçu, e de lá até perto do rio Tapicuru no Maranhão”.<sup>589</sup> Dessa expedição, realizada no ano de 1676, Serafim Leite fala que o Irmão, provido de astrolábios, “fez um mapa dos rios e terra que tinha entrado”.<sup>590</sup>

A mesma proximidade entre os rios Parnaíba e São Francisco foi mencionada quando, anos mais tarde, esses jesuítas se juntaram à expedição de Vital para controlar os Tremembe, o que possivelmente originou o *Mapa da costa e rio Parnaíba entre o*

---

<sup>588</sup> VARNHAGEN, Adolfo. *História Geral do Brasil*, t. 2, 1948, p. 83-93. Ver também “A lagoa Rica e ‘as indicações dos antigos’”. TOLEDO, Adriano. *Uma tradição paulista nas minas*, p. 35-41.

<sup>589</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 353-355.

<sup>590</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 4, p. 284.

*Maranhão e as serras de Ibiapaba*. Terminada a correção dos índios, o Padre Pero Luís, mesmo com muitas moléstias nos pés por andar descalço, disse que havia finalmente chegado

ao rio do Parauaçu, onde embarcaram de novo nas canoas, navegaram por ele para a banda das cabeceiras para ver se achavam algum gentio, para de cabo ou primeiro o castigarem, e não acharam senão uns poucos de gentios que lhe disseram que esse rio de Parauaçu ia dar em outro rio grande de onde ele se originava, o qual corria por umas campinas dilatadas, pelas quais os brancos iam em cavalgadas, que eles chamam cabaluz.<sup>591</sup>

O Padre Miguel de Carvalho, que circulou pela região entre 1693-1697, garantiu que o “Riacho Piauí que corre do Sul para o Norte e entra no Canindé” foi o primeiro desse sertão a ser povoado, e desde 1682 a região próxima a ele era chamada de Piauí.<sup>592</sup>

Dito isso, é interessante notar que, por um lado, a “luta” para a afirmação da nomenclatura do rio Parnaíba (7) esclarece a presença da terminologia Piaguiuasú (6) na cópia do mapa de Cocleo, e, conseqüentemente, na sua versão que foi enviada a Lisboa. Por outro lado, tendo em vistas que a base das fontes utilizadas pelo Padre foram os “relatos fragmentados feitos ou escritos por religiosos, índios e sertanistas” – como bem pontuou Esdras Arraes<sup>593</sup> –, o fato de o rio Parnaíba (7) ter sido completamente traçado e do rio Piaguiuasú (6) aparecer com um dos afluentes do rio Canindé (4), o atual rio Piauí, indica que Cocleo, ao combinar suas fontes, selecionou o que tinha de mais atualizado em relação à geografia da região, mas, no que diz respeito à nomenclatura, optou pela tradição oral indígena, que aproximava o Paraguaçu ao São Francisco.

<sup>591</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 360.

<sup>592</sup> Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, p. 382.

<sup>593</sup> ARRAES, Esdras. “Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér. v. 24, n. 1, p. 258, jan./jun, 2016.



### 3.8 A ocupação Sul-Norte do Piauí e a freguesia de Nossa Senhora Vitória

A “grandíssima porção de terra que está em altura de dez graus do norte, além do rio de S. Francisco para a parte de Pernambuco no continente daquela província e não mui distante à do Maranhão”,<sup>594</sup> que mais tarde viria a ser tornar o Estado do Piauí,<sup>595</sup> também recebeu incursões de moradores de outras capitanias além dos do Maranhão. Os Caicais, como o já descrito, denunciaram que três povoações de brancos, “que não eram do Ceará”, estavam estabelecidas na região, as quais o governador Gomes Freire concluiu serem seus moradores paulistas e baianos ou pernambucanos. Basílio Magalhães, um dos pioneiros a analisar o povoamento dessa parte do território, “não admite dúvida” de que os dois primeiros foram os mais importantes. Para o historiador, “a ocupação do Piauí foi feita do interior para o mar, como o evidencia a sua forma geográfica, de extenso fundo e exígua horda oceânica, semelhando um saco cheio de boca amarrada”.<sup>596</sup> Já Márcio Santos, que recentemente revisitou o tema, chama a atenção para outro fenômeno, a polêmica da precedência da conquista e da ocupação luso-brasileira da região que perpassou a historiografia do Piauí: os partidários do reinol Domingos Afonso Sertão *versus* os do paulista Domingos Jorge Velho.<sup>597</sup>

Graças aos últimos anos de investimentos em pesquisas que proporcionaram a criação de novos Programas de Pós-Graduação, essas e várias outras questões têm sido

<sup>594</sup> PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*, p. 179.

<sup>595</sup> Embora alguns autores procurem apontar a presença portuguesa no Piauí no século XVI, foi somente no século XVII que esta região começou a ser ocupada efetivamente pelos luso-brasileiros por meio da criação de gado vacum a cavalari. MELO, Vanice Siqueira de Melo. *Cruentas guerras*, p. 17.

<sup>596</sup> MAGANHÃES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil Colonial*, p. 339; Varnhagem acredita que os foram baianos os principais frequentadores desses sertões, “pelo simples fato de serem aí designados com esse nome todos os tropeiros e gente do interior”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, v. 3, p. 227.

<sup>597</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 77-79.

vigorosamente discutidas pela pujante historiografia do Norte e do Nordeste.<sup>598</sup> Discutir tais questões não é o objetivo desta pesquisa, contudo, dois desses temas são interessantes para os nossos fins: a extensão territorial e a ocupação do Piauí. O baiano Rocha Pita observou que a extensão da Capitania do Piauí não cabia no domínio de uma única Província, por isso, ficava “sujeita a jurisdição de três; no Espiritual ao Bispo de Pernambuco, no temporal ao governo do Maranhão, e no cível à Relação da Bahia”.<sup>599</sup> E, como bem definiu Pedro Calmon, esse território se encontrava oficialmente conquistado<sup>600</sup> desde o fim da “Guerra do Rio São Francisco, 1674-1679”,<sup>601</sup> pelos dois mais importantes personagens desse episódio, Francisco Dias de Ávila, senhor da Casa da Torre, e o sertanista Domingos Afonso Sertão ou Manfrese.

O apontamento feito pelo funcionário que fiscalizou as sesmarias da Casa da Torre e os seus sócios nessa época expõe a dificuldade de controle régio na região. O resultado de uma inspeção deu origem a um mapa com a explicação das terras distribuídas, que seguem em Anexo 3. O que chama a atenção no documento é que, depois de finalizado o trabalho, o agente descobriu que existia uma sesmaria de 1600 léguas, doadas, em 1684, a Domingos Afonso Sertão e mais três sócios, que não havia sido contabilizada. “Depois de termos feito essa Pintura ou Mapa muito por acaso vimos outra Sesmaria que até agora ignoramos a qual se acha no Cartório do Escrivão da Ouvidoria junta a alguns autos de libelo”. O documento deixa claro que eles só conseguiam relacionar aquelas terras para as quais existia registro, e adverte ao leitor que,

---

<sup>598</sup> ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, Curral de Almas: urbanização no sertão nordeste entre os séculos XVII e XIX*. São Paulo, USP, 2012. (Arquitetura e Urbanismo, Dissertação de Mestrado). MELO, Vanice Siqueira de Melo. *Cruentas guerras*; ROLIM, Leonardo Cândido. *A rosa dos ventos dos sertões do Norte*; SILVA, Mairton Celestino da. *Um Caminho para o Estado do Brasil*.

<sup>599</sup> PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*, p. 179.

<sup>600</sup> CALMON, Pedro. *A Conquista: história das bandeiras baianas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, p. 90. *Apud*: SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 75.

<sup>601</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, 116-122.

“sem dúvida”, as terras ocupadas com o gado eram “três dobros maiores do que o que foi concedido”.<sup>602</sup>

Em 2 de Março de 1697, três meses antes da finalização do *Mapa da maior parte do Brasil*, o Padre Miguel de Carvalho atestou em seu relatório que Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, herdeira de Ávila, dividiam uma parte desse território, e para povoar o restante eles arrendavam, por dez réis de foro, cada sítio a quem quisesse criar gados. Ao todo, no rol dos confessados, o Padre registrou 129 fazendas de gado, com o total de 441 moradores – entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços –, todas distribuídas pelos “quatro rios correntes, vinte riachos e cinco riachinhos, dois olhos de água e duas lagoas”,<sup>603</sup> que formavam a região.

Ao lado de uma ou de outra fazenda, terras foram doadas aos santos pelos próprios conquistadores para a realização dos atos religiosos, onde foram erguidas algumas das primeiras capelas do território, outras foram edificadas nos primeiros aldeamentos. No correr do século, enquanto construía edifícios religiosos em local previamente determinado pelo Bispo de Pernambuco, o Estado Português cuidava de demarcar as áreas de freguesias.<sup>604</sup>

Esse foi o caso da Freguesia e da Igreja de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, instituída pelo Padre Miguel de Carvalho. O religioso palmilhou toda a região, “sempre de viagens em contínua lide”, sem deixar “um Rio, Riacho, Fazenda” que não tenha “visto e andado”. Em 1694, por exemplo, registrou ter atravessado o rio Gorogueia (Gurguéia) pela beira para ir ao Paranaguá, em companhia do jesuíta Felipe Bourel de

---

<sup>602</sup> Anexo 3: AHU. Piauí. Cx. 01, doc. 01. MAPA das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios pretendem no sertão do Piauí. [post. 13 de Outubro de 1684].

<sup>603</sup> Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, p. 370-171.

<sup>604</sup> JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles & PONTES, Alana Figueiredo. “A Fixação da Igreja no Território Cearense Durante o Século XVIII: algumas notas”. *Paranoá*, Brasília, n. 13, p. 28, 2014.

Agripi e de 42 outras pessoas.<sup>605</sup> No início de 1697, encontrava-se no lugar chamado Brejo da Mocha, perto da confluência do rio Itaim com o Canindé,<sup>606</sup> localidade escolhida para sediar a primeira paróquia da região. A povoação ficava “a 3 graus para o sul, no meio do sertão”<sup>607</sup> entre o rio São Francisco e a costa que corre do Ceará para Maranhão, da qual dista “pelo caminho sabido oitenta léguas”.

Confina pela parte do nascente como os sertões desertos que correm para Pernambuco, pelos quais se não tem descoberto caminho, nem se vadeiam, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitam, e só se tem chegado pela parte desta povoação a avistar uma serra chamada o Araripe, que dizem ser muito alta, e que na Superfície tem planos 50 léguas; de uma e outra parte esta rodeada de várias nações de tapuias bravos. Para o poente confina com os matos desertos que correm para as índias de Espanha, pelos quais não há caminho nem sabe o seu fim por eles dentro tem chegado algumas tropas de Paulistas avistar grandes Rios, entre os quais contam o do Grão Pará, Parnaíba, Gorogueia, Paraim todos correm para o norte.<sup>608</sup>

Mocha era o sítio mais conveniente para todos os moradores, pois ficava no meio do território do Piauí, “com iguais distâncias, e caminhos para todos os riachos e partes povoadas”, as fazendas mais afastadas ficavam todas dentro de sessenta léguas de distância. Nessa circunferência, se “formava uma cruz de nascente a poente e de Norte ao Sul”, com 120 léguas de comprimento e de largo. De Mocha, partiam dois caminhos, abertos em 1695, um em direção ao Maranhão e outro ao Ceará.<sup>609</sup> A assinatura do termo de

---

<sup>605</sup> Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, p. 386-387.

<sup>606</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 319.

<sup>607</sup> É bastante possível que tenha ocorrido algum erro de transcrição, pois 3 graus para o Sul está acima da linha plotada na figura 20. Além disso, a região de Mocha deu origem à Vila de Oeiras e está localizada na latitude 7 graus para o Sul.

<sup>608</sup> Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, p. 371.

<sup>609</sup> Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, p. 372-373.

obrigação dos moradores ocorreu na Fazenda Tranqueira, de Antônio Soares Thouguia,<sup>610</sup> ato no qual os moradores se comprometeram a erguer, conservar e ornamentar uma nova “Igreja com cem palmos de cumprimento e sessenta de largo”, para subsistir a Capela de taipa coberta de pindoba existente, além de “pagarem aos Reverendos curas as porções ordinárias que se pagavam aos da Matriz da Conceição de Rodelas”. Na ocasião, os treze fregueses que indicaram o sítio de Mocha aproveitaram para manifestar o interesse em criar uma Congregação em devoção a Nossa Senhora da Vitória.<sup>611</sup>

As iniciativas da Coroa na região do Piauí – e, particularmente, em Mocha, criada para ser a cabeça de comarca – ocorreram numa crescente. No ano seguinte à criação da freguesia, veio a transferência da jurisdição do território do Piauí de Pernambuco para o Maranhão. Em 1699, dom Pedro II ordenou a criação dos Juizes de Fora. Dois anos depois, a freguesia se tornou colada, ou seja, o Padre passou a ser pago pela Fazenda Real. Em 1712, foi criada a vila, por dom João V. Em dezembro de 1718, o Piauí passa a ser uma Capitania ainda anexa ao Maranhão.<sup>612</sup> Na década de 1740, esta era composta pela vila da Mocha, “três julgados (Piracuruca, Surubim e Parnaguá) e sete freguesias (Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, Santo António do Surubim, Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato, Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, Santo António do Gurguéia e Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá)”.<sup>613</sup> A completa ausência de tais elementos na carta setecentista indica que os autores da cópia, após a morte de Cocleo, não atualizaram os dados nessa área.

---

<sup>610</sup> A Fazenda Tranqueira era a terceira fazenda do Riacho de mesmo nome que corria do nascente para o poente até entrar no Canindé. Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, p. 381.

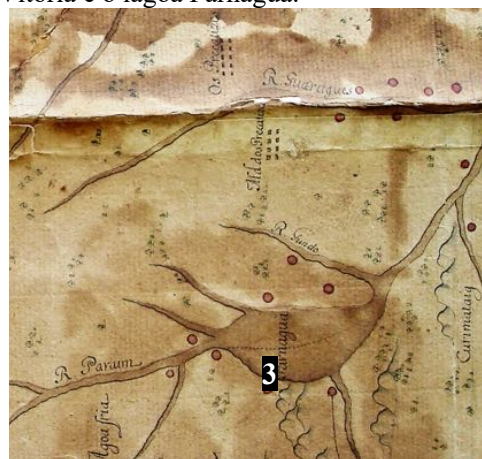
<sup>611</sup> Documento n. 64: TERMO de Benção da Nova Capela e Posse que se deu ao Cura, p. 366-368.

<sup>612</sup> Em 13 de novembro de 1761 a vila passou a denominar-se Oeiras, foi sede do governo da Capitania de São José do Piauí, e depois da Província do Piauí até 1852.

<sup>613</sup> ARRAES, Esdras. “Plantar povoações no território”, p. 275.

Já as referências à Fazenda Tranqueira (1), à Igreja Nossa Senhora da Vitória (2) e a um caminho passando pelo interior da lagoa Parnaguá (3) (figuras 21 e 22), apesar de concordantes com o relatório exarado pelo Padre Miguel de Carvalho, não são determinantes de que Cocleo tenha tido acesso a esse documento. O Padre Carvalho terminou a sua redação em março de 1697, apenas quatro meses antes de Cocleo concluir seu mapa, contudo, a fama desses poderosos colonos corria os sertões de dentro e de fora, e esse pode de algum modo ser o caso de Antônio Soares Thougua Fazenda Tranqueira (1). Além disso, como já descrito, o ex-Ouvidor-geral do Maranhão, Doutor Manuel Nunes Colares, passara por essa região em janeiro do mesmo ano, mesma época em que os treze fregueses mais importantes discutiam a localização da nova Freguesia. Por fim, a representação esquemática da passagem por dentro da lagoa também é uma evidência de que o caminho não deveria ser novidade durante esse período. O que não deixa dúvidas é que ambos os Padres, direta ou indiretamente, compartilhavam o mesmo conhecimento geográfico da região.

**Figuras 21 e 22:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se encontram destacados a freguesia Nossa Senhora da Vitória e o lagoa Parnaguá.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Fosse como fosse, o certo é que assim como dom João Lencastre não quis atrasar as notícias do novo caminho, o Bispo de Pernambuco, dom Francisco de Lima, que havia recentemente assumido o posto (1696-1704), também teve pressa em dar notícias ao Secretário Roque Monteiro Paim sobre a criação de duas novas paróquias, que seriam fracionadas da freguesia de Nossa Senhora do Cabrobó, situada às margens do rio São Francisco. Apesar de considerar a freguesia da barra do rio São Francisco (Bahia) a mais importante e cujo processo de desmembramento havia apenas iniciado, ele não hesitou em enviar as notícias da fundação da nova freguesia e da Igreja de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, “(suposto chegar a tempo) por este Navio Inglês que parte depois da Frota”.<sup>614</sup> Se, por um lado, não é certo que o Padre Cocleo tenha se utilizado diretamente do trabalho do Padre Miguel para conhecer e representar essa porção do território, por outro, é muito provável que o Secretário Roque Monteiro Paim tenha cotejado o Mapa enviado pelo governador com as notícias passadas pelo Bispo,<sup>615</sup> pois ambos documentos se encontravam, no mesmo dia, transitando no Conselho Ultramarino.<sup>616</sup>

---

<sup>614</sup> Documento n. 60: CARTA autografada de D. Francisco Lima, Bispo de Pernambuco, de 11 de Junho de 1697, remetendo a Roque Monteiro Paim a descrição do Sertão do Piauí. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*, p. 362.

<sup>615</sup> Documento n. 65: DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco

<sup>616</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. ANOTAÇÃO do Conselho Ultramarino acusando recebimento do mapa, com os papéis a elas juntos que tratam do Novo Caminho que da Bahia se descobriu pelo Sertão para o Maranhão. Lisboa, 6 de Novembro de 1697; Documento n. 59: CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a carta do Bispo de Pernambuco escrita a Roque Monteiro Paim sobre a fundação da nova Paróquia no Sertão do Piauí. Lisboa, 20 de Novembro. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*, p. 360-361.

### 3.9 O sertão da Bahia: Jacobinas e Rodelas

A instauração de missões jesuíticas no interior da Bahia coincidiu com as entradas exploratórias que almejavam encontrar as prováveis minas de prata ou os índios para o apresamento. Essa movimentação de religiosos e futuros curraleiros, no mesmo espaço, gerou uma atmosfera potencialmente conflituosa. O choque entre os grandes proprietários de terras<sup>617</sup> – dentre esses, os membros da poderosa Casa da Torre de Tatuapara – e os seguidores de Inácio de Loyola foi uma constante que, quase sempre, terminou com a destruição dos aldeamentos e com a expulsão dos religiosos.<sup>618</sup>

A maior parte do grupo de aldeias dessa região era formada pela nação Quiriris e existiu até 1758. As atividades desses selvícolas se desdobravam para o Norte, além do rio São Francisco, abarcando a conhecida região que ficou conhecida como sertão de Rodelas,<sup>619</sup> e para o Sul, envolvendo o sertão das Jacobinas.<sup>620</sup>

A área destacada na figura 23 corresponde à parte mais meridional de Rodelas e setentrional das Jacobinas. Nela, o rio São Francisco (1), em destaque, corta toda a região, no sentido horizontal (Oeste-Leste). No lado direito, acima do curso do rio, está

<sup>617</sup> Nesse contexto, foram também grandes proprietários de terras homens como o mestre de Campo Antônio Guedes Brito, João Peixoto Viegas, os Adornos, os Dias Laço e Bernardo Vieira Ravasco, este último, Secretário do Estado Brasil e Irmão do Padre Antônio Vieira. SANTOS, Sólton Natalício Araújo dos Santos. *Conquista e resistência dos Payayas no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)*. Salvador, UFBA, 2011, p. 54. (História, Dissertação de Mestrado).

<sup>618</sup> O Padre Serafim Leite discorre em detalhes sobre os confrontos entre os jesuítas e a Casa da Torre. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 270-315.

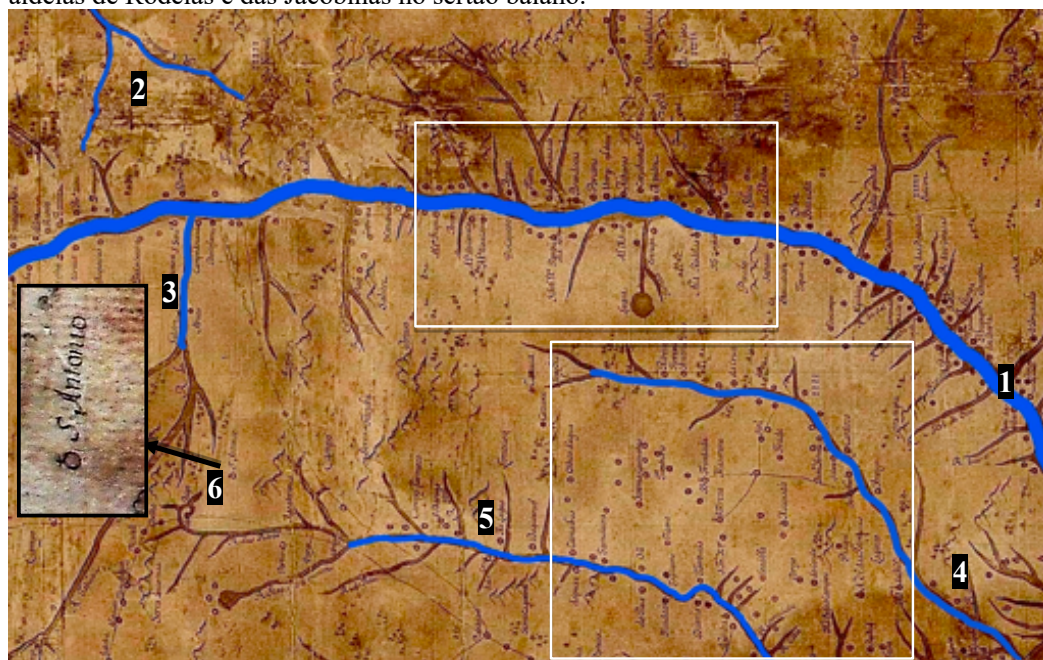
<sup>619</sup> De acordo com Esdras Arrais “os sertões de Rodelas era uma região de limites imprecisos, complexa em aspectos socioculturais e heterogênea no âmbito biogeográfico, abrigando desde as secas caatingas aos vales férteis de carnaúbas e buritis.” Seu limites seriam o rio Carinhonha, ao Sul, a Oeste, talvez o Parnaíba, a Sudeste as Serras da Jacobina e, a Leste, o encontro dos rios Moxotó e São Francisco e, quem sabe, a Cachoeira de Paulo Afonso. ARRAES, Esdras. “Plantar povoações no território”, p. 259

<sup>620</sup> “O sertão das Jacobinas, ‘um espaço imaginário’ geograficamente situado no centro da Capitania da Bahia, atual Chapada Diamantina, e seu Piemonte, sem contornos precisos, possivelmente estendia seus limites no sentido N/S entre os rios Itapicuru Açú e Paraguaçu, e W/E entre o Médio São Francisco e o Recôncavo baiano”. SANTOS, Sólton Natalício Araújo dos Santos. *Conquista e resistência dos Payayas no Sertão das Jacobinas*, p. 23.



localizada a Capitania de Pernambuco e, na parte debaixo, as de Sergipe e Bahia. No lado oposto, ao Norte, está o início da Capitania do Piauí, representado pelas nascentes em destaque do rio Canindé (2). Ao Sul está o rio Salitre (3), e oposto a ele estão destacados os rios Vaza-barris (4) e o Itapecuru (5). Já as áreas enfatizadas pelos retângulos brancos são regiões onde se estabeleceram a maior parte das aldeias — e, por isso, interessam diretamente esta parte do trabalho —, dessa forma, foram ampliadas nas figuras 24 e 25.

**Figura 23:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* onde se observa as aldeias de Rodelas e das Jacobinas no sertão baiano.



Fonte: AHEX. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Em 1669, “por ouvir que o Padre Jacobo Rolando ia pedir a terra a El-Rei para os índios”,<sup>621</sup> o Capitão Garcia d’Ávila mandou expulsar os jesuítas da aldeia de Santo Antônio da Jacobina Velha (6)<sup>622</sup> e destruir as Igrejas de Itapecuru, Jurumuabo (Jeremoabo) e Caimbés, além das Missões de Santo Inácio, Santa Cruz e São Francisco

<sup>621</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 284.

<sup>622</sup> Houve duas povoações com esse nome, a Jacobina Velha, nos arredores da atual cidade de Bonfim, e a Jacobina Nova, que se tornou a atual cidade de Jacobina. Por essa razão aparecem nos textos Jacobina e Jacobinas. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 282.

Xavier, todas onde “se supunha que as minas de pratas se localizavam”.<sup>623</sup> Os religiosos só voltaram à região em 1673, quando reorganizaram a aldeia de Santa Tereza dos Quiriris de Canabrava (2), que, por não estar nas terras da Casa da Torre, não havia sido destruída. Essa é a mesma aldeia de que o Padre Cocleo foi um dos cofundadores, e depois Visitador.<sup>624</sup> Para além de configurar uma informação objetiva no que diz respeito à atuação da ordem jesuítica nos sertões da Bahia, a inscrição desse lugar no mapa se revela numa outra dimensão, como *locus* de memória da própria biografia de Cocleo e de sua atuação missionária na região, adquirindo novos significados.<sup>625</sup>

O território representado na figura 24 foi uma das principais rotas que ligavam a Bahia ao rio de São Francisco, conhecido como “Caminho do Meio”. As aldeias aí localizadas desempenharam uma função estratégica: além da catequese, os índios eram frequentemente requisitados para prestar serviços de caráter público, como o de auxílio às expedições oficiais e o de ajuda para a passagem das boiadas que saíam das fazendas do rio São Francisco e do Piauí, em direção à Bahia.<sup>626</sup> Basta lembrar as dificuldades enfrentadas pelo Padre quando aí missionava.

Na década de 1690, as principais aldeias jesuítas dessa região eram: Nossa Senhora da Conceição de Natuba (1), que mais tarde, com a expulsão dos jesuítas, tornou-se vila de Soure; Santa Tereza dos Quiriris em Canabrava (2), que, mais tarde,

---

<sup>623</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 203.

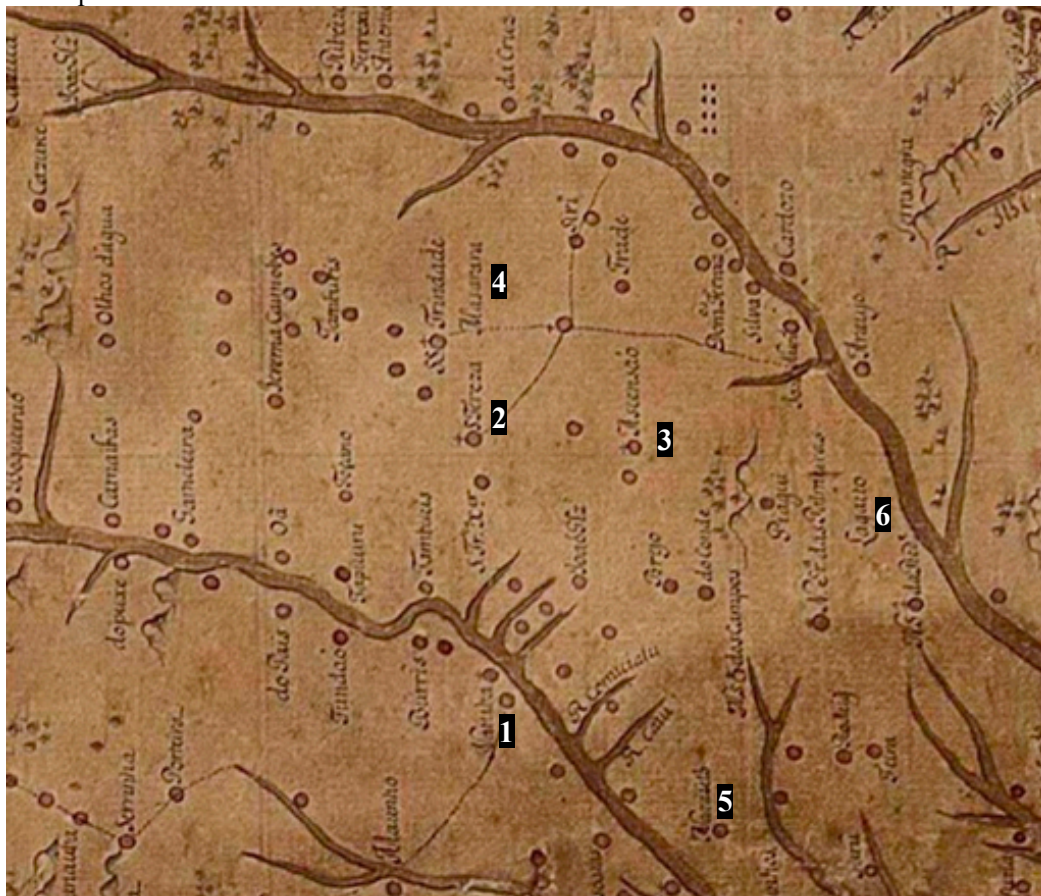
<sup>624</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 289. BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O Feudo*, p. 233.

<sup>625</sup> Esse mecanismo não era novo. Junia Furtado ao analisar a obra *The ambassadors* de Hans Holbein, encomendada pelo embaixador Jean de Dinteville, salientou como o artista ao reproduzir globo terrestre de Johann Schöner transformou o sentido inicial da alegoria ao destacar Polisy, cidade natal do embaixador. FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 19-20.

<sup>626</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 292.

tornou-se a vila Nova de Pombal; e a aldeia da Ascensão do Saco dos Morcegos (3), que passou a ser a vila de Mirandela. Depois dos episódios de 1669, as aldeias de Maraçarará,

**Figura 24:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que aparece a maior parte do Sertão das Jacobinas.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Massacará ou Masaraná da Santíssima Trindade (4) e Nossa Senhora de Nazareth, no Itapecuru, (5) foram reerguidas, em 1689, e transferidas para a Ordem dos Franciscanos, existindo até 1854 e 1834, respectivamente.

Essa sequência de acontecimentos ajuda a conjecturar a respeito da produção cartográfica e do grau de conhecimento dessa parte do território por Cocleo, como corrobora com a hipótese deste trabalho de que tais dados deveriam estar presentes nos originais produzidos pelo Padre. A ausência do designativo “Aldeia”, para se referir às

aldeias, é um dos indícios e contrasta claramente com o que se vê na região do São Francisco. Essa era uma região de passagem e hospedagem, com certeza, bastante conhecida — a falta do designativo “Aldeia” sugere que um consulente contemporâneo não teria dificuldade em reconhecer esses sítios. Outro dado que sugere que essa região deve ter sido configurada de forma semelhante no mapa que foi enviado a Lisboa é o fato de que Lagarto aparece na carta apenas como local (6) (figura 24). Apesar de que nesse período, essa região já se sobressaía tanto pela atividade pecuária, quanto pelo cultivo de alimentos de subsistência, como mandioca, feijão e milho, para o abastecimento interno da Capitania do Sergipe, somente em 1698, a freguesia foi elevada ao status de vila de Lagarto, tendo como padroeira Nossa Senhora da Piedade.<sup>627</sup> Não representar a vila significa um vestígio de permanência da representação original, que não foi atualizada na cópia.

No final de 1685 e início de 1686, os inacianos, também por razões de disputas de terras, se desentenderam com Francisco Dias d’Ávila sobre a região onde se localizavam os aldeamentos do vale do rio São Francisco. Antes da expulsão dos jesuítas, a Companhia contava com cinco aldeias na área: Acará, Aranhípo, Rodelas, Caruru, Zorobabe. Quando o Padre Cocleo foi Visitador nas aldeias da Missão de Rodelas, em 1691, elas eram constituídas por “3.900 almas, divididas em duas Aldeias maiores e três menores.”<sup>628</sup>

Quando dom João Lencastre assumiu o Governo-geral do Brasil, em 1694, trouxe consigo duas instruções relativas a essa parte do território. Uma era a de “explorar umas

---

<sup>627</sup> SANTOS, Bruno Oliveira. “A Vila de Lagarto (1790-1850): economia e população escrava”. *VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade*. São Cristóvão/SE, p. 4, set. 2012.

<sup>628</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 293-296.

minas de salitre, que se esperava torna-se desnecessário importar da Ásia”.<sup>629</sup> A outra, “com base na legislação vigente”, era delimitar e ceder, a cada aldeia ou Missões que possuíssem no mínimo cem casais, “uma légua de terras em quadra”, para o sustento de índios e missionários.<sup>630</sup>

Ambas as instruções atingiam os interesses da Casa da Torre. No que toca à segunda, em julho de 1696, o governador ordenou ao Padre Felipe Bourel, que cravasse as cruces para demarcar as terras das aldeias de Oacará (Acará ou Achará) e Curumambá, Rodelas e a de Índios Carurus, na Ilha de Zorobabé. A reação dos rendeiros foi imediata, segundo a Relação, feita pelo próprio Padre Bourel, ao Provincial do Brasil, Alexandre de Gusmão, que foi enviada em outubro.

Os Padres e os índios da aldeia Caruru, “obrigados a buscar um sítio diferente para a Aldeia, onde pudessem tranquilamente, servir a Deus e à salvação dos Índios, que lhes incumbia converter, andaram em vão mais de 200 léguas, entre idas e vidas” até que se retiraram em definitivo quando souberam pelo capitão da nação Tacuraba “que os brancos” derrubariam as casas.<sup>631</sup> Na aldeia de Achará, o “Capitão Fernandinho da Varge”,<sup>632</sup> com mais ou menos 150 índios “empenados e pintados, tocando flauta em som de guerra” e armados com carabinas, pegaram o Padre e meteram-no em uma canoa a fim de que saísse das terras da Casa da Torre.<sup>633</sup> O mesmo se deu na aldeia de Curumambá, onde os índios aliados dos rendeiros se meteram “a derrubar a Igreja e tudo quando

---

<sup>629</sup> SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, v. 2, p. 19.

<sup>630</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O Feudo*, p. 235.

<sup>631</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 301; BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O Feudo*, p. 235.

<sup>632</sup> Aldeia da Vargem era administrada pelos Capuchinhos franceses.

<sup>633</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 301. BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O Feudo*, p. 234-237.

pertencia aos Padres”, os quais foram “embora, sem matalotagem e comboio”.<sup>634</sup> Nunca é demais lembrar, que foi exatamente nesse contexto de embates que o Mapa que seguiu para Lisboa estava sendo produzido, sendo sua cópia solicitada para as negociações de retorno dos jesuítas às aldeias.<sup>635</sup>

Não é mero acaso que o palco desses eventos, que foi um importante complexo de missões, está representado na figura 25. Praticamente não há espaço vazio nas duas margens do Rio São Francisco, onde uma sucessão de fazendas e aldeias dos índios missionados se intercalam. Cocleo conhecia bem esse território e estava bem informado do que ali ocorria. Assim, pode-se inferir que o que está representado na cópia é bastante semelhante ao que foi desenhado no original. Nele estão assinaladas várias fazendas, a paróquia Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó (9) – aquela que foi desmembrada na Nossa Senhora da Vitória do Piauí –, as aldeias capuchinhas francesas, como Vargem (1), Iraporá (2), do Cavalo (3), Aracapa (Uriacapa) (4) e Pambu (Parabu) (5), além das aldeias jesuítas citadas na Notícia, do Padre Bourel, nomeadas Araxá (Achará) (6) e Rodela (7).

As seguidas expulsões dos jesuítas ocorreram no final de julho de 1696, em setembro os exploradores do caminho novo retornaram a Salvador e a Relação, do Padre Bourel, foi concluída em outubro. Dois anos depois, em 20 de janeiro de 1698, dom Pedro II ordenou uma devassa sobre o ocorrido, sob o comando do Ouvidor da Comarca de Sergipe,<sup>636</sup> contudo, em 1699, os jesuítas optaram por não retornar à região.<sup>637</sup> A aldeia dos Carurus, que antes ficava junto à Ilha de Zorobabé (8), não aparece no mapa.

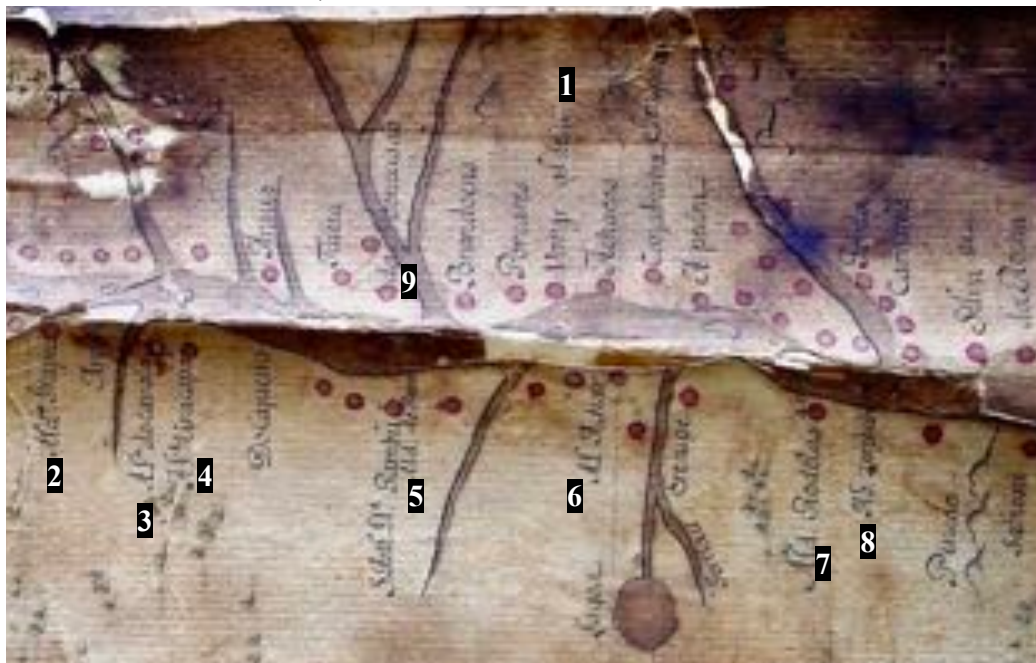
---

<sup>634</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 303.

<sup>635</sup> AHU. Luísa da Fonseca. Cx. 32, doc. 4095. NOTÍCIA certa da extensão da ilha do Rio São Francisco e qualidade das terras .... Bahia, 15 de Junho de 1696.

<sup>636</sup> AHU. Luísa da Fonseca. Cx. 33, doc. 4239. CARTA Régia para o Governador D. João Lencastre, de Lisboa 8 de Novembro de 1698 sobre a expulsão Jesuítas. À margem, resposta do Governador sobre a recusa dos jesuítas voltarem àquelas aldeias, e franciscanos por ali foram por não querer ir os padres marianos, Bahia 16 de maio de 1699.

**Figura 25:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se observa as aldeias do rio São Francisco.



Fonte: AHEX. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Ela foi refundada pelos franciscanos, em 1702, sendo que uma parte dos indígenas que ali habitava foi levada, pelos inacianos, para uma zona próxima do encontro dos rios Salitre e São Francisco, conhecida como Sento Sé. A aldeia de Curumambá, que de acordo com o relato de Bourel foi destruída, também não foi registrada. Tais ausências revelam ou que Cocleo estava par a par com o que se passava pela região, informado pelas Relação do padre Bourel, enviadas para Colégio da Bahia, ao mesmo tempo que ele finalizava seu mapa e, por essa razão não representou as missões destruídas. Nesse caso, original e cópia se assemelham nesse trecho. Ou, a supressão das duas aldeias ocorre no final da década de 1690, momento em que Cocleo está produzindo seu mapa e, por essa razão, ele não as representa. Tudo indica, então, que nesse trecho a cópia setecentista reproduz as

<sup>637</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 305-707; BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O Feudo*, p. 225-253.

informações do original, visto que, a despeito de suas refundações no início do século XVIII, as mesmas não são reinseridas no mapa.

Svetlana Alpers lembra que, no século XVII, do mesmo modo como nas pinturas, “era lugar-comum falar de um mapa como algo que coloca o mundo ou um lugar no mundo aos olhos do observador”.<sup>638</sup> Diante disso, nos cabe aqui uma pequena questão. Em dezembro de 1697, além do *Mapa da maior parte do Brasil e da Descrição do Sertão do Piauí* feita pelo Padre Miguel de Carvalho, o Conselho Ultramarino também acusou o recebimento da documentação que tratava da expulsão dos jesuítas.<sup>639</sup> Uma comparação sobre a forma com que as aldeias foram representadas por Cocleo (ampliação na figura 24), nas Missões das Jacobinas, e no vale do São Francisco (ampliação figura 25), revelam que ele fez uso de dois padrões distintos no mapa.

As primeiras estão assinaladas na mesma lógica utilizada para a nomeação das vilas e das fazendas no restante do mapa: ora aparecem simplesmente representadas pelo orago, ora representadas com um círculo seguido do nome da localidade conforme a língua portuguesa e do nome dos indígenas ali aldeados — por exemplo, Santa Tereza e Natuba. Mas algo diferente ocorre quando desenha as últimas. Estas, assim como algumas aldeias situadas na costa, foram nominalmente assinaladas agregando-se o substantivo “Aldeias”. Isso indica que, nessa região, tal inscrição ocorreu no momento em que o Padre esperava pelas informações dos exploradores enviados pelo governador e essa nomenclatura ocorreu em função da desavença entre a Casa da Torre e os jesuítas. Para que qualquer observador diante do mapa não tivesse dificuldade em reconhecer os

---

<sup>638</sup> ASPERS, Svetlana. *Arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. Editora da USP: São Paulo, 1999, p. 298.

<sup>639</sup> AHU. Luísa da Fonseca. Cx. 32, doc. 4083. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a expulsão Jesuítas das aldeias do rio São Francisco, nas terras de Leonor, viúva de Francisco Dias de Ávila. Lisboa, 12 de Dezembro de 1697.



núcleos em questão, fez-se necessário que a palavra “Aldeia”, abreviada como “Al<sup>a</sup>”, “Al.”, “Ald.” e, por vezes, “Ald<sup>a</sup>”, fosse acrescentada.

Essa hipótese se torna mais plausível quando se observa que, do conjunto das aldeias do vale do São Francisco, o único caso em que o vocábulo aldeia aparece sem abreviação e depois do nome da etnia dos indígenas ali aldeados é o da aldeia de Vargem (1). Certamente, isso ocorreu porque era a única localizada na margem esquerda do rio e, como não havia espaço antes do nome “Varge”, o designativo foi acrescentado depois; contudo, foi necessário deixar claro ao observador a aldeia de onde saíra o algoz dos jesuítas, o Capitão Fernandinho.

### 3.10 *Os indígenas mais guerreiros*

A expansão europeia desencadeou na dinâmica cultural indígena o surgimento, ou a (re)invenção, de novas comunidades nativas no Brasil. A gênese de etnias, ou etnogênese – isto é, as combinações de estratégias políticas e culturais de agentes nativos buscando (re)criar identidades num contexto de descontinuidade e mudanças radicais – foi uma constante, como apontou John Monteiro.<sup>640</sup> Aliado a isso, a mobilidade, espontânea ou forçada, de populações que residiam nos sertões, a diversidade linguística, a belicosidade e o conseqüentemente aniquilamento de alguns grupos são obstáculos que os estudiosos enfrentam para conhecer um pouco mais sobre os processos socioculturais dos indígenas brasileiros.

Outro desafio que se coloca aos pesquisadores é o fato de a maioria dos registros escritos remanescentes, senão todos, terem sido elaborados sob a perspectiva do

---

<sup>640</sup> MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas, Unicamp, 2001, p. 56. (Antropologia, Tese de livre docência).

colonizador, o que colabora para a enorme pluralidade de substantivos utilizados na classificação dos autóctones. Critérios como mansos e bravos, aliados e inimigos, cristão e pagãos, Tapuias e Tupis, entre outros, naturalizaram e homogeneizaram diferentes grupos populacionais.<sup>641</sup> Sobre isso, a pesquisadora Alanna Souto alerta que “o espaço simbólico das populações indígenas é demarcado por meio de uma perspectiva mítica de envolvimento com a natureza, em que as práticas espaciais dessas populações estão sob domínio do poder gestado pelo Estado, bem como por grupos político-econômicos dominantes de cada sociedade, em um determinado tempo e espaço”.<sup>642</sup>

No âmbito da Companhia de Jesus, as comunidades indígenas eram organizadas em três tipos de aldeias: as dos serviços do Colégio, ou Aldeias dos Colégios; as do serviço Real, ou Aldeias de El-Rei ou da Repartição; e as aldeias da Repartição, ou simplesmente Aldeias ou Missões. Os rendimentos proporcionados pelas primeiras eram de uso exclusivo dos Colégios, servindo para o sustento dos missionários. Já as do serviço Real tinham utilidade estatal, sendo a mão de obra indígena utilizada nas salinas, pesqueiros, entradas no sertão, etc. Quanto ao terceiro tipo, as Aldeias ou Missões eram apenas núcleos de catequeses que se localizavam mais longe dos centros urbanos e tinham como objetivo fixar os índios em paragens remotas, funcionando como “guardas avançadas da civilização”.

Nas aldeias mais próximas, as dos Colégios e da repartição, se congregavam os Índios livres ou ‘forros’, distinguindo-se assim dos ‘resgatados’, que ficavam ao serviço exclusivo de quem os resgatava ou comprava. Os forros aldeados ‘repartiam-se’ pelos moradores ou para o serviço de caráter público durante tempos marcados, mediante salário, conforme a lei que tudo regulava.<sup>643</sup>

---

<sup>641</sup> ARRAES, Esdras. “Plantar povoações no território”, p. 259-261.

<sup>642</sup> SOUTO, Alanna. “Os indígenas na Cartografia da América lusitana”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 12, n. 3, p. 819, set./dez., 2017.

<sup>643</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 4, p. 97-98.

**Figura 26:** Detalhes de aldeias que foram representadas em diversas regiões do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Apesar dessas composições, a carta do Padre Cocleo apresenta um quarto grupo de aldeias. Essas, dispersas por todo o mapa, foram as únicas a serem representadas particularmente associadas a uma forma simbólica. São desenhadas como quatro, seis, oito e até doze retângulos vermelhos alinhados em uma ou duas fileiras, uma forma de organização que, por si só, remete a algo distinto das aldeias do Colégio, do Real Serviço e das Missões. Na figura 26 estão alguns exemplos aleatórios desse tipo de representação de aldeias indígenas.<sup>644</sup> Em alguns casos, como nos exemplos 6, 7, 8 e 22, essa forma de representação é ladeada pelo de capela, que é desenhada como um círculo encimado por uma cruz, geralmente significando uma aldeia.

Segundo John Brian Harley, toda representação cartográfica é por ela mesma uma linguagem de poder, e nunca de contestação. O autor assegura que aquilo que permanece na cartografia é

um discurso teleológico, confirmando o poder, reforçando o *status quo*, restringindo as interações sociais no interior de limites bem traçados. Os processos cartográficos praticados pelo poder consistem em atos deliberados, em práticas de vigilância e adaptações cognitivas conforme os valores e crenças dominantes.<sup>645</sup>

De acordo com Harley, esses atos – intencionais ou não – promovem a eficiência estatal, pois “legitimam e neutralizam ações arbitrárias na consciência de seus criadores”. No tocante à representação de populações nativas ou diversas daquelas instituídas nos continentes europeus, “os Estados conquistadores impõem um silêncio às populações minoritárias ou sujeitas, através da manipulação de nomes de lugares. Estratos inteiros de identidade étnica são varridos do mapa em quantidade equivalente a genocídios

---

<sup>644</sup> A nomenclatura das tribos do continente é bastante diversificada na historiografia especializada, não havendo um consenso sobre quantas e quais foram as tribos no século XVII.

<sup>645</sup> HARLEY, John Brian. “Mapas, saber e poder”. *Confins [Online]*, p. 20, n. 5, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em 01/05/2020.

culturais”.<sup>646</sup> Os silêncios intencionais sujeitam os mapas a manipulações de ocultação, de censura, às vezes até de abstração ou de falsificação, deliberadas ou desejadas por indivíduos, grupos ou instituições.<sup>647</sup> Já os não intencionais são comandados pelo jogo de regras que determina dentro de uma cultura o aparecimento e o desaparecimento de declarações. Manifestam-se, portanto, na

ausência ou na presença de categorias de detalhes cartográficos que não podem ser explicadas por uma política de sigilo ou a fatores técnicos, mas por ‘regras históricas’ que não são meramente teóricas, mas observáveis em formas que variavam de acordo com o ‘conjunto social’ particular, zona econômica, geográfica ou linguística ‘na qual o mapa se originou’.<sup>648</sup>

Nesse sentido, essa simbologia utilizada para representar os indígenas na cópia setecentista não se aproxima de nenhuma daquelas que foram listadas por François Danville, como sendo afeitas à cartografia jesuítica. Ele relaciona os símbolos mais comumente utilizados entre 1500 e 1800 para retratar as nações indígenas, com destaque para as sedentárias e nômades, e para os povos infieis, distinguindo-os dos cristianizados – as Missões (figura 27).<sup>649</sup> Ainda sobre os símbolos e as abreviaturas, o professor Erwin Raisz afirma que aqueles que não fossem óbvios deveriam ser explicados na legenda. Diante disso, a análise de algumas das representações da figura 26 fazem-se necessárias, uma vez que elas expressam a maneira específica como o cartógrafo da cópia, seja ele o Padre Cocleo, seja outro, percebia o mundo.

---

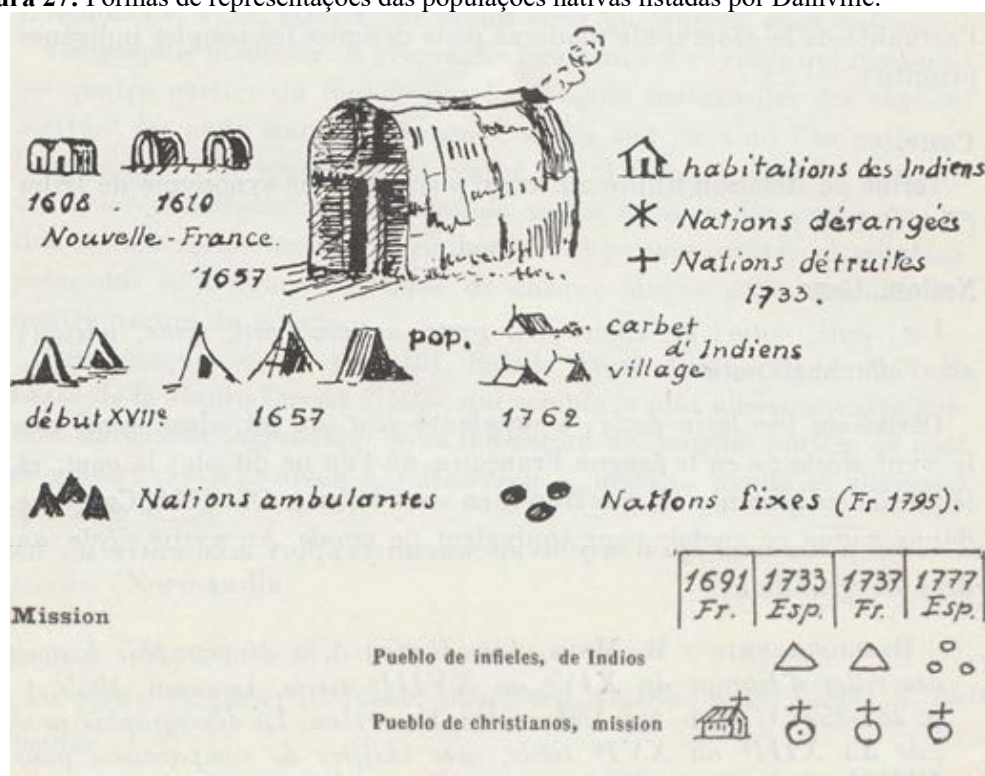
<sup>646</sup> Conquering states impose a silence on minority or subject populations through their manipulation of place-names. Whole strata of ethnic identity are swept from the map in what amount to acts of cultural genocide. HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 99.

<sup>647</sup> HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 89.

<sup>648</sup> HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 97.

<sup>649</sup> DAINVILLE S. J., François de. *Le Langage des géographes: termes, signes, couleurs des cartes anciennes, 1500-1800*. Paris: Éditions A. Et J. Picard & Cie, 1964.

Figura 27: Formas de representações das populações nativas listadas por Dainville.



Fonte: DAINVILLE S. J., François de. *Le Langage des géographes*, p. 279 e 308.

Muitas nações indígenas, em certos momentos da ocupação do território, são descritas pela historiografia como aliadas dos conquistadores. Marcos Galindo percebeu que esse processo se deu em três etapas. Inicialmente, na forma de alianças militares, “quando contingentes Tapuia passam a atender parte das demandas de guerra dos portugueses em eventos tais como as lutas contra os holandeses, contra os negros do Quilombo dos Palmares, e nas Guerras Bárbaras contra os tapuias inimigos dos Portugueses”.<sup>650</sup> Depois, ao longo dos séculos XVII e XVIII, com a consolidação do processo colonial, as alianças perderam a importância enquanto elemento de defesa e tornaram-se relações de compadrio, proteção que normalmente colocava os nativos em condição desvantajosa. Por fim, elas evoluíram para a condição de agregamentos, em que

<sup>650</sup> GALINDO, Marcos. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias*. Leiden: Universidade de Leiden, 2004, p. 103.

os indígenas eram obrigados a administrar sua própria sobrevivência.

Os Maracás (1), na figura 26, “um gênero de Tapuia mais próximo à Bahia”,<sup>651</sup> na cópia setecentista estão assinalados próximos à cabeceiras do rio Giquiriça (Jequiriça) ao sul da Serra Preta. Entre 1671 e 1675, diversos grupos indígenas se envolveram na conquista e na colonização do sertão dos Maracás, durante a implantação de sesmarias e na construção de uma Vila ali localizada, chamada Santo Antônio da Conquista dos Maracás.<sup>652</sup> Em 1672, cerca de dois mil indígenas da etnia Maracás foram capturados e enviados para serem vendidos na praça de Salvador e, no ano seguinte, essa região do Recôncavo foi tida como limpa de gentio.<sup>653</sup> No início da década seguinte, Márcio Santos revela que a aldeia dos Maracás, localizada na cabeceira do rio Jequiriça, funcionava como uma fronteira interna, “uma divisão entre o território luso-brasileiro e o Tapuia vizinho ou mui vizinho”.<sup>654</sup>

A efetivação da conquista pode ser constatada pelo número elevado de doações de sesmarias nesses sertões a colonos entre os anos de 1699 e 1701. Da mesma forma, esse dado atesta que o projeto de dominação, “pacificação” e aldeamento dos Maracás, fruto de práticas distintas de dominação e início da etapa de ressocialização em aldeamentos, obteve o sucesso desejado e se estabeleceu a política de desestruturação social e cultural a esse grupo.<sup>655</sup>

Por seu turno, o sertanista Domingos Jorge Velho, em 1694, enquanto reclamava do cumprimento do contrato assinado, em 1687, para encetar a guerra dos Palmares, relatou a importância dos 800 e tantos Oruases e Cupinharós, que faziam parte do terço sob seu comando. Segundo ele, sem eles não se poderia “fazer guerra desta qualidade” e, apesar de “medrosos contra os brancos”, eram “tão valentes e afoitos e constantes nas

<sup>651</sup> POMPA, Cristina, *Religião como tradução*, p. 223-224

<sup>652</sup> SIERING, Friedrich Câmara. *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás. (1650-1701)*. Salvador, UFBA, 2008, p. 49-50. (História, Dissertação de Mestrado)

<sup>653</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 115.

<sup>654</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 366-367.

<sup>655</sup> SIERING, Friedrich Câmara. *Conquista e dominação dos povos indígenas*, p. 118.

batalhas que nenhuma outra nação no mundo se os iguala ou os excede”.<sup>656</sup> Na cópia setecentista do mapa de Cocleo, duas tribos aparecem assinaladas no sertão do Piauí, exatamente onde o sertanista viveu: Os Cupinhares (2) aparecem próximos à Mocha<sup>657</sup> e os Araozes de fir (sic) (3), no curso do Praguaçu.

Os Janduís (4),<sup>658</sup> conhecidos desde a época dos holandeses por seu caráter belicoso, ocupavam os sertões norte-rio-grandense, paraibano e trechos da parte central de Pernambuco, além de fazerem incursões por várias regiões próximas.<sup>659</sup> No desenrolar da Guerra do Açú (1688-1692), depois de aldeados, eles passaram de inimigos a aliados da Coroa. À época do acordo de paz, o Rei Canindé controlava toda a nação dos Janduís, dividida em vinte e duas aldeias, e reconheceu o Rei de Portugal como o rei natural e senhor de todo o Brasil. Além disso, comprometeu-se a batizar a si e a todos de suas aldeias e pôs-se à disposição para auxiliar os portugueses contra os estrangeiros e contra os índios de outras nações, e para informar ao governador-geral caso ocorresse a descoberta de metais nas suas terras.<sup>660</sup> A paz “perpétua” durou até a sua morte, em 1699.

A noção de fronteira militar, como movimento de conquista e contra-conquista do território, é defendida por Maria Emília Monteiro Porto em sua análise da expansão da

---

<sup>656</sup> Documento n. 28: CARTA autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro da Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de Julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio Procurador dos Paulistas. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*, p. 206. DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Direito de propriedades em terras rebeldes: as Sesmarias dos palmares de Pernambuco 1678-1775”. *Ler História* [Online], v. 70, p. 105, 2017. Disponível em <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2716>. Acesso em: 17/04/2020.

<sup>657</sup> Ver detalhe n. 10 na figura 20 no mapa 17.

<sup>658</sup> Jandoins, Nhanduís ou ainda Txcaínas faziam parte dos célebres silvícolas nordestinos do grupo do Tarairiú, assim como os Canindés, Paiacus, janipapos e outros. STUART FILHO, Carlos. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965, p. 86.

<sup>659</sup> POMPA, Cristina, *Religião como tradução*, p. 214.

<sup>660</sup> Documento n. 75: CÓPIA das capitulações realizadas entre o Governador-geral do Brasil, Antônio Luís Gonçalves da Câmara e Canindé, o Rei dos Janduís, em 10 de abril de 1692. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*, p. 423-426. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 300-302.



colonização na capitania do Rio Grande.<sup>661</sup> A legislação indigenista vigente durante esse período regulamentava que os Tapuias rendidos deveriam prestar serviços nas terras dos moradores e nas guerras. Segundo a autora, isso “levou a que D. Pedro II permitisse que os índios do Rio Grande fossem empregados nas guerras de fronteiras”.<sup>662</sup> Duas aldeias jesuíticas de índios da nação Paiacus, gênero de Tapuias bravo e inimigo dos Janduís, estão representadas no mapa com esta mesma simbologia de retângulos alinhados. A primeira é a de São João Batista, no lago Podi (6), e a segunda sob o patrocínio de Nossa Senhora de Assunção, junto ao rio Jaguaribe (7), no Ceará.<sup>663</sup> Esses últimos protagonizaram, em 1699, o episódio que ficou conhecido como o Massacre no Jaguaribe, em que mais de quatrocentos índios foram mortos, e trezentos, aprisionados.<sup>664</sup> A aldeia se desfez e os sobreviventes foram enviados para a Aldeia de São João Batista.

A aldeia do Apodi, todavia, não duraria muito tempo. Parte dela, cerca de duzentos índios, seguiu com os missionários João Guedes e Vicente Vieira para a aldeia de Urutagui, no sul da Paraíba. Outra parte seguiu com os padres Felipe Bourel e Manuel Diniz para a Missão de Nossa Senhora da Encarnação, no local da antiga aldeia de Igramació, na ribeira do Cunhaú, hoje, cidade de Vila Flor. Com a morte do padre Bonifácio Teixeira pelos Paiacu, em 1712, encerrava-se a aldeia dos jesuítas do Apodi.<sup>665</sup>

Se essa observação a respeito de tais grupos de aldeias estiver correta, significa que estamos diante de uma história a ser contada. A existência deste quarto tipo de organização, tratando-se de uma representação simbólica singular, diferente das formas tradicionalmente empregadas na cartografia jesuítica, aponta para a possibilidade de se

---

<sup>661</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. “Jesuíta e missões: representações das fronteiras na Capitania do Rio Grande”. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de & GONÇALVES, Regina Célia. *Ensaio sobre a América portuguesa*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2009, p. 23-38.

<sup>662</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. “Jesuíta e missões”, p. 33.

<sup>663</sup> Segundo Serafim Leite a fundação e o estabelecimento delas ocorreu em 1700 e 1701. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 5, p. 536-549.

<sup>664</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 115. 241-289.

<sup>665</sup> MAIA, Légio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba*, p. 141.

estabelecer uma outra cronologia para a história indígena – desta vez, formulada a partir das características internas de processo de resistência, e não dos documentos que retratam apenas a subjugação dos indígenas aos colonizadores, como tradicionalmente tem sido realizado pela historiografia.

O que se apreende dos eventos descritos até aqui é que as aldeias representadas na carta setecentista com essa simbologia eram formadas por indígenas que se destacaram por sua capacidade bélica e que, apesar de serem utilizados militarmente em nome da Coroa, seus aldeamentos não formavam um empreendimento homogêneo. Alguns dos casos apresentados, como o dos Cupinhares (2) e Aroases (3), revelam uma relação direta estabelecida entre os indígenas e o sertanista. Em outros, como os instáveis Paiacus, verificou-se a necessidade da presença de religiosos para pacificá-los. Em contrapartida, o *Rancho do Maracás* (5) e a *Aldeia dos Precatizes*, esta última próxima dos *Os Precatizes*, situados no rio Gurgueia (10), bem como os *Pataxós*, localizados no rio Paraíba do Sul, onde se lê *Ilha dos Pataxos serão mais de vinte mil* (figura 28), insinuam a existência de um tipo de aliança na qual os indígenas combatentes viviam de forma mais independente, sem a intervenção direta do Estado.

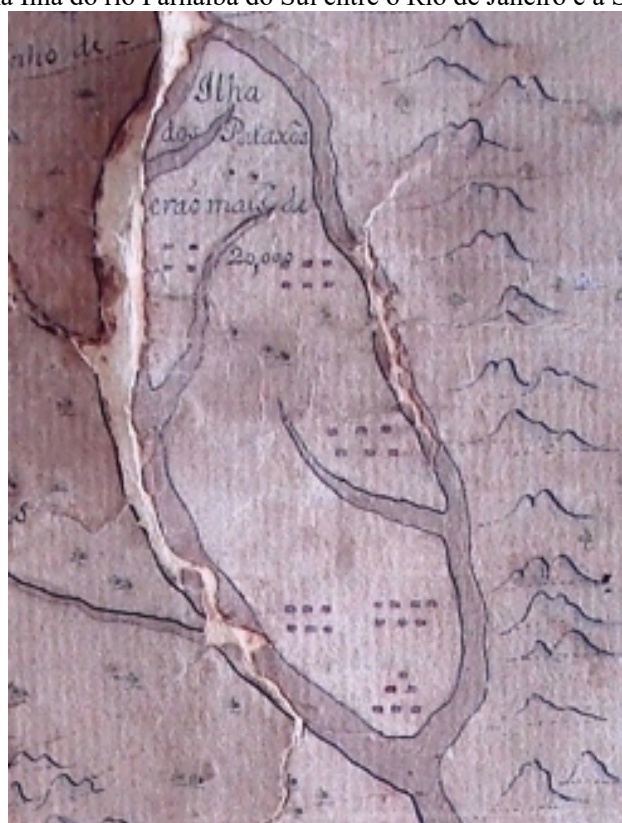
Além disso, notas históricas inscritas na carta reforçam a ideia de que o processo de adesão às causas do colonizador nem sempre ocorreu de modo linear, estável e muito menos pacífico.<sup>666</sup> Da nota presente nas nascentes do rio Paracatu, que informa que, ali, foi o *Gentio derrotado e afugentado das ilhas de baixo an. 1683* (figura 29), apreende-se a partir de símbolos que os indígenas remanescentes sofreram algum tipo de intervenção por parte do colonizador — diferentemente do que se percebe nas notas próximas aos rios Munim e Pederneira, onde só estão registrados os confrontos. Na primeira, menciona-se

---

<sup>666</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*, p. 207.

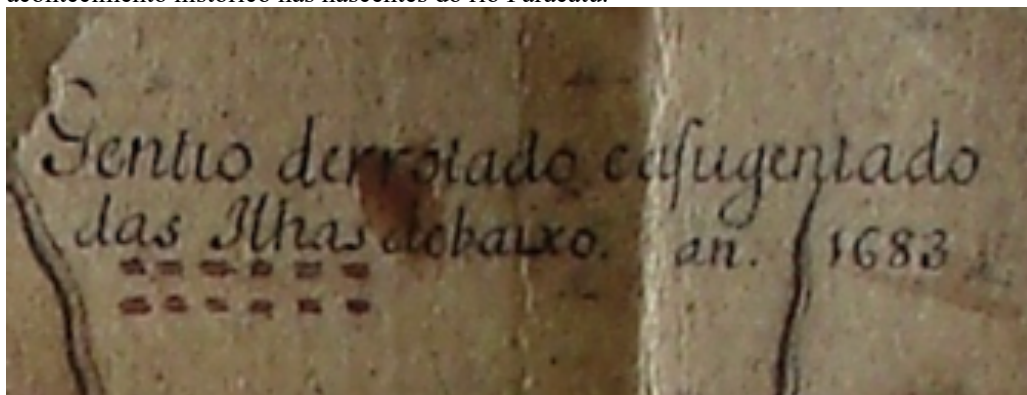
que *Uns bárbaros deram aqui nos moradores deste R. an. 1701* (figura 30), enquanto na outra se diz: *Na Pederneira derão uns Tapuias e matarão 10 pessoas em Junho de 1704* (figura 31), o que sugere que o enfrentamento não resultou em nenhum tipo de organização posterior. À luz dessas informações, a representação dessas aldeias na forma de um conjunto de retângulos vermelhos alinhados lança um pouco de luz sobre a história, ainda pouco contada, da resistência desses povos originários ao avanço da colonização luso-brasileira, representada pelos missionários. Nesse caso, essas aldeias são representativas das que lutaram para continuar existindo, sendo que, nesse processo, várias delas foram eliminadas ou transferidas para outros sítios.

**Figura 28:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se observa a nação dos Pataxós na Ilha do rio Parnaíba do Sul entre o Rio de Janeiro e a Serra da Mantiqueira.



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

**Figura 29:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se observa um acontecimento histórico nas nascentes do rio Paracatu.



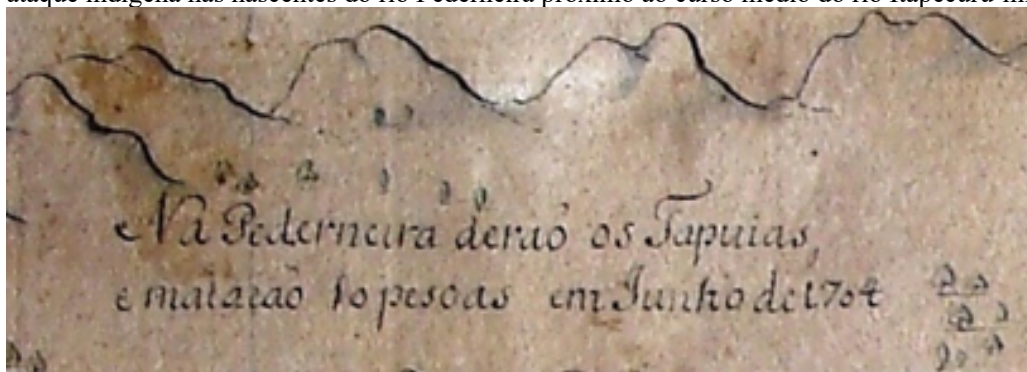
Fonte: AHEX. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

**Figura 30:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se observa o ataque de índios aos moradores às margens do rio Munin próximo ao curso do rio Itapecuru-mirim maranhense.



Fonte: AHEX. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

**Figura 31:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se observa um ataque indígena nas nascentes do rio Pederneira próximo ao curso médio do rio Itapecuru-mirim.



Fonte: AHEX. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

### 3.11 *O espinho da escravidão*

Os jesuítas aceitavam a escravidão negra, o que não significa dizer que a glorificavam ou promoviam. Diferentemente da liberdade indígena, a africana não provocou discussões ou divisões no interior da Ordem.<sup>667</sup> São famosos os sermões do Padre Antônio Vieira dirigidos aos escravos, em que ele compara o sofrimento dos negros ao martírio de Cristo na cruz: “em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado”. Seu leitor e contemporâneo, Jorge Benci, publicou, em 1700, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos de Escravos*, uma adaptação dos sermões que pregava na Bahia, no final do século XVII. Nessa obra, o trabalho, o sustento e o castigo são três coisas “igualmente necessárias, para que plena e perfeitamente satisfaça ao que como senhor deve ao servo. Porque sustentar ao servo sem lhe dar ocupação e castigo, quando o merece, é querê-lo contumaz e rebelde; e mandá-lo trabalhar e castigar, faltando-lhe com o sustento; é coisa violenta e tirana”.<sup>668</sup> Ainda assim, mesmo sensíveis aos males da escravidão, a pregação de ambos não destoou dos interesses econômicos da grande Senhora de Engenhos, a Companhia de Jesus. O pragmático Antonil corroborou com a lógica do sistema colonial ao registrar a necessidade da prática de bons tratos dos senhores de engenho para com seus escravos — afinal, estes eram as mãos e os pés daqueles, sem os quais não era possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter um engenho corrente.<sup>669</sup> Em linhas gerais, esse foi o universo partilhado pelo Padre Cocleo nas suas cinco décadas enquanto missionário na colônia portuguesa americana.

<sup>667</sup> CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. “Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni”. *Politeia*, Vitória da Conquista, v.1, n.1, p. 141-159, 2001. Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, p. 162-175. Cf. VAINFAS, Ronaldo. “Deus contra Palmares: representações e ideias jesuíticas”. In: REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 60-80.

<sup>668</sup> CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. “Quatro visões do escravismo colonial”, p. 142.

<sup>669</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 63-186.

Os mocambos dos Palmares surgiram no início do século XVII, na “vasta floresta de palmeiras, a 20 ou 30 léguas da costa, em um terreno fertilíssimo e um clima excelente, que convidava o negro a tentar libertar-se da escravidão fugindo à severidade e violência dos senhores”.<sup>670</sup> Esses redutos, habitados “por diversas comunidades de escravos foragidos do cativoiro, e também mestiços e libertos fugitivos da justiça,” resistiram por mais de um século a várias incursões militares coloniais.<sup>671</sup> Então, durante os conflitos com os Tapuias, o movimento aumentou e os mocambos proliferaram.<sup>672</sup> Depois de cerca de vinte ataques desferidos por holandeses e portugueses, as terras da região foram finalmente distribuídas “em sesmarias aos paulistas e fazendeiros que cooperaram com a campanha, fundando-se também alguns arraiais e aldeias para brancos e índios que acompanhavam os bandeirantes”.<sup>673</sup> Em 13 de fevereiro de 1698, o “Rei ordenou a criação do curato da Serra da Barriga nos Palmares fronteiro a Piranhas, fechando o primeiro rascunho do mosaico eclesiástico do sertão”.<sup>674</sup>

Na figura 32 está representada a região onde ocorreram os principais confrontos. Atualmente, ela faz parte dos atuais estados de Pernambuco e de Alagoas. Das vilas

---

<sup>670</sup> ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*, p. 18. De acordo com Diogo de Campos Moreno, o sítio onde se costumava ocultar os escravos fugidos da capitania de Pernambuco ficava entre umas serras a que chamam Palmares situava-se a 30 léguas ao sertão. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612*. (ed. Hélio Vianna). Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 190-191.

<sup>671</sup> DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Direito de propriedades em terras rebeldes”, p. 95.

<sup>672</sup> Entre 1675 e 1678 as comunidades dos Palmares em Pernambuco estavam divididas em nove mocambos grandes e vários menores, a saber: Mocambo do Zambi (Zombi ou Zumbi), de Aca Irene, dois chamados o das Tabocas, de Dambiabanga, de Subupira, do Macaco, do Osenga, Palmar do Andalaquituxe e outros, menores. DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Revendo os mocambos de Palmares de Décio Freitas, (1971-1984)”. *XII Jornadas de Estudos Históricos – Professor Manuel Salgado*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 679-695, 2017. Disponível em: <https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/12/Felipe-Aguiar-Damasceno.compressed.pdf>. Acesso em: 17/04/2020.

<sup>673</sup> WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª ed., 2012, p. 157.

<sup>674</sup> GALINDO, Marcos. *O governo das almas*, p. 218.

açucareiras Alagoas do Sul,<sup>675</sup> Porto Calvo<sup>676</sup> e Sirinhaém,<sup>677</sup> de onde as expedições costumavam partir, apenas a última aparece assinalada como freguesia (1). Outros elementos também apontam que nem todas as informações da região foram corrigidas. A povoação de Tabaiiana ou Itabaiana, por exemplo, era bastante conhecida desde a época dos holandeses. Em 1673, dom Rodrigo de Castelo Branco foi enviado de Portugal como administrador das minas de prata de Itabaiana, que logo foram descartadas porque ele “não achou minerais que valessem a pena”.<sup>678</sup> Contudo, a sua população local cresceu. Em 1675, a povoação ganhou o estatuto de paróquia sob a invocação de Santo Antônio das Almas de Itabaiana e, em 1698, foi elevada à condição de Vila. Na carta, no entanto, ela ainda aparece apenas como sendo uma povoação (2).<sup>679</sup>

Em contrapartida, a cópia setecentista também traz referências atualizadas a respeito das minas de prata da região. Está identificada, no número 4, a fazenda do filho do célebre Matias de Albuquerque Maranhão, Lopo de Albuquerque da Câmara. Este, no início de 1698, localizou perto da confluência do rio Ipanema com o São Francisco — conforme ele mesmo informou a dom João Lencastre —, um paredão de pedra com um título escrito com letras redondas: *Minas de prata que achei neste lugar no ano de 1641*,

<sup>675</sup> A vila de Santa Maria Madalena da Alagoas do Sul foi fundada em 5 de agosto de 1591. GIL, Tiago. “Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul”. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Santa\\_Maria\\_Madalena\\_da\\_Alagoa\\_do\\_Sul](http://lhs.unb.br/atlas/Santa_Maria_Madalena_da_Alagoa_do_Sul). Data de acesso: 22/05/2020.

<sup>676</sup> A vila de Bom Sucesso de Porto Calvo foi erigida em 12 de abril de 1636. CARVALHO, Carlos. “Bom Sucesso do Porto Calvo”. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Bom\\_Sucesso\\_do\\_Porto\\_Calvo](http://lhs.unb.br/atlas/Bom_Sucesso_do_Porto_Calvo). Data de acesso: 22/05/2020.

<sup>677</sup> Vila Formosa de Sirinhaém foi fundada em primeiro de julho de 1627. RENDEIRO, Manoel. “Formosa de Sirinhaém”. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Formosa\\_de\\_Sirinha%C3%A9m](http://lhs.unb.br/atlas/Formosa_de_Sirinha%C3%A9m). Data de acesso: 22/05/2020.

<sup>678</sup> MAGANHÃES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil Colonial*, p. 56. GALVÃO RAMALHO, João Pedro. Santo Antônio de Itabaiana. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Santo\\_Ant%C3%B4nio\\_de\\_Itabaiana](http://lhs.unb.br/atlas/Santo_Ant%C3%B4nio_de_Itabaiana). Data de acesso: 20/05/2020.

<sup>679</sup> Situação análoga é observada com a vila de Goiana, GIL, Tiago. Goiana. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Goiana>. Data de acesso: 20/05/2020.

*que a seu tempo saberá Sua Majestade delas*. Lopo de Albuquerque morreu pouco depois, e a mina nunca mais foi encontrada. De acordo com Antonil, tratava-se da mina da Serra de Itabaiana, descoberta por Melchior Dias Moreira.<sup>680</sup> No mapa, é possível perceber que logo abaixo da fazenda de Lopo de Albuquerque está localizada a *Serra de Itoberaba* (5), e não Itabaiana, como achou o jesuíta.

As duas serras – Itabaiana e Itoberaba - fizeram parte do imaginário dos colonizadores, a primeira comumente associada aos portugueses, e a segunda, aos holandeses. Entre os anos 1638 e 1643, o alemão Georg Marcgraf (1610-1644), um integrante do governo de conde Maurício de Nassau, produziu um mapa intitulado *Praefectura de Ciríi vel Seregipe del Rey cum Itâpuama*,<sup>681</sup> que foi publicado em Amsterdam no ano de 1647. Nessa carta está a mais significativa representação da “Serra Resplandecente”, retratada por “uma cadeia de montanhas chamada de *Itaberába*, onde nasce um rio de nome *Piacica*, afluente do rio São Francisco”.<sup>682</sup> (Anexo 4)

A semelhança, nesse ponto, entre o mapa do astrônomo alemão e a cópia do mapa do jesuíta francês vão além dessa nomenclatura. Em ambos, existem duas Serras de Itaberaba: a primeira, localizada na margem esquerda do rio São Francisco, atual cidade de Alagoas; a outra, na margem direita do rio São Francisco. Mas a posição delas não é exatamente a mesma nos dois mapas. Marcgraf situou a segunda próxima ao rio das Pedras e à nascente do rio Vaza Barris, mais ou menos entre a divisa dos atuais Estados de Sergipe e Bahia (Anexo 4). Já na carta setecentista, a serra teve sua localização

---

<sup>680</sup> CARTA de Lopo de Albuquerque da Câmara a dom João Lencastre. Bahia 06 de junho de 1698. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 228-229 e 390-391.

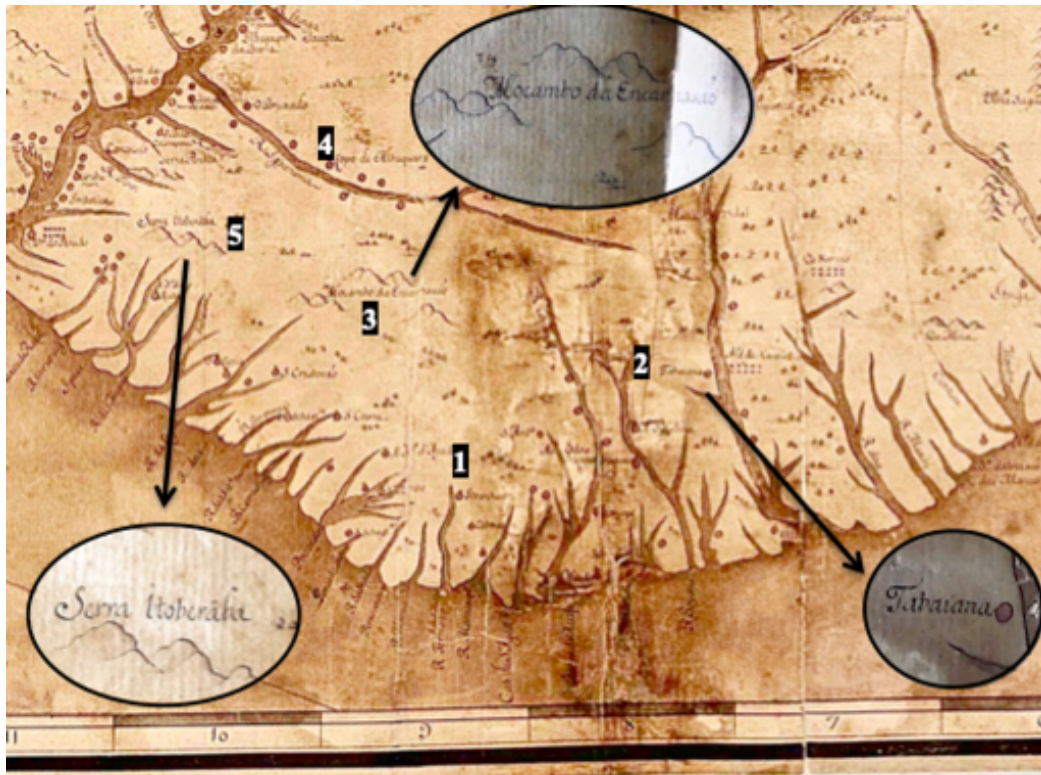
<sup>681</sup> Esta carta e outras três – *Praefectura Paranambucae pars Meridionalis*; *Praefectura Paranambucae pars Borealis, una cum*; e *Praefectura de Itamaracá*; *Praefectura de Paraiba, et Rio Grande* deram origem ao mapa mural *Brasilia qua parte paret Belgis*.

<sup>682</sup> DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América*. Belo Horizonte, UFMG, 2009, p. 141. (História, Dissertação de Mestrado).



completamente alterada: apesar de continuar próxima ao rio da Pedras, está situada perto da nascente do rio Pardo, que no meio do percurso passou a se chamar rio dos Ilhéus. Em outras palavras, a segunda Serra de Itaberaba, no trabalho do jesuíta, está localizada mais ao Sul da Bahia, próxima ao sertão da Capitania do Espírito Santo, região onde as minas de ouro estavam sendo descobertas. Como se verá, essa serra acaba sendo associada ao mito das esmeraldas.

**Figura 32:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se encontra representada a região entre o rio São Francisco em Alagoas e o rio Ceará-mirim no Rio Grande do Norte.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Voltemos ao caso dos negros fugitivos. O vocábulo “mocambo” foi assinalado em toda a carta associado a três categorias distintas. Aparece denominando uma fazenda, nas proximidades da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória; uma nação indígena, à margem do rio das Contas; e ainda o *Mocambo da Encarnação* (3), localizado em uma serra não

nomeada, mas que, pela localização, pode-se acreditar que seja uma representação da Serra da Barriga, onde ficava Palmares. Dessas três, apenas a última opção permite uma associação direta ao refúgio de escravos fugidos, todavia, é importante sublinhar que nenhuma documentação ou trabalho pesquisado remete aos dois primeiros mocambos registrados no mapa e, em relação a Palmares, pesquisas atuais deslocam seu posicionamento em relação ao que o mapa apresenta.<sup>683</sup>

Felipe Aguiar Damasceno, que mais recentemente tem se dedicado à história do mocambo dos Palmares, revê à luz do georreferenciamento os primeiros mapas da região palmarina produzidos pelos pesquisadores Edison Carneio (1947) e Décio Freitas (1982-1984). A incorporação de ferramentas técnicas associada a uma leitura bibliográfica criteriosa e à análise dos dados históricos permitiu ao pesquisador refazer o caminho dos historiadores e apresentar uma nova espacialização da região. De acordo com ele, após escapar, em 1678, quando do tratado de paz das outras lideranças aquilombadas com o governador de Pernambuco, Zumbi estabeleceu-se no mocambo de Andalaquixute, um grande reduto do sertão alagoano ao redor dessa serra. Foi em tal região que Domingos Jorge Velho concentrou a maior parte de seu esforço de guerra, “entre 1692 e meados do século XVIII, uma vez que os grandes mocambos fortificados dos sertões do Porto Calvo e Sirinhaém já haviam sido destruídos”.<sup>684</sup>

Silvia Hunold Lara, por sua vez, concentra sua pesquisa nas políticas de negociações entre os líderes de Palmares e as autoridades pernambucanas, eventos que

---

<sup>683</sup> CF. DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Reverendo os mocambos de Palmares de Décio Freitas, (1971-1984)”.

<sup>684</sup> DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Reverendo os mocambos de Palmares de Décio Freitas, (1971-1984)”, p. 693.

foram praticamente excluídos da história dos Palmares.<sup>685</sup>

A vassalagem a que se submetia Gangazumba [sobrinho de Zumbi] implicava, ao mesmo tempo, uma relação política e militar. Envolveu a “obediência” ao governo português, a aceitação de seus mandatários eclesiásticos, o compromisso de não acoitar fugitivos, a assistência militar em caso de guerra. Em troca, os palmarinos continuavam a manter relativa autonomia em relação a assuntos internos e a promessa de não serem atacados.<sup>686</sup>

Como no caso dos indígenas, os negros de Palmares foram obrigados a transferir suas aldeias. Na nova localidade situada na região de Cucaú, mesmo que por um momento, os negros rendidos também assumiram a condição de fronteira contra o ataque dos índios bravios ou dos negros do mocambos.<sup>687</sup> A autora demonstra ainda que, apesar da falta de documentação, até meados do século XVIII, foi possível localizar junto a autoridades coloniais descendentes desse aldeamento que alguns teriam inclusive combatido os negros rebelados. “Livres e cristãos, misturando nomes centro-africanos e cristãos esses homens pretos podiam ocupar lugares políticos e militares similares aos concedidos a gente como Felipe Camarão e Henrique Dias e seus sucessores”.<sup>688</sup>

Em 1691, quando o Padre Cocleo voltou em definitivo para Bahia, o Padre Antônio Vieira deu um parecer defendendo a destruição dos Palmares, uma vez que “sendo rebelados e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos”. Dessa forma, segundo Vieira, a liberdade deles “seria a total

<sup>685</sup> LARA, Silvia Hunold. “Palmares e as autoridades Coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz”. Seminário Espaços e Sociabilidades, Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/LaraSHPalmaresasautoridades.pdf>. Acesso em: 23/05/2020.

<sup>686</sup> LARA, Silvia Hunold. “Palmares e as autoridades Coloniais”, p. 11.

<sup>687</sup> DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Direito de propriedades em terras rebeldes”, p. 98. SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *Nas solidões avassaladoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Recife, UFPE, 2013, p. 218-223. (História, Tese de Mestrado).

<sup>688</sup> Antônio Felipe Camarão, um índio Potiguaçu, e Henrique Dias, um ex-escravo, alcançaram grande fama ao lutar contra os holandeses na Guerra de Restauração. Da atuação dos dois originou-se o Terço dos Camarões e o Terço da Gente Preta ou Terço dos Henriques que atuaram ao lado dos portugueses no processo colonizador até meados do século XVIII. LARA, Silvia Hunold. “Palmares e as autoridades Coloniais”, p. 16.

destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outro mais que o próprio corpo”.<sup>689</sup> O ano de 1695, quando Cocleo iniciou os trabalhos da carta geográfica, é considerado, do ponto de vista histórico, o ano em que Palmares foi oficialmente destruído.

Os índios e os negros rebelados significavam, igualmente, uma ameaça à ordem colonial. Silvia Lara observa que, em diversas ocasiões, os colonizadores parecem ter feito uso dos mesmos princípios de negociações com os dois grupos. Apesar disso, percebe-se o oposto em relação à rerepresentação desses grupos na cópia setecentista do mapa. Mais uma vez, são as palavras de Harley que nos ajudam nessa interpretação.

Quando as regras sociais da cartografia não estão à vista, tem que se provar uma agenda oculta entre as linhas do mapa. Este mapa é enganoso e necessita de uma estratégia distinta. Em lugar de reconhecer as mensagens sociais que enfatiza o mapa, devemos buscar a que ele tira as ênfases, não tanto o que mostra no mapa, como o que omite. A interpretação se converte numa busca de silêncios, ou pode ser útil “desconstruir” o mapa para revelar como a ordem social cria tensões seu próprio conteúdo.<sup>690</sup>

Como o autor afirma, os mapas representam o mundo por meio de um véu ideológico carregado de tensões internas. Na carta setecentista, a simbologia utilizada para representar as aldeias indígenas bélicas ocupa um espaço maior do que os símbolos utilizados para representar os elementos “próprios” daquela sociedade (catedrais, igreja e

---

<sup>689</sup> CARTA de Padre Vieira a Roque Monteiro Paim (1691). “Cartas do Pe. Antônio Vieira”. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio d’Azevedo. Coimbra: Imprensa Universitária, 1928, t. III. p. 617-22. *Apud* GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo, Contexto, 2008. p. 254-255.

<sup>690</sup> Where the social rules of cartography are concealed from view, a hidden agenda has to be teased out from between the lines on the map. Such a map is duplicitous, and a different strategy is called for. Instead of picking up social messages that the map emphasizes, we must search for what it de-emphasizes; not so much what the map shows, as what it omits. Interpretation becomes a search for silences, or it may be helpful to “deconstruct” the map to reveal how the social order creates tensions within its content. HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 45.

fazendas). Essa atitude expõe a importância que tais grupos representavam naquele contexto, para aquela sociedade, ou para o cartógrafo, ou mesmo para a Companhia de Jesus, cujo objetivo era transformar índios selvagens em missionados, em detrimento dos escravos fugidos, que não se encontravam sob sua jurisdição. Durante o período medieval, os símbolos dos castelos ocupavam uma área maior do que o próprio vilarejo, por exemplo; nos primeiros anos da Europa moderna, a ampliação seletiva dos sinais cartográficos estava relacionada às guerras religiosas.<sup>691</sup> O contrário é percebido em relação aos mocambos,<sup>692</sup> que foram quase que completamente silenciados, restando apenas a referência direta ao *Mocambo da Encarnação*. Isso revela que o discurso do cartógrafo, além de alinhado com as vozes predominantes na Companhia de Jesus, também robustecia as narrativas que seguiram para Lisboa acerca do sucesso obtido pelos administradores na empreitada contra Palmares.

### 3.12 *As minas antes das minas*

O Padre Cocleo morreu em meados abril de 1710, antes da criação da Capitania de Minas Gerais e São Paulo. Contudo, ele foi testemunha dos primeiros manifestos de descoberta do ouro, ocorrido em Cataguases, em 1695, e dos debates que se seguiram. Como atesta Adriana Romeiro, “diferente do que afirmam alguns historiadores, o evento

---

<sup>691</sup> HARLEY, Brian. “Mapas, saber e poder”, p. 13-14.

<sup>692</sup> Apesar das palavras “mocambo” e “quilombo” serem sempre associadas à comunidade de fugitivos, o segundo termo surgiu na documentação brasileira em finais do século XVII. “A palavra mocambo significava acampamento militar e também moradia para a maioria dos falantes das línguas bantu da África Central e Centro-ocidental. No século XVII, a palavra quilombo referia-se a um ritual de iniciação de uma sociedade militar dos guerreiros dos povos imbangalas (chamados também jagas)”. GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares*, p. 12-13.

suscitou receio e temor nos dois lados do Atlântico, afigurando às autoridades, funcionários e conselheiros régios uma ameaça ao domínio português na América portuguesa”.<sup>693</sup> Além disso, as ondas de fome que assolaram a região, entre 1698 e 1701, intensificaram as discussões. As principais propostas – do governador-geral dom João Lencastre, do governador da Repartição Sul, Artur de Sá e Meneses<sup>694</sup> e dos paulistas – sob a forma de administração a ser implantada nos distritos mineradores tiveram como ingrediente fundamental a questão do abastecimento. No entanto, como ressalta Romeiro, as rivalidades entre os dois governadores “se escancararam por ocasião da descoberta das minas de Caeté, Itacambira e Serro Frio”.<sup>695</sup>

Dom João Lencastre informou o rei dessas últimas descobertas, em janeiro de 1700. Segundo ele, elas se localizavam nas cabeceiras do sertão da Capitania do Espírito Santo e eram confinantes com os sertões de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Nessa mesma ocasião, relatou que, por “individualização” própria e “sem dispêndio nenhum da Fazenda”, mandara fazer duas entradas na região da descoberta. Pelo Norte, despachou o Capitão paulista João de Góis de Araújo, junto com trinta voluntários, que seguiriam pelo rio São Francisco até as

serranias donde tem nascença os rios Pardo, Doce, das Velhas e Verde, que distam pelas mesmas informações que me deram, vinte e cinco léguas, pouco mais ou menos das mesmas Minas donde os Paulistas se acham cavando ouro ao presente.<sup>696</sup>

<sup>693</sup> ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas*, p. 35.

<sup>694</sup> Artur de Sá e Meneses foi nomeado Governador e Capitão-General da Repartição Sul entre 1697 e 1702 com jurisdição “em tudo o que tocasse as minas de ouro e prata de Paranaguá, Itabaiana e Serra de Sabarabuçu”. MAGANHÃES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil Colonial*, p. 157-158.

<sup>695</sup> ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas*, p. 41.

<sup>696</sup> Biblioteca da Ajuda. Cod. Ms. 51-IX-33. CÓPIA da Carta de dom João Lencastre ao Rei. Bahia, 1 de janeiro de 1700, f. 471-471v. [Doravante BA].

Pelo Sul, o governador enviou o Capitão de Infantaria baiano Pedro Gomes da França, com mais cem moradores, todos voluntários. Da vila de São Jorge, capitania de Ilhéus, eles seguiriam para fazer a

entrada pelo rio Patipe acima, a donde várias vezes se tem já achado ouro e se vem juntar os ditos quatro rios. E pelas notícias que me deram algumas pessoas práticas dos mesmos sertões, se presume, que do rio Patipe até as ditas serranias, haverá oitenta léguas, e se tem por infalível haver nelas ouro, com a mesma abundancia que nas novas minas se acha.<sup>697</sup>

Da mesma maneira que o governador mandara “fazer no descobrimento do Caminho do Maranhão”, dom João Lencastre ordenou aos Capitães que, quando se reunissem “infalivelmente nas cabeceiras dos ditos quatro rios”, pesquisassem todas as possibilidades de futuras áreas minerais. Para as já descobertas, eles deveriam, na volta, descobrir “caminhos novos e mais breves” para cidade da Bahia, observando “tudo o que houvesse; fazendo mapas, e roteiros com toda a clareza e distinção”, pois de tudo “iam bem prevenidos”.<sup>698</sup>

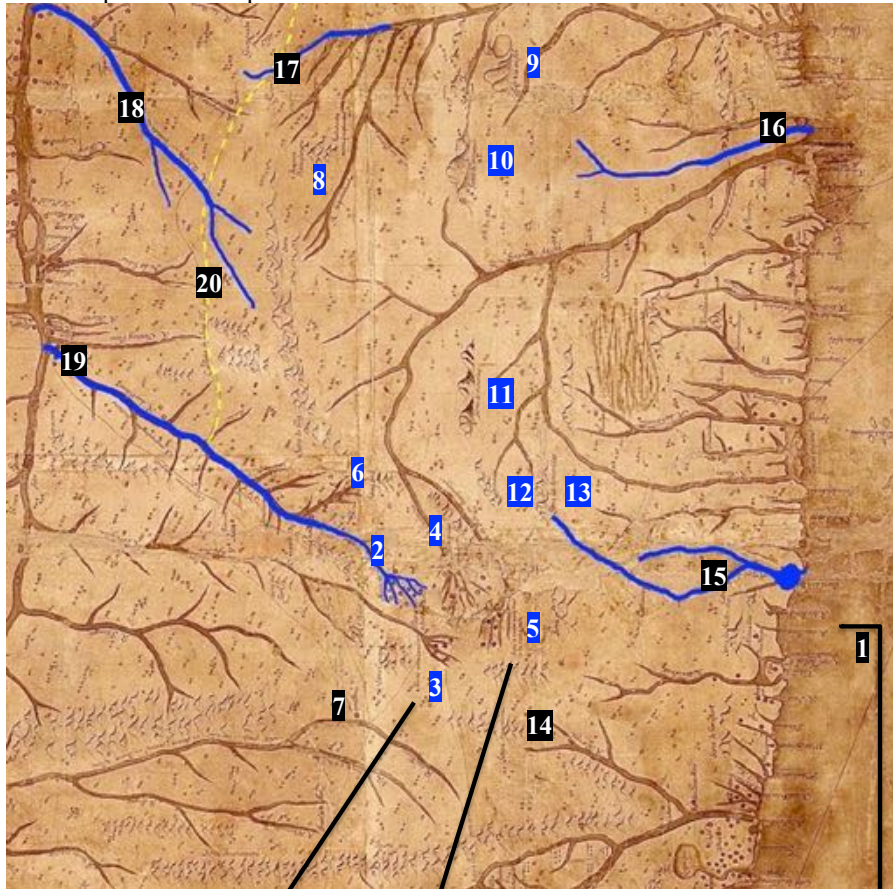
Essa sequência de eventos é significativa pois fornece pistas a respeito da produção do mapa que o Conselho Ultramarino recebeu em novembro de 1697, conforme os locais relacionados às descobertas auríferas aparecem representados na cópia setecentista (figura 33). A primeira delas diz respeito à Capitania de Espírito Santo (1): não se pode afirmar que ela não estivesse representada no mapa que seguiu para Lisboa. Contudo, por ser esta a única assinalada em toda a cópia setecentista, e tomando como referência os espaços utilizados pelo cartógrafo ao retratar os elementos que a rodeiam, é bastante provável que ela tenha sido adicionada nesse contexto em que dom João Lencas-

---

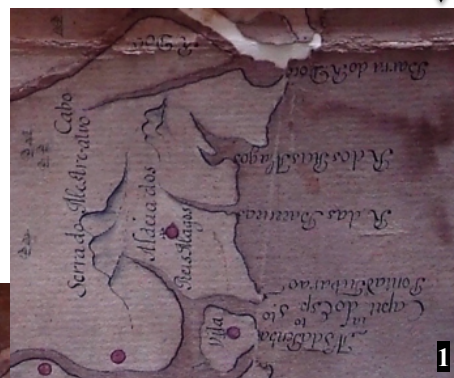
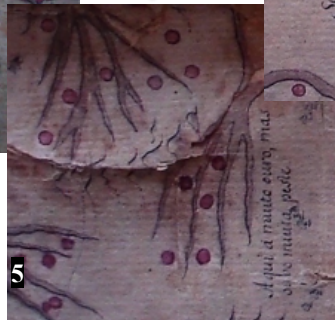
<sup>697</sup> BA. Cod. Ms. 51-IX-33. CÓPIA da Carta de dom João Lencastre ao Rei. Bahia, 1 de janeiro de 1700, f. 471-471v.

<sup>698</sup> BA. Cod. Ms. 51-IX-33. CÓPIA da Carta de dom João Lencastre ao Rei. Bahia, 1 de janeiro de 1700, f. 4 71-471v.

**Figura 33:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que se encontra representada a Capitania do Espírito Santo.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2799, CEH 1530.





-tre tentava provar às autoridades que as minas recém-descobertas faziam parte da sua jurisdição. Outra observação importante é a presença de várias fazendas assinaladas na região das minas. Tendo em vista o desabastecimento pelo qual a região passava, é possível que muitas delas — como as representadas nas nascentes do rio das Velhas (2), Paraigpeba [Paraopeba] (3), dos Gualachos (4) e Guarapiranga — tenham sido assinaladas após 1700.

Com relação aos achados minerais, não foi diferente. Tudo indica que Cocleo teria registrado no mapa original apenas as minas que haviam sido descobertas até o final do século XVII, sobre as quais tinha conhecimento, como as *Minas grandes achadas no ano de 1694*, na cabeceira do rio dos Gualachos (4); as *minas da barra do Sabará* e as *Minas do rio das Velhas* (2); assim como as *Minas do Saberaboçu* [sic](6), no mesmo rio; as da cabeceira do rio da Peste ou Guarapiranga, registradas como *Aqui a muito ouro, mas ouve muita peste* [sic] (5), e, por fim, as das nascentes do rio Paraopeba, as *Minas achadas em 1699* (3).<sup>699</sup> A inserção apenas desses registros sugere que as atualizações na cópia setecentista foram sendo feitas à medida que as novas jazidas iam sendo descobertas, bem como fazendas iam sendo instaladas permitindo um assentamento mais duradouro e estável da população.

A ausência de referências aos achados no rio das Mortes (7) mostra que as informações acrescentadas cessaram por volta de 1703. De acordo com documentos anônimos coletados pelo Ouvidor-geral de Ouro Preto, o doutor Caetano da Costa

---

<sup>699</sup> MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”. *Revista Brasileira de Cartografia* – Edição de Cartografia Histórica, Uberlândia, v. 67, n. 4, p. 764, jul. 2015.

Matoso, tais descobertas foram noticiadas de 1704 para 1705.<sup>700</sup> Segundo o relato de um anônimo que morava no Rio de Janeiro desde 1692, até 1702 “não se presumia haver ouro no rio das Mortes”; nessa região só morava “um paulista por nome Tomé Portes, que vendia mantimentos aos passageiros e era o senhor da canoa de passagem, e depois que suas amas e pajens o mataram, se descobriu ouro com grandeza”.<sup>701</sup> É importante lembrar que, em junho de 1704, dom Rodrigo da Costa informou ao Rei que o mapa feito por Cocleo estava fora da Provedoria, em posse de dom João Lencastre.<sup>702</sup>

A figura 34 é um detalhe da figura anterior. Ela evidencia uma relação entre as informações coletadas pelo Ouvidor e as atualizações registradas na cópia. Destaca-se, nela, parte do curso rio das Mortes e, apesar do nome estar truncado, é possível observar o registro de uma única fazenda, a de Tomé Portes ou Pontes (1), localizada na interseção do rio das Mortes com um caminho que atravessa o Paraopeba e segue em direção ao rio das Velhas, na altura do Ribeirão do Carmo. Essa representação é coerente com as notícias que circulavam fora da região mineradora sobre essa região.

Até a virada do século XVII para o XVIII, a região abaixo do rio das Mortes, onde o caminho se bifurca em dois, era conhecida como Encruzilhada (2). Nesse período, foi criado um atalho para as minas, que passou a ser conhecido como *Caminho Real*. “Ele estendia-se por Traibuba e Carrancas, indo alcançar o Porto Real da Passagem, no rio das Mortes entre as cidades de Tiradentes e São João Del Rei”. O local onde Tomé Portes

---

<sup>700</sup> História do distrito do rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas. In: CÓDICE COSTA MATOSO, Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Edição crítica de Luciano R. A. Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Mineiros, 1999, p. 277.

<sup>701</sup> CÓDICE COSTA MATOSO, p. 246.

<sup>702</sup> RESPOSTA de dom Rodrigo da Costa a El-Rei sobre quais são as Capitânicas sujeitas à jurisdição e Demarcação deste Governo Geral, e as que pertencem ao do Rio de Janeiro. Bahia, 29 de julho de 1704. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXXIV, p. 256-257, 1936.

del-Rei se fixou passou a ser passagem obrigatória para os bandeirantes que seguiam para o rio das Velhas, ficando regionalmente conhecido como rio do Porto.<sup>703</sup>

O outro caminho surgido na Encruzilhada, ao se atravessar o rio das Mortes, se divide, também, em dois. Um refere-se ao trajeto original que existia até a criação do atalho, caracterizado no mapa como o *Caminho novo do gado* (3). Do rio das Mortes, ele atravessa o Paraopeba até o rio das Velhas, onde segue paralelo até atravessar o rio São Francisco “e a partir daí seguia em direção norte, cortando ou passando pelas cabeceiras de afluentes da margem esquerda do São Francisco”,<sup>704</sup> e “daí leva em grande curva por Goiás até o Piauí”.<sup>705</sup> O outro caminho (4) segue diretamente para as minas, situadas na cabeceira do rio Paraopeba.

À direita, próximo à nascente do rio das Mortes, também é possível notar que o *Caminho Novo* ou *Estrada Real para as Minas* — aberto entre 1698 e 1705 para diminuir a distância e possibilitar uma comunicação mais rápida da sede do governo da Repartição do Sul com as minas, em substituição ao Caminho Velho<sup>706</sup>— aparece assinalado como *Caminho de Garcia Rodrigues para as Minas* (5).<sup>707</sup> Além de se encontrar representado de modo esquemático, em linha quase reta, sem nenhuma outra referência, diferentemente da rica descrição dada por Antonil, pouco tempo depois,<sup>708</sup> o fato de o *Caminho Velho* ainda aparecer no mapa como *Caminho novo do Gado* sugere que este último poderia não estar, realmente, concluído à época em que foi traçado no mapa.

---

<sup>703</sup> COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte/ Lisboa: Editora UFMG/ Kapa Editorial, 2005, p. 87.

<sup>704</sup> COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Caminhos do ouro e a Estrada Real*, p. 56.

<sup>705</sup> MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”, p. 764.

<sup>706</sup> MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”, p. 764.

<sup>707</sup> Ou ainda Caminho do Garcia, Caminho do Couto, Caminho do Pilar, Caminho Novo do Rio de Janeiro para as Minas. COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Caminhos do ouro e a Estrada Real*, p. 88.

<sup>708</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 286-293.

**Figura 34:** Detalhes da nascente do rio das Mortes onde se observa parte do traçado do Caminho Velho e do Caminho Novo para as Minas no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

É lugar-comum na historiografia a importância que a projeção dos mitos edênicos europeus teve na expansão territorial da América.<sup>709</sup> No período em que Cocleo produziu o seu mapa, eles “deslocaram-se para o palco das descobertas auríferas, reatualizados e investidos de um novo sentido”.<sup>710</sup> Marcelo Motta Delvaux, que pesquisou o “maravilhoso geográfico” e as suas representações, identifica as origens e a influência desse imaginário na penetração e na ocupação do território do século XVI e XIX, e dedica uma parte do seu trabalho aos elementos místicos representados na cópia setecentista Cocleo.<sup>711</sup> Diferente desse autor, que realiza um vasto estudo com viés

<sup>709</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, p. 195-215, v. 5, 1998.

<sup>710</sup> ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na Corte de Dom João: revoltas e milenarismo nas Minas Gerais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 162-163.

<sup>711</sup> DELVAUX, Marcelo Motta. “Cartografia Imaginária do sertão”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, n. 46, p. 75-87, jul./dez., 2010; DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas imaginárias*. Cf. ROMEIRO, Adriana. “Conspiração e cultura”. In: *Um visionário na Corte de Dom João*, p. 169-208. FURTADO, Junia Ferreira. “Espelhos Ondulados”. In: *Oráculos da Geografia iluminista*, p.

sociocultural, pretendemos neste trabalho refletir sobre essas representações a partir do ponto de vista da História da Cartografia, inserindo-as e insistindo no contexto político.

Os recortes que compõem a figura 35 foram retirados da figura 33. A função deles aqui é apenas fornecer uma melhor visualização da forma como algumas das fabulosas serras aparecem no mapa setecentista. Os números que acompanham cada uma das imagens são os mesmos que estão assinalados na figura 33.

Não é novidade que, desde o início da colonização, os portugueses fizeram uso geopolítico de imagens mitológicas para justificar a ocupação das terras americanas. Sobre isso, em oposição a Sérgio Buarque de Holanda, Junia Furtado evidencia que a persistência daquilo que ela chama de “presenças inquietantes” nas cartas geográficas modernas tinha mais do que o caráter místico sugerido pelo historiador paulista. A presença delas possibilitou à Coroa portuguesa legitimar e simbolizar o território do império. A representação do Lago de Xarais<sup>712</sup> na região Centro-Oeste do Brasil, por exemplo, havia “sido abandonada como representação cartográfica pelos próprios portugueses por volta de 1640,” contudo, “ela ainda constituiu a base do argumento do domínio luso sobre a região, apresentado por seus diplomatas durante as negociações com os espanhóis que resultaram no Tratado Provisional de 1681”.<sup>713</sup>

---

425-461. FURTADO, Junia Ferreira. “As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro”, p. 155-212, 2003. FURTADO, Junia Ferreira. “José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas na política no Império português nos séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 277-295. FURTADO, Junia Ferreira. “O Peregrino Instruído: José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária das minas brasileiras”, p. 757-787.

<sup>712</sup> Lagoa Dourada ou Lago dos Xarais é a imagem geográfica de um lago que une a bacia do Parana à das Amazonas, que deu origem ao mito Ilha-Brasil. Atualmente, sabe-se que se trata da região do Pantanal. COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999.

<sup>713</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da Geografia iluminista*, p. 434-437.

**Figura 35:** Detalhes de várias serras místicas/fabulosas existentes no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Todavia, conforme adverte a autora, isso não significa dizer que os portugueses agiam “numa estratégia preestabelecida que conformaria o devir dos acontecimentos, numa lógica de longa duração”.<sup>714</sup> Com isso em mente, a total ausência de aldeias indígenas em detrimento do volume de informações que se referem ao “maravilhoso geográfico” representado na região das minas assume uma outra dimensão. Vale, aqui, lançarmos mão novamente do postulado de Brian Harley, que diz que os silêncios legitimam e neutralizam ações arbitrárias na consciência de seus criadores.

Na região dos dois ciclos da mineração, os nativos é que se encontram silenciados no mapa: o registro deles se limitou exclusivamente à linha do litoral. Contudo, na nova

<sup>714</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da Geografia iluminista*, p. 437.

área mineradora, a concentração da representação de elementos de caráter místico fez com que o espaço se tornasse mais importante que o lugar.<sup>715</sup> É preciso considerar que estamos diante de um discurso, em processo de construção, sob um território idealizado. Naquele momento, a formação da região estava submetida às relações materiais de poder. De um lado, o governador da Repartição Sul procurava diminuir as distâncias, haja vista a abertura do Caminho Novo; do outro, o governador-geral buscava mostrar que até a geografia favorecia a sua jurisdição sobre as minas recém-descobertas. Na região Norte e nordeste, o mapa que o último enviou para a Metrópole apresentava uma sociedade civilizada e organizada sob controle do Estado. Em relação aos novos achados, a carta informava tanto as possibilidades de lucro, como de controle do empreendimento futuro. Não foi por acaso que, na carta ao Rei, dom João Lencastre informou ter recebido notícias de “algumas pessoas práticas dos mesmos sertões”, que presumiram que, “do rio Patipe até as ditas serranias”, “se tem por infalível haver nelas ouro, com a mesma abundância que nas novas minas se acha”.<sup>716</sup>

Ele estava convencido que esses achados auríferos se localizavam mais ao norte dos sertões da vila de São Paulo, nas cabeceiras dos sertões da Capitania do Espírito Santo — estando, portanto, sob a jurisdição da Bahia e o mapa de Cocleo deveria corroborar essa pretensão. A entrada para as minas, segundo ele, “seria a vila do Espírito Santo, por ser a ‘vila marítima mais fortificada e forte pela natureza de toda de todas quanto tem o Brasil’”.<sup>717</sup> De certo modo, visualmente, a figura 32 comprova que as

---

<sup>715</sup> HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 98-99.

<sup>716</sup> BA. Cod. Ms. 51-IX-33. CÓPIA da Carta de dom João Lencastre ao Rei. Bahia, 1 de janeiro de 1700, f. 471-471v.

<sup>717</sup> ROMEIRO, Adriana. “As Minas antes das Minas: reflexões sobre os albores da história mineira”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, n. 16, p. 12-14, nov. 2019. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/304>. Acesso em: 20/05/2020.

explorações descobertas e as que viriam a sê-lo<sup>718</sup> se localizavam entre os cinco rios: Doce (15), Patipe (16), Pardo (17), Verde (18) e das Velhas (19), inclusive ao alcance de Salvador, pelo Caminho da Bahia, assinalado como *Caminho de João Gonçalves do Prado* (20).

Contratado pra desenhar o caminho de ligação entre o Maranhão e Salvador, Cocleo entregou a sua percepção de Estado Brasil, permeada por incontáveis processos socioculturais. Mostrou às autoridades, em Lisboa, uma imensa conquista bastante conhecida e civilizada. Sua concepção, alinhada à do contratante dos seus serviços, Lencastre, reforçou o domínio do Estado do Brasil, sobre a região onde era aberto o Caminho do Maranhão; e sobre a região mineradora, disputada com o governador da Repartição Sul; excluiu as desavenças no Cabo do Norte, com os franceses, e na Colônia do Sacramento, com os espanhóis; mas retirou, conforme os interesses da Companhia de Jesus, sua jurisdição sobre a região da missões do Paraguai; silenciou e, por vezes, apagou as guerras contra os negros fugidos e, quanto aos nativos, ou estavam aldeados, ou no limite de serem pacificados. O mapa dá lugar a uma sociedade organizada e, acima de tudo, com infundável potencial econômico facilmente controlável.

---

<sup>718</sup> Estão assinaladas em azul.



Parte 4:  
OS USOS

Capítulo 4.1: *O Mapa da Maior Parte da Costa e do Sertão do Brasil*

No tocante à produção cartográfica, as primeiras décadas do século XVIII foram um divisor de águas. O estabelecimento do meridiano de Paris, “o aperfeiçoamento das medidas de longitude, a investigação do formato da Terra e a criação de um padrão universal das medidas foram, entre tantos outros, os principais empreendimentos de natureza científica levados a cabo pela República de Letras francesa” que impactaram as formas de representação da Terra, como afirma Junia Furtado.<sup>719</sup> Realizada em novembro de 1720, a exposição na Academia Real de Ciências de Paris da obra que Jaime Cortesão chamou de revolucionária,<sup>720</sup> *Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre*, do francês Guillaume Delisle (1675-1726), geógrafo do Rei da França, contestava abertamente “a posição da linha de Tordesilhas e excluía do território português as terras do Cabo do Norte e a Colônia do Sacramento”.<sup>721</sup> Em Portugal, concomitante a esse processo ocorreu a renovação do ensino da cartografia geográfica encabeçada por Manuel de Azevedo Fortes, nomeado por dom João V Engenheiro-mor do reino em 1719. “Ao convocá-lo, D. João pretendia prioritariamente promover o mapeamento do território da América portuguesa, de forma a fundamentar

---

<sup>719</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista*, p. 301.

<sup>720</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, p. 105.

<sup>721</sup> GUEDES, Max Justo. “Introdução”. In: COSTA, Gilberto Antônio (Org.). *Roteiro prático de cartografia da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 25.

futuras negociações com Castela”.<sup>722</sup> Essa iniciativa se intensificou com a crescente descoberta dos metais preciosos, que demandava um conhecimento mais preciso do território para uma maior participação do Estado no processo administrativo.<sup>723</sup>

É importante salientar, contudo, que os esforços dos monarcas portugueses nessa direção tiveram início logo após a Restauração Portuguesa (1640). “Em vista da carência de engenheiros militares nacionais, dom João IV (1640-1656) enviou embaixadores para Paris e Haia — então principais centros culturais divulgadores de modelos — com o intuito de contratar profissionais experientes nesse assunto”.<sup>724</sup> Em 1655, foi criada no Castelo de São Jorge a primeira escola com o objetivo de formar artilheiros. No ano seguinte, também em Lisboa, havia sido criada a primeira aula destinada à formação de engenheiros, a Aula de Fortificações Ribeira das Naus, na qual Luís Serrão Pimentel, então cosmógrafo mor do reino e antecessor de Fortes, foi o primeiro professor.<sup>725</sup>

Pela convivência com os cosmógrafos do Colégio de Santo Antão, os engenheiros militares consolidaram e atualizaram seus conhecimentos “referentes aos desenhos das Cartas Geográficas, Corográficas e Topográficas”, uma vez que a Instituição Jesuítica foi a responsável pela introdução em Portugal de uma literatura mais atualizada,

---

<sup>722</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e dos engenheiros militares da Colônia e do Império”. In: COSTA, Gilberto Antônio (Org.). *Roteiro prático de cartografia da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 35.

<sup>723</sup> COSTA, Antônio Gilberto. “Dos Roteiros de Todos os Sinais até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império”. In: COSTA, Gilberto Antônio (Org.). *Roteiro prático de cartografia da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 105; MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”, p. 767.

<sup>724</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Desenhando o Brasil”, p. 35.

<sup>725</sup> MARTINS, Ricardo Vieira & FIGUEIRAS, Carlos. “A Restauração de Portugal à modernidade do século XVIII”. In: FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota Simões & MARTINS, Décio (Ed.). *História da Ciência Luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 101. MOREIRA, Luís Miguel Alves de Bessa. “A renovação da Cartografia militar: a Guerra da Restauração, 1640-1668”. In: *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*. Minho, Uminho, 2012, p. 32-68. (Geografia, Tese de doutorado). FURTADO, Junia Ferreira. “Geografia Iluminista”. In: *Oráculos da Geografia Iluminista*, p. 147-154.

especialmente a holandesa e a francesa. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno observa que, nas Aulas de Esfera, as disciplinas relacionadas à Ciência Náutica (Cosmografia e Astronomia), apesar de coexistirem com as matérias vinculadas à Geometria Prática, à Geografia e à Arquitetura Militar, foram progressivamente relegadas ao segundo plano e, por vezes, sobrepujadas por estas últimas.<sup>726</sup> Posto desse modo, é ainda mais coerente a insistência das autoridades para que o jovem jesuíta francês Jacob Cocleo, desembarcado em Lisboa em 1660, completasse os seus estudos em Matemática.

Os capítulos anteriores se concentraram em analisar algumas informações que deveriam estar presentes nos “originais” produzidos pelo Padre Cocleo, hoje desaparecidos. Cabe a esta parte da tese, então, investigar o consumo desses trabalhos. O primeiro indício de uso dessa cartografia, foi mencionado no tópico *O sertão da Bahia: Jacobinas e Rodelas*, na parte 3 e ocorreu antes mesmo da conclusão da carta geográfica, em meados de 1696, no contexto do litígio de terras entre os jesuítas e a Casa/Senhoras da Torre, no vale do rio São Francisco. Os próximos indícios de utilização de seus mapas ocorreram ao longo do século XVIII e é neles que centra esse capítulo. Em 1704, a carta de Cocleo foi consultada para ajudar a solucionar os problemas de jurisdição surgidos entre o Arcebispado da Bahia e Bispado do Rio de Janeiro, decorrentes da exploração da área mineradora e do povoamento dos sertões do interior. No ano seguinte, foi utilizada para a produção da Planta da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe.<sup>727</sup> Ainda nesse período, acredita-se que as informações do jesuíta podem ter sido utilizadas indiretamente nas negociações do já referido Tratado de Madrid, sob a influência do

---

<sup>726</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Desenhando o Brasil”, p. 34.

<sup>727</sup> AHU. Cartografia. Bahia, doc. 0959. Planta da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe feita no ano de 1705 por ordem do senhor dom Rodrigo da Costa governador e capitão general do Estado do Brasil.

governador Gomes Freire de Andrade (1735-1763). A terceira e a quarta menção a sua utilização ocorreram na virada para o século XIX: na Bahia, pelo memorialista português e professor régio de língua grega em Salvador Luiz dos Santos Vilhena,<sup>728</sup> na redação das suas *Notícias soteporitanas e brasílicas* e em Lisboa, pelo cartógrafo mineiro Antônio Pires da Silva Pontes Leme, na confecção da *Nova Lusitânia* em 1798.<sup>729</sup>

Em primeiro lugar há que se destacar a existência de uma cópia do mapa original depositada no Arquivo do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro e ela que será analisada a seguir, figura 36.

---

<sup>728</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias soteporitanas e brasílicas...*, t. 3.

<sup>729</sup> ADONIAS, Isa. *Mapas e planos manuscritos relativos aos Brasil Colonial (1500 – 1822)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v. 2, 1960, p. 46.

**Figura 36:** Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil/ Extraído do original do Pe. Cocleo



**Fonte:** AHEx. n.23-24.2798; CEH 1530      **Fotografia:** Paulo Schettino

#### 4.2: Continuidades e novidades

Em primeiro lugar há que se destacar a importância da sobrevivência dessa cópia. Registrada na sua legenda com o título *O Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil/Extraído do original do P.<sup>e</sup> Cocleo*, trata-se de uma carta geográfica colorida, desenhada a nanquim, aquarelada e gravada em papel canson telado. Nela está representada a área que “cobre todo o Brasil oriental, desde a Ilha de Maranhão até Santa Catarina ao Sul (entre as latitudes 2° e 30° Sul), com destaque para a bacia do Rio São Francisco localizada na parte central”. De largas dimensões (225 cm por 120 cm), ou seja, trata-se de um mapa mural, a cópia foi produzida em projeção Plana Quadrada com uma escala aproximada de 1:1480.000.<sup>730</sup>

Outro acontecimento importante, que se desdobra em dois, diz respeito à localização e à restauração desse documento, ambas creditadas à perspicácia e insistência do professor Friedrich Ewald Renger. Ao perceber uma citação ao mapa na obra do dicionarista Waldemar de Almeida Barbosa,<sup>731</sup> Renger não se contentou com a afirmativa do seu desaparecimento e conseguiu que a carta — então esquecida no canto de uma das estantes do Arquivo do Exército — fosse encontrada. Apesar de todo esse empenho, contudo, a dificuldade de acesso persiste, porém de natureza diferente, pois hoje, depois de provada a sua importância, o mapa se acha restaurado, emoldurado mas permanece o

<sup>730</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica”. Belo Horizonte, *Centro de Referência Cartografia Histórica* – UFMG, p. 2. Disponível em: [http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013\\_1379350586.pdf](http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf). Acesso em: 17 julho de 2015. . CF. MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”, p. 764, 2015.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias seteporitanas e brasílicas...*, t. 3, p. 788. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. “A cópia setecentista do mapa do Jacobo Cocleo: leitura e questões”. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder, p. 01, Parati, 10 a 13 de maio de 2011.

<sup>731</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Saterb, 1971.

acesso restrito ao mesmo, inclusive para os pesquisadores.

Foi também por influência do professor Renger que grande parte dos estudos dedicados até agora à carta se concentra em examinar a região das Minas Gerais,<sup>732</sup> a execução são os trabalhos de Márcio Santos. Nestes o autor, de forma mais ampla analisou a região do médio superior do São Francisco na altura da foz do rio Verde Grande e do arraial de Marias Cardoso e a região do assim chamado “sertão baiano” que compreendia um vasto espaço que se estendia do interior do atual norte de Minas ao sul do Piauí.<sup>733</sup> Aqui busca-se uma outra leitura, mais ampla da carta. Para isso, nos insurgimos contra o modelo científico *standard* da História da Cartografia lendo o mapa do Padre Cocleo a contrapelo.<sup>734</sup> O pressuposto no qual nos baseamos é o de que, apesar de o descobrimento das minas auríferas ter sido um evento extraordinário, não é possível entender a produção dessa carta, uma cópia, encerrando-a em uma única causa, e a razão para isso é simples: sua produção desenvolveu-se ao longo de mais de cinco décadas, com diferentes motivações e sob circunstâncias históricas e geográficas distintas.

A confecção da carta parece ter se iniciado logo após a entrega do mapa que seguiu para Lisboa, portanto, ainda durante a vida de Cocleo. Sabe-se que, entre 1703 e

---

<sup>732</sup> RENGER, Friedrich Ewald & MACHADO, Maria Márcia Magela. “Do descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Cartografia* – Edição de Cartografia Histórica, Uberlândia, v. 67, n. 4, p. 759-771, julho de 2015. MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”. COSTA, Gilberto Antônio. “Do ‘Roteiro de todos os sinais da Costa’ até a ‘Carta Geral’: os mapas de síntese para o território da América portuguesa e do Brasil Império”. *Revista Brasileira de Cartografia* – Edição de Cartografia Histórica, Uberlândia, v. 67, n. 4, p. 887-903, julho de 2015. PINHEIRO, Paulo César da Costa. “O mapa do Padre Cocleo e os primórdios da ocupação de Minas Gerais”. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG*, Belo Horizonte, p. 1501-1513, 13 a 17 de maio de 2019. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1OVCjzRmPT5xTH\\_cd69CH5DtccamV2QPo](https://drive.google.com/drive/folders/1OVCjzRmPT5xTH_cd69CH5DtccamV2QPo). Acesso em 20 de maio de 2020.

<sup>733</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. “A cópia setecentista do mapa do Jacobo Cocleo: leitura e questões”. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder, p. 01-16, Parati, 10 a 13 de maio de 2011; e *Rios e Fronteiras: conquista e ocupação do Sertão Bahiano*. São Paulo: Edusp, 2017.

<sup>734</sup> HARLEY, John Brian. “Relire les cartes de redécouverte de Colomb”. In: *Le pouvoir des cartes*. Paris: Éd. Anthropos, 1995, p. 87-107.

1704, a versão remanescente que ficou no Brasil se encontrava na posse do ex-governador dom João de Lencastre, que encomendara o original, mas que, ao fim de 1704 ou início de 1705, ela teria voltado a ser depositada na Provedoria. O que aconteceu com ela entre 1697 e 1703? A hipótese é que ela permaneceu com o Padre antes de ser entregue a dom João Lencastre. Durante esses sete anos, o jesuíta muito provavelmente continuou a trabalhar nela, ao mesmo tempo que iniciava a produção da cópia setecentista que o professor Friedrich Renger localizou. Infelizmente, os dois originais se perderam mas as informações que não foram corrigidas e as atualizações realizadas até 1702 presentes no mapa/cópia, já estudadas no capítulo anterior, apontam nessa direção e se mostram ainda mais plausíveis, como se verá, a partir da comparação entre os diferentes traços caligráficos nele presentes.

Os historiadores Francisco José Corrêa Martins e Márcio Roberto do Alves Santos foram os primeiros a levantar hipóteses a respeito da autoria dessa cópia. O primeiro, fundamentando-se nos acréscimos de informações geográficas que o mapa ostenta, é categórico em afirmar que “se trata, de fato, de um produto autônomo em relação ao que o Padre Jacobo Cocleo produziu”.<sup>735</sup> E acrescenta:

Em nossa opinião, o exemplar hoje sob guarda do Arquivo Histórico do Exército é um documento que, elaborado por autor(es) desconhecido(s) até hoje, a partir daquele produzido por Cocleo, selecionou e acrescentou informações, com uma finalidade diferente daquela do jesuíta, dando origem, segundo nossa visão, a um produto distinto.<sup>736</sup>

Márcio Santos, por sua vez, discorda veementemente dessas conclusões. Na sua apreciação, com a qual mais nos alinhamos, mas com algumas reservas, os acréscimos de

---

<sup>735</sup> MARTINS, Francisco José Corrêa. “Compile para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército”. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico/UFMG – Cartografia Histórica*, Belo Horizonte, p. 70, v. 20, n. 2, 2011.

<sup>736</sup> MARTINS, Francisco José Corrêa. “Compile para conhecer”, p. 71.



informações de modo algum justificariam a originalidade radical em relação ao original pretendida por Francisco Martins. Para Márcio Santos,

estariamos, desse modo, diante de uma cópia modificada, mas ainda assim uma cópia, do mapa originalmente desenhado por Jacobo Cocleo. Podemos mesmo conjecturar que a peça à qual temos acesso seja o próprio original de Jacobo Cocleo, ao qual foram acrescentadas posteriormente informações, pois é pouco provável que o autor anônimo da cópia a confeccionasse com as dimensões presentes.<sup>737</sup>

Em outras palavras, Márcio Santos entende que, por causa das largas dimensões e de questões como “o respeito à inalterabilidade do original”, hoje caras à nossa sociedade, ou o sentido utilitário que esse tipo de material tinha à época, era aceitável e até desejável que informações fossem corrigidas, apagadas e encobertas “para dar lugar a dados novos sobre o território que se construía”. Porém, conforme apontado no capítulo anterior, algumas informações que já se encontravam desatualizadas permaneceram inalteradas na cópia, sugerindo que essas foram simplesmente transplantadas tal qual se encontravam no original. Ainda em relação a essas permanências, Santos sugere que elas se deram por motivo de desinformação do “autor da cópia setecentista desconhecida”.<sup>738</sup> Como exemplo, o pesquisador cita as informações desatualizadas a cerca dos “principais núcleos urbanos surgidos e dinamizados na região com a descoberta das jazidas auríferas”<sup>739</sup> presentes na cópia.

O que se pretende defender aqui é que a cópia remanescente não se enquadra exclusivamente em nenhuma das duas posições. Novas informações não foram acrescentadas com o exclusivo intuito de consertar o mapa original; em grande parte, eram inseridas na medida em que os acontecimentos que se desenrolavam interessavam

---

<sup>737</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. “A cópia setecentista do mapa do Jacobo Cocleo”, p. 2.

<sup>738</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. “A cópia setecentista do mapa do Jacobo Cocleo”, p. 3.

<sup>739</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. “A cópia setecentista do mapa do Jacobo Cocleo”, p. 11.

ao cartógrafo responsável no momento ou ao grupo dos administradores coloniais. Assim vários dados desatualizados permaneceram. Interessa entender a dinâmica dessas escolhas. Em relação ao cartógrafo responsável, é importante salientar que os últimos acréscimos datam da metade do século XVIII. Assim, se Cocleo foi seu autor inicial, outros se seguiram a ele.

O caso das descobertas das minas é um bom exemplo: originalmente só foram dispostas as informações que, à época, interessavam diretamente o contratante inicial do original – dom João de Lencastre, que estava interessado que as minas ficassem sob jurisdição baiana. Outras podem revelar os interesses dos novos responsáveis por atualizar o mapa que, tudo indica, ficou pendurado no Colégio dos Jesuítas na Bahia. É o caso da ausência da Catedral de Mariana. No mapa estão presentes o Arcebispado de Salvador e os Bispados de Olinda, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. Como esse último foi criado no mesmo ano do Bispado mineiro, 1745, a data mais tardia do acontecimento não explica sua não inclusão. Há que se buscar outros motivos para tanto. Cláudia Damasceno lembra que, desde a segunda década do XVIII, a Coroa decidira criar um bispado na região, motivo pelo qual, na época, ocorreu uma disputa entre Vila Rica, cabeça da Comarca, e a vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (a escolhida) na tentativa de atraírem para si o *status* de cidade episcopal.<sup>740</sup> Também pode ser aventado que ao Bispado baiano não interessava essa perda de jurisdição. É ainda curioso que, apesar de até esta data (1745), existissem na região das Minas nove vilas, apenas Vila

---

<sup>740</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el Rei*, p. 340-341. Ver também: MENEZES, Ivo Porto de. “Os frontispícios na arquitetura religiosa em Minas Gerais”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 14, n. 15, dezembro 2007. TEDESSHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas Urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas: Século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014.

Rica aparece representada na cópia setecentista.<sup>741</sup> Essa falta de atualização das informações geográficas-administrativas da capitania de Minas por si só inviabilizam as teorias de uma das grandes funções do mapa foi representar a interiorização do povoamento devido ao *rush* mineral.

É surpreendente observar, no mapa-cópia, a quase ausência de registros da presença jesuítica no Estado do Brasil, onde chegaram em 1549, instalando várias missões e colégios. Isso quando se leva em conta que seu primeiro autor era um jesuíta, bem como os que lhe sucederam após sua morte, já que o mapa, de formato mural, ficou na guarda do colégio na Bahia. Os dois únicos registros são bem tardios, um refere-se ao Colégio jesuíta de Paranaguá, fundado entre 1752 e 1755;<sup>742</sup> e o outro à Aldeia de São Fidelis, fundada em 1753, no Sul da Bahia. Esses acréscimos recuam a data de intervenção na cópia a pelo menos o ano de 1755. Teriam sido esses registros apagados depois da expulsão dos jesuítas do império português?<sup>743</sup> Isso só poderia ser respondido com o exame minucioso do original. Ou o caráter administrativo da cópia foi capaz de obliterar uma das características da cartografia jesuítica, cujo simbolismo visava revelar ao leitor a presença e a atuação da ordem pelo mundo?

Dito isso, é possível afirmar que a diferença mais significativa entre os mapas finalizados em meados de 1697 e o *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* foi a finalidade atribuída a cada um deles. Matthew Edney salienta que a feição de um mapa diz muito mais de seu público consumidor do que do território representado.<sup>744</sup> O

---

<sup>741</sup> Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Real do Sabará em 1711, São João del-Rei (1713), Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe em 1714, Piedade do Pitangui (1715), São José del-Rei (Tiradentes, 1718), Minas Novas (1730).

<sup>742</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6, p. 468-470.

<sup>743</sup> ALTIC, Mirela. "Changing the Discourse: Post-Expulsion Jesuit Cartography of Spain America."

<sup>744</sup> EDNEY, Matthew H. "A história da publicação do *Mapa da América do Norte* de John Mitchell de 1755".

primeiro, que chegou à Metrópole “em uma folha de flandres”,<sup>745</sup> foi confeccionado para que o rei tivesse “tudo a vista para poder indagar do que mais constituem o seu Real serviço”.<sup>746</sup> Nenhuma das fontes estudadas indica a sua dimensão ou a da versão depositada na Provedoria do Estado, contudo, esta se encontrava fora da Provedoria em 1704, o que sugere que ela tinha um tamanho inferior em relação à cópia existente no Arquivo do Exército, sendo a primeira mais apropriada para a manipulação, enquanto a segunda era um mapa mural, mais difícil de ser transportado.

Uma das operações mais comuns na cartografia sempre foi a redução ou o aumento de um mapa.<sup>747</sup> A versão localizada pelo professor Friedrich Renger sobreviveu, muito provavelmente, devido a suas grandes dimensões, portanto, com uma menor probabilidade de manuseio, principalmente em trabalhos de campo. Depois, porque a Coroa portuguesa expropriou o acervo dos colégios jesuíticos, ficando o mapa na sua posse, finalmente reunido no Arquivo do Exército. Algo semelhante é observado em Portugal, onde

os mapas manuscritos, uma grande parte eram exemplares únicos, ou com um número reduzido de cópias, muitos dos quais se perderam ou danificaram pelo uso. Os que se preservam são na maioria exemplares com funções de prestígios: ofertas régias a personalidades da Igreja, da nobreza, ou “eruditos”, curiosos por esta revolução do conhecimento no mundo.<sup>748</sup>

Era comum a exibição de mapas murais pela nobreza “com propósitos que iam da simples decoração de interiores a interesses científicos. Na maioria dos casos, esses

---

<sup>745</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

<sup>746</sup> AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957. CARTA do Padre Jacob Cocleo a Roque Monteiro Paim. Bahia, 20 de Julho de 1697.

<sup>747</sup> RAISZ, Erwin. *General Cartography*. 2º ed. New York/ Toronto/ London: Mcgraw-Hill Book Company, 1948, p. 55.

<sup>748</sup> ALEGRIA, Fernanda; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; & RELAÑO, Francisc. *História da Cartografia Portuguesa: séculos XV a XVII*. Porto: Fio da Palavra, 2012, p. 63-64.

aspectos terminavam por se confundir com um uso político do conhecimento geográfico”.<sup>749</sup> Relatos e inventários dos membros da Ordem dos Inacianos indicam que o ato de prender os mapas nas paredes também era prática corriqueira nos Colégios jesuíticos na América portuguesa. Assim que chegou ao Maranhão, depois de passar por uma breve estada na Aldeia de São João em Morituga, o Padre Felipe Bettendorff foi chamado à presença do Superior. Na livraria do Colégio em Belém, o Padre Vieira mostrou-lhe um mapa do Amazonas e o convidou para ser o primeiro missionário permanente de toda aquela província.<sup>750</sup> Do mesmo modo, o inventário do Colégio do Pará relata que “estavam pendentes nas paredes, guarnecidos com suas molduras os mapas de todas as 4 partes do mundo divisos, e uma de todo o mundo (...), pendiam assim mesmo com suas molduras as cartas geográficas de toda as histórias antigas e modernas, desde o Princípio do Mundo”.<sup>751</sup>

Reforça o argumento da carta estar pendurada nas paredes do Colégio, além de seu tamanho, o fato de estar desenhada na posição horizontal, em formato de paisagem, o que se observa pela orientação do texto da cartela, que deve ser lido com o mapa nessa posição. É certo que a orientação dos mapas com o Norte no alto, a que estamos acostumados, começou a ser empregada com o resgate da obra de Ptolomeu, na Renascença, generalizando-se depois da publicação do famoso mapa do mundo, de Mercator, mas só se tornando universal séculos mais tarde. O professor Erwin Raisz chama a atenção para o que parece ter sido uma tendência entre os cartógrafos: colocar

---

<sup>749</sup> VIEIRA, Daniel de Souza Leão. “A Topografia Ausente: A Paisagem Política da Nieuw Holland nas Vinhetas de Frans Post para o Mapa Mural BRASÍLIA qua parte paret BELGIS, 1643-1647”. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Série História do Nordeste (UFPE), p. 33, v. 1, 2011.

<sup>750</sup> BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 181.

<sup>751</sup> ARSI. Bras. 28. CATÁLOGO da livraria da Casa da Vigia, f. 23r. Transcrito e publicado por LEITE S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 4, p. 399-409.

no topo dos mapas a região/direção a que a atenção nacional estivesse voltada. Os romanos e geógrafos medievais, por exemplo, orientavam seus mapas para o Oriente, o que significa que o Leste estava no topo, onde ficava Jerusalém, enquanto mapas produzidos na Arábia fixavam no alto Meca, ou seja, o Sul, do mesmo modo que em vários mapas os cartógrafos situaram nessa posição a América, localizada a Oeste.<sup>752</sup> Seja por influência do famoso Fernando Álvaro Seco, com seu *Portugallia et Algarbia quæ olim Lusitania*, o “Portugal deitado”,<sup>753</sup> seja pelo *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*, de Georg Marcgrave<sup>754</sup> — ambos publicados por Joan Blaeu em Amsterdam, em 1630 e 1647, respectivamente —, o Norte, na cópia existente no Arquivo do Exército e, muito provavelmente, também nos originais, está situado à esquerda, e não na parte superior da representação. Essa escolha de orientação, quer intencional, quer sob influência de mensagens “políticas ocultas”,<sup>755</sup> coloca o Padre, mais uma vez, alinhado com as perspectivas político-militares portuguesas da época.<sup>756</sup> Basta-nos lembrar que vários manuscritos creditados à família Teixeira Albernaz, produzidos com o intuito de auxiliar o planejamento da defesa das fronteiras (do reino e da colônia), foram produzidos com a mesma orientação. Uma explicação é que, como num voo de pássaro, o Brasil, visto desde o mar, avança para o oeste, área no caso da região nordeste sujeita à ambição de domínio de dom João de Lencastre, o governador baiano.

---

<sup>752</sup> RAISZ, Erwin. *General Cartography*, p. 61.

<sup>753</sup> MARTINS, Francisco José Corrêa. Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico/UFMG – Cartografia Histórica*, Belo Horizonte, p. 71-72, v. 20, n. 2, 2011.

<sup>754</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do Padre Cocleo”, p. 2.

<sup>755</sup> HARLEY, Brian. “Mapas, saber e poder”. *Confins [Online]*, p. 12.

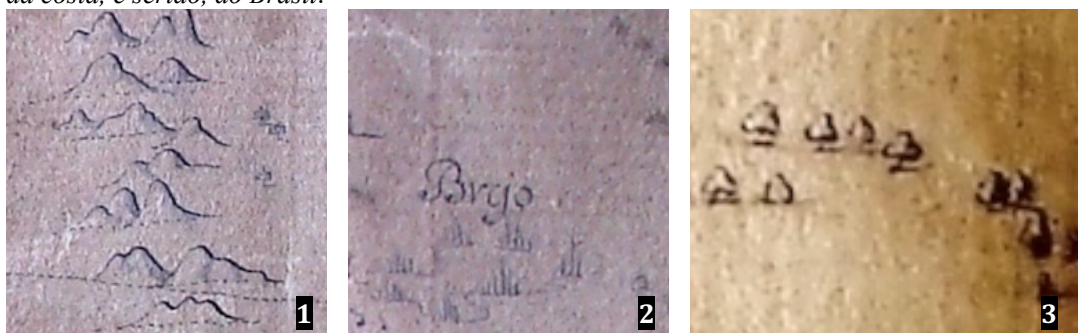
<sup>756</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. “Técnicas e elementos da Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império”. In: COSTA, Gilberto Antônio (Org.). *Roteiro prático de cartografia da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 55.

### 4.3. A forma

Em razão das enormes dimensões da carta, o autor desconhecido da peça em questão deve ter estendido horizontalmente o papel sobre uma grande mesa, seguindo essa orientação no desenho do mapa. Ao grafar os dados textuais, no entanto, voltou à posição habitual de escrita. Daí o deslocamento de posição entre o desenho e os registros textuais.<sup>757</sup>

Márcio Santos justificou desse modo a mudança de orientação dos topônimos na cópia setecentista em relação ao texto da cartela. Todavia há que se fazer uma distinção. Um olhar atento sobre as representações morfológicas do território, como as montanhas, e da vegetação, bem como dos nomes que identificam esses elementos permitem discordar das conclusões desse historiador (figura 37). No que diz respeito ao desenho das montanhas (1) e da vegetação (2,3), bem como os nomes a elas associadas (exemplo do Brejo) essas seguem o mesmo padrão do texto da cartela, encontram-se desenhadas perpendicularmente em relação à posição horizontal do mapa, inclusive aquelas situadas próximas à costa.

**Figura 37:** Detalhes com a representação de montanhas, brejos e árvores no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

<sup>757</sup>

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. “A cópia setecentista do mapa do Jacobo Cocleo”, p. 02.

As montanhas foram representadas a partir de uma antiga técnica conhecida como *mucchi di talpa* (monte de toupeira). Essa “consiste no desenho aproximado do perfil das montanhas com sombreamento no lado direito em relação ao observador”.<sup>758</sup> Nas reproduções dos brejos e das árvores a sombra aparece do mesmo lado. Alguns resquícios da utilização da régua, principalmente no traçado das montanhas, e a homogeneidade nessas representações informam tanto a intenção e o cuidado do cartógrafo, como a disponibilidade de espaço para a realização do trabalho de desenho do mapa. Ou seja, as orientações no desenho das representações morfológicas e, como se verá, na escrita dos nomes não foram definidas nem pelo tamanho do mapa, nem pelas condições do espaço. Foram escolhas estéticas do(s) autor(es), de modo a imprimir clareza e harmonia à sua representação em diálogo com o seu leitor, respeitando as posições de onde seria observado.

No tocante à inscrição dos nomes, os registros textuais seguem, pelo menos, três tendências. (1) Os nomes dos rios, riachos, caminhos e algumas fazendas tendem a aparecer ao longo dos seus cursos, sem uma orientação definida; (2) todos os topônimos — os antrópicos e os dos acidentes naturais, como serras e lagoas — da região interiorana, no sertão, foram escritos em um ângulo de 90° graus com relação à posição horizontal do mapa, a única exceção é a Serra da Mantiqueira que foi representada ao longo da cadeia de montanhas. O fato é que, se a carta estivesse pendurada ou sobre uma mesa, o observador à sua frente não precisaria mudar de posição para ler nenhuma dessas informações; (3) por fim, quanto aos topônimos costeiros dos rios, lugares, baías etc.,

---

<sup>758</sup> TRAVESI, Carlo. *Técnica Cartográfica*. Firenze. Instituto Geográfico Militare, 1965, p. 132. CF. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Do naturalismo à abstração: convenções e códigos de representação geográfica”. In: *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, p. 307-311.



observa-se que quase todos os registros, com raríssimas exceções, foram gravados na parte do mar e perpendicularmente à linha da costa, porém não seguiram uma única orientação.

Vejam os. Na parte da costa Leste-Oeste, os topônimos foram grafados no sentido da costa para o mar. Isso significa que entre o Maranhão e o Rio Grande do Norte eles ostentam a mesma direção da cartela, entre o Rio Grande do Norte e o extremo sul, foram posicionados perpendiculares à mesma. Na latitude  $6^{\circ} 60'$ , na altura onde é hoje o Estado da Paraíba, indicada pela seta na figura 38, a grafia toma o sentido oposto e passa ser escrita do mar para a costa, e segue nessa disposição até a latitude  $25^{\circ}$ , próximo à Vila da Ribeira do Iguapé, também indicada por uma seta na figura 38. Isso significa que o sentido dos nomes aparecem invertidos (de cabeça para baixo) em relação aos da porção anterior. Desse ponto até o extremo sul, os topônimos voltam a ser grafados da costa para o mar. Dificilmente essas alterações no sentido da grafia ocorreram, como salienta Márcio Santos, em função do espaço físico onde a cópia foi produzida. Claramente, para um observador posicionado em pé, de frente para a carta, colocada sobre a mesa, ou pendurada na parede, essa é a melhor forma de lê-los, como se observa posicionando-se no local da seta negra, inserida na figura 38. Outras possibilidades de interpretação surgem quando tais tendências são cotejadas com os dados matemáticos fornecidos pelo artigo *O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica*.

Nesse artigo, os professores Jorge Pimentel Silva, Antônio Gilberto Costa e Rafael Henrique Oliveira realizam, como auxílio da técnica da Cartografia Digital e Matemática, um amplo trabalho de georreferenciamento (GIS) com o intuito de comparar a representação do jesuíta com a atual cartografia do Brasil. Os objetivos centrais do

trabalho giram em torno da descoberta do meridiano de origem e da análise da precisão das coordenadas geográficas (longitudes e latitudes) de vários locais presentes na carta. Os resultados encontrados mostram que a diferença entre o traçado no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* e o mapa atual do Brasil — ou seja, a precisão média das coordenadas — “se situou na casa dos 0,5<sup>o</sup>” sendo, conforme os autores atestam, “bastante boa para a época”.<sup>759</sup>

No que diz respeito às latitudes, como era de se esperar, sendo o Padre Cocleo mestre em Matemática e conhecedor de Astronomia, a variação foi bem próxima de zero, “significando não haver um erro de deslocamento sistemático”.<sup>760</sup> Isso também resultava da maior facilidade técnica exigida para medir as latitudes, conhecimento que, em seguida, era universalizado em relatos e mapas. Assim as latitudes eram conhecidas com relativa precisão e para medi-las lançava-se mão de um sistema de medidas que “pressupunha conhecimentos astronômicos, matemáticos e o uso de instrumentos”<sup>761</sup> recuperados da antiguidade. De posse de um astrolábio ou de uma balestilha, era possível medir a altura do Sol ou do Cruzeiro do Sul e, com auxílio de um quadrante, calculava-se as medidas dos ângulos com relação ao horizonte.<sup>762</sup> Todo esse conhecimento era de domínio de um jesuíta formado nos colégios da Companhia.

O cálculo das longitudes, por sua vez, configurava-se como o maior problema científico da época,<sup>763</sup> desafio que se estendeu pelo século XVIII. Para obtê-las é

---

<sup>759</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo”, p. 01.

<sup>760</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo”, p. 10.

<sup>761</sup> THROWER, Norman J. W. *Maps & Civilization: Cartography in Culture and Society*. Third Edition. Chicago/ London: University of Chicago Press, 2008, p. 77.

<sup>762</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. “Técnicas e elementos da Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império”, p. 74-75.

<sup>763</sup> WITHERS, Charles W. *Zero Degrees*, p. 47.

necessário “saber a hora exata no ponto de partida e no ponto de chegada, convertendo a diferença de hora entre ambos em extensão geográfica”.<sup>764</sup> Nesse sentido, as questões relacionadas ao tamanho e ao formato da Terra influenciavam as medidas, bem como os instrumentos de observação astronômica. As duas primeiras foram resolvidas por meio de expedições científicas francesas que mediram o grau dos arcos de meridianos junto ao Polo Norte e no Equador, o que ocorreu somente na década de 1730.<sup>765</sup> A medição de longitudes, porém, ainda demandava o controle do tempo, uma vez que os relógios desregulavam, principalmente nas longas viagens marítimas ou terrestres. A solução só se tornou possível na década de 1770, com o aperfeiçoamento do relógio (cronômetro, em substituição ao relógio de pêndulo), pelo inglês John Harrison.<sup>766</sup> Assim é de se esperar que o mapa do padre Cocleo apresente mais distorções de longitude do que de latitude, consideradas as medidas atuais.

**Tabela 1:** Parâmetros estatísticos em longitudes para diferentes trechos do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.

| Trecho                     | Erro em Longitude |               |
|----------------------------|-------------------|---------------|
|                            | Média             | Desvio-padrão |
| Toda a Costa               | - 1,05            | 1,60          |
| Gurupa – Cabo de São Roque | - 3,24            | 1,36          |
| Ponta Preta – Laguna       | - 0,23            | 0,56          |

**Fonte:** Adaptada a partir de CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto e OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica”, p. 10.

A tabela 1 é resultante da metodologia utilizada no artigo *O mapa do padre Cocleo*. Foram estabelecidas e calculadas as coordenadas de “62 pontos ao longo da

<sup>764</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio*, p. 311; Ver também: CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa Brasília Qua Parte Paret Belgis, de Georg Marcgrave”. In: MATSUURA, Oscar (Org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife. Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, v. 1. 1, 2014, p. 203-205.

<sup>765</sup> Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, especialmente “Entre a terra esférica ou oblonga”, p. 333-342.

<sup>766</sup> WITHERS, Charles W. *Zero Degrees*, p. 47.

costa”, levando em consideração que essas localidades litorâneas seriam mais precisas que as do interior da carta (Anexo 5). Para toda a costa, observou-se que o desvio-padrão — que mede a precisão das coordenadas como um todo — é de  $1,60^\circ$ .<sup>767</sup> Já o exame individual dos valores revelou a existência de dois tipos de desvio-padrão. Uma distorção de  $1,36^\circ$  é observada na extensão da costa Norte, que corre no sentido Leste-Oeste entre Gurupa e o Cabo de São Roque, enquanto no restante da costa, de Ponta Negra, atualmente cidade de Natal, até o Rio da Laguna, ou seja a costa Leste, que corre no sentido Norte-Sul, o desvio-padrão diminui consideravelmente para  $0,56^\circ$ .<sup>768</sup>

No primeiro caso, os autores identificaram um erro sistemático de  $-3,24^\circ$ , com os maiores deslocamentos encontrados nos pontos situados mais a Oeste da carta, seguindo a mesma tendência de desvio já analisada pelo professor Jorge Pimentel Cintra em outros trabalhos. “Um erro crescente para Oeste a partir do cabo de São Roque não pode ser obra do acaso. Além disso, esse deslocamento é muito conveniente, pois coloca a linha de Tordesilhas em consonância com o mapa de Delisle (aproximadamente de Belém ao Rio Grande de São Pedro)”.<sup>769</sup> A cópia do mapa do Padre não traz nenhuma menção explícita à linha divisória entre as duas Coroas, contudo, é curioso que as primeiras orientações dos topônimos observadas coincidam, mais ou menos, com a “afamada distorção dessa costa presente em muitos mapas brasileiros e utilizada no Mapa das Cortes a favor das

<sup>767</sup> “O desvio-padrão é uma medida da dispersão dos valores em torno da média. Ele indica a precisão das coordenadas como um todo, a dispersão relativa”, ou seja, ele indica a precisão das medidas. CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa Brasília Qua Parte Paret Belgis, de Georg Marcgrave”, p. 209.

<sup>768</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo”, p. 10; “Esse erro sistemático ou absoluto nada mais é do que a longitude do meridiano de origem com relação a Greenwich”. CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa Brasília Qua Parte Paret Belgis, de Georg Marcgrave”, p. 209.

<sup>769</sup> CINTRA, Jorge Pimentel. “O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v. 17, n. 2, p. 70, julho-dezembro, 2009. Ver também: CINTRA, Jorge Pimentel. “O Mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil”. *Boletim de Ciências Geodésicas*, Curitiba, v. 18, n. 3, julho-setembro, 2012; CINTRA, Jorge Pimentel. “Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v. 21, n. 2, julho-dezembro, 2013.

pretensões portuguesas”.<sup>770</sup>

O segundo padrão de desvio analisado no artigo se refere ao restante da costa, quando ela adquire o sentido Norte-Sul, onde se observou que o erro sistemático é de -0,23°. Parte dessa precisão deve ter sido alcançada pelo Padre por meio de uma simples conversão dos dados astronômicos levantados pelo alemão Georg Marcgrave, em Recife.<sup>771</sup> De posse deles, o astrônomo os combinou com duas efemérides, as *Tabelas Rudolfinas*, de Kepler e as *Ephemerides Novarum*, de Lorentz Eichstadt — cujos valores foram copiados de Tycho Brahe — e estabeleceu o Meridiano de Uraniburgo como o de origem, depois transformado no Meridiano de Ferro.<sup>772</sup> A coleta dessas mesmas informações dera origem ao grande mapa mural (102 x 164 cm), citado anteriormente, *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*, que tudo indica ter inspirado Cocleo, servindo de modelo para produzir o seu.

Ambas as cartas, a cópia setecentista e o mapa do astrônomo alemão, se encontram na projeção denominada Carta Plana Quadrada,<sup>773</sup> apresentam “a peculiaridade de ter o Norte voltado para a margem direita” e têm largas dimensões. Como o título sugere, Macgrave representou o Brasil Holandês, aproximadamente do Rio Ceará Mirim (Rio Grande do Norte) ao Rio Vaza Barris (Sergipe), entre as latitudes “-5° 28’ ao norte e 11° ao sul”.<sup>774</sup> De acordo com Cintra e Pereira, a qualidade desse mapa pode ser avaliada por meio do desvio-padrão de 0,14° nas longitudes e 0,12° nas

---

<sup>770</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo”, p. 8. Ver anexo 5.

<sup>771</sup> CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa Brasilia Qua Parte Paret Belgis, de Georg Marcgrave”, p. 204-206.

<sup>772</sup> CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa Brasilia Qua Parte Paret Belgis, de Georg Marcgrave”, p. 216-223.

<sup>773</sup> CF MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”, p. 764.

<sup>774</sup> CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa Brasilia Qua Parte Paret Belgis, de Georg Marcgrave”, p. 200-199.

latitudes, “precisão que não se encontra em nenhum mapa anterior e só seria alcançada 80 anos depois pelos mapas de Diogo Soares (1684-1748), um dos padres matemáticos”.<sup>775</sup>

A figura 38 é um extrato da cópia setecentista do mapa do Padre Cocleo, em que está representada, mais ou menos, a área cartografada no *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*. Nela, estão destacados os dois rios que o alemão utilizou como limites: ao Norte, ou seja, à direita, o Rio de Sergipe Mirim (1); no lado oposto, à esquerda, o Rio Vaza-Barris (2). O número 3 indica os Baixos do Cabo de São Roque, último ponto destacado na análise dos professores para o estabelecimento do primeiro padrão-médio, e um pouco abaixo fica Ponta Negra (4), início do segundo padrão-médio.

**Figura 38:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* em que está representada a região entre o Rio Ceará Mirim e o Vaza-Barris.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Antes de discutirmos a análise desse trecho presente n’*O mapa do padre Cocleo*, cabe aqui uma observação não contemplada nesse artigo. Como mencionado, a mesma orientação dos topônimos utilizada na costa Leste-Oeste se repete na parte mais

<sup>775</sup> CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*, de Georg Marcgrave”, p. 209-210.

meridional da carta, entre as latitudes 25° e 30° (Figura 39). A partir dos dados desse artigo, percebe-se que essa região também apresenta um elevado desvio, menos acentuado do que o outro, mas ainda assim perceptível.<sup>776</sup> A terceira coluna da tabela do anexo 5 resulta de uma equação matemática que indica o grau de diferença, em termos vetoriais, entre a posição de uma localidade apontada na cópia setecentista e a mesma localidade no mapa atual do Brasil, sendo zero o ponto onde as coordenadas nos dois mapas coincidem. Por exemplo, a Vila de Parati apresentou a menor diferença, com 0,04°, enquanto Tapera, situada no extremo nordeste, apresentou a maior, 5,26°.

Uma média aritmética simples dos valores obtidos pelos autores para as três tendências comprova que os maiores desvios da carta se encontram nas duas extremidades. Na Costa Norte, de Garupa até São Roque, o valor da média é de 3,60°; na costa Sul, de Vila da Ribeira até o Rio Laguna, é de 1,30°; enquanto que, no centro da carta, esse valor diminui para 0,69°.<sup>777</sup> Portanto, tudo indica não ser coincidência, nem falta de espaço sobre a mesa. Esses números, em conjunto com a forma e como os dados que foram registrados, apontam que o Padre satisfazia as considerações políticas portuguesas em relação a suas pretensões sobre sua possessão sul-americana, ficando seus dois extremos em disputa, a Colônia do Sacramento (no sul, com os espanhóis) e o Cabo do Norte (no norte, com os franceses), sob seu domínio incontestado, levando-se em consideração o Tratado de Tordesilhas. “Nos mapas, as fronteiras foram objeto de distorções geográficas, as quais provêm de tentativas de afirmar pretensões históricas em um território nacional, ou seja, de utilizar os mapas por antecipação para projetar e

---

<sup>776</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto e OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica”.

<sup>777</sup> Ver anexo 5.

legitimar futuras ambições territoriais”.<sup>778</sup> Nesse sentido, pode-se argumentar que não é de todo impossível que a cópia portuguesa do mapa ainda existisse, apresentasse a mesma distorção, e teria inspirado a Corte portuguesa em produzir os mesmos desvios intencionais no Mapa das Cortes, que foi apresentado aos portugueses em Madrid, em 1750.

---

<sup>778</sup> HARLEY, Brian. “Mapas, saber e poder”. *Confins [Online]*, p. 11.



**Figura 39:** Detalhes do extremo do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* entre as latitudes  $24^{\circ}30'$  e  $30'$ .



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Por fim, para identificar o meridiano de partida, que não está explicitado no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*, os pesquisadores utilizaram somente o erro sistemático de  $0,23^{\circ}$ , evitando assim interferências do afamado deslocamento da costa

Leste-Oeste.<sup>779</sup> A conclusão obtida é a de que o seu meridiano de origem é o que passa pelo arquipélago de Cabo Verde e, muito provavelmente, o que corta a capital, Praia.<sup>780</sup> Amparados pelos dados, os autores eliminaram categoricamente a possibilidade do uso, nesse caso, do Meridiano de Ferro, ordinariamente utilizado por cartógrafos de várias nações da época, desde que fora definido por Luís XIII como o primeiro meridiano empregado pelos mapas franceses, e também por estar a meio caminho entre o novo e o velho mundo, tendo balizado o acordado no Tratado de Tordesilhas.

No arquipélago [de Cabo Verde], descoberto pelos portugueses, a ilha de Santo Antão foi escolhida para balizar a demarcação das terras descobertas e a serem descobertas entre os dois reinos. A partir de 370 léguas da porção mais ocidental da ilha foi situado o meridiano de Tordesilhas. Tendo em vista o exposto, não é surpreendente a escolha da ilha em questão como referência para longitudes de origem, e, por extensão, nem a de Praia, por cartógrafos lusos ou brasileiros que serviam direta ou indiretamente à administração colonial.<sup>781</sup>

Tanto a escolha da região de Cabo Verde, como o deslocamento das medidas nas duas extremidades do mapa são bem sugestivos de que o conhecimento científico do Padre Cocleo era balizado pela geopolítica portuguesa dos Seiscentos. Esta prevaleceu, pelo menos, até meados do século seguinte, quando Alexandre de Gusmão implantou sua visão, que Junia Furtado cunhou de “espelhos deformados da realidade geográfica”, que consistia no escamoteamento das reais feições do território em favor dos portugueses.<sup>782</sup>

É necessário relembrar que datam de meados do século XVIII os últimos acréscimos

---

<sup>779</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo”, p. 8. Como identificar um meridiano de origem ver: CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa Brasilia Qua Parte Paret Belgis, de Georg Marcgrave”, p. 211-212.

<sup>780</sup> O anexo 6 é uma adaptação comparativa da posição do Meridiano de Tordesilhas segundo Cocleo, Badajos, Delisle e Albernaz realizada por Paulo César da Costa Pinheiro. “O mapa do Padre Cocleo e os primórdios da ocupação de Minas Gerais”.

<sup>781</sup> SANTOS, Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel & RENGGER, Friedrich Eward. “Origens das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821”. In: Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, n. 5, 2013, p. 18, Petrópolis. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos- apresentados.html>>. Acesso em: 30/03/2020.

<sup>782</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 505-527.

localizados na cópia setecentista. Isso é indício de que ela deveria estar sendo utilizada ou consultada nesse período. Por exemplo, a referência ao Colégio dos Jesuítas, que iniciou suas funções em 1752,<sup>783</sup> aparece registrada na figura 39 como *Colégio de Pernag*.

#### 4.4. O conteúdo

Harley adverte que “os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens”.<sup>784</sup> Nesse sentido, a apreciação da rosa-dos-ventos e da legenda representadas na cópia contribui para o entendimento do estado da arte em que o trabalho do Padre está inserido.

Centralizada no mar (15°30’S e 346°30’), respeitando a convenção da época, encontra-se a rosa-dos-ventos ou dos rumos (figura 40),<sup>785</sup> cuidadosamente desenhada e colorida. O Norte se destaca indicado por uma flor-de-lis — não existe um consenso que explique a adoção dessa flor. Para François de Dainville, ela estaria vinculada “aos nobres franceses das casas de Anjou e Bourdon”. Lloyd A. Brown a associa ao formato de T, como derivado “do termo Tramontina, indicativo do antigo norte da superfície

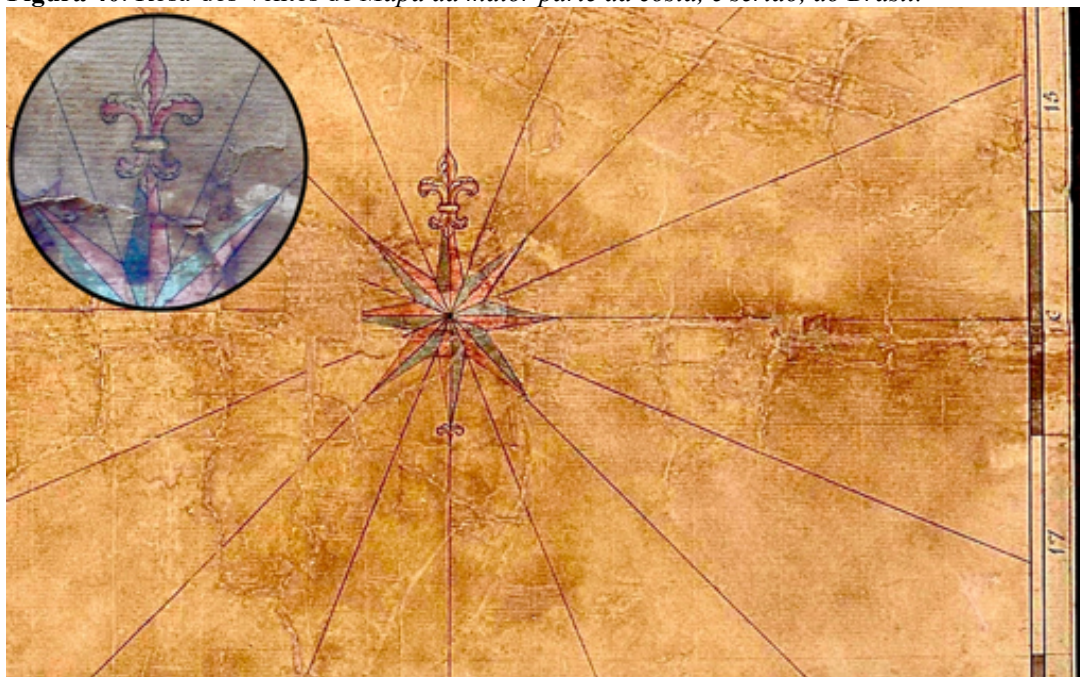
<sup>783</sup> Em 1682 os moradores da vila Nossa Senhora de Paranaguá iniciaram a campanha para a criação de um Colégio na região. A doação de terras ocorreu em 1707, no ano seguinte fundou-se a primeira casa jesuítica e logo em seguida instituiu-se o Seminário da Ordem. Mas foi somente em 1752, e oficialmente em 1755, que foi fundado o Colégio. RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. *Presença jesuítica na vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, p. 70-79, 2007. (Educação, Dissertação de Mestrado); LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6, p. 468-470.

<sup>784</sup> HARLEY, Brian. “Mapas, saber e poder”, p. 2.

<sup>785</sup> MARTINS, Francisco José Corrêa. “Compilar para conhecer”, p. 70.

terrestre”. Outros ainda a atribuem à escolha de Clovis, “o fundador da monarquia franca”, que a instituiu como símbolo. Em alguns casos, era acrescentado à rosa uma cruz em direção à Terra Santa, Oriente. De todo modo, o que se pode apreender é que a aplicação da flor-de-lis nas rosas-dos-ventos está “relacionada a uma homenagem, a *posteriori*, aos francos, tanto pela sua contribuição aos termos designativos dos pontos de orientação quanto do desenvolvimento simplificado das rosa-dos-ventos”.<sup>786</sup> À exceção do símbolo do Cristianismo, é interessante perceber a presença desse artifício detalhadamente desenhado e em destaque numa época em que já estava deixando de ser representado nos mapas como elemento de orientação.

**Figura 40:** Rosa-dos-ventos do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

*Cartucho*, derivado de *cartoccio*, foi uma invenção italiana, que passou primeiramente aos Países-Baixos e logo em seguida teve seu uso difundido por toda a

<sup>786</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. “Técnicas e elementos da Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império”, p. 73.

Europa.<sup>787</sup> Também denominada cartela, trata-se de uma ou mais caixas de texto ou cercaduras em formato geométrico, ovais, retangulares, etc., comumente ornamentadas cuja função era “enquadrar os elementos cartográficos essenciais à decodificação do conteúdo da representação, tais como título, legenda ou notas explicativas e escalas”, ou ainda o “nome e os títulos da autoridade notável, demandante ou patrono da obra; o nome do autor seguido de sua posição ou cargo; e a data do levantamento dos dados ou da elaboração gráfica”.<sup>788</sup> Apesar de existirem vários exemplos de mapas cuidadosamente ornamentados na cartografia luso-brasileira dos Setecentos, o que predominou foram os enquadramentos mais simples, assim como cartuchos “realizados com vista a documentação ou registros dos fatos, fenômenos ou eventos diversos, como obrigação de ofício ou para atender a solicitação de autoridades ou notáveis da administração colonial e da Corte metropolitana”.<sup>789</sup>

Ressaltando a importância desses elementos e da sua decoração para a história geral da gravura ornamental e para a sua própria evolução, François Danville conclui que a presença do cartucho permite situar um mapa sem data no tempo, assim como contribui para discernir as falsificações que os impressores ou comerciantes geralmente realizavam para facilitar a venda ou prolongar a duração de um privilégio exclusivo de impressão e venda.<sup>790</sup> No caso da cartografia portuguesa desse período referente aos territórios coloniais, realizada a bico de pena, Márcia Maria Duarte dos Santos ressalta que os

---

<sup>787</sup> DAINVILLE S. J., François de. *Le Langage des géographes: termes, signes, couleurs des cartes anciennes, 1500-1800*, p. 64.

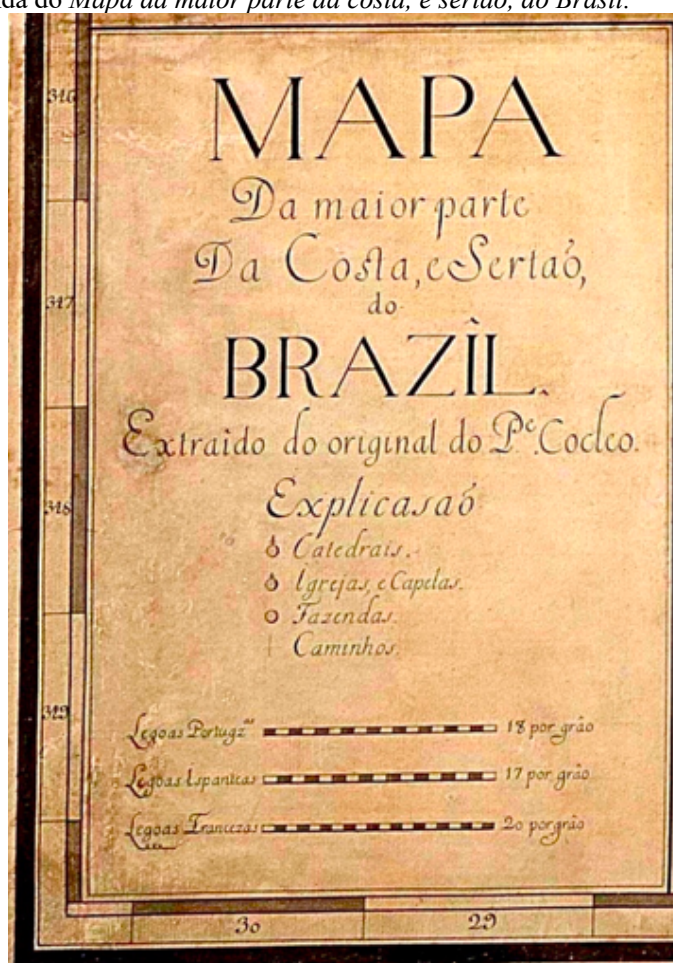
<sup>788</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. “Técnicas e elementos da Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império”, p. 53; CF. HARLEY, John Brian. *La nova naturaliza de los mapas: ensaios sobre la historia de la cartografia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 172.

<sup>789</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Técnicas e elementos da Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império*, p. 54.

<sup>790</sup> DAINVILLE S. J., François de. *Le Langage des géographes*, p. 65-66. Cf. HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 160.

mapas eram produzidos fundamentalmente como documentos; as informações registradas eram “sobretudo resultado de ações [da Coroa] ou para o seu planejamento” e, por isso, os mapas “eram afeitos às estratégias e táticas políticas e militares, às ações e às decisões administrativas, civis e eclesiásticas etc.”.

**Figura 41:** Legenda do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Na cópia do mapa do Padre, no canto inferior esquerdo, foi representado um único cartucho, sem ornamentos e subdividido em três seções (figura 41). O título aparece em destaque grafado com dois tipos de letra; em seguida, em tamanho inferior e em itálico, está a explicação com as convenções adotadas dispostas hierarquicamente:

catedrais, capelas, fazendas e caminhos; e a terceira parte é a legenda. Escrita em tamanho ainda menor e sem o itálico, ela tem três escalas gráficas, a portuguesa, a espanhola e a francesa (de 18, 17 e 20 léguas por grau, nessa ordem). Não constam o nome do autor, a data e o remetente.

Ao levar em conta a exposição das partes desse cartucho, visualmente, o *Extraído do original do P.<sup>e</sup> Cocleo* parece desproporcional e deslocado, como se tivesse sido acrescido posteriormente aos outros elementos. Apesar de todo o espaço disponível, é preciso ter em conta que isso pode ter ocorrido simplesmente por um erro de cálculo do escrevente. De qualquer modo, a legenda e a escala são os dois componentes que mais diretamente remetem ao mapa original. Antes de observá-los, cabe aqui uma breve ponderação ainda a respeito do título, uma vez que Francisco Martins também o utiliza para justificar a originalidade da cópia.

O primeiro ponto surge em relação à observação que se encontra após seu título, pois ali encontramos a expressão “Extraído do original do P.<sup>e</sup> Cocleo.” E o título traz “Mapa Da maior parte Da Costa e Sertão, do Brazil”. Portanto, ele não retrata nem toda a costa e nem todo o sertão do território brasileiro. Embora um dos significados da palavra extrair seja copiar, outro é o de selecionar, e tanto extrair como copiar já estavam dicionarizadas no século XVIII.<sup>791</sup>

O professor de grego da Bahia, Luiz dos Santos Vilhena, no início do século XIX, já externara a mesma crença de Martins, a de que o original do mapa abrangeria toda a costa e sertão, entre o Amazonas e o Prata, grosso modo o território brasileiro compreendido dentro do Meridiano de Tordesilhas. Em uma de suas cartas endereçadas ao Ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ao explicar sobre “as lembranças geográficas e os limites” do “grande Principado do Brasil”, Vilhena lamenta o desaparecimento do trabalho original de Cocleo, uma vez que os Padres Matemáticos

---

<sup>791</sup> MARTINS, Francisco José Corrêa. “Compile para conhecer”, p. 70.

“não passaram do grau vinte Sul”. Para ele, o mapa desaparecido abrangia “toda a costa do Brasil e territórios adjacentes da boca do Rio da Prata até aquela do Amazonas”. Ele lamentou não ter tido acesso direto ao material original, mas já tinha ciência da cópia, que atribui a diferentes autores em conjunto. De acordo com suas próprias palavras, o mapa teria sido finalizado pelo jesuíta no mesmo ano de sua morte.

No ano de 1710 fez de toda a costa do Brasil o Padre Jacob Cocleo da mesma Companhia, e dele que não existe mais que cópia de algumas paragens que curiosos copiaram para sua instrução, ou recreio suficientemente tem os Geógrafos descrito, e mostrado uma grande parte das Costas do Brasil nas Cartas que tem publicado, do seu interior porém, e sertões podemos bem supor que pouca notícia tiveram além do curso de alguns rios de mais nomes, latitude em que se acham algumas das Companhias &<sup>a</sup>. e por este motivo a ser dignas de apreço as plantas que de uma grande parte dos sertões do interior deste Estado tenho juntado as minhas Cartas para melhor demonstração da descrição que faço dos países.<sup>792</sup>

Ambos não levaram em conta o fato de que a América portuguesa que o Padre Cocleo conheceu estava dividida em dois Estados, o do Brasil e o do Maranhão e Grão Pará. O “Brasil” que o Padre Antonil, contemporâneo a Cocleo, mostra em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*,<sup>793</sup> por exemplo, “recobre as áreas da grande lavoura (da cana-de-açúcar e de tabaco), mineração e pastoril, mas ignora completamente a área de coleta das drogas do sertão, no cale amazônico”.<sup>794</sup> Outra informação que corrobora essa hipótese é o fato de que a Bahia e o Rio de Janeiro, os dois principais centros político-econômicos do Estado do Brasil, ao longo do século XVI,

<sup>792</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Noticias soteporitanas e brasílicas contidas em XX cartas, que da Cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos escreve um a outro Amigo em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, notificando-o do estado daquela cidade, sua Capitania e algumas outras do Brasil: feita e ordenada para servir na parte que convier de elementos da história brasílica. Dividida em três tomos que ao soberano augustissimo príncipe regente. Dom João dedica e oferece.* Tomo 3. Bahia: Imprensa oficial do Estado, 1921 [1802], p. 918.

<sup>793</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas etc* [1711]. Introdução e comentário crítico de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

<sup>794</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo de Saquarema*, p. 22-23.



aparecem na carta geográfica graficamente destacados em comparação à grafia do Maranhão.<sup>795</sup> Por fim, é preciso recordar que o mapa que chegou em Lisboa era descrito como *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para comunicação com o Maranhão*, isto é, também não representava o Estado do Maranhão, atendo-se ao Estado do Brasil, território que dom João de Lencastre podia estender e reclamar sua jurisdição.

A *Explicação*, utilizada como legenda, é composta de duas partes, uma expressão gráfica e uma parte escrita indicando o seu significado, ou seja, “os atributos e as características do espaço geográfico enfocado”. A uniformização da linguagem cartográfica iniciou-se no século XVI, mas no fim do XVII esse processo ainda se encontrava pouco padronizado, portanto, os mapas manifestavam o estilo pessoal de cada cartógrafo.<sup>796</sup> Isso significa que, na prática, os sinais e signos adquiriam significações diferentes de acordo com a arbitrariedade de cada profissional.<sup>797</sup> Com base no levantamento dos símbolos cartográficos feito por Dainville, com uma pequena variação de significados, percebe-se que todos os símbolos presentes na legenda faziam parte do universo cartográfico desde a segunda metade do século XVI.<sup>798</sup> A única categoria graficamente representada por símbolos na cópia setecentista, que não aparece na legenda, foi a das aldeias indígenas, já comentadas no capítulo anterior.

Levando-se em conta, então, a assertiva de que todos os mapas têm juízos de valor, cabe aqui uma indagação. Será que a ausência da iconografia das aldeias na legenda também teria sido um erro do cartógrafo ou do copista? Achamos pouco

---

<sup>795</sup> HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps*, p. 37-38.

<sup>796</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio*, p. 307.

<sup>797</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. “Técnicas e elementos da Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império”, p. 53.

<sup>798</sup> DAINVILLE S. J., François de. *Le Langage des géographes*.

provável. Acreditamos que isso ocorreu devido a uma diferença de sistemas sociais oriundos de contextos políticos distintos. A representação das aldeias, como inferimos, estava relacionada a uma primeira fase de produção da carta geográfica e significava um componente importante da sociedade do cartógrafo. Já as cercaduras, como alerta Manuel Fontes de Azevedo, deveriam ser o último passo de uma planta e não poderiam ter “debucho algum”, somente duas linhas paralelas, uma grossa e uma fina.<sup>799</sup> Em outras palavras, o cartucho foi adicionado, ou pelo menos finalizado, numa época em que era necessário legitimar uma realidade organizada sob os padrões de civilização vigentes, economicamente viável e acessível. Não é por acaso que só estão assinaladas as catedrais, as igrejas, as capelas e os caminhos, elementos que contribuía para a manutenção do *status quo* territorial sob jurisdição da Coroa.

As escalas, ou *petipés*, incorporadas aos mapas desde os Quinhentos estavam intimamente “relacionadas às facilidades de leituras proporcionadas aos destinatários”. Elas variavam não somente de acordo com a extensão da região a ser representada, mas também — até a invenção do sistema métrico decimal durante a Revolução Francesa — com o padrão de medida adotado pelos governantes de cada região, como pés, polegadas, varas, braças, léguas etc. Como eles variavam entre as nações europeias, era comum que as escalas estabelecessem as correspondências entre elas. No século XVIII, as Câmaras do Estado do Brasil convencionaram que cada légua teria três mil braças, e cada dezessete léguas “escassas” equivaleriam a um grau da Esfera.<sup>800</sup> Por um lado, tais escolhas de um padrão de escala expressam estreitas relações entre a Cartografia e a situação política, econômica e cultural de determinados espaços; por outro, traduzem um

---

<sup>799</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. “Técnicas e elementos da Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império”, p. 54-55.

<sup>800</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio*, p. 309.

certo estágio de evolução dos conhecimentos, a influência da personalidade de mestres de escolas e a exigência e as necessidades do social.<sup>801</sup> A inserção, portanto, das três escalas no cartucho da cópia setecentista — a portuguesa, como padrão de referência, seguida daquelas cujas nações tinham pendências territoriais com Portugal na América, a espanhola e a francesa — ratificam que Cocleo gozava daquilo que Harley, interpretando Anthony Guiddes, chamou de “estoque de recursos de autoridade”, ou seja, “a retenção e o controle da informação e do saber (conhecimento)”,<sup>802</sup> demonstrando mais uma vez que estava em consonância com os interesses portugueses.

#### 4.5. *A escrita*

A toponímia, usada para identificar objetos físicos e antrópicos, segundo Carlo Traversi, tem a função de conferir uma linguagem expressiva a uma carta, oferecendo uma das principais contribuições para sua leitura e consulta. A coleta das informações no terreno, a seleção e a forma orográfica são tarefas do topógrafo e parte fundamental da compilação dos mapas. Já as questões relacionadas à escolha dos nomes no processo de seleção, sua redação, forma, altura, largura, espaçamento e inclinação dos caracteres, a colocação dos nomes no papel e a compilação do original dos topônimos, para a composição dos próprios topônimos, são atribuições típicas do cartógrafo.<sup>803</sup>

---

<sup>801</sup> ALEGRIA, Fernanda; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; & RELAÑO, Francesc. *História da Cartografia Portuguesa: séculos XV a XVII*, p. 12.

<sup>802</sup> HARLEY, Brian. “Mapas, saber e poder”, p. 05. Ver também FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 361-362.

<sup>803</sup> TRAVESI, Carlo. *Técnica Cartográfica*, p. 132.

Márcia Almada, que realizou um amplo estudo a respeito dos manuscritos ornamentados do mundo ibérico ao longo do século XVIII, explica que a escrita, ou a arte da escrita, consistia na “prática ou técnica de escrever a mão segundo normas e convenções de legibilidade e estética”.<sup>804</sup> Segundo a autora,

a escrita, em seu sentido amplo, é um instrumento cognitivo, comunicativo e expressivo, e possui determinados conjuntos de normas que devem ser obedecidos para o cumprimento das suas funções. É um ponto de interseção entre o ato individual e o coletivo, entre o sujeito que escreve e aqueles que o decodificam. A linguagem escrita segue práticas próprias de cada época.<sup>805</sup>

O cartógrafo americano Erwin Raisz declara que a escrita nos mapas é um dos problemas mais desconcertantes da cartografia. Por um lado, ela não faz parte da imagem padrão da Terra, mas a sua ausência pode comprometer a identificação de algumas características. Por outro lado, sua simples presença sobre um mapa encobre importantes elementos da paisagem real, e também previne que o leitor veja um mapa como um retrato fiel da terra.

Sua utilização e estilo variaram ao longo do tempo. O romanescos e o gótico foram comuns, principalmente, nos mapas espanhóis e italianos da Idade Média. O itálico, introduzido na cartografia por Gerardus Mercator (1512-1595), foi reproduzido por seus sucessores e tornou-se uma das particularidades dos mapas holandeses, estilo apurado por Jodoco Hondius (1563-1612) e empregado como modelo na Academia Real de Geografia de Londres.<sup>806</sup> À facilidade do itálico foram acrescentados diferentes tipos de serifas<sup>807</sup> e espessuras, que combinadas entre si geraram variações de letras empregadas nos mapas.

---

<sup>804</sup> ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura manuscrita no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 32.

<sup>805</sup> ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel*, p. 34.

<sup>806</sup> RAISZ, Erwin. *General Cartography*, p. 134. CF TRAVESI, Carlo. *Técnica Cartográfica*, p. 272-274.

O acúmulo de informações geográficas durante a Renascença demandou uma economia de espaço. Com isso, todas as características da escrita tenderam a ser utilizadas nos mapas modernos, como o gótico vertical ou inclinado, combinados ou não com as serifas. Por exemplo, o gótico vertical foi utilizado para assinalar regiões de vegetação; o vertical em negrito, para as montanhas; o itálico, para hidrografia. Além disso, a hierarquia de importância dos lugares ou as características de um mapa<sup>808</sup> eram definidos pelo tamanho, pela utilização de letras maiúsculas — como a caixa alta para o nome de países, cidades e capitais — e pelo espaçamento entre as letras. Todavia, para manter a uniformidade o cartógrafo poderia se apartar das regras, principalmente quando havia escassez de espaços físicos para a escrita.<sup>809</sup> Esse afastamento das regras parece ter sido a escolha no *Mapa da maior parte do Brasil*. A escrita humanista chancelaresca cursiva<sup>810</sup> é o tipo que mais se aproxima do modelo predominante da escrita na carta, contudo, não de modo homogêneo. Alguns dos topônimos, desde simples acidentes geográficos, como campos e lagoas, às intervenções humanas, como nomes de fazendas, capelas, eventos históricos etc., se diferenciam substancialmente entre si com relação aos detalhes das serifas ou caudas, o que, como se verá, reforça a hipótese de que foram registrados por pessoas diferentes.

---

<sup>807</sup> *Serifs* ou serifas são pequenos traços de prolongamentos nas hastes das letras. O anexo 7 é um detalhe do mapa *A Terra que nesta carta se contem que é do rio Grande até o rio Pereira que fica ao Maranhão. Descobriu o capitão mor Pero Coelho de Sousa desde o ano, 1603 até o de 1608*, em que é possível perceber alguns exemplos de serifas.

<sup>808</sup> Vimos, brevemente, que em relação à legenda o título está escrito com letras romanas maiúsculas, em um tamanho superior ao subtítulo; este, em tamanho superior à legenda, está escrito em chancelaresca cursiva, e assim por diante. FETTER, Sandro Roberto. *Modelos Caligráficos da Escola Brasileira: uma história do Renascimento aos nossos dias*. Rio de Janeiro, UERJ, 2011, p. 67. (Design, Dissertação de Mestrado).

<sup>809</sup> RAISZ, Erwin. *General Cartography*, p. 134-135.

<sup>810</sup> “*Cancellaresca corsiva*, fortemente associada à cidade de Roma e à chancelaria Papal. Apresenta formas mais elaboradas e cursivas, é mais compacta e seus terminais geralmente são mais pronunciados e curvos. Suas maiúsculas também são verticais; no entanto, mais elaboradas e caudais”. FETTER, Sandro Roberto. *Modelos Caligráficos da Escola Brasileira*, p. 66.

A distinção hierárquica dos locais ocorre, basicamente, pela diferença no tamanho das palavras. Essa característica, no entanto, é mais facilmente percebida nos topônimos da costa. As exceções do interior são: São Paulo, rio Itapecuru Grande, Vila Rica e Minas Gerais. Lugares como Abrolhos, Barra do Maranhão, Cabo de Santo Agostinho, Rio de São Francisco, Ilhéus de São Jorge, Cabo Frio, entre outros, além de relativamente maiores que os topônimos que os circundam, apresentam um conjunto de caracteres que indica que eles podem ter sido anotados pela mesma pessoa. Muitos desses topônimos tendem a começar ou terminar com elegantes prolongamentos, e as letras minúsculas **b**, **d**, **h** e **l** normalmente apresentam hastes tão proeminentes que ultrapassam o tamanho das letras maiúsculas, além de terem uma curva distintiva nas terminais, voltada para a direita. (Figura 42)

**Figura 42:** Exemplos da caligrafia presentes no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.

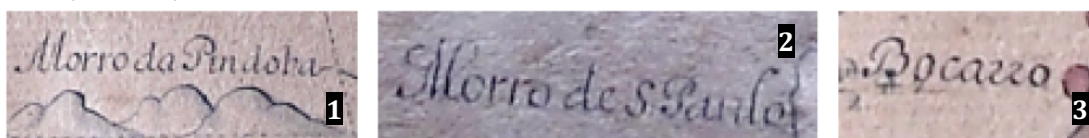


Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Tendo em vista, então, a importância da parte escrita e as infinitas combinações que o cartógrafo poderia realizar, além dos limites de conservação que a própria fonte impõe, alguns cuidados foram adotados para a análise caligráfica presente no *Mapa da*

*maior parte da costa, e sertão, do Brasil.* Nossa proposta realizou-se fundamentalmente por comparações, buscando sempre a existência de algum padrão. Para isso, procuramos de início cotejar palavras que se repetiam, mesmo que não representassem o mesmo tipo de elemento; por fim, comparamos palavras completamente distintas, desde que tivessem características ou letras passíveis de ser comparadas. Por exemplo, o Morro da Pindoba (1) e o Morro de São Paulo (2) foram grafados com dois tipos de **M** diferentes, já o dígrafo **rr** da fazenda Bocarro (3) foi representado de um modo completamente distinto daqueles constituintes das duas palavras “Morro”. (Figura 43)

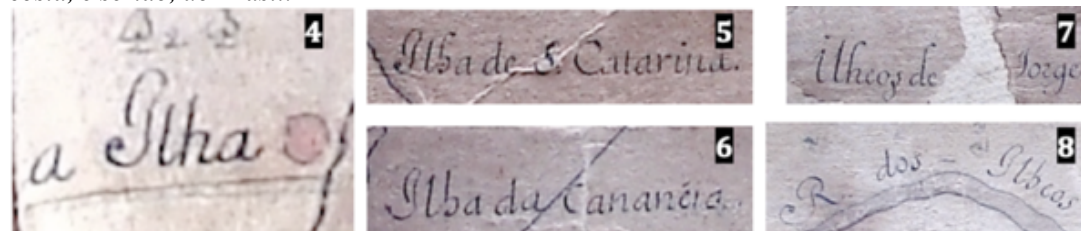
**Figura 43:** Exemplos de grafia da letra **M** e do dígrafo **rr** presentes no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Uma variação significativa é percebida com relação à vogal maiúscula **I** e o dígrafo **lh**. A fazenda A Ilha (4), as Ilhas de Santa Catarina (5) e da Cananéia (6), assim como o rio dos Ilheos (8), têm o mesmo tipo de vogal, visivelmente distinto do utilizado em Ilheoz de São Jorge (7). O mesmo se observa com relação ao **lh** da fazenda A Ilha (4) e o de Ilheoz (7) que, apesar de parecidos, se distinguem dos outros três. (Figura 44)

**Figura 44:** Exemplos de grafia da letra **I** e do dígrafo **lh** presentes no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Ainda, as diferentes grafias da letra **V** em Vargem (9), Varge aldeia (10), Varge grande (11), e do rio Verde (12), assim como da letra **P** nos rios Patipe (13) e Paraim (14) e da letra **S** na fazenda Sitiozinhos (15) e no Serro Frio (16), o **e** no fim da palavra que se prolonga em Verde (12) e Petipe (13), mas não em Varge (10 e 11), corroboram para a existência de mais de um ou mesmo mais de dois produtores da carta geográfica. (Figura 45)

**Figura 45:** Exemplos de grafia das letras **V**, **P**, **S** e **e** presentes no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

As diferenças também são perceptíveis nas hastes descendentes, como as das letras **f**, **g** e **p** minúsculas. É visível que o **p** de Garupa (17) e o **f** de Água fria (18)



seguem um mesmo padrão, diferente do **f** de Lagoa feia (18) e do **p** do rio Patipe (13). O mesmo ocorre com o prolongamento da letra **g** de Andriaig (20) e os representados em Vargem e Varge.

**Figura 46:** Exemplos de grafia das letras **f**, **g** e **p** presentes no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Esses são alguns exemplos presentes na carta. Tal combinação de características em uma mesma palavra pode ser vista como um esforço dos cartógrafos ou copistas em seguir uma padronização para o registro dos topônimos. Em outra perspectiva, porém, as diferentes grafias de uma mesma letra sugerem que estamos diante da expressão do “ponto de interseção entre o ato individual e o coletivo”, sugerido por Márcia Almada. A partir dessa constatação, podemos analisar alguns casos específicos.

#### 4.6. Os casos das Minas, de Ituiutaba, das Serras Brancas e das Vilas do Ceará

Dentre todos os topônimos, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro são visivelmente os que mais se destacam, sendo escritos em tamanho maior (figuras 47, 48, 49). Este último, mesmo corrompido (só é visível o R), se distingue em relação aos topônimos que o circundam.

**Figuras 47, 48 e 49:** Detalhes das regiões de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Pela figura 47, pode-se observar que Minas Gerais (1) foi escrito com uma letra um pouco maior que a duas outras capitânicas, Bahia e Rio de Janeiro (figuras 48 e 49, respectivamente). Contudo, essa não é a característica que mais chama a atenção: “Minas” também é a única palavra apresentada em itálico em todo o mapa. Quanto a sua escrita, outra diferença perceptível diz respeito ao desenho da letra **M**: sua segunda haste foi grafada sem nenhum volume, ao menos se comparada ao **M** de duas localidades próximas que também contém Minas (2) em seus nomes. Estas, por sua vez, apresentam um volume que lembra o da letra **I** minúscula. Diferentemente dos casos do Morro da Pindoba (1) e do Morro de São Paulo (2), relatados anteriormente (figura 43), aqui as palavras que compõem o nome foram grafadas muito próximas entre si. Além disso, “Gerais” é uma das poucas palavras — com exceção daquelas compostas — que aparece

bem separada; a tendência observada, quando da ausência de espaço, é a utilização de abreviações.<sup>811</sup> Todos esses detalhes, o emprego do artifício da separação e o traçado diferente da letra **M**, são indícios de que o topônimo foi inserido em algum momento diferente, posterior aos elementos que o avizinhavam, e muito provavelmente, como tenho defendido, por pessoa diferente. Sempre é bom lembrar que esse nome composto – Minas Gerais - só foi atribuído à região depois da criação da capitania em 1720 e, por algum tempo, o mesmo foi grafado como Geraes, reforçando um período mais tardio para sua inserção.

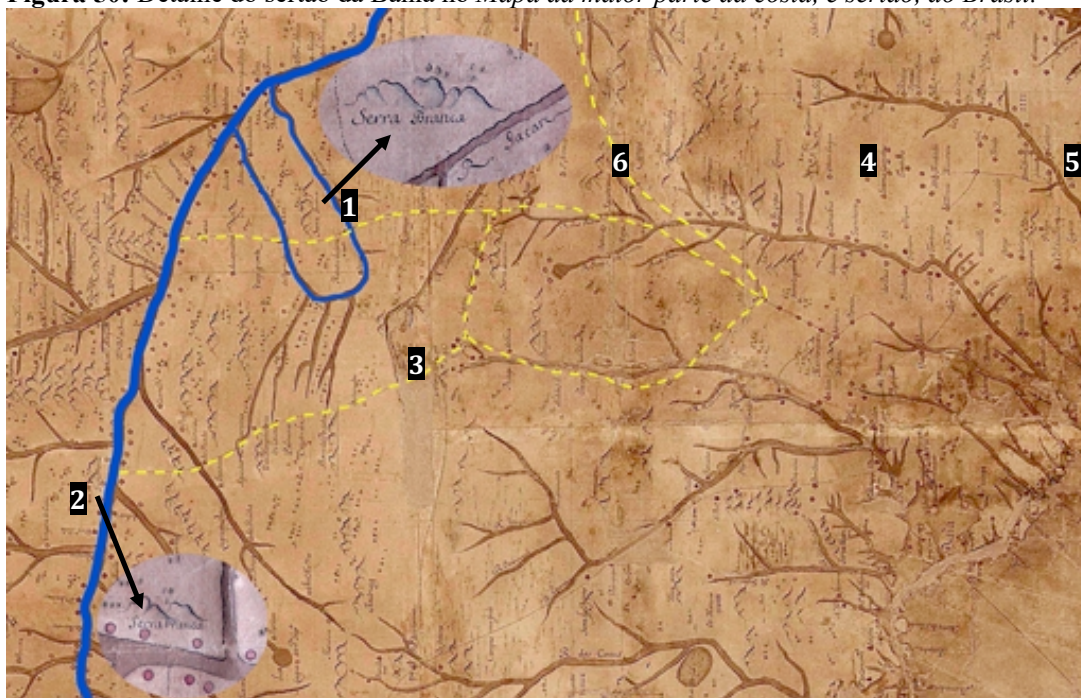
A ocorrência de duas “Serra Branca” também ajuda a entender um pouco mais sobre o processo de produção dessa cópia. As distinções nas grafias das letras **S** e **B**, nesse caso, não nos auxiliam muito; o que chama a atenção, como é possível perceber na figura 50, é o fato de ambas estarem representadas relativamente perto uma da outra. A primeira “Serra Branca” (1) está registrada na margem direita do rio São Francisco, no interior do percurso circular do rio Jacaré, enquanto a segunda “Serra branca” (2) está localizada na margem esquerda do rio São Francisco, próxima à foz do Rio Guairá, e ambas próximas a caminhos que ligavam o Recôncavo baiano ao rio São Francisco — o que, por si só, revela a importância referencial desse acidente geográfico.<sup>812</sup>

---

<sup>811</sup> Outros exemplos são Minas da Ribeira, dos Patos (a região), São Bento e Bom Jesus (oragos), Itapecuru (do rio), Parnapiacuba, Moribeca, Itapoca, Mocambo e Japarutuba.

<sup>812</sup> A Serra Branca é um dos lugares associados ao célebre Belchior Dias Moreia, “a quem se atribui terem pertencido um forninho e diferentes instrumentos” de fusão de metais. CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias históricas, e políticas de Província da Bahia*. Bahia: Typographia Poggetti, v. 4, 1852, p. 68.

**Figura 50:** Detalhe do sertão da Bahia no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Durante o período em que o Padre Cocleo trabalhava na produção dos mapas, a falta de religiosos e a busca das jazidas de salitre foram as matérias que mais direcionaram a atenção das autoridades para essa região. No que diz respeito ao mineral, o rei incumbiu o próprio governador dom João Lencastre de fazer diligências para o reconhecimento de todo o distrito, de seus montes e vales, para averiguar se a terra era de fato salitrosa, como apontavam alguns indícios. As pesquisas por ele realizadas deveriam verificar se o salitre se encontrava na superfície ou no subsolo, ou se haveria de ser raspado nos penhascos e grutas. Se as ocorrências fossem nas montanhas e penhascos, sua diligência deveria se estender às planícies próximas, “onde comumente se detém as águas das chuvas, porque estas quando lavam os montes se enchem da virtude salitrosa e pela terra por onde passam ou param se acha o melhor salitre e mais útil no rendimento”. Por fim, quando o sítio fosse descoberto, o governador deveria ainda “medir as terras

salitrosas” e informar a quantidade que se poderia tirar dela em um ano.<sup>813</sup> A empreitada do governador ocorreu assim que as chuvas deram uma trégua, o que dom João julgou ter sido uma “providencia divina”.<sup>814</sup> Depois de identificadas as minas, em parceria com a Casa da Torre, a Coroa explorou o mineral na região durante uma década, de 1697 a 1707.<sup>815</sup>

Dom João Franco de Oliveira, terceiro arcebispo da Bahia, exerceu a função entre 1692 e 1700, e a exemplo do governador também circulou pelo sertão da Bahia, chegando até a freguesia do rio São Francisco. Em suas visitas pastorais, administrou “o Sacramento da confirmação a quarenta mil pessoas”.<sup>816</sup> Dessas visitas, Maria de Fátima Toledo supõe que se originou uma “Representação anônima”,<sup>817</sup> que descreve toda a região e que, em 1751, foi anexada à documentação do vice-rei do Brasil Luís Peregrino de Ataíde, o conde de Athouguia (1749-1754). Esse mesmo documento foi explorado por Márcio Santos ao analisar os principais caminhos que estruturaram a ocupação territorial do sertão da Bahia. Aqui, serão elencados apenas os aspectos desse documento que contribuem para o entendimento da produção da cópia setecentista do mapa do Padre

<sup>813</sup> AHU. Luiza Fonseca. Cx. 30, doc. 3874. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a conta que dá o governador dom João Lencastre, da promessa com que queria concorrer a viúva do coronel Francisco Dias de Ávila, para estabelecer a fábrica do salitre. Lisboa, 26 de Novembro de 1694; Doc. 3875. Anexo: INFORMAÇÃO sobre as diligências do salitre.

<sup>814</sup> CARTA para Caetano de Mello e Castro governador de Pernambuco. Bahia, 20 de Maio de 1695. *DH. Mandados, alvarás, provisões e sesmarias (1549-1555)/ Cartas dos governadores gerais (1692-1698)*, p. 348-349, v. XXVIII, Rio de Janeiro, 1937.

<sup>815</sup> CARTA de dom Rodrigo sobre a casa da fábrica da pólvora: Minas do Salitre; insuficiência de seu administrador, e ir Pedro Barbosa Leal examinar e ver o que nelas se tem obrado, Bahia 26 de Junho de 1703. *DH. Provisões, patentes, alvarás e cartas 1692-1712*, p. 251-253, v. XXXIV, 1936. CARTA de Luiz Cezar de Menezes para o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, sobre a retirada das oficinas de salitre. Bahia, 15 de Julho de 1707, p. 206. *DH. Correspondência dos governadores-gerais 1705-1711*, v. XLI, 1938.

<sup>816</sup> LIMA, José Inácio de Abreu. *Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil*, p. 154-155. FEITLER, Bruno & SOUZA, Evergton. “Estudo introdutório e edição.” In: *Constituições Primeira do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 7-75.

<sup>817</sup> TOLEDO, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão: a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006, p. 47. (História, Tese de doutorado). Apud. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 169.

Cocleo.

O funcionário que organizou os documentos do governador reuniu fragmentos da “Representação anonyma” a trechos de informações passadas pelo secretário Roque Monteiro Paim. Além disso, o funcionário informou que esse novo documento e outros quinze não tinham relação alguma com o restante dos papéis recolhidos, “e por esse motivo estavam juntos em um grupo separado”. Pela organização, percebe-se que os documentos pertenceram originalmente à “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informação acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários”, de dezembro de 1698.<sup>818</sup> É interessante notar que, logo no início do novo documento, existe uma observação que corrige a “Representação”. Muito provavelmente, essa observação foi feita pelo secretário Paim. É a seguinte:

... Descreve [a representação] os sertões em tal forma e os lugares com nomes tão confusos, que faz desconhecidos aos mesmos naturais, entre os quais se escapar à censura de curioso mal informado, ficará a desculpa de forasteiro pouco prático. Vendo-se o equívoco na demonstração que nos inculca povoados; porque nela mesma as publica tão desertos, que somente mostra as suas povoações pelas beiras de três caminhos, que diz se acham da Bahia até o Rio São Francisco, sendo na verdade que os caminhos principais que entram no dito Rio daquela Cidade e seu Recôncavo são sete, a saber: *Jacaré, Jeremoabo, Vaza Barris, Jacobina, Morro do Chapéu, Rumo e Peruasú*.<sup>819</sup>

Um indício de que partes da “Representação anonyma” anexadas à documentação do governador expressava a visão que Roque Monteiro Paim tinha desse território é o

<sup>818</sup> “Tem anexas uma representação anonyma e a informação do Secretário do Conselho Ultramarino, Roque Monteiro Paim, sobre as quais versou o parecer do mesmo conselho”. In: CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários. Lisboa, 18 de dezembro de 1698. É assinada pelo conde de Arcos, Miguel Nunes Mesquita e Francisco Pereira da Silva. *ABN*, Rio de Janeiro, p. 21-26, v. XXXI, 1909.

<sup>819</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia... Lisboa, 18 de dezembro de 1698. *ABN*, Rio de Janeiro, p. 22, v. XXXI, 1909.

fato de que o arcebispo circulara apenas pelo interior do sertão baiano, e o documento argumenta sobre “todos os sertões do Brasil”, o mesmo espaço geográfico representado pelo padre. Nesse ponto, é preciso lembrar que o secretário se encontrava de posse do mapa de Cocleo desde o final do ano anterior ao da Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia, em 1698. Esse documento descreve os sertões do Brasil da seguinte forma:

Do Cabo de Santo Augusto buscando o interior do sertão, do nascente para o poente até chegar as últimas povoações do Rio Grande do Sul estão descobertas e povoadas perto de 600 léguas. Deste lugar buscando o Norte se acha o mar entre o Maranhão e o Grão Pará; e para o Sul se vai cair sobre São Paulo e todos os sertões que ficam dentro destes braços estão povoados de moradores brancos, os quais situam suas fazendas e casas em todas as partes daqueles desertos, em que se acham águas e campos e terras capazes de criarem seus gados e cultivarem suas plantas, exceto alguns lugares que defende o grande número de Bárbaros, que habitam, como foram até agora os Negros dos *Palmares* e são ainda hoje gentios da grande *Serra do Araripe*, que defendem as ribeiras circunvizinhas do *Asú*, *Piranhas*, *Jaguaripe* e outras muitas que estão às sobras daqueles dilatadíssimos e afamados serros, tudo mais se acha povoado de homens brancos e católicos que vivem de 2 em 2 e de 3 em 3 léguas.<sup>820</sup>

Dos sete caminhos, Márcio Santos afirma que o de Jeremoabo e o Vaza-Barris deveriam coincidir com a rota descrita no documento. Os dois, no entanto, não foram sinalizados no mapa, nem seu trecho situado nas proximidades Jeremoabo (4, na figura 50), ou o junto ao curso do rio (5). Não os registrar pode ter sido uma escolha do cartógrafo, que não viu necessidade em representá-los, visto que, como analisado no capítulo anterior, essa era uma região de passagem já bastante conhecida. Quanto aos caminhos Jacaré e Rumo, Márcio Santos não conseguiu identificá-los. Em relação ao primeiro, afirma que “um dos afluentes do São Francisco, pela margem direita, é o rio Jacaré, mas apenas essa identidade de nomes não basta para sugerir alguma

<sup>820</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia.... Lisboa, 18 de dezembro de 1698. *ABN*, Rio de Janeiro, p. 22, v. XXXI, 1909.

inferência”.<sup>821</sup> Contudo, esse caminho foi representado no mapa junto à primeira “Serra Branca” (1).

Pelo menos, duas explicações podem ser aventadas para a existência dessa representação. A primeira é a de que o caminho realmente existiu, mas por um curto espaço de tempo; a segunda é a que esse caminho pode ter sido registrado de modo errôneo, por isso a existência de um segundo caminho também desenhado na mesma região e com a mesma referência. Esta última hipótese, que corrobora a tese aqui defendida que os elementos geográficos existentes na cópia não eram necessariamente corrigidos, mesmo quando eram considerados errôneos ou ultrapassados, sendo os novos acrescentados ao lado destes, nos parece ser a mais plausível.

Nesse espaço, os caminhos indicados pelos números 6 e 3 aparecem descritos na documentação estudada por Márcio Santos. O primeiro era mais conhecido e existia desde 1692. Ele atravessa a região passando por Papagaio, pelo rio Itapecuru e pela região da Jacobina, chegando até o rio São Francisco, abaixo do rio Salitre. O outro, que também passa por Papagaio e pelo Morro do Chapéu, atinge o São Francisco na altura da segunda Serra Branca (2) e só aparece mencionado na documentação a partir de 1702.<sup>822</sup> O lapso de tempo entre o mapa que chegou à Lisboa em 1697 — portanto, com as informações que o padre possuía à época — e a data em que as referências ao segundo caminho aparecem na documentação é de seis anos, tempo suficiente para que o segundo caminho se consolidasse e sua representação fosse inserida no mapa.

Ainda, considerando-se a caligrafia e a proximidade de informações semelhantes, pode-se presumir que o mesmo tipo de correção ou acréscimo foi realizado em relação à

---

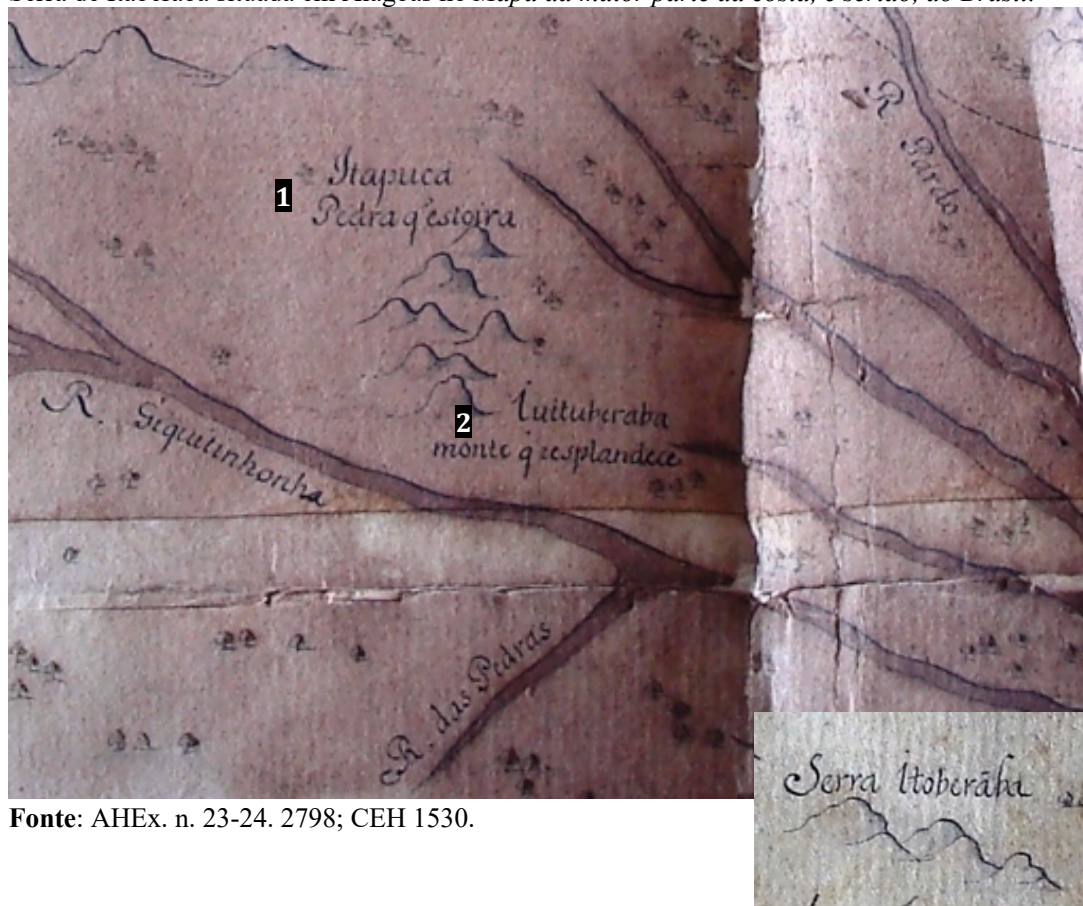
<sup>821</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 170.

<sup>822</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras*, p. 170.



*Itapuca* Pedra que estoira (1)<sup>823</sup> e *Iuituberaba* monte que resplandece (2) na figura 51.

**Figura 51:** Detalhes da Serra de Itaberaba entre as nascentes dos rios Jequitinhonha e Prado, e da Serra de Itaberaba situada em Alagoas no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

A grafia da letra **I** de *Itapuca* (1) é bastante distinta da grafia das letras **I** de *Iuituberaba* (2) e da *Serra Itoberaba*, no detalhe. Desses três topônimos, sabemos que o último está relacionado à descoberta da Serra de Itoberaba, anunciada por Lopo de Albuquerque em 1698, e que o *Iuituberaba* (2) corresponde às aspirações do governador dom João Lencastre no tocante às descobertas auríferas que ele presumia estarem localizadas no sertão da Capitania de Espírito Santo. A mesma pessoa que escreveu

<sup>823</sup> Existe uma formação rochosa na praia de Icarai em Niterói conhecida como Pedra de Itabuca, tombada em 1985 pelo Instituto Estadual do Patrimônio. Itapuca é de origem Tupi e significa pedra (itá) fendida (puka). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=443135&view=detalhes>.

Itoberaba escreveu Iuituberaba, diferente da que inseriu Itapuca. Pode-se inferir que os dois primeiros topônimos, o segundo deles associado a Lencastre, foram escritos pelo primeiro autor, provavelmente Cocleo. Já Itapuca é um acrescentamento posterior, que veio se sobrepor ao topônimo Iuituberaba, sem apaga-lo, como parece ter sido o método empregado por quem continuou interferindo na carta.

Por fim, há o caso do Ceará. Em 1699, a contragosto de parte da população local, que preferia a região do rio Iguapé, o rei ordenou que se fundasse a primeira “Vila do Siará”, junto ao antigo forte, a pouca distância do rio.<sup>824</sup> Durante a União Ibérica, logo depois da expulsão dos franceses, em 1604, foi construído nessa região junto à foz do Rio Ceará o Fortim de São Tiago da Nova Lisboa. Edificado em taipa, em pouco tempo já havia se arruinado. Nas proximidades, no alto de um monte, os holandeses, durante a invasão do nordeste, ergueram, em 1649, o Forte Schoonenborch. Em 1654, durante a sua expulsão, esse forte foi tomado pelas tropas do Capitão-Mor português Álvaro de Azevedo Barreto, que mudou-lhe o nome para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Assim, em fins do século XVII, quando da ordem de fundação da vila por dom Pedro II, o mesmo já havia sido renomeado pelos portugueses. Desde essa época, iniciara-se no seu entorno um pequeno povoado, por essa razão

os portugueses não demoveram, apesar do argumento da população de que a zona de Iguape oferecia um clima mais saudável, terras férteis em abundância, água boa, fartura de peixe e um porto mais acessível que Fortaleza. No final das contas a Coroa indeferiu as objeções locais, e uma vila oficial foi criada em 1706 no local do antigo forte.<sup>825</sup>

A decisão real deve ter levado em conta as informações passadas pelo bispo de

---

<sup>824</sup> A Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção passou por uma grande reforma no início do século XIX.

<sup>825</sup> DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alva-Ciord, p. 21, 1997 [1979]. Cf. CORREIA, Reginaldo. Aquiraz. In: *BiblioAtlas — Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Aquiraz>. Data de acesso: 24 de Fevereiro de 2020.

Olinda no ano anterior. Entre outras coisas, o religioso informou sobre o crescimento da povoação e que a paróquia, erguida na antiga capela do forte, contava com três irmandades: “a da Senhora como padroeira, e de Santo Antônio, e a das Almas”.<sup>826</sup> Apesar de não nomeadas, é possível perceber a representação de três capelas nessa região (Figura 52). A contenda continuou até que a população do Ceará teve o seu pedido reconhecido em 1713, quando a Coroa decidiu “relocalizar a comunidade em Aquiraz, uma zona adjacente ao porto de Iguapé”. Essa foi uma vitória com gosto amargo para os colonos, pois tão logo eles “se mudaram para a nova localização, os índios da região começaram a hostilizar a nascente comunidade”.<sup>827</sup> A solução veio em 1720, com a transferência de parte da população de volta para a Fortaleza e a instalação seis anos depois de uma vila alternativa.<sup>828</sup>

A vila de São José do Ribamar dos Aquiraz continuou com o *status* de capital oficial, o que deu à Capitania Ceará o caráter ímpar de conter “duas vilas fundadas oficialmente em áreas praticamente vizinhas”.<sup>829</sup> Depois disso, o Ceará ganhou ainda outras duas vilas. Em 1736 e 1740, respectivamente, foram erigidas a vila Icó, na confluência do rio Salgado com Jaguaribe, e a vila de Jaguaribe de Santa Cruz do Aracaty, à margem rio Jaguaribe.<sup>830</sup> Das quatro vilas da Capitania, somente as duas primeiras aparecem assinaladas de forma esquemática na carta setecentista. (Figura 52)

<sup>826</sup> AHU. Ceará. Cx. 01, doc. 40. Carta do bispo de Pernambuco ao rei [dom Pedro II], sobre o estado espiritual em que se encontra a Capitania Ceará, a sua situação depois que passou à jurisdição de Pernambuco e a falta de sacerdotes nas igrejas. Olinda, 26 de Junho de 1698, f. 02.

<sup>827</sup> DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*, p. 21.

<sup>828</sup> Esta Fortaleza está representada em um croqui, muito conhecido e estudado, pertencente ao Arquivo Ultramarino intitulado [Planta da] Vila Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande feita pelo capitão-mor, Manuel Francês, para a demonstração dos seus serviços de aproximadamente 1730. FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, p.102-103. AHU. Ceará. Doc. 848. (Anexo 8)

<sup>829</sup> DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*, p. 21.

<sup>830</sup> DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*, p. 23-24.

**Figura 52:** Detalhes das regiões do Ceará, Vila Rica em Minas Gerais, Vila de Taubaté em São Paulo e Vila de Penedo em Alagoas no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

O cartógrafo, no entanto, preferiu apontar o forte e aldeia de São Tiago em vez da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.<sup>831</sup> Uma possível explicação para tanto seria a utilização de uma fonte cartográfica desatualizada. O primeiro forte aparece representado em três mapas de Albernaz, *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* (1627), *Livro em Que se mostra a descrição de toda a costa do estado do Brasil e seus portos barra escondidas delas*, e *Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará* – possíveis fontes para essa atribuição.

Pelos traçados das letras é possível conjecturar que as vilas, se não foram gravadas por duas pessoas diferentes, foram, ao menos, inseridas em momentos distintos. Nossa hipótese é a de que a vila (1), próxima ao Rio Mucuripe, é aquela que dom Pedro II mandara fundar em 1699, e em cuja ereção insistiu em 1706. Talvez por isso não tenha

<sup>831</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 3, p. 73-83.

sido nomeada, pois até 1710 reinava absoluta na região. Em contrapartida, o adjetivo “do Ceará” adicionado à outra V<sup>a</sup>. do Siará (2), nesse contexto, alude que essa tenha sido adicionada depois. De qualquer modo, essa vila apresenta a mesma condição de Vila Rica: portanto, só poderia ter sido acrescentada depois da morte do padre, pois foi fundada posteriormente. Como apontado, a obstinação dos moradores tornou a vila próxima ao Aquiraz a ser a primeira oficialmente erigida, e isso só ocorreu no ano de 1713.

Somadas a esses indícios estão as duas grafias diferentes para as letras V. A da Vila (1) é bastante arredondada em suas duas hastes e tem uma semelhança maior com o V da vila Penedo do Rio São Francisco (6), ou simplesmente Penedo, fundada em 1636.<sup>832</sup> Já o V das duas vilas fundadas no início da década de 1710 são um pouco mais alongados, menos arredondados e com uma serifa peculiar na primeira haste da letra. Apesar da semelhança com o V da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté (5) criada em 1645, elas só poderiam ter sido inseridas no mapa após a morte do padre.

Com relação às outras palavras “vilas” grafadas ao longo da carta, foi possível perceber que esse último tipo de V tem uma predominância sobre aquele. Isso sugere que a maior parte delas deve ter sido inserida pelo mesmo cartógrafo, e, acima de tudo, que a Vila (1) deve ter sido desenhada no calor dos acontecimentos, entre a primeira e a segunda Ordem Real — ou seja, entre 1699 e 1706, quando o Padre Cocleo ainda se encontrava vivo.

---

<sup>832</sup> CARVALHO, Carlos. Penedo do Rio São Francisco. In: BiblioAtlas — Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Penedo\\_do\\_Rio\\_S%C3%A3o\\_Francisco](http://lhs.unb.br/atlas/Penedo_do_Rio_S%C3%A3o_Francisco). Data de acesso: 2 de março de 2020.

#### 4.7. Cocleo e Antonil

A ausência de uma padronização única na escrita na carta setecentista evidencia a complexidade da produção e o conhecimento das técnicas relacionadas à cartografia por parte dos autores do mapa. Todavia, esses dois aspectos também nos impõem limites para que possamos atribuir as autorias do documento.

Sabemos que o Padre Cocleo desempenhou suas atribuições religiosas até próximo a sua morte, em abril de 1710. Mesmo doente e velho, ele temia

que a faculdade de celebrar (missa) todos os dias lhe pudesse ser negada pelos superiores, [por isso] admitiu de pronta vontade um teólogo assistente dentre os nossos escolásticos, ao qual obedecia como seu superior, não só no altar, mas também fora dele.<sup>833</sup>

Esse registro, deixado pelo biógrafo anônimo, sinaliza que o teólogo escolástico indicado para acompanhar o padre também o teria ajudado nos afazeres relacionados à produção da cópia setecentista— que, como analisado, ocorreu entre 1697 e 1702, os últimos anos de governo de dom João Lencastre, e teve como referência o mapa que mais tarde voltou para a Provedoria. Esse era um dos principais afazeres, fora do âmbito religioso, ao qual Cocleo se dedicou no fim de sua vida.

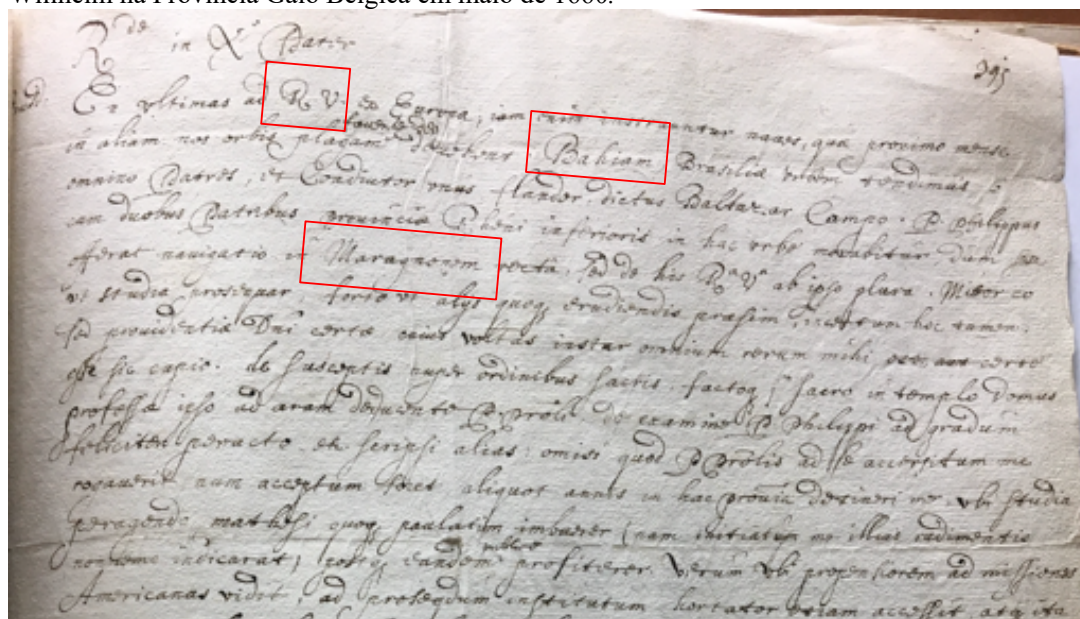
As fontes remanescentes produzidas pelo Padre Cocleo e utilizadas nesta pesquisa são missivas que enviou à Ordem jesuíta e à Corte. A primeira carta localizada foi escrita em Lisboa no ano de 1660 (Figura 53) e a última, em 1697 (Figura 54), no contexto da produção do mapa que foi enviado para a metrópole. É possível observar que elas apresentam caligrafias semelhantes mas distintas; e com algumas diferenças, o estilo

---

<sup>833</sup> “timebatque propterea negandam sibi a superioribus quotidie sacrificandi facultatem, e scholasticis nostris Theologum promptissima voluntate assistentem admisit, cui ut superiori suo, non solum in altari, sed etiam extra illud ad nutum parebat”. ARSI. Bras. 10 (I). BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710, f. 74.

utilizado na primeira se repete nas cartas escritas em latim. O anexo 9, por exemplo, assim como uma carta escrita por Cocleo, em 1689,<sup>834</sup> exhibe vários caracteres semelhantes aos da carta de 1660. Da análise dessas grafias, pode-se concluir que Cocleo adaptava a sua letra, pelo menos, de acordo com o tipo de epístola. Em contrapartida, mesmo que se leve em conta os quase quarenta anos de diferença entre as cartas de 1660 e 1697, a escrita em latim da primeira e o português da segunda, os diferentes destinatários ou até as possíveis diferenças de papel e tinta, alguns detalhes nos traços caligráficos ainda denunciam o autor, como as letras **V**, **B** e **M**, por exemplo.

**Figura 53:** Fragmento da carta que o Padre Cocleo enviou de Lisboa para o Padre Hubert Willheim na Província Galo Bélgica em maio de 1660.



Fonte: BRB. MS. A VAN DEN GHEYN, cod. 6828-29.

<sup>834</sup> Anexo 9: ARSI. Bras. 3 (II). CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzalez. Bahia, 03 de Junho de 1689, f. 369.

**Figura 54:** Fragmento da carta que o Padre Jacob Cocleo enviou junto ao mapa a Roque Monteiro Paim em julho de 1697.

Para entender que por via do Sr. D. João valencastro  
 nosso Govern. ya remetida a M. sua obra munda, que fiz  
 ao petitorio do dito Sr. Luis acompanhada com essas regras  
 e inmetamente pedir a M. na queira perdoar, e ser por  
 -vido de emparar a obra, quando alguns criticos por  
 ventura' menos vistos na materia, e queira' cessar.  
 Se o mappa da melhor parte do Brasil, com o caminho  
 exatamente acado para communicar-se ao Maranhão,

Fonte: AHU. Maranhão. Cx. 09, doc. 957.

Em relação à carta da figura 54, que importa diretamente a esta parte da pesquisa, é interessante notar que, da mesma forma como no mapa, o padre fazia uso de diferentes estilos em um mesmo documento. A letra **M**, por exemplo, aparece grafada de duas maneiras distintas, assim como as letras **d**, **p**, **r** e **R**. Mesmo que não sejam predominantes na carta geográfica, essas características da sua escrita não podem ser negligenciadas. Na figura 52, o número 3 identifica a “Serra Comprida” no Ceará, e assim como em Boas Madeiras, localizada no sertão do Espírito Santo (Figura 55), bem como em outras locais, a caligrafia se aproxima muito da usada na carta de 1697, principalmente em relação à letra **d**, cuja haste aparece pronunciada para a esquerda.



**Figura 55:** Detalhe do sertão do Espírito Santo próximo a foz do rio Mucuri no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

O oposto acontece com os escritos do Padre Antonil. Estes se apresentam com uma grafia mais homogênea, que se semelha em maior proporção com a utilizada no mapa. A figura 56 é um fragmento do *Catálogo Primeiro*, produzido por ele no ano de 1707, durante o seu reitorado no Colégio da Bahia.

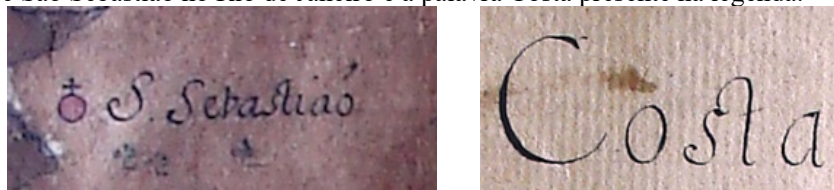
**Figura 56:** Detalhe do Catálogo produzido por Antonil no ano de 1707.

| Professi 4. <sup>or</sup> Votorū |                               |                     |      |                   |               |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|------|-------------------|---------------|
|                                  | Nomen                         | Patria              | Etas | Ingressus         | Professio     |
| 1                                | P. Alexander de Judião Senior | Vlysiponensis       | 17   | 27 Octob. 1646    | 2 Febr. 1664  |
| 2                                | P. Oydacus Machado            | Bahicenis           | 14   | 8 Junij 1646      | 2 Febr. 1665  |
| 3                                | P. Jacobus Coelius            | Ex Aricia           | 20   | 5 Mar. 1649       | 2 Febr. 1665  |
| 4                                | P. Franciscus de Moraes       | Vlysiponensis       | 16   | 8 Martij 1652     | 2 Febr. 1670  |
| 5                                | P. Mathæus de Moura           | Fabucensis          | 14   | 23 Febr. 1653     | 2 Febr. 1672  |
| 6                                | P. Dominicus Dias             | Portucallensis      | 17   | 21 Septem. 1655   | 2 Febr. 1674  |
| 7                                | P. Bartholomæus Leo           | Ex Flumine Januario | 17   | 9 Junij 1658      | 15 Aug. 1677  |
| 8                                | P. Stephanus Gandolphi        | Panormitanus        | 17   | 18 Octob. 1660    | 2 Febr. 1679  |
| 9                                | P. Franciscus Traxam          | Ex Flumine Januario | 17   | 23 Junij 1660     | 15 Aug. 1679  |
| 10                               | P. Franciscus de Souza        | Vimerancensis       | 21   | 8 Maj 1664        | 15 Aug. 1681  |
| 11                               | P. Emmanuel Cories            | Ex oliventia        | 18   | 29 Decem. 1662    | 15 Aug. 1682  |
| 12                               | P. Georgius Benicus           | Ariminensis         | 15   | 17 Octob. 1665    | 15 Aug. 1683  |
| 13                               | P. Mathæus Falleo             | Pedamontanus        | 18   | 18 Octob. 1666    | 15 Aug. 1683  |
| 14                               | P. Joannes Ant. Andreonus     | Lucensis            | 17   | 20 Maj 1667       | 15 Aug. 1683  |
| 15                               | P. Philippus Coelho           | Bahicenis           | 15   | 28 Febr. 1665     | 2 Febr. 1684  |
| 16                               | P. Moysius Mamianus           | Lidauensis          | 16   | 10 April. 1668    | 29 Junij 1686 |
| 17                               | P. Dominicus Ramos            | Bahicenis           | 14   | 30 Julij 1666     | 15 Aug. 1686  |
| 18                               | P. Alexander Perier           | Taurinensis         | 17   | 31 Sept. 1668     | 15 Aug. 1686  |
| 19                               | P. Stanislaus de Campis       | Paulopolitanus      | 17   | 1 April. 1667     | 2 Febr. 1687  |
| 20                               | P. Franciscus Camelo          | Vlysiponensis       | 17   | 7 Junij 1668      | 15 Aug. 1687  |
| 21                               | P. Hieronimus Ortiz           | Paulopolitanus      | 15   | 13 Junij 1669     | 15 Aug. 1688  |
| 22                               | P. Simon de Oliveira          | Paulopolitanus      | 17   | 5 Junij 1667      | 3 Decem. 1688 |
| 23                               | P. Ludovicus de Amorim        | Ex oppido Epus Sti  | 17   | 22 Junij 1671     | 2 Febr. 1690  |
| 24                               | P. ...                        | ...                 | 16   | 15 Januarius 1671 | 15 Aug. 1692  |

Fonte: ARSI. Bras. 6 (I). Catalogus Primus Extriennialibus Provinciae Brasilicae Romam missus à P. Provinciali Joanne Antonio Andreno. Anno MDCCVII Prima Via. [Bahia, 29 de dezembro de 1707]

As letras maiúsculas, como **A, B, G, P, L** e até o **M**, coincidem com o que foi utilizado para representar Minas Gerais; o mesmo se dá com as minúsculas **b, d, h e l**, entre outras. Além disso, junções de letras como a que ocorre entre o **s** e **t** em “Sebastião” e entre o **c** e **t** da palavra “Costa” na legenda (Figura 57) são semelhantes à junção do **c** e **t** na abreviação de “outubro” presente no Catálogo. Tendo em vista então, a afirmação de Márcia Almada de que os ensinamentos relativos à prática caligráfica moderna se difundiram pelo mundo ocidental desde o século XVI, a questão que se coloca nesse caso é que seriam tais semelhanças capazes de evidenciar a participação de Antonil na produção desse mapa? A análise comparativa da grafia das letras do mapa e de textos de sua autoria indica que sim. Vejamos.

**Figura 57:** Detalhes do *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil* onde aparecem a Paróquia de São Sebastião no Rio de Janeiro e a palavra Costa presente na legenda.



**Fonte:** AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

É incontestável a influência que Antonil acumulou nessa época junto aos jesuítas. Ele ascendeu “rapidamente na hierarquia da ordem. Primeiro, lente de retórica no seminário baiano; depois diretor de estudos, mestre de noviços, secretário particular de Vieira”.<sup>835</sup> No período em que o Padre Cocleo foi Visitador no sertão Bahia, Antonil exercia a mesma função em Pernambuco. Além disso, foi secretário de vários Provinciais, confessor dos governadores-gerais, como o Marquês das Minas e o próprio dom João Lencastre, e pessoa de confiança do arcebispo dom Sebastião Monteiro da Vide, que lhe

<sup>835</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, p. 149.

confiou a tarefa de revisar as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.<sup>836</sup> À época da produção do mapa e da morte de Cocleo, ele ocupou os dois postos mais importantes da Companhia no Brasil, o de provincial (1705-1709) e o de reitor do Colégio baiano (1697-1702 e 1709-1713).

A extensão do Brasil descrita por Antonil em *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* é a mesma representada na cópia setecentista. No que concerne às primeiras descobertas minerais na região das minas, tanto ele quanto Cocleo foram testemunhas dos primeiros achados, mas não conheceram a região pessoalmente. Tendo vivido até 1716, Antonil escreveu e atualizou sua obra, por pelo menos dezesseis anos, entre 1693 e 1709. A parte alusiva às minas, “A Cultura e opulência pelas minas de ouro”, foi redigida entre 1707 e o final de 1709, ou seja, em meio à guerra dos Emboabas.<sup>837</sup> Sua principal fonte para descrevê-las, como ele mesmo atesta, foi o relato de um observador que assistiu o governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Meneses (1697-1702), quando este passou à região, em 1699, para averiguar os novos achados e pesquisar um caminho mais curto a partir da Bahia.

Começamos com o topônimo Minas Gerais. Em seu relato, Antonil emprega esse nome, mas em minúsculo, e apenas para identificar as minas gerais dos Cataguás (sic., Cataguases), localizadas nas proximidades de Ouro Preto, que teriam sido as primeiras a serem descobertas. Além delas, posteriormente teriam sido descobertas as minas “que chamam das Velhas” e “mais outras minas novas, que chamam do Caeté”. É por essa razão que, ao transcrever um relato que descreve o caminho para a região usado pelos paulistas, ele o intitula “Roteiro do caminho da vila de São Paulo para as minas gerais e

---

<sup>836</sup> LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 7, p. 113-121.

<sup>837</sup> SILVA, Andrée Mansuy Diniz. “Introdução e comentário crítico”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 38.

para o rio das Velhas”, diferenciando as duas regiões. Observa-se, então, que Minas Gerais não era empregado para se referir a toda a região mineradora, como veio a ser depois da criação da capitania em 1720, que foi batizada com esse nome, o que reforça a hipótese de que tal topônimo, em letras maiores, foi inserido posteriormente no mapa.

Antonil registrou que as minas gerais dos Cataguases ficavam “na altura da Capitania do Espírito Santo” e as minas do “rio que chamam das Velhas”, “como dizem, na altura de Porto Seguro e Santa Cruz”.<sup>838</sup> Andrée Mansuy, que desenvolveu uma minuciosa e paciente investigação a respeito da *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, chama a atenção para a última referência, que considera ser um engano do jesuíta.

Com a nascente situada a Oeste de Ouro Preto, o rio das Velhas é um dos afluentes mais importantes à margem direita do rio S. Francisco, as minas mencionadas a seguir encontram-se, de fato, na latitude de Santa Cruz, pequena cidade atual da cidade do Espírito Santo, isto é 20<sup>o</sup> graus latitude Sul; mas Antonil enganou-se ao falar de Porto Seguro, que encontra-se no 16<sup>o</sup> 27’ grau de latitude Sul, já no atual Estado da Bahia.<sup>839</sup>

A figura 58 retrata espacialmente como os pontos citados por Antonil encontram-se representados na cópia setecentista. As duas linhas brancas plotadas unem a Capitania do Espírito Santo (1) a Minas Gerais, próximo de onde foram assinaladas as minas do rio das Velhas (2), e desta à foz do Porto Seguro (3). Além disso, foram destacadas a aldeia dos Reis Magos (4) e a paróquia de Santa Cruz (5).

---

<sup>838</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 220.

<sup>839</sup> SILVA, Andrée Mansuy Diniz. “Nota 36”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 220.

**Figura 58:** Detalhe das regiões de Minas Gerais e da Capitania do Espírito Santo no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Como se observa, no mapa, as Minas do rio das Velhas foram posicionadas na altura da aldeia dos Reis Magos e não de Porto Seguro, divergindo da informação que Antonil fornecera no relato, mas é preciso lembrar que ele mesmo afirmara que essa informação era “como dizem”. Formada a partir da Aldeia Velha, hoje Santa Cruz,<sup>840</sup> a

<sup>840</sup> “A freguesia da Aldeia Velha é elevada a vila com o título de Santa Cruz no ano de 1848”. DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2<sup>o</sup> ed., v. 12, 2010, p. 373.

aldeia dos Reis Magos (4) era composta principalmente por indígenas Aimorés e *Paranaubis* ou Mares Verdes, originários do atual estado de Minas Gerais, e figurava no final do século XVII como o centro da catequese jesuítica na região. Possuía jurisdição Real e prestava auxílio de caráter público, como o apoio à defesa da vila de Vitória na ocasião de rebates inimigos, e a contribuição às entradas e ao descobrimento das minas. Entre 1689 e 1739, sua população passou de 764 indígenas para 2030, mantendo uma média de 2000 até a expulsão dos jesuítas, quando foi rebatizada de Nova Almeida.<sup>841</sup> Observa-se, então, que Cocleo tivera acesso a informações mais seguras sobre a posição das Minas do que as registradas por Antonil no relato. Ambos certamente conheciam a posição da Aldeia dos Reis Magos, e Antonil provavelmente deve ter acabado se inteirando da posição real da região do rio das Velhas, que aparece com maior precisão no mapa. Outra localidade que ambos deveriam conhecer bem e que aparece no mapa na mesma região é a freguesia da Invenção de Santa Cruz de Ilhéus (5), criada pelo bispo dom Pero Fernandes Sardinha em 1656,<sup>842</sup> próximo ao local citado por esse jesuíta (5).

Em função da disposição geográfica descrita em *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, a autora admite a possibilidade de que Antonil estivesse fazendo uso de um mapa em três momentos. Primeiro, quando ele descreve as sequências dos rios costeiros da Capitania da Bahia entre a capital e o rio São Francisco; depois, deste até o rio Jaguaribe; por fim, quando ele apresenta a hidrografia da região do sertão do Piauí.<sup>843</sup> É verdade que, nesse contexto, no tocante às regiões das minas e a da costa, o Padre Antonil poderia ou não ter feito o uso do mapa do Padre Cocleo. Afinal, até a chegada de

<sup>841</sup> LEITE, Serafim. “Aldeia dos Reis Magos”. Revista do Iphan, n. 08, 1944, p. 189-210.

<sup>842</sup> RIBEIRO, Oslan Costa. “Diocese de São Jorge de Ilhéus: criação, instalação e organização de um bispado no sul da Bahia (1913-1939)”. Anais da Anphur XXVII Simpósio Nacional de História — Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, junho 2013.

<sup>843</sup> SILVA, André Mansuy Diniz. “Notas 8, 10 e 21”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 317-321.

Antônio de Albuquerque, em fins de 1709, o conhecimento geográfico da região das minas encontrava-se ainda disperso. As reiteradas investidas dos dois governadores anteriores da Repartição Sul, ampla região onde as minas se encontravam, — dom João Lencastre e Arthur de Sá e Meneses — para estabelecer os limites indicam tal desconhecimento; por outro lado, a costa marítima configurava-se bastante conhecida e cartografada nesse período.

Quanto ao sertão do Piauí, Andrée Mansuy admite sua dificuldade para analisar a descrição do jesuíta. Segundo ela,

a confirmar-se a hipótese de Antonil ter redigido este capítulo ajudando-se de um mapa, podemos inferir que na frase citada ele menciona os rios da primeira lista (Iguaçu, Carainhaem, Corrente, Gauraira e Piauí grande) na sua ordem geográfica, partindo do Piauí a Noroeste até ao Iguaçu (rio Grande) a sudoeste. Neste caso, não se pode identificar o Carainhaem com o Carinhanha, nem o rio Corrente como o afluente da margem esquerda do São Francisco assim chamado nos nossos dias, porque ambos são localizados muito mais ao Sul da confluência do São Francisco com o Grande e não se entende porque motivo Antonil teria deixado de observar a ordem geográfica rigorosa que notamos.<sup>844</sup>

A resposta para a observação de Andrée Mansuy pode ser aventada a partir da cópia setecentista. A figura 59 representa a maior parte da área tratada pelo jesuíta e analisada pela autora; retrata as Minas Gerais, os sertões das Capitanias do Espírito Santo, da Bahia e de Pernambuco, e foi construído sobre as bases da carta setecentista. Os itinerários dos rios foram preservados e suas identificações estão localizadas próximas ao local onde foram inseridos na carta. Nosso objetivo, então, é cotejar os dois testemunhos — as informações do Padre Antonil e a representação geográfica presente na carta setecentista — com as proposições da autora, por essa razão, apenas alguns dos rios foram assinalados. Em azul-claro, apesar de não estarem todos nomeados na versão que segue,

---

<sup>844</sup> SILVA, Andrée Mansuy Diniz. “Notas 10”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 288.

estão aqueles em que foi possível observar a existência da nomenclatura original. Em verde, estão marcados os rios questionados pela autora e, em azul-escuro, alguns dos rios que, apesar de importantes à época, não se encontram nomeados, mas que são essenciais à nossa análise.

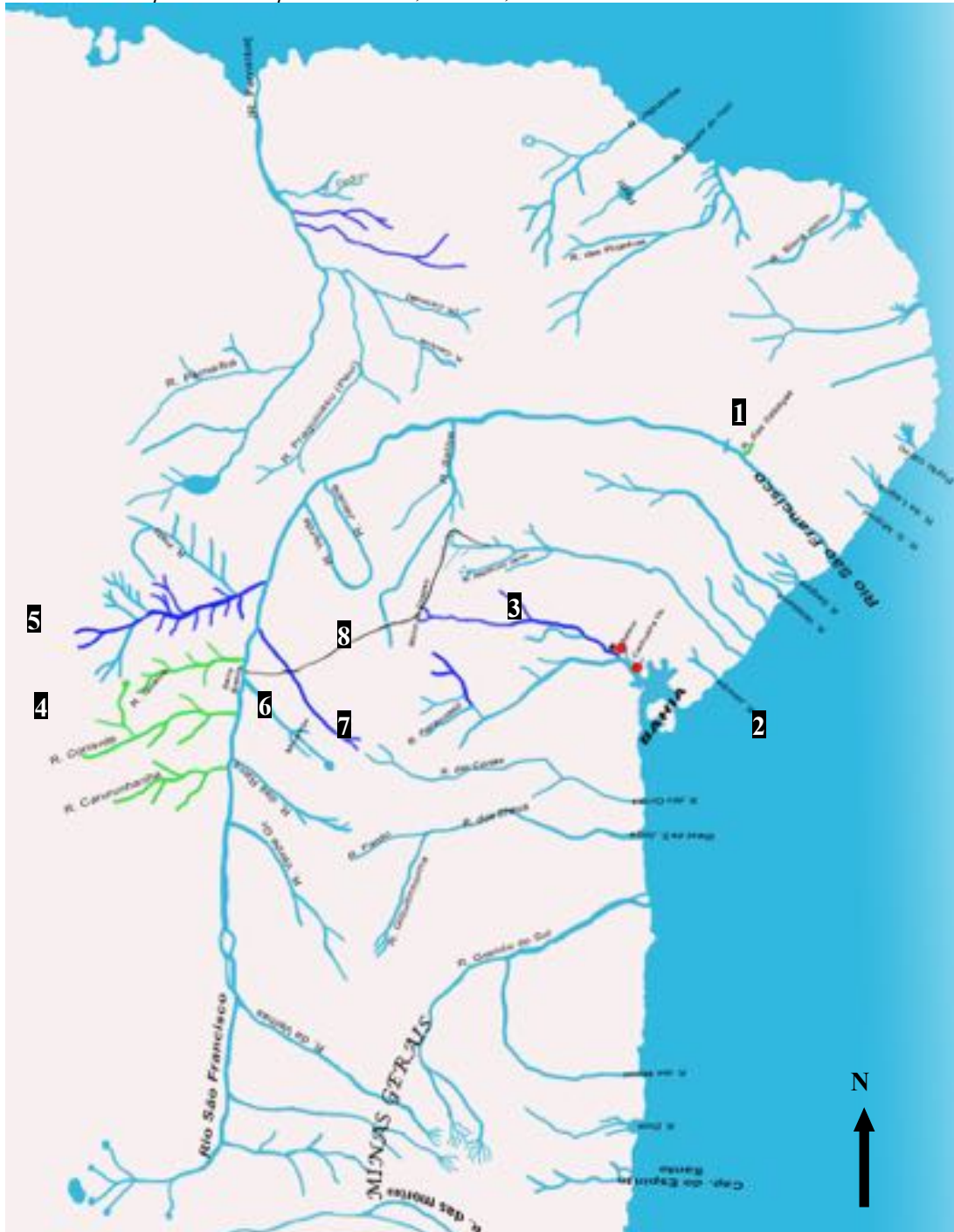
Nem todos os nomes de rios mencionados por Antonil coincidem com os que aparecem no mapa, e vice-versa. Por exemplo, ele cita as duas Alagoas, rio Piauí e rio Açu, enquanto na carta geográfica os mesmos rios estão representados como das Alagoas, Paraguiuasú e das Piranhas, respectivamente. Andrée Mansuy também chama a atenção para o rio de Cabaços, utilizado por Antonil para situar as regiões de criação de gado na parte de Pernambuco. Segundo ela, “este nome de rio já não existe, mas é mencionado nos documentos do século XVII como ‘rio das Cabaças’, ‘das Cabassas’ e ‘dos Cabaços’”.<sup>845</sup> No lugar identificado pela autora, um afluente à margem esquerda do rio São Francisco encontra-se assinalado no mapa setecentista um “R. das Cabasas” (1). As fontes primárias consultadas não fazem referência a esse rio, o que reforça a possibilidade da intervenção de Antonil na cópia setecentista em etapa posterior à sua produção inicial. É certo que tinha conhecimento da sua existência nessa região, tendo feito referência a ele em seu livro por esse mesmo topônimo já em desuso.

---

<sup>845</sup> SILVA, Andrée Mansuy Diniz. “Notas 20”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 319.



**Figura 59:** Detalhe esquemático das regiões de Minas Gerais e da Capitania do Espírito Santo conforme o *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



No sertão pernambucano, conforme estranhou Andrée Mansuy, Antonil não descreveu o conjunto dos rios na sequência exata em que aparecem. Isso pode ter acontecido, primeiramente, porque a intenção dele, naquele momento, era a de sublinhar a quantidade de currais existentes nessa região. Na sua descrição, o jesuíta afirma que as boiadas que abasteciam as fábricas de engenhos da Cidade da Bahia e seu recôncavo eram oriundos de Pernambuco, “mas também do rio Iguaçu, do rio Carinhaem, do rio Corrente, do rio Guaraira e do rio Piauí grande, por ficarem mais perto, vindo caminho direto à Bahia do que indo por voltas a Pernambuco”.<sup>846</sup>

É bom lembrar que essa foi a última parte do território de que Cocleo recebeu informações. Nesse sentido, apesar dos rios Carurunhanha, Corrente e Guaira (4) estarem posicionados mais ou menos na mesma latitude em que se encontram atualmente, os seus cursos estão traçados da maneira incorreta.<sup>847</sup> Na margem esquerda do São Francisco, o rio Iguaçu ou Grande (5) não foi nomeado, enquanto o rio Guaira aparece desaguardo suas águas diretamente no São Francisco, quando o certo é no rio Corrente. Na margem direita, aparecem, além da união dos rios Jacaré e Verde, o (riacho) Mocambo (6), representado como sendo um afluente do rio São Francisco, em vez do Paramirim (7), sendo que esse último sequer é identificado. Tais dados denunciam as informações imprecisas que o Padre Cocleo dispunha dessa região.

De qualquer forma, é importante salientar que o caminho que Antonil menciona — o que liga essa região à cidade da Bahia — coincide com o segundo caminho de ligação da Bahia à Serra Branca, traçado no mapa e que aparece na documentação a partir

---

<sup>846</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 317.

<sup>847</sup> Rio Grande (Iguaçu) e rio Preto 11°S; Corrente e Guara deságuam no Correntina, este no São Francisco à 13°S; Carinhaem 14°30'S. In: Instituto do meio Ambiente e recursos hídricos (INEMA). Disponível em: [http://www.inema.ba.gov.br/servicos/mapas-tematicos/?dl\\_page=2](http://www.inema.ba.gov.br/servicos/mapas-tematicos/?dl_page=2). Acesso em: 10 agosto de 2020.

de 1702 (8). Nesse contexto, a falta de nome atribuído ao rio São José do Jacuípe (2) também merece ser destacada. Esse rio era o principal trajeto de ligação fluvial entre o Recôncavo e essa região interior. Logo, a ausência desse topônimo e dos de outros importantes rios no sertão baiano, assim como o acréscimo do segundo caminho Bahia/Pernambuco, são outros indícios que, como vem sendo apontado, Antonil consultou a carta para escrever seus apontamentos e foi um dos co-autores posteriores do mapa, preferindo não nomear os rios que Cocleo também não tinha atribuído nomes e para os quais, conforme revela Massuy, suas informações eram ainda pouco seguras em relação à ordem com que apareciam ao caminhante.

#### 4.8. *A falta de limites nas jurisdições internas religiosas*

A Bula papal *Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo* de Inocêncio XI elevou, em 1676, a Diocese de Salvador da Bahia à província eclesiástica, ou seja, à categoria de Arquidiocese e Sede Metropolitana. Nessa ocasião, as antigas Prelazias de São Sebastião e Olinda foram alçadas à condição de Dioceses sufragâneas à Arquidiocese. A esta foi designado o território compreendido “da margem austral do rio de São Francisco”, que ao norte fazia limites com o bispado de Pernambuco e ao sul tinha sua jurisdição chegando até a capitania do Espírito Santo.<sup>848</sup> Ao Bispado do Rio de Janeiro, a Bula estipulou que permanecesse a mesma competência da antiga Prelazia: “todo território que se estende pela costa marítima do Brasil desde o rio Jequitinhonha, então capitania de Porto Seguro,

---

<sup>848</sup> CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias históricas, e políticas de Província da Bahia*, v. 4, p. 22-23.

até o rio da Prata; e pelo interior desde a costa marítima até os confins do Brasil com as atuais repúblicas vizinhas, então pertencentes ao domínio espanhol”.<sup>849</sup>

A descoberta das minas, principalmente as do Serro Frio e Itacambira, a partir do ano de 1700, acirrou tanto os interesses político-administrativos, como os ânimos religiosos. De 1701 até pelo menos 1706, o arcebispo Sebastião da Vide dirigiu repetidas cartas ao rei e ao novo Governador-geral, dom Rodrigo da Costa, relatando os distúrbios causados pelo cônego Gaspar Ribeiro Pereira, enviado pelo Bispado do Rio de Janeiro à região, e exigindo providências para o estabelecimento dos limites da sua arquidiocese:

Achando-se nas Minas, que estão na Cabeceira do Rio das Velhas o Padre Manoel de Castro e Moraes, mandado pelo Cabido em Sé Vacante com o poder de Vigário da Vara, se encontrara outro Vigário, mandado do Rio de Janeiro, às mesmas Minas, e que querendo cada um deles usar do seu poder, se originaram tais desordens, que cada qual tratou de fulminar censuras, não só um contra o outro, mas também contra os fatores de uma, e outra parte, de que tendo aviso, mandará logo suspender o dito Padre Manoel de Castro da Jurisdição que lhe tinha concedido o Cabido, deixando-lhe só para poder levantar as censuras, que havia posto, e absolver os declarados, e que logo se retirasse; o que procedia de se não saber o distrito de cada uma das Dioceses desse Estado.<sup>850</sup>

A dom Rodrigo foi determinado que examinasse na Secretaria de Estado,

ou na “Provedoria da Fazenda (em razão da arrecadação dos dízimos) quais são as Capitânicas sujeitas a jurisdição e demarcação desse Governo, e da mesma maneira as que pertencem ao do Rio de Janeiro, e feito esse exame remetais o que achardes sobre ele ao meu Conselho Ultramarino valendo-vos também do Padre Jacobo Cocleo da Companhia de Jesus.”<sup>851</sup>

Conforme o próprio governador informara, o mapa se encontrava fora da Provedoria, em posse de dom João Lencastre. Por essa razão, dom Rodrigo fez uso apenas da descrição

<sup>849</sup> FEDALTO, Padre Pedro. *Arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba: 1958, p. 14.

<sup>850</sup> CARTA do rei ao governador dom Rodrigo dos da Costa sobre quais são as Capitânicas Sujeitas à jurisdição e demarcação deste Governo Geral, e as que pertencem ao do Rio de Janeiro. Lisboa, 26 de janeiro de 1704. *DH. Provisões, patentes, alvarás, cartas (1692-1712)*, p. 255-256, v. XXXIV, 1936. CARTA de resposta de Luís Cesar de Meneses acerca da pretensão que o arcebispo desta cidade e o bispo do Rio de Janeiro têm à administração dos moradores do Serro Frio e Tucumbira. Lisboa, 25 de agosto de 1706. *DH*, Rio de Janeiro, p. 269-270, v. XXXIV, 1936.

<sup>851</sup> CARTA do rei ao governador dom Rodrigo da Costa sobre quais são as Capitânicas sujeitas à jurisdição e demarcação deste Governo Geral, e as que pertencem ao do Rio de Janeiro. Lisboa, 26 de Janeiro de 1704. *DH*, Rio de Janeiro, p. 255-256, n. XXXIV, 1936.

que o Padre “havia feito de todas as Capitanias deste Estado”.<sup>852</sup> Nela, Cocleo declarou que

as Capitanias, que no secular estão sujeitas a este Governo Geral da Parte Sul, são a dos Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente, em que se incluem as Vilas de São Paulo, Santos, e as mais anexas a ela: do Norte: as de Sergipe del-Rei, Paraíba, Rio Grande e Rio de São Francisco, e assim também são Pernambuco e Rio de Janeiro.

As que pertencem a este Arcebispado, é a de Ilhéus, Porto Seguro, Sergipe del-Rei e esta da Bahia, que compreende até o Rio de São Francisco da parte Sul.<sup>853</sup>

No que diz respeito à administração secular, a representação do mapa de Cocleo encontrava-se defasada, o que indica que ele não atualizou o arrolamento das capitanias, uma vez que tal descrição foi a que seguiu para Lisboa. Desde 1697, Artur de Sá havia recebido a incumbência de tratar dos negócios das minas de forma independente ao governo-geral. Em 1698, a Capitania de São Paulo passou à jurisdição do Rio de Janeiro, e no ano seguinte foi a vez da Colônia do Sacramento.<sup>854</sup> Por outro lado, quanto à questão da jurisdição espiritual, a descrição bastante genérica dos limites feita pelo padre, praticamente, insere a região das minas no Arcebispado da Bahia.

O memorialista Inácio de Accioli de Cerqueira e Silva credita à “falta de dados oficiais para conhecer tais limites” e à informação “pouco satisfatória” passada por “Jacob Coelho” o motivo pelo qual o poder metropolitano preferiu não intervir na celeuma.<sup>855</sup> Aqui, parece que estamos diante de um típico caso de anacronismo histórico. Cocleo estava trabalhando em uma encomenda do governador-geral, e, por mais que tenha feito escolhas, ele registrou o conhecimento geográfico que se tinha à época. O

<sup>852</sup> CARTA de dom Rodrigo da Costa ao padre. Bahia, 23 de Junho de 1704. *DH. Correspondência dos governadores gerais (1704-1714)*, Rio de Janeiro, p. 137-138, v. XL, 1936.

<sup>853</sup> RESPOSTA do governador dom Rodrigo da Costa ao Rei. Bahia, 29 de Janeiro de 1704. *DH, Rio de Janeiro*, p. 257, n. XXXIV, 1936.

<sup>854</sup> DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Senhores Governadores*, p. 93.

<sup>855</sup> CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias históricas, e políticas de Província da Bahia*, v. 4, nota 15, p. 23.

próprio Antonil, que escreveu meia década depois desse episódio, ressaltou que “os mandos de uma e outra parte, ou como cura ou como visitantes, se achavam bastante embaraçados”.<sup>856</sup> Por fim, as considerações feitas em Portugal também seguiram nessa direção. As cartas trocadas entre as autoridades indicam que, no contexto das desavenças entre o Arcebispado e o Bispado carioca, existiram, pelo menos, dois grupos locais e antagônicos em disputa na e pela região das minas. De um lado, o capitão-mor Antônio Soares Ferreira, descobridor e guarda-mor das minas de ouro do Serro Frio e Tucambira, e “todo o povo” adepto aos padres enviados pelo Arcebispo. De outro, o cônego Gaspar Ribeiro Pereira, que como visitador interessado em colar-se vigário das Minas chegou à região e, “sem certeza de lhe pertencerem essas minas, como se fosse da sua jurisdição”, foi logo fazendo várias excomunhões. Quanto a ilegalidade delas foi advertido pelo governador-geral dom Rodrigo de Meneses da Bahia:

Sobre as excomunhões que Vossa Mercê tem posto ao Cura dos distritos do Serro do Frio e Tucambira, que está exercendo por nomeação daquele Povo, e do Guarda-mor das minas dos mesmos distritos por parte deste Arcebispado, há dois anos, sem contradição digo sem controvérsia alguma: e como as ditas minas estão nas terras da jurisdição desta Capitania, não parece justo, que Vossa Mercê se queira intrometer, na que pode não lhe tocar, e quando pertence ao Rio de Janeiro, como Vossa Mercê quer, sem que se desembainhe a espada da Igreja.<sup>857</sup>

Concomitantemente ao processo aberto na Relação do Estado e à investigação do procurador da Fazenda, dom Rodrigo de Meneses enviou uma carta ao bispo do Rio de Janeiro para que ele livrasse o povo da grande perturbação e ordenasse ao cônego que

---

<sup>856</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*, p. 245.

<sup>857</sup> CARTA para o cônego Gaspar Ribeiro Pereira, sobre as excomunhões que tem posto ao Cura dos distritos do Serro do Frio e Tucambira. Bahia, 17 de Março de 1705. *DH. Correspondência dos governadores gerais (1705-1711)*, Rio de Janeiro, p. 17, v. XLI, 1938.

não prosseguisse mais no negócio, com mais excomunhões, até a decisão da causa.<sup>858</sup> O efeito foi o oposto ao pretendido. Gaspar Ribeiro não só continuou como intensificou os procedimentos apoiado pelo bispo do Rio de Janeiro, pois defendia que as Minas se encontravam sob sua jurisdição.<sup>859</sup>

Pouco após a iniciativa do governador-geral, as autoridades metropolitanas também se posicionaram determinando seu afastamento, mas não devido às queixas do arcebispo e sim pela usurpação de suas jurisdições. De posse das informações colhidas pelo Provedor, o Conselho Ultramarino chegou à conclusão de que era evidente que o cônego fora enviado às minas a mando do governador do Rio de Janeiro, dom Álvaro da Silveira, “que tinha negócio nas minas” mesmo “sendo-lhe de todo proibido”. A situação era ainda pior, porque o religioso foi enviado como visitador só para tratar “dos bens espirituais”, como “encomendar os vícios e pôr as almas daqueles moradores no caminho da salvação”, mas, de maneira escandalosa, comerciava na região, tirando grandes vantagens. Diante de seu mau comportamento, foi solicitado ao bispo dom Francisco de São Jerônimo que fizesse “logo apartar das minas” o cônego.<sup>860</sup>

Apesar do poder metropolitano não ter se posicionado a respeito do limite de jurisdição propriamente dito e do desfecho ter sido favorável às pretensões do arcebispo em detrimento as do bispo carioca, o fato da descrição das capitanias feita pelo Padre Cocleo ter sido consultada, uma vez que o mapa correspondente se encontrava fora da

---

<sup>858</sup> CARTA para o capitão-mor Antônio Soares Ferreira, guarda-mor das Minas de Ouro do Serro do Frio e Itucambira, sobre o visitador Gaspar Ribeiro Pereira excomungar o povo das mesmas minas. Bahia, 17 de Março de 1705. *DH*, Rio de Janeiro, p. 5, v. XLI, 1938.

<sup>859</sup> CARTA Régia sobre se despachar a causa que corre Juízo no da Coroa acerca da pretensão que o arcebispo desta cidade e o bispo do Rio de Janeiro têm à administração dos moradores do Serro Frio e Tucumbira. Lisboa, 16 de setembro de 1705. *DH*, Rio de Janeiro, p. 268-269, n. XXXIV, 1936.

<sup>860</sup> AHU. Rio de Janeiro, Eduardo de Castro Almeida. Cx. 14, doc. 2854. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre os inconvenientes que os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro indicavam e o grande risco que adviria de se não proibirem as licenças de passagens para as minas. Lisboa, 27 de janeiro de 1705.

Provedoria permite inferir que nos dois mapas desaparecidos a divisão da jurisdição estivesse desenhada. Do mesmo modo, as representações do Arcebispado e do Bispado carioca, assim como a ausência de qualquer tipo de demarcação das jurisdições na cópia setecentista autorizam concluir, mais uma vez, que a sua função primordial era a ornamentação.

#### 4.9. *A falta de limites nas jurisdições das novas vilas baianas*

Nessa mesma época, os moradores das novas vilas erigidas no Recôncavo baiano e no distrito de Sergipe queixavam-se ao rei sobre as divisões realizadas no termo da cidade da Bahia (Salvador). Essas fragmentações, como revelou Cláudia Damasceno para Minas Gerais, geravam tensões e disputas entre moradores e camaristas<sup>861</sup> e muito frequentemente as autoridades solicitavam a feitura de mapas para definir os limites entre as vilas e resolver as contendas. Nesse caso, em 1704, o monarca ordenou a dom Rodrigo da Costa que “mandasse fazer as plantas dessas vilas”, informando as distâncias entre elas e esta cidade.<sup>862</sup> Nessa ocasião, o Padre Cocleo não emitiu nenhum parecer sobre o assunto, mas o mapa que ele produziu, e que se encontrava no cofre da câmara, foi utilizado e consultado para resolver as dúvidas.

Em 1710, a região questionada pelos moradores englobava as vilas de Santo Antônio do Boipeba, criada em meados do século XVI (1); a de Nossa Senhora do

---

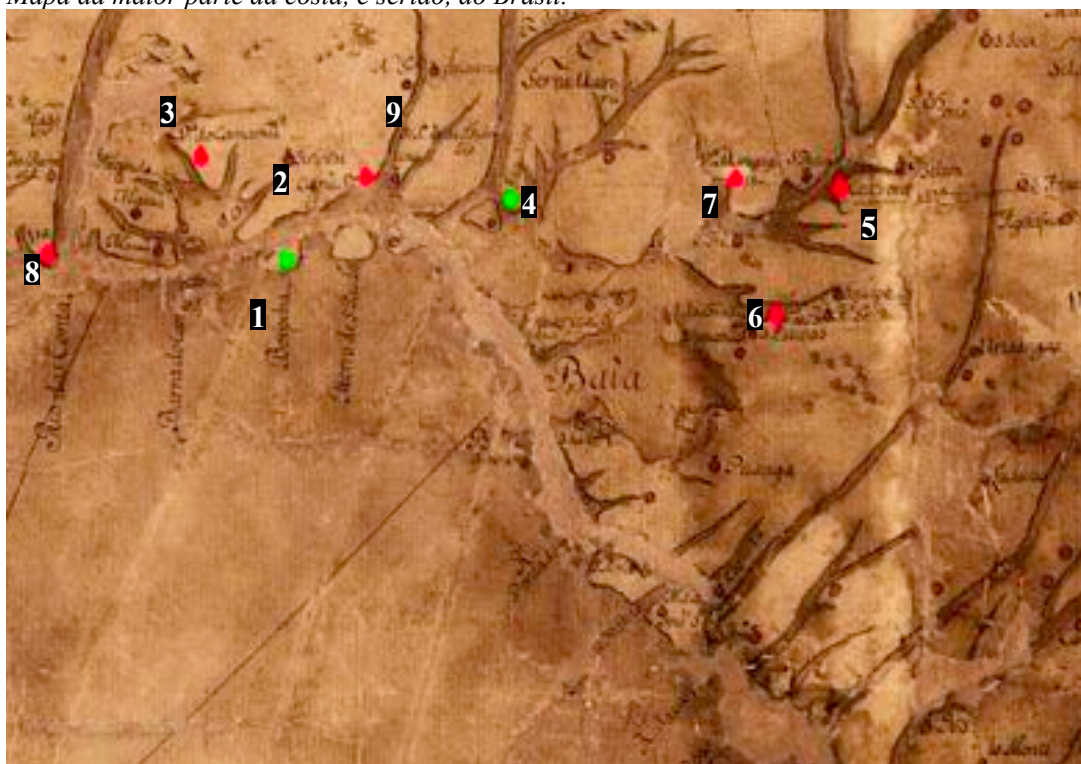
<sup>861</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. “A criação das paróquias e os limites dos bispados”. In: *Arraias e vilas d’el Rei: espaço poder nas minas setecentistas*, p. 118-123.

<sup>862</sup> CARTA sobre mandar Sua Majestade plantas das Vilas do Recôncavo desta cidade. Lisboa, 29 de janeiro de 1704, p. 260-261. *DH. Provisões, patentes, alvarás, cartas (1692-1712)*, p. 255-256, v. XXXIV, 1936.



Rosário do Cairú, elevada em 1608 (2); a de Nossa Senhora da Assunção de Macamamu (Camamu), em 1693 (3); a de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, em 1697 (4)<sup>863</sup>; a de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu (5) e a de São Francisco da Barra do Conde (6),<sup>864</sup> ambas fundadas em 1698. Destas, apenas Boipeba e Jaguaripe, ressaltadas em verde, não foram identificadas como “vilas” na cópia setecentista (Figura 60).

**Figura 60:** Detalhe das regiões do Recôncavo baiano com a representação das principais vilas no *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

<sup>863</sup> GIL, Tiago. “Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe”. In: BiblioAtlas — Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Nossa\\_Senhora\\_da\\_Ajuda\\_de\\_Jaguaripe](http://lhs.unb.br/atlas/Nossa_Senhora_da_Ajuda_de_Jaguaripe). Data de acesso: 26 de agosto de 2020.

<sup>864</sup> GIL, Tiago. “São Francisco da Barra de Sergipe do Conde”. In: BiblioAtlas — Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o\\_Francisco\\_da\\_Barra\\_de\\_Sergipe\\_do\\_Conde](http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o_Francisco_da_Barra_de_Sergipe_do_Conde). Data de acesso: 26 de agosto de 2020.

No entanto, vilas criadas após 1710 — como a vila de São Bartolomeu do Maragogipe, fundada em 1728 (7),<sup>865</sup> e a vila da Barra do Rio das Contas, em 1732 (8)<sup>866</sup> — figuram no documento. Da mesma forma, estão assinaladas na parte superior do rio das Contas, a antiga vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Contas, criada em 1724,<sup>867</sup> e a Aldeia de São Fidelis do Rio Una (9), entre as vilas de Cairú e Jaguaribe, esta criada pelo vice-rei conde de Arcos, em 1756.<sup>868</sup> Quando da criação da vila do Rio das Contas, foi exarada a ordem “para que o Ouvidor da Comarca do Serro Frio” levantasse também a vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí.<sup>869</sup> Esta não só não aparece assinalada, como nem mesmo a povoação está representada. A representação dessas últimas vilas e aldeias, por um lado, revelam que a carta continuou a receber atualizações e inserções mesmo após a morte do padre. Como não há rasuras nesses trechos, por exemplo um arraial tendo seu nome corrigido para vila, pode-se inferir que foram todos acréscimos posteriores, servindo o mapa de Cocleo de carta base da cópia, a qual foi sendo constantemente atualizada. Mas, a ausência de algumas vilas, que não podem ser explicadas pelas datas em que as mesmas foram criadas, visto que outras da mesma época foram acrescentadas, apontam, de outro lado, que tais inserções

<sup>865</sup> RENDEIRO, Manoel. “São Bartolomeu do Maragogipe”. In: BiblioAtlas — Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o\\_Bartolomeu\\_do\\_Maragogipe](http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o_Bartolomeu_do_Maragogipe). Data de acesso: 26 de agosto de 2020.

<sup>866</sup> GIL, Tiago. “Barra do Rio de Contas”. In: BiblioAtlas — Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Barra\\_do\\_Rio\\_de\\_Contas](http://lhs.unb.br/atlas/Barra_do_Rio_de_Contas). Data de acesso: 26 de agosto de 2020.

<sup>867</sup> FBN. Manuscrito II-33,26,039. CARTA Régia ao conde de Galvêas, comunicando que, atendendo a representação dos moradores e informações recebidas, resolvera mudar a vila do Rio das Contas para local mais a propósito. Lisboa, 2 de outubro de 1745. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1483704/mss1483704.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483704/mss1483704.pdf). Data de acesso: 26 de agosto de 2020.

<sup>868</sup> MOTT, Luiz. *Bahia: Inquisição & Sociedade*, Salvador: EDUFBA, 2010, p. 215. CF. ANDRADE, Adriano Bittencourt. “A espacialização da rede urbano Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica. *Arquivos do Museu de História Natural do Jardim Botânico, Belo horizonte*, v. XX, t.1, p. 15-36, 2011.

<sup>869</sup> CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias históricas, e políticas de Província da Bahia*, v. 4, p. 91. CF: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Viana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 69.

ou a ausência delas, foram determinadas pelos coautores segundo as novas demandas e os novos usos que carta alcançava ao longo do tempo. É importante lembrar que o Padre foi consultado para solucionar contendas de jurisdições civis e eclesiásticas e, nesse sentido, saber a posição das vilas era essencial para definir os territórios sobre as jurisdições em disputa.

O sargento-mor, engenheiro e professor da Aula de Fortificação da Cidade de Salvador Antônio Rodrigues Ribeiro<sup>870</sup> foi encarregado por dom João Lencastre para desenhar e construir os fortes da urbe. Todavia, até 1710, devido às desavenças entre ele e os futuros governadores, as fortalezas do Morro de São Paulo e da vila de Camamu não haviam sido ainda finalizadas. Apesar de ser descrito como extravagante, de pouca ciência e de gênio terrível, o que o fazia insociável com todos, em 1705, Antônio Rodrigues foi novamente encarregado por dom Rodrigo de desenhar as plantas das vilas para resolver as divisões do termo da cidade de Salvador, com a criação de novas vilas, sendo-lhe aconselhado consultar o mapa de Cocleo.<sup>871</sup> A *Planta da vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe* (Figura 61) contém, além das informações solicitadas pela Coroa, a opinião do engenheiro acerca da contenda que envolvia os doutores Belchior de Souza Vila Boas e Estevão Ferras de Campos, bem como o reverendo Vigário, a respeito do sítio ideal para essa praça. Por suas informações, fica-se sabendo não só que consultou o mapa e o copiou, mas que o mesmo se encontrava guardado nos cofres da Câmara de Salvador.

---

<sup>870</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio*, p. 220.

<sup>871</sup> CF: LINS, Eugênio de Ávila. “Engenheiro Antônio Rodrigues Ribeiro e sua prática profissional na Bahia setecentista”. *Actas do VII Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte: Artistas e Artífices e suas mobilidades no mundo de expressão portuguesa*, Porto, 2005.

**Figura 61:** *Planta da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe* feita no ano de 1705 por ordem do senhor dom Rodrigo da Costa governador e capitão General do Estado do Brasil.



Fonte: AHU. Cartografia. Bahia, doc. 0959.

Dista a dita Vila da Cidade da Bahia 13 ou 14 léguas e é o lugar mais aprazível e lavado de bons ares [do que qualquer outra] das três que se erigiram no recôncavo da dita cidade e seu termo. Começa na Barra de [Taparandé] e seguindo o rio pelo meio até [a Timbora] e daí faz quase linha reta ao rio Patipe, cortando rio Giquiriça e da boca do Patipe pelo meio da Barra de Jaguaripe [exclusive] a Ilha de Itaparica torna a dita Barra [Tapandaré], segundo a divisão feita pelo Reverendo Padre Jacobo Cocleo que achei no [cacifo] da Câmara em que o Escrivão dela me permitiu tomar as notícias que não podia alcançar sem largo tempo e embarcações que se me dificultaram por conta da Fazenda Real com o pretexto de não haver exemplo. Mas [convindo] ao serviço de Sua Majestade que Deus Guarde que se [fazia] Mapa de cada um dos termos das Vilas novamente eretas é precisamente necessário embarcações para os correr mar e cavalos para se ir de uns sítios a outros por terra se conhecer de sua qualidade e grandeza.<sup>872</sup>

As palavras do sargento-mor a respeito da urgência e das dificuldades dele percorrer as grandes distâncias permitem inferir que o *Mapa das entradas das Barras exterior e interior da Vila do Camamu*, desenhado pelo engenheiro Gregório Gomes Henriques, em 1707 (Anexo 10) se baseou nos trabalhos do Padre Cocleo. Lente da cidade do Rio de Janeiro, com experiência nas fortificações da Nova Colônia do Sacramento,<sup>873</sup> o engenheiro chegou à cidade por causa das desavenças entre Antônio Rodrigues e o governador-geral dom Luís Cesar de Meneses. Contudo, em meados de 1708, Meneses já lamentava a morte do recém-chegado. Segundo ele, “foi Deus servido levar para si dentro em poucos dias o dito engenheiro Gregório Gomes”. O governador aproveitou a ocasião para solicitar um novo profissional que não fosse somente formado na Arte da Fortificação, mas que também tivesse grande capacidade e talento, para que de

<sup>872</sup> AHU. Cartografia. Bahia, doc. 0959. Planta da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe feita no ano de 1705 por ordem do senhor dom Rodrigo da Costa governador e capitão general do Estado do Brasil.

<sup>873</sup> Gregório Gomes Henriques atuou de 1694 a 1698 como capitão engenheiro da Capitania do Rio de Janeiro, incumbido de reparar as suas fortificações. Foi demitido e chegou a ser preso em virtude de erros técnicos de que foi acusado. Em 1699, foi recontratado como lente na Aula de Fortificação da cidade o Rio de Janeiro, e no ano seguinte seguiu para a Colônia do Sacramento. TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 218.

alguma maneira pudesse fiscalizar as extravagâncias do sargento-mor, que tinha “a maior parte das obras” “ainda por medir”.<sup>874</sup> No curto espaço de um ano, Gregório Gomes não só fiscalizou o trabalho de Antônio Rodrigues, como também produziu o mapa da vila de Camamu e refez a planta da fortaleza do Morro de São Paulo, apoiando-se na cartografia de Cocleo. Outros que se valeram quase simultaneamente dos mapas do jesuíta, já na passagem do século XVIII para o XIX, foram António Pires da Silva Pontes Leme e Luiz dos Santos Vilhena. A última parte desse capítulo aborda esses usos.

#### 4.10. *O Recôncavo baiano de Vilhena*

Apesar das poucas informações remanescentes sobre Vilhena (1744-1814), sabe-se que ele foi promovido a professor da Cadeira de Língua Grega da Cidade da Bahia, em 1787, muito provavelmente na Aula de Fortificação e Artilharia, a congênere da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar lisboeta, a qual originalmente havia se candidatado dois anos antes.<sup>875</sup> Em 1798, quando “estava com certeza a trabalhar na sua obra” *Recopilação de Notícias soteropolitanas e brasílicas*, solicitou prorrogação para continuar lecionando

<sup>874</sup> AHU. Bahia. Cx. 6, doc. 470. 11 SEP CARTA do governador-geral do Brasil Luís César de Menezes ao rei [D. João V] sobre ter falecido o engenheiro Gregório Gomes e solicitando o envio de outro engenheiro para assistir as obras de fortificações daquela praça. Bahia, 29 de julho de 1708. Miguel Pereira da Costa foi o engenheiro que substituiu Gregório Gomes, nomeado tenente mestre de Campo da Bahia em 1709. De acordo com Mário Mendonça, ele “participou ativamente dos principais trabalhos de defesa da primeira metade do século XVIII”. OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações de Salvador quando cabeça do Estado do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2005, p. 98.

<sup>875</sup> A candidatura oficial ocorreu por volta de 1785 para a regência da cátedra de grego na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar em Lisboa, mais tarde Academia Militar da Corte. WEIMER, Günter. “Luiz dos Santos Vilhena: um cronista pioneiro do Rio Grande e de Porto Alegre”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 84, n. 146, Janeiro de 2012.

nela por mais seis anos.<sup>876</sup> Padecendo de muitas moléstias, porém, retornou à Metrópole em dezembro do ano seguinte.<sup>877</sup> Na ocasião, o cronista levou consigo o manuscrito até então composto de vinte e uma cartas, escritas<sup>878</sup> em conformidade com os costumes dos literatos da época, a *Arcádia Lusitana*. Nelas, o autor “usou o pseudônimo Amador Veríssimo de Aleteia para relatar seus conhecimentos na forma epistolar em textos que seriam mandados para um amigo fantasioso com o nome de Filopono”.<sup>879</sup> A obra foi publicada em Lisboa, em 1802, acrescida de três epístolas endereçadas a outro amigo, o Patrífilo.

O trabalho foi dedicado ao príncipe regente, futuro dom João VI, que nunca o leu e o transferiu ao ministro encarregado de assuntos do Brasil, o já citado dom Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares, que animou Vilhena a completá-la. Posteriormente, o cronista “remetera a 21<sup>a</sup> (que se perdeu) e declarara que atendendo a recomendação de dom Rodrigo compusera a última parte do seu trabalho que oferecia ao mesmo ministro”.<sup>880</sup> A obra manuscrita e autografada<sup>881</sup> retornou ao Brasil por volta de 1813, quando foram remetidos “mapas geográficos, planos topográficos, plantas de fortalezas e respectivas memórias, guardadas nos Arquivos de Lisboa, para evitar que

---

<sup>876</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias soteropolitanas e brasílicas*, t. 1, p. IV.

<sup>877</sup> LAGES, Luciene. “*As Notícias Soteropolitanas e Brasílicas* de Vilhena e a educação no Brasil do século XVIII”. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, p. 108, n. 48, Julho-Dezembro, 2013.

<sup>878</sup> A última teve que ser reescrita, pois foi perdida durante a viagem.

<sup>879</sup> WEIMER, Günter. “Luiz dos Santos Vilhena”, p. 85.

<sup>880</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*, t. 1, p. XIII. Cf. WEIMER, Günter. “Luiz dos Santos Vilhena”, p. 83.

<sup>881</sup> FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 050,04,016. VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*. Lisboa: [s.n.], v. 1, 1802. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss\\_50\\_4\\_016.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss_50_4_016.pdf). Acesso em: 20 Março de 2020.

caíssem em poder dos invasores” franceses, como já informado.<sup>882</sup> Hoje, ela faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.<sup>883</sup>

“Feita e ordenada para servir na parte que convier de elementos para a História do Brasil” a obra de Vilhena versa sobre costumes, habitantes, economia, política, educação, comércio, recursos militares e outros assuntos relacionados a várias Capitanias. Expostas no formato de um catálogo descritivo, “cada carta pode ser analisada e lida separadamente, sem prejuízo às notícias das demais cartas”.<sup>884</sup> As dezesseis primeiras são dedicadas à Capitania da Bahia, que à época englobava as Comarcas do Espírito Santo, Jacobina e Sergipe d’El Rei.<sup>885</sup> Para facilitar o entendimento “dos lugares, sítios, povoações, rios, fortalezas, etc.”, o cronista juntou ao manuscrito que entregara ao ministro “uma pequena coleção de Plantas Geográficas, Hidrográficas, Planos e Prospectos” composta de vinte e nove desenhos. Em suas palavras,<sup>886</sup>

depois de muitas combinações, e ensaios repetidos perante a sujeitos não só naturais, como versadíssimos nos países, e paragens formei partes das que te envio havendo-as reduzido numa igual graduação, sem omitir povoações, rios, serras, matas, e lugares mais ponderáveis, comprovadas as situações, direções, e latitudes, tanto por alguns manuscritos, e impressos por pessoas inteligentes, e práticas dos lugares, quando em parte as combinei com algumas plantas já estampadas, quanto às graduações, vindo descobrir em algumas erros crassos, sejam impressos de um em outro rio, e rumos falsos que outros seguem, muitas daquelas cartas levantadas sobre tradições de viajantes transmitidas já de muito para muitos, chegando talvez ao Geógrafo tão adulteradas, que poucos visos tem de verdade.<sup>887</sup>

<sup>882</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, t. 2, p. 382.

<sup>883</sup> Os mapas remetidos de Lisboa passaram todos ao Arquivo Militar do Rio de Janeiro, criado em 1808. Em 1881 houve uma grande exposição de História do Brasil, na qual a maior partes das obras da seção dedicada à cartografia era oriunda do Arquivo Militar. Terminada a exposição, parte do material exposto permaneceu na própria Biblioteca Nacional, e esse deve ter sido o caso da obra de Vilhena.

<sup>884</sup> SANTOS, Mayara Menezes. *Vilhena, colono ilustrado: a fronteira entre o literário e o histórico no estilo clássico português*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2018, p. 56. (Letras, Dissertação de mestrado).

<sup>885</sup> LAGES, Luciene. “*As Notícias Sotepolitanas e Brasilicas* de Vilhena e a educação no Brasil do século XVIII”, p. 108.

<sup>886</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias soteporitanas e brasilicas*, t. 3, p. 785.

<sup>887</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias soteporitanas e brasilicas*, t. 3, p. 786.



Para a produção da sua coleção, Vilhena disse ter reunido — com uma “despesa não pequena” — um volume suficiente de “todas as plantas não vulgares” de várias partes do Brasil, que iam dos conhecidos mapas de Gaspar Barleaus a cópias anônimas e outras que conseguiu de “sujeitos generosos”. Para a região que corre ao sul da Bahia, “coberto de gentio bravo”, por exemplo, ele fez uso dos traços dos “Pilotos da terra”, sujeitos de gênio que, apesar de “não fazerem observações Matemáticas” ou “lançar linhas geométricas”, acompanhavam as Bandeiras “munidos de instrumentos” que tomavam alturas, conheciam rumos e mediam as distâncias. Além desses, Vilhena fez uso dos trabalhos de “homens de mais alta esfera, e talentos, a quem não faltaram luzes de Geometria”. Entre os engenheiros e outros militares bem instruídos figuraram o coronel José Custódio, com as informações “do Rio Grande e Santa Catarina até o Rio da Prata”, como também as da Capitania de São Paulo; do famoso Francisco Tosi Colombina, que participou das Partidas de Limites portuguesas no centro-oeste, que se seguiram ao Tratado de Madrid (1750), foi utilizada a *Carta Geográfica da Capitania de Goiás*; para as plantas da Cidade da Bahia foram empregadas as das fortificações e dos diques do Brigadeiro Florentino João Massé e o prospecto do Sargento-mor José Antônio de Caldas. Vilhena ainda fez uso de informes e mapas dos religiosos da Companhia de Jesus, “não só perríssimos nesse Continente, e sertões onde entravam a missionar, observando tudo com esquisita miudeza”. Entres estes, aponta o Padre Jacob Cocleo, “que levantou a *carta da Costa do Brasil*”, e os Padres Diogo Soares e Domingo Cappacci, matemáticos de profissão, que levantaram as cartas das Capitanias do Sul.<sup>888</sup> Vilhena não produziu plantas geográficas e hidrográficas de toda a Colônia, e as que ele consultou não estavam

---

<sup>888</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Noticias soteporitanas e brasílicas*, t. 3, p. 787-790.

padronizadas,<sup>889</sup> ou “com uma igual graduação”, como ele mesmo lamentou. Em alguns casos as escalas eram muito diferentes e, em outros, não foram desenhadas as latitudes e as longitudes. A região mais meridional registrada foi a Capitania de São Pedro do Sul, um pouco abaixo da Lagoa dos Patos.<sup>890</sup> Já o ponto mais setentrional é a Ponta do Cabo do Mucuripe, no Ceará, enquanto a região mais oeste está balizada pelos cursos dos rios Parnaíba<sup>891</sup> e São Francisco, quando esse último toma a direção sul-norte.<sup>892</sup> É interessante notar que, segundo essa descrição de Vilhena, nenhuma das plantas que consultou representa os extremos norte e sul e as terras mais a oeste da Colônia. Em outras palavras, apesar de não constituírem uma unidade contínua, os registros se inserem na mesma região representada no *Mapa da maior parte do Brasil*.<sup>893</sup> Contudo, do mesmo modo como ocorre com as cartas manuscritas, a maior parte dos registros cartográficos de Vilhena diz respeito à Capitania da Bahia e adjacências. Em dois desses, afirma ter feito uso dos conhecimentos do Padre Cocleo. (Figuras 62 e 63)

A planta, que junto e compreende, parte da Capitania de Minas Gerais, Minas Novas, e parte da Comarca da Jacobina, a qual tem merecido aprovação dos que bem conhecem todos aqueles países,

---

<sup>889</sup> Em seus mapas, Vilhena utilizou referências em braças, palmos, léguas, milhas, léguas e léguas francesas.

<sup>890</sup> FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 50,05,014. *Planta geográfica que compreende parte do terreno da Capitania de S. Pedro do Sul que pelo interior termina na margem do Rio Pelotas, e no Sítio das Torres pela costa que deve principiar na Ilha de Sta. Catarina, e terminar ao sul do Arroyo Taim*, 1801. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304807\\_11.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304807_11.jpg). Acesso em: 20 Março de 2020.

<sup>891</sup> FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 50,05,014. *Planta da Comarca do Ceará grande, e seguindo pelo sertão até a Cidade da Bahia de Todos os Santos*, 1801. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304809\\_13.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304809_13.jpg). Acesso em: 20 março de 2020.

<sup>892</sup> FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 50,05,014. *Planta geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte das de Ilhéus, e Jacobina com a direção da costa que vai do banco do Rio de S. Francisco até os Rio das Contas*, 1801. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304806\\_10.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304806_10.jpg). Acesso em: 20 março de 2020.

<sup>893</sup> “A carta retrata um trecho do atual território brasileiro, aproximadamente entre as latitudes -1° e -30°, e entre as longitudes 333° e 349°. CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica, p. 2.

vindo a ficar mais estimável com a continuação do terreno, e curso dos riquíssimos, e caudalosos rios dos que continuei até a costa do Mar compreendendo a Capitania do Espírito Santo, as Comarcas inteiras de Porto Seguro, Ilhéus, e parte daquela da Bahia, guiando-me não só por algumas cópias tiradas da carta do Padre Cocleo, e de outras anônimas, como por combinações de práticos, bandeiristas, e aventureiros temerários, que tem penetrado aqueles sertões.

O terreno que medeia entre a Bahia, e o Rios São de Francisco, é igualmente devido aos fragmentos do Padre Cocleo, e a alguns hábeis observadores. Não marquei nas cabeceiras desse terreno alguns sítios, serras e terrenos por duvidar da sua verdadeira posição, não querendo fiar-me em um informe esboço, que alcancei tenho porém a certeza de que por ali ficar a serra da Borracha, sertão de Rodelas, o de Curaçá, Curral dos bois, Geremoabo, travessia dos Juazeiro e outros mais.<sup>894</sup>

Uma informação importante salta aos olhos nesse trecho. Vilhena se refere a cópias e fragmentos tirados do mapa de Cocleo. De um lado, isso aponta que a cópia setecentista em formato mural não foi a única produzida a partir dos dois mapas originais, revelando a generalização do mecanismo da cópia. Não se pode esquecer, como informara o sargento-mor Antônio Rodrigues Ribeiro, cópias do mapa já eram feitas desde o início dos setecentos, com o intuito de atender às autoridades coloniais. De outro, revela a ampla circulação da representação conferida ao território da costa do Brasil por esse jesuíta, um interessante indício das formas de recepção de sua carta, que devem ter sido mais numerosas do que as identificadas nesse trabalho.

---

<sup>894</sup>VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Noticias soteporitanas e brasílicas*, t. 3, p. 788.

**Figura 62:** Planta geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte das de Ilhéus, e Jacobina com a direção da costa que vai da [barra] do Rio de S. Francisco até os Rio das Contas, muito conforme o que havia feito da Costa do Brasil o padre Cocleo, Religioso da Companhia além de curiosos posteriores a ele.



Fonte: FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 50,05,014. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304806\\_10.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304806_10.jpg). Acesso em: 20 março de 2020.

**Figura 63:** *Planta geográfica do continente, que corre da Bahia de Todos os Santos até a Capitania do Espírito Santo, e da Costa do Mar até o Rio Francisco, em que se contém o que há mais espectacular (sic.) e descoberto nas Comarcas pertencentes as Capitánias da Bahia e Minas Geraes, nela compreendidas, para melhor inteligência das Cartas em que delas se trata.*



**Fonte:** FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 50,05,014. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304804\\_08.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304804_08.jpg). Acesso em: 20 março de 2020.

As duas plantas,<sup>895</sup> figuras 62 e 63, praticamente se completam; ambas estão orientadas para o norte. Apenas na primeira, Vilhena deixou registrado, na legenda, a referência aos trabalhos do padre. Nela, apontou somente as latitudes, que cobrem aproximadamente de 10°30' a 14°30' sul. O rio São Francisco, localizado no topo, está representado na sua extensão oeste-leste, do rio Jacaré até sua barra. Figuram também uma parte da comarca de Alagoas e a parte interior da de Jacobina, além das de Sergipe, Bahia e Ilhéus. Já a segunda planta representa a região baiana, compreendida entre as latitudes 12° e 21° sul e as longitudes 340° e 344° oeste, estas últimas muito próximas às cobertas pela cópia setecentista do padre Cocleo, ou seja, basea-se em algum meridiano cabo-verdiano. O rio São Francisco representado no sentido sul-norte limita todo o lado esquerdo da planta. Nesse mesmo sentido, na parte interior do território, estão dispostas as comarcas de Sabará, Serro Frio, Minas Novas e parte da Jacobina; na posição oposta, na costa, aparece parte da capitania do Espírito Santo até a foz do rio Jacuípe, na Bahia. Vilhena relatou que produziu essa planta a partir de um mapa anônimo das regiões das Minas, e depois a completou até o litoral usando como referência algumas cópias da carta do Padre Cocleo.

De Propósito omiti em todas as plantas muitos riachos de pouca conta, tanto por insignificantes, como porque o ponto em que os copiei não admite mais miudezas. Da mesma forma figurei como mutilados alguns rios pela incerteza da sua direção; A dos principais rios, que nascidos em Minas e pelos sertões, pelo menos é verosímil, a daqueles porém que mostro entrando no rio Doce, eu não afianço de todos, pois que um mapa tão bem informe e sem graduação mostra alguns deles desaguando no rio de S. Matheus, contra a asseveração de alguns práticos que consultei, e me asseveraram que vão fazer barra no mencionado rio Doce.<sup>896</sup>

---

<sup>895</sup> As cartas são XVI, XV, XVI e XVIII, que em síntese analisam a Comarcas de Ilhéus; Comarcas de Porto Seguro; a Comarcas do Espírito Santo, Jacobina e Sergipe D'El rei; e a descoberta e descrição da região das Minas, respectivamente.

<sup>896</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Noticias soteporitanas e brasílicas*, t. 3, p. 788-789.

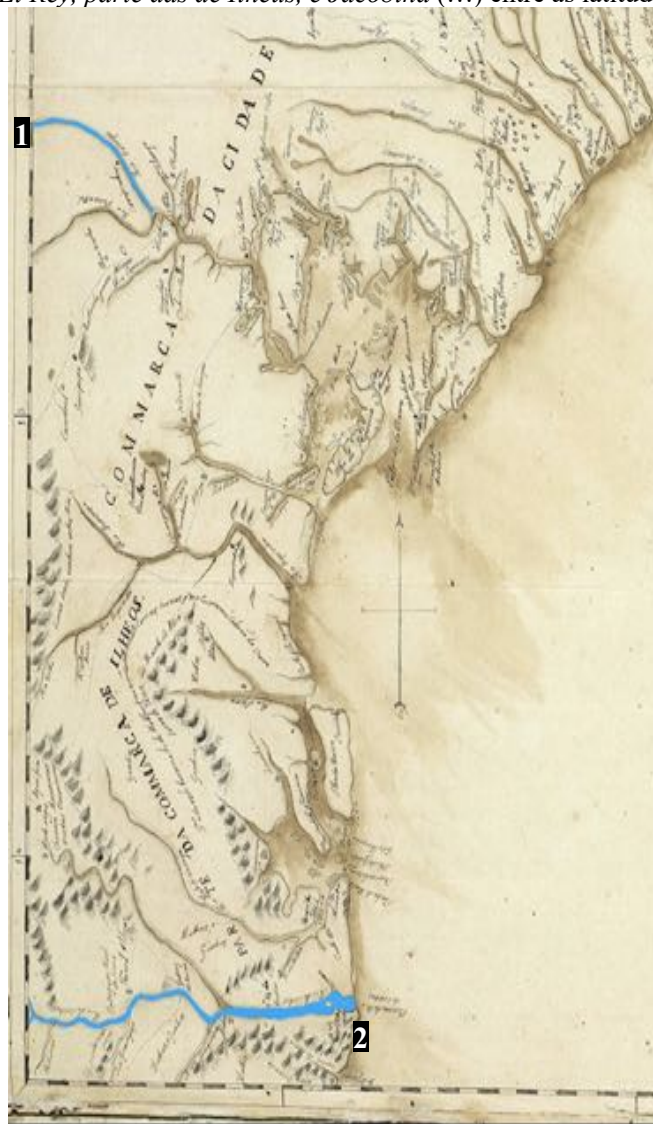
Não é de se estranhar a dificuldade do memorialista em localizar fontes referentes ao rio Doce e seus afluentes. Depois das investidas de dom João Lencastre, foram editadas repetidas proibições para a abertura de caminhos ao longo desse rio. “Ainda em 1773, o Real Erário expedia uma ordem ao governo de Minas Gerais proibindo que qualquer pessoa, sob pretexto algum, passasse pelo rio Doce”.<sup>897</sup> A situação alterou-se exatamente com Silva Pontes, que realizou o primeiro trabalho cartográfico da Capitania do Espírito Santo. O mais importante nessa parte é cotejar as justificativas de Vilhena e as formas como representou a região.

Nos três extratos a seguir, figuras 64, 65 e 66, foram ampliados o trecho que se repete nas duas plantas de Vilhena e no mapa setecentista, o intervalo compreendido entre as latitudes 12° e 14°30' sul, mais ou menos entre a foz do rio Jacuípe (1) e a do rio Contas (2), ambos destacados. Uma comparação entre eles confirma que o cronista utilizou como base principal os trabalhos do padre. Contudo, apesar de Vilhena ter referenciado na própria cartela da primeira planta (figura 64) a utilização dos trabalhos de Cocleo é na segunda planta (figura 65) que a utilização torna-se mais evidente. Isso se deve ao fato de que nela o cronista utilizou uma escala e as longitudes semelhantes às empregadas pelo padre.

---

<sup>897</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/ Secretaria De Estado da Cultura, 3ª. ed., v. 8, 2008, p. 260.

**Figura 64:** Detalhe da *Planta geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte das de Ilhéus, e Jacobina (...)* entre as latitudes 12° e 14° 30'.



Fonte: FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 50,05,014.

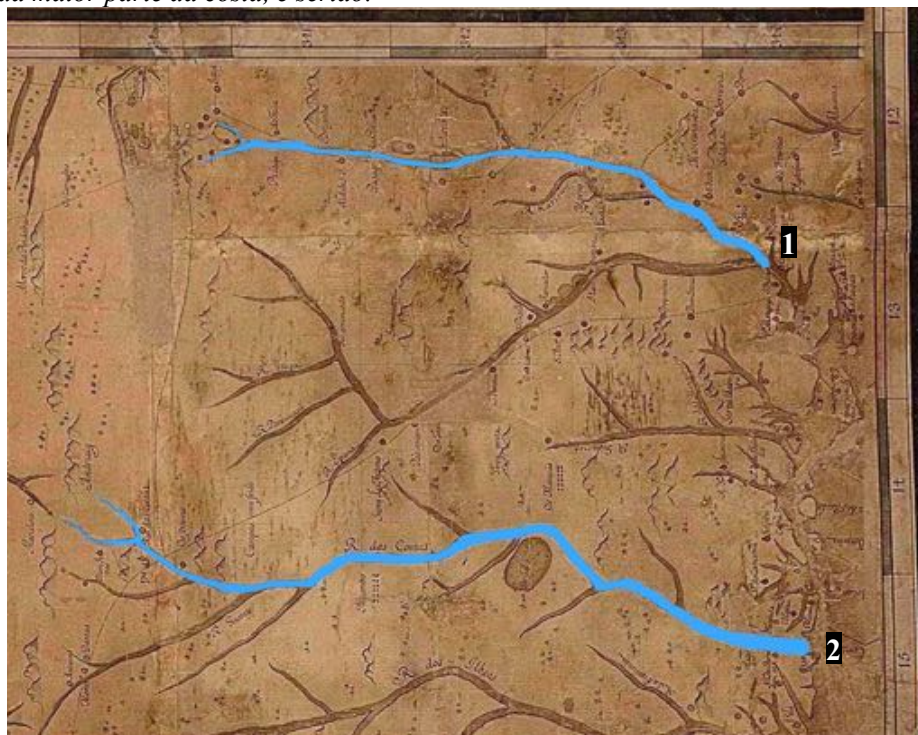


**Figura 65:** Detalhe da *Planta geográfica do continente*, que corre da *Bahia de Todos os Santos* até a *Capitania do Espírito Santo*, e da *Costa do Mar* até o *Rio Francisco*, entre as latitudes  $12^{\circ}$  e  $14^{\circ} 30'$ .



Fonte: FBN. Coleção Benedicto Ottoni. Manuscrito n. 50,05,014.

**Figura 66:** Detalhe da capitania da Bahia entre as latitudes entre as latitudes  $12^{\circ}$  e  $14^{\circ} 30'$  no *Mapa da maior parte da costa, e sertão*.



Fonte: AHEx. n. 23-24. 2798; CEH 1530.

Vilhena não especificou quem lhe forneceu suas fontes, mas afirma que eram cópias do mapa finalizado por Cocleo em 1710. Sabemos que o Padre Cocleo faleceu, bastante debilitado, em abril deste ano e que, de acordo com Antônio Rodrigues Ribeiro, cópias do seu trabalho eram feitas desde antes dessa data. Tais alusões são sinal de que Vilhena provavelmente não utilizou o *Mapa da maior parte do Brasil* e que fez uso, assim como o sargento-mor, de cópias da *Carta da Costa do Brasil*. Seria esse o mesmo caso de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, examinado a seguir?

#### 4.11. A *Nova Lusitânia* e a Planta Geral da Bahia de Silva Pontes

Natural de Mariana, Silva Pontes (1750-1805) graduou-se em Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra, já sob vigência das Reformas Pombalinas, onde os estudos de História Natural e de matérias correlatas, entre elas os conhecimentos necessários para a produção de mapas, foram privilegiadas. Recém-formado, integrou a Terceira Partida das Demarcações dos Limites do Norte, da Amazônia ao Mato Grosso, que se seguiram ao Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Ali permaneceu durante toda a década de 1780, deixando importantes contribuições geográficas e cartográficas, principalmente dos rios Madeira-Guaporé e Alto Paraguai. Graças ao seu desempenho nessas atividades e como naturalista e astrônomo, tornou-se sócio na Academia Real de Ciências de Lisboa e, de volta a Portugal, assumiu a cadeira de lente de Astronomia na

mesma instituição.<sup>898</sup> Em 1791 começou a ministrar aulas de Matemática e Navegação na Companhia de Guardas-Marinha de Lisboa.<sup>899</sup> “Na segunda metade do século XVIII, a coroa investiu na formação de quadros e de academias – Guardas-Marinha, Academias Real da Marinha, Academia de Fortificação e Desenho – que cumpriram um papel decisivo na reorganização administrativa dos espaços ultramarinos e na difusão da ilustração científica no mundo português”.<sup>900</sup> Silva Pontes foi um desses quadros, aliando a formação que recebera em Coimbra à experiência que alcançara nas Partidas Demarcatórias do Norte, e posteriormente contribuindo para a produção e divulgação científica, a transmissão do conhecimento que adquiriu na formação de novos quadros e a participação na administração do império.

No final da década, em 1797, foi nomeado governador da Capitania do Espírito Santo, começando seu governo a 1º de fevereiro de 1800, estendendo-se até 28 de agosto de 1804. Constava de suas obrigações reanimar a região, segundo os princípios iluministas de exploração da natureza em moldes utilitários. Para tanto, deveria estabelecer seus limites com as Capitanias de Minas e da Bahia; implementar ações que beneficiassem a comunicação, principalmente com a região das Minas, via rio Doce; desenvolver e diversificar a produção agrícola; e tornar os indígenas vassallos úteis, por meio da propagação das luzes do cristianismo.<sup>901</sup>

---

<sup>898</sup> COSTA, Otávio Crozoletti. *Ciência e poder no império português: uma análise das trajetórias de cinco astrônomos demarcadores de limites do século XVIII*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019. (História, Dissertação de mestrado).

<sup>899</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, t. 2, p. 371.

<sup>900</sup> KANTOR, Íris. “Impérios Portáteis: Três Atlas na era das Revoluções Atlânticas”. In: XAVIER, Abgela Barreto & SILVA, Cristina Nogueira (Eds.). *O Governo dos Outros. Poder e Diferença no Império Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 514.

<sup>901</sup> AHU. Espírito Santo. Cx. 05, doc. 442. DECRETO do príncipe regente D. João a conceder nomeação ao capitão da Fragata, Antônio Pires da Silva Pontes, para o cargo de governador Capitania do Espírito Santo. Lisboa, 11 de novembro de 1797; AHU. Bahia, Eduardo Castro. Cx. 105, doc. 20.459. CARTA Régia em que se dirige as diversas instruções ao capitão general da Capitania na Bahia, Francisco da Cunha Menezes. Bahia, 21 de março de 1800; AHU. Espírito Santo. Cx. 06, doc. 449. OFÍCIO do

Antes de deixar Lisboa, Silva Pontes coordenou seu trabalho mais importante e atualmente intensamente estudado, a *Carta Geográfica da Projecção Esférica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil* ou, simplesmente, *Nova Lusitânia*<sup>902</sup> (Figura 67). O mapa deveria integrar o *Atlas* que a Sociedade Real Marítima e Militar, criada em 1798, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, dom Rodrigo de Sousa Coutinho preparava e sob os auspícios de dom João, Príncipe Regente. Apesar do *Atlas* ter ficado incompleto, a carta de Pontes, depois de finalizada, foi apresentada por dom Rodrigo aos acadêmicos e “tinha como objetivo demonstrar a outras metrópoles que o Brasil constituía uma unidade física e geopolítica, espelhando assim o desejo da elite administrativa em consolidar uma imagem homogênea e contígua da ocupação espacial portuguesa no continente americano”.<sup>903</sup>

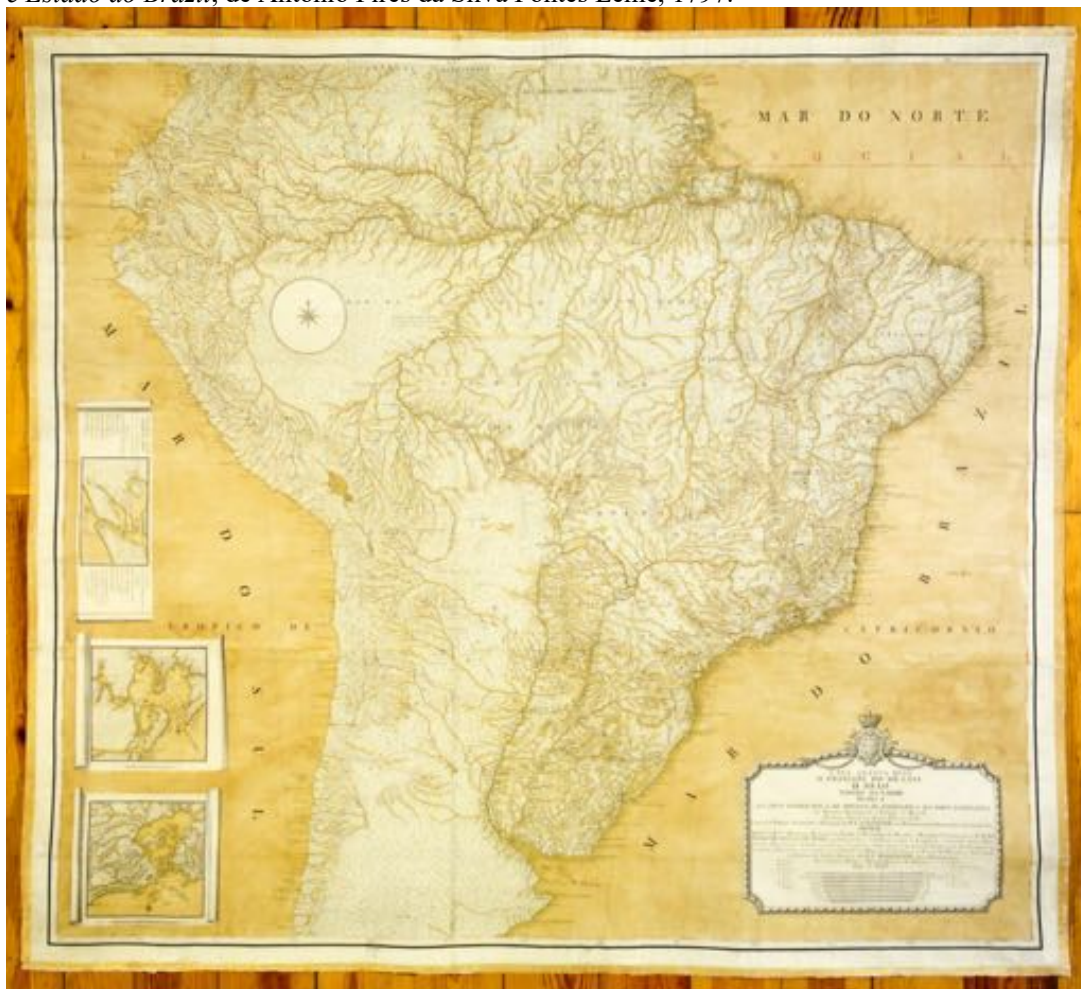
---

[governador do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [secretário de Estado e Marinha do Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares], a informar a abertura do rio Doce e da concessão das terras aos povoadores para o cultivo das suas lavouras, a criação do Parque Real da Regência Augusta e a demarcação de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Vila da Vitória, 11 de novembro de 1800; Ver também: DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*, p. 258-261.

<sup>902</sup> COSTA, Gilberto Antônio (Org.). “O século XVIII e o projeto do Atlas da América portuguesa e a sua consolidação no início do XIX”. In: *Roteiro prático de cartografia da América portuguesa ao Brasil império*, p. 141; DUTENKEFER, Eduardo. “Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 57-71, dez. 2016; KANTOR, Iris. “Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processos de emancipação política do Brasil (1779-1822)”. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, año 12, n. 24, Segundo semestre de 2010; MARTINS, Francisco José Corrêa. “Compilar para conhecer”, p. 72-77; MARTINS, Francisco José Corrêa. “Várias ‘faces’ da ‘Nova Lusitânia’, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme. VI Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia histórica, Porto, novembro de 2011. PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografia e da cartografia no século XIX*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. (História, Tese de doutorado).

<sup>903</sup> KANTOR, Iris. “Impérios Portáteis: Três Atlas na era das Revoluções Atlânticas”, p. 517.

**Figura 68:** *Carta Geografica de Projeção Espherica da Nova Lusitania ou América Portuguesa e Estado do Brazil*, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 1797.



**Fonte:** Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: [http://193.137.102.29/ObservatorioAstronomicoMuseu/entity\\_detail.aspx?aid=760](http://193.137.102.29/ObservatorioAstronomicoMuseu/entity_detail.aspx?aid=760).

Antônio Gilberto Costa assevera que, “assim como o mapa do Padre Cocleo está para o final do século XVII”, a *Nova Lusitana* “pode ser entendida como a síntese de todo conhecimento” sobre o território ao final dos Setecentos.<sup>904</sup> Sob a direção de Silva Pontes, que fez todo o levantamento das informações geográficas, conferindo-lhes expressão cartográfica, os desenhadores do Real Jardim Botânico da Ajuda, Joaquim José

<sup>904</sup> COSTA, Gilberto Antônio (Org.). “O século XVIII e o projeto do Atlas da América portuguesa e a sua consolidação no início do XIX”, p. 141

Freire e Manuel Tavares da Fonseca, foram encarregados, em 1795, de reduzir e desenhar a carta. Por ordem de dom Rodrigo de Souza Coutinho Silva Pontes reuniu às suas observações astronômicas da costa e do interior as do engenheiro Miguel Antônio Ciera, além das melhores cartas parciais dos demarcadores presentes no Depósito de Estado da Marinha.<sup>905</sup> Dedicada ao príncipe dom João a *Nova Lusitânia* é considerada a primeira carta geral do Brasil em projeção esférica “que apareceu na Europa”, sendo sua primeira versão finalizada em 1797.

Um resumo dos mapas, cartas geográficas e plantas copiados e reduzidos no Jardim Botânico da Ajuda, entre 26 de março de 1797 e 1803, informa que, nesse período, foram produzidos três exemplares da *Nova Lusitânia*, em 1797, 1798 e 1803 (anexo 11).<sup>906</sup> Conforme analisa Correia Martins, essas cartas não são uma cópia fiel uma da outra. Por exemplo, a primeira menciona ter sido compilada a partir de setenta e seis cartas, enquanto a segunda, além de ter esse número ampliado para oitenta e seis, explicita nominalmente, na primeira posição, o Padre Cocleo como uma das trinta e quatro autoridades “que contribuíram com observações astronômicas e trabalhos cartográficos” para a sua confecção.<sup>907</sup> (Figura 68)

---

<sup>905</sup> Lisboa. Arquivo Histórico Militar. Cx. 3507. PROCESSO individual de José Joaquim Freire. Lisboa, 10 de Julho de 1844.

<sup>906</sup> Atualmente, o primeiro exemplar faz parte do acervo do Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra. O segundo, anexo 12, intitulado *Carta geographica de projeção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*, pertence à Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro e pode ser visto no site da FBN: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart164663/cart164663.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164663/cart164663.jpg). No que diz respeito ao terceiro exemplar, Francisco José Correia Martins supõe que parte dele está na Biblioteca Nacional da França, identificado como *Carte de l'Amérique équinoxiale et du Brésil*, atribuída a José Lopes Santo. MARTINS, Francisco José Corrêa. “Várias ‘faces’ da ‘Nova Lusitânia’, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme”, p. 10.

<sup>907</sup> MARTINS, Francisco José Corrêa. “Várias ‘faces’ da ‘Nova Lusitânia’, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme”, p. 6.

**Figura 68:** Detalhe da *Carta Geografica de Projeção Espherica Ortogonal da Nova Lusitania ou América Portuguesa e Estado do Brazil*, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 1798.



Fonte: FBN. ARC.008,07,013 - Cartografia.

A trajetória de Silva Pontes e a proximidade cronológica, um ano apenas, entre a feitura dos dois primeiros exemplares (1797 e 1798) permitem conjecturar que foi nesse intervalo que teve acesso ao trabalho do padre Cocleo, utilizando-o na segunda versão da carta. Não se sabe se o mapa consultado foi o original que seguira para Lisboa, enviada por dom João Lencastre ao secretário Roque Monteiro Paim, intitulada *Mapa da maior parte do Brasil*; ou o original que ficara na Bahia; ou ainda a cópia setecentista mural, hoje depositada no Arquivo do Exército e que vem sendo mencionada nesse capítulo.

Essa última, juntamente com os bens que pertenciam aos jesuítas e que faziam parte dos acervos de suas instituições (colégios, missões e fazendas) no Brasil e em Portugal, foi sequestrada pela Coroa portuguesa. Uma vez na sua posse, a carta mural pode ter cruzado o Atlântico, juntamente com outros bens dos jesuítas, e retornando ao Brasil com a transmigração da Família Real. Nessa ocasião, Dom Rodrigo ordenou “que todos os mapas geográficos, planos topográficos, planos de fortalezas e as respectivas memórias que estavam nos arquivos militares de Lisboa, fossem transportados para o Rio de Janeiro, de modo a impedir que os invasores se apropriassem deles”.<sup>908</sup> Isso explicaria como a cópia foi parar nos Arquivos do Exército, onde se encontra até os dias de hoje. Outra possibilidade é Silva Pontes ter recebido o original que ficara no Brasil, ou uma cópia dele, uma vez que, por essa época, por ordem de dom Rodrigo, o governador da Bahia, dom Fernando de Portugal, reunia mapas sobre o Brasil e, especialmente a Bahia, e sabe-se que, entre eles constava cópias e fragmentos de mapas, os quais forneceu também a Vilhena.<sup>909</sup>

---

<sup>908</sup> KANTOR, Íris. “Impérios Portáteis: Três Atlas na era das Revoluções Atlânticas, p. 511.

<sup>909</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários. Lisboa, 18 de dezembro de 1698. *ABN*, Rio de Janeiro, p. 21-26, v. XXXI, 1909.



Seja como for, Renato Amado Peixoto ressalta que, na *Nova Lusitânia*, a “Barra do Pará” aparece registrada “num quadro menor adjacente à representação” do prolongamento do Mar do Norte (Oceano Atlântico) até as costas de Pernambuco.<sup>910</sup> Em outras palavras, o mapa dirigido por Pontes Leme, graduado nos *seus verdadeiros pontos de Latitude e Longitude*, apresenta o mesmo afamado deslocamento da costa Leste-Oeste observado por Jorge Pimentel Cintra na cópia setecentista do Padre Cocleo.

Mas não se pode descartar de todo que Pontes, na sua última passagem pelo Brasil, já tenha utilizado os trabalhos do padre que permaneceram na Colônia. Antes de assumir o comando da Capitania do Espírito Santo, em 1799, foi encarregado de produzir a *Planta Geral da Capitania da Bahia*, pelo governador capitão general dom Fernando José de Portugal, de quem era subordinado. Dom Fernando havia sido incumbido pela Secretaria de Estado a “dar notícias dos mapas geográficos existentes” e produzir uma descrição geográfica, topográfica e histórica da Capitania da Bahia, “com as individualizações dos limites e confins com as outras capitanias vizinhas, assim como das estradas de comunicação” construídas. De acordo com ele, só existiam “algumas informações antigas e sumariamente imperfeitas, que o conde de Arcos, Vice-Rei do Estado do Brasil, pedira no ano de 1757 aos ouvidores das comarcas para a execução de outra ordem semelhante” e alguns “mapas estrangeiros existentes que além de meramente descreverem apenas os portos nas costas estavam cheios de erros”.<sup>911</sup> Para a realização da

---

<sup>910</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa*, p. 67-68. CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo”, p. 8.

<sup>911</sup> AHU. Bahia, Eduardo de Castro. Cx. 99, doc. 10.307. OFÍCIO do governador dom Fernando José de Portugal para dom Rodrigo de Souza Coutinho em que participa estar elaborando uma descrição geográfica e topográfica da Capitania da Bahia e ter empregado o novo governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva [Pontes], de levantar uma Planta geral, na qual estava trabalhando auxiliado pelo engenheiro ajudante Joaquim Vieira da Silva. Bahia, 03 de abril de 1799; AHU. Bahia, Eduardo de Castro. Cx. 99, doc. 10.398. OFÍCIO do governador dom Fernando José de Portugal para dom Rodrigo de Souza Coutinho no qual novamente informa que está trabalhando na descrição geográfica e

tarifa, então, Silva Pontes recebeu alguns desses mapas que estavam em poder do governador, realizou exames in loco em vários lugares e ainda foi auxiliado por práticos especialistas na costa. Em 1800, ainda sem finalizar por completo a empreitada, seguiu para a Capitania do Espírito Santo para assumir seu cargo, onde permaneceu até fins de 1804, e morreu no ano seguinte no Rio de Janeiro, durante os preparativos para retornar à metrópole.<sup>912</sup>

É muito provável que Silva Pontes tenha, novamente, feito uso dos mapas e relatos geográficos do Padre Cocleo, mas não foram localizados documentos a esse respeito. No entanto, sabe-se que, no ano anterior, dom Fernando de Portugal fornecera a Vilhena os mapas e os relatos geográficos que reunia e, entre eles, constavam cópias e fragmentos, talvez originais, dos mapas do padre Cocleo. Esses começaram a ser juntados no governo do 10º conde de Athouguia, Luís Peregrino de Ataíde (1749-1754), e principalmente no do 6º conde dos Arcos, vice-rei do Brasil entre 1755-1760, quando da expulsão dos jesuítas. Mas, sabe-se, com certeza, que antes dessa sua segunda estada no Brasil, Silva Pontes conheceu a configuração que Cocleo imprimira ao Brasil, desde que utilizara uma das versões do seu mapa para produzir a *Nova Lusitânia*. Por meio dela, ou seja por via indireta, pode-se inferir que algumas das conformações geográficas do padre para a Bahia tenham passado para os novos mapas que Silva Pontes produzia, ou pelo menos que ele as corrigiu em vista das visitas *in locu* que realizou.

A utilização e o reconhecimento dos dados coletados pelo Padre Cocleo no limiar do século XIX por Silva Pontes, tanto no *Nova Lusitania* quanto possivelmente nos

---

histórica da Capitania da Bahia, e que o novo governador da Capitania do Espírito Santo, o capitão da fragata Antônio Pires da Silva [Pontes], continua nos trabalhos do levantamento da Planta geral. Bahia, 05 de junho de 1799.

<sup>912</sup> LIMA, Péricles Pedrosa. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009, p. 121-127. (História dos Descobrimientos e da Expansão, Tese de mestrado).

mapas referentes à capitania do Espírito Santo, imortalizam os trabalhos do Cocleo ao mesmo tempo em que nos fornecem ideia da importância deles ao longo do século XVIII, uma vez que eram retrabalhados à luz dos novos conhecimentos e métodos geográficos de precisão matemática instituída por esses cartógrafos iluministas.

*Considerações finais*

A cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder. Assim como o historiador pinta a paisagem do passado com as cores do presente, o geômetra, conscientemente ou não, não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político. Seja o mapa produzido sob a bandeira da ciência cartográfica, como foram a maior parte dos mapas oficiais, ou seja um exercício de propaganda declarada, é inevitável que esteja envolvido no processo do poder.<sup>913</sup>

Na sua última passagem pela Bahia, atuando no seu gabinete ou na oficina no Colégio, a partir de uma variedade de fontes — como relatos e descrições verbais de viajantes, pilotos e exploradores, descrições jesuíticas, suas próprias observações e mapas antigos —, o Padre Cocleo imprimiu em seu trabalho geográfico diversos princípios, tanto aqueles em que os administradores coloniais acreditavam, como os que ele próprio confiava. A presença das minas recém-descobertas, o acesso terrestre a várias partes do território, a distorção da costa Leste-Oeste, as populações indígenas maciçamente organizadas em aldeias, e o apagamento quase total dos escravizados rebelados são alguns exemplos desses princípios.

A primeira e a segunda partes desta tese — A ciência e O padre — podem ser compreendidas como uma tentativa de estabelecer uma relação entre o geral e o particular da história das ciências no contexto da Companhia de Jesus. No macro, discutiu-se a importância da Ordem e de seus membros no processo de produção e de divulgação do conhecimento; no micro, procurou-se analisar como a formação intelectual clássica, embasada na moral, nas virtudes evangélicas e nos costumes e nos hábitos saudáveis,

---

<sup>913</sup> HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins* [Online], p. 3, n. 5, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em: 01 de Maio de 2020.

fornecidas nos Seminários e Colégios, refletiram-se na trajetória e nos trabalhos do Padre Cocleo.

A perspectiva religiosa foi examinada a partir das Cartas Ânuas e de outros testemunhos escritos que lhes foram contemporâneos. Neles, Cocleo destacou-se como um religioso intimamente alinhado aos objetivos inacianos. O único posto administrativo que não ocupou dentro da hierarquia da Ordem foi o de Superior da Província ou Provincial,<sup>914</sup> uma vez que, de acordo com as regras, este só poderia ser ocupado por alguém natural da Assistência, ou seja, nascido em Portugal ou no Brasil. Cocleo chegou a Superior da Missão do Ceará e da de Santa Teresa do Quiriri, em Canabrava na Bahia, foi “Reitor do Colégio do Rio de Janeiro por três anos; mais uma vez Vice-Reitor do Colégio por três anos”, e depois disso, exerceu a função de Visitador das aldeias pertencentes à Missão das Jacobinas,<sup>915</sup> ao mesmo tempo em que foi Consultor<sup>916</sup> do Padre Antônio Vieira. Além dos exemplos de santidade e de devoção que lhe foram atribuídos, os depoimentos o descrevem como um incansável soldado de Cristo — basta lembrar o traumático desfecho da missão no Ceará, eternizado em Roma, pelas notícias escritas pelo Padre Manuel Pinheiro, no ano de 1732.<sup>917</sup>

<sup>914</sup> Provincial ou Superior da Companhia de Jesus era o cargo mais alto na hierarquia inaciana de uma Província. Tinha poderes que iam além dos estritamente jurídicos. Uma de suas obrigações era a realização, anualmente ou, no máximo, de dois em dois anos, de visitas a todas as casas da Província. “Os Superiores de cada Província, ou Províncias, governam todas as casas delas (Colégio e Residências) e cada casa tem o Superior, que nos colégios se chama Reitor”. Portanto, ambos, Superiores das casas e Reitores, estavam subordinados aos Provinciais. Outro cargo importante na estrutura da Companhia foi o dos Superiores das Aldeias — estes, por sua vez, eram subordinados diretamente aos Reitores. LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 1, p. 12; e v. 2, p. 456-458.

<sup>915</sup> ARSI. Bras. 3 (II). “Carta do Padre Antônio Vieira ao Padre Geral Tirso Conzáles”. Bahia, 27 de Junho de 1689. Apud Cristina Pompa. *Religião como tradução*, p. 322-323.

<sup>916</sup> ARSI. Bras. 5 (II). *Primus ex Tribus Catalogis Triennialibus ex Provincia Brasilica, 2ª Via, 1694*, p. 91v-92.

<sup>917</sup> ARSI. Bras. 10 (II). *Notizie delle fatiche sofferte dai nostri Padri nel prendere il Possesso delle Popolazioni del Siará*, f. 330r-331. STUDART, Barão de. “Duas memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro”. *Revista Academia de Cearense de Letras*, Fortaleza, p. 207-208, ano XLVI, 1932.

Em relação aos assuntos científicos, Cocleo teve seu talento reconhecido ainda durante o noviciado, no qual ingressou sem precisar cumprir todas as etapas. Na América portuguesa, assim como outros jesuítas, seus conhecimentos foram colocados ao serviço tanto da Ordem, quanto da Coroa portuguesa. Ele prestou consultoria botânica; descobriu um cometa a partir de suas observações astronômicas; adquiriu um vasto conhecimento do território e dos interesses portugueses; atuou, em sigilo, na fundação da Colônia do Sacramento, no início da década de 1680; atestou e ilustrou o trabalho dos práticos que abriram o caminho entre o Maranhão e a Bahia, em 1697; expressou seu ponto de vista em relação às terras do Cabo do Norte; e escreveu um livro sobre as capitânicas do Brasil. Seus conhecimentos cartográficos e geográficos gozaram de grande difusão e de prestígio, tanto na Metrópole, quanto na Colônia. A produção e os usos desse conhecimento, ao longo do século XVIII, compõem o núcleo das duas últimas partes desta tese — *O Mapa da maior parte do Brasil* e *o Mapa da Maior parte da Costa e Sertão do Brasil*, respectivamente.

O desaparecimento do original, o *Mapa da maior parte do Brasil*, assim como as escassas fontes remanescentes impeliram a análise a voltar-se para o contexto de sua produção. O primeiro passo, então, foi estabelecer a distinção entre o mapa desaparecido e a sua cópia setecentista, o que permitiu situar ambos os mapas em seus respectivos momentos de produção.

O primeiro, encomendado pelo governador dom João Lencastre, foi finalizado em julho de 1797 e seguiu para Lisboa, originando ainda uma primeira cópia, produzida diretamente do original, e que permaneceu na Colônia. Essa, em 1702, encontrava-se fora da Provedoria ou da Secretária de Estado, estando na posse desse mesmo governador.

Portanto, presume-se que ambos os mapas foram produzidos pelo próprio Padre e deveriam ter tamanhos, formatos e informações muitas aproximadas. Entre estas últimas, podem ser citadas a escolha de representar apenas parte da costa do Estado do Brasil; a famosa distorção da costa no sentido Leste-Oeste; o uso do meridiano de Praia, como o de origem; o destaque gráfico atribuído principalmente à Bahia, ao Rio de Janeiro e ao Maranhão; a excepcional presença da Capitania do Espírito Santo e das primeiras minas, descobertas na cabeceira do rio das Velhas.

Sob outra perspectiva, tais informações pontuais associadas à coincidência entre os sentidos em que os topônimos da linha litorânea foram assinalados e os desvios padrões dos pontos geográficos — assim como a presença de elementos duplicados na cópia remanescente, o *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Padre Cocleo* — indicam que, se essa cópia não foi iniciada pelo próprio Padre, ela está intimamente ligada às informações por ele coletadas. Como apontado, diferentemente dos mapas desaparecidos, essa carta teve a função de ornamentar uma das paredes do Colégio jesuíta da Bahia. Suas grandes dimensões murais e sua orientação horizontal apontam nessa direção. Segundo Mirela Altic, “os membros da Companhia de Jesus, mais do que outras ordens religiosas do início da Europa moderna, valorizavam mapas e geografia não apenas para o controle de o espaço missionário, mas também como apresentações poderosas de suas realizações em termos de evangelização e intercâmbio cultural”.<sup>918</sup> Mas o fato da cópia do mapa do Padre Cocleo e provavelmente

---

<sup>918</sup> “Members of the Society of Jesus, more than other religious orders of early modern Europe valued maps and geography not only for the control of the missionary space but also as powerful presentations of their achievements in the terms of evangelization and cultural exchange. The Jesuit map had a dual mission, to represent both the power of the order and the colonial state”. ALTIC, Mirela. “Changing the discourse: Post-expulsion Jesuit Cartography of Spanish America”. *Journal of Jesuit Studies*, v. 6, issue 1, march 2019, p. 100. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p99\\_99.xml](https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p99_99.xml). Acesso em: 17 de outubro de 2020.

o original do qual foi copiado conterem poucas e raras referências à ação jesuítica na América portuguesa se explica, conforme observado pela mesma autora, porque muitos dos mapas jesuíticos portugueses foram produzidos para o Estado, seguiam sua lógica e o representavam, que normalmente convergiam aos da própria Ordem.

A existência de diferentes caligrafias na carta/cópia indicam que a mesma foi constantemente renovada, pelo menos, até próximo à expulsão da Ordem do Brasil. Mesmo que os cartógrafos que nela intervieram, um deles provavelmente o padre Antonil, procurassem seguir o mesmo padrão de escrita, o cotejo dos desenhos e das letras revelou que as características individuais se sobressaíam, mostrando que o mapa sofreu atualizações pontuais em contextos específicos ao longo da primeira metade do século XVIII. Nela coexistem distintas temporalidades, como revelam as representações da ocupação recente da região em que o caminho foi aberto entre os Estados do Brasil e do Maranhão; da exploração mais tardia do sertão nordeste; de Vila Rica, criada em 1711; dos primeiros achados minerais; do Colégio de Paranaguá e da Vila de São Fidelis, fundados apenas na metade do século XVIII.

Dessa análise e do cotejo das fontes, concluiu-se que o conhecimento geográfico produzido pelo Padre também circulou a partir de cópias parciais, que representavam principalmente a costa da Bahia, região onde os dados cartográficos são mais acurados no mapa. Vale ressaltar, também, que foram analisados apenas os casos em que foi possível ter certeza de que as cópias utilizadas foram produzidas a partir do *Mapa da maior parte do Brasil*. Isso sugere que, além da Planta da Vila de Jaguaribe, de 1705, e das plantas reproduzidas, em 1800, pelo memorialista Luiz dos Santos Vilhena, produzidas a partir dos originais do mapa de Cocleo, outros trabalhos cartográficos, ao longo do século



XVIII, podem ter se beneficiado dos dados coletados pelo Padre sem, contudo, darem os créditos devidos.

Por fim, a utilização dos dados astronômicos coletados pelo Cocleo, por Antônio Pires da Silva Pontes Leme, um século depois, já na segunda metade do século XVIII, pode ser vista, entre outros elementos, na distensão da costa nordeste presentes no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do BRAZIL* e na *Nova Lusitânia*, de sua autoria, o que permite refletir de que a assertiva de Jaime Cortesão de que os mapas eram descartados à medida que surgiam mapas novos e mais acurados é relativa, pois traços marcantes de mapas anteriores podiam ser perenizados nos mais atuais.

**FONTES MANUSCRITAS***Arquivo Histórico do Exército (AHEx.)*

*Mappa da maior parte da costa, e sertão, do Brazil.* Extraído do original do padre Cocleo. Jacobo Cocleo [c. 1700]. Rio de Janeiro, n. 23-24. 2798; CEH 1530. (Foto: Paulo Schettino)

*Arquivo Histórico Militar (Lisboa)*

Cx. 3507. PROCESSO individual de José Joaquim Freire. Lisboa, 10 de Julho de 1844.

*Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*

Bahia, cx. 6, doc. 470. <sup>L</sup><sub>SEP</sub>CARTA do governador-geral do Brasil Luís César de Menezes ao rei [D. João V] sobre ter falecido o engenheiro Gregório Gomes e solicitando o envio de outro engenheiro para assistir as obras de fortificações daquela praça. Bahia, 29 de julho de 1708.

Bahia. Luiza Fonseca, cx. 30, doc. 3874. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a conta que dá o governador dom João Lencastre, da promessa com que queria concorrer a viúva do coronel Francisco Dias de Ávila, para estabelecer a fábrica do salitre. Lisboa, 26 de Novembro de 1694; Doc. 3875. Anexo: INFORMAÇÃO sobre as diligências do salitre.

Bahia. Luísa da Fonseca, cx. 33, doc. 4239. CARTA Régia para o Governador D. João Lencastre, de Lisboa 8 de Novembro de 1698 sobre a expulsão Jesuítas. À margem, resposta do Governador sobre a recusa dos jesuítas voltarem àquelas aldeias, e franciscanos por ali foram por não querer ir os padres marianos, Bahia 16 de maio de 1699.

Bahia. Luísa da Fonseca, cx. 32, doc. 4083. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a expulsão Jesuítas das Aldeias do Rio São Francisco, nas terras de Leonor, viúva de Francisco Dias de Ávila. Lisboa, 12 de Dezembro de 1697.

Bahia. Luiza Fonseca, cx. 32, doc. 4095. NOTÍCIA certa da extensão da ilha do Rio de S. Francisco e qualidade das terras que se sinalaram na ordem do governador a cada uma das três aldeias de Achará, Rodela e Zarabadê, enviada pelo Padre Agostinho Correia, que lá assiste por missionário da Companhia de Jesus, ao Padre Provincial Alexandre de Gusmão, e confirmada pelo Padre Antônio Barbosa, que lá esteve dois anos e reconhecida pelo Padre Jacobo Cocleo, no seu mapa geográfico, por informações seguras que teve, contra o que afirmaram os procuradores das donas da terra, queixando-se com Sua Majestade. Bahia 16 de Junho de 1696.

Bahia, Eduardo Castro, cx. 105, doc. 20.459. CARTA Régia em que se dirige as diversas instruções ao capitão general da Capitania na Bahia, Francisco da Cunha Menezes. Bahia, 21 de março de 1800.

Bahia, Eduardo de Castro, cx. 99, doc. 10.307. OFÍCIO do governador dom Fernando José de Portugal para dom Rodrigo de Souza Coutinho em que participa estar elaborando uma descrição geográfica e topográfica da Capitania da Bahia e ter empregado o novo governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva [Pontes], de levantar uma Planta geral, na qual estava trabalhando auxiliado pelo engenheiro ajudante Joaquim Vieira da Silva. Bahia, 03 de abril de 1799.

Bahia, Eduardo de Castro, cx. 99, doc. 10.398. OFÍCIO do governador dom Fernando José de Portugal para dom Rodrigo de Souza Coutinho no qual novamente informa que está trabalhando na descrição geográfica e histórica da Capitania da Bahia, e que o novo governador da Capitania do Espírito Santo, o capitão da fragata Antônio Pires da Silva [Pontes], continua nos trabalhos do levantamento da Planta geral. Bahia, 05 de junho de 1799.

Bahia. Cartografia, doc. 0959. *PLANTA da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Iguaripe*, por Antônio Rodrigues Ribeiro, 1705.

Bahia. Cartografia, doc. 0960. *MAPA das entradas das Barras exterior e interior da Vila do Camamu*, por Gregório Gomes, [ca. 1707].

Ceará, cx. 01, doc. 40. CARTA do bispo de Pernambuco ao rei [dom Pedro II], sobre o estado espiritual em que se encontra a Capitania Ceará, a sua situação depois que passou à jurisdição de Pernambuco e a falta de sacerdotes nas igrejas. Olinda, 26 de Junho de 1698.

Ceará. Cartografia, doc. 848. *VILA Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande*, [ca. 1730].

Espírito Santo, cx. 05, doc. 442. DECRETO do príncipe regente D. João a conceder nomeação ao capitão da Fragata, Antônio Pires da Silva Pontes, para o cargo de governador Capitania do Espírito Santo. Lisboa, 11 de novembro de 1797.

Espírito Santo, cx. 06, doc. 449. OFÍCIO do [governador do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [secretário de Estado e Marinha do Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares], a informar a abertura do rio Doce e da concessão das terras aos povoadores para o cultivo das suas lavouras, a criação do Parque Real da Regência Augusta e a demarcação de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Vila da Vitória, 11 de novembro de 1800.

Maranhão, cx. 06, doc. 727. CARTA do Governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, para o Conselho Ultramarino, sobre os meios mais convenientes para preservar a posse dos sertões portugueses e impedir a entrada às nações estrangeiras. São Luís, 15 de outubro de 1685.

Maranhão, cx. 07, doc. 957. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei Dom Pedro II, sobre o Governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, dar conta do descobrimento, por João Velho do Vale dos Rios Munim e Itapecuru. Lisboa 11 de Dezembro de 1687.

Maranhão, cx. 09, doc. 906. CARTA de Gomes Freire de Andrada ao Rei. São Luís, 15 de Agosto de 1685.

Maranhão, cx. 09, doc. 906. CARTA do Governador Antônio de Albuquerque para o Rei sobre o descobrimento do caminho. Belém 2 de Junho de 1695, f. 4. In: Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei Dom Pedro II, sobre o Caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia, Lisboa 10 de Janeiro de 1696.

Maranhão, cx. 09, doc. 957. CÓPIA da carta de João Raposo Bocarro a dom João Lencastre de 24 de Julho de 1694.

Maranhão, cx. 09, doc. 957. CARTA de dom João Lencastre a Roque Monteiro Paim. Bahia, 4 de Julho de 1697.

Maranhão, cx. 09, doc. 957. CARTA do Padre Jacob Cocleo a Roque Monteiro Paim. Bahia, 20 de Julho de 1697.

Maranhão, cx. 09, doc. 957. Anexo: COPIA da carta de dom João Lencastre ao Rei. Bahia, 27 de Setembro de 1697.

Maranhão, cx. 09, doc. 957. ANOTAÇÃO do Conselho Ultramarino. Lisboa, 6 de Novembro de 1697.

Maranhão, cx. 09, doc. 957. ANOTAÇÃO de Roque Monteiro Paim. Lisboa, 10 de Dezembro de 1697.

Maranhão, cx. 09, doc. 957. CONSULTA do conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o novo caminho que se descobriu para o Maranhão e cartas do Governador-geral do Brasil e do padre Cocleo. Lisboa, 23 de Janeiro de 1698.

Maranhão. Cartografia, doc. 1048. *MAPA da costa e rio Parnaíba entre o Maranhão e as serras de Ibiapaba.*

Piauí. Cx. 01, doc. 01. *MAPA das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios pretendem no sertão do Piauí.* [post. 13 de Outubro de 1684].

Rio de Janeiro. Cx. 05, doc. 30. CARTA de Jacob [Cocleu] ao Príncipe Regente [D. Pedro II] sobre as ordens recebidas a cerca da sucessão no governo do Rio de Janeiro, e para alguns dos seus religiosos acompanhem e assistam o Governador, Duarte Teixeira Chaves, que parte para a colônia dos Sacramento, Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 1682.

Rio de Janeiro, Eduardo de Castro Almeida. Cx. 14, doc. 2854. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre os inconvenientes que os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro indicavam e o grande risco que adviria de se não proibirem as licenças de passagens para as minas. Lisboa, 27 de janeiro de 1705.

São Paulo. Cartografia, doc. 1182. *PLANTA da Baía de Paranaguá com suas ilhas e circunvinhanças, ca 1653.*

#### *Arquívum Romanum Societatis Iesu (ARSI)*

Brasília (Bras.)

3 (II)

CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 01 de Agosto de 1668, f. 65.

CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, 21 de Setembro de 1669, p. 95.

CARTA do Padre Cocleo ao Provincial. Pernambuco 30 de Maio de 1671.

CARTA de Jacob Cocleo ao Padre Geral Tirso Gonzalez. Bahia, 03 de Junho de 1689, f. 369.

CARTA do Padre Antônio Vieira ao Padre Geral Tirso Gonzáles. Bahia, 27 de Julho de 1689, f. 267. *Apud: POMPA, Cristina. Religião como tradução.*

CARTA de Jacob Roland ao Padre Geral Oliveira. Bahia, 28 de Julho de 1679, f. 145. *Apud: POMPA, Cristina. Religião como tradução.*

5 (I)

CATALOGUS Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1660.

CATÁLOGO dos Religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil, 1685.

5 (II)

CATALOGUS Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1662.

CATALOGUS Secundus Sociorum in Provinciae Brasiliae, 1663.

CATALOGUS *Primus ex Tribus Catalogis Triennialibus ex Provincia Brasilica, 2ª Via, 1694*, p. 91v-92.

CATALOGUS Secundus Extribus Catalogis Triennialibus ex Provincia Brasilica, 2ª via, 1694.

CATALOGUS Brevis Provinciae Brasilicae anni 1692,

CATALOGUS Primus Ex TRIBUS Catalogis Triennialibus 2ª via Romam, anno 1694, f. 91-92.

6 (I)

CARTA do Padre Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, de 20 de novembro de 1673. *Apud POMPA, Cristina. Religião como tradução.*

CATALOGUS Primus ex Triennialibus Provinciae Brasilicae, 1ª via, 1701.

CATALOGUS Primus ex Triennialibus Provinciae Brasilicae, 1707.

CATALOGUS Primus ex Triennialibus Provinciae Brasilicae, 1707.

CATALOGUS Secundus ex Triennialibus Provinciae Brasilicae, 1707.

9

ORDEM do Reverendo Padre Luís Superior da Missão para o Reverendo Padre Estevão Gandolfi Vice Reitor do Colégio do Maranhão escrita por Padre Pedro Pedrosa. Maranhão 25 de agosto de 1682,

CARTA Anua de 1695. Bahia, 8 de julho de 1695 (Alexandre de Gusmão).

ANNUAE Litterae. Bahia, 8 de julho de 1695, f. 412r-v.

ANNUAE LITTERAE, Bahia, 14 de julho de 1697.

CARTA ANUA da Província do Brasil do ano de 1670 até o ano de 1679. Felipe Coelho, Bahia 15 de julho de 1679, f. 240r.<sup>[17]</sup><sub>[SEP]</sub>

10 (I)

BREVIS Vitae mortique narratio P. Iacobi Coclei ex Provinciâ Gallobelgicâ in Brasiliâ Missionarii, 1710.

NOTIZIE delle fatiche sofferte dai nostri Padri nel prendere il Possesso delle Popolazioni del Siará. In: STUDART, Guilherme (Barão de). “Duas memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro”.

26

CARTA do Padre Cocleo ao Padre Geral Oliva. Ceará, de 12 de setembro de 1665, p. 4.

CARTA do Padre Jacob Cocleo ao Padre Geral Olivia. Bahia, 16 Janeiro de 1675, p. 34-34v.

CARTA de Bettendorff a Oliva. Pará, 20 de Setembro de 1677, f. 43r. In: ARENZ, Karl Heinz. “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698)”. *Revista Estudos Amazônicos*, Manaus, v. V, n. 1, p. 72, 2010. [Traduzido do latim pelo autor].

28

CATÁLOGO da livraria da Casa da Vigia, f. 8f-23r. Transcrito e publicado por LEITE S. J., Serafim. “Apêndice”. In: *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943, v. 4, p. 399-409.

*Biblioteca da Ajuda (Lisboa)*

Cod. Ms. 51-IX-33. Cópia da Carta de Dom João Lencastre ao Rei. Bahia, 1 de janeiro de 1700, f. f.471-471v.

*Bibliothèque Nationale de France (BnF) – Gallica*

PRAEFECTURA de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama de Georg Marcgraf (1638-1643)  
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84919177?rk=21459;2>

*A Terra que nesta carta se contem que é do rio Grande até o rio Pereia que fica ao Maranhão. Descobriu o Capitão mor Pero Coelho de Sousa desde o ano, 1603 até o de 1608.* In: *Livro em que se mostra a descripção de toda acosta do estado do Brasil e seus portos, barras e sondas delas.* Feito por João teixeira Albernaz moço da camara de Sua Magestade e seu cosmographo em Lixboa Anno de 1627. Département des Manuscrits. MSS Portugais 6, folios 43v-44r.  
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002487b/f70.item.zoom>.

*Bibliothèque Royale de Belgique. Bruxelas*

MS. A VAN DEN GHEYN, cod. 6828-29

CARTA do Padre Cocleo ao Padre Hubert Willheim. Lisboa 27 de Maio de 1660, f. 395.

CARTA do Padre Felipe Bettendorff ao Padre Hubert Willheim. Lisboa 27 de maio de 1660, f. 397.

*Fundação Biblioteca Nacional, (FBN – RJ)*

Manuscrito II-33,26,039. CARTA Régia ao conde de Galvêas, comunicando que, atendendo a representação dos moradores e informações recebidas, resolvera mudar a vila do Rio das Contas para local mais a propósito. Lisboa, 2 de outubro de 1745. [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1483704/mss1483704.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483704/mss1483704.pdf).

Coleção Benedicto Ottoni.

Manuscrito n. 50,05,014. *PLANTA geográfica que compreende parte do terreno da Capitania de S. Pedro do Sul que pelo interior termina na margem do Rio Pelotas, e no Sitio das Torres pela costa que deve principiar na Ilha de Sta. Catarina, e terminar ao sul do Arroyo Taim*, 1801.  
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304807\\_11.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304807_11.jpg).

Manuscrito n. 50,05,014. *PLANTA da Comarca do Ceará grande, e seguindo pelo sertão até a Cidade da Bahia de Todos os Santos*, 1801.  
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304809\\_13.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304809_13.jpg).

Manuscrito n. 50,05,014. *PLANTA geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte das de Ilhéus, e Jacobina com a direção da costa que vai do banco do Rio de S. Francisco até os Rio das Contas*, 1801. Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304806\\_10.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304806_10.jpg). Acesso em: 20 março de 2020.

ARC.008,07,013 – Cartografia. *CARTA Geografica de Projecção Espherica Ortogonal da Nova Lusitania ou América Portuguesa e Estado do Brazil*, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 1798.

## FONTES IMPRESSAS

### *Anais da Biblioteca Nacional (ABN)*

PROVISÃO em forma de Lei sobre a Liberdade dos Índios do Maranhão e forma em que devem ser administrados no espiritual pelos Religiosos da Companhia e os das mais Religiões de aquele Estado. Lisboa, 12 de Setembro de 1663, p. 29-31, v. 66, 1948.

ÓBIDOS, Conde de. Carta para o Reverendo Padre Jacobo Cocleo Missionário no Ceará. Bahia 28 de Fevereiro de 1664, p. 151-152. *Anais da Biblioteca Nacional. Documentos Históricos 1663-1685*. Vol. IX da Série E VII, Rio de Janeiro, 1929.

ÓBIDOS, Conde de. Carta para o Capitão-mor da fortaleza do Ceará João de Melo Gusmão, a cerca dos Índios presos. Bahia 28 de Fevereiro de 1664, p. 152-153. *Documentos Históricos 1663-1685*, Vol. IX da Série E VII, Rio de Janeiro, 1929.

MENDONÇA, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. Carta para o Padre Jacobo Cocleo. Bahia 28 de Fevereiro de 1673, p. 152-153. *Documentos Históricos 1670-1678*. Vol. VIII da Série E VI, Rio de Janeiro, 1929.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários. Lisboa, 18 de dezembro de 1698, p. 21-26, v. XXXI, 1909.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia. Lisboa, 18 de dezembro de 1698, p. 22, v. XXXI, 1909.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários. Lisboa, 18 de dezembro de 1698, p. 21-26, v. XXXI, 1909.

*Livro Grosso do Maranhão*, 1ª parte, n. 66, 1948.

### *Documentos Históricos (DH)*

CARTA que o Governador Conde da Autogúia enviou para os oficiais da Câmara da vila do Cairú acerca das Farinhas. Bahia, 24 de novembro de 1654, p. 244-245. *Correspondência dos Governadores Gerais (1648-1661)*, v. III da série I, 1928.

CARTA do Vice-Rei, Conde de Óbidos, para Padre Reverendo Jacobo Cocleo, missionário no Ceará. Bahia, 28 de Fevereiro de 1664, p. 151-152. *Correspondência do Vice-Rei, dos Governadores-Gerais e Junta Trina (1663-1685)*, v. IX da série VII, 1929.

CARTA do Vice-Rei, Conde de Óbidos, para Padre Jacobo Cocleo. Bahia, 12 de Dezembro de 1664, p. 211. *Correspondência do Vice-Rei, dos Governadores-Gerais e Junta Trina (1663-1685)*, Rio de Janeiro, v. IX da série VII, 1929.

CARTA do Vice-Rei, Conde de Óbidos, para o Capitão-mor do Ceará, João de Mello de Gusmão (sic.)". Bahia, 24 de abril de 1665, p. 228-229. *Correspondência do Vice-Rei, dos Governadores-Gerais e Junta Trina (1663-1685)*, v. IX da série VII, 1929.

ORDEM que se enviou a Francisco Dias para prender, ou matar uma tropa de negros levantados. Bahia, 19 de Setembro de 1661. *Portaria dos Governadores (1660-1670)*, v. VII da série V, p. 70-71, 1929.

CARTA de Afonso Furtado para o Padre Jacobo Cocleo. Bahia, 28 de Fevereiro, 1673, p. 352-355. *Portaria e Cartas dos Governadores-Gerais (1670-1678)*, v. VIII da série VI, 1929.

PATENTE de Capitão-mor provido em Francisco Dias Siqueira. Bahia, 01 de Fevereiro de 1677, p. 428-429. *Patentes e Provisões 1668-1677*, v. XII, 1929.

PORTARIA que se passou ao Padre Jacobo Cocleo, Religiosos da Companhia de Jesus. Bahia, 25 de Abril de 1679, p. 126. *Provisões, Patentes, Alvarás, Mandatos (1651-1693)*, v. XXXII, 1929.

REGISTRO do Regimento de Sua Alteza que levou D. Manuel Lobo para povoação nova das terras de Portugal em Buenos Aires. Bahia, 26 de Agosto de 1680, p. 335-357. *Provisões, Patentes, Alvarás e Mandatos (1651-1693)*, v. XXXII, 1936.

CARTA escrita ao Governador do Maranhão Antônio Coelho de Carvalho. Bahia 22 de Abril de 1695, p. 353. *Mandados, alvarás, provisões e sesmarias (1549-1555)/ Cartas dos Governadores Gerais (1692-1698)*, v. XXVIII, 1937.

CARTA para Caetano de Mello e Castro governador de Pernambuco. Bahia, 20 de Maio de 1695. *Mandados, alvarás, provisões e sesmarias (1549-1555)/ Cartas dos governadores gerais (1692-1698)*, p. 348-349, v. XXVIII, Rio de Janeiro, 1937.

CARTA para Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho Governador, e Capitão Geral do Estado do Maranhão. Bahia, 16 de julho de 1695, p. 342-344, v. XXXVIII, 1937.

CARTA para Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho Governador, e Capitão Geral do Estado do Maranhão. Bahia, 23 de julho de 1695, p. 344-345, v. XXVIII, 1937.

CARTA do Governador do Maranhão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. São Luís do Maranhão, 15 de Março de 1696, p. 403-407, v. XXXVIII, 1937.

CARTA para o Governador Geral do Maranhão, sobre lhe agradecer o cuidado no descobrimento da estrada daquele Estado para o Brasil. Lisboa, 9 de Janeiro de 1697, p. 164-165, v. VIII, série I, 1937.

CARTA de dom Rodrigo da Costa sobre os protestos que o Governador de Buenos Aires inquietava o da Nova Colônia do Sacramento. Bahia, 20 de junho de 1703, p. 247-248. *Provisões, patentes, alvarás e cartas 1692-1712*, v. XXXIV, 1936.



CARTA de dom Rodrigo sobre a casa da fábrica da pólvora: Minas do Salitre; insuficiência de seu administrador, e ir Pedro Barbosa Leal examinar e ver o que nelas se tem obrado, Bahia 26 de Junho de 1703. *Provisões, patentes, alvarás e cartas 1692-1712*, p. 251-253, v. XXXIV, 1936.

RESPOSTA do governador dom Rodrigo da Costa ao Rei. Bahia, 29 de Janeiro de 1704, p. 257, n. XXXIV, 1936.

CARTA sobre mandar Sua Majestade plantas das Vilas do Recôncavo desta cidade. Lisboa, 29 de janeiro de 1704, p. 260-261. *Provisões, patentes, alvarás, cartas (1692-1712)*, p. 255-256, v. XXXIV, 1936.

CARTA de dom Rodrigo da Costa ao padre. Bahia, 23 de Junho de 1704. *Correspondência dos governadores gerais (1704-1714)*, p. 137-138, v. XL, 1936.

RESPOSTA de dom Rodrigo da Costa a El-Rei sobre quais são as Capitâneas sujeitas à jurisdição e Demarcação deste Governo Geral, e as que pertencem ao do Rio de Janeiro. Bahia, 29 de Julho de 1704, p. 256-257, v. XXXIV, 1936.

CARTA para o cônego Gaspar Ribeiro Pereira, sobre as excomunhões que tem posto ao Cura dos distritos do Serro do Frio e Tucumbira. Bahia, 17 de Março de 1705. *Correspondência dos governadores gerais (1705-1711)*, p. 17, v. XLI, 1938.

CARTA Régia sobre se despachar a causa que corre Juízo no da Coroa acerca da pretensão que o arcebispo desta cidade e o bispo do Rio de Janeiro têm à administração dos moradores do Serro Frio e Tucumbira. Lisboa, 16 de setembro de 1705, p. 268-269, n. XXXIV, 1936.

CARTA de Luiz Cezar de Menezes para o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, sobre a retirada das oficinas de salitre. Bahia, 15 de Julho de 1707, p. 206. *Correspondência dos governadores-gerais 1705-1711*, v. XLI, 1938.

CARTA do Vice-Rei, Conde de Óbidos, para o Capitão-mor do Ceará, João de Mello de Gusmão (sic.). Bahia, 24 de abril de 1665, p. 228-229. *DH*, v. IX da série VII, 1929.

ORDEM que se enviou a Francisco Dias para prender, ou matar uma tropa de negros levantados. Bahia, 19 de Setembro de 1661. *Documentos Históricos*. Documentos da Biblioteca Nacional (1660-1670). Rio de Janeiro, v. 7 da série V, p. 70-71, 1928.

*Revista do Instituto Geográfico de São Paulo (RIGSP)*

CARTA Régia pedindo informações sobre as minas de ferro descobertas em Biraçoyaba por Luís Lopes de Carvalho e a fundição que este pretendia ali estabelecer (acompanhada dos respectivos documentos). Lisboa, 23 de Outubro, 1692, v. XVIII, p. 272, 1913.

CARTA régia mandando dar índios para as diligências das minas de prata e ferro de Sorocaba, realizada por Luís Lopes de Carvalho e Frei Pedro de Souza. Lisboa, 08 de Fevereiro de 1687, v. XVIII, p. 265, 1913.

*Revista do Instituto do Ceará (RIC)*

ÓBIDOS, Conde de. Carta para o Reverendo Padre Jacobo Cocleo, missionário do Ceará. Bahia, 28 de fevereiro de 1665, Fortaleza, n. L, p. 193-194, 1936.

ÓBIDOS, Conde de. Carta para o Padre Jacob Cocleo. Bahia, 12 de dezembro de 1664, Fortaleza, n. L, p. 194, 1936.

ÓBIDOS, Conde de. Carta para o Capitão-mor do Ceará, João de Mello de Gusmão (sic.). Bahia 24 de abril de 1665, Fortaleza, n. L, p. 194-195, 1936.

Uma interessante carta de Gomes Freire de Andrade a seu sucessor Arthur de Sá Menezes. Belém, 8 de Julho de 1687, n. XXXVI, p. 150, 1922,

CARTA de Gomes Freire de Andrade a El-Rei sobre novos descobrimentos e entradas. Belém, 23 de Agosto de 1686, p. 135-136, n. XXXVI, 1922.

**OBRAS DE REFERÊNCIA**

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas etc* [1711]. Introdução e comentário crítico de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

BECK, Mathias. Diário de Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Tradução do holandês por Alfredo de Carvalho. *Revista do Ceará - Tricentenário do Ceará*, Fortaleza, p.348-351, 1903.

BETTERNDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, vol. 15, 2018.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...*Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CÓDICE COSTA MATOSO, Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Edição crítica de Luciano R. A. Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Mineiros, 1999.

ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares (subsídio para a sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700*. São Paulo/Rio de Janeiro/ Porto Alegre: Editora Companhia Nacional, v. 1, 1987.

FEJÉR S. J., *Josephus. Defuncti Secundi Saeculi Societatis Jesu: 1641-1740*. Volumen 1 (A-C). Roma: Curia Generalitia S. J./ Institutum Historicum S. J., 1985, p. 279.

FREIRE, Francisco Brito. *Nova Lusitania história da Guerra Brasilica À puríssima alma e saudosa memória do Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio, Príncipe de Portugal e Príncipe do Brasil*. Lisboa: Oficina de João Glarão, 1675.

JABOATAM, Antonio de Sta. Maria, (Frei). *Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, v. III, 1862.

LIMA, José Inácio de Abreu. *Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil*. Pernambuco: Typografia M. F. de Faria, 1845.

LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil Colonial*. São Paulo, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MARTINS, Vicente (Padre). “O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba”. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. XLIII/ XLIV, p. 95-144, 1929.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil - 1612*. (ed. Hélio Vianna). Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

NANTES, Martinho. *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Brasiliana. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1706]1979.

NOBRE, Geraldo Silva. *História Eclesiástica do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e fatos do Ceará*. Fortaleza: Typ. Comercial, 1924, p. 26.

STUDART, Guilherme (Barão de). “Duas memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro”. *Revista Academia de Cearense de Letras*, Fortaleza, p. 177-202, ano XLVI, 1932. Disponível em: [http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1904/ACL\\_1904\\_09\\_Duas\\_memorias\\_do\\_Jesuita\\_Manuel\\_Pinheiro\\_Pelo\\_Barao\\_de\\_Studart.pdf](http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1904/ACL_1904_09_Duas_memorias_do_Jesuita_Manuel_Pinheiro_Pelo_Barao_de_Studart.pdf). Acesso em: 05 de Outubro de 2019.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *História da Vida e Morte da Madre Soror Victória da Encarnação religiosa professa de Santa Clara do Desterro da Bahia*, escrevia o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide: As Reverendas Madres Abbadeça, e religiosas do mesmo convento. Roma: Estamparia de João Francisco Chracas, 1720.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Noticias soteporitanas e brasílicas contidas em XX cartas, que da Cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos escreve um a outro Amigo em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, notificando-o do estado daquela cidade, sua Capitánias e algumas outras do Brasil: feita e ordenada para servir na parte que convier de elementos da história brasílica. Dividida em três tomos que ao soberano augustíssimo príncipe regente. Dom João dedica e oferece*. Tomo 3. Bahia: Imprensa oficial do Estado, 1921 [1802].

TEIXEIRA, Domingos. *Vida de Gomes Freyre de Andrada, general da Artelharia do Reyno do Algarve governador, e Capitão general do Maranhão, Pará, e Rio das Amazonas no Estado do Brasil*. Editado por Lucas da Sylva de Aguiar, vol. 2. Lisboa, na Officina de Antonio Pedrozo Galram, Anno 1727.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Educ/Loyola/Giordano, 1992.

## SITES CONSULTADOS

Geneanet - <https://en.geneanet.org>

Family tree of Jacques Cocle.

<https://gw.geneanet.org/calessam?lang=en&pz=emma&nz=calesse&p=jacques&n=cocle&oc=1>

Consultado em: 8 de setembro de 2019.

Documenta Católica Omnia

Primero examen y general que se ha [A] de proponer a todos los que pidieren ser admitidos en la Compañía de Jesús". *Constituições de La Companhia de Jesus*.

[http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/14911556\\_Ignatius\\_Loyola\\_Constituciones\\_de\\_la\\_Compania\\_de\\_Jesus\\_ES.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/14911556_Ignatius_Loyola_Constituciones_de_la_Compania_de_Jesus_ES.pdf). Acesso em: 1 de março de 2019.

BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa.

*Constituições de La Companhia de Jesus*. Disponível em:

[http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/14911556\\_Ignatius\\_Loyola\\_Constituciones\\_de\\_la\\_Compania\\_de\\_Jesus\\_ES.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/14911556_Ignatius_Loyola_Constituciones_de_la_Compania_de_Jesus_ES.pdf). Acesso em: 1 de março de 2019.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema)

Rio Grande (Iguaçu) e rio Preto 11°S; Corrente e Guara deságuam no Correntina, este no São Francisco à 13°S; Carinhonha 14°30'S. In: Instituto do meio Ambiente e recursos hídricos (INEMA). Disponível em: [http://www.inema.ba.gov.br/servicos/mapas-tematicos/?dl\\_page=2](http://www.inema.ba.gov.br/servicos/mapas-tematicos/?dl_page=2). Acesso em: 10 agosto de 2020.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800) & Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília. Editora UNB, 1962.

ADONIAS, Isa. *Mapas e planos manuscritos relativos aos Brasil Colonial (1500 – 1822)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2 vol, 1960.

AGNOLIN, Adone. *O Amplexo Político dos Costumes de um Jesuíta Brâmane na Índia: a Acomodação de Roberto de' Nobili em Madurai e a polêmica do Malabar (séc. XVII): ortopráticas rituais às margens dos impérios políticos, entre religião ou política, cultos idolátricos ou ritos civis*. São Paulo: USP, 2017 (Tese de Livre Docência).

AGNOLIN, Adone. *Jesuitas e Selvagens: A negociação da fé no encontro catequético e ritual americano - séculos XVI-XVII*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007.

ALBUQUERQUE, Vanessa da Silva. “Família Gusmão: do colégio jesuíta às ideias ilustradas do século XVIII”. In *Simpósio Nacional de História*, n. 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

ALBUQUERQUE, Vanessa da Silva. “Família Gusmão: Do Colégio Jesuíta às ideias ilustradas do Século XVIII”. *Diálogos*, Rio de Janeiro, v. 1, 01 de janeiro de 2004.

ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540–1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

ALEGRIA, Maria Fernanda; DAVEAU, Suzanne; & João Carlos Garcia, Francesc Relaño. *História da Cartografia Portuguesa: séculos XV a XVII*. Porto: Fio da Palavra, 2012.

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura manuscrita no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão Espanhola*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1991.

ALMEIDA, André Ferrand de. “Os jesuítas italianos em Portugal e a política científica de D. João V”. In *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1991, p. 85-100.

ALMEIDA, André Ferrand de. “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”. *Oceanos*, n. 40, p. 79-92, 1999.

ALMEIDA, André Ferrand. “A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215-235, Julho-Dezembro de 2009.

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGG, 2010.

ALTIC, Mirela. “Changing the Discourse: Post-Expulsion Jesuit Cartography of Spain America.” *Journal of Jesuit Studies*, v. 6, issue 1, march 2019. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p99\\_99.xml](https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p99_99.xml). Acesso em: 17 de outubro de 2020.

ALVES, Daniel Vecchio. “Reconsiderações historiográficas sobre a Teoria do Sigilo de Jaime Cortesão”. *Revista Expedições, Morrinhos/ GO*, v. 9, n. 3, mai./ago. 2018.

AMORIM, J. Terto de (Org.). *O Siará na rota dos Neerlandeses*. Utrecht: Bookess, 2012.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. “A espacialização da rede urbano Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica. *Arquivos do Museu de História Natural do Jardim Botânico, Belo horizonte*, v. XX, t.1, p. 15-36, 2011.

ARENZ, Karl Heinz. “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698)”. *Revista Estudos Amazônicos*, Manaus, v. V, n. 1, 2010.

ARENZ, Karl Heinz. “‘Não Saulos, mas Paulos’: uma carta do padre João Felipe Bettendorff da missão do Maranhão (1671)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, janeiro-junho de 2013.

ARENZ, Karl Heinz. “‘Sem educação não há missão’: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. *Outros tempos*, Maranhão, v. 13, n. 21, 2016.

ARENZ, Karl Heinz & SILVA, Diogo Costa “‘Oriente vs. Ocidente’: a Missão d Maranhão e a expansão da Companhia de Jesus no século XVII”. *Anais do IV Encontro Internacional Colonial. Jesuítas, expansão planetária e a forma de cultura*. Belém: Editora Açai, v.4, 2014.

AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e cidades do Brasil Colonial: (ensaio de Geografia urbana retrospectiva)”. *Terra Livre*, São Paulo, p. 23-78, n. 10, janeiro-junho, 1992.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, Curral de Almas: urbanização no sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. São Paulo, USP, 2012. (Arquitetura e Urbanismo, Dissertação de mestrado).

ARRAES, Esdras. “Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér. v. 24, n. 1, jan./jun, 2016.

ASSIS, Nívia Paula Dias de & OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. “Padres fazendeiros no Piauí colonial – Século XVIII”. In *Anpuh XXV. Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.

ASÚA, Miguel de. *La ciencia de Maio: la cultura científica en el Rio de la Plata, 1800-1820*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ASPERS, Svetlana. *Arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. Editora da USP: São Paulo, 1999.

ÁVILA, Gabriel da Costa. *Epistemologia em conflito: uma contribuição à história das Guerras da Ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013. [Coleção Scientia].

BALDINI, Ugo. “The teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal, from 1640 to Pombal”. In: SARAIVA, Luís & LEITÃO, Henrique (eds.). *The Practice of Mathematics in Portugal: Papers from the International Meeting organized by the Portuguese Mathematical Society, Óbidos*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, p. 293-465, 16-18 November 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BANGERT, William V. S.I. *Storia della Compagnia di Gesù*. Genova: Marietti, 1990.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Saterb, 1971.

BARCELOS, Artur H. Franco. “Unos non sufficit orbis: os Jesuítas e o mapeamento do mundo e as cartografias periféricas. *IHS. Antiguos jesuítas en Iberoamérica*, Córdoba, Universidad Nacional de Cordoba (UNC), v. 5, n. 1, p. 64-83, enero-junio 2017.

BARROS, Mariana Leal de & MASSIMI, Marina. “Releituras da indiferença: um estudo baseado em cartas jesuítas do século XVI e XVII”. *Paidéia*, Ribeirão Preto, 15(31), p. 195-205, 2005.

BARQUERO, S. J. Miguel. “Algunos trabajos de los misioneros jesuitas en la cartografía colonial española”. *Conferencia pronunciada en el salón de actos del Fomento del Trabajo Nacional el día 28 de mayo de 1914*. Barcelona: Ausias/ Publicaciones de la Sociedad de Geografía Comercial, n. 9, p. 3-35, 1914.

BATCHELOR, Robert. “Historiography of Jesuit Cartography”. *Jesuit Historiography Online*. Publicado em fevereiro de 2019. Disponível em <[http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723\\_jho\\_COM\\_212546](http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_212546)>. Acesso em: 17 de outubro de 2020.

BATCHELOR, Robert. “Introduction: Jesuit Cartography”. *Journal of Jesuit Studies*, v. 6, issue 1, march 2019. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p1\\_1.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/jjs/6/1/article-p1_1.xml?language=en). Acesso em: 17 de outubro de 2020.

BLACK, Jeremy. “Evolução até 1800”. In: *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru: Edusc, 2005, p. 13-53.

BLAKEMORE, Michael J. & HARLEY, John Brian. “Concepts in the history of cartography: a review and perspective”. *Cartographica* 17, Monograph 26, p. 1-120, 1980.

BORD, Jean-Paul & BADUEL, Pierre Robert. *Les cartes de la connaissance*. Paris/Tours: Karthala/Urbama, 2004.

BORGES, Maria Eliza Linhares. “Atlas histórico: com eles também se escrevem memórias nacionais”. In DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. Brasil, Europa e América nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 269-389.

BORGES, Maria Eliza Linhares. “Cartografia e poder imaginário: cartografia portuguesa e terras de além-mar”. In SIMAN, Lana Mara de Castro (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 123-147.

BORGES, Maria Eliza Linhares. “A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada”. In ANASTASIA, Carla M. J. & PAIVA, Eduardo França (Org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séc. XVI a XIX*. São Paulo, 2002, p. 105-122.

BOSI, Alfredo. “Antônio Vieira o profeta e missionário: um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 23 (65), 2009.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo (org.). *Essencial Padre Vieira*. São Paulo: Companhia das Letras/ Penguin, 2011.

BOUTE, Bruno. *Academic interests and Catholic confessionlisation: the Louvain privileges of nomination ecclesiastical benefices*. Education and Society in the Middle Ages and Renaissance, vol. 35. Leidan/Boston: Brill, 2010.

BOXER, Charles. *A idade do ouro: dores do Descobrimento de uma sociedade Colonial*. 3ª ed., Rio de Janeiro Novo Fronteira, 2000.

BRANDÃO, Renato Pereira. “A Capitania Real do Rio de Janeiro: a Companhia de Jesus e os Correias de Sá na apropriação Régio do espaço vicentino”. *Actas do Congresso Luso-Brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. I, p. 118-132, 2000.

BRANDÃO, Renato Pereira. “O mapa de Cantino e a descoberta da América pelos Chineses”. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 49-55, Junho de 2006.

BRAVO, Michael T. “Ethographic Navigation and the Geographical Gift”. In: LIVINGSTONE, David N. & WITHERS, Charles W. J. (Ed.). *Geography and Enlightenment*. Chicago/ London: University of Chicago Press, 1999, p. 199-235.

BROMMER, Bea. “A cartografia neerlandesa sobre o Brasil”. In: AMORIM, J. Terto de. *O Siará na Rota dos Neerlandeses*. Utrecht: Bookess, 2012,

BRUYCKER, Angelo de. “‘To the adornment and honour of the city’: the mathematics course of the Flemish Jesuits in the seventeenth century”. *BSHM Bulletin, Journal of the British Society for the History of Mathematics*, v. 24, p. 135-146, 2009.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. Sér. v. 27, n. 2, jan/jun. 2009.

BURKE, Peter. “Exílios da era moderna”. In: *Perdas e ganhos exilados expatriados do conhecimento na Europa e nas Américas*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 61-112.

BURCKHARDT, Titus. *Cosmología y ciencia moderna*. Barcelona: Padma, 2009.

BUVE, Raymond. “Mapas neerlandeses do Brasil 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden”. *I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica*, Parati, 10 a 15 de Maio de 2011.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Laguna e outros ensaios*. Florianópolis: [s.ed.], 1934.

CALMON, Pedro. *A Conquista: história das bandeiras baianas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. III, 1959.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller, CAROLINO, Luís Miguel & LEITE, Bruno Martins Boto. “A disputa do cometa: matemática e filosofia na controvérsia entre Manuel Bocarro Francês e Mendo Pacheco de Brito acerca do cometa de 1618”. *Revista Brasileira de História da Matemática (RBHM)*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 3-18, abril-setembro de 2004.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia”. *Ideação: Feira de Santana*, n.3, p.159-182, janeiro-junho de 1999.



- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Perscrutar os céus ad majorem Dei gloriam: a astronomia dos jesuítas de Salvador”. *Magis*. Cadernos de Fé e Cultura, Rio de Janeiro, v. 2, p. 101-119, 2002.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Da Bahia às Estrelas: as viagens celestes de Valentin Stansel (1621-1705)”. In: Luís Miguel Carolino e Carlos Ziller Camenietzki (Orgs.). *Jesuítas, Ensino e Ciência Sec. XVI-XVIII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, p. 227-240.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “The celestial pilgrimages of Valentin Stansel (1621-1705), jesuit astronomer and missionary in Brazil”. In: Mordechai Feingold (Org.). *Archimedes. The New Science and Jesuit Science: seventeenth century perspectives*. Dordrecht: Kluwer, 2003, v. 6, p. 249-270.
- CAMPO BELO, Henrique (Conde de). Governadores-Gerais e Vice-Reis do Brasil. Lisboa: Divisão de Biblioteca e Publicações. Agências Geral das Colônias, 1935.
- CARDIM, Fernão. “Narrativa epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica”. In: *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- CAROLINO, Luís Miguel. “João Delgado SJ e a «Questio de Certitudine Mathematicarum» em inícios do século XVII”. *Revista Brasileira de História da Matemática (RBHM)*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 17-49, abril-setembro de 2006.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro & SARMIENTO, Érica. “As reformas borbônicas e josefinas e a expulsão dos jesuítas na Ibéria setecentista”. In: AMANTINO, Márcia e FLECK, Eliane Cristina Deckmann (Org.). *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 183-216.
- CAROLINO, Luís Miguel. “João Delgado SJ e a «Questio de Certitudine Mathematicarum» em inícios do século XVII”. *Revista Brasileira de História da Matemática (RBHM)*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 17-49, abr- set/2006.
- CASCUDO, Luís Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. “Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni”. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, 2001.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Arquitetos e engenheiros: sonho de entidade desde 1798*. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2007.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa à chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias históricas e políticas de Província da Bahia*. Bahia: Typographia Poggetti, v. 4, 1852.
- CINTRA, Jorge Pimentel. “O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v. 17, n. 2, 63-77, Julho-Dezembro, 2009.

CINTRA, Jorge Pimentel. “Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v. 21, n. 2, julho-dezembro, 2013.

CINTRA, Jorge Pimentel & FURTADO, Junia Ferreira. “A Carte de l’Amérique Méridionale de Bourguignon D’Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 273-316, dez. 2011.

CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “A precisão e a longitude de origem do mapa *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*, de Georg Marcgrave”. *V Simpósio Luso- Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013.

CINTRA, Jorge Pimentel & PEREIRA, Levy. “Astronomia e o mapa *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*, de Georg Marcgrave”. In: MATSUURA, Oscar (Org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife. Companhia editora de Pernambuco – Cepe, vol. 1, p. 197-228, 2013.

CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica”. Belo Horizonte, *Centro de Referência Cartografia Histórica – UFMG*. Disponível em: [http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013\\_1379350586.pdf](http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf). Acesso em: 17 julho de 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (Primeira Metade do século XVIII)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, jan./jun. 2013.

CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. “Índios, engenhos e currais na fronteira oriental Maranhão e Pará (Século XVII)”. In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente & MACHADO, Maria (Org.). *Em terras Lusas: conflitos fronteiras no Império Português*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

COMPAGNE DE JESUS. “L’expérience d’un noviciat jésuite”. In: *Études: revue fondée en 1856 par des Pères de la Compagnie de Jésus*, p. 684, Paris, 1983.

COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja II: do século XV ao XX*. São Paulo: Edições Loyola, 2º ed., 2001 [1986]. CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Arquitetos e engenheiros: sonho de entidade desde 1798*. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2007.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. “Paradigma versus Estilo de Pensamento na História da Ciência”. In CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). *Ciência, história e teoria*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005, p. 123-146.

COSTA, Célio Juvenal. “A formação do padre jesuíta no século XVI”. *Série Estudos Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande - MS, n. 20, p.79 – 96, Julho-Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/425/358>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte/ Lisboa: Editora UFMG/ Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Gilberto Antônio; FURTADO, Junia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald e SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquistas das Minas Gerais do território das Minas*. Lisboa/ Belo Horizonte: Kappa/ UFMG, 2004.

COSTA, Gilberto Antônio (Org.). *Roteiro prático de cartografia da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

COSTA, Gilberto Antônio. Do “Roteiro de todos os sinais da Costa” até a “Carta Geral”: os mapas de síntese para o território da América portuguesa e do Brasil Império. Belo Horizonte: *Revista Brasileira de Cartografia*. Edição de Cartografia Histórica, Uberlândia, v.67, n.4, p. 887-903, Julho de 2015.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999.

COSTA, Otávio Crozoletti. *Ciência e poder no império português: uma análise das trajetórias de cinco astrônomos demarcadores de limites do século XVIII*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019. (História, Dissertação de mestrado).

CORONELI, Vincenzo. *Biblioteca universale sacro-profana, antico-moderna: in cui si spiega con ordine alfabetico ogni voce, anco straniera, che può avere significato nel nostro idioma italiano, appartenente a qualunque material*, Tomo 4 (Ap-Az). Venezia: A'Spese di Antonio Tivani, 1703, p. 999-1000.

CORTESÃO, Armando & MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 5 vol., 1960.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores Instituto Rio Branco, 2 vols., 1965-1971.

CORTESÃO, Jaime. *O humanismo universalista dos portugueses: a síntese histórica e literária*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.

CRABB, George. “Artois”. *Universal Historical Dictionary or, Explanation of the Names of persons and places in the department of Biblical, Political, and Ecclesiastical history, mythology, herald, Biography, Bibliography, Geography and Numismatics*. London: Baldiwin, Cradok, and Joy, Paternoster-row, v. 1, 1885, p. 233.

CRUZ, Miguel Dantas das. “O Conselho Ultramarino entre levantes e a resistência indígena”. In: *Um império de conflitos: o Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2015, p. 99-154.

CRUZ, Miguel Dantas das. “From Flandres to Pernambuco: Battleground perceptions in the Portuguese Early Modern Atlantic world”. *War in History: England*, v. 26, issue 3, p. 10-26, 2018.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2<sup>o</sup> ed., v. 12, 2010.

DAINVILLE, François de (S.J.). *L'éducation des jésuites (XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1978.

DAINVILLE S. J., François de. *Le Langage des géographes: termes, signes, couleurs des cartes anciennes, 1500-1800*. Paris: Éditions A. Et J. Picard & Cie, 1964.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Direito de propriedades em terras rebeldes: as Sesmarias dos palmares de Pernambuco 1678-1775”. *Ler História* [Online], v.70, 2017. Disponível em <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2716>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. “Reverendo os mocambos de Palmares de Décio Freitas, (1971-1984)”. *XII Jornadas de Estudos Históricos – Professor Manuel Salgado*, Rio de Janeiro, v. 3, 2017. Disponível em: <https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/12/Felipe-Aguiar-Damasceno.compressed.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

DAVINO, André. “Geologia da Serra de Araçoiaba, Estado de São Paulo”. *Boletim IG*, São Paulo: Instituto de Geociências, USP, v. 6, p. 129-144, 1975.

DENEFF, d’Alain; DUSAUTOIT, Xavier; EVERS, Christophe; PILETTE SJ, Maurice; & ROUSSEAU, Xavier (Dir.). *Les jésuites belges 1542-1992. 450 ans de Compagnie de Jésus dans les Provinces belgiques*. Bruxelas: AESM Éditions, 1992.

DE LUCCA, Denis. *The dissemination of Jesuit military mathematics from the Collegio Romano to the Emilia-Romagna region of Italy, 1600-1750*. Università Malta: International Institute for Baroque Studies, p. 77-99, 2013.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997 [1979].

DELVAUX, Marcelo Motta. “Cartografia Imaginária do sertão”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, n. 46, p. 75-87, jul./dez., 2010.

DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América*. Belo Horizonte, UFMG, 2009. (História, Dissertação de mestrado).

DERBY, Orville. “Um mapa antigo de partes das Capitânicas de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, São Paulo, RIHGSP, vol. 2, p. 197-220, 1898.

D’EVREUX, Ivo. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613-1614 pelo Padre Ivo d’Evreux religioso capuchinho*. Editado por Ferdinando Diniz: Maranhão, 1874. [SEP] [SEP]

DIAS, Nuno; AMARAL, Elza e COBOS, José M. “A influência dos Jesuítas no ensino em Portugal”. *Llull, Revista de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas*, Madrid, v. 35, n. 75, p. 111-128, 1º semestre de 2012.

DI PIERO, Iria Aparecida Storer. “Aspectos históricos e gerais da Ratio Studiorum”, p. 58-70. In: *Ratio Studiorum, educação e ciências no século XVI e XVII: matemática nos colégios e na vida*. Piracicaba. Universidade Metodista de Piracicaba, 2008. (Educação, dissertação de Mestrado).

DUARTE, Denise Aparecida Sousa. *E professo viver e morrer em Santa Fé Católica: atitudes diante da morte em uma freguesia de vila rica na primeira metade do século xviii*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

DUTENKEFER, Eduardo. “Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 57-71, dez. 2016;

EDNEY, Matthew H. “A história da publicação dos mapas na América no Norte de John Mitchell de 1755”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 31-52, janeiro-junho de 2007.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ELLIS JR., Alfredo. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do luar; o ciclo do ouro*. São Paulo: Academia Paulista de Letras: 1979.

FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011,

FEBVRE, Lucien. *Lutero*. São Paulo: Três Estrelas, 2012 [1928].

FEDALTO, Padre Pedro. *Arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba: 1958, p. 14.

FEINGOLD, Mordechai (Org.). *Jesuit Science and the Republic of letters*. Cambridge/ London: Massachusetts/ England, Massachusetts Institute Technology Press/ MIT, 2003.

FERREIRA, Carlos Antero. *A Casa da Torre: reflexões em torno do primeiro solar português no Brasil*. Lisboa: Edição do autor, 2003.

FERREIRA, Francisco Ignácio. *Repertório Jurídico do Mineiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

FERREIRA, Mario Clemente. “Os demarcadores do Tratado de Madrid (1750) e as reformas pombalinas no ensino”. *IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011.

FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimento, 2001.

FETTER, Sandro Roberto. *Modelos Caligráficos da Escola Brasileira: uma história do Renascimento aos nossos dias*. Rio de Janeiro, UERJ, 2011. (Design, Dissertação de Mestrado).

FEITLER, Bruno & SOUZA, Evergton. “Estudo introdutório e edição.” In: *Constituições Primeira do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2011.

FIOLHAIS, Carlos & FRANCO José Eduardo. “Os Jesuítas em Portugal e a ciência: continuidades e rupturas (séculos XVI e XVIII). *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, Córdoba, Universidad Nacional de Cordoba (UNC), v. 5, n. 1, p. 163-178, enero-junio 2017.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann & POLLETO, Roberto. “Os colégios e boticas da Companhia de Jesus como centros de formação intelectual e de difusão da cultura científica na América platina setecentista”. In: AMANTINO, Márcia e FLECK, Eliane Cristina Deckmann (Org.). *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 143-182.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el Rei: espaço poder nas minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSESCA, Cláudia Damasceno. “*Urbes e Civitas: a formação do espaço e territórios urbano nas minas setecentista*”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. Sér. v. 20. n. 1, jan./jun. 2012.

FONSÊCA, Humberto José. *Vida e morte na Bahia Colonial: sociabilidades festivas e rituais fúnebres (1640-1760)*. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2006. (História, Tese de Doutorado)

FOURAKER, Lawrence. “Historical Legacy of Jesuits in China”. *Verbum*: v. 6, issue1, Article 18, 2018. Available at: <http://sherpublishing.sjfc.edu/verbum/vol6/iss1/18>, acessado em: 01 de Junho de 2018.

FRANCA S. J., Pe. Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas: o Ratio Studiorum*. Campinas: Kírion, 2019.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2013.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: Câmara Brasileira de Livros, 1989.

FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. *Alexandre de Gusmão: da literatura Jesuíta de intervenção social*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2011. (Literaturas e Culturas Românicas, tese de Doutorado).

FRIDMAN, Fania. “Freguesias Fluminenses ao final dos setecentos”. *Revista IEB*, n. 49, p. 95, mar./set. 2009.

FURTADO, Junia Ferreira. “Bosque de Minerva: Artefatos científicos no colecionismo joanino”. In GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel e MARINHO, Pedro (Org.). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014, p.229-273.

FURTADO, Junia Ferreira. “Um cartógrafo nas Minas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.46, v.2, p.153-160, jul-dez de 2010.

FURTADO, Junia Ferreira. “História da engenharia”. In STARLING, Heloísa Maria Murgel e GERMANO, Lígia Beatriz de Paula (Org.). *Engenharia: História em construção*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, v. 1, p.21-69.

FURTADO, Junia Ferreira. “As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro”. *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v.4, p.155-212, 2003.

FURTADO, Junia Ferreira. “The Jesuit Society and the Enlightening cartography”. In PEDLEY, Mary and EDNEY, Matthew (Org.) *History of Cartography*. Cartography in the European Enlightenment. Chicago: Chicago University Press, v. 4, part 2, 2020, p. 311- 319.

FURTADO, Junia Ferreira. “José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro”. In BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas política no Império português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p.277-295.

FURTADO, Junia Ferreira. *O Livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo/Coimbra: Annablume/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

FURTADO, Junia F. “Do mapa do metrô de Londres ao mapa do São Francisco: as várias grafias do saber”. In MOTTA, Márcia Menendes & MARTINS, Mônica de Souza Nunes (Org.) *História & Parcerias*. Rio de Janeiro: Edur, 2018, p. 94-116.

FURTADO, Junia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013.

FURTADO, Junia Ferreira. “Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)”. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 369-401, Maio/ Agosto, 2016.

FURTADO, Junia Ferreira. *Mundo Francês m Minas*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2000.

FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FURTADO, Junia Ferreira. “O oráculo que S. Majestade foi buscar”: d. Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Nas Tramas das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.373-400.

FURTADO, Junia Ferreira. “O Peregrino Instruído: José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária das minas brasileiras”. In: GODOY, Scarlett O’Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmen (Ed.). *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Lima: Instituto Riva-Agüero-PUCP/Instituto Francês de Estudios Andinos, 2005, p.757-787.

FURTADO, Junia F. “Return as a Religious Mission: The voyage to Dahomey made by the Brazilian mulatto Catholic priests Cipriano Pires Sardinha and Vicente Ferreira Pires (1796-1798)”. In: KIRK, Stephanie, and RIVETT, Sarah. (Eds.) *Religious Transformations in the Early Modern Americas*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014, p. 180-204.

FURTADO, Junia Ferreira. *O Testamento de Martim Afonso de Sousa e de Dona Ana Pimentel no Acervo da Seção de Obras Raras da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

GALINDO, Marcos. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias*. Leiden: Universidade de Leiden, 2004.

GARCIA, João Carlos. *A Nova Lusitânia*. Imagens Cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional, 1700-1822. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

GASPAR, Frei Vicente Salvador. *Memória para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo, Contexto, 2008.

GOMES, José Eudes. *As milícias d'El Rei: tropas militares no Ceará setecentistas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GONÇALVES, Nuno da Silva, et alii. *A Companhia de Jesus e a Missão no Oriente*. Lisboa, Brotéria. *Revista de Cultura. Fundação Oriente*, 2000. Actas do Colóquio internacional Promovido pela Fundação Oriente e pela Revista Brotéria, Lisboa, 21 a 23 de Abril de 1997.

GUARACY, Thales. *A Criação do Brasil 1600-1700. Como uma geração de desbravadores desafiou Coroas, Religiões e Fronteiras, dando ao país 5 dos seus 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e limitando ambições de grandeza*. Planeta: São Paulo, 2018.

GUEDES, Max Justo. "A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. In MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos & FLORES, Jorge Manuel (Coord.). *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), p. 10-29, 1997.

GUERREIRO, Inácio. "Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII". *Oceanos*, n. 40, 1999.

HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HARLEY, John Brian. "Relire les cartes de redécouverte de Colomb". In: *Le pouvoir des cartes*. Paris: Éd. Anthropos, 1995, p. 87-107.

HARLEY, John Brian. *La nova naturaliza de los mapas: ensaios sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HARLEY, John Brian. "The map and the development of the History of Cartography". In: HARLEY, John Brian e WOODWARD, David. (Org.) *History of Cartography: Cartography in Pré-historic, Ancient, and Medieval Europe and Mediterranean*. Chicago: Chicago University Press, 1987, v. 1.

HARLEY, John Brian. "The Map as Mission: Jesuit Cartography as an Art of Persuasion." In: GOLDSMITH, Jane ten Brink et al., *Jesuit Art in North American Collections*. Milwaukee: Haggerty Museum of Art, 1991.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins [Online]*, n. 5, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

HARRIS, Steven J. "Mapping Jesuit Science: The Role of Travel in Geographical Knowledge". In: O'MALLEY, John W., SI; BAILEY, Galvin Alexander; HARRIS, Steven J; and KENNEDY, T. Frank, SI. *The Jesuit: culture, science and the arts, 1550-1773*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 1999, p. 213-240.



HARRIS, Steven J. “Transposing the Merton Thesis: Apostolic Spirituality and the Establishment of the Jesuit Scientific Tradition”. *Science in Context*, Cambridge, v. 3, Issue 1, p. 29-65, March 1989.

HAVRE, Grégoire van. “Cartografia do interior baiano: uma análise de três mapas anônimos do século XVIII”. *Confins [Online]*, n. 39, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332105265>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira. A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Difusão, 5 ed., v. 1, t. 1, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira. A época colonial. Administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro: Difusão, v. 1, t. 2, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 5ª ed., 2010.

HÖPFL, Harro. “The character of the Society of Jesus”. In: *Jesuit Political Thought: The Society of Jesus and the State, c. 1540–1630*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

JACOB, Christian. *L'empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1992.

JAMI, Catherine. “The ‘King’s Mathematicians’: a French Jesuit mission in China”. In: *The Emperor’s New Mathematics: Western learning and imperial authority during the Kangxi Reign (1662-1722)*. New York: Oxford University Press, 2012, p. 102-119.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *Primórdios da urbanização do Ceará*. Fortaleza: Edições: UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles & PONTES, Alana Figueiredo. “A Fixação da Igreja no Território Cearense Durante o Século XVIII: algumas notas”. *Paranoá*, Brasília, n. 13, p. 28, 2014.

KANTOR, Íris. “Impérios Portáteis: Três Atlas na era das Revoluções Atlânticas”. In: XAVIER, Abgela Barreto & SILVA, Cristina Nogueira (Eds.). *O Governo dos Outros. Poder e Diferença no Império Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

KANTOR, Iris. “Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processos de emancipação política do Brasil (1779-1822)”. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, año 12, n. 24, Segundo semestre de 2010;

KANTOR, Iris. *Pacto Festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, USP, 1996. (História Social, Dissertação de Mestrado).

KAUFMAN, Michael T. “Robert K. Merton, sociólogo versátil e criador do grupo focal, falecido aos 92 anos. Tradução de Gilda Stuart. *Revista Enfoques: Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA*, Rio de Janeiro, v.2. n.1, p.9-12, jul. 2003.

KETTLE, Wesley Oliveira. “Aproximações da natureza colonial: o Tratado de Madri e a demarcação dos limites”. *Revista Sertões*, Mossoró-RN, v. 1, n. 2, p. 69-81, jul./dez. 2009.

- KETTLE, Wesley Oliveira. “Súditos capazes: natureza, ciência e política no vale amazônico (1750-1777)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, São Paulo, jul. 2003.
- KONVITZ, Josef. *Cartography in France, 1660-1848: science, engineering and statecraft*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1987.
- KONCHAR, R. K. “French astronomers in India during the 17<sup>th</sup>-19<sup>th</sup>” centuries. *British Astronomical Association*, London, v.2, p.95-100, 1991.
- LAGES, Luciene. “As Notícias Sotepolitanas e Brasília de Vilhena e a educação no Brasil do século XVIII”. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, p. 106-119, n. 48, jun./dez. 2013.
- LARA, Silvia Hunold. “Palmares e as autoridades Coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz”. *Seminário Espaços e Sociabilidades*, Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/LaraSHPalmaresasautoridades.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2020.
- LATOUR, Bruno. “Les vues de l’ésprit: une introduction a l’anthropologie des sciences et des techniques”. *Culture Technique*, n. 4, p. 5-29, 1985.
- LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Milton Keynes: Open University, 1987.
- LEITÃO, Henrique. *A ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antônio – 1590-1759*. Comissário Geral das Comemorações do V Centenário do nascimento de São Francisco Xavier. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- LEITÃO, Henrique. “The practice of Mathematics in Portugal: Problemas and methods”. In: SARAIVA, Luís & LEITÃO, Henrique. (Eds.) *The Practice of Mathematics in Portugal*. Papers from the International Meeting organized by the *Portuguese Mathematical Society*, Óbidos, 16-18 November 2000. Coimbra, *Acta Universitatis Conimbricensis*, 2004.
- LEITÃO, Henrique & MELLO, Magno. “A pintura barroca e a cultura matemática dos jesuítas: o tratado de prospective de Ignácio Vieira, S.J. (1715). *Revista de história da Arte*, Instituto da Arte Faculdade de Ciências Sociais e Humanas UNL, n.1. Lisboa: Edições Colibri, p.95-142, 2005.
- LEITÃO, Henrique & ROMEIRAS, Francisco Malta. “The Role of Science in the History of Portuguese Anti-Jesuitism”. *Brill/ Journal of Jesuit Studies*, Boston, v. 2, 2015.
- LEITE, S. J., Serafim. O P. “Diogo Soares, S. I., matemático, astrônomo e geógrafo de sua majestade no Estado do Brasil (1684-1748)”. Separata da Revista Brotéria Volume XLV, fasc.5-4, dezembro de 1947, p. 03-13.
- LEITE, S. J., Serafim. O P. “Expedições missionárias para o Maranhão no século XVII”. *Archivum Historicum Societatis Iesu*. Extractum e vol 10. 1941, p.293-305. Romae (P.), Borgo Santo Spirito, 5, 1941.
- LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1938, 10 tomos.

- LEITE, S. J., Serafim. *Novas Cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. 194, 1940.
- LEITE S. J., Serafim. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Recife: Companhia Nacional, p. 99-116.
- LEITE, S. J., Serafim. O P. “Vieira e as ciências Sacras no Brasil: a famosa *Clavis Prohetarum* e seus satélites”. Separata da Revista Verbum Tomo 1, fasc.3-4, dezembro de 1944, p.257-279.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1646.
- LIMA, Péricles Pedrosa. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009, p. 121-127. (História dos Descobrimentos e da Expansão, Tese de mestrado).
- LINS, Eugênio de Ávila. “Engenheiro Antônio Rodrigues Ribeiro e sua prática profissional na Bahia setecentista”. *Actas do VII Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte: Artistas e Artífices e suas mobilidades no mundo de expressão portuguesa*, Porto, 2005.
- LUDWIK, Fleck. *Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago/ London: University of Chicago Press, 1979.
- LUZ, Aujor Ávila da. *Santa catarina, quatro séculos de história: XVI ao XIX*. Florianópolis: Insular, 2000.
- MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”. *Revista Brasileira de Cartografia – Edição de Cartografia Histórica*, Uberlândia, v. 67, n. 4, p. 764, jul. 2015.
- MACDONNELL, Joseph, S.J. “Jesuit Mathematicians Before the Suppression”. *Archivum Societatis Iesu*, Roma, v.XLV, p. 139-148.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. sér, v.17, n.1, p.69-94, jan-jun de 2009.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. “Saberes e política: os astrônomos em Mato Grosso, 1782-1789”. In GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel & MARINHO, Pedro (Org.). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014, p.71-91.
- MAGANHÃES, Pablo Antônio Iglesias. “A palavra e o império: a arte da língua brasílica e a conquista do Maranhão”. *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 367-401, Julho-Dezembro de 2011.
- MAIA, Légio de Oliveira. “Aldeias e missões nas capitânicas do Ceará e Rio Grande: catequese violência e rivalidades”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.19, n.35, 2013.

MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à Vila de Índios: Vassalagem e identidade no Ceará Colonial – Século XVIII*. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2010. (História, tese de Doutorado).

MARCOLIN, Neldson. “Siderurgia na Colônia”. *Boletim de Pesquisa da Fapesp*. Edição 209, Julho 2013. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2013/07/12/siderurgia-na-colonia>. Data de acesso: 15 de Janeiro de 2020.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2018.

MARTINS, Francisco José Corrêa. “Compile para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército”. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro da Cartografia Histórica*, p. 1-13. Ouro Preto, 10 a 13 de Novembro de 2009. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/martins\\_compile-para-conhecer-alguns-mapas-do-territorio-colonial-brasileiro.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/martins_compile-para-conhecer-alguns-mapas-do-territorio-colonial-brasileiro.pdf). Acesso em 13/09/2017.

MARTINS, Francisco José Corrêa. “Compile para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército”. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico/UFMG – Cartografia Histórica*, Belo Horizonte, p. 63-79, v. 20, n. 2, 2011.

MARTINS, Ricardo Vieira & FIGUEIRAS, Carlos. “A Restauração de Portugal à modernidade do século XVIII”. In: FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota Simões & MARTINS, Décio (Ed.). *História da Ciência Luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MARTINS, Francisco José Corrêa. “Várias ‘faces’ da ‘Nova Lusitânia’, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme. VI Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia histórica, Porto, novembro de 2011.

MARTINS, William de Souza. “Um espelho possível de santidade na Bahia Colonial: madre Vitória da Encarnação (1661-1715)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 66, p. 209-227, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo de Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATSUURA, Oscar T. “Um observatório de ponta no Novo Mundo”. In: *História da Astronomia no Brasil*. Pernambuco: CEPE, v. 1, 2013.

MAYER, Sidney Luiz. *Jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará: convergências e divergências entre Antônio Vieira e João Filipe Bettendorff na aplicação da liberdade dos índios*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. (História, dissertação de Mestrado).

MCLEAN, Matthew & BAKER, Sara K. (Ed.) *International Exchange in the Early Modern Book World*. Leiden/ Boston: Brill, v. 51, 2016.

MELO, Evaldo Cabral de (Org.). *O Brasil holandês, 1624-1654*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELO, Vanice Siqueira de Melo. *Cruentas guerras: índio e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Prismas, 2017.

MENDES, Iran Abreu e NOBRE, Sérgio. “João Ângelo Brunelli: um padre matemático e o astrônomo italiano participante da comissão demarcadora dos limites da Amazônia na era Pombalina”. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 9, n.18, p. 133-145, outubro de 2009 - março de 2010.

MENEZES, Ivo Porto de. “Os frontispícios na arquitetura religiosa em Minas Gerais”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v.14, n.15, dezembro 2007.

MERTON, Robert K. “Science, Technology and Society in Seventeenth Century England”. *Osiris: Studies on History and Philosophy of Science, and on the History of Learning and Culture*. Bruges: St. Catherine Press, v. 4, p.360-632, 1938.

MERTON, Robert K. *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*. New Jersey (USA)/ Sussex (England): Humanities Press/ Harvester Press, 1978.

MIRANDA, Evaristo Eduardo. “Diversidade cultural nas artes e ciências jesuíticas”. In: *O descobrimento da Biodiversidade: a ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI*. São Paulo, Edições Loyola, 2014, p. 147-157.

MONTERO, Paula (Org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas, Unicamp, 2001, p. 56. (Antropologia, Tese de livre docência).

MONTURIL, Frederico Guilherme Rego. *A História da Ciência no Século XVII: a Ciência, a Religião e o Padre Valentim Estancel S.J.* Praga, Univerzita Karlova V Praze, 2015. (Centro de Estudos Ibero-americanos, Tese de doutorado)

MORAES, José Geraldo Vinci de Moraes. *História Integrada Geral e Brasil: caminho das civilizações*. São Paulo: Editora Atual, 1998.

MOREIRA, Luís Miguel Alves de Bessa. *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*. Minho, Uminho, 2012. (Geografia, Tese de doutorado).

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTA, Bernardo Machado. “A cultura matemática no contexto Jesuíta anterior ao século XVIII”. *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*, Lisboa, v. LXXVII, p. 27-43, Janeiro 2010.

MOTA, Bernardo Machado. “The status of Mathematics in Portugal in the 16<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> centuries”. *Journal of History of Science and Tecnology (HOST)*, Lisboa, v. 1, p. 183-194, Summer 2007.

MOTT, Luiz. *Bahia: Inquisição & Sociedade*, Salvador: EDUFBA, 2010.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “A contribuição do Padre Vieira à história da astronomia”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 307, n. 403, Abril/Junho de 1999.

MUNDIM, Luís Gustavo. “Sob o signo moderno”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, n. 46, p. 62-73, julho/dezembro de 2010.

NERI, Frederico Morato. “Os Primeiros Bispados do Rio de Janeiro: de D. José de Barros Alarcão a D. Frei Antônio Desterro Malheiros”. *Coletânea*, Rio de Janeiro, p. 297, ano 28, Julho-Dezembro, 2015.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. “As livrarias dos jesuítas no Brasil Colonial”. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, n. 13 (1-2), p. 46-55, 1º/2º semestre, fevereiro e maio, 1989.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação Social Jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Topbooks: Rio de Janeiro, 1997.

ODDONE, Nanci Elizabeth, et al. “Centros de cálculo: a mobilização do mundo”. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 30, janeiro/ junho, 2000.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/ Secretaria De Estado da Cultura, 3ª. ed., v. 8, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, p. 195-215, v. 5, 1998.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e história de vida”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/agosto, 2017.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações de Salvador quando cabeça do Estado do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2005.

OLIVEIRA, Ricardo de. “Notas Sobre Alexandre de Gusmão, o homem que inventou o território brasileiro”. *Ciências Humanas e Sociais em Revista Seropédica*, v. 33, n. 1, p. 241-250, janeiro-junho de 2011.

OLIVEIRA, Ricardo de. “Política, diplomacia e o império colonial português na primeira metade do século XVIII”. *História: Questão & Debate*, Curitiba, n. 36, p. 251-278, 2002.

O’MALLEY, John W., SI; BAILEY, Galvin Alexander; HARRIS, Steven J; and KENNDY, T. Frank, SI. *The Jesuit: culture, science and the arts, 1550-1773*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 1999.

O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo/ São Paulo: Unisinos/ Edusc, 2002.

O’NEILL, Charles E. & DOMINGUEZ, José M. (Eds.). *Diccionario Histórico de la Compañia de Jesús* (DHCJ). Roma/ Madrid: Institutum Historicum S. J./ Universidad Pontificia Comillas, v. 1-4, 2001.

PAPAVERO, Nelson; SANJAD, Nelson; ABNER, Chiquieri; OVERAL, William Leslie; & MUGNAI, Riccardo. “Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão

Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências. Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 493-533, maio/agosto, 2010.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografia e da cartografia no século XIX*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. (História, Tese de doutorado).

PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au siècle des lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.

PELLETIER, Monique. *Les cartes des Cassini: la science au service de l'État et des régions*. Paris: Éditions du CTHS, 2002.

PELLETIER, Monique. Le monde vu de France: évolution du 16<sup>e</sup>. au 18<sup>e</sup>. siècle. *La Cartografia Francesa*. 5<sup>e</sup> curs, Cicle de conferències sobre Historia de la Cartografia. Catalunya: Institut Cartogràfic de Catalunya, 1992, p.49-48.

PELLETIER, Monique e OZANE, Henriette. *Portraits de la France: les cartes, témoins de l'histoire*. Paris: Hachette/BNF, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINHEIRO, Paulo César da Costa. “O mapa do Padre Cocleo e os primórdios da ocupação de Minas Gerais”. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG*, Belo Horizonte, p. 1501-1513, 13 a 17 de maio de 2019. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1OVCjzRmPT5xTH\\_cd69CH5DtccamV2QPo](https://drive.google.com/drive/folders/1OVCjzRmPT5xTH_cd69CH5DtccamV2QPo). Acesso em 20 de maio de 2020.

POMPA, Cristina. “História de um desaparecimento anunciado as aldeias missionárias do São Francisco, século XVIII-XIX”, p. 269. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*. Bauru/ SP: Edusc, 2003.

PORTO, Maria Emília Monteiro. “Jesuíta e missões: representações das fronteiras na Capitania do Rio Grande”. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de & GONÇALVES, Regina Célia. *Ensaio sobre a América portuguesa*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2009.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

- RABELO, Lucas Montalvão. “A representação do rio ‘das’ Amazonas na cartografia quinhentista: entre tradição e experiência”. Manaus, UFAM, 2015. (História Social, Dissertação de Mestrado).
- RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia século XVII-XIX”. *Cultura*, Paris, v. 24, p. 154-179, 2007.
- RAJ, Kapil: *Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- RAMINELLI, Ronald. “Inventário das conquistas”. In: *Viagens Ultramarinas: monarca, vassalos e governos à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 61-97.
- RAISZ, Erwin Josephus. *Cartografia Geral*. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969.
- RAISZ, Erwin. *General Cartography*. 2º ed. New York/ Toronto/ London: Mcgraw-Hill Book Company, 1948.
- REGO, André de Almeida. “Os aldeamentos indígenas fundados na Bahia e Capitanias vizinhas durante o período colonial”. *Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, Paulo Afonso, v. 4, n. 5, Janeiro/Junho de 2016.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo Companhia das Letras, 1991.
- REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitanias do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013, p. 211.
- RENGER, Friedrich E. “Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735)”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.
- MACHADO, Maria Márcia Magela & RENGER, Friedrich Ewald. “Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas”. *Revista Brasileira de Cartografia – Edição de Cartografia Histórica*, Uberlândia, v. 67, n. 4, jul. 2015.
- RENGER, Friedrich Ewald & MACHADO, Maria Márcia Magela. “Do descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Cartografia – Edição de Cartografia Histórica*, Uberlândia, v. 67, n. 4, p. 759-771, julho de 2015.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, v. 1, 2007.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. “Divisão Governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul”. *Anpuh RJ. Usos do Passado. XII Encontro Regional de História*, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Monica%20da%20Silva%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 25 de setembro 2019.



RIBEIRO, Oslan Costa. “Diocese de São Jorge de Ilhéus: criação, instalação e organização de um bispado no sul da Bahia (1913-1939)”. Anais da Anphur XXVII Simpósio Nacional de História — Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, junho 2013.

ROBINSON, Arthur H. & PETCHENICK, Barbara Bartz. (Ed.) *The nature of maps: essays toward understanding maps and Mapping*. Chicago: Chicago University Press, 1976.

ROCHA PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1976.

RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros, dos militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro Frio (1714-1771)*. Belo Horizonte, UFMG, 2014, p. 19. (História, Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Francisco. *A formação intelectual do jesuíta: leis e fatos*. Porto: Magalhães e Muniz, 1917.

ROLIM, Leonardo Cândido. *A rosa dos ventos dos sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial (c. 1660-1810)*. São Paulo, USP, 2019. (História, Tese de doutorado).

ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Viana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período Colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROMEIRO, Adriana. “Loucos por Vieira” . *Revista de História*, Rio de Janeiro. disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/loucos-por-vieira>. Acessado em: 15/10/16.

ROMEIRO, Adriana. “As Minas antes das Minas: reflexões sobre os albosres da história mineira”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, n. 16, p. 7-22, nov. 2019. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernosele/article/view/304> Acesso em: 20/05/2020.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na Corte de Dom João: revoltas e milenarismo nas Minas Gerais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. *Presença jesuítica na vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2007. (Educação, Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Ana Luíse Silva Mecnas. “*Trato da Tormenta Perpétua*”: a conversão no sertão de dentro e os escritos de Luigi Vincenzo Mamiani dela Rovere sobre os Quiriris. (1666-1699). Unisinos: São Leopoldo, 2017. (História, Tese de Doutorado).

SANTOS, Bruno Oliveira. “A Vila de Lagarto (1790-1850): economia e população escrava”. *VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade*. São Cristóvão/SE, p. 4, set. 2012.

SANTOS, Douglas. “O fim do feudalismo e o nascimento do espaço métrico”. In: *A reinvenção do espaço: diálogos em torno do significado de uma categoria*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 33-50.

SANTOS, Maria Duarte dos. “Espaço e representação nas Minas setecentistas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 46, v. 2, p. 46-59, julho-dezembro de 2010.

SANTOS, Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel & RENGGER, Friedrich Eward. “Origens das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821”. In: Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, n. 5, 2013, Petrópolis. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>>. Acesso em: 30/03/2020.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. “A cópia setecentista do mapa do Jacobo Cocleo: leitura e questões”. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder, p. 01-16, Parati, 10 a 13 de maio de 2011.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. São Paulo, USP, 2010. (História, Tese de Doutorado)

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano*. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Mayara Menezes. *Vilhena, colono ilustrado: a fronteira entre o literário e o histórico no estilo clássico português*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2018. (Letras, Dissertação de mestrado).

SANTOS, Sólton Natalício Araújo dos Santos. *Conquista e resistência dos Payayas no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)*. Salvador, UFBA, 2011. (História, Dissertação de mestrado).

SARAIVA, Harrison Martins. *Teologia e política na América Portuguesa: Estudo da História do Predestinado e seu irmão Precinto, do padre Alexandre Gusmão (1629-1724)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. (Estudo Literários da Faculdade de Letras, tese de Doutorado).

SARAIVA, Luís Manuel Ribeiro. “The Jesuit mathematicians of the Portuguese Assistency and the Portuguese historians of mathematics (1819–1940)”. In SARAIVA, Luís & JAMI, Catherine. *History of Mathematical Sciences III. Portugal and East Asia III*. [1]The Jesuits, the Padroado and East Asian Science (1552–1773). Singapore: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd., 2008.

SCAGLIONE, Aldo D. *The Liberal Arts and the College Jesuit System*. Amisterdam/Philadephia: John Benjamins Publishing Company, 1986.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na Conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Unesp/Cambridge University Press, 2000.

SENAR. *Cacau, produção, manejo e colheita*. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, n. 215, 2018.

SAHINS, Marshall. *Ilha de Histórias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1985].

SHAPIN, Steven. *La revolución científica: una interpretación alternativa*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

SHAPIN, Steven. "Understanding the Merton Thesis". *Isis: A journal of History of Science Society*, Chicago, v. 79, n. 4, p. 594- 605, December 1988.

SHAPIN, Steve y SCHAFFER, Simon. *El Leviathan y la bomba de vacío: Hobbes, Boyle y la vida experimental*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005 [1985].

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia". *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, abril de 1997.

SILVA, Francismary Alves da. *Historiografia da revolução científica: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin*. São Bernardo do Campo: EdFABC, 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *Nas solidões avassaladoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Recife, UFPE, 2013. (História, Tese de doutorado).

SILVA, Mairton Celestino da. *Um Caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Pernambuco, UFPE, 2016. (História, Tese de doutorado).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Viera e o conflito com os colonos do Pará e Maranhão". *Luzo-Brasilian Review (LBR)*, University of Wisconsin Press, v. 40, n. 1, p. 79-87, Summer 2003.

SILVA, Michelle Samuel da. "A serviço da Coroa: política e administração do vice-rei D. Vasco Mascarenhas na América Portuguesa (1663-1667)". *Albuquerque: Revista de História*, Campo Grande, v. 9, n. 17, p. 255-269, Janeiro/Julho, 2017.

SILVA, Regiane Aparecida Caire & SOUZA, Marília Marta França. "A Companhia de Jesus em São Luís do Maranhão: considerações sobre a pintura e talha da Sé". *IHS Antiguos jesuitas en Ibero América*, v. 4, n. 1, p. 31-50, enero-junio de 2016.

SILVA, Úrsula Andrea de Araújo. "Corpo e Fronteira: o diário de Samuel Fritz e a conquista do espaço amazônico. Natal, UFRN, 2007. (História, Dissertação de Mestrado).

SIERING, Friedrich Câmara. *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás. (1650-1701)*. Salvador, UFBA, 2008. (História, Dissertação de Mestrado)

SOUSA, Mônica Hellen Mesquita de. *Missão na Ibiapaba: estratégias e práticas na Colônia no séculos XVII e XVIII*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003. (História, dissertação de Mestrado).

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, v. 2, 1981.

SOUTO, Alanna. "Os indígenas na Cartografia da América lusitana". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 12, n. 3, set./-dez., 2017.

STEPANEK, Pavel. "Valentin Stansel: um observador tcheco do céu brasileiro". *Ibero-Americana Pragensia*, Madrid, n. XXXX, ano XLI, 2007.

- STUART FILHO, Carlos. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965.
- STUDART FILHO, Carlos. *O Antigo Estado do Maranhão e suas capitanias feudais*. Ceará: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.
- STUDART FILHO, Carlos. “Dados para uma história eclesiástica do Ceará (1603-1750)”. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t.71, 1957.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva. “A escrita jesuítica da História das Missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Lisboa: ICT/ CHAM FCSH/UNL/ Universidade Ações, 2009.
- TAUNAY, Afonso E’d. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, t.1, 1950.
- TEDESSHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas Urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas: Século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014.
- TEODORO, Sampaio. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo/ Brasília: Editora Nacional/ INL, 5ª ed., 1987.
- THROWER, Norman J. W. *Maps & Civilization: Cartography in Culture and Society*. Third Edition. Chicago/ London: University of Chicago Press, 2008.
- TOLEDO, Adriano. *Uma tradição paulista nas minas: descobridores e conquistadores nos sertões dourados*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- TOLEDO, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão: a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006. (História, Tese de doutorado).
- TRAVESI, Carlo. *Técnica Cartográfica*. Firenze. Instituto Geográfico Militare, 1965.
- TRINDADE, Jaelson Britan. *Tropeiros*. São Paulo: Editora Publicações e Comunicações, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo. “Deus contra Palmares: representações e ideias jesuíticas”. In: REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VANDEN BOSCH, Gerrit. “Jesuits in the Low Countries (1542–1773): A Historiographical Essay.” *Jesuit Historiography Online*, Dezembro de 2016. Disponível em: doi:[http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723\\_jho\\_COM\\_192551](http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_192551). Acesso em: 2 de Agosto de 2019.
- VANPAEMEL, G. H.W. “Jesuit Science in the Spanish Nerthelands”. In FEINGOLD, Mordechai (Org.). *Jesuit Science and the Republic of letters*. Cambridge/ London: Massachusetts/ England, Massachusetts Institute Technology Press/ MIT, 2003, p.388-342.

- VARNHAGEN, Adolfo. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 4ª ed., t. 1-4, 1948-1951.
- VIEIRA, Daniel de Souza Leão. “A Topografia Ausente: A Paisagem Política da Nieuw Holland nas Vinhetas de Frans Post para o Mapa Mural BRASILIA qua parte paret BELGIS, 1643-1647”. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Série História do Nordeste (UFPE), p. 29.61, v. 1, 2011.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Volumes 1, 2 e 3. Salvador: Itapoã, 1969.
- VILHENA, Luís dos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Introdução de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.
- VICENTE DO SALVADOR, Frei. *História do Brazil: 1500-1627*. Curitiba: Juruá, 2008.
- UDÍAS, Augustin. *Jesuit Contribution to Science. A History*. Switzerland: Springer, 2015.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 5º ed., 2012.
- WEIMER, Günter. “Luiz dos Santos Vilhena: um cronista pioneiro do Rio Grande e de Porto Alegre”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 83-98, n. 146, Janeiro de 2012.
- WHITEHEAD, Maurice. “‘Superior to the Rudest Shock of Adversity’: English Jesuit education and culture in the long Eighteenth century, 1688-1832”. In: HILTON, Mary & SHEFRIN, Jill. *Educating the child in enlightenment Britain: beliefs, culture, practices*. Farnham: Ashgate Publishing, 2009.
- WITHERS, Charles W. *Zero Degrees: Geographies of Primer Meridian*. Harvard University Press, 2017.
- WOLFF, Francis. A Ciência Aristotélica e a Matemática Euclidiana. *Analytica*, v. 1, n. 8, p. 13-88, 2004.
- WOOD, Denis. *The power of maps*. New York: The Guilford Press, 1992.
- WOODWARD, David. “The study of history of Cartography: a suggested framework”. *American Cartographer*, v. 1, p. 101-115, 1974.
- ZENON, Carlos; COSTA, Andrioli & SANTOS, João Vitor. “Companhia de Jesus: desafios da modernidade no Brasil colonial”. *IHU On-Line* (UNISINOS. Impresso), v. 462, p. 14-19, 2015.
- ZUMTHOR, Paul. “El Universo; Abrir brecha”. In *La medida del mundo: representación del espacio en la Edad Media*. Madrid: Catedra, 1994, p. 211-247.

## ANEXOS

Anexo 1:

*Planta da Baía de Paranaguá com suas ilhas e circunvinhanças, ca 1653.*<sup>1</sup>

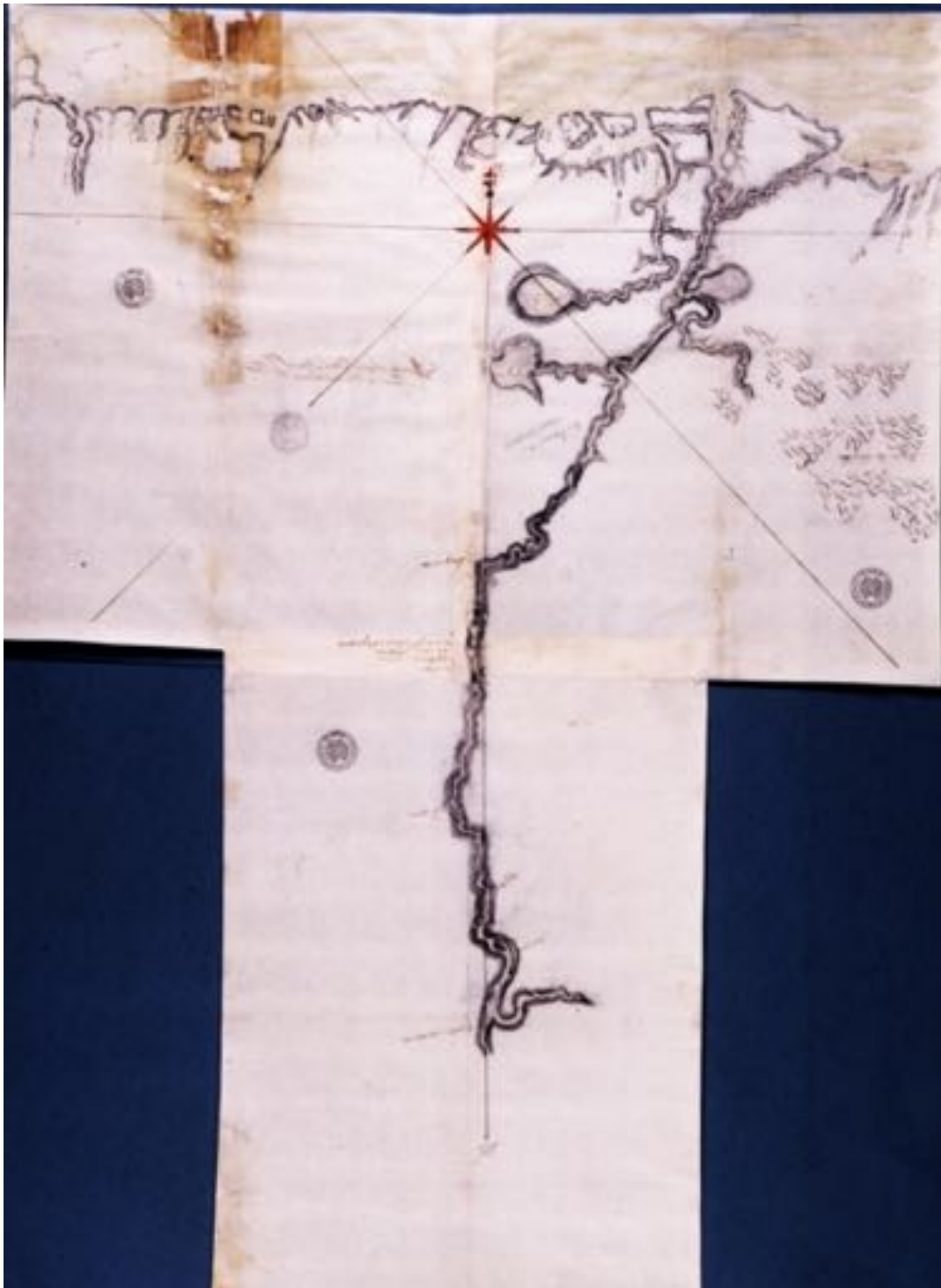


Fonte: AHU. São Paulo. Cartografia, doc. 1182

<sup>1</sup> FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, p. 298. ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 286.

Anexo 2:

*Mapa da costa e rio Parnaíba entre o Maranhão e as serras de Ibiapaba, ca 1678.*<sup>2</sup>



**Fonte:** AHU. Maranhão. Cartografia, doc. 1048.

---

<sup>2</sup> FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, p. 79.





Anexo 4:

Detalhes da carta *Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama* de Georg Marcgraf, possivelmente entre 1638-1643.<sup>3</sup>



2 – Serra de Itaberaba entre Bahia e Sergipe.



**Fonte:** Biblioteca digital de Cartografia Histórica - IEB/USP. Disponível em: [http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=661](http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=661). Data de acesso: 20 de maio de 2020. Disponível também em: Biblioteca Nacional da França. Gallica. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84919177?rk=21459;2>.

<sup>3</sup> ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação Territorial Brasileira*, p. 129<sup>A</sup>-130. PEREIRA, Levy. "A CAPITANIA DE ÇIRIÏI". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/A\\_CAPITANIA\\_DE\\_%C3%87IRIÏI](http://lhs.unb.br/atlas/A_CAPITANIA_DE_%C3%87IRIÏI). Data de acesso: 20 de maio de 2020.

Anexo 5:

Tabela com longitude, latitudes e com erro vetorial dos 62 pontos ao longo da costa do *Mapa da Maior Parte do Brasil, extraído do original do Padre Cocleo.*

|                      | <b>Nome no Mapa (Atual)</b>          | <b>Longitudes</b> | <b>Latitudes</b> | <b>Erro Vetorial</b> |                                           |
|----------------------|--------------------------------------|-------------------|------------------|----------------------|-------------------------------------------|
| Costa Leste-Oeste    | Garupa (Gurupi)                      | 333,61            | -2,06            | 4,21                 | Média dos valores do erro vetorial 3,60°. |
|                      | Tapera (Bahia do Cumã)               | 334,13            | -2,24            | 5,26                 |                                           |
|                      | Maranhão                             | 334,51            | -2,42            | 5,08                 |                                           |
|                      | R. dos Mosquitos (Mearim)            | 334,37            | -2,84            | 4,83                 |                                           |
|                      | R. Itapecuru Grande                  | 334,71            | -2,75            | 4,96                 |                                           |
|                      | R. Cumari (Munim)                    | 334,76            | -2,66            | 5,03                 |                                           |
|                      | Priguissas                           | 336,30            | -2,73            | 4,83                 |                                           |
|                      | R. Parayba                           | 337,14            | -2,89            | 4,91                 |                                           |
|                      | R. Curu                              | 341,49            | -2,84            | 3,37                 |                                           |
|                      | R. Siara (Frtaleza)                  | 342,57            | -2,89            | 2,87                 |                                           |
|                      | Ponta do Mocaripe (Mucuripe)         | 342,73            | -2,93            | 2,79                 |                                           |
|                      | Pirangi                              | 343,46            | -3,55            | 2,36                 |                                           |
|                      | R. Jaguaribe                         | 343,69            | -3,78            | 2,50                 |                                           |
|                      | R. Podi (Mossoró)                    | 344,53            | -4,23            | 2,30                 |                                           |
|                      | R. das Piranhas (Piranhas ou Açú)    | 345,08            | -4,52            | 2,18                 |                                           |
|                      | R. do Fogo                           | 346,51            | -4,75            | 2,04                 |                                           |
| S. Roque             | 347,02                               | -4,79             | 1,73             |                      |                                           |
| Costa Norte-Sul      | Ponta Negra (Natal)                  | 347,63            | -5,10            | 1,23                 | Média dos valores do erro vetorial 0,69°. |
|                      | (sem nome) (Paraíba)                 | 348,53            | -6,60            | 0,61                 |                                           |
|                      | Olinda                               | 348,53            | -7,68            | 0,41                 |                                           |
|                      | Cabo de Santo Agostinho              | 348,94            | -8,10            | 0,24                 |                                           |
|                      | R. de São Miguel (Barra)             | 347,68            | -9,98            | 0,30                 |                                           |
|                      | R. Itapecuru-Mirim                   | 345,82            | -11,86           | 0,54                 |                                           |
|                      | R. de São Francisco                  | 347,06            | -10,73           | 0,46                 |                                           |
|                      | R. Sergipe                           | 346,50            | -11,09           | 0,37                 |                                           |
|                      | R. Jacuip (Jacuípe)                  | 345,04            | -12,67           | 0,69                 |                                           |
|                      | R. Joanes                            | 344,92            | -12,87           | 0,66                 |                                           |
|                      | S. Salvador                          | 344,34            | -13,03           | 1,00                 |                                           |
|                      | Itaparica                            | 344,00            | -13,09           | 1,17                 |                                           |
|                      | Morro de São Bento (Ilha do Tinharé) | 343,77            | -13,67           | 1,11                 |                                           |
|                      | Boipeba (Ilha)                       | 343,83            | -13,84           | 1,10                 |                                           |
|                      | Maraú                                | 343,82            | -14,21           | 1,04                 |                                           |
|                      | Rio das Contas                       | 343,82            | -14,44           | 1,03                 |                                           |
|                      | Ilhéus                               | 343,77            | -14,97           | 1,03                 |                                           |
|                      | R. Grande do Sul (Jequitinhonha)     | 343,81            | -15,98           | 1,13                 |                                           |
|                      | Porto Seguro                         | 343,78            | -16,86           | 1,13                 |                                           |
|                      | Rio das Caravelas                    | 343,73            | -18,28           | 1,04                 |                                           |
|                      | Barra do Rio Doce                    | 343,64            | -19,55           | 0,39                 |                                           |
|                      | Vila (Velha)                         | 343,44            | -20,30           | 0,12                 |                                           |
|                      | V. de Gorapari (Guarapari)           | 343,40            | -20,93           | 0,28                 |                                           |
|                      | R. da Paraíba do Sul                 | 343,22            | -21,57           | 0,37                 |                                           |
|                      | Cabo de S. Tomé                      | 343,16            | -22,01           | 0,24                 |                                           |
|                      | Macaé                                | 343,60            | -22,41           | 0,47                 |                                           |
| Rio de São João      | 342,39                               | -22,68            | 0,49             |                      |                                           |
| Cabo Frio            | 342,16                               | -23,23            | 0,35             |                      |                                           |
| Restinga (saquarema) | 341,89                               | -23,25            | 0,57             |                      |                                           |

|                                     |        |        |      |       |
|-------------------------------------|--------|--------|------|-------|
| Rio de Janeiro                      | 341,07 | -23,19 | 0,44 | 1,30° |
| V. de Parati (Parati)               | 339,16 | -23,19 | 0,04 |       |
| Angra dos Reis                      | 339,88 | -23,21 | 0,36 |       |
| I. Porcos                           | 338,19 | -23,82 | 0,62 |       |
| S. Sebastião                        | 337,58 | -23,90 | 0,81 |       |
| I. de S. Sebastião (Ilha Bela)      | 337,74 | -24,07 | 0,75 |       |
| S. Vicente                          | 336,48 | -24,13 | 0,94 |       |
| Santos                              | 336,82 | -24,12 | 0,68 |       |
| R. Itanhaém                         | 335,82 | -24,55 | 1,20 |       |
| V. da Ribeira de Iguapé             | 334,97 | -25,23 | 1,33 |       |
| Ilha de Cananéia                    | 334,76 | -26,04 | 1,48 |       |
| Paranaguá                           | 334,67 | -26,60 | 1,24 |       |
| Guaratiba (Guaratuba)               | 334,74 | -27,27 | 1,49 |       |
| Ilha da Galé                        | 334,67 | -27,96 | 1,02 |       |
| Ilha de S. Catarina (Florianópolis) | 333,73 | -28,32 | 1,90 |       |
| Rio da Laguna (Laguna)              | 334,07 | -29,84 | 1,61 |       |

**Fonte:** CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto & OLIVEIRA, Rafael Henrique de. “O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica”. Belo Horizonte, *Centro de Referência Cartografia Histórica* – UFMG. Disponível em: [http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013\\_1379350586.pdf](http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf). Acesso em: 17 julho de 2015. P. 6-10

Anexo 6:

Posição do Meridiano de Tordesilhas segundo Cocleo, Badajos, Delisle e Albernaz.



Fonte: PINHEIRO, Paulo César da Costa. O mapa do Padre Cocleo e os primórdios da ocupação de Minas Gerais.

Anexo 7:

Detalhe do mapa *A Terra que nesta carta se contem que é do rio Grande até o rio Pereia que fica ao Maranhão. Descobriu o Capitão mor Pero Coelho de Sousa desde o ano, 1603 até o de 1608.*

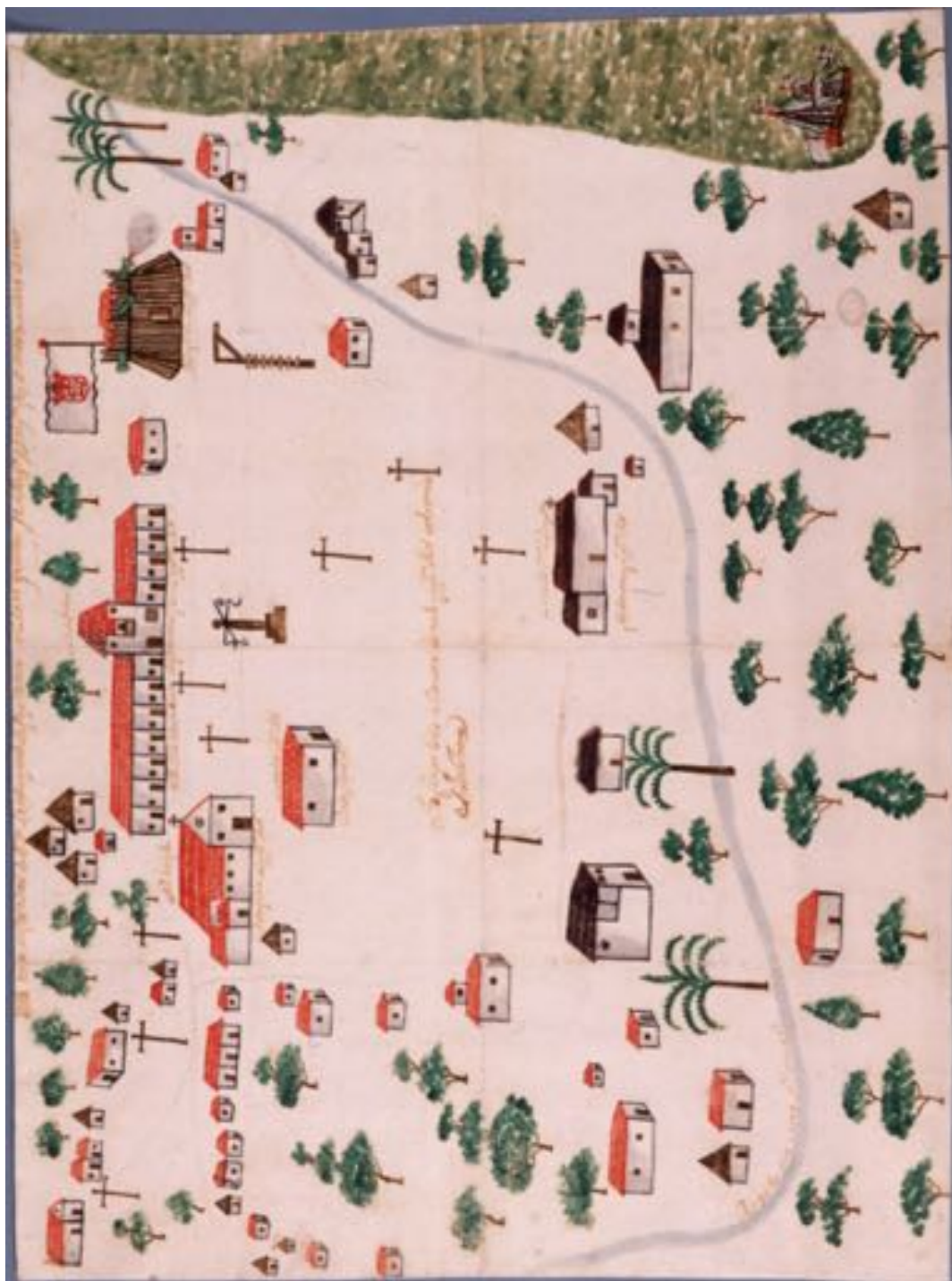


**Fonte:** Paris. Bibliothèque Nationale de France (BnF)/ Gallica. Département des Manuscrits. MSS Portugais 6, folios 43v-44r.

Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002487b/f70.item.zoom>. Acesso em: 4 Agosto de 2019.

Anexo 8

*Vila Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande, [ca. 1730].*



Fonte: AHU. Ceará. Cartografia, doc. 848



Anexo 10

*Mapa das entradas das Barras exterior e interior da Vila do Camamu, por Gregório Gomes, [ca. 1707].*



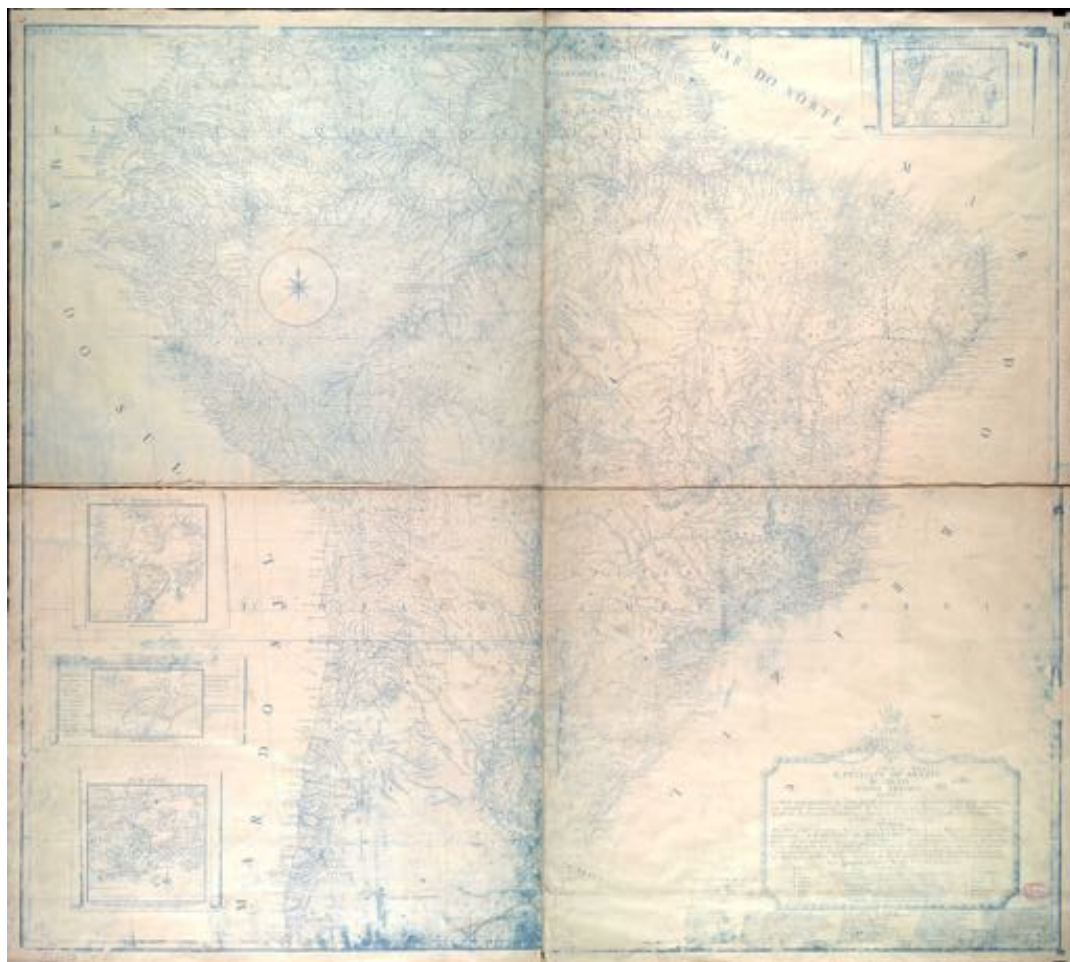
Fonte: AHU. Cartografia. Bahia, doc. 0960





Anexo 12:

*Carta Geografica de Projeção Espherica Ortogonal da Nova Lusitania ou América Portuguesa e Estado do Brazil*, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 1798.



Fonte: FBN. ARC.008,07,013 - Cartografia.